

Administração Financeira e Orçamentária - AFO



Lista de Exercícios (Gabaritados)

CESPE

**Professor:
Marcel Guimarães**

Brasília, MAIO de 2023
Última atualização: 30/05/2023

Sumário

1. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS.....	4
2. RECEITAS PÚBLICAS	61
3. DESPESAS PÚBLICAS	148
4. CRÉDITOS ADICIONAIS.....	203
5. LEI 4.320/64 – ESTÁGIOS DA DESPESA, RESTOS A PAGAR, DEA e SUPRIMENTO DE FUNDOS 254	
6. FEDERALISMO FISCAL	335
7. CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL	351
8. FORMAS E DIMENSÕES DA INTERVENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO NA ECONOMIA. FUNÇÕES DO ORÇAMENTO.	357
9. ORÇAMENTO PÚBLICO E SUA EVOLUÇÃO. ORÇAMENTO COMO INSTRUMENTO DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	374
10. PPA, LDO e LOA	407
11. CICLO ORÇAMENTÁRIO - ELABORAÇÃO, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, APROVAÇÃO, EXECUÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO ORÇAMENTO. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.	465
12. PLANO PLURIANUAL (PPA): ESTRUTURA, BASE LEGAL, OBJETIVOS, CONTEÚDO, TIPOS DE PROGRAMAS. DECRETO 2.829/1998.....	534
13. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO): OBJETIVOS, ANEXOS DE METAS FISCAIS, ANEXOS DE RISCOS FISCAIS, CRITÉRIOS PARA LIMITAÇÃO DE EMPENHO.	545
14. AFO NA CF/88.....	554
15. LRF - PARTE 1 (princípios; conceitos; planejamento (PPA, LDO, LOA e execução orçamentária e cumprimento de metas);	598
conceitos	598
planejamento (LDO , LOA + execução orçamentária e fin)	610
16. LRF - PARTE 2 (receita pública (previsão e arrecadação; renúncia de receita); geração de despesas (DOCC, despesa com pessoal, despesa com seguridade social); transferências voluntárias; destinação de recursos para o setor privado; receita pública (da previsão e arrecadação; renúncia de receitas); dívida e endividamento -parte 1)	643
receita pública	643
renúncia de receitas	650
geração de despesas	659

despesa com pessoal.....	668
despesa com seguridade social	683
transferências voluntárias	685
destinação de recursos para o setor privado	691
Dívida e endividamento (parte 1).....	694
17. LRF - PARTE 3 (DÍVIDA E ENDIVIDAMENTO - PARTE 2; TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL; ESCRITURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS; RREO E RGF; PRESTAÇÕES DE CONTAS E FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL)	708
Dívida e endividamento (parte 2).....	708
DA GESTÃO PATRIMONIAL.....	722
Transparência da Gestão Fiscal	723
Escrituração e Consolidação das Contas	728
RREO e RGF	735
Prestações de Contas e Fiscalização da Gestão Fiscal	753
Disposições Finais e Transitórias	756
18. FINANÇAS PÚBLICAS – Resultados Primário e Nominal.....	759
19. Lei 4.320/64.....	764
20. Lei 10.028/2000 (Crimes Fiscais)	768
21. Precatórios	778
22. Retenção de Tributos e Contribuições Federais – IN 1.234/12.....	787
23. Sistemas de Informação (SIAFI, SIASG, SICONV).....	795

1. PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

De acordo com os princípios, as técnicas e o ciclo relacionados ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

72 A finalidade do princípio da exclusividade é evitar que haja múltiplos orçamentos paralelos no âmbito de cada um dos entes da Federação.

E

73 Ressalvadas as exceções estabelecidas na Constituição Federal de 1988, a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa não é permitida no Brasil.

C

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 1: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Relativamente ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

95 Conforme o princípio do orçamento bruto, a LOA deverá conter todas as receitas e todas as despesas de poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

E

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 2: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Relativamente ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

63 A existência de vários orçamentos autônomos, como o orçamento fiscal e o da seguridade social, viola o princípio da totalidade orçamentária.

E

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 2: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

69 Apesar de vedada a inserção na lei orçamentária anual (LOA) de qualquer dispositivo que não seja a previsão da receita e a fixação da despesa, é permitido que haja, na LOA, autorização para a abertura de créditos suplementares.

C

**CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 10: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES
– OCUPAÇÃO: CONTADOR**

Julgue os seguintes itens no que concerne a fundamentos, princípios e técnicas relacionados ao orçamento público e ao orçamento-programa.

103 Todos os valores de receitas e despesas devem constar da Lei de Orçamento já com suas respectivas deduções.

E

**CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - Á REA:
ADMINISTRAÇÃO**

No que diz respeito ao orçamento público, a seus conceitos, técnicas e princípios, ao ciclo orçamentário e ao processo orçamentário, julgue os itens a seguir.

81 O princípio da universalidade estabelece a necessidade de todas as receitas e despesas estarem previstas na LOA, de modo que, atualmente, há a necessidade do cumprimento desse princípio para exigir tributos.

E

82 Após a Constituição Federal de 1988, permite-se entender o princípio da unidade orçamentária como a necessidade de haver harmonia entre a LOA, a LDO e o PPA.

C

**CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE
EXTERNO**

Considerando as disposições da Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens subsequentes.

85 O princípio da universalidade está explícito na referida lei, haja vista a previsão de que todas as receitas e despesas do governo e de seus órgãos devem constar da lei do orçamento.

C

**CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE
EXTERNO**

A respeito do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

144 A unidade orçamentária, como praticada no Brasil, se expressa na existência de uma única peça orçamentária: a lei orçamentária anual.

E

CEBRASPE/TCE-PB 2022 – CARGO DE AUDITOR – CONSELHEIRO SUBSTITUTO

Considerando que os princípios orçamentários visam estabelecer regras básicas a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público, julgue os itens a seguir.

42 Segundo o princípio do orçamento bruto, os registros das receitas e das despesas na lei orçamentária anual devem ser feitos pelos seus valores brutos, salvo as deduções estabelecidas pela própria Constituição Federal de 1988.

E

43 O princípio da unidade visa evitar que haja múltiplos orçamentos dentro da mesma pessoa política.

C

CEBRASPE/TCE-PB 2022 – CARGO DE AUDITOR – CONSELHEIRO SUBSTITUTO

Acerca dos princípios orçamentários, julgue os itens seguintes.

87 Determinação que, na lei orçamentária, vincular as receitas de taxas a determinado serviço violará o princípio da não vinculação da receita.

E

88 A despeito do princípio da exclusividade, a CF admite a autorização, na lei orçamentária, da abertura de créditos especiais.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 1: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: GERAL

A respeito de finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

103 De acordo com o princípio da universalidade, não é permitida a inclusão, no orçamento, de importâncias líquidas.

C

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 4: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: DIREITO

Julgue os itens seguintes, no que se refere ao orçamento público no Brasil e à programação e execução orçamentária e financeira.

111 A condição de um orçamento público ser elaborado por um período correspondente ao exercício civil e possibilitar uma visão consolidada, mesmo coexistindo vários orçamentos autônomos, atende, respectivamente, aos princípios da anualidade e da totalidade.

C

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 3: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Acerca do orçamento público no Brasil, julgue os itens que se seguem.

116 Em respeito ao princípio da anualidade, o ano fiscal no Brasil tem uma duração de 12 meses, não coincidente com o ano civil, de modo que o prazo final para o Poder Executivo inscrever as despesas em restos a pagar encerra-se no dia 31 de março.

E

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 4: TÉCNICO PROCESSUAL

Relativamente a aspectos relacionados ao orçamento público, julgue os itens que seguem.

73 Os princípios do orçamento bruto e da universalidade têm objetivos similares.

C

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 3: ANALISTA PROCESSUAL

Considerando os princípios e regras constitucionais relativos ao orçamento público federal, julgue os itens a seguir.

106 Em razão do princípio da exclusividade, a legislação orçamentária não deve, em regra, conter dispositivo estranho à previsão da receita ou à fixação da despesa.

C

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 3: TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A respeito do orçamento público no Brasil e das leis de natureza orçamentária, julgue os itens a seguir.

112 Conforme o princípio do orçamento bruto, as cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra devem ser incluídas como despesa, no orçamento da entidade obrigada à transferência, e como receita, no orçamento da que as deva receber.

C

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO: PROCURADOR DE CONTAS

Julgue os itens subsequentes, que dizem respeito à execução da despesa pública, à repartição de receitas tributárias, ao controle externo e a subsídios.

67 As desvinculações de receitas da União e o aumento da arrecadação federal por meio de contribuições sociais, e não mediante impostos, têm afetado, materialmente, a repartição das receitas tributárias com os entes federados, prevista na Constituição Federal de 1988.

E

Em relação a orçamento público, julgue os itens que se seguem.

76 O princípio orçamentário da não afetação de receitas contempla todas as espécies tributárias e não comporta exceção.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO: PROCURADOR DE CONTAS

Em relação a orçamento público, julgue os itens que se seguem.

78 O denominado orçamento impositivo, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, pode ser descrito como um princípio – o da vinculação da execução orçamentária.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 1: ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS – ESPECIALIDADE: DIREITO

Acerca do planejamento e do orçamento públicos no Brasil e dos princípios norteadores dessa disciplina, julgue os itens a seguir.

112 Ao prever a existência do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social, a CF revogou tacitamente o princípio da unidade ou totalidade, previsto na Lei nº 4.320/1964.

E

113 A autorização, na lei orçamentária anual (LOA), para abertura de créditos especiais foi trazida na CF como exceção ao princípio da exclusividade.

E

CEBRASPE/MCOM-2022 – ATIVIDADE 2: ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELECTUAL

Relativamente ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

51 Se, em dado exercício, o projeto de lei orçamentária anual encaminhado ao Congresso Nacional contiver dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares, tal dispositivo violará o princípio constitucional da exclusividade.

E

CEBRASPE/MCOM-2022 – ATIVIDADE 2: ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELECTUAL

Julgue os próximos itens, quanto à elaboração da lei orçamentária anual.

76 As receitas e despesas que constarem da lei de orçamento devem vir acompanhadas das respectivas deduções.

E

CEBRASPE/MCOM-2022 – ATIVIDADE 2: ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELECTUAL

Julgue o próximo item, quanto à elaboração da lei orçamentária anual.

69 Na elaboração da lei do orçamento, o exercício financeiro compreenderá o período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro.

C

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 5: TÉCNICO AMBIENTAL

No que diz respeito ao conceito de orçamento público, às suas técnicas, aos seus princípios e ao seu ciclo, julgue os itens a seguir.

63 São consideradas exceções ao princípio da universalidade do orçamento a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

E

CEBRASPE/FUB-2022 – CARGO 2: ARQUITETO E URBANISTA

Julgue os itens subsequentes, relativos ao orçamento público.

104 O princípio da unidade trata da aplicação do método das partidas dobradas no orçamento público.

E

106 Segundo o princípio da exclusividade, a lei orçamentária não conterá matéria estranha à previsão da receita e à fixação de despesa.

C

CEBRASPE/FUB-2022 – CARGO 15: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

Os princípios são normas gerais que, por sua relevância, abrangência e valor intrínseco, fundamentam o sistema jurídico, permitindo a interpretação de situações concretas com base nos fins a que se destinam. A respeito dos princípios orçamentários, julgue os itens a seguir.

61 A previsão constitucional do orçamento de investimento das estatais implica a revogação tácita do princípio orçamentário da unidade.

E

62 O princípio orçamentário da universalidade, apesar de válido e aceito, não é expresso em dispositivos legais.

E

63 Os princípios da unidade e da universalidade, em conjunto, garantem que exista uma única peça orçamentária e que nenhum órgão ou entidade possa realizar despesa pública que não esteja prevista nessa peça.

ANULADA

64 As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra devem ser incluídas, como despesa, no orçamento da entidade obrigada a transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber, sendo essa determinação uma consequência do princípio orçamentário do orçamento bruto.

C

65 A destinação de recursos para ações e serviços públicos de saúde, para a manutenção e desenvolvimento do ensino e para as atividades da administração tributária constitui a única exceção ao princípio da não vinculação de receitas.

E

66 A existência de um plano plurianual não é contrária ao princípio da anualidade.

C

CEBRASPE/DPDF-2022 – CARGO 2: ANALISTA DE APOIO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Sabendo que o orçamento público é o principal documento de políticas públicas do governo, julgue os itens a seguir.

95 No orçamento, as despesas são estimadas e as receitas são fixadas, devendo-se manter o equilíbrio entre ambas.

E

96 Conforme o princípio do equilíbrio orçamentário, os valores autorizados para a realização das despesas no exercício deverão ser compatíveis com os valores previstos para a arrecadação das receitas.

C

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Com relação ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

99 A observância do princípio orçamentário da universalidade não garante a observância simultânea do princípio da unidade.

C

CEBRASPE/PGDF 2021 - CARGO: Técnico Jurídico – Apoio Administrativo

Com base nos conceitos e nas aplicações da Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Complementar de Finanças Públicas (Lei n.º 4.320/1964), julgue os itens seguintes.

79 A lei orçamentária conterá os créditos suplementares para os quais já haja recursos suficientes.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A lei orçamentária *poderá conter autorização para abertura de crédito suplementar até determinada importância. O crédito suplementar é, por definição, um reforço de dotação; só se justifica sua abertura após o início da execução do orçamento.*

CEBRASPE/PGDF 2021 - CARGO: Técnico Jurídico – Apoio Administrativo

Considerando os princípios e a execução orçamentários, bem como a composição orçamentária do DF, julgue os itens a seguir.

71 Em consonância com o princípio orçamentário da discriminação, a lei de diretrizes orçamentárias da União de 2020 veda a execução orçamentária de programação que empregue a designação “a definir” bem como designações que não permitam sua identificação precisa.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O princípio da discriminação ou especialização preconiza a especificação de cada rubrica de receita e despesa, de modo que não figurem de forma englobada, como, por exemplo, na hipótese de utilização de intitulações genéricas ou a título de “outros(as)”.

CESPE/TCDF 2021 – Auditor de Controle Externo

As tabelas a seguir, extraídas de projeto de lei orçamentária que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2021, apresentam, respectivamente, a distribuição do orçamento por esfera orçamentária e a distribuição do fundo constitucional do Distrito Federal.

Tabela 1A16-I

esfera	valor (em reais)
fiscal	17.906.421.036
seguridade	8.997.021.291
investimentos das empresas estatais	1.512.982.019
total	28.416.424.346

Internet: <www.economia.df.gov.br> (com adaptações).

Tabela 1A16-II

área	valor (em reais)	%
segurança pública	8.346.317.628	52,92
saúde	4.081.820.588	25,88
educação	3.343.282.028	21,20
total	15.771.420.244	100

Internet: <www.economia.df.gov.br> (com adaptações).

Considerando as informações apresentadas, julgue os itens a seguir.

97 De acordo com o princípio da universalidade do orçamento, o montante da receita estimada para o orçamento de 2021 do Distrito Federal será de R\$ 15.771.420.244.

E

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Acerca de orçamento público, julgue os itens a seguir.

102 O princípio orçamentário da programação determina que as receitas e despesas sejam integralmente programadas no orçamento, sendo vedada qualquer dedução.

E

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Com referência aos procedimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Público, bem como aos papéis da Secretaria do Tesouro Nacional no âmbito do Sistema de Contabilidade Federal, julgue os itens subsequentes.

196 A autorização para a abertura de crédito suplementar pode ser incluída na lei orçamentária, sem constituir desrespeito ao princípio da exclusividade.

C

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 3 – Direito

Ainda acerca de aspectos do direito financeiro, julgue os próximos itens.

160 Pela aplicação do princípio da unidade de tesouraria, é vedado o depósito de salário ou de remuneração de servidor público em instituição financeira privada.

E

161 Em razão do princípio da autonomia, as universidades públicas não estão submetidas às normas orçamentárias previstas na Constituição Federal de 1988.

E

CESPE/CODEVASF 2021 – Todos os cargos – Conhecimentos Básicos

Com relação ao orçamento público, julgue os itens seguintes.

28 O princípio orçamentário da universalidade consiste em integrar, em um único documento legal, todas as receitas previstas e todas as despesas fixadas para cada esfera de poder e em cada exercício financeiro.

E

CESPE/SEFAZ-DF 2020 - Auditor-Fiscal da Receita do DF

Relativamente a tópicos específicos de finanças públicas, julgue os itens a seguir.

58 A arrecadação de impostos compartilhados com diversos entes da Federação deve ser contabilizada no âmbito do ente arrecadador pelo seu valor líquido, descontados os valores pertencentes aos demais entes.

JUSTIFICATIVA: ERRADO.

A contabilização de impostos compartilhados pelo valor líquido viola o princípio do orçamento bruto. De acordo com este princípio, todas as receitas e despesas da lei orçamentária anual devem ser registradas pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções. No caso de impostos compartilhados, portanto, a parcela repassada é contabilizada depois, como despesa.

CESPE/SEFAZ-DF 2020 - Auditor-Fiscal da Receita do DF

Julgue os próximos itens, considerando o disposto na Lei n.º 4.320/1964.

117 Os valores objeto da previsão de arrecadação de receitas constante da lei orçamentária anual pertencem ao respectivo exercício financeiro.

JUSTIFICATIVA: ERRADO.

Segundo o art. 35 da Lei n.º 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas efetivamente arrecadadas, e não as meramente previstas para arrecadação.

118 Os créditos da fazenda pública serão escriturados como receita do exercício financeiro em que tiver se dado o fato gerador.

JUSTIFICATIVA: ERRADO.

Segundo o art. 39 da Lei n.º 4.320/1964, os créditos da fazenda pública serão escriturados como receita do exercício em que tiverem sido arrecadados, e não como receita daquele em que tiver ocorrido o fato gerador.

CESPE/PGM - Campo Grande - MS 2019 - Procurador Municipal

A respeito do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei orçamentária anual (LOA), julgue os itens a seguir.

109 Vigê no ordenamento jurídico brasileiro o princípio da anualidade orçamentária: nenhum tributo será cobrado no exercício financeiro sem prévia autorização orçamentária.

E

CESPE/TJ-AM 2019 - Analista Judiciário - Contabilidade

A respeito de planejamento governamental, julgue os itens a seguir.

102 Ente da Federação que arrecadar tributos pertencentes a outro ente deverá incluir o produto integral da receita em seu próprio orçamento, em respeito ao princípio da universalidade.

C

CESPE/Prefeitura de Boa Vista-RR 2019 - Procurador Municipal

De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue os seguintes itens, acerca de direito financeiro e princípios orçamentários.

75 É viável incluir na lei orçamentária municipal autorização para a contratação, pelo município, de operação de crédito por antecipação de receita.

C

CESPE/ SLU 2019 - Cargo 1: ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Com relação a técnicas orçamentárias e aos princípios orçamentários, julgue os itens a seguir.

104 Conforme o princípio da unidade, deve haver um único orçamento para cada ente da Federação, observada a periodicidade anual.

ANULADA

Prejudicou-se o julgamento objetivo da assertiva pela presença da expressão “observada a periodicidade anual”.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O princípio da unidade está genericamente contemplado no art. 2.º da Lei n.º 4.320/1964: Art. 2.º A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade. Trata-se, aqui, da

necessidade de haver um único orçamento para cada ente da Federação, observada a periodicidade anual. O objetivo estaria na possibilidade de verificar todas as receitas e todas as despesas a um só tempo e, ainda, identificar a existência ou não de equilíbrio orçamentário.

105 De acordo com o princípio da anualidade, o orçamento público deve ser elaborado e autorizado para um exercício financeiro, que, no Brasil, vai de 1.º de abril de determinado ano a 31 de março do ano seguinte.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. O orçamento público deve ser elaborado e autorizado para período determinado, geralmente um ano. No Brasil, o exercício financeiro coincide com o ano civil (1.º de janeiro a 31 de dezembro de um mesmo ano), por força do art. 34 da Lei n.º 4.320/1964.

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 1

Com relação ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

40 Para ser considerada princípio orçamentário, a regra deve estar expressamente prevista na Constituição Federal de 1988.

E

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 4

A respeito de orçamento público, julgue os itens seguintes.

69 O princípio da unidade orçamentária determina que todas as despesas e todas as receitas de todos os poderes, órgãos e fundos estejam compreendidas no orçamento.

E

CESPE/MP-PI 2018 - Cargo 1: ANALISTA MINISTERIAL – ÁREA: ENGENHARIA – ESPECIALIDADE: ENGENHARIA CIVIL

De acordo com os princípios que regulam o orçamento público, julgue os itens seguintes.

105 Cada ente da Federação deve possuir apenas um orçamento, estruturado de maneira uniforme.

C

106 O orçamento deve ser elaborado e autorizado para um único exercício financeiro.

C

107 A lei orçamentária deverá conter todas as receitas e despesas previstas no ano civil.

C

CESPE/MPU 2018 - Cargo 2: TÉCNICO DO MPU – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito de orçamento público, julgue os próximos itens.

108 O exercício financeiro do governo federal poderá ter início no dia 1.º de abril de determinado ano, desde que termine no dia 31 de março do ano seguinte, em respeito ao princípio da anualidade.

ERRADO

CESPE/ EMAP 2018 - Cargo 5: ANALISTA PORTUÁRIO II – ÁREA: FINANCEIRA E AUDITORIA INTERNA

No que se refere a tributos, julgue os itens a seguir.

80 O empréstimo compulsório, criado para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou iminente, é um imposto que atende ao princípio da não afetação da receita pública.

E

81 Contribuição de melhoria, um imposto decorrente de melhorias advindas de obras públicas, atende ao princípio da não afetação da receita pública.

E

Gab. Preliminar → C

Justificativa: A contribuição de melhoria não é um imposto, mas, sim, uma das modalidades de tributo.

CESPE/STJ 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Acerca dos fundamentos de administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

96 É vedada a inclusão de dotações orçamentárias destinadas a despesas correntes de propósitos distintos.

C

97 Os princípios da unidade e da universalidade são válidos, ainda que haja orçamentos diferentes no âmbito de cada ente da Federação.

C

CESPE/STJ 2018 - Cargo 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

A respeito das técnicas, dos princípios e do ciclo orçamentários, julgue os itens a seguir.

108 A publicação do orçamento em diário oficial é o ato que garante o cumprimento do princípio orçamentário da clareza.

E

CESPE/ABIN 2018 - CARGO 2 –CARGO 2: OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 2

No que tange às disposições constitucionais a respeito das finanças públicas, ao conceito e às espécies de orçamento público, aos princípios orçamentários, às normas gerais de direito financeiro (Lei n.º 4.320/1964) e à fiscalização e ao controle interno e externo dos orçamentos, julgue os itens a seguir.

117 Decorre do princípio do equilíbrio orçamentário, do ponto de vista material, a exigência de que, no orçamento público, haja equilíbrio entre receitas e despesas totais, ainda que sejam obtidas operações de crédito para financiar parte das despesas públicas.

E

118 De acordo com o princípio do orçamento bruto, todas as receitas e despesas devem constar da lei de orçamento anual pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

C

CESPE/STM 2018 - Cargo 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com relação a técnicas e princípios orçamentários, julgue os itens seguintes.

91 O princípio da exclusividade proíbe que a lei orçamentária contenha autorização para a contratação de operações de crédito.

E

Gabarito preliminar: C

92 O princípio da não afetação das receitas veda a vinculação de tributos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as exceções estabelecidas pela Constituição Federal de 1988.

E

95 O princípio orçamentário da unidade estabelece que a lei orçamentária anual deve conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundações e fundos instituídos e mantidos pelo poder público.

E

CESPE/TCE-PE 2017 - Cargo 1: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS

A respeito de orçamento público, julgue os itens a seguir.

75 Dado o princípio da anualidade orçamentária, os orçamentos públicos das diversas esferas de governo devem ter vigência de um exercício financeiro e coincidir com o ano civil.

E

(Gab preliminar Certo)

Justificativa da Banca: O período de vigência do orçamento anual varia entre os países.

76 Em observância ao princípio da universalidade orçamentária, devem estar reunidos no orçamento estadual todos os recursos que um estado-membro esteja autorizado a arrecadar e todas as dotações necessárias ao custeio de serviços públicos estaduais.

C

CESPE/TCE-PE 2017 - Cargo 3: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA : AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS

Considerando as disposições constitucionais e as normas gerais relativas ao direito financeiro, bem como os princípios orçamentários, julgue os itens a seguir.

74 Em razão do princípio da exclusividade orçamentária, a lei orçamentária deve conter todas as receitas e despesas, qualquer que seja a sua natureza, procedência ou o seu destino.

E

75 Violará o princípio da não afetação da receita a promulgação de lei estadual que impuser aos municípios a aplicação em financiamento de programa habitacional estadual de 50% do ICMS a eles destinado.

C

CESPE/TCE-PE 2017 - CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS CARGOS 1 E 2

Com relação aos métodos de classificação e outros conceitos técnicos da administração orçamentária, julgue os itens que se seguem.

33 Para identificar a origem de determinada receita pública de acordo com o acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos, utiliza-se a classificação por natureza de receita.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: PROCURADORIA

Julgue os itens seguintes, relativos ao orçamento público.

103 De acordo com o princípio da unidade orçamentária, a vigência do orçamento deverá ser limitada a um exercício financeiro.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 3: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: ADMINISTRATIVA - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Com relação ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

87 De acordo com o princípio da exclusividade, autorizações para aberturas de créditos suplementares e contratações de operações de crédito, apesar de constituírem dispositivos estranhos à previsão de receitas e à fixação de despesas, podem constar da lei orçamentária anual (LOA).

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 20: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito do orçamento público, instrumento de gestão de maior relevância da administração pública, julgue os itens a seguir.

103 O princípio da universalidade do orçamento, consagrado nas constituições brasileiras, estabelece que o montante da despesa autorizada em cada exercício financeiro não poderá ser superior ao total de receitas estimadas para o mesmo período.

E

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Acerca de finanças públicas e orçamento público, julgue os itens a seguir.

91 O princípio orçamentário da uniformidade pode ser cumprido ainda que dois entes federativos classifiquem uma mesma despesa de formas diferentes.

C

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 3: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Acerca do direito financeiro na Constituição Federal de 1988 e dos princípios orçamentários, julgue os seguintes itens.

96 Apesar de os entes federados serem obrigados a elaborar um orçamento fiscal, um orçamento de investimento das empresas estatais e um orçamento da seguridade social, é correto afirmar que vigora no Brasil o princípio da unidade orçamentária.

C

97 Apesar de no direito financeiro brasileiro vigorar o princípio da anualidade orçamentária, os créditos adicionais podem ser incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente ao da sua autorização.

E

CESPE/DPU 2016 - Cargo 5: CONTADOR

A respeito do orçamento público e das receitas e despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

141 De acordo com o princípio da universalidade orçamentária, cada unidade orçamentária deve possuir apenas um orçamento.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO 2: ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO

Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, julgue os itens subsequentes.

56 É vedado ao estado do Rio Grande do Norte realizar vinculação de receitas de impostos à manutenção de programas de ensino.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO 3: INSPETOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA

Acerca de finanças públicas e orçamento, julgue os itens a seguir.

96 O princípio do equilíbrio orçamentário deixará de ser observado, caso um crédito adicional seja aberto sem a indicação da fonte de recursos necessária à cobertura da despesa.

E

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 3: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR - SUBATIVIDADE: ADMINISTRATIVO

Receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por categoria econômica

PLOA 2016

R\$ 1,00

receitas correntes	R\$ 1.415.530.910.754	despesas correntes	R\$ 1.692.366.493.234
receitas de capital	R\$ 1.448.455.174.058	despesas de capital	R\$ 1.170.756.862.732
receitas intraorçamentárias	R\$ 39.438.964.529	reservas	R\$ 40.301.693.375
total das receitas	R\$ 2.903.425.049.341	total das despesas	R\$ 2.903.425.049.341

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2016 prevê um déficit orçamentário. Essa é a primeira vez na história que o governo entrega uma proposta orçamentária admitindo déficit nas suas contas. A tabela apresentada mostra o resumo da receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade por categoria econômica.

A respeito dessa tabela e dos assuntos a ela relacionados, julgue os itens a seguir.

51 A existência de déficit orçamentário no PLOA desrespeita o princípio do equilíbrio orçamentário.

E

52 O fato de o PLOA da União, dos estados e dos municípios compreender os orçamentos fiscais, da seguridade e de investimento das estatais está em consonância com os princípios da unidade e da universalidade.

C

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 7: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: FINANÇAS

Os princípios orçamentários são premissas que norteiam a elaboração do orçamento. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

74 Com base no princípio da universalidade orçamentária, é correto afirmar que todas as receitas e despesas das empresas públicas e estatais devem integrar o orçamento de investimento.

E

75 A destinação de recursos provenientes da receita de impostos ao fundo de participação dos estados e municípios tem previsão constitucional e representa uma exceção ao princípio da não afetação das receitas.

C

CESPE/STJ 2015 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Tendo como referência os conceitos e as normas aplicáveis ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

100 A transferência da contabilização de uma obrigação resultante de despesa realizada no exercício atual para o subsequente está associada à quebra dos princípios da totalidade e da publicidade.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: CONTADORIA

Com relação aos conceitos introdutórios da administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

93 Se determinado estado assinar contrato com empresa privada, prevendo a prestação de contragarantias financeiras por parte do ente público, a vinculação de uma parcela da receita

oriunda do Fundo de Participação dos Estados para esta finalidade poderá ser feita sem que haja desrespeito ao princípio da não vinculação de recursos.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 15: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Acerca de técnicas e princípios relacionados com o orçamento público, julgue os itens a seguir.

88 Se todos os entes da Federação elaborassem e executassem um único orçamento, essa ação seria embasada pelo princípio orçamentário da uniformidade.

E

89 Ao produzir efeitos jurídicos e orçamentários em mais de um exercício financeiro, a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) não desrespeita o princípio orçamentário da anualidade.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 2: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A respeito de administração financeira e de princípios e diretrizes orçamentárias, julgue os itens a seguir.

107 A aplicação do princípio orçamentário da especialização pressupõe que um grau maior de discriminação da receita e da despesa interessa particularmente aos escalões decisórios superiores, em razão de sua importância para a fiscalização e o controle.

E

CESPE/DEPEN 2015 - Cargo 7: AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL – ÁREA 1

Acerca das noções básicas de orçamento público e de administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

97 De acordo com o princípio da universalidade, o orçamento deve englobar todas as receitas e despesas do Estado para que seja realizada a programação financeira de arrecadação de tributos necessários para custear as despesas projetadas pelo governo.

C

99 O princípio orçamentário da unidade, que prescreve a formulação de um orçamento único, não é observado pela Constituição Federal brasileira, que determina a existência dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais.

E

No que se refere a orçamento público e sua execução no Brasil, julgue os itens que se seguem.

101 Conforme a regra geral do princípio da não afetação, estabelecido na Carta Magna brasileira, é vedada a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.

C

102 A lei orçamentária anual deve incluir orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social votante; no entanto, a autorização para a abertura de crédito suplementar deve ser conteúdo de lei complementar específica.

E

CESPE/TRE GO 2015 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

Julgue os itens a seguir, referentes a administração orçamentária.

105 De acordo com o princípio do orçamento bruto, o montante total de despesas orçamentárias deve ser igual ao montante total de receitas orçamentárias.

E

Julgue os itens seguintes, a respeito de receita pública.

114 O imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos pelos estados e municípios, de competência da União, não chega a constituir-se em transferência àqueles entes, sendo diretamente apropriado como receita tributária própria.

C

115 Os ingressos extraorçamentários, que integram o fluxo financeiro das receitas públicas, não têm impacto no patrimônio líquido nem são objeto de programação orçamentária.

C

CESPE/CGE-PI 2015 - Cargo 1: AUDITOR GOVERNAMENTAL – ÁREA: GERAL

Em relação a lei orçamentária anual (LOA), planejamento governamental no estado do Piauí e créditos adicionais, julgue os itens a seguir.

132 A LOA não deverá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, nem autorização para a contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).

E

CESPE/CGE-PI 2015 - Cargo 1: AUDITOR GOVERNAMENTAL – ÁREA: GERAL

Acerca do PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da LOA, das técnicas orçamentárias, da supervisão ministerial e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsecutivos.

136 Sob a ótica das atuais normas orçamentárias, são consideradas receitas de capital as receitas de compensação financeira provenientes da fruição de recursos minerais, hídricos e florestais para recompor financeiramente os prejuízos ou danos causados pela atividade econômica na exploração desses bens.

E

CESPE/MPU 2015 - Cargo 1: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Técnico-Administrativo – Especialidade: Atuarial

A respeito da administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

54 De acordo com o princípio da exclusividade, é vedado ao Poder Executivo incluir na lei orçamentária anual (LOA) autorização para contratação de operação de crédito.

E

CESPE/FUB 2015 - Cargo 8: Assistente em Administração

Julgue os itens a seguir, referentes a orçamento.

101 A lei orçamentária não pode conter qualquer dispositivo estranho à previsão da receita e fixação da despesa: deve conter apenas matéria financeira.

E

(gab. Preliminar → C)

102 De acordo com o princípio da unidade, o orçamento deve valer para uma unidade de tempo, isto é, para o período de um ano.

E

103 O princípio que estabelece que todas as receitas e despesas devem ser obrigatoriamente consideradas é o denominado princípio da obrigatoriedade.

E

104 As despesas, dentro do orçamento, devem aparecer em seus valores brutos, sem deduções.

C

CESPE/ANTAQ 2014 - Cargo 4: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA: QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO

No que diz respeito a aspectos da administração financeira e orçamentária pública, julgue os itens a seguir.

53 O princípio da anualidade orçamentária determina que o orçamento de cada um dos entes da Federação deve ser elaborado e encaminhado ao Poder Legislativo no ano anterior ao da sua execução.

E

CESPE/ANTAQ 2014 - CARGO 7: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

No que se refere aos princípios orçamentários e às técnicas orçamentárias, julgue os itens que se seguem.

110 Caso determinada entidade pública registre a receita total arrecadada é maior que a despesa total realizada, o princípio do equilíbrio orçamentário terá sido descumprido.

ANULADA

(gab. preliminar → E)

113 Em razão do princípio da universalidade, o valor recebido referente à multa aplicada pela ANTAQ somente será registrado como receita do exercício corrente se houver previsão dessa multa na lei orçamentária anual.

E

CESPE/TCDF 2014 - Cargo: Técnico de Administração Pública

A respeito das noções de administração financeira, bem como dos princípios e das diretrizes do orçamento público, julgue os itens a seguir.

80 Suponha que determinado município tenha instituído contribuição de melhoria sobre imóveis localizados próximos de obra pública concluída. Nessa situação, em respeito ao princípio da não vinculação, o município estará proibido de determinar a destinação do produto da arrecadação da referida contribuição ao atendimento de despesa pública específica.

E

81 O princípio da universalidade está expresso no dispositivo constitucional que proíbe a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

E

CESPE/TCDF 2014 - Cargo 5: Analista de Adm. Púb. - Especialidade: Serviços Téc. e Adm. – Orientação: Orçamento, Gestão Financeira e Controle

Com relação aos aspectos gerais do orçamento público e a sua implementação no Brasil, julgue os itens subsecutivos.

75 Considera-se respeitado o princípio da unidade orçamentária ainda que a lei orçamentária anual seja composta por três orçamentos diferentes, como ocorre no Brasil.

C

CESPE/TCDF 2014 - Cargo: Auditor de Controle Externo

Acerca do orçamento público, julgue os itens subsecutivos.

92 Atende ao princípio da unidade orçamentária a inclusão, na lei orçamentária, do orçamento de investimento de empresa em que a União detenha participação, ainda que sem direito a voto.

E

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Acerca dos princípios orçamentários, julgue os itens subsecutivos.

121 O princípio da exclusividade tem o objetivo de impedir que a lei de orçamento seja utilizada como meio de aprovação de matérias estranhas às questões orçamentárias.

C

122 No Brasil, a anualidade do orçamento sempre foi consagrada, inclusive nos dispositivos constitucionais, mas a exigência de que os orçamentos anuais fossem complementados com projeções plurianuais se deu a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

E

123 As cotas de receita que uma entidade pública deva transferir a outra serão incluídas como receita no orçamento da entidade obrigada à transferência.

E

124 O princípio do orçamento bruto, embora bastante representativo, não está integrado à legislação brasileira.

E

125 O princípio da especialização contribui para o trabalho fiscalizador dos parlamentos sobre as finanças executivas.

C

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA IV

Tendo em vista que fiscalizar as ações do Poder Executivo é uma das funções do Poder Legislativo, e que o orçamento é um instrumento auxiliar para o cumprimento dessa função, julgue os itens subsequentes, relativos ao planejamento, aos métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público e às leis a ele relacionadas.

124 De acordo com a lei, o Poder Executivo pode encaminhar ao Poder Legislativo proposta para a criação de imposto destinado à construção de novas rodovias federais. Nesse caso, não haverá razão para o Poder Legislativo questionar se os recursos em questão serão efetivamente gastos com a construção das rodovias, sendo suficiente a inclusão de artigo vinculando o imposto aos gastos que justifiquem sua criação.

E

CESPE/ICMBIO 2014 - Cargo 1: Analista Administrativo

Acerca do orçamento público e do papel do Estado nas finanças públicas, julgue os itens a seguir.

84 Para evitar dupla contagem, os registros das receitas e despesas na lei orçamentária anual (LOA) devem ser realizados pelos seus valores líquidos, abatendo os impostos e as taxas.

E

CESPE/CADE 2014 - Cargo 1: Analista Técnico-Administrativo

Com relação ao orçamento público, aos princípios orçamentários e aos ciclos orçamentários, julgue os itens subsequentes.

56 A lei orçamentária anual (LOA) pode conter dispositivo que autorize a abertura de crédito destinado a atender a dotação não prevista no programa de trabalho inicialmente aprovado.

E

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 1: ADMINISTRADOR – CLASSE A, PADRÃO I

Acerca de orçamento público e planejamento, julgue os itens a seguir.

74 Na contabilização do total de receitas, deduzir o valor a ser inscrito na dívida ativa tributária da União descumpre o princípio orçamentário da programação.

E

JUSTIFICATIVA - De acordo com o princípio orçamentário da programação, a lei orçamentária deve especificar os gastos por meio de programas de trabalho, que permitirão a identificação dos objetivos e metas a serem atingidos. O projeto referido no item estaria descumprindo o princípio do orçamento bruto, segundo o qual todas as receitas e despesas devem ser consignadas pelos seus valores brutos, vedadas as deduções.

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO – CLASSE A, PADRÃO I

No que se refere ao funcionamento e às normas que regem a elaboração do orçamento público, julgue os próximos itens.

70 De acordo com o princípio da unidade, ou da totalidade orçamentária, todos os entes federados devem reunir seus diferentes orçamentos em uma única lei orçamentária, que consolidará todas as receitas e despesas públicas do Estado.

E

JUSTIFICATIVA – O princípio, previsto no art. 2.º da Lei n.º 4.320/1964, tem como objetivo evitar a existência de múltiplos orçamentos no mesmo ente federado, uma vez que, devido às características de uma República Federativa, os entes têm orçamentos independentes entre si.

CESPE/MDIC 2013 - Cargo 1: Analista Técnico-administrativo

No que se refere ao orçamento público como ferramenta de atuação do governo nas finanças públicas, julgue os próximos itens.

65 O princípio orçamentário da legalidade é estabelecido pela norma constitucional segundo a qual é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital. Serão ressalvadas, porém, as operações de crédito autorizadas com finalidade precisa, mediante créditos suplementares ou especiais aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

E

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

A respeito do orçamento público, sua evolução, seus princípios e sua composição, julgue os itens subsecutivos.

100 Alguns dos princípios observados no processo de elaboração, aprovação, execução e controle do orçamento não estão expressos nas normas constitucionais ou legais em vigor.

C

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Em relação ao orçamento público e à atuação do Estado, julgue os seguintes itens.

91 As parcelas referentes às transferências constitucionais da União para os estados e municípios, por constituírem destinações incondicionais, definidas por percentuais predeterminados, não integram a receita orçamentária da União, e, em atendimento ao princípio do orçamento bruto, ingressam diretamente como receita orçamentária dos entes beneficiários.

E

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 13: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

A respeito de orçamento público, julgue os itens subsequentes.

91 Considere que um prefeito pretenda iniciar uma ação governamental, para a qual não haja vedações nem previsões na Lei Orçamentária Anual. Nessa situação, em observância ao princípio da legalidade, a ação mencionada somente poderá ser iniciada após aprovação de crédito adicional que inclua autorização expressa e específica no orçamento.

C

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 1: Administração / Economia

QUESTÃO 42

Sendo os princípios orçamentários premissas que norteiam a elaboração e execução orçamentárias, e correto afirmar que a meta de superávits primários, como um pilar da política econômica, tem como pressuposto a observância do princípio

- A da não vinculação.
- B da correspondência.
- C do equilíbrio.
- D da anualidade.
- E do orçamento bruto.

LETRA C

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 5: Ciências Contábeis

QUESTÃO 63

Com relação aos princípios orçamentários, assinale a opção correta.

- A O princípio da não afetação da receita vincula as receitas a partir da aplicação dos mecanismos de desvinculação das receitas da União (DRU).
- B De acordo com o princípio da periodicidade, as previsões de receitas e despesas referem-se a um período determinado de tempo (quatro anos), conforme o PPA.
- C O princípio da legalidade indica que as ferramentas de planejamento orçamentário dos entes federativos, para apresentarem eficácia e legitimidade, requerem formalidade legal.
- D De acordo com o princípio da totalidade, a lei orçamentária deve conter três orçamentos independentes entre si: o fiscal, o da seguridade social e o dos investimentos em empresas estatais.
- E O princípio do orçamento bruto estabelece que todas as receitas previstas e as despesas fixadas das entidades da administração direta e indireta de um ente federativo, inclusive as entidades não dependentes, devem estar contidas em uma só lei orçamentária.

LETRA C

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 6: Direito

QUESTÃO 68

Apesar de entre os princípios constitucionais que regem a elaboração da proposta orçamentária pelo Estado incluir-se o da não vinculação da receita de impostos, a Constituição Federal permite ao Estado vincular parcela da receita de impostos

- A ao pagamento de servidores públicos comissionados.
- B a despesas imprevisíveis e urgentes, como calamidades públicas.
- C a um programa de apoio à inclusão e promoção social.
- D à aquisição de equipamentos para a segurança pública.

E à construção de estradas.

LETRA C

CESPE/FUNASA 2013 - ÁREA DE LOTAÇÃO: CELEBRAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONVÊNIOS – NÍVEL IV: ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELCTUAL – ESPECIALIDADE 3

Em relação ao orçamento público, julgue os itens seguintes.

60 Na elaboração do orçamento público, deverá ser lançado o valor líquido com as deduções previstas, de modo a se obter o montante com que efetivamente se contará para a execução financeira.

E

CESPE/ANCINE 2013 - Cargo 1: Analista Administrativo Área: I

Em relação ao processo orçamentário no âmbito da administração pública do Brasil, julgue os itens que se seguem.

90 A abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, contraria o princípio da exclusividade.

E

CESPE/BACEN 2013 - Analista - Área 5: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A respeito dos princípios orçamentários e das despesas e receitas públicas, julgue os próximos itens.

84 É vedada a vinculação de receita de qualquer espécie a órgão, fundo ou despesa, ressalvados os casos autorizados na Constituição Federal.

E

86 O princípio do orçamento bruto, que é decorrente da evolução das funções orçamentárias relacionadas com a implantação do orçamento-programa, fundamenta-se na obrigatoriedade de se especificarem os gastos por meio de programas de trabalho que permitem a identificação dos objetivos e metas a serem atingidos.

E

CESPE/TCU 2013 - Auditor Federal de Controle Externo

Acerca dos planos e orçamentos públicos, em particular no Brasil, julgue os itens seguintes.

156 As fundações educacionais públicas federais integram o orçamento da União, a exemplo das autarquias, constituindo as instituições de ensino superior. Essa característica decorre da aplicação do princípio orçamentário da universalidade.

E

157 Quando a Constituição Federal determina que percentual do valor arrecadado de um tributo de competência de determinado ente deva ser transferido a outro, cada um desses entes registrará como receita exclusivamente e diretamente a sua respectiva parcela.

E

CESPE/MPU 2013 - CARGO 6: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: FINANÇAS E CONTROLE

Com base nos fundamentos das contabilidades pública e comercial, julgue os itens a seguir.

96 De acordo com as normas gerais de orçamento, a lei orçamentária deve obedecer aos princípios de universalidade, anualidade e clareza.

E

CESPE/MPU 2013 - CARGO 8: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

No que concerne aos princípios orçamentários, julgue os itens subsecutivos.

66 O princípio da anualidade estabelece que as autorizações orçamentárias e, conseqüentemente, o exercício financeiro no Brasil devem corresponder a doze meses e coincidir com o ano civil. Contudo, constitui exceção ao princípio mencionado a autorização para os créditos reabertos.

C

67 Previstos constitucionalmente, os orçamentos fiscal, de investimentos das estatais e da seguridade social dizem respeito ao princípio orçamentário da universalidade.

E

68 Na Lei Orçamentária Anual, a autorização, para a abertura de créditos suplementares é exceção ao princípio orçamentário da não afetação de receita.

E

CESPE/TCE-RS 2013 - CARGO: AUDITOR-FISCAL DO TRABALHO Cargo: Oficial de Controle Externo, Nível II, Classe A, na Função de Oficial Instrutivo

Julgue os itens a seguir, relativos ao orçamento público.

97 Em atendimento ao princípio da universalidade orçamentária, deve ser adotada uma forma específica quando da elaboração do orçamento, fazendo-se constar todos os elementos pertinentes em um único documento.

E

98 Dado o princípio da exclusividade orçamentária, exige-se que o orçamento contenha apenas matéria financeira, não podendo conter assuntos estranhos à previsão de receita e à fixação de despesa, ressalvadas as hipóteses previstas na CF.

C

CESPE/TRT 8ª Reg - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Considerando conceitos e princípios do orçamento público, assinale a opção correta.

A Como a despesa orçamentária não deve ultrapassar o montante da receita arrecadada, a adoção do princípio da não afetação da receita é uma importante ferramenta para o controle dos gastos públicos e da dívida fundada e flutuante.

B A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminha ao Legislativo compõe-se de mensagem sobre a situação econômica do país, do projeto de lei do orçamento e de anexos de metas fiscais.

C De acordo com o princípio da totalidade orçamentária, as separações orgânicas que resultam da descentralização administrativa por território e por serviços devem ser respeitadas.

D As parcelas da receita e da despesa devem ser reconhecidas no orçamento pelo seu valor líquido, independentemente de o saldo ser positivo ou negativo.

E O princípio da especificação, discriminação ou unidade orçamentária inibe a incorporação de dotações globais na lei orçamentária.

LETRA C

CESPE/TRT 8ª Reg – Cargo 11: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

QUESTÃO 55

O princípio orçamentário que possibilita ao Poder Legislativo conhecer, a priori, todas as receitas e despesas do governo e que impede o Poder Executivo de realizar qualquer operação de receita e despesa sem prévia autorização parlamentar, salvo as exceções, denomina-se princípio

A da universalidade.

B da exclusividade.

C da unidade.

D da não afetação.

E do orçamento bruto.

LETRA A

CESPE/MJ 2013 - Cargo 1: Analista Técnico-Administrativo

A respeito de orçamento público, julgue os itens seguintes.

83 De acordo com o princípio da legalidade, a divulgação do orçamento da União deve ocorrer por meio do Diário Oficial da União, uma vez que o princípio da transparência é silente quanto ao meio de divulgação a ser utilizado pelo Congresso Nacional, após aprovação do texto legal.

E

CESPE/MJ 2013 - Cargo 2: ADMINISTRADOR

Acerca dos princípios orçamentários, da técnica e da classificação orçamentária, julgue os itens seguintes.

78 É vedada a vinculação de qualquer tipo de receita tributária a órgão, fundo ou despesa, conforme o princípio da não afetação da receita.

E

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013, consta crédito para o Ministério da Justiça relativo ao início da construção de um prédio, onde será instalada uma nova secretaria do órgão. Há previsão de pagamentos a serem realizados em parcelas durante a execução da obra, que será concluída em 2014.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue os próximos itens, com base na legislação vigente.

84 A vigência do crédito disponibilizado na LOA de 2013 findar-se-á ao final de 2014.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A respeito de orçamento público, julgue os itens que se seguem.

63 Caso seja aprovada lei complementar que revogue a norma segundo a qual o exercício financeiro deva coincidir com o ano civil, mas que mantenha o intervalo de doze meses para o ciclo orçamentário, o princípio orçamentário da anualidade permanecerá em vigor.

E

(gab. preliminar → C)

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 1: Analista Administrativo – Área: Administração

A respeito das diversas formas de organização e operacionalização do orçamento, julgue os itens seguintes.

76 Em virtude de peculiaridades específicas do processo orçamentário, tais como a dinâmica do investimento público, o orçamento possui, no Brasil, um período de vigência diferente do ano civil, conhecido como período de vigência orçamentária.

E

77 Para que o governo consiga atuar com eficiência e eficácia, faz-se necessária uma boa integração entre os diversos programas e projetos por ele desenvolvidos. Nesse sentido, o tripé planejamento, programação e orçamentação atua como elo fundamental para a obtenção de coerência das diversas ações desenvolvidas pelo governo.

C

O orçamento brasileiro é formado por um conjunto de leis que visam garantir coerência temporal nas ações desenvolvidas pelo governo. Nesse sentido, plano plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA) formam uma estrutura básica de planejamento e execução do orçamento no Brasil. Com relação a esses dispositivos, julgue os itens que se seguem.

83 A gestão da dívida pública é de importância fundamental para o equilíbrio macroeconômico de um país, podendo sofrer, ao longo de um exercício, fortes oscilações nos seus custos. Por essas razões, nem todas as despesas relativas à dívida pública precisam constar na lei orçamentária, que se limita à discriminação daquelas consideradas fixas.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 4: Analista Administrativo - Área: Ciências Contábeis

No que se refere a receitas e despesas públicas, julgue os itens seguintes.

72 De acordo com o princípio da não vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, é permitida a vinculação da receita de tributos estaduais para o pagamento de débitos com a União.

E

Com relação ao processo de elaboração do orçamento público brasileiro, julgue os itens subsequentes.

89 Segundo o princípio do orçamento bruto, todas as parcelas da receita e da despesa devem constar da LOA pelos seus valores brutos, sem deduções, razão que justifica a orientação dada pela Secretaria do Tesouro Nacional de contabilização do imposto de renda na fonte dos funcionários de estados e municípios como receita da União, posteriormente repassada aos respectivos entes da federação.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 6: Analista Administrativo - Área: Direito

No que se refere ao direito financeiro, julgue os itens seguintes.

83 O princípio orçamentário da universalidade garante que o orçamento conterà apenas matéria financeira, sem abarcar assuntos estranhos à previsão de receitas e à fixação de despesas.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 16: Técnico Administrativo

A respeito dos princípios orçamentários, julgue os itens a seguir.

71 O princípio da unidade estabelece que o montante da despesa não deve ultrapassar a receita prevista para o período.

E

72 O impedimento à apropriação de receitas de impostos, com exceção das ressalvas previstas na Constituição Federal de 1988 (CF), tipifica o princípio da não vinculação das receitas.

C

73 A proibição relativa à inserção, na lei orçamentária, de norma estranha à previsão da receita e à fixação da despesa advém do princípio da universalidade.

E

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 6: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ADMINISTRAÇÃO

Com relação a orçamento público, julgue os itens que se seguem.

109 Considere que o governo efetue alienação de títulos de crédito e utilize o produto da venda desses títulos para o custeio de determinada despesa não incluída no orçamento. Nesta situação, não foi observado o princípio da universalidade.

C

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 11: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

Acerca do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

92 A Lei Orçamentária Anual compreenderá todas as receitas, não englobando as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária, a abertura de créditos suplementares, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

E

CESPE/MPOG 2013 - temp/Categoria Profissional 3: Técnico de Nível Superior – SPU/UCP

Com relação ao orçamento público, julgue os itens subsecutivos.

68 O cumprimento do princípio orçamentário da discriminação ou especialização dificulta a fiscalização parlamentar.

E

Com relação aos princípios orçamentários, julgue os próximos itens.

84 As receitas que possuem previsão constitucional de destinação parcial dos recursos arrecadados devem ser evidenciadas na LOA com seus valores líquidos, ou seja, a previsão da receita menos a parcela a ser transferida.

E

85 Uma das exceções ao princípio da não afetação das receitas é a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

C

CESPE/IBAMA 2013/Cargo Cargo: Analista Administrativo

A respeito do orçamento público e da atuação do governo nas finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

85 Considere que um parlamentar tenha apresentado projeto de lei para revogar uma norma vigente, segundo a qual o exercício financeiro deve coincidir com o ano civil. Nessa situação, é correto afirmar que, ainda que esse projeto de lei seja aprovado, o princípio orçamentário da anualidade continuaria em vigor no Brasil.

C

CESPE/MS 2013/Cargo 3: Administrador

Em relação aos princípios orçamentários e às funções do orçamento público, julgue os próximos itens.

74 Apresentar o orçamento público em linguagem clara e compreensível atende ao princípio da clareza.

C

76 A autorização concedida pela lei orçamentária anual para abertura de créditos adicionais suplementares constitui exceção ao princípio da exclusividade.

C

CESPE/MI 2013 - Cargo 1: Analista Técnico Administrativo

Acerca de orçamento público, julgue os itens seguintes.

56 O princípio da universalidade possibilita ao Legislativo impedir o Executivo de realizar qualquer operação de receita ou despesa sem prévia autorização parlamentar.

C

CESPE/MI 2013 - Cargo 4: Administrador

Em relação à atuação no governo nas finanças públicas e ao orçamento público, julgue os próximos itens.

101 A inclusão pelo Poder Executivo, na proposta de lei orçamentária anual (LOA), de dispositivo que autorize o governo federal a contratar determinado empréstimo com instituição financeira estrangeira não viola o princípio orçamentário da exclusividade.

C

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

118 É vedada a consignação de dotações globais na LOA, ainda que sejam relativas a despesas decorrentes de contrato.

E

CESPE/UNIPAMPA 2013 - Cargo 1: Administrador

No que se refere ao orçamento público, julgue os itens subsequentes.

67 Dado o princípio da universalidade, o Poder Legislativo pode impedir o Poder Executivo de realizar qualquer operação de receita e despesa sem prévia autorização parlamentar.

C

68 Salvo as exceções previstas em lei, o princípio da não afetação das receitas veda a vinculação da receita de impostos, taxas e contribuições de melhoria a determinado órgão, fundo ou despesa.

E

CESPE/UNIPAMPA 2013 - Cargo 6: Contador

Acerca de princípios orçamentários e orçamento público, julgue os itens a seguir.

51 Na Constituição Federal de 1988, é vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, a fim de evitar o desequilíbrio orçamentário, em especial, o déficit das operações correntes.

C

52 O princípio da totalidade orçamentária vigora na composição anual do orçamento, sendo utilizada, contudo, a multiplicidade de orçamentos (fiscal, de investimentos e da seguridade social) para a previsão da despesa pública, uma vez que, na fixação da receita, prevalece o orçamento uno.

E

53 Por intermédio do princípio da universalidade, segundo o qual a lei orçamentária deve conter a discriminação de todas as receitas e de todas as despesas do Estado, o Poder Legislativo pode impedir a execução de despesas sem a prévia autorização parlamentar.

C

54 De acordo com o princípio da especialização, a despesa deve ser discriminada na lei orçamentária, no mínimo, por elementos, ressalvando-se a predição de alguns programas de investimento, a qual pode ser feita na forma global.

C

CESPE/MME 2013 - Cargo 2: Analista Financeiro

QUESTÃO 75

Tendo em vista que os princípios orçamentários são premissas que devem ser observadas na concepção da proposta de orçamento, no intuito de assegurar-lhe, entre outros aspectos, racionalidade, eficiência e transparência, assinale a opção correta. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, refere-se à Constituição Federal de 1988.

A De acordo com o princípio do orçamento bruto, é vedado, na CF, o início de programas ou de projetos não incluídos na LOA, pois as despesas não devem exceder os valores brutos elencados na respectiva peça orçamentária.

B Em consonância com o princípio da exclusividade, a CF estabelece que a LOA não deve abranger dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa.

C De acordo com o princípio da anualidade ou periodicidade, a vigência do orçamento é limitada no tempo, não sendo admitida, na forma da lei, a reabertura de limites e a incorporação de saldos a exercícios financeiros subsequentes.

D Em observância ao princípio da universalidade, a LOA deve abranger todas as receitas e despesas do Estado, inclusive as despesas e as receitas operacionais das empresas de que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

E O princípio da unidade ou da totalidade, abordado parcialmente na CF, estabelece que o orçamento anual de cada esfera do governo deve ser segregado em três subgrupos: o fiscal, o de investimento e o de seguridade social.

LETRA B

QUESTÃO 76

Ainda em relação aos princípios orçamentários, assinale a opção correta.

A De acordo com o princípio da publicidade, há previsão, na CF, de vedação ao remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro sem prévia autorização legislativa.

B O equilíbrio entre receitas e despesas na peça orçamentária, estipulado pelo princípio do equilíbrio, deve ser aferido ao longo da execução do orçamento, haja vista as despesas constantes da LOA não serem impositivas.

C Nos termos do princípio do planejamento e da programação consagrados pela CF, o PPA deve ser aprovado mediante lei, sendo admitida a sua formalização por meio da edição de medida provisória.

D Em conformidade com o princípio da não afetação das receitas, há vedação, prevista na CF, à vinculação da receita de impostos, taxas e contribuições a órgão, fundo ou despesas específicos.

E O princípio orçamentário da legalidade é o dispositivo constitucional utilizado para se estabelecer a apreciação, pelas duas casas do Congresso Nacional, dos projetos de lei relativos ao PPA, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais.

LETRA E

CESPE/MME 2013 - Cargo 3: Gerente de Projeto

QUESTÃO 89

Em relação aos princípios da instituição orçamentária, assinale a opção correta.

A O princípio da totalidade orçamentária estabelece a possibilidade de coexistência de diversos orçamentos, que devem sofrer a consolidação para propiciar a visão conjunta das finanças públicas.

B De acordo com o princípio da unidade orçamentária, todos os entes da Federação devem elaborar, em conjunto, um único orçamento.

C A elaboração independente dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais viola o princípio da unidade.

D Sob o ponto de vista histórico, pode-se afirmar que o princípio da unidade orçamentária foi extinto com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

E Segundo o princípio multiplicidade orçamentária, no atual sistema de orçamento brasileiro, o orçamento deve ser separado em três unidades: fiscal, de seguridade social e de investimentos das estatais.

LETRA A

QUESTÃO 90

Considerando os princípios orçamentários no que se refere ao controle do Poder Executivo, assinale a opção correta.

A Para a garantia da consistência orçamentária, em regra, as receitas devem ser vinculadas a órgãos, fundos ou despesas.

B De acordo com o princípio da universalidade, a LOA deve ser única para toda a Federação.

C De acordo com o princípio da anualidade, fica proibida a reabertura de créditos adicionais especiais e extraordinários em orçamento de exercício financeiro subsequente.

D De acordo com o princípio da especificação, todas as despesas, inclusive as relacionadas aos programas especiais de trabalho, devem ser discriminadas no orçamento, não sendo possível que se consignem na LOA dotações globais.

E Um dos objetivos da aplicação do princípio da universalidade é impedir que o Poder Executivo realize qualquer operação de receita e despesa sem prévia autorização parlamentar.

LETRA E

CESPE/MME 2013 - Cargo 4: Gerente Técnico de Projeto

QUESTÃO 86

O Poder Executivo incluiu na proposta de lei orçamentária anual um dispositivo acerca do divórcio de casais, estabelecendo que a ação judicial correspondente não pode ser impetrada no mesmo ano de realização do casamento. Nessa situação hipotética, a regra mencionada estaria em desacordo com o princípio da

- A legalidade.
- B exclusividade.
- C universalidade.
- D anualidade.
- E unidade.

LETRA B

CESPE/MME 2013 - Cargo 6: Assistente Financeiro

QUESTÃO 75

Assinale a opção correta com relação aos princípios orçamentários. Nesse sentido, considere que a sigla LOA, sempre que utilizada, se refere a lei orçamentária anual.

- A O princípio da unidade prevê que a LOA deverá conter os valores brutos de todas as receitas e todas as despesas.
- B O princípio da universalidade garante que a LOA deverá ser única no âmbito de atuação de cada ente federativo.
- C O princípio da uniformidade prevê que a LOA apresente e conserve uma estrutura que permita a comparação ao longo dos diversos exercícios e mandatos.
- D Consta no princípio da legalidade que a vigência da LOA deve ser limitada a um ano-calendário, iniciando-se em 1.º de janeiro e terminando em 31 de dezembro.
- E De acordo com o princípio da anualidade, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei.

LETRA C

CESPE/TELEBRAS 2013 - Cargo 6: Especialista em Gestão de Telecomunicações – Ocupação: Analista Superior – Subatividade: Finanças

Em relação a processo orçamentário, seus princípios e diretrizes e lei de diretrizes orçamentárias (LDO), julgue os próximos itens.

77 Determinados programas de investimentos podem ser apresentados no orçamento de forma global, deixando de atender ao princípio da discriminação ou da especialização.

C

79 O princípio do orçamento bruto e o princípio da unidade orçamentária têm o mesmo objetivo: estabelecer o imperativo de elaboração de somente um orçamento.

E

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Judiciária

Considerando que João seja responsável pela elaboração da proposta orçamentária de um tribunal federal, que irá compor o projeto de lei orçamentária anual (LOA) para 2014, julgue os itens que se seguem à luz do disposto na CF, na Lei n.º 4.320/1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

106 Ao inserir na proposta todas as despesas previstas para o exercício seguinte, João atenderá ao princípio da especificação.

E

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Julgue os próximos itens, relativos a orçamento público.

108 O princípio da transparência choca-se, em algumas situações, com o princípio do orçamento bruto. De acordo com o princípio da transparência, a peça orçamentária deve ser clara e simples, não contendo informações desnecessárias, ao passo que, segundo o princípio do orçamento bruto, a peça orçamentária deve conter muitas informações — que, inclusive, poderiam ser eliminadas, se fossem usados dados líquidos sobre receitas e despesas —, uma vez que não há ganho efetivo originado do uso de informações brutas.

E

111 Caso uma prefeitura crie, por meio da vinculação de receitas de impostos, uma garantia de recursos para a colocação de asfalto em todas as vias municipais, ela violará o princípio da não afetação de receitas.

C

Com referência a administração financeira e orçamentária, julgue os itens de 112 a 115.

114 O princípio do equilíbrio orçamentário, segundo algumas escolas de pensamento, deve ser ignorado em situações de crise, devendo o governo intervir ativamente na economia para estimular a demanda. No Brasil, os debates sobre equilíbrio orçamentário restringem-se a discussões genéricas no PPA.

E

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 9: Analista Judiciário – Área: Apoio Especializado – Especialidade: Engenharia Civil

No que se refere aos princípios de planejamento e orçamento públicos, julgue os itens seguintes.

95 De acordo com o princípio da periodicidade, o exercício financeiro deverá conter o período de tempo de mandato do presidente da República para garantir a governabilidade e atender à Lei de Responsabilidade Fiscal.

E

CESPE/CNJ 2012 Cargo 13: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

A respeito de orçamento público, julgue os itens seguintes.

92 Por ser uma iniciativa do executivo e em virtude da independência entre os poderes, a Lei Orçamentária Anual (LOA) não dispõe acerca dos valores destinados ao pagamento de pessoal dos poderes Legislativo e Judiciário.

E

95 A relação intertemporal do gasto público é um importante elemento da política pública. Por essa razão, o orçamento deve ser plurianual, conforme previsto na legislação brasileira, que, portanto, viola o princípio da anualidade orçamentária.

E

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) formam a tríade que constitui a estrutura básica de planejamento e implementação do orçamento no Brasil. A respeito desses dispositivos, julgue os itens a seguir.

96 Como a gerência da dívida pública é responsabilidade exclusiva do Poder Executivo, apenas o ato de contratação de dívida nova é controlado pelo Poder Legislativo, devendo, por isso, ser incluído na LOA. Outras despesas relativas à dívida são isentas dessa obrigação.

E

CESPE/SEGER ES 2012 - Cargo: Analista do Executivo – Área de Formação 1: Administração

QUESTÃO 49

Assinale a opção correta em relação aos princípios orçamentários.

A A lei orçamentária do estado do Espírito Santo está em desacordo com o princípio da totalidade, uma vez que é editada anualmente por meio de três orçamentos distintos: o fiscal, o da seguridade social e o de investimento.

B De acordo com o princípio da periodicidade, as despesas públicas contempladas no orçamento fiscal devem ser executadas anualmente, ao passo que os programas de investimentos públicos podem ser iniciados independentemente de constarem do plano plurianual (PPA).

C Em consonância com o princípio da não vinculação, as receitas de contribuições sociais devem ser recolhidas à conta única do Tesouro Nacional e utilizadas para o pagamento de quaisquer despesas públicas.

D Em conformidade com o princípio da exclusividade, a Lei Orçamentária Anual (LOA) não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, ressalvando-se dessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito.

E Um dos princípios respeitados na elaboração do orçamento geral da União é o da clareza, evidenciando-se o montante de recursos desvinculados das receitas da seguridade social no orçamento fiscal.

LETRA D

CESPE/SEGER ES 2012 - Cargo: Analista do Executivo – Área de Formação 2: Ciências Contábeis

QUESTÃO 52

Acerca dos princípios orçamentários, assinale a opção correta.

A De acordo com o princípio da especificação, também denominado princípio da discriminação, deve-se evitar a inserção de dotações globais na lei do orçamento.

B A autorização para abertura de créditos adicionais e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, são exceções ao princípio do equilíbrio financeiro.

C O princípio da não afetação de receita é também denominado vinculação da receita, devido à existência de mecanismos de desvinculação da receita da União (DRU) aprovados por lei.

D De acordo com o princípio da universalidade, o orçamento deve ser uno para possibilitar maior conhecimento do fluxo de recursos orçamentários que compõem as finanças de um ente público em determinado exercício.

E De acordo com o princípio da exclusividade, o orçamento deve conter todas as receitas a serem arrecadadas e todas as despesas a serem empenhadas no exercício financeiro.

LETRA A

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Tendo em vista que o crescimento dos gastos públicos e o conseqüente aumento do peso do governo na economia tornam o planejamento da ação governamental cada vez mais importante, julgue os itens subsequentes, relativos à evolução do orçamento público e ao papel do Estado na economia.

104 A maneira como a legislação observa o princípio do equilíbrio orçamentário é útil para a compreensão dos instrumentos de intervenção econômica disponíveis ao governo, principalmente no tocante à geração de déficits. Na abordagem desse princípio, a CF, ao limitar as possíveis razões de endividamento do governo, interferiu na questão do déficit das operações correntes.

C

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Julgue os itens subsecutivos, acerca da lei de orçamento público.

88 Para que seja realizada operação de crédito por antecipação da receita, para resolver insuficiências de caixa poderá conter autorização ao executivo, na lei de orçamento vigente.

C

89 As dotações globais destinadas a atender indiferentemente despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras não serão consignadas à lei de orçamento. Entretanto, poderão ser custeados por dotações globais, classificadas entre as despesas de capital, os programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não se possam cumprir subordinadamente às normas gerais de execução da despesa.

C

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 10: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

Princípios podem ser definidos como um conjunto de padrões ou regras que atuam como sistema de referência ou orientação. Os princípios orçamentários são especialmente importantes para o estudo do processo orçamentário, mas não obrigatoriamente incorporados ou observados pela legislação de um país. A respeito dos princípios orçamentários comumente aceitos, julgue os itens subsequentes.

108 A manutenção de certa autonomia no direcionamento dos recursos públicos é fundamental para que a administração possa cumprir seu papel. Nesse sentido, o princípio conhecido como princípio da não afetação das receitas orienta a não vinculação de parcelas da receita geral a gastos específicos.

ANULADA

(gab. preliminar → C)

109 Para a obtenção de maior transparência e clareza na previsão de despesas e fixação de receitas constantes na lei orçamentária anual, permite-se a dedução das receitas que não serão efetivamente convertidas em caixa, sem que, para isso, seja necessário discriminar os valores originais. Ao prever tal procedimento, a legislação observa o princípio do orçamento bruto.

ANULADA

(gab. preliminar → E)

110 De acordo com o princípio da unidade, o ente governamental deve dispor de apenas um orçamento, que inclua todas as receitas estimadas e despesas fixadas pelo Estado.

C

111 O princípio da anualidade orçamentária fundamenta-se em critérios puramente técnicos, relativos às questões operacionais de apuração contábil da receita e da despesa, não estando relacionado, portanto, com o controle político do Poder Executivo.

E

Tendo em vista que, em virtude de sua importância para a administração pública e a sociedade em geral, o orçamento recebeu atenção específica na CF, principalmente nos artigos de 165 a 169, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que as siglas PPA, LDO e LOA, sempre que empregadas, se referem, respectivamente, a plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual.

116 Para a garantia dos recursos necessários a investimentos na infraestrutura de transporte urbano no Brasil, é permitida pela CF a vinculação das receitas próprias geradas pela arrecadação de impostos sobre a propriedade de veículos automotores.

ANULADA

(gab. preliminar → E)

CESPE/INPI 2012 - Cargo 9 - ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Classe A, Padrão I) – ÁREA: GESTÃO FINANCEIRA (A3)

Acerca da evolução do orçamento público, orçamento como instrumento do planejamento governamental e princípios orçamentários, julgue os itens de 86 a 90.

87 Para permitir que haja maior controle nos gastos públicos, o princípio da unidade propõe que os orçamentos de todos os entes federados (União, estados e municípios) sejam reunidos em uma única peça orçamentária, que assume a função de orçamento nacional unificado.

E

89 O princípio do orçamento bruto refere-se à apresentação dos valores do modo mais simples possível, ou seja, após todas as deduções brutas terem sido realizadas.

E

90 A padronização orçamentária é um elemento importante para que as informações contidas na peça orçamentária possam ser devidamente compreendidas e analisadas pelas partes interessadas.

C

A respeito da evolução do orçamento, seus princípios e a integração entre planejamento e orçamento, julgue os itens subsequentes.

112 A LOA é peça técnica voltada para a operacionalização do planejamento governamental, assim não é necessária a observância do princípio da publicidade, visto que o PPA e a LDO já cumprem a função de tornar público para a sociedade quais são os objetivos dos governos e que meios serão utilizados para alcançá-los.

E

113 O princípio da universalidade deve ser seguido na parcela do orçamento que trata dos Poderes Executivo e Judiciário. No entanto, esse princípio não precisa ser observado no caso das despesas relativas ao Poder Legislativo.

E

CESPE/IBAMA 2012 - ANALISTA AMBIENTAL - Tema 2: Monitoramento, regulação, controle, fiscalização e auditoria ambiental

Em relação ao orçamento público, julgue os próximos itens.

113 Os orçamentos anuais esgotam as autorizações para a arrecadação de todas as receitas e para a realização de todas as despesas dentro de um determinado período.

E

CESPE/ ANP 2012 PERFIL 4 : ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA IV

103 O orçamento precisa ser publicado no Diário Oficial da União correspondente a cada esfera para produzir efeitos. No caso dos municípios que não tenham diário oficial, o orçamento pode ser publicado em jornal local.

C

104 Todas as parcelas da receita e da despesa devem figurar no orçamento em seus valores brutos, sem apresentar qualquer tipo de dedução.

C

105 Regendo-se pelo princípio da legalidade, as entidades públicas somente poderão adotar classificações orçamentárias com grau de discriminação fixado pela lei.

E

CESPE/TJAC 2012 - Cargo 5: Contador

De acordo com a Lei Federal n.º 4.320/1964 e suas alterações, julgue os itens subsecutivos.

75 Os créditos adicionais têm vigência limitada ao exercício financeiro em que foram abertos, exceto os especiais e os extraordinários.

C

Acerca do ciclo orçamentário, julgue os itens subsequentes.

79 A lei orçamentária contempla todas as receitas, inclusive as operações de crédito autorizadas em leis, como, por exemplo, a emissão de papel-moeda e entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

E

Julgue os itens seguintes, acerca da execução da gestão pública.

86 A determinação da Constituição Federal de 1988, que estabelece que a lei orçamentária anual deve compreender o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento da seguridade social, configura uma exceção ao princípio orçamentário da unidade.

E

CESPE/ANAC 2012 - Cargo 2: Analista Administrativo – Área 2

Com relação à função e aos princípios do orçamento público, julgue os itens a seguir.

64 De acordo com o princípio da economicidade, deve-se operacionalizar ao mínimo custo possível, tendo em vista que os recursos públicos são escassos.

C

No que se refere a orçamento público, julgue os itens seguintes.

67 De acordo com o princípio da clareza, a LOA deve ser elaborada em linguagem compreensível a todos os interessados.

C

CESPE/ANATEL 2012 - Cargo 1: Analista Administrativo

Os princípios orçamentários são linhas norteadoras de ação a serem observadas na concepção da proposta de LOA. Acerca desse assunto, julgue os próximos itens.

101 O princípio da exclusividade estabelece que a LOA não contenha dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita orçamentária.

C

102 De acordo com o princípio da universalidade, a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

C

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 11: Analista Judiciário – Especialidade: Engenheiro Civil

QUESTÃO 48

A lei orçamentária deve incorporar todas as receitas e despesas, de modo que nenhuma instituição pública que receba recursos orçamentários ou gerencie recursos públicos seja excluída do orçamento da União. Tal dispositivo expressa o princípio da(o)

- A universalidade
- B exclusividade
- C equilíbrio
- D legalidade
- E unidade

LETRA A

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Especialidade: Administrador

46 De acordo com o princípio orçamentário da totalidade,

- A as despesas previstas e as receitas fixadas devem integrar uma única LOA.
- B a inclusão de autorização para a contratação de operação de crédito na LOA é proibida.
- C a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve conter todas as receitas e despesas.
- D cada ente governamental deve elaborar um único orçamento.
- E a LOA deve referir-se a um único exercício financeiro.

LETRA D

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 2: Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

A respeito do orçamento público brasileiro, julgue os itens a seguir, com base nas disposições da Lei n.º 4.320/1964.

93 Segundo o princípio da unidade, cada ente da Federação está obrigado a incluir em seu orçamento todas as receitas e despesas dos poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo respectivo ente.

E

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 1: Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Considerando o orçamento como importante instrumento no planejamento das ações governamentais, julgue os itens a seguir, relativos a orçamento público.

91 De acordo com o princípio da não afetação das receitas, todas as parcelas da receita e da despesa devem constar do orçamento, sem qualquer tipo de dedução.

E

93 Pelo princípio da universalidade, o Poder Legislativo está autorizado a cobrar o montante exato de tributos necessários ao atendimento estrito do volume global de despesas projetadas pelo governo.

E

(Gab. Preliminar: C)

Justificativa: A prerrogativa de cobrar o montante exato de tributos necessários ao atendimento estrito do volume global de despesas projetadas pelo governo é do Poder Executivo, e não do Poder Legislativo, conforme afirmado no item. Por essa razão, opta-se pela alteração do gabarito.

CESPE/ IBAMA 2012 - Cargo: Técnico Administrativo

No que diz respeito a orçamento público, julgue os próximos itens.

83 A existência do orçamento fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas contraria o princípio orçamentário da exclusividade.

E

CESPE/ANCINE/2012 - Cargo 1: Técnico Administrativo

Acerca do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

138 Consoante o princípio da periodicidade, o exercício financeiro corresponde ao período de tempo ao qual se referem a previsão das receitas e a fixação das despesas.

C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 2: Auditor de Controle Externo – Área: Ciências Contábeis

Considerando a atuação governamental no que se refere à administração orçamentária e financeira, julgue os itens que se seguem.

146 Se, em determinado exercício, a arrecadação tributária de determinado ente federativo não alcançar o volume de recursos previstos na lei orçamentária anual, não haverá possibilidade de esse ente atender ao princípio do equilíbrio orçamentário.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 1: Auditor de Controle Externo – Área: Auditoria Governamental

Acerca de orçamento público, julgue os próximos itens.

130 O princípio da anualidade orçamentária remonta ao controle parlamentar sobre os impostos e à aplicação dos recursos públicos.

C

131 A vinculação de receitas para educação, saúde e segurança não pode ser considerada violação do princípio da não afetação de receitas, uma vez que esses serviços são a razão da existência do Estado moderno.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo : AUDITOR

No que se refere à atuação do Estado nas finanças públicas e ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

109 A abrangência do princípio orçamentário da não vinculação de receitas restringe-se às receitas de impostos.

C

CESPE/ TCU 2011- Cargo 1: AUFC: Auditoria Governamental

O orçamento público é baseado em conceitos doutrinários próprios e bem distintos dos orçamentos elaborados por instituições privadas. A respeito desse tema, julgue os itens seguintes.

133 Se determinado município precisar urgentemente aprovar a autorização legal para a contratação de determinado empréstimo destinado a reformar as escolas locais antes do início do período letivo, tal autorização não poderá ser incluída na LOA, pois essa lei não pode conter dispositivo estranho à previsão das receitas e à fixação das despesas.

E

Julgue os itens que se seguem, a respeito dos princípios orçamentários.

134 O princípio orçamentário da programação não poderia ser observado antes da instituição do conceito de orçamento-programa.

C

135 Como parte integrante do processo orçamentário, o PPA deve obedecer ao princípio da universalidade.

E

136 Entre as três leis ordinárias previstas pela CF para dispor sobre orçamento, somente a LOA é obrigada a observar o princípio da especificação.

C

CESPE/TCU 2011 - Cargo 2: AUFC: Auditoria de Obras Públicas

89 O princípio da universalidade está claramente incorporado na legislação orçamentária, assegurando que o orçamento compreenda todas as receitas e todas as despesas públicas, possibilitando que o Poder Legislativo conheça, a priori, todas as receitas e despesas do governo e possa dar prévia autorização para a respectiva arrecadação e realização.

C

CESPE/TCDF 2011 - Cargo: Auditor de Controle Externo

111 O princípio orçamentário da unidade é um dos mais antigos no Brasil no que se refere à aplicação prática, pois vem sendo observado desde a publicação da Lei n.º 4.320/1964.

E

CESPE/EBC 2011 - Cargo 9: Analista de Empresa de Comunicação Pública – Atividade: Contabilidade

Em relação aos princípios orçamentários, julgue os itens a seguir.

63 O princípio da não afetação da receita veda a vinculação de receita de impostos, taxas e contribuições a despesas, fundos ou órgãos.

E

64 O saldo não aplicado do crédito adicional extraordinário cuja promulgação ocorrer em setembro de 2011 poderá ser reaberto e incorporado ao orçamento de 2012, sendo uma exceção ao princípio da anualidade.

C

65 A reserva de contingência, dotação global para atender passivos contingentes e outras despesas imprevistas, constitui exceção ao princípio da especificação ou especialização.

C

Acerca do orçamento público, julgue os itens seguintes.

66 A LOA poderá conter a autorização prévia para abertura de crédito adicional especial.

E

CESPE/MPE-PI 2011- Cargo 7: Analista Ministerial – Área: Orçamento

Tendo em vista que, no mundo de hoje, principalmente depois das recentes crises financeiras internacionais, compreende-se que o Estado tem papel preponderante no equilíbrio da economia, sendo o orçamento público sua principal forma de atuação, julgue os itens que se seguem.

51 O princípio orçamentário da uniformidade determina que o orçamento deve apresentar e conservar ao longo dos diversos exercícios financeiros uma estrutura que permita comparações entre os sucessivos mandatos.

C

53 Entre as instituições que integram o orçamento público, estão as autarquias, incluindo aquelas de natureza especial, as fundações instituídas e mantidas pelo poder público e as empresas públicas e sociedades de economia mista dependentes.

C

A respeito de orçamento e procedimentos contábeis no setor público, julgue os itens subsequentes.

77 De acordo com o princípio da não afetação, não se deve estabelecer vinculações imutáveis ou definitivas entre receitas e despesas, embora sejam admitidas vinculações subordinadas a levantamentos das necessidades, haja vista que tanto receitas como despesas estão sujeitas a mutações constantes.

C

CESPE/AL CE 2011 - Cargo 1: Analista Legislativo – Administração

Com relação ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

71 A reserva de contingência é uma das exceções ao princípio orçamentário da especificação ou especialização.

C

CESPE/TCU 2009/ Cargo 1: Auditor Federal de C. Externo – Área: C. Externo – Especialidade: C. Externo – Orientação: Auditoria de Obras Públicas

Com relação aos orçamentos públicos e às suas características no Brasil, julgue os itens a seguir.

73 A partir da CF, os chamados gastos tributários se incorporaram à Lei Orçamentária Anual. Para atender a essa exigência, o valor de cada renúncia fiscal passou a ser demonstrado como dedução da receita correspondente, em coerência com o princípio do orçamento líquido.

E

CESPE/ TCU 2009 - Cargo 4: Técnico Federal de Controle Externo

A respeito das finanças públicas e do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

37 A lei orçamentária anual não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa, admitindo-se, contudo, preceito relativo à autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

C

CESPE/ TCU 2007 - Cargo: Analista de Controle Externo – Área e Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

Os princípios orçamentários formam os pilares de uma gestão de recursos públicos. O art. 2.o da Lei n.o 4.320/1964 dispõe que a Lei de Orçamento conterá a discriminação da receita e da despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho de governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade. Com relação à observância ao princípio da universalidade, julgue o item a seguir.

126 O projeto da lei orçamentária deve ser acompanhado do demonstrativo regionalizado dos efeitos sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

C

CESPE/TRT 10ª Região 2012 – Cargo 2 – Analista Judiciário – Especialidade: Contabilidade

Em relação à administração pública e ao orçamento público, julgue os itens subsequentes, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF).

92 Consoante o princípio da exclusividade, o projeto da lei orçamentária deve apresentar os efeitos decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, que afetem as receitas e despesas.

E (gab extraoficial)

CESPE/PERÍCIA FORENSE – CE – PEFOC 2011 - Cargo 5: Perito Criminal de 1.ª Classe – Área de Formação: Engenharia Civil

A respeito dos princípios de planejamento e de orçamento públicos, julgue os itens seguintes.

96 Segundo o princípio da universalidade do orçamento público, todas as receitas e despesas deverão constar no orçamento com seus valores brutos, e, não, líquidos.

E

98 O não comprometimento de parcela da receita a determinados gastos atende ao princípio da não vinculação de receitas.

C

CESPE/ TCU 2007 - Cargo: Analista de Controle Externo – Área e Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

Os princípios orçamentários formam os pilares de uma gestão de recursos públicos. O art. 2º da Lei n.º 4.320/1964 dispõe que a Lei de Orçamento conterá a discriminação da receita e da despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho de governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade. Com relação à observância ao princípio da anualidade, julgue o item a seguir.

136 São vedados programas e projetos que não sejam incluídos na lei orçamentária anual, excetuando-se os créditos especiais e extraordinários, que serão incorporados, em razão da sua natureza, ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

E

CESPE/MPU 2010 - Cargo 30: Analista de Orçamento

Acerca de princípios orçamentários, julgue os itens subsequentes.

81 O princípio da exclusividade foi proposto com a finalidade de impedir que a lei orçamentária, em razão da natural celeridade de sua tramitação no legislativo, fosse utilizada como mecanismo de aprovação de matérias diversas às questões financeiras.

C

82 De acordo com o princípio da não afetação, o montante das despesas não deve superar o montante das receitas previstas para o período.

E

83 A aplicação do princípio do orçamento bruto visa impedir a inclusão, no orçamento, de importâncias líquidas, isto é, a inclusão apenas do saldo positivo ou negativo resultante do confronto entre as receitas e as despesas de determinado serviço público.

C

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

Acerca dos conceitos e princípios orçamentários, julgue os itens que se seguem.

91 Por força do princípio da exclusividade, a LOA não deverá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Por isso, a lei orçamentária não pode ser aprovada se nela constar autorização para a realização de operações de crédito.

E

92 O orçamento público, que mantém interação com a LDO e o PPA, pode ser considerado instrumento de planejamento das ações de governo.

C

93 Dada a autonomia financeira e orçamentária garantida pela CF, os entes da Federação têm ampla liberdade para elaborar seus orçamentos, pelo menos no que diz respeito a suas próprias receitas.

E

94 O princípio da exclusividade tem por objetivo principal evitar a ocorrência das chamadas caudas orçamentárias.

C

95 A existência do PPA, da LDO e da LOA, aprovados em momentos distintos, constitui uma exceção ao princípio orçamentário da unidade.

E

96 O ciclo orçamentário compreende um período de tempo que se inicia antes do exercício correspondente àquele em que o orçamento deve entrar em vigor, sendo necessariamente superior a um ano.

C

97 O controle da execução orçamentária, como item do ciclo orçamentário, é executado apenas pelo controle interno, consoante previsão constitucional.

E

98 Na administração pública federal, o exercício financeiro corresponde ao período compreendido entre 1.º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano civil.

C

99 Conforme o princípio orçamentário da unidade, todas as receitas e despesas devem integrar o orçamento público.

E

Em relação às previsões constitucionais relativas ao orçamento público, julgue os itens de 129 a 134.

130 Em respeito ao princípio orçamentário da não vinculação da receita, nenhum imposto será vinculado a órgão, fundo ou despesa, nem mesmo no caso de destinação de recursos para serviços públicos de saúde e educação.

E

134 Os créditos suplementares, especiais e extraordinários terão vigência apenas no exercício financeiro em que forem autorizados, em atendimento ao princípio orçamentário da anualidade.

E

Ainda com relação aos orçamentos públicos, julgue os itens a seguir.

143 De acordo com o princípio orçamentário da exclusividade, deve-se evitar que dotações globais sejam inseridas na LOA.

E

CESPE/ABIN 2010 - Cargo 1: Oficial Técnico de Inteligência – Área de Administração

A CF reforçou a integração entre planejamento e orçamento público, delineada pela Lei n.º 4.320/1964, estabelecendo-se formalmente e definitivamente, a partir de sua promulgação, o entendimento de que a determinação de uma estratégia de atuação governamental mais ampla e que permita delimitar o que fazer e que metas devem ser alcançadas é condição necessária para a elaboração da lei de meios. No que diz respeito a orçamento público, julgue os itens que se seguem, de acordo com o que dispõe a CF.

88 O princípio da não afetação de impostos de que trata o art. 167, inciso IV, da CF aplica-se aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, sendo permitida a vinculação de impostos da competência desses entes federativos somente para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para o pagamento de débitos com ela contraídos.

E

CESPE/TCU 2009/ Cargo 1: Auditor Federal de C. Externo – Área: C. Externo – Especialidade: C. Externo – Orientação: Auditoria de Obras Públicas

No que se refere às finanças públicas, julgue os itens que se seguem.

60 Em que pese o princípio da não vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesas, a Constituição Federal de 1988 (CF) não veda tal vinculação na prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.

C

CESPE/ANTAQ 2009 - Cargo 8: Analista Administrativo – Especialidade: Ciências Contábeis

A respeito de matéria orçamentária pública, julgue os itens de **75 a 83**.

79 Suponha que a lei orçamentária tenha autorizado o Poder Executivo a abrir créditos suplementares em favor das agências reguladoras, no limite das suas necessidades, a serem cobertos, ainda que parcialmente, com o excesso de arrecadação de receitas próprias e vinculadas, independentemente de sua destinação. Nesse caso, foram infringidos pelo menos dois princípios orçamentários: anualidade e exclusividade.

E

CESPE/ANTAQ 2009 - Cargo 10: Analista Administrativo – Qualquer Área de Formação

Com relação ao orçamento público e à administração financeira, julgue os itens de **67 a 75**.

69 Prevista na lei orçamentária anual, a autorização para abertura de créditos suplementares é uma das exceções de cumprimento do princípio do orçamento bruto.

E

CESPE/SECONT 2009 - CARGO 2: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Com relação ao orçamento público e ao ciclo orçamentário, julgue os itens a seguir.

51 O princípio orçamentário da universalidade preceitua que o orçamento deverá conter todas as receitas e despesas pelos seus valores líquidos, subtraídas as deduções estabelecidas pela legislação vigente.

E

CESPE/IPEA 2008 - Cargo 6: Técnico de Desenvolvimento e Administração – Perfil: Gestão de Orçamento e Finanças

No que se refere aos princípios orçamentários brasileiros e ao poder de legislar sobre orçamento, julgue os itens seguintes.

54 O poder de estabelecer normas gerais sobre orçamento restringe-se à União.

E

55 É vedado ao administrador público exceder os créditos orçamentários ou adicionais, e tal vedação envolve não apenas a realização de despesas, mas, também, a assunção de obrigações diretas.

C

56 Se um administrador público municipal contrai, em nome do município, uma operação de crédito por antecipação da receita, poderá vincular a receita de IPTU à operação, dando-a como garantia da dívida.

C

57 Se o Poder Executivo Federal promover a transposição de recursos de uma categoria de programação orçamentária para outra, ainda que com autorização legislativa, incorrerá em violação de norma constitucional.

E

58 Se a União utilizar recursos da contribuição social sobre o faturamento das empresas (COFINS), para o pagamento de despesas de natureza não previdenciária estará incorrendo em afronta a dispositivo constitucional.

E

59 Estará violando norma constitucional o administrador público que abrir créditos suplementares ou extraordinários sem a indicação de recursos correspondentes.

E

60 Se o BNDES empresta recursos a um estado para completar o valor necessário ao pagamento da folha de salários de seus servidores, tal procedimento fere a CF.

C

Enquanto não for editada nova lei sobre finanças públicas, permanecem em vigor as normas da Lei n.º 4.320/1964 que não conflitam com a CF e com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim sendo, em conformidade com aquela lei de 1964, e sobre a matéria orçamentária, julgue os próximos itens.

62 Se uma receita é arrecadada pela União e parte dela é distribuída para os estados, então a União deve prever no orçamento, como receita, apenas o valor líquido.

E

63 Apesar do princípio da não-vinculação da receita de impostos previsto na CF, a Lei n.º 4.320/1964 traz a possibilidade de uso de receita tributária para gastos específicos das entidades de direito público.

C

No que concerne ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

90 A CF prevê várias hipóteses que constituem exceções ao princípio orçamentário da não-afetação das receitas.

C

CESPE/MCT 2008 - CARGO: ANALISTA EM C&T PLENO 1-I (B20)

A melhor forma de se obter a transparência do orçamento público e facilitar o seu controle e avaliação é buscar a elaboração da peça legal, seguindo e obedecendo aos princípios clássicos do orçamento. O objetivo desses princípios é tornar o orçamento transparente e facilitar o seu controle e avaliação.

Edson Ronaldo Nascimento. Gestão pública.

Acerca do assunto tratado no texto acima, julgue os itens a seguir.

71 O princípio orçamentário da universalidade possibilita ao Poder Legislativo conhecer a priori todas as receitas e despesas do governo e dar prévia autorização para a respectiva arrecadação.

C

CESPE/AGU 2008 - Cargo: Advogado da União

Acerca das normas constitucionais que regem os orçamentos, julgue os itens a seguir.

53 A LOA não conterá dispositivo estranho à fixação da receita e à previsão de despesa.

E

54 A LOA poderá conter contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

C

Ainda acerca dos orçamentos, julgue os itens que se seguem.

55 O princípio da universalidade estabelece que todas as receitas e despesas devem estar previstas na LOA.

C

56 O princípio da não-afetação refere-se à impossibilidade de vinculação da receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, com exceção de alguns casos previstos na norma constitucional.

C

57 O orçamento é um ato administrativo da administração pública.

E

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

Com base nos conceitos gerais e princípios relativos ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

152 A inclusão do serviço da dívida e das receitas de convênios e demais recursos próprios relativos aos diversos órgãos e entidades da administração pública nos orçamentos públicos resultou da aplicação do princípio da totalidade.

E

153 O orçamento público compreende, de um lado, a autorização para a arrecadação da receita, e de outro, o limite para a realização da despesa.

C

TCE/AC 2006 - Cargo 4: Analista de Controle Externo – Especialidade: Ciências Contábeis

A administração financeira e orçamentária estadual está circunscrita a normas, princípios e instituições do âmbito federal e do próprio estado. Acerca desse assunto, julgue os itens seguintes.

31 A lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo nessa proibição as autorizações para abertura de créditos adicionais suplementares. Também estão excluídas dessa proibição as operações de crédito por antecipação da receita, que não devem exceder à quarta parte da estimativa orçamentária para o exercício financeiro e, até trinta dias após o encerramento deste, devem ser obrigatoriamente liquidadas.

C

CESPE/TCU 2004 - Cargo: Analista de Controle Externo

Com base nas disposições da Constituição Federal sobre princípios orçamentários e créditos adicionais, julgue os itens que se seguem.

31 Considere a seguinte situação hipotética.

Um prefeito municipal encaminhou projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal. No projeto, consta dispositivo que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o correspondente a 20% da despesa total autorizada.

Nessa situação, a solicitação do prefeito municipal tem amparo legal, podendo a Câmara Municipal, entretanto, autorizar outro percentual ou mesmo rejeitar o dispositivo.

E

32 Considere a seguinte situação hipotética.

Para atender despesas urgentes, que decorreram de situação de calamidade pública, um prefeito municipal editou decreto abrindo crédito extraordinário, sem, no entanto, indicar os recursos compensatórios.

Nessa situação, a solução adotada tem amparo legal, havendo a obrigatoriedade, entretanto, de que o valor do crédito extraordinário seja compensado quando da utilização de recursos provenientes de excesso de arrecadação para a abertura de créditos adicionais.

C

2. RECEITAS PÚBLICAS

CEBRASPE/CNMP 2023 – CARGO 10: TÉCNICO DO CNMP – ÁREA: APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Quanto ao registro de ingressos e desembolsos de recursos públicos, julgue os próximos itens.

63 O simples fato de uma receita não constar formalmente da previsão de arrecadação estabelecida na LOA não basta para que ela seja considerada extraorçamentária.

C

64 Quando consignatário temporário dos ingressos de recursos, o Estado deverá devolvê-los ao consignante caso ele os reivindique, logo esses ingressos não podem integrar a LOA, sem prejuízo de todo o valor registrado como entrada ou saída contábil refletir no resultado financeiro da entidade.

E

65 A doutrina classifica a receita pública em originária e derivada, contudo tal classificação não é recepcionada pela legislação, o que impede o poder público de utilizá-la como classificador oficial da receita.

C

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

Julgue os próximos itens, relativos às receitas e às despesas públicas.

81 As rendas provenientes de contratos de aluguel que tenham por objeto itens que compõem o patrimônio imobiliário do Estado são classificadas como receitas públicas originárias.

C)

82 O lançamento por homologação é aplicável aos casos em que a legislação determina a antecipação do pagamento do tributo devido pelo contribuinte, sem a exigência de prévio exame por parte da autoridade administrativa.

C

84 Os créditos da fazenda pública que se tornarem exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento deverão ser inscritos em dívida ativa, independentemente de prévia apuração da liquidez e da certeza desses créditos.

E

85 A classificação da receita com base nas fontes de recursos não permite ao Estado identificar se os recursos por ele arrecadados estão, ou não, vinculados a gastos específicos.

E

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO – APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Relativamente às classificações orçamentárias e às diretrizes para elaboração da proposta orçamentária, julgue os itens a seguir.

81 A classificação da receita orçamentária por natureza é utilizada para identificar a origem do recurso segundo o fato gerador da receita.

C

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 25: ANALISTA JUDICIÁRIO ESPECIAL – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: CONTADOR

Acerca do orçamento público e das classificações orçamentárias, julgue os itens a seguir.

82 Os depósitos judiciais de numerário representam ingresso financeiro que deve ser contabilizado como receita orçamentária.

E

84 A classificação por fonte de recursos é obrigatória para a União e facultativa para os estados e municípios e deve ser aplicada tanto às despesas quanto às receitas públicas, sendo possível identificar, por meio dela, a origem e a destinação dos recursos públicos.

E

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 1: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Quanto à receita pública, julgue os itens subsequentes.

100 Em sentido amplo, qualquer entrada de recurso nos cofres públicos é uma receita pública, ainda que exijam uma restituição futura.

C

101 O estágio de arrecadação, na perspectiva orçamentária, define a que exercício pertence determinada receita.

C

102 Os créditos exigíveis pelo transcurso do prazo para o pagamento e não honrados serão reconhecidos, na perspectiva orçamentária, como receitas do exercício.

E

103 Há vários critérios para segregar as fontes de receitas públicas em correntes ou de capital, destacando-se o caráter híbrido da classificação.

C

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 2: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No que se refere às receitas e despesas públicas, julgue os itens subsequentes.

70 Receita orçamentária é toda receita que tenha sido prevista na lei orçamentária anual.

C

71 A previsão da receita pública é um dos estágios da etapa de execução da receita orçamentária.

E

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 7: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: FINANÇAS

Tendo em vista a classificação e a origem econômica da receita orçamentária, julgue os itens a seguir.

89 As taxas e tarifas são compulsórias, decorrentes de previsão legal.

E

90 O crédito de natureza tributária cobrado na forma de dívida ativa é classificado como receita corrente.

C

91 O ingresso de recursos proveniente da contratação de empréstimos junto a entidades estatais é classificado como receitas de capital.

C

92 Os recursos advindos dos royalties de petróleo são classificados como receitas de capital.

E

93 As doações e os tributos compõem as receitas primárias.

C

94 Os impostos possuem como fato gerador a utilização ou exploração dos serviços públicos.

E

Considerando os lançamentos na Conta Única do Tesouro Nacional, julgue os itens subsequentes.

95 As receitas orçamentárias das estatais dependentes, sem exceção, devem passar por quatro etapas: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

E

**CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 10: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES
– OCUPAÇÃO: CONTADOR**

Acerca da execução orçamentária e financeira da receita pública e da despesa pública em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens.

98 Quaisquer rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato devem ser objeto de lançamento da receita orçamentária.

C

**CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 10: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES
– OCUPAÇÃO: CONTADOR**

Julgue os seguintes itens no que concerne a fundamentos, princípios e técnicas relacionados ao orçamento público e ao orçamento-programa.

105 O produto estimado de alienação de bens imóveis pode ser incluído na Lei de Orçamento somente se a operação for especificamente autorizada e em forma que juridicamente possa ser realizada no exercício.

C

**CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 10: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES
– OCUPAÇÃO: CONTADOR**

Relativamente à classificação orçamentária de despesa e receita públicas, julgue os próximos itens.

113 Ao aumentar a disponibilidade financeira do Estado, a categoria econômica da receita orçamentária de capital provoca efeito positivo sobre o patrimônio líquido.

E

**CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 10: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES
– OCUPAÇÃO: CONTADOR**

Julgue os itens a seguir acerca dos estágios e da execução de despesa e receita públicas.

117 Na etapa da previsão da receita pública, são verificadas a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora.

E

118 Na etapa do recolhimento da receita pública, deve ser observado o princípio de unidade de tesouraria.

C

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 3: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: ADMINISTRATIVO

No que diz respeito à arrecadação de tributos, uma das fontes de receita dos entes governamentais, julgue os itens a seguir.

76 Não há subvinculação de receitas advindas de tributos arrecadados pela União para estados ou municípios.

E

CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - Á REA: ADMINISTRAÇÃO

No que tange à receita pública, julgue os itens subsequentes.

92 O recolhimento consiste na transferência dos valores arrecadados ao Tesouro do ente federativo responsável, de modo que seja observado o princípio da unidade de caixa.

C

93 As receitas primárias se referem predominantemente às receitas de tributos, de contribuições sociais, das concessões, e da emissão de títulos.

E

94 De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, fazem parte da dívida ativa não tributária os créditos decorrentes de contribuições sociais e de multas que não sejam tributárias.

C

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Julgue os seguintes itens, com relação aos procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação) das receitas públicas e das despesas públicas.

126 Os recursos financeiros oriundos de cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar não devem ser reconhecidos como receita orçamentária.

C

127 Caso representem disponibilidade de recursos financeiros para o erário, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado são registrados como receitas orçamentárias.

C

129 Uma receita pública será efetiva quando o ingresso da disponibilidade de recursos for precedido de registro do reconhecimento do direito ou constituir uma obrigação correspondente.

E

130 É originária a receita pública obtida pelo poder público por meio da soberania estatal.

E

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Acerca das etapas e estágios das receitas e despesas públicas, julgue os itens subsecutivos.

133 A transferência dos valores arrecadados à conta específica do tesouro é feita pelos agentes arrecadadores na etapa da arrecadação da receita orçamentária.

E

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

A seguir, é apresentado o demonstrativo financeiro hipotético de determinada entidade, cujos valores estão em reais.

receita industrial	2.000.000
receita de serviços	2.000.000
receita patrimonial	1.000.000
operações de crédito	10.000.000
impostos	100.000.000
taxas	1.000.000
contribuições de melhoria	1.000.000
dívida ativa tributária	5.000.000
alienação de bens	3.000.000
amortização	2.000.000
receita da dívida ativa não tributária	1.000.000

Tendo como referência esse demonstrativo financeiro, julgue os itens subsecutivos.

68 O valor total da receita tributária da entidade é igual a R\$ 107.000.000.

ANULADA

Gab. Preliminar: ERRADO

A redação da assertiva restou prejudicada ao não mencionar que deveria ser utilizada a classificação contábil contida na Lei 4320/1964.

69 O valor total das receitas correntes da entidade é igual a R\$ 113.000.000.

C

No mês de setembro de 2021, o governo do estado do Rio de Janeiro encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto da lei orçamentária para o ano de 2022, com previsão de equilíbrio nas contas do estado. A receita total estimada para 2022 é de R\$ 76,4 bilhões, o que representa R\$ 16,5 bilhões a mais do que a prevista na lei orçamentária relativa ao ano de 2021 — que foi calculada em R\$ 69,2 bilhões. A receita tributária para 2022 foi prevista conforme a seguinte tabela, em que os valores registrados estão em reais.

receita tributária	65.341.498.545
ICMS	46.571.581.069
IPVA	3.366.898.498
ITCD	1.664.524.789
IRRF	4.692.491.402
outros impostos, taxas e contribuição de melhoria	9.046.002.787

Considerando essas informações, julgue o item a seguir.

70 No momento da elaboração do projeto de lei orçamentária do ano de 2022, a receita de impostos do estado do Rio de Janeiro se encontrava no estágio de lançamento.

E

Acerca de receita pública, julgue os itens seguintes.

71 A inscrição de créditos tributários em dívida ativa provoca uma variação patrimonial ativa.

E

72 A dívida ativa constitui uma parcela do passivo da entidade pública.

E

A próxima tabela mostra dados referentes à execução orçamentária de um ente público.

receitas	valor (em R\$)
depósitos em garantia	1.000.000
antecipação da receita orçamentária	1.000.000
receitas patrimoniais	5.000.000
receitas de alienação de bens	1.000.000
receitas de operações de crédito	10.000.000
receitas de contribuições	1.000.000
receitas tributárias	100.000.000
transferências correntes	20.000.000
total	139.000.000

Com base nos dados precedentes, julgue o próximo item.

73 O montante de recursos que não foram reconhecidos como receitas orçamentárias é igual a R\$ 138.000.000.

E

CEBRASPE/TCE-PB 2022 – CARGO DE AUDITOR – CONSELHEIRO SUBSTITUTO

À luz da Constituição Federal de 1988, julgue os itens que se seguem, a respeito da ordem social, da repartição de receitas tributárias, do orçamento e dos princípios da atividade econômica.

76 As taxas, além de serem compulsórias, têm sua cobrança condicionada a prévia autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu.

E

CEBRASPE/TCE-PB 2022 – CARGO DE AUDITOR – CONSELHEIRO SUBSTITUTO

À luz da Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens subsequentes, relativos à classificação das receitas públicas.

85 Quando um órgão público arrecada uma receita patrimonial, tal recurso deve ser classificado como receita corrente.

C

86 Por regra, todo tributo é considerado receita derivada.

C

CEBRASPE/TCE-PB 2022 – CARGO DE AUDITOR – CONSELHEIRO SUBSTITUTO

Considerando que determinada entidade do setor público efetue o lançamento de uma receita de impostos no início do exercício financeiro, julgue os itens seguintes.

101 O reconhecimento da receita orçamentária somente poderá ser feito no momento da efetiva arrecadação dos referidos impostos.

C

CEBRASPE/TCE-PB 2022 – CARGO DE AUDITOR – CONSELHEIRO SUBSTITUTO

Acerca dos conceitos e da classificação das receitas públicas e das despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

47 Da perspectiva da receita, a classificação por fonte/destinação de recursos busca identificar a origem do recurso segundo o seu fato gerador.

E

Julgue os seguintes itens, referentes aos procedimentos orçamentários e contábeis aplicáveis à dívida ativa e à dívida flutuante e fundada.

49 As receitas orçamentárias oriundas do recebimento da dívida ativa devem observar as vinculações do crédito original.

C

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 1: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: GERAL

A seguir, é apresentado um demonstrativo financeiro hipotético de determinado ente subnacional, cujos valores estão em reais.

receita industrial	1.000
operações de crédito	500
alienação de bens	100
receita patrimonial	100
taxas	500
amortização	500
impostos	10.000
contribuições de melhoria	100

Com base nas informações precedentes, julgue os próximos itens.

110 O valor da receita de capital é de R\$ 1.000.

E

111 O valor da receita corrente é de R\$ 11.700.

C

No mês de setembro de 2022, determinado ente subnacional enviou um projeto de lei orçamentária à Assembleia Estadual com estimativa da receita do IPVA para os anos de 2023, 2024 e 2025, nos valores, em milhares de reais, apresentados na seguinte tabela.

item	2023	2024	2025
receita bruta dos fatos geradores do exercício	1.600.000	1.650.000	1.700.000
(-) desconto para pagamento em cota única	50.000	55.000	60.000
(-) inadimplência estimada	200.000	210.000	215.000
(+) arrecadação estimada de exercícios anteriores	20.000	21.000	22.000
(+) receita estimada da dívida ativa	100.000	110.000	120.000
(+) receita estimada de multas e juros	18.000	20.000	21.000
(-) renúncia estimada	150.000	160.000	170.000
(=) receita líquida prevista de IPVA	1.338.000	1.376.000	1.418.000

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue os itens subsecutivos.

112 Se, ao final do exercício de 2023, a receita arrecadada de IPVA alcançar o valor de R\$ 1.300.000, devido ao aumento da inadimplência para R\$ 238.000, deverá ser inscrito em dívida ativa o valor de R\$ 238.000.

C

113 No momento da elaboração do projeto de lei orçamentária anual de 2023, a receita do IPVA encontrava-se no estágio de lançamento.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 4: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: DIREITO

No que se refere às receitas e despesas públicas e ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens.

116 As taxas de iluminação pública pagas por uma instituição de ensino ao município são classificadas como receitas originárias.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 3: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Considerando a classificação por fontes ou destinações de recursos e sua utilização, julgue os itens que se seguem.

89 Será necessária a classificação específica de fontes de recursos sempre que existir um recurso financeiro com destinação específica.

C

90 A classificação por fontes ou destinações de recursos tem como objetivo agrupar receitas orçamentárias de mesma categoria econômica, sejam elas correntes ou de capital.

E

A respeito dos tributos, julgue os itens a seguir.

91 A utilização efetiva ou potencial de um serviço público específico e divisível possibilita a cobrança de taxa; por conseguinte, é possível a cobrança de taxa pela coleta domiciliar de lixo em locais onde tal serviço não é prestado.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 3: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Considerando que as etapas da receita seguem a ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos em face do modelo de orçamento existente no país, julgue os itens que se seguem, no que concerne à receita pública.

108 Os créditos tributários exigíveis pelo decurso de prazo para pagamento serão inscritos como dívida ativa após a apuração da sua liquidez e certeza, e a correspondente receita será escriturada na dívida ativa.

C

109 A principal fonte de recursos do governo são tributos que asseguram a receita orçamentária corrente, incluindo-se os impostos e as contribuições. Enquanto os impostos são recursos financeiros para o Estado custear as atividades que lhe são objeto de arrecadação, as contribuições têm por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica.

E

110 No estágio de liquidação da receita pública, ocorre a transferência dos valores arrecadados com impostos para a conta específica do Tesouro, este responsável pela administração, controle e programação financeira para pagamento das despesas orçamentárias.

E

CEBRASPE/SECANT-ES 2022 – CARGO 1: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Julgue os próximos itens, relativos aos tipos de receitas da administração pública.

107 A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) não possui caráter tributário, ou seja, ela não constitui um tributo.

E

109 As multas são classificadas como receitas extraordinárias.

E

CEBRASPE/SECONT-ES 2022 – CARGO 1: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Considerando a estrutura orçamentária brasileira e a evolução da dívida pública, julgue os itens a seguir.

105 Os recursos financeiros de caráter temporário não integram a lei orçamentária anual.

C

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 4: TÉCNICO PROCESSUAL

Em relação a receitas e despesas públicas, julgue os itens subsequentes.

81 Em sentido amplo, todo ingresso de recursos nos cofres do Estado é uma receita pública.

C

82 Constitui dívida ativa a despesa pública devidamente empenhada, mas não paga ou cancelada.

E

83 Na fase de recolhimento, o contribuinte entrega ao poder público a receita que a este é devida.

E

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 1: ANALISTA CONTÁBIL

Acerca das receitas e das despesas públicas, julgue os itens a seguir.

119 A dívida ativa compõe o ativo da União ou dos estados ou municípios e constitui-se nos créditos da fazenda pública, tributários ou não, que, não pagos nos vencimentos, são inscritos em registro próprio, após apurada sua liquidez e certeza.

C

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 1: ANALISTA CONTÁBIL

Julgue os seguintes itens, a respeito das categorias econômicas das despesas públicas e das receitas públicas.

69 A receita orçamentaria corrente e a receita orçamentaria de capital são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários destinados ao atingimento das finalidades públicas e provocam um aumento das disponibilidades financeiras do Estado.

C

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 1: ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS – ESPECIALIDADE: DIREITO

Julgue os itens seguintes, sobre receita e despesa públicas e sua execução orçamentária e financeira.

118 Os valores obtidos com a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não podem ser classificados como receita de capital.

C

CEBRASPE/MCOM-2022 – ATIVIDADE 2: ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELECTUAL

Acerca das receitas e despesas públicas, julgue os itens seguintes.

56 A classificação da receita pública por fonte/destinação de recursos tem como objetivo garantir que determinadas receitas sejam direcionadas às atividades para as quais haviam sido previstas, nos termos da lei.

C

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 5: TÉCNICO AMBIENTAL

Com relação à classificação da receita pública quanto à natureza, julgue o seguinte item, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964.

69 As receitas correntes tributárias compreendem as de impostos, as de taxas e as de contribuições (inclusive de melhoria).

E

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO

Com relação às receitas públicas, julgue os itens a seguir.

83 A dívida ativa não se confunde com a dívida pública, uma vez que é um direito do ente público, devendo ser reconhecida contabilmente no ativo.

C

84 De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, as receitas públicas classificam-se nas categorias econômicas de receitas dinâmicas e receitas estáticas.

E

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO

Julgue os itens subsequentes, relativos à estrutura da codificação definida para as fontes ou destinações de recursos e sua utilização na previsão e execução orçamentárias.

99 Há a necessidade de identificação do exercício ao qual se referem os valores extraorçamentários, a exemplo do que acontece com os demais recursos financeiros.

E

100 Caso estabeleçam detalhamentos adicionais aos códigos padronizados, os entes federados locais deverão enviar tais detalhamentos à Secretaria do Tesouro Nacional.

E

CEBRASPE/FUB-2022 – CARGO 5: CONTADOR

Quanto a despesa e receita pública, julgue os itens a seguir, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9.ª edição.

75 Receitas de capital, assim como receitas correntes, provocam efeitos sobre o patrimônio líquido do ente público, mas somente as receitas correntes aumentam as suas disponibilidades financeiras.

E

76 Receitas decorrentes da venda de bens imóveis são classificadas como receitas patrimoniais.

E

CEBRASPE/DPDF-2022 – CARGO 2: ANALISTA DE APOIO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

O governo do Distrito Federal (GDF) autorizou, no mês de julho de 2020, a contratação de empresa para a execução de serviços de conservação e manutenção do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN) pelo valor estimado de R\$ 98.500, e a alienação de dois imóveis, pela Secretaria de Economia, pelo valor estimado de R\$ 650.000.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes, com base na legislação vigente.

98 Considerando-se a classificação orçamentária segundo a Lei Federal n.º 4.320/1964, a alienação dos dois imóveis, pela Secretaria de Economia, será classificada na categoria econômica Receita Patrimonial.

E

CEBRASPE/DPDF-2022 – CARGO 2: ANALISTA DE APOIO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Com relação a aspectos técnicos e legais das receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

103 Se a administração pública deixar de reconhecer o direito a determinado ingresso de recursos orçamentários ou se a obrigação correspondente ao referido ingresso não for registrada, a receita será considerada não efetiva.

E

104 O lançamento da receita é feito por meio do planejamento e da estimativa dos valores que constarão da proposta orçamentária.

E

105 Na receita orçamentária, o código de fontes tem a finalidade de indicar a origem dos recursos que estão sendo utilizados.

E

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Considerando as normas e os princípios do direito financeiro, julgue os itens a seguir.

46 As receitas decorrentes de operações de crédito são classificadas como receitas orçamentárias, ainda que não tenham sido previstas no orçamento, com exceção das operações de crédito por antecipação da receita, das emissões de papel-moeda e das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

C

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

No mês de setembro de 2020, o governo do Distrito Federal (GDF) encaminhou à Câmara Legislativa do DF projeto de lei orçamentária com estimativa da receita do IPTU para os anos de 2021 a 2023, nos valores (em milhares de reais) apresentados na seguinte tabela.

item	ano		
	2021	2022	2023
receita bruta de fatos geradores do exercício	1.563.286	1.617.218	1.673.116
(-) desconto para pagamento em cota única	13.586	14.055	14.541
(-) inadimplência estimada	529.276	547.536	566.461
(+) arrecadação estimada de exercícios anteriores	24.785	25.177	25.671
estimativa REFIS-DF 2020	1.130	706	354
(+) receita estimada de multas e juros	18.835	20.157	21.586
estimativa REFIS-DF 2020	2.144	1.340	672
(+) receita estimada da dívida ativa	194.512	230.321	266.728
estimativa REFIS-DF 2020	9.417	5.885	2.952
(+) receita estimada de multas e juros da dívida ativa	38.201	35.192	33.038
estimativa REFIS-DF 2020	17.865	11.165	5.600
(-) renúncia estimada	131.221	126.787	123.880
remissão REFIS-DF 2020	2.679	1.674	840
anistia REFIS-DF 2020	19.203	12.001	6.019
(=) receita líquida prevista	1.165.535	1.239.687	1.315.25

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

104 No momento da elaboração do projeto de lei orçamentária anual de 2021, a receita do IPTU do GDF se encontrava no estágio de lançamento.

E

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Com base na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir.

108 Os recursos financeiros de caráter temporário, como as antecipações de receitas, fianças e cauções em dinheiro, integram as receitas orçamentárias na lei orçamentária anual (LOA).

E

Considerando o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), em sua 8.a edição, e a NBC TSP — Estrutura Contábil, julgue os itens a seguir.

131 Recursos financeiros recebidos em caráter temporário pelo Estado para devolução posterior a seus proprietários são considerados ingressos extraorçamentários.

C

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Com relação às receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

139 Os ingressos de recursos provenientes de empréstimos e financiamentos contraídos por entes públicos junto a entidades estatais ou privadas não são considerados receitas orçamentárias.

E

CEBRASPE/SEFAZ-CE 2021 – CARGO 2: AUDITOR FISCAL CONTÁBIL-FINANCEIRO DA RECEITA ESTADUAL

A Lei n.º 4.320/1964 é de suma importância para a administração pública, haja vista que versa sobre direito financeiro, tema que afeta o dia-dia das repartições públicas no que se refere ao ingresso e à saída de recursos. Considerando o disposto nessa lei, julgue os itens que se seguem.

75 Os créditos da fazenda pública estadual provenientes de obrigação legal relativa ao ITBI exigíveis pelo transcurso do prazo regular para pagamento, devem ser inscritos, na forma da legislação própria, como dívida ativa tributária.

E

CEBRASPE/PGDF 2021 - CARGO: Técnico Jurídico – Apoio Administrativo

A respeito da receita pública, julgue os itens a seguir.

81 A classificação orçamentária por natureza da receita é utilizada por todos os entes da federação e tem como objetivo identificar a origem do recurso conforme o fato gerador.

JUSTIFICATIVA: CERTO. A classificação orçamentária por natureza da receita está prevista no § 4.º do art. 11 da Lei n.º 4.320/1964 e, de acordo com o Manual Técnico do Orçamento de 2020, em seu tópico 3.2., “a classificação da receita por natureza [tabela no item 8.1.1] é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos”.

82 A doação em espécie recebida por um ente público passa pelas seguintes etapas da receita: lançamento, arrecadação e recolhimento.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A doação em espécie recebida por ente público não passa pela etapa do lançamento, mas tão somente da arrecadação e do recolhimento.

83 A contribuição social do salário-educação poderá ser objeto de desvinculação de receitas da União e, assim, classificada como recurso ordinário.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A contribuição social do salário-educação não pode ser objeto de desvinculação das receitas da União, conforme art. 76, § 2.º, da ADCT, que assim dispõe: “Art. 76. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data. [...] § 2.º Excetua-se da desvinculação de que trata o caput a arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o § 5.º do art. 212 da Constituição Federal”. Logo, não pode ser classificado como recurso ordinário, que é a classificação correta para recursos objeto da desvinculação prevista no art. 76 do ADCT.

84 Os recursos obtidos por meio do pedágio cobrado pela utilização de rodovias são classificados como receita derivada.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. O pedágio cobrado pela efetiva utilização de rodovias não tem natureza tributária, mas de preço público. Assim, o pedágio é classificado como receita pública originária, relativa aos recursos arrecadados por meio da exploração de atividades econômicas pela administração pública.

85 Os créditos oriundos de laudêmios não arrecadados no exercício financeiro próprio deverão ser inscritos como dívida ativa não tributária.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Conforme estabelecido no art. 39, § 2.º, da Lei n.º 4.320/1964, a seguir transcrito: “§ 2.º - Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, alugueis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de subrogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.”

CEBRASPE/PGDF 2021 - CARGO: Técnico Jurídico – Apoio Administrativo

Considerando os princípios e a execução orçamentários, bem como a composição orçamentária do DF, julgue os itens a seguir.

72 Os tributos arrecadados pelo Distrito Federal correspondem a cerca de 30% de sua receita própria, o que equivale a aproximadamente 40% dos recursos do Fundo Constitucional distrital.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. As proporções das receitas são inversas; o DF arrecada cerca de 70% das receitas próprias em tributos, e os recursos do FCDF em relação à receita própria correspondem a uma proporção de 15/25.

CESPE/TCDF 2021 – Auditor de Controle Externo

No que se refere às classificações de receitas e despesas públicas e às disposições da legislação aplicável às finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

105 O ingresso de recursos referentes à concessão de um serviço público deve ser classificado como uma receita corrente de serviços.

E

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

A respeito dos mecanismos utilizados na elaboração, execução e controle do orçamento, julgue os itens que se seguem.

110 O montante total arrecadado por determinado tributo pode ser registrado com códigos de fontes de receita distintas.

C

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Em relação às receitas públicas, julgue os itens a seguir.

117 A classificação da receita orçamentária por fonte tem como finalidade identificar se os recursos são provenientes de tributos, da exploração do patrimônio estatal ou da exploração de atividades econômicas.

E

118 A receita da dívida ativa abrange créditos tributários e não tributários, sem o acréscimo de atualização monetária, multa e juros de mora, os quais serão contabilizados em rubricas próprias.

E

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Julgue os seguintes itens, com relação à execução orçamentária e financeira das receitas e despesas públicas.

182 Serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, incluindo-se as provenientes de operações de crédito por antecipação da receita.

E

183 Quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado são registrados como receitas orçamentárias.

C

184 Em geral, os ingressos extraorçamentários trazem reflexos no patrimônio líquido das entidades governamentais.

E

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Com referência aos procedimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Público, bem como aos papéis da Secretaria do Tesouro Nacional no âmbito do Sistema de Contabilidade Federal, julgue os itens subsequentes.

197 Um ingresso de recursos financeiros é considerado receita, ainda que seu impacto sobre a situação líquida patrimonial seja nulo.

C

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 3 – Direito

Com relação a aspectos constitucionais, legais, doutrinários e jurisprudenciais do direito financeiro, julgue os itens subsequentes.

153 O direito financeiro compreende a despesa, a dívida e o orçamento públicos, mas não a receita pública, que é objeto do direito tributário.

E

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 3 – Direito

Ainda acerca de aspectos do direito financeiro, julgue os próximos itens.

158 O ingresso de uma caução recebida pelo poder público como garantia a uma obrigação contratual deve ser contabilizado como receita orçamentária.

E

CESPE/CODEVASF 2021 – Todos os cargos – Conhecimentos Básicos

No que se refere à receita e à despesa públicas, julgue os itens que se seguem.

34 Para fins orçamentários, todo ingresso de recursos nos cofres públicos, ainda que não efetivo, constitui uma receita pública.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 1 – Administração

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos. Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes. A respeito desse assunto, julgue os próximos itens.

105 Considere que boa parte da receita operacional da CODEVASF se deve ao recebimento de receita de serviços oriundos de atividades decorrentes de titulação, tarifa de água, lotes

urbanos e outros títulos a receber. Nesse caso, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, a receita arrecadada com a prestação desses serviços pela CODEVASF deverá ser classificada como receita corrente.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 1 – Administração

Quadro das receitas e despesas CODEVASF 20XX

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
Receita de Alienação de bens imóveis em Juazeiro	500.000
Receita de remuneração de depósitos bancários	4.500.000
Receita proveniente do de serviço de fornecimento de água para o perímetro irrigado	12.500.000
Receita de alienação de bens imóveis em Petrolina	1.500.000
Despesa com locação de mão de obra	1.000.000
Despesa com obras e instalações (implantação, ampliação ou melhoria de sistemas de esgotamento sanitário na área de atuação em Petrolina)	3.000.000
Despesa com vencimentos e vantagens fixas — pessoal civil	12.000.000

Considerando o quadro hipotético apresentado, julgue os itens que se seguem.

110 O valor das receitas correntes é de R\$ 17.000.000.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 1 – Administração

No mês de janeiro de 20X1, o município de Petrolina efetuou a emissão dos boletos de pagamento do IPTU municipal com vencimento para março, abril e maio de 20X1.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

113 Em janeiro de 20X1, a receita do IPTU de Petrolina se encontra na fase de previsão.

E

114 Esgotado o prazo fixado para o pagamento do IPTU, o município deverá fazer a inscrição no cadastro de dívida ativa daqueles que não tiverem recolhido o imposto municipal, para viabilizar a cobrança judicial do IPTU.

C

115 Ocorrida a arrecadação do IPTU, pela prefeitura de Petrolina, durante o exercício de 20X1, a referida receita será classificada como receita patrimonial.

E

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 15 – Direito

Considerando as normas de direito financeiro, julgue os itens a seguir.

93 De acordo com a classificação legal das receitas públicas, o superávit do orçamento corrente é classificado como uma receita corrente.

E

CESPE/MPE-CE 2020 – Cargo 1 – An. Min. – Administração

A seguinte tabela representa um demonstrativo financeiro hipotético.

receita patrimonial	R\$ 1.000
receita de serviços	R\$ 1.500
receita industrial	R\$ 1.500
operação de crédito	R\$ 3.000
impostos	R\$ 500
taxas	R\$ 500
contribuições previdenciárias	R\$ 100
alienação de bens	R\$ 2.000
amortização	R\$ 4.000

Considerando esse demonstrativo financeiro, julgue os itens a seguir.

76 O valor correto do total das receitas correntes é R\$ 5.100.

E

77 O valor da receita de capital é R\$ 9.000.

C

CESPE/MPE-CE 2020 – Cargo 1 – An. Min. – Administração

Determinado estado da Federação tem, a receber, o valor de um aluguel devido ao tesouro estadual, vencido e não pago no prazo legal. A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

83 O valor dessa dívida deverá ser inscrito na dívida ativa estadual.

C

84 O valor dessa dívida deverá ser contabilizado como receita de aluguéis.

E

CESPE/MPE-CE 2020 – Cargo 1 – An. Min. – Administração

A respeito da receita e da despesa públicas, julgue os itens a seguir.

92 A classificação da receita pública por fonte de recursos indica a esfera de governo que deu origem à receita, evidenciando se o recurso é federal, estadual ou municipal e se pertence ao exercício corrente ou a exercícios anteriores.

ANULADA

Gab. Preliminar: C

A redação do item prejudicou o seu julgamento objetivo.

94 Somente a receita tributária reúne condições de percorrer os estágios de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

E

Tanto as receitas patrimoniais decorrentes de contratos quanto as receitas de contribuições para o custeio da iluminação pública podem percorrer todos estágios, o que inclui o lançamento, conforme consta do art. 52 da Lei n.º 4.320/64.

Gab. Preliminar: C

CESPE/SEFAZ-AL 2020 - Cargo 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

Julgue os próximos itens, acerca de receitas públicas.

109 Pelo regime orçamentário, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele previstas.

E

110 O superávit do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes é classificado como receita de capital e não constitui item da receita orçamentária.

C

111 Os preços de serviços públicos e as taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daqueles, são compulsórias e têm sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu.

C

Com relação às etapas das receitas públicas e das despesas públicas, bem como a seus estágios e suas categorias, julgue os itens a seguir.

133 Em alguns casos, a cronologia das etapas da receita orçamentária — previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento — não precisa necessariamente ser observada, uma vez que nem todas as etapas ocorrem para todos os tipos de receitas orçamentárias.

C

CESPE/SEFAZ-DF 2020 - Auditor-Fiscal da Receita do DF

Relativamente a tópicos específicos de finanças públicas, julgue os itens a seguir.

56 O lançamento tributário deve ser feito por homologação se o sujeito passivo da obrigação tributária antecipar o pagamento do tributo sem prévio exame da autoridade administrativa.

JUSTIFICATIVA: CERTO.

O lançamento por homologação (uma das etapas da receita) ocorre quando a autoridade tributária, tomando conhecimento da antecipação do pagamento pelo sujeito passivo, verifica sua legalidade e expressamente homologa a operação.

CESPE/PGM - Campo Grande - MS 2019 - Procurador Municipal

Acerca das despesas e receitas públicas, julgue os itens que se seguem.

116 Receita tributária municipal é classificada como receita corrente, consoante estabelecido na Lei n.º 4.320/1964.

C

CESPE/TJ-AM 2019 - Analista Judiciário - Contabilidade

Acerca de aspectos técnicos da receita e da despesa públicas, julgue os itens subsecutivos.

112 O lançamento da receita ocorre especificamente quando determinado crédito tributário vencido é inscrito na dívida ativa do poder público.

E

113 O pagamento de serviços facultativos que a administração pública coloca à disposição da população de forma direta ou por delegação é feito por meio de taxas.

E

CESPE/ SLU 2019 - Cargo 1: ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito de receitas e dívida ativa, julgue os itens subsequentes.

112 Receitas de capital são aquelas que, em geral, não aumentam as disponibilidades financeiras do Estado nem provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Quanto à categoria econômica das receitas, as receitas de capital, por serem um ingresso financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado.

Porém, de forma diversa das receitas correntes, as receitas de capital não provocam efeito sobre o patrimônio líquido.

113 Embora todas as receitas públicas passem obrigatoriamente pelo estágio de arrecadação, nem todas elas passam pelo estágio de lançamento.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A etapa de arrecadação corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro Nacional pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente. Segundo o art. 35 da Lei n.º 4.320 de 1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas. Já o art. 53 dessa mesma Lei define o lançamento como ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta. Por sua vez, conforme o art. 142 do CTN, lançamento é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, sendo o caso, propõe a aplicação da penalidade cabível. Assim, é possível concluir que, no caso das receitas não tributárias (como receitas patrimoniais, receitas de serviços) que não sejam previstas, elas devem ser arrecadadas, mas nem todas passam por um processo de lançamento, uma vez que o lançamento se refere às receitas tributárias.

114 Os créditos da fazenda pública exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento são inscritos como dívida ativa somente após a verificação de que são líquidos e certos.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A definição de dívida ativa consta do art. 39, § 1.º, da Lei n.º 4.320/1964: “Art. 39 Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias. (Redação dada pelo Decreto Lei n.º 1.735/1979) § 1.º – Os créditos de que trata este artigo, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como dívida ativa, em registro próprio, após apurada a sua liquidez e certeza, e a respectiva receita será escriturada a esse título. (incluído pelo Decreto Lei n.º 1.735/1979)”. Desse parágrafo depreende-se que dívida ativa é composta pelos créditos da fazenda pública exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, sendo estes inscritos somente após verificação de que são líquidos e certos.

CESPE/ SLU 2019 - Cargo 4: ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

113 As receitas, sob o enfoque da classificação econômica, são divididas em receitas correntes e receitas de capital.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A codificação das receitas prevista na Lei n.º 4.320/1964, assim como no MCASP, 8.ª edição, parte I - Procedimentos contábeis, Item 3.2.1.1. – Categoria econômica: receita corrente e receita de capital.

CESPE/EBSERH 2018 - Cargo 4: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Acerca das receitas e das despesas públicas, suas etapas e estágios, e da Conta Única do Tesouro Nacional, julgue os itens subsequentes.

67 Receitas públicas originárias são aquelas arrecadadas pelo poder público por meio da soberania estatal, como é o caso das receitas de impostos.

E

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 1

Com relação ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

Com relação às técnicas e aos instrumentos utilizados na elaboração e na aprovação do orçamento, julgue os itens que se seguem.

41 Se o Estado receber determinado recurso na condição de depositário, sem que a correspondente restituição se sujeite à autorização legislativa, o ingresso não será incluído na lei orçamentária anual.

C

Com relação às técnicas e aos instrumentos utilizados na elaboração e na aprovação do orçamento, julgue os itens que se seguem.

47 A classificação da receita pública por esfera orçamentária deve ser utilizada para diferenciar os recursos que serão diretamente utilizados pelo ente arrecadador daqueles que devem ser transferidos para outros entes da Federação.

E

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 1

A respeito das receitas extraorçamentárias, julgue os próximos itens.

58 As receitas agropecuárias e industriais são exemplos típicos de receitas extraorçamentárias.

E

59 A modificação do valor do patrimônio financeiro de um ente público por ocasião do seu registro contábil é uma das características das receitas extraorçamentárias.

E

61 As receitas extraorçamentárias não pertencem ao Estado, têm caráter temporário e são reconhecidas na contabilidade como passivos financeiros.

C

A respeito da receita orçamentária, julgue os itens a seguir.

73 São classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas — incluídas as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento —, as operações de crédito por antecipação da receita e as emissões de papel-moeda.

E

75 De acordo com a atual classificação da receita conforme a sua natureza, o último dígito da natureza de receita tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação.

C

76 A etapa de arrecadação da receita consiste na transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa.

E

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 4

Julgue os itens a seguir, relativos à receita pública.

76 Arrecadação de receita pública é o ato de transferir aos cofres públicos os valores monetários entregues pelos contribuintes.

E

77 Receita orçamentária efetiva é aquela que recebeu prévio reconhecimento do direito ou constitui obrigação correspondente.

E

78 São critérios para a classificação da receita orçamentária a sua natureza e a fonte/destinação dos recursos.

C

79 A concessão de um serviço público para um particular representará uma receita de capital caso implique cessão de patrimônio imobiliário do Estado a terceiro.

E

CESPE/MP-PI 2018 - Cargo 6: TÉCNICO MINISTERIAL – ÁREA: ADMINISTRATIVA

A propósito de despesa e receita públicas, julgue os itens subsequentes.

79 O lançamento é um dos estágios da despesa pública.

E

Considere que o responsável pela administração tributária de determinado estado da Federação verifique que, ao final de um exercício, não tenha sido recolhido por alguns contribuintes/devedores o montante de R\$ 1 milhão, relativo a impostos estaduais lançados e reiteradamente cobrados. Com relação a essa situação hipotética, julgue o item subsequente, concernente à dívida ativa.

84 Nesse caso, o referido responsável deverá providenciar a inscrição desses valores na dívida ativa estadual para que seja dado início à execução fiscal.

C

A tabela seguinte mostra alguns saldos relativos à receita arrecadada, em milhares de reais, no ano 20XX, de determinado estado da Federação

receita corrente	25.000
receita tributária	13.000
receita de contribuição	2.000
receita patrimonial	1.000
receita agropecuária	300
receita industrial	200
receita de serviços	500
transferências correntes	8.000

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, com fundamento nas disposições da Lei n.º 4.320/1964.

85 A receita corrente líquida a que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal equivale à receita corrente, deduzidas as transferências correntes, o que, na situação considerada, resulta em R\$ 17.000.000.

E

86 Impostos no valor de R\$ 10.000, taxas no valor de R\$ 2.000 e contribuições de melhoria no valor de R\$ 1.000, arrecadados pelo referido estado, devem ser classificados como receita tributária.

C

CESPE/MPU 2018 - Cargo 2: TÉCNICO DO MPU – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Acerca da receita e da despesa públicas, bem como de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

116 Havendo a necessidade de que um órgão público classifique determinada receita de acordo com o acontecimento real que tenha ocasionado o ingresso nos cofres públicos, ele deverá utilizar a classificação orçamentária por natureza da receita.

CERTO

CESPE/ EMAP 2018 - Cargo 5: ANALISTA PORTUÁRIO II – ÁREA: FINANCEIRA E AUDITORIA INTERNA

No que se refere a tributos, julgue os itens a seguir.

82 As taxas cobradas no Porto do Itaqui – MA pela utilização da infraestrutura de proteção e acesso aquaviário são um tipo de tributo.

E

CESPE/STJ 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Julgue os próximos itens, relativos a receita e despesa públicas.

110 A proposta de aplicação de penalidades no caso de atraso de pagamento de determinada receita pública constitui procedimento estranho aos estágios de execução dessa receita.

E

CESPE/STJ 2018 - Cargo 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Acerca do plano plurianual, das classificações orçamentárias e da estrutura programática, julgue os itens a seguir.

117 A classificação orçamentária da receita por fonte de recursos é dividida em cinco grupos, entre eles inclui-se o grupo de recursos condicionados.

C

CESPE/ABIN 2018 - CARGO 2 –CARGO 2: OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 2

Em relação às despesas e receitas públicas e à dívida ativa da União, julgue os itens subsequentes.

121 As receitas derivadas são obtidas pelo Estado em decorrência de seu poder de autoridade e não decorrem de uma contraprestação pela prestação dos serviços ou pela exploração do seu patrimônio.

ANULADA

Gab. preliminar: C

CESPE/STM 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Acerca de administração financeira e orçamentária e do orçamento público no Brasil, julgue os próximos itens.

71 Se determinado ente da Federação precisar atender a necessidades específicas, ele poderá acrescentar níveis de classificação da receita orçamentária, em adição aos níveis aplicáveis a todos os demais entes.

ANULADA

Gabarito Preliminar C

CESPE/STM 2018 - Cargo 3: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Julgue os itens subsequentes, relativos a receita e despesas públicas.

78 As receitas dos tribunais decorrentes da prestação de serviços deverão ser classificadas pelo gestor como receita corrente de serviços.

C

81 Na contabilização de valores relativos a ingressos extraorçamentários, o gestor deve vincular tais recursos às fontes que financiam a execução de políticas públicas.

E

CESPE/STM 2018 - Cargo 3: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

A respeito de noções básicas sobre tributos, julgue os itens a seguir.

92 A taxa de serviço público, que tem como fato gerador a prestação de um serviço público específico e divisível, constitui uma obrigação condicionada à utilização efetiva do referido serviço pelo contribuinte.

E

93 Os fatos geradores dos impostos são situações que independem de qualquer atividade estatal relativa ao contribuinte.

C

CESPE/TCE-PE 2017 - Cargo 1: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS

Com referência ao direito financeiro, julgue os itens seguintes.

72 Além de disciplinar o Sistema Financeiro Nacional, o direito financeiro regulamenta a atividade financeira do Estado no que diz respeito a orçamento público, receita pública, despesa pública, crédito público, responsabilidade fiscal e controle da execução orçamentária.

E

Julgue os próximos itens, relativos às receitas e às despesas públicas.

77 A entrada de recurso decorrente da venda, em leilões, de automóveis usados que integrem o patrimônio público é classificada como receitas de capital.

C

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), é do escopo da contabilidade prover as informações relativas à administração patrimonial, financeira e orçamentária necessárias para que sejam conhecidos adequadamente a composição patrimonial e os resultados econômicos e financeiros das entidades públicas. Nesse contexto, julgue os itens subsequentes.

92 É correto utilizar o momento do lançamento para determinar a data da ocorrência do fato gerador no âmbito de uma atividade tributária.

C

Julgue os seguintes itens, relativos a conceitos, etapas e estágios das despesas e receitas públicas que devem ser considerados no âmbito do governo do estado de Pernambuco.

101 No estágio da previsão da receita orçamentária, é verificada a procedência do crédito fiscal.

E

CESPE/TCE-PE 2017 - Cargo 3: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA : AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS

A respeito da receita e da despesa pública, assim como do regime constitucional dos precatórios, julgue os próximos itens.

77 As custas e os emolumentos recebidos em razão da prestação dos serviços de registradores e notários estão incluídos na categoria de receita pública originária.

E

79 O pedágio cobrado pela utilização de rodovias mantidas por regime de concessão não tem natureza jurídica de taxa.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: PROCURADORIA

Com relação ao orçamento público brasileiro, julgue os itens a seguir.

107 As classificações orçamentárias da receita recebem denominações semelhantes às da despesa, para facilitar o entendimento da origem e a definição do destino dos recursos.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 3: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: ADMINISTRATIVA - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Julgue os itens que se seguem, acerca de receita pública.

88 Os créditos a receber da dívida ativa, que são classificados no ativo, representam uma fonte potencial de fluxo de caixa.

C

89 Quando o Estado atua como empresário no âmbito comercial, industrial ou de prestação de serviços, as receitas originárias são classificadas como empresariais; quando são provenientes de renda gerada pelo patrimônio do próprio Estado, as receitas são classificadas como patrimoniais.

C

90 O pagamento da anuidade do Conselho Regional de Medicina é exemplo de contribuição de intervenção no domínio econômico.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 24: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Acerca da classificação da receita pública no direito financeiro brasileiro, julgue o próximo item.

84 Desde que destinadas a atender despesas de capital, classificam-se como receitas de capital os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado.

C

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Acerca de finanças públicas e orçamento público, julgue os itens a seguir.

95 O objetivo da classificação da receita pública por esfera orçamentária é identificar se o item a ser classificado pertence ao orçamento fiscal, ao orçamento da seguridade social ou ao orçamento de investimento das empresas estatais.

C

Julgue os itens seguintes, relativos a receitas e despesas públicas.

104 O identificador de uso da receita pública indica se os recursos se destinam à contrapartida nacional e, nesse caso, é utilizado para discriminar os empréstimos, as doações ou outras aplicações.

C

CESPE/TCE-SC 2016 – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO 3 - AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Julgue os itens a seguir, relativos à implementação do orçamento público no Brasil.

43 O grupo de destinação de recursos divide a receita pública entre os recursos originários do Tesouro Nacional e os originários de outras fontes, fornecendo também a indicação sobre o exercício em que esses recursos foram arrecadados.

C

CESPE/DPU 2016 - Cargo 5: CONTADOR

A respeito do orçamento público e das receitas e despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

139 As receitas públicas são classificadas como provisórias e definitivas.

E

CESPE/DPU 2016 - Cargo 11: AGENTE ADMINISTRATIVO

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os próximos itens, considerando o que está estabelecido na Constituição Federal de 1988 (CF).

79 Recursos financeiros de caráter temporário, como as fianças, integram as receitas na LOA.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO 3: INSPETOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA

Em relação aos mecanismos de acompanhamento e execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

99 O código de classificação por fonte de recursos é de utilização exclusiva na classificação da receita pública.

E

Julgue os próximos itens, relacionados a receitas e despesas públicas.

109 A classificação orçamentária da receita influencia a destinação do recurso arrecadado, ou seja, a segregação entre a receita de impostos e a receita de contribuição permite que a contabilidade separe a receita que é vinculada (impostos) da que não é vinculada (contribuições).

E

110 Embora o lançamento, a arrecadação e o recolhimento sejam estágios da receita pública, é apenas nesse último que ocorre o reconhecimento da receita pública, mediante o cumprimento do regime de caixa das receitas públicas.

E

No que tange à contabilidade pública e às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens a seguir.

115 As contas intraorçamentárias, previstas pelo MCASP, são utilizadas para descentralizações e transferências de orçamentos entre os entes públicos, auxiliando no processo de consolidação dos balanços públicos, ao torná-lo mais célere e evitar dupla contagem das receitas ou despesas públicas.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO: AUDITOR

Considerando as regras e os princípios relacionados à receita pública, à despesa pública e à execução orçamentária no Brasil, julgue os seguintes itens.

63 A legislação brasileira permite a aplicação de receitas oriundas da fruição de bens públicos no pagamento de juros da dívida pública e a utilização da receita da venda de bens e direitos do Estado para amortizar dívida pública.

C

Com relação ao orçamento público e à atuação do governo na economia, julgue os itens a seguir.

149 Se determinado órgão público realizar operação de crédito, sem oferecer como garantia sua receita futura, e receber recursos não previstos no orçamento em decorrência dessa operação, os ingressos serão classificados como receita orçamentária.

C

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 2: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: CONTADOR

Acerca da classificação da receita pública, julgue os itens subsequentes.

109 Na classificação por categoria econômica das receitas, o superávit do orçamento corrente, compreendido como valor excedente entre receitas e despesas correntes, deve ser classificado como receita corrente.

E

110 A alienação de bens em que o valor da venda é superior ao valor contabilmente registrado no patrimônio do ente público alienante é uma exceção à regra de que receitas de capital nada acrescem ao patrimônio público.

C

111 Tanto as receitas classificadas na categoria econômica de receita corrente tributária quanto as receitas compulsórias têm, após arrecadadas, destinação específica estabelecida em dispositivos constitucionais.

E

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 2: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: CONTADOR

Julgue os itens a seguir, relativos a estágios e execução de receitas e despesas públicas.

118 Entre os estágios da receita, está o lançamento de créditos a serem arrecadados no ano em questão, que deve ser feito com base em previsão de receitas fundamentada em uma série histórica de arrecadação combinada com eventuais mudanças na legislação, entre outros elementos.

C

No que se refere à Conta Única do Tesouro Nacional, julgue os seguintes itens.

120 O estágio da receita conhecido como arrecadação é determinado pelo recolhimento dos valores recebidos pelos agentes arrecadadores para a Conta Única do Tesouro Nacional, sendo vedada a divisão dos recursos em contas especiais.

E

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 3: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR - SUBATIVIDADE: ADMINISTRATIVO

**Receita e despesa dos orçamentos fiscal e da
seguridade social por categoria econômica**

PLOA 2016

R\$ 1,00

receitas correntes	R\$ 1.415.530.910.754	despesas correntes	R\$ 1.692.366.493.234
receitas de capital	R\$ 1.448.455.174.058	despesas de capital	R\$ 1.170.756.862.732
receitas intraorçamentárias	R\$ 39.438.964.529	reservas	R\$ 40.301.693.375
total das receitas	R\$ 2.903.425.049.341	total das despesas	R\$ 2.903.425.049.341

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2016 prevê um déficit orçamentário. Essa é a primeira vez na história que o governo entrega uma proposta orçamentária admitindo déficit nas suas contas. A tabela apresentada mostra o resumo da receita e despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade por categoria econômica.

A respeito dessa tabela e dos assuntos a ela relacionados, julgue os itens a seguir.

53 As receitas intraorçamentárias são receitas correntes, pertencentes a terceiros, arrecadadas pelo ente público exclusivamente para fazer face às exigências contratuais pactuadas para posterior devolução.

E

54 Analisando-se a tabela, verifica-se a existência de déficit corrente, o qual está sendo custeado pelo superávit de capital.

C

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 7: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: FINANÇAS

Acerca da estrutura programática, econômica e organizacional para alocação de recursos, bem como da classificação orçamentária — que é o instrumento utilizado para elaboração, execução e controle do orçamento —, julgue os itens seguintes.

91 Na classificação orçamentária da receita, o superávit do orçamento corrente, resultante do confronto do total de receitas correntes deduzidas todas as despesas de mesma categoria, deverá ser determinado como receita orçamentária corrente.

E

93 Considere que, no edital de licitação para venda de ativos de determinado ente público da administração direta, conste a obrigatoriedade de depósitos em caução por parte dos interessados. Nesse caso, esses valores deverão ser considerados ingressos extraorçamentários, visto que são recursos financeiros de caráter temporário e relativos a valores não componentes da lei orçamentária.

C

94 No que diz respeito à classificação da receita pública, os recursos decorrentes de multas e juros de mora aplicados como penalidades pela inobservância de normas serão classificados como receitas tributárias.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

No que diz respeito ao sistema de planejamento e de orçamento federal, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual, julgue os itens subsequentes.

102 Considerando que a lei orçamentária para 2015 incluiu, tanto na estimativa da receita como na fixação da despesa, a importância aproximada de R\$ 905 bilhões a título de refinanciamento da dívida pública federal, é correto afirmar que a União poderá emitir o referido montante em títulos públicos para rolar o mesmo montante em títulos vencíveis durante o exercício.

C

Com relação a sistema e processo de orçamentação, classificações orçamentárias, estrutura programática e créditos ordinários e adicionais, julgue os próximos itens.

107 Um aspecto na classificação orçamentária por fontes de recursos é o estabelecimento de uma vinculação entre a origem e a aplicação de determinados recursos, de tal modo que estes tenham uma destinação exclusiva. Isso pode, eventualmente, provocar ociosidade ou escassez de recursos para financiar determinadas ações.

C

Julgue os itens subsecutivos, referentes a conceitos e normas aplicáveis à receita pública.

111 Empréstimos tomados pelo poder público para atender eventuais insuficiências de caixa, até que se regularize o fluxo de receitas previstas, representam entradas compensatórias e, como tal, são ingressos extraorçamentários. Esses empréstimos constituem passivos exigíveis e devem ser quitados no próprio exercício.

C

CESPE/STJ 2015 - CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: CONTADORIA

Com relação aos conceitos introdutórios da administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

92 Se determinado cidadão efetuar um pagamento ao Tesouro Nacional que, embora seja devido, ainda não tenha sido previsto na lei orçamentária anual, esse ingresso financeiro deverá ser classificado como receita orçamentária.

C

No que se refere a programação e execução do orçamento, despesa e receita públicas, julgue os itens subsequentes.

103 Se determinado tributo for pago após seu vencimento, a apuração e a aplicação da multa de mora cabível deverão ser feitas durante o estágio do lançamento da receita.

C

CESPE/STJ 2015 - CARGO 15: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Acerca de técnicas e princípios relacionados com o orçamento público, julgue os itens a seguir.

91 Se determinado órgão público precisar efetuar um empréstimo que tenha sido previamente autorizado, o produto dessa operação será incluído no orçamento tanto no que se refere à receita quanto no que se refere à despesa.

C

Julgue os itens subsequentes, relativos a conceitos e mecanismos técnicos de gestão dos recursos orçamentários.

103 Caso determinado cidadão pague uma parcela de dívida de natureza tributária que esteja inscrita na dívida ativa da União e cujo prazo para pagamento tenha vencido, então a receita correspondente deverá ser classificada como outras receitas correntes.

C

104 A classificação destinada a identificar as receitas de acordo com sua inclusão no resultado fiscal do governo divide-se em receitas de resultado primário e secundário.

E

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 1: ADMINISTRADOR

Julgue os próximos itens, a respeito de orçamento público.

58 Distinguir a perenidade da fonte de recurso é fundamental ao planejamento orçamentário, por isso a norma vigente, para operacionalizar o indicador de resultado primário, classifica a receita em periódica ou extraordinária.

E

Acerca de noções básicas de administração financeira e orçamentária, julgue os itens que se seguem.

77 Os recursos obtidos por meio de operações de crédito por antecipação da receita integram o cômputo geral das receitas orçamentárias demonstradas no balanço financeiro.

E

No que diz respeito a receita e despesas públicas, julgue os itens subsequentes.

86 O mecanismo de classificação de recursos por fonte tem por objetivo identificar a destinação dos recursos arrecadados.

C

Julgue os próximos itens, a respeito de orçamento público.

No que diz respeito a receita e despesas públicas, julgue os itens subsequentes.

90 Se determinada entidade da administração pública realizar venda de mercadorias inerentes à sua atividade principal, então o produto da venda deverá ser classificado como receita de serviços.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 2: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Julgue os próximos itens à luz das normas e práticas aplicáveis às receitas e despesas públicas.

114 Fatos modificativos aumentativos devem ser reconhecidos pelos seus efeitos patrimoniais, ainda que não resultem da execução orçamentária. A ocorrência do fato gerador é o critério a ser observado, como, por exemplo, no lançamento de um tributo incidente sobre a propriedade.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 22: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

Em relação aos conceitos e às classificações das receitas e despesas, julgue os itens que se seguem.

114 Sob o enfoque da captação dos recursos, quanto mais diversificada for a estrutura político-administrativa de um país e quanto maior for a concentração das competências tributárias da esfera central, maior será o volume das transferências.

C

115 Nos termos da classificação da receita adotada para as três esferas da administração, constituem receitas correntes: receita da dívida ativa, transferências de convênios e receitas imobiliárias.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 4: CONTADOR

Julgue os itens subsecutivos, relativos a aspectos contábeis.

86 Antes da realização de um contrato de aluguel, os valores gastos com a manutenção do imóvel devem ser classificados como despesas correntes.

C

87 Em se tratando de exploração de imóvel pertencente à União, o valor referente ao aluguel recebido deverá ser registrado em uma conta contábil de receita de capital, de acordo com o plano de contas aplicado ao setor público (PCASP).

E

89 No que diz respeito aos estágios da receita, a previsão se dá no momento da assinatura do contrato; a arrecadação, no momento do pagamento do aluguel pelo locatário; e o

recolhimento, no momento em que o recurso for transferido para a conta única do órgão arrecadador, quando passa a ficar disponível para a realização de suas despesas.

E

Em relação a impostos, taxas e contribuições, julgue os itens subsequentes.

101 A taxa é a espécie de tributo cuja obrigação tributária tem por fato gerador uma situação que independe de vinculação entre atividade estatal específica e o contribuinte.

E

CESPE/TCU 2015 - Auditor Federal de Controle Externo Área: Controle Externo Especialidade: Controle Externo Orientação: Auditoria Governamental

Com relação às técnicas e mecanismos de elaboração, à execução e ao controle do orçamento público, julgue os seguintes itens.

179 O ingresso proveniente de outros entes da Federação, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, deve ser classificado como outras receitas correntes.

E

CESPE/TCU 2015 - Cargo: Técnico Federal de Controle Externo - Área: Apoio Técnico e Administrativo - Especialidade: Técnica Administrativa

À luz do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, julgue os itens subsequentes.

63 Os ingressos extraorçamentários, tais como os oriundos de depósitos em caução, têm caráter temporário e representam passivos exigíveis do Estado, sendo sua restituição independente de autorização legislativa.

C

64 A operação de crédito, que é um exemplo de receita orçamentária não efetiva, constitui fato contábil permutativo, não afetando a situação patrimonial líquida do Estado quando do reconhecimento contábil do crédito.

C

65 O registro do ingresso financeiro resultante da venda à vista de um imóvel de propriedade da União deve ser tratado contabilmente como receita corrente, enquanto o ingresso financeiro decorrente do aluguel a terceiros de imóvel de propriedade da União deve ser tratado como receita de capital.

E

66 Os ingressos financeiros decorrentes de amortizações de empréstimos ou financiamentos concedidos pelo ente público por meio de títulos e contratos representam receitas de capital,

mas os juros recebidos relacionados a esses empréstimos ou financiamentos são tratados como receitas correntes.

C

CESPE/CGE-PI 2015 - Cargo 1: AUDITOR GOVERNAMENTAL – ÁREA: GERAL

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir, relativos a etapas e estágios das receitas e das despesas públicas.

112 A procedência do crédito fiscal deve ser verificada no ato do lançamento da receita pública.

C

CESPE/MPU 2015 - Cargo 1: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Técnico-Administrativo – Especialidade: Atuarial

Com relação às classificações e técnicas de execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

56 É vedado classificar o ingresso de recursos provenientes da alienação de componentes do ativo permanente como receita patrimonial.

C

CESPE/MPU 2015 - Cargo 2: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Técnico-Especializado – Especialidade: Finanças e Controle

No que diz respeito aos sistemas e processos orçamentários e à evolução do planejamento no Brasil, julgue os itens seguintes.

54 A atividade financeira do Estado, caracterizada pela presença constante de uma pessoa jurídica de direito público, tem como principal finalidade a arrecadação de recursos.

E

Com relação à responsabilidade fiscal e a classificações orçamentárias da receita e da despesa pública, julgue os itens subsequentes.

59 Na execução orçamentária, as receitas devem ser contabilizadas nas rubricas correspondentes à sua natureza, desde que estejam previstas em lei orçamentária e que não sejam decorrentes de operações de crédito.

E

CESPE/FUB 2015 - Cargo 1: Contador

No que se refere aos conceitos e às etapas das receitas e despesas públicas e ao processo de execução orçamentária e financeira, julgue os seguintes itens.

97 A restituição de ingressos extraorçamentários, que são recursos financeiros de caráter temporário, deve ser precedida de autorização legislativa.

E

CESPE/ANTAQ 2014 - CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Com relação às técnicas e procedimentos para elaboração e execução do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

58 As classificações de receitas correntes intraorçamentárias e de receitas de capital intraorçamentárias têm objetivos distintos da classificação da receita por categoria econômica.

C

CESPE/ANTAQ 2014 - Cargo 4: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA: QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO

Julgue os itens que se seguem, com relação às receitas e às despesas públicas.

62 Lançamento é um estágio da receita pública que, embora previsto em lei, somente é executado em casos de receitas específicas.

C

CESPE/ANTAQ 2014 - CARGO 7: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Uma empresa operou com embarcação própria sem as condições técnicas operacionais necessárias, razão por que foi autuada pela ANTAQ, devendo pagar multa de R\$ 50 mil. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes, com base nos princípios orçamentários e na receita e despesa públicas.

111 As multas aplicadas pela ANTAQ no exercício de suas atividades não podem ser classificadas como tributos.

C

Em relação a tributos, tarifas e contribuições fiscais e parafiscais, julgue o item abaixo.

118 As contribuições parafiscais, assim como os impostos, são classificadas como tributos, e sua arrecadação é destinada ao custeio de atividade paraestatal.

C

Acerca do processo orçamentário e da receita e despesa públicas, julgue os itens seguintes.

119 O valor de um imposto vencido e não pago no prazo legal, apuradas a sua liquidez e certeza, poderá ser inscrito na dívida ativa. O mesmo não ocorrerá com um aluguel devido a determinada entidade pública, vencido e não pago no prazo legal.

E

CESPE/TCDF 2014 - Cargo: Técnico de Administração Pública

A respeito das noções de administração financeira, bem como dos princípios e das diretrizes do orçamento público, julgue os itens a seguir.

84 A autorização orçamentária deve preceder a realização financeira da despesa, mas a realização financeira de determinada receita pode preceder sua autorização orçamentária.

C

Em referência a receita e despesa públicas, julgue os itens que se seguem.

91 Caso se pretenda identificar, dentro de cada espécie de receita, uma qualificação mais específica ou agregar determinadas receitas com características próprias e semelhantes entre si, deve-se utilizar o nível de codificação da receita denominado rubrica.

C

92 O controle e a avaliação da receita devem ser realizados em fase posterior às etapas de planejamento e execução.

E

CESPE/TCDF 2014 - Cargo 5: Analista de Adm. Púb. - Especialidade: Serviços Téc. e Adm. – Orientação: Orçamento, Gestão Financeira e Controle

À luz do disposto na Lei n.º 4.320/1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do DF, julgue os itens que se seguem.

62 O ente público de poder, ao fixar na lei orçamentária anual ingressos de recursos financeiros de caráter temporário, como, por exemplo, depósitos em caução, constituirá passivos exigíveis que podem ser levantados por meio de emissão de ordem bancária em favor do caucionário, a partir da extinção do propósito da garantia.

E

63 O resultado decorrente do balanceamento entre receitas e despesas correntes é reconhecido como item de receita orçamentária.

E

Com relação à receita pública, julgue os itens subsequentes.

80 Eventual superávit financeiro apurado pelo governo federal, em determinado exercício, no orçamento fiscal não poderá ser reconhecido como receita no exercício financeiro subsequente.

C

81 Antes de proceder ao registro de uma receita extraorçamentária, o órgão público deve, em primeiro lugar, definir a categoria econômica em que o registro será feito.

E

CESPE/TCDF 2014 - Cargo 7: Analista de Administração Pública – Especialidade: Serviços

Com relação à receita pública, julgue os itens subsequentes.

138 A codificação econômica da receita pública é dividida em sete níveis, seis de utilização obrigatória e um de utilização facultativa.

C

CESPE/TCDF 2014 - Cargo: Auditor de Controle Externo

Em relação às receitas e despesas públicas, julgue os itens subsequentes.

94 A classificação da receita por fonte de recurso atende à necessidade de vinculação de receitas e despesas estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

C

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Acerca das receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

132 As emissões de papel-moeda estão entre as receitas compreendidas na lei de orçamento.

E

133 As concessões e permissões e as compensações financeiras são registradas como receitas de contribuição.

E

134 A dívida ativa é um crédito da fazenda pública, de natureza tributária ou não, exigível em virtude do transcurso do prazo de pagamento.

C

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA IV

Julgue os próximos itens, a respeito da receita e da despesa públicas.

114 De acordo com a legislação pertinente, as receitas imprevisíveis, mesmo depois de sua efetivação, estão fora do universo de receitas compreendidas pela lei de orçamentária.

ANULADA (Gab. Preliminar → E)

Justificativa: A utilização da expressão “lei de orçamentária” na redação do item prejudicou seu julgamento objetivo. Por esse motivo, opta-se por sua anulação.

115 A classificação da receita orçamentária compõe um instrumento auxiliar na organização do orçamento. Nesse sentido, norma vigente determinou a classificação das receitas como periódicas ou esporádicas, criando, com isso, um recurso para a operacionalização do indicador de resultado primário.

E

Acerca das receitas e despesas públicas, da Conta Única do Tesouro e das normas gerais aplicáveis à área de orçamento, julgue os itens subsecutivos.

128 Os recursos financeiros, quando recebidos de outra pessoa de direito público, mesmo que não destinados ao atendimento de despesas correntes, devem ser classificados como receitas correntes.

E

CESPE/ICMBIO 2014 - Cargo 1: Analista Administrativo

No que se refere à programação e execução orçamentária e financeira e à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.

90 Os ingressos extraorçamentários, dado o seu caráter temporário, não integram a LOA.

C

A respeito das receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

98 Algumas receitas orçamentárias podem não passar, antes do seu recolhimento, pela etapa de lançamento.

C

99 Receitas de capital são aquelas que provocam efeito no patrimônio líquido do governo.

E

CESPE/CADE 2014 - Cargo 1: Analista Técnico-Administrativo

Com referência ao processo de orçamentação público no Brasil, incluindo classificações e conceitos técnicos, bem como o acompanhamento da execução e a descentralização financeira, julgue os itens a seguir.

66 A classificação da receita por identificador de resultado divide as receitas públicas entre aquelas relacionadas com o resultado fiscal e as relacionadas com o resultado operacional.

E

Acerca das receitas e das despesas públicas, julgue os próximos itens.

69 Se determinado órgão público tiver recebido rendimentos sobre aplicações de disponibilidades em operações de mercado, então a receita correspondente a esses rendimentos será classificada como receita patrimonial.

C

CESPE/CADE 2014 - Cargo 5: Agente Administrativo

Julgue os próximos itens, relativos às receitas e despesas públicas.

82 Caso um ente público tenha divulgado, em 2011, um relatório gerencial que reporte o ingresso de recursos de R\$ 500 milhões e R\$ 600 milhões em 2010 e 2011, respectivamente, e caso o acréscimo de 20% obtido em 2011 seja proveniente da arrecadação de IPTU, então esse acréscimo deverá ser registrado no código de natureza 1112.02.00, em que a rubrica 02 se refere ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

E

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 1: ADMINISTRADOR – CLASSE A, PADRÃO I

No que se refere às receitas e às despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

85 A aquisição, por determinado órgão público, de veículos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro deve ser registrada como receita orçamentária.

C

JUSTIFICATIVA - O registro da receita orçamentária deve ser feito mesmo que não haja ingressos efetivos. Transações como aquisições financiadas de bens e arrendamento mercantil financeiro são registradas como receita orçamentária e despesa orçamentária, pois são consideradas operação de crédito pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Fonte: Manual da Receita Nacional, Portaria Conjunta STN/SOF n.º 3, de 2008, pág. 21.

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO – CLASSE A, PADRÃO I

No que se refere ao funcionamento e às normas que regem a elaboração do orçamento público, julgue os próximos itens.

67 Considere que a prefeitura de determinado município brasileiro tenha planejado, para 2014, uma sequência de operações para originarem receitas classificadas, segundo a lei, como receita de capital. Nessa situação, essas receitas deverão ser consideradas na apuração da receita orçamentária do município.

C

JUSTIFICATIVA – As receitas de capital são parte integrante das receitas orçamentárias (MTO, MPOG, 2013).

Tendo em vista as normas que regem o orçamento público, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que PPA se refere ao plano plurianual; LDO, à lei de diretrizes orçamentárias; e LOA, à lei orçamentária anual.

72 Considere que uma universidade pública seja proprietária de uma fazenda de criação de gado e realize a venda de animais para abate, auferindo, na operação, receita tipicamente classificada como de atividade agropecuária. Nessa situação, tal receita, do ponto de vista orçamentário, deverá ser classificada como receita corrente.

C

JUSTIFICATIVA – O Art. 11 da Lei n.º 4.320/1964 determina que a receita de atividade agropecuária deve ser classificada como receita corrente.

Sabendo que a organização dos programas governamentais por meio de instrumentos orçamentários tem a dupla função de controlar politicamente o poder e garantir uma administração eficiente e eficaz, julgue os itens subsequentes.

79 Recursos provenientes de caução não devem ser considerados receita orçamentária, pois representam apenas movimentação de fundos.

C

JUSTIFICATIVA – Segundo o ementário da Classificação de Receitas Orçamentárias MP/SOF de 2004, a doutrina em finanças públicas prediz que o produto de ingressos provenientes de caução, fiança, empréstimo e alienação de bens não deve ser considerado receita pública, uma vez que constitui apenas movimentação de fundos, e não deve integrar o patrimônio líquido.

Em relação a créditos adicionais, receita, despesa pública, restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, julgue os itens seguintes.

80 A classificação da receita quanto à natureza visa identificar a origem do recurso que ingressa nos cofres públicos segundo o fato gerador, servindo para análise do impacto dos investimentos governamentais na economia.

C

JUSTIFICATIVA – A classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. A classificação por natureza é a de nível mais analítico da receita; por isso, auxilia na elaboração de análises econômico-financeiras sobre a atuação estatal. No que se refere à categoria econômica, nos parágrafos 1.º e 2.º do art. 11 da Lei n.º 4.320/1964, as receitas orçamentárias são classificadas em receitas correntes (código 1) e receitas de capital. Fonte: Brasil. MP. Secretaria de Orçamento Federal. Manual técnico de orçamento. MTO. Edição 2014. Brasília, 2013, p. 18-19

CESPE/MDIC 2013 - Cargo 1: Analista Técnico-administrativo

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens subsequentes.

71 Os códigos correspondentes às rubricas devem ser utilizados quando se fizer necessário discriminar os tipos de receita agrupados em determinada espécie.

C

Acerca da programação orçamentária, da receita e da despesa públicas, julgue os itens de 72 a 76.

72 Entre as receitas incluídas na lei orçamentária anual estão as operações de crédito por antecipação de receita.

E

73 As etapas da receita seguem a ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos, levando-se em consideração o modelo de orçamento existente no país. Dessa forma, a ordem sistemática inicia-se com a etapa de previsão e termina com a etapa de arrecadação.

E

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

Acerca do processo orçamentário e das normas para execução do orçamento, julgue os itens que se seguem.

104 Ingressos extraorçamentários são classificados como recursos de terceiros, em contrapartida com as obrigações correspondentes.

C

Julgue o item abaixo, relativo à receita pública.

105 Receitas intraorçamentárias são ingressos provenientes de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social e devem ser excluídas da consolidação das contas públicas.

C

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 13: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com relação aos conceitos técnicos de orçamento, julgue os itens subsecutivos.

95 Receitas provenientes da dívida ativa da União devem ser classificadas como outras receitas correntes.

C

CESPE/STF 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Julgue o próximo item, relativo à receita pública.

94 Para efetuar o lançamento de uma receita, o servidor competente para exercer tal atividade deve verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente; confirmar o cálculo do montante devido e identificar o sujeito passivo da obrigação, entre outros.

E

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 1: Administração / Economia

QUESTÃO 47

Classificam-se como receitas de capital as provenientes de

- A exploração do patrimônio estatal.
- B cancelamento de obrigações.
- C incorporação de bens mediante doação.
- D exploração de atividade econômica.
- E realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas.

LETRA E

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 5: Ciências Contábeis

QUESTÃO 68

A origem dos ingressos financeiros no patrimônio público pode ser orçamentária ou extraorçamentária. No que se refere a esse assunto, assinale a opção correta.

- A Os ingressos extraorçamentários tem caráter permanente, são registrados como receita orçamentária corrente ou de capital e financiam a despesa orçamentária.
- B Os desembolsos orçamentários não se submetem aos estágios da despesa, seguem classificação contábil, tem caráter temporário e pertencem a terceiros.
- C Os ingressos orçamentários são registrados como receita orçamentária corrente ou de capital, geram desembolsos orçamentários futuros e não financiam a despesa orçamentária.
- D Os ingressos extraorçamentários não se submetem aos estágios da receita pública, geram desembolsos extraorçamentários e tem caráter temporário.
- E Os ingressos orçamentários submetem-se aos estágios de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento, seguem a classificação econômica, institucional e por fonte de recursos e geram desembolsos extraorçamentários.

LETRA D

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 6: Direito

QUESTÃO 71

Suponha que o estado do Espírito Santo não tenha previsto, em seu orçamento para 2013, qualquer receita oriunda de concessões, mas que, durante o ano, o estado tenha auferido receitas dessa natureza.

Nessa situação, a receita

A classifica-se como tributária, independentemente da ausência de previsão.

B deve ser considerada receita de exercícios futuros.

C classifica-se como receita de capital.

D não deve ser contabilizada como receita oriunda de concessões, dada a ausência de previsão orçamentária.

E deve ser contabilizada como receita orçamentária.

LETRA E

CESPE/FUNASA 2013 - ÁREA DE LOTAÇÃO: CELEBRAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONVÊNIOS – NÍVEL IV: ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELLECTUAL – ESPECIALIDADE 3

Em relação ao orçamento público, julgue os itens seguintes.

59 A inscrição na dívida ativa por órgão competente fornece uma presunção de certeza e liquidez apenas relativa a respeito da existência do débito a ser pago.

C

CESPE/PGDF 2013 - CARGO: PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I

Tendo em vista que as operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital poderão ser autorizadas, desde que tenham finalidade precisa e sejam autorizadas por lei, julgue os itens que se seguem, relativos a crédito orçamentário e operações de crédito.

62 As operações de crédito não podem ser confundidas com a abertura de créditos adicionais nem com operação de crédito por antecipação de receita, uma vez que esta tem a finalidade de cobrir déficit orçamentário.

E

CESPE/MPU 2013 - CARGO 6: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: FINANÇAS E CONTROLE

No que se refere à classificação orçamentária que norteia a realização dos gastos de forma harmonizada com o fluxo de ingressos de recursos ao erário, julgue os itens a seguir.

55 Observadas as exceções circunscritas em lei e considerado o fluxo de ingresso dos recursos, o excesso orçamentário aprovado na programação orçamentária deve ser classificado como uma receita orçamentária.

E

CESPE/MPU 2013 - CARGO 8: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

A respeito de receita pública, julgue os itens que se seguem.

71 Remuneração de depósitos bancários é receita proveniente da aplicação de disponibilidades financeiras dos recursos gerenciados pelos diversos órgãos públicos, autorizados por lei.

C

72 A receita da dívida ativa é receita orçamentária corrente relativa a fato permutativo.

C

A respeito de aspectos das transações no setor público, registros e sistemas contábeis, julgue os itens que se seguem.

85 Os registros contábeis inerentes a uma receita orçamentária decorrente de operação de arrendamento mercantil financeiro não representam ingresso de recursos financeiros nos cofres do órgão público.

C

86 Os registros contábeis da dívida ativa não incluem atualização monetária e juros de mora, que são registrados em contas específicas de natureza distinta das contas dos créditos de dívida ativa.

E

A respeito de receitas, despesas e sistema de apuração de custos no setor público, julgue os próximos itens.

93 Constitui uma receita extraorçamentária o pagamento de taxa ou contribuição efetuado por uma fundação a uma autarquia da mesma esfera de governo.

E

CESPE/MPU 2013 - CARGO 13: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: PERÍCIA ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

No que se refere a demonstrações contábeis e receitas e despesas públicas, julgue os itens seguintes.

103 O superávit do orçamento corrente, dado pela diferença entre receitas e despesas correntes, é classificado na categoria econômica de receita de capital.

C

No que se refere a demonstrações contábeis e receitas e despesas públicas, julgue os itens seguintes.

106 Somente a receita orçamentária reúne condições de percorrer os estágios de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

C

(gab. Preliminar → E)

Justificativa: O conteúdo do item está correto, motivo pelo qual se opta pela sua alteração.

CESPE/TCE-RS 2013 - CARGO: AUDITOR-FISCAL DO TRABALHO Cargo: Oficial de Controle Externo, Nível II, Classe A, na Função de Oficial Instrutivo

No que se refere à Lei n.º 4.320/1964 e ao planejamento orçamentário, julgue os itens subsequentes.

105 Recursos arrecadados pelo ente público exclusivamente para fazer face às exigências contratuais pactuadas, a serem devolvidos no mesmo exercício financeiro, são considerados meros ingressos, e não receita orçamentária.

C

106 A diferença entre receita corrente e receitas de capital consiste no fato de a primeira advir da atividade típica do Estado e a segunda, da aquisição de bens.

E

CESPE/TRT 8ª Reg - Cargo 9: Analista Judiciário – Área: Judiciária

QUESTÃO 56

Classificam-se como receitas correntes e receitas de capital, respectivamente,

A a receita de serviços e a receita industrial.

B a receita tributária e a receita patrimonial.

C as receitas de concessões e permissões e as receitas de valores mobiliários.

D a alienação de bens e a receita de contribuições.

E a receita agropecuária e a amortização de empréstimos.

ANULADA

(gab. Preliminar → LETRA E)

CESPE/TRT 8ª Reg – Cargo 11: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

QUESTÃO 56

As movimentações classificadas como receitas extraorçamentárias incluem as

A antecipações de receitas orçamentárias.

B receitas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela administração pública.

C receitas tributárias e de contribuições especiais.

D operações de crédito.

E aplicações de multas.

LETRA A

CESPE/MJ 2013 - Cargo 2: ADMINISTRADOR

Com relação às receitas públicas e à atividade do governo nas finanças públicas, julgue os itens a seguir.

87 As receitas de alienação de bens apreendidos ou caucionados são classificadas na categoria econômica denominada receitas correntes.

C

90 O recolhimento, que é o último estágio da execução da receita orçamentária, deve obedecer ao princípio da unidade de caixa.

C

91 A previsão, que é o primeiro estágio da etapa de execução da receita orçamentária, precede a fixação da despesa.

E

CESPE/MJ 2013 - CARGO 3: CONTADOR

Com relação à receita pública e à despesa pública, julgue os seguintes itens.

104 Os estágios da receita orçamentária compreendem uma sequência de atividades desenvolvidas pelos órgãos públicos, consubstanciadas em cota, repasse e sub-repasse.

E

105 A classificação econômica da receita subdivide-se em receitas correntes e receitas de capital, indicando se os recursos serão aplicados mediante transferência financeira ou por aplicação direta.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Acerca de classificações orçamentárias, julgue os itens seguintes.

70 De acordo com as categorias econômicas, a receita pode ser classificada em receita originária e receita derivada.

E

Acerca de classificações orçamentárias, julgue os itens seguintes.

72 Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de entrada de recursos, aumento de ativos ou diminuição de passivos, incluindo os provenientes de aporte dos proprietários da entidade.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO

Com relação à classificação orçamentária da receita segundo a categoria econômica, julgue os itens a seguir.

91 As contribuições e as doações realizadas por pessoas físicas à administração pública podem ser classificadas como receitas correntes ou de capital, de acordo com sua destinação.

C

92 As receitas decorrentes da dívida ativa da amortização de empréstimos são classificadas como receita de capital.

C

A situação líquida patrimonial de uma entidade pode aumentar ou diminuir durante o exercício financeiro. A respeito dos ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, julgue os itens subsequentes.

96 As receitas públicas pertencem ao Estado, aumentam o saldo financeiro do patrimônio do Poder Público e, por força do princípio orçamentário da anualidade, estão, em regra, previstas na lei orçamentária anual (LOA).

E

CESPE/MC 2013 - Nível III – Atividades Técnicas de Suporte – Nível Superior – Especialidade 4

A classificação econômica da receita pública compreende as contas que melhor expressam as receitas previstas. No que se refere à receita pública, julgue os itens a seguir.

89 Em caso de excesso de arrecadação em uma rubrica contábil provocado por ingressos de recursos financeiros superiores ao previsto, não se exige do gestor público a emissão de pedido ao Poder Legislativo para a revisão da dotação orçamentária já aprovada em lei e necessária para compatibilizar a previsão legalmente estimada à inicial com a receita devidamente realizada.

C

90 O superávit do orçamento corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas correntes e despesas correntes, apurado no demonstrativo da receita e da despesa, segundo as categorias econômicas, não constitui item da receita orçamentária.

C

91 Na Lei n.º 4.320/1964, foram adotados critérios híbridos para distinguir as operações correntes das de capital; conforme a situação, adotam-se o critério contábil, o critério relativo à natureza econômica da receita ou, até mesmo, o princípio da destinação, como no caso dos tributos.

C

92 As fontes de receita registradas no nível mais analítico e agrupadas em títulos sintéticos constituem a classificação básica para as análises econômico-financeiras sobre o financiamento das ações governamentais.

C

93 Tratando-se do grupo de fonte de receita identificado por 1700.00.00 — transferências correntes, o que determina a classificação da receita é, em primeiro lugar, a procedência do recurso e, em segundo lugar, a sua destinação.

C

94 As receitas de capital representam as mutações patrimoniais; esses ingressos de recursos, contudo, nada acrescentam ao patrimônio público, uma vez que a entrada de dinheiro é compensada por uma saída de um bem patrimonial.

C

CESPE/MC 2013 - Nível III – Atividades Técnicas de Suporte – Nível Superior – Especialidade 14

Julgue os itens seguintes com relação às demonstrações contábeis e às receitas e despesas públicas.

112 A receita orçamentária está sujeita às classificações institucional, funcional e econômica.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 1: Analista Administrativo – Área: Administração

O orçamento brasileiro é formado por um conjunto de leis que visam garantir coerência temporal nas ações desenvolvidas pelo governo. Nesse sentido, plano plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA) formam uma estrutura básica de planejamento e execução do orçamento no Brasil. Com relação a esses dispositivos, julgue os itens que se seguem.

84 A classificação das receitas e despesas públicas em originárias e derivadas, que não é normatizada pela legislação, restringe-se ao estudo acadêmico do orçamento, não sendo utilizada como classificador oficial da receita pública.

C

A respeito de receita pública e dívida, julgue os itens que se seguem.

97 Com a finalidade de obter recursos para financiar suas atividades, o Estado cobra tributos, que são classificados como receita corrente de procedência derivada.

C

98 A inclusão do contribuinte na dívida ativa tem como requisito a apuração da certeza e liquidez da dívida.

C

99 Quando se classifica uma receita em relação à sua categoria econômica, deve-se evitar o uso de termos como receita corrente ou receita de capital, pois esses são termos usualmente empregados na classificação contábil, e não econômica, da receita.

E

100 Considere que um posto de fiscalização de controle da ANTT, localizado às margens de uma rodovia, após uma pequena reestruturação organizacional, tenha sido desativado, e a área de ocupação haja sido submetida a licitação pública pela ANTT para exploração comercial privada. Nesse caso, a receita proveniente do aluguel seria classificada como receita de capital, pois remunera o investimento da ANTT no imóvel.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 4: Analista Administrativo - Área: Ciências Contábeis

No que se refere a receitas e despesas públicas, julgue os itens seguintes.

69 A receita decorrente do imposto de importação de produtos industrializados é uma receita originária, cuja classificação não possui codificação no orçamento da União.

E

Julgue os itens a seguir, relativos a receita e despesa públicas.

92 O lançamento, procedimento próprio da etapa de planejamento orçamentário, está associado à previsão da receita.

E

95 O valor arrecadado com a emissão de títulos da dívida pública é uma receita de capital.

C

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 6: Analista Administrativo - Área: Direito

No que se refere ao direito financeiro, julgue os itens seguintes.

81 A caução depositada pelo licitante, por exigência de edital, no caso de não vir a ser o ganhador da mesma, tem natureza de entrada provisória de recursos e não de receita.

C

82 As receitas advindas da exploração de atividade econômica estatal são classificadas, quanto à origem, como receitas originárias.

C

Julgue os próximos itens com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na CF.

95 As multas aplicadas pela ANTT como sanção por descumprimento das normas de conduta dispostas e não pagas devem ser inscritas na dívida ativa de natureza não tributária.

C

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 9: Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres – Área: Ciências Contábeis

Julgue os itens subsequentes, relativos à despesa pública.

97 A classificação por fonte de receita permite o acompanhamento da arrecadação de cada modalidade de receita orçamentária e constitui-se na classificação básica para as análises econômico-financeiras sobre o financiamento das ações governamentais.

C

100 No que diz respeito aos estágios da receita pública nenhum tributo será cobrado no exercício financeiro sem previa autorização orçamentária, inclusive as tarifas aduaneiras.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 16: Técnico Administrativo

Com relação à receita e à despesa pública, julgue os itens seguintes.

87 São subvenções econômicas as dotações destinadas pelo governo a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda de gêneros alimentícios ou outros materiais.

C

89 As receitas advindas de operações de crédito são oriundas da venda de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos internos ou externos, auferidos junto a entidades estatais ou privadas, e devem ser classificadas como receitas de capital.

C

Acerca da contabilidade governamental e suas especificidades, julgue os itens a seguir.

92 As receitas orçamentárias podem ser vinculadas por meio de lei a órgão, fundo ou despesa. Contabilmente, as receitas vinculadas devem ser lançadas como outras receitas correntes.

E

Julgue os próximos itens, que tratam de receita pública.

106 Os dividendos representam as receitas provenientes de resultados das empresas públicas ou daquelas regidas pela regulamentação observada pelas sociedades anônimas, cuja destinação legal é a amortização da dívida pública federal.

C

107 Laudêmios são receitas decorrentes da transferência do domínio útil do imóvel da União de um foreiro a outro, considerados os casos de sucessão hereditária.

E

108 Na execução orçamentária, todas as receitas devem ser contabilizadas nas rubricas correspondentes à sua natureza, exceto aquelas que não tenham sido previstas na lei orçamentária.

E

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 11: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

Acerca da receita e despesa pública, julgue os itens que se seguem.

101 A receita da dívida ativa corresponde aos resultados de exercícios futuros a realizar.

E

103 Os juros, as multas e as amortizações das dívidas são classificados na categoria econômica da receita corrente.

E

Com relação à receita pública, julgue os itens a seguir.

107 A receita de dívida ativa da atividade mineral é classificada como receita corrente.

C

108 A receita da indústria extrativa mineral é classificada como derivada.

E

CESPE/MPOG 2013 - temp/Categoria Profissional 3: Técnico de Nível Superior – SPU/UCP

Com relação ao orçamento público, julgue os itens subsecutivos.

A respeito de receita pública e de dívida ativa, julgue os itens que se seguem.

69 A remuneração sobre o saldo diário da conta única, paga pelo Banco Central ao Tesouro Nacional, é classificada como receita de capital.

C

70 O recebimento de aluguéis inscritos na dívida ativa de natureza não tributária devem ser contabilizados como receita corrente do exercício financeiro de sua arrecadação.

C

Com referência à receita pública, julgue os próximos itens.

104 Em virtude da obrigatoriedade imposta pela Lei Orçamentária Anual (LOA), a ausência formal do registro da previsão da receita retira-lhe o caráter de orçamentária.

E

105 Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, a receita pode ser "corrente" ou de "capital".

E

CESPE/DPF 2013/CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL

No que concerne à administração financeira e orçamentária do Estado brasileiro, julgue os itens subsecutivos.

64 De acordo com o Manual Técnico de Orçamento, dívida ativa corresponde a um crédito da fazenda pública, de natureza tributária ou não tributária, que é cobrado por meio da emissão de certidão de dívida ativa da fazenda pública da União, e equivale a um título executivo.

C

CESPE/ANS 2013/Cargo 3: Analista Administrativo

Julgue os próximos itens, relativos a receitas e despesas públicas.

111 As receitas correntes patrimoniais e de serviços são tipos de receitas derivadas.

E

113 Os valores recebidos a título de caução devem integrar a receita pública do exercício em que esses valores ingressarem.

E

A propósito da classificação da receita pública, julgue os itens seguintes.

88 As contribuições sociais destinam-se ao custeio da seguridade social e são classificadas como espécie de receita tributária.

E

89 Na classificação da receita conforme a sua natureza, o subtítulo é o nível mais analítico para identificação de sua origem.

E

CESPE/ANS 2013/Cargo 1: Analista Administrativo

Acerca das categorias econômicas da receita pública, julgue o próximo item.

112 As receitas provenientes da fruição do patrimônio do ente público, como bens mobiliários, devem ser classificadas no orçamento como receitas correntes e de natureza patrimonial.

C

CESPE/MI 2013 - Cargo 1: Analista Técnico Administrativo

Julgue os itens subsecutivos, referentes a receitas e despesas públicas.

68 As receitas correntes e as receitas de capital não devem afetar o patrimônio líquido da entidade pública até que tenham passado pelos estágios de previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

E

70 Os créditos da fazenda pública, de natureza tributária ou não tributária, serão reconhecidos como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.

C

CESPE/MI 2013 - Cargo 4: Administrador

Julgue os próximos itens, relativos à receita pública.

111 O órgão público que disponha de crédito, em moeda estrangeira, que não tenha sido pago depois de transcorrido o prazo contratual deve inscrevê-lo na dívida ativa, convertendo o seu valor em moeda nacional à taxa de câmbio oficial para compra na data da notificação ou da intimação do devedor ou, à sua falta, na data da inscrição na dívida ativa.

C

112 O cálculo da previsão da receita deve limitar-se ao exercício financeiro a que se refere a proposta de lei orçamentária.

E

CESPE/UNIPAMPA 2013 - Cargo 1: Administrador

No que se refere ao orçamento público, julgue os itens subsequentes.

62 As receitas são classificadas, quanto à categoria econômica, em correntes e de capital.

C

63 A receita tributária engloba as contribuições sociais e econômicas.

E

CESPE/UNIPAMPA 2013 - Cargo 6: Contador

Julgue os itens subsequentes, relativos à receita e despesa pública brasileira.

67 A partir da convergência entre as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBCSP) e as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (NICSP), passou-se a reconhecer como restos a receber as receitas lançadas e não recebidas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.

E

68 A incorporação de recursos financeiros ao erário público proveniente da constituição de dívidas deve ser classificada como uma receita de capital.

C

CESPE/SERPRO 2013 - Cargo 16 – Analista – Especialização: Negócios em Tecnologia da Informação

119 A arrecadação é o estágio que encerra a etapa de execução orçamentária da receita pública.

E

CESPE/MME 2013 - Cargo 2: Analista Financeiro

QUESTÃO 82

No que se refere às receitas públicas e à sua classificação orçamentária, assinale a opção correta.

A As receitas de capital aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e impactam o patrimônio líquido estatal.

B As receitas públicas derivadas são as arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela administração pública.

C As receitas orçamentárias dividem-se em receitas correntes, extraordinárias e de capital.

D As receitas públicas originárias são obtidas pelo poder público por meio da soberania estatal, sendo auferidas de forma impositiva a partir da instituição de impostos, taxas e contribuições.

E Receita orçamentária é toda receita arrecadada que represente ingresso financeiro orçamentário, inclusive aquela proveniente de operações de crédito, ainda que não registrada na LOA.

LETRA E

QUESTÃO 92

Assinale a opção correta acerca da classificação de determinado fato contábil constituído pelo ingresso de volume de recursos no caixa único da União.

A Se o ingresso for de natureza extraorçamentária, poderá ser classificado como receita corrente ou de capital.

B Se o ingresso se originar de entidade externa à administração pública, não poderá ser considerado receita intraorçamentária.

C Se o ingresso for considerado receita patrimonial, deverá ser classificado como receita de capital.

D Se for proveniente de operações de crédito externas, o ingresso deverá ser classificado como receita de amortizações e empréstimos.

E O ingresso deve ser considerado receita pública, independentemente de ser de natureza orçamentária ou extraorçamentária.

LETRA B

QUESTÃO 93

O estágio da receita pública constituído pelo ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora, inscrevendo o seu débito, é denominado

A lançamento.

B arrecadação.

C recolhimento.

D previsão.

E processamento.

LETRA A

CESPE/MME 2013 - Cargo 3: Gerente de Projeto

QUESTÃO 91

Acerca do orçamento público no Brasil, assinale a opção correta.

A Por representarem passivo financeiro, os ingressos na forma de depósitos de terceiros, salários não reclamados, consignações a pagar são classificados como ingressos orçamentários.

B As operações de crédito, por gerarem passivo permanente, são classificadas, no orçamento, como ingressos extraorçamentários.

C No orçamento público brasileiro, as receitas e despesas são registradas pelo seu real valor de desembolso na peça orçamentária.

D A receita no orçamento é lançada na contabilidade pública pelo regime de competência.

E No orçamento brasileiro, os recursos decorrentes do recebimento de caução em dinheiro para garantia de contratos não provocam efeitos sobre o patrimônio líquido e não constam do orçamento público.

LETRA E

CESPE/MME 2013 - Cargo 4: Gerente Técnico de Projeto

QUESTÃO 94

Acerca dos diferentes estágios da receita pública, assinale a opção correta.

A O lançamento é o procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da receita, calcula o montante devido e identifica o sujeito passivo, mas não constitui o crédito tributário.

B É vedado o lançamento feito exclusivamente por meio de informações prestadas pelo próprio contribuinte da obrigação, ainda que posteriormente seja homologado por autoridade administrativa.

C O superávit financeiro deve ser incluído no cômputo das receitas efetivamente arrecadadas, em razão do princípio de equilíbrio da execução de receitas e despesas públicas.

D O recolhimento é constituído pelos pagamentos realizados diretamente pelos contribuintes às repartições fiscais ou à rede bancária credenciada para receber receitas públicas.

E As previsões de receitas devem ser obrigatoriamente acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois anos seguintes àquele a que se referirem.

LETRA E

QUESTÃO 95

Certa empresa ocupou um imóvel de propriedade de um órgão público federal mediante termo de cessão que determinava o pagamento mensal de uma taxa de ocupação. A referida taxa, no entanto, não foi paga por mais de seis meses e foram esgotados todos os meios de cobrança amigável do crédito correspondente à taxa de ocupação.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

A Uma vez inscrito na dívida ativa, o crédito é considerado líquido, certo e exigível.

B A inscrição na dívida ativa não tem consequências patrimoniais, até que o crédito seja pago.

C As multas ou juros de mora referentes ao crédito devem ser cobrados em procedimento separado.

D Compete somente à Procuradoria da Fazenda Pública a inscrição do crédito na dívida ativa da União.

E O crédito deve ser inscrito na dívida ativa tributária.

LETRA A

CESPE/MME 2013 - Cargo 6: Assistente Financeiro

QUESTÃO 86

O orçamento é instrumento de planejamento de qualquer entidade e representa o fluxo previsto dos ingressos e das aplicações de recursos em determinado período. Considerando essas informações, assinale a opção correta em relação à receita pública.

A As operações de crédito não integram a lei de orçamentos.

B Assim como a despesa, a receita pública é programada, autorizada e controlada por meio do orçamento.

C As emissões de papel moeda devem, obrigatoriamente, ser previstas na LOA, pois, nessa lei, devem constar todas as receitas.

D Todas as receitas arrecadadas são classificadas como receitas orçamentárias, incluindo as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento.

E Os recursos provenientes de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária são classificados, na LOA, como receitas.

LETRA D

QUESTÃO 87

Considerando que, no Brasil, as receitas são classificadas nos orçamentos em ordinárias e extraordinárias, assinale a opção correta.

- A As operações de fiança são classificadas como receitas orçamentárias.
- B As operações de venda de ativos públicos são classificadas como receitas orçamentárias.
- C Os recursos advindos de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária são classificados como ingressos extraorçamentários.
- D As operações de crédito são classificadas como receitas extraordinárias.
- E As operações de depósito em caução são classificadas como receitas orçamentárias.

LETRA C

QUESTÃO 88

Assinale a opção correta a respeito da classificação econômica da receita.

- A Se o governo efetuar alienação de bens, a receita obtida dessa alienação deverá ser classificada como receita corrente.
- B As receitas provenientes de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico são classificadas como receitas correntes.
- C De acordo com a legislação brasileira, não é permitida a aplicação de receita de capital para custear despesas correntes.
- D As operações de crédito são classificadas no orçamento como receitas correntes.
- E As operações de financiamento e alienação de componentes do ativo permanente podem ser classificadas como receitas correntes.

LETRA B

QUESTÃO 89

Acerca da norma brasileira para classificação orçamentária da receita de todos os entes da Federação, assinale a opção correta.

- A As receitas financeiras referem-se, predominantemente, às receitas correntes que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões e dos dividendos recebidos pela União.
- B As receitas são classificadas de acordo com a natureza da operação econômica sobre a qual o tributo incide.
- C A natureza da receita orçamentária busca identificar a origem do recurso segundo seu fato gerador, ao passo que a classificação da fonte de recursos tem a finalidade de identificar o destino dos recursos arrecadados.
- D Na classificação das receitas por meio do identificador de resultado primário, as obrigações dos bancos públicos estatais entram no cálculo do resultado primário.
- E As receitas financeiras do governo influenciam o cálculo do resultado primário.

LETRA C

QUESTÃO 90

No que concerne a etapas e classificações da receita orçamentária, assinale a opção correta.

A Na etapa de recolhimento, os valores arrecadados são transferidos para as diversas contas existentes do Tesouro Nacional, conforme a natureza da arrecadação.

B Quaisquer receitas orçamentárias devem passar, necessariamente, por todas as etapas de ocorrência dos fenômenos econômicos, que são: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

C As receitas lançadas e não recebidas pertencem ao exercício em que forem efetivamente arrecadadas.

D As receitas orçamentárias são classificadas pelo regime de competência.

E A etapa de recolhimento corresponde à entrega dos recursos ao Tesouro Nacional por contribuintes e devedores.

LETRA C

QUESTÃO 91

Em relação à origem e às fontes da receita orçamentária, assinale a opção correta.

A Para que determinada taxa de serviço público possa ser cobrada, é necessário que o contribuinte efetivamente faça uso do serviço prestado.

B Tarifas são receitas compulsórias decorrentes da prestação de serviços públicos específicos, legitimadas por lei e regidas por normas de direito público.

C Receitas derivadas da extração mineral são classificadas como receitas industriais.

D Contribuições sociais são exemplos de receitas tributárias.

E Impostos são as receitas cujo fato gerador é a utilização de determinados serviços públicos, sob os pontos de vista material e formal.

LETRA C

QUESTÃO 94

Em relação à dívida ativa da União, assinale a opção correta.

A Na dívida ativa, são inscritos unicamente os débitos referentes a pessoas jurídicas.

B Os débitos junto ao Instituto Nacional do Seguro Social não compõem a dívida ativa da União.

C A dívida ativa é atualizada anualmente pela taxa de juros de longo prazo.

D A dívida ativa corresponde aos créditos da fazenda pública de natureza exclusivamente tributária.

E Embora sejam admitidos recurso e prova em contrário, a certidão de dívida ativa possui caráter líquido e certo.

LETRA E

CESPE/TELEBRAS 2013 - Cargo 6: Especialista em Gestão de Telecomunicações – Ocupação: Analista Superior – Subatividade: Finanças

Julgue os itens seguintes, relativos a despesas de exercícios anteriores e conta única do tesouro.

88 O ingresso de recurso na conta única do tesouro ocorre quando há previsão e lançamento dos tributos e contribuições federais pelos contribuintes.

E

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 3: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

A respeito de créditos adicionais e dívida ativa, julgue os itens a seguir.

113 A dívida ativa constitui os créditos da fazenda pública que independem de autorização orçamentária, tendo sido contraída mediante emissão de títulos para atender a desequilíbrio orçamentário.

E

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Judiciária

Supondo que Maria seja responsável por conduzir a execução orçamentária de um tribunal federal e tendo em conta o disposto na Lei n.º 4.320/1964, na LRF e na CF, julgue os próximos itens.

112 No decorrer da execução orçamentária, caso ocorra recebimento de uma receita pública de taxa não prevista na lei orçamentária para o respectivo ano, Maria deverá contabilizar tal receita como não orçamentária.

E

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Acerca de receita e despesa pública, julgue os próximos itens. Nesse sentido, considere que a sigla LOA, sempre que empregada, refere-se a lei orçamentária anual.

100 Se, durante o debate do projeto de lei orçamentária, forem subestimados os valores a serem arrecadados, os valores adicionais que eventualmente venham a ser arrecadados durante o período de vigência da lei orçamentária deixarão de ser considerados receita orçamentária e passarão a ser receita extraordinária.

E

101 No Brasil, a receita pública classifica-se segundo sua natureza, fonte (destinação) do recurso e risco fiscal.

E

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 3: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

No orçamento público estão dispostas as receitas e as despesas administradas pelo Estado. Com relação a esse assunto, julgue os itens subsecutivos.

111 As receitas de operações intraorçamentárias resultam das operações realizadas entre órgãos e demais entidades da administração pública integrantes do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social do mesmo ente federativo, representando novas entradas de recursos nos cofres públicos do ente, sem provocar, contudo, efeitos sobre o patrimônio líquido.

E

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 9: Analista Judiciário – Área: Apoio Especializado – Especialidade: Engenharia Civil

No que se refere aos princípios de planejamento e orçamento públicos, julgue os itens seguintes.

96 As receitas de capital, por serem oriundas da exploração de atividades econômicas, provocam significativo efeito sobre o patrimônio líquido.

E

CESPE/CNJ 2012 Cargo 13: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

No que concerne à receita pública, julgue os itens a seguir.

107 A dívida ativa é composta por créditos a favor da fazenda pública, os quais não foram efetivamente recebidos nas datas apuradas e cuja certeza e liquidez foram apuradas. Constitui, portanto, fonte certa de recursos.

E

108 Em relação à categoria econômica, a receita pode ser corrente ou de capital.

C

109 Se, ao desativar algumas unidades de determinado órgão, o governo deixar de utilizar alguns imóveis, sendo esses imóveis posteriormente alugados para a iniciativa privada, então as receitas desses aluguéis deverão ser classificadas como receitas correntes.

C

110 A receita tributária, em relação à procedência, é classificada como derivada.

C

CESPE/SEGER ES 2012 - Cargo: Analista do Executivo – Área de Formação 1: Administração

QUESTÃO 51

Em relação à lei de orçamentos, que deve compreender todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei, assinale a opção correta.

A Classificam-se como derivadas as receitas públicas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela administração pública.

B As receitas de capital arrecadadas em um exercício, à medida que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, causam efeito positivo sobre o patrimônio líquido, financiando os objetivos definidos nos programas e ações das políticas públicas.

C A contribuição para financiamento da seguridade social classifica-se como receita tributária, conforme a legislação orçamentária em vigor no país.

D A arrecadação, um dos estágios da receita pública, caracteriza-se pela transferência ou pelo depósito das obrigações dos contribuintes em favor do Tesouro Nacional.

E As receitas públicas correspondem aos ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado, ao passo que as receitas orçamentárias representam entradas compensatórias sujeitas à autorização legislativa.

LETRA D

CESPE/SEGER ES 2012 - Cargo: Analista do Executivo – Área de Formação 2: Ciências Contábeis

QUESTÃO 53

A respeito da receita e da despesa pública, assinale a opção correta.

A A receita é recolhida à conta única do Tesouro Nacional quando necessariamente tiverem sido transcorridos todos os estágios da receita pública.

B O processo de vinculação da receita com a aplicação do recurso, conforme estabelecido na legislação que instituiu a receita, é denominado destinação vinculada.

C Receita orçamentária é todo crédito previsto para atender despesas dotadas e operações que financiam custos da máquina pública.

D O ato de inscrição da dívida ativa procede de receitas intraorçamentárias, arrecadadas da propriedade do órgão ou entidade, e que resultam em aumento do patrimônio líquido.

E A classificação da despesa orçamentária, segundo sua natureza, pode ser por categoria econômica, grupo de natureza da despesa, elemento de despesa ou fonte de recursos.

LETRA B

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Problemas financeiros originados no Estado provocaram diversas crises econômicas ao longo da história brasileira. A Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — representou uma resposta a essa realidade, tendo sido um esforço organizado no sentido de garantir um melhor equilíbrio nas contas públicas. À luz desse instrumento legal e da legislação pertinente ao orçamento público no Brasil, julgue os itens que se seguem, referentes à receita e à despesa pública.

108 No âmbito federal, a classificação por fontes de recursos permite a visualização de eventuais vinculações existentes entre receitas e despesas, cuja principal base legal encontra-se na lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Julgue os itens subsecutivos, acerca da lei de orçamento público.

91 A receita proveniente da alienação de bens públicos será evidenciada no quadro demonstrativo de receita e despesa segundo as categorias econômicas.

C

92 Para a elaboração do orçamento serão consideradas todas as receitas, as operações de crédito por antecipação da receita e outras entradas compensatórias, em ativo e passivo financeiros.

E

Julgue os itens que se seguem, referentes a receita e despesa orçamentária.

99 O recolhimento de todas as receitas se fará em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais. Por conseguinte, todas as receitas arrecadadas, incluindo as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento, serão classificadas como receita orçamentária, em rubricas próprias.

ANULADA

(gab. preliminar → C)

CESPE/INPI 2012 - Cargo 9 - ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Classe A, Padrão I) – ÁREA: GESTÃO FINANCEIRA (A3)

No que concerne à receita e despesa públicas, julgue os itens a seguir.

117 A receita pública deve ser classificada nas categorias econômicas receitas correntes e receitas de capital.

C

Acerca de receita pública, julgue os itens seguintes.

101 A receita orçamentária é definida como o ingresso de recursos financeiros durante determinado exercício orçamentário, sendo um novo elemento para o patrimônio público.

C

102 A receita patrimonial auferida de locação do patrimônio público à iniciativa privada é classificada como receita de capital.

E

103 A inscrição de contribuinte na dívida ativa devido ao não pagamento de obrigações tributárias no prazo estabelecido caracteriza apenas ato permutativo de contas dentro do próprio ativo, pois exclui a cobrança de juros ou a atualização monetária.

E

104 Considere que, devido à reestruturação de determinado órgão público, algumas unidades imobiliárias originalmente ocupadas e pertencentes ao Estado deixem de ser utilizadas. Para evitar a degradação dos edifícios, e sem nova função programada para eles, suponha que a autoridade governamental os venda mediante os instrumentos legais apropriados. Nessa situação hipotética, as receitas obtidas pela conversão em espécie desses bens são classificadas como receitas de capital.

C

105 A dívida ativa é constituída por valores cuja liquidez e certeza foram apuradas, sendo uma possível fonte de receitas por meio da recuperação dos créditos nela registrados.

C

CESPE/ ANP 2012 - PERFIL 2 : ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA II

Em relação a classificação da receita, gestão patrimonial e variações patrimoniais, julgue os próximos itens.

68 As receitas dos royalties são originadas pela exploração do patrimônio do Estado, que é constituído por recursos minerais, hídricos e florestais. Essas receitas são classificadas como patrimoniais, dentro da categoria econômica receitas correntes.

C

CESPE/ ANP 2012 PERFIL 4 : ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA IV

A respeito das despesas e receitas públicas, segundo as categorias econômicas, julgue os itens a seguir.

100 Segundo as categorias econômicas, as receitas podem ser classificadas em receitas correntes ou receitas de capital.

C

101 As inversões financeiras contemplam as dotações destinadas às obras públicas, aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização.

E

CESPE/TJAC 2012 - Cargo 5: Contador

De acordo com a Lei Federal n.º 4.320/1964 e suas alterações, julgue os itens subsecutivos.

78 O lançamento, terceiro estágio da receita pública, consiste na concentração de pecúnia na conta única do tesouro.

E

Acerca do ciclo orçamentário, julgue os itens subsequentes.

80 As receitas provenientes da exploração do patrimônio público, do poder de tributar emanado do Estado e das atividades de prestação de serviços constituem receitas correntes.

C

82 O superávit do orçamento corrente, apesar de ser resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, não constitui item de receita orçamentária.

C

Julgue os itens seguintes, acerca da execução da gestão pública.

85 A dívida ativa tributária é o crédito da fazenda pública, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas.

C

CESPE/ANAC 2012 - Cargo 2: Analista Administrativo – Área 2

Acerca de receitas públicas, julgue os itens que se seguem.

74 O estágio de lançamento da receita compreende o registro, em contas devedoras e credoras, do valor a ser arrecadado pelo Estado.

E

75 A dívida ativa constitui-se dos créditos não financeiros oriundos de tributos lançados e não arrecadados em um exercício, bem como dos autos de infração não contestados.

C

76 As receitas públicas classificam-se quanto à categoria econômica em receitas de capital e receitas correntes, sendo o laudêmio um exemplo de receita corrente.

C

CESPE/ANATEL 2012 - Cargo 1: Analista Administrativo

A respeito das receitas e das despesas no orçamento público, julgue os itens a seguir.

99 As receitas correntes destinadas ao pagamento das despesas correntes do governo incluem as receitas tributárias, que englobam os impostos, as taxas, as contribuições de melhorias, as contribuições sociais e de intervenção econômica.

E

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Especialidade: Administrador

57 A classificação da receita de acordo com a sua natureza possibilita uma melhor identificação da origem do recurso conforme seu fato gerador. O código identificador da natureza da receita é desmembrado em seis níveis, entre os quais

- A a alínea é a subdivisão das categorias econômicas.
- B a espécie é a subdivisão da categoria econômica.
- C a origem é o detalhamento das espécies de receita.
- D a subalínea constitui o nível mais analítico da receita.
- E a rubrica é o detalhamento da alínea.

LETRA D

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 8: Analista Judiciário – Especialidade: Contador

37 Com relação à receita pública, assinale a opção correta.

- A Considerando que algumas receitas são arrecadas para atender normas, regulamentos ou contratos, a entidade pública torna-se apenas um depositário desse valor que deve ser reconhecido na lei orçamentária anual para fins de controle no sistema de compensação.
- B As receitas correntes financiam as despesas correntes e também as de capital.
- C A adoção do regime de caixa para a receita orçamentária objetiva dar mais celeridade à administração pública, uma vez que o gestor não terá que se preocupar com receitas a realizar.
- D As demonstrações das receitas orçamentárias e extraorçamentárias constantes do relatório resumido da execução orçamentária serão por classificação funcional programática.
- E As receitas de capital são recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas correntes e de capital e, ainda, o superávit do orçamento corrente.

LETRA B

CESPE/TRT 10ª Região – Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

A respeito das receitas públicas, julgue os itens subsecutivos.

107 As receitas da dívida ativa são decorrentes de créditos da Fazenda Pública, exigíveis em virtude do transcurso para pagamento, e classificadas como outras receitas de capital.

E (gab. Extraoficial)

108 As operações de crédito devem ser classificadas como ingressos extraorçamentários quando corresponderem a antecipação de receita orçamentária.

C (gab. Extraoficial)

CESPE/TRT 10ª Região – Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Julgue os itens subsecutivos, acerca de dívida ativa

100 Para inscrição na dívida ativa, o valor do crédito em moeda estrangeira será convertido ao correspondente valor na moeda nacional à taxa cambial oficial, para venda, na data da inscrição da dívida ativa. A partir da conversão, essa dívida estará sujeita a atualização monetária e juros de mora, de acordo com preceitos legais pertinentes aos débitos tributários.

E (gab. Extraoficial)

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 1: Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

A etapa de definição clara e objetiva da receita é fundamental para a apropriada organização orçamentaria, constituindo pré-requisito para o planejamento. Acerca da receita pública no Brasil, julgue os itens que se seguem.

100 Define-se receita pública como a entrada que se integra ao patrimônio público com reservas, condições ou correspondência no passivo, acrescendo-se o seu volume como elemento novo e positivo.

E

101 Entre as receitas definidas na categoria econômica de receitas correntes incluem-se as receitas tributárias, patrimoniais, agropecuárias, industriais, de contribuição e de serviços.

C

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 2: Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Julgue os itens seguintes, a respeito de receitas e despesas públicas.

97 Denomina-se recolhimento a transferência dos valores arrecadados a conta específica do Tesouro Nacional.

C

101 As receitas recebidas por ente público, originárias de outras pessoas de direito público ou privado, são classificadas como correntes ou de capital, de acordo com a categoria econômica da despesa que visam atender.

C

102 Toda receita orçamentaria passará, necessariamente, por pelo menos uma das seguintes etapas: previsão e lançamento.

E

CESPE/TJ RR 2012 - Cargo 1: Administrador

Julgue os próximos itens, relativos à receita pública.

112 Classificam-se como receitas correntes as receitas patrimoniais obtidas com os rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e de outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.

C

113 No estágio da previsão da receita, o Estado realiza a inscrição a débito do contribuinte.

E

CESPE/TJ RR 2012 - Cargo 4: Contador

A respeito das receitas e despesas públicas e das variações patrimoniais, julgue os itens seguintes.

72 Apesar de não constituir item de receita orçamentária, o superávit do orçamento corrente deve ser considerado no cômputo da receita de capital.

C

73 A operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) é uma receita orçamentária de capital.

E

CESPE/ IBAMA 2012 - Cargo: Técnico Administrativo

No que diz respeito a orçamento público, julgue os próximos itens.

89 O estágio da receita denominado arrecadação encerra a etapa de execução e deve obedecer ao princípio da unidade de caixa.

E

CESPE/ANCINE/2012 - Cargo 1: Técnico Administrativo

Acerca do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

137 O produto da arrecadação de multas resultantes das atividades exercidas pela ANCINE integra a receita corrente dessa agência.

C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 1: Auditor de Controle Externo – Área: Auditoria Governamental

Em relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens de 133 a 137.

133 A classificação de receitas por categoria econômica visa permitir a identificação dos recursos em função do seu fato gerador, sendo sempre classificadas como receitas de capital as receitas financeiras provenientes de outras pessoas de direito público ou privado.

E

A respeito de receita pública, dívida ativa e da conta única do Tesouro, julgue os itens seguintes.

150 Incluem-se tanto na natureza tributária da dívida ativa quanto na não tributária os créditos da fazenda pública provenientes de obrigações legais relativas a tributos e respectivas multas.

E

151 As receitas decorrentes da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional fazem parte da receita primária do orçamento fiscal e da seguridade social.

E

152 A destinação de recursos obtidos com a receita de capital oriunda da alienação de ativos é um dos objetos de fiscalização dos tribunais de contas.

C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 2: Auditor de Controle Externo – Área: Ciências Contábeis

Julgue os próximos itens, relativo à receita pública.

157 Quando determinado órgão público inscreve uma obrigação legal relativa a tributos na dívida ativa, todos os respectivos adicionais e multas correspondentes a essa obrigação integram o conceito de dívida ativa tributária.

C

158 Os valores cobrados dos cidadãos pelo serviço de abastecimento de água constituem exemplo de receita derivada.

E

Com relação aos conceitos de despesa pública, julgue os itens que se seguem.

161 As transferências da União para os estados, municípios e Distrito Federal decorrentes da repartição das receitas tributárias constituem, obrigatoriamente, receitas correntes.

C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 3: Auditor de Controle Externo – Área: Direito

O processo orçamentário está hoje constituído, no ordenamento jurídico nacional, por um sistema que abrange a lei orçamentária anual, em conjunto com as leis do plano plurianual e de diretrizes orçamentárias. Em relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

145 As receitas públicas originárias decorrem do poder de império do Estado e da exploração de seu patrimônio e compreendem os preços públicos ou tarifas, as compensações financeiras e os ingressos comerciais.

E

CESPE/TRE-RJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Acerca da classificação de receitas e despesas públicas, julgue os Itens que se seguem.

97 Amortização de empréstimos é a receita proveniente do ingresso de recursos referentes ao recebimento de empréstimos ou financiamentos concedidos e classificada como receita de capital.

C

CESPE/BASA 2012 - Cargo 4: Técnico Científico – Área: Contabilidade

Em relação à receita e despesa orçamentária, julgue os próximos itens.

78 Deve-se classificar como 'outras receitas de capital' a receita da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, dadas suas características, que não permitem seu enquadramento nas demais classificações da receita de capital.

C

80 O lançamento, como estágio da receita orçamentária, é resultado de uma projeção realizada com base no índice de preços, na quantidade e nas alterações na legislação tributária.

E

CESPE/TCU 2012 - Técnico Federal de Controle Externo

Considerando a Lei n.º 4.320/1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes da Federação, julgue os itens consecutivos.

82 As receitas orçamentárias na esfera econômica serão classificadas em receitas correntes e receitas de capital. Receitas correntes são aquelas provenientes de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, ao passo que as de capital originam-se dos tributos arrecadados pelo Estado.

E

CESPE/EBC 2011 - Cargo 9: Analista de Empresa de Comunicação Pública – Atividade: Contabilidade

Julgue os itens subsequentes, que tratam das receitas e despesas públicas.

78 A fiscalização da receita pública, realizada pelos órgãos de controle, pela sociedade e pela própria administração, está compreendida na etapa controle e avaliação da receita.

C

79 A receita de serviços de publicidade legal decorrentes das atividades de agenciamento de publicidade é classificada como receita corrente.

C

80 No código de classificação da receita orçamentária por fonte de recursos, o segundo dígito define o grupo de destinação de recursos.

ANULADA

CESPE/MPE-PI 2011- Cargo 7: Analista Ministerial – Área: Orçamento

Acerca de receita e despesa públicas, julgue os itens de 58 a 51.

59 Os impostos diretos, aluguéis, arrendamentos, foros e prestações periódicas de serviço pelos bens patrimoniais da União são receitas cuja contabilização deve ser feita por lançamento denominado por declaração ou misto.

E

Acerca de receita e despesa pública, julgue os itens subsequentes.

85 Receita tributária vencida não registrada no ativo do órgão deve ser encaminhada, mediante formalização de processo administrativo, para inscrição imediata na dívida ativa.

E

CESPE/AL CE 2011 - Cargo 1: Analista Legislativo – Administração

A respeito do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e da conta única do Tesouro Nacional, julgue os próximos itens.

74 Os rendimentos dos saldos disponíveis na conta única do Tesouro Nacional são classificados como receitas de capital.

C

A respeito de receita e despesa públicas, julgue os itens que se seguem.

80 A transferência de capital deve ser classificada como receita corrente, visto que resulta do ingresso de capital proveniente de outro ente governamental.

E

82 A lei de orçamento de competência da União compreenderá as emissões de papel-moeda, por se tratar de operação de crédito autorizada em lei.

E

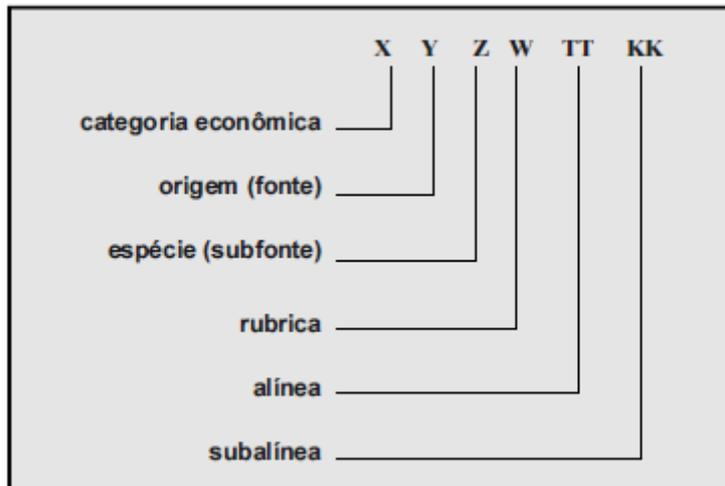
CESPE/AL CE 2011 - Cargo 6: Analista Legislativo – Direito

Julgue os itens a seguir acerca do direito financeiro.

81 As receitas públicas se classificam em entradas provisórias, também chamadas de ingressos, que, após a consumação da finalidade do ato administrativo, são devolvidas a quem de direito, e entradas definitivas, que permanecem em definitivo nos cofres públicos.

E

CESPE/TCU 2008 - Cargo 2.1: ACE - Auditoria Governamental



Manual técnico do orçamento 2008. Secretaria de Orçamento Federal, p. 17.

A partir da figura acima, que apresenta o esquema de identificação dos recursos que ingressam nos cofres públicos, o qual é desdobrado em seis níveis, relacionados ao código identificador da natureza de receita, julgue os itens seguintes, acerca das receitas públicas.

158 A Lei n.º 4.320/1964 representa o marco fundamental da classificação da receita orçamentária. Nessa lei, é explicitada a discriminação das fontes de receitas pelas duas categorias econômicas básicas, com destaque, entre as receitas correntes, para as receitas tributárias compostas por impostos, taxas e contribuições sociais.

E

160 No esquema apresentado, a espécie constitui um maior detalhamento da categoria anterior (origem). Essa classificação não está relacionada à Lei n.º 4.320/1964, mas, sim, à classificação discricionária adotada pela Secretaria de Orçamento Federal e pela Secretaria do Tesouro Nacional.

C

CESPE/TCU 2007 - Cargo: ACE- Auditoria Governamental

Pelo enfoque orçamentário, receita são todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas públicas, em qualquer esfera governamental. Relativamente à classificação orçamentária da receita pública e seu impacto no patrimônio da entidade governamental, julgue o item subsequente.

144 Conforme os efeitos produzidos, ou não, no patrimônio líquido, a receita orçamentária pode ser classificada como efetiva ou não-efetiva.

C

CESPE/MPU 2010 - Cargo 30: Analista de Orçamento

Acerca de receita pública, julgue os próximos itens.

96 Os estágios da receita orçamentária são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. Entretanto, o lançamento, que tem origem fiscal, não se aplica a todas as receitas orçamentárias, mas basicamente às receitas tributárias, conforme dispõe o Código Tributário Nacional.

E

Mudou (era C)

O comando da questão não especificou norma que fundamenta os estágios da receita. Diante do exposto, desse modo, optase pela alteração do gabarito item, de CERTO para ERRADO.

97 A classificação por fontes de recursos é um procedimento que consiste em agrupar os recursos extraorçamentários, não sendo aplicado aos recursos orçamentários.

E

98 São consideradas receitas correntes, entre outras, as tributárias, as industriais, as agropecuárias e patrimoniais que envolverem a conversão, em espécie, de bens e direitos.

E

CESPE/MPU 2010 - Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

Julgue os itens seguintes, que tratam dos aspectos técnicos e legais das receitas públicas.

65 Em relação à natureza, as receitas públicas se dividem em receitas correntes e de capital.

E

66 Se um contribuinte não pagar a parcela de determinado imposto até o vencimento, os juros de mora devidos no momento do pagamento devem ser contabilizados em outras receitas correntes.

C

Com relação aos aspectos tributários das receitas, julgue os itens subsequentes.

71 O preço público se diferencia da taxa porque nasce do fornecimento de um bem e decorre de um contrato entre as partes, ao passo que as taxas se referem aos serviços.

Anulada

Da forma como ficou redigido o item, a diferença essencial entre preço público, que nasce da atividade empresarial do Estado, como agente econômico sem os poderes estatais típicos, e a taxa, um tributo cobrado em virtude do poder estatal específico, não ficou clara, razão pela qual o item precisa ser anulado.

Dada a grande variedade de ingressos públicos, a classificação da receita abriga circunstâncias bastante distintas da mera arrecadação tributária ou da transferência intergovernamental de recursos. Com relação a esse assunto, julgue os próximos itens.

80 Se a União recebe recursos para a amortização de um empréstimo concedido a terceiros, o valor deve ser classificado como receita corrente, no agrupamento correspondente à receita patrimonial.

E

Em relação à receita pública, julgue os itens seguintes.

85 Os recursos recebidos de outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, quando destinados a atender despesas correntes, nem sempre são classificados como receitas correntes.

E

86 Os recursos financeiros provenientes da venda de títulos públicos do Tesouro Nacional constituem receitas correntes ou de capital, conforme o prazo de resgate.

E

87 Quando um estado recebe da União sua parte do imposto sobre produtos industrializados em seu território, em face de determinação constitucional, essa receita é classificada somente como receita corrente.

E

88 Por não ser possível prever no orçamento todos os casos em que o órgão público fará a alienação de algum bem do seu patrimônio, a receita proveniente das alienações pode ser classificada como orçamentária ou extraorçamentária.

E

90 A receita patrimonial é considerada receita corrente.

C

Em relação às classificações da receita pública, julgue os itens subsequentes.

115 Quanto às categorias econômicas, as receitas podem ser correntes e de capital.

C

116 As receitas tributárias, de contribuições, agropecuárias, patrimoniais e o superavit do orçamento corrente são considerados receitas correntes.

E

117 A classificação por fontes inclui-se entre os critérios de classificação das receitas públicas.

C

118 Por meio da classificação institucional da receita, é possível identificar, no orçamento da União, as unidades orçamentárias responsáveis pela arrecadação.

C

119 A classificação de receitas intraorçamentárias correntes e de capital foi incorporada à lei que trata das normas gerais de orçamento, dada a necessidade de registro de receitas provenientes de órgãos pertencentes ao mesmo orçamento, evitando-se as duplas contagens na consolidação das contas públicas.

E

120 As receitas destinadas aos órgãos representativos de categorias profissionais ou a órgãos de defesa de interesse dos empregadores ou empregados integram a classificação orçamentária como receitas de contribuição.

C

121 Impostos, taxas e contribuições são considerados receitas originárias.

E

122 As receitas auferidas nas situações em que o Estado atua em condição de igualdade com os particulares, sem o uso do poder de império, são consideradas receitas originárias, como é o caso da receita de serviços.

C

Ainda com relação aos orçamentos públicos, julgue os itens a seguir.

145 Uma receita relativa a multas aplicadas pela administração tributária pode ser classificada como receita corrente, pois o seu recebimento, considerado ingresso extraorçamentário, não altera o patrimônio líquido, em face de constituir um ingresso extraorçamentário.

E

CESPE/ABIN 2010 - Cargo 1: Oficial Técnico de Inteligência – Área de Administração

A respeito das receitas públicas, julgue os seguintes itens.

90 São exemplos de receitas de contribuições os prêmios prescritos de loterias federais e a contribuição para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

C

91 Ao contrário das receitas de capital, as receitas correntes aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, apresentam efeito positivo sobre o patrimônio líquido do ente federativo e destinam-se ao financiamento dos programas e ações orçamentários.

E

92 Considerando-se que as receitas orçamentárias são representadas por recursos financeiros que ingressam no caixa do governo durante o exercício orçamentário e que constituem elemento novo para o patrimônio público, aumentando-lhe o saldo financeiro, é correto afirmar que, excetuando-se as operações por antecipação de receita orçamentária (ARO), as operações de crédito autorizadas em lei classificam-se como receitas orçamentárias.

C

93 Os ingressos extraorçamentários, tais como a emissão de moeda, cauções, depósitos judiciais, depósitos para recursos e fianças, não são registrados no resultado patrimonial de um ente federativo.

C

94 A remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional classifica-se como outras receitas de capital.

C

95 Entre as receitas correntes patrimoniais, que resultam da fruição do patrimônio, seja decorrente de bens imobiliários ou mobiliários, seja de participação societária, incluem-se as provenientes de concessões e permissões, os pela produção de petróleo e gás natural e os juros de empréstimos.

E

CESPE/ANTAQ 2009 - Cargo 8: Analista Administrativo – Especialidade: Ciências Contábeis

Com relação às receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

84 O pagamento dos tributos devidos pelos contribuintes constitui o estágio do recolhimento da receita. A arrecadação realiza-se com a transferência desses recursos para a conta única de cada ente, em prazos definidos contratualmente, com cada instituição.

E

CESPE/ANTAQ 2009 - Cargo 10: Analista Administrativo – Qualquer Área de Formação

Com relação ao orçamento público e à administração financeira, julgue os itens de **67** a **75**.

72 A classificação por esfera aponta em qual orçamento será alocada a despesa, ao passo que a classificação institucional aponta em que área da despesa a ação governamental será realizada.

E

Julgue os itens subsequentes com relação a receitas públicas.

76 As receitas provenientes de rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e de outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes devem ser classificadas como receitas correntes.

C

77 O 1.º nível da codificação da natureza da receita é utilizado para mensurar o impacto das decisões do governo na economia nacional.

C

78 No que concerne a estágios da receita, o lançamento de ofício é efetuado pela administração sem a participação do contribuinte.

C

CESPE/MI 2009 - Cargo 1: Analista Técnico-Administrativo

A respeito do processo orçamentário e dos métodos e das técnicas para a sua efetivação, julgue os itens a seguir.

66 A classificação institucional da receita representa a estrutura orgânica e administrativa governamental, correspondendo a dois níveis hierárquicos: o órgão e a unidade orçamentária.

C

CESPE/MS 2009 - CARGO 8: CONTADOR

Com base nos artigos da CF que tratam da seguridade social, o Tribunal de Contas da União (TCU) elaborou a tabela a seguir, que compara os valores arrecadados por meio das receitas diretamente vinculadas à seguridade social com as despesas empenhadas nessa esfera orçamentária em 2008.

Receitas e despesas da seguridade social*
valores em R\$ milhares

itens	exercício de 2008
1 receitas correntes**	339.293.585,43
1.1 receita tributária	308.033,84
1.2 receita de contribuições	320.231.631,10
1.3 outras receitas correntes	18.753.920,49
2 receitas de capital	30.651,70
3 receita total da seguridade social (1+2)	339.324.237,13
4 despesas da seguridade social ajustada	371.035.614,10
5 resultado da seguridade social ajustado (3-4)	-31.711.376,97
6 desvinculação de receitas da União (DRU)	39.580.914,00
7 resultado da seguridade social ajustado + DRU (5+6)	7.869.537,03

* Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias, exceto a receita com a contribuição patronal do servidor ativo.

** Receitas vinculadas à seguridade social, excluídos os valores deduzidos a título de DRU.

Tribunal de Contas da União (TCU). Relatório e pareceres prévios sobre as contas do governo da República — exercício de 2008, p. 149-50 (com adaptações).

54 Conforme a tabela, as receitas de capital incluem as receitas patrimonial, agropecuária, industrial e de serviços e as provenientes de recursos financeiros de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender as despesas da seguridade social.

E

55 A receita tributária demonstrada na tabela passou pelo terceiro estágio da execução, que é o recolhimento. No recolhimento das receitas tributárias, deve ser observado o princípio da unidade de tesouraria, vedada a fragmentação dos recursos em caixas especiais.

C

CESPE/STF 2008 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com base na doutrina e nas legislações orçamentária e financeira públicas, julgue os itens de 86 a 103.

95 Uma diferença que usualmente se estabelece entre receitas correntes e receitas de capital é o caráter recorrente das primeiras e esporádico das últimas. Do mesmo modo, entre as receitas próprias e as receitas de transferências: as primeiras são livres, e as últimas, vinculadas.

E

96 Receitas imobiliárias e de valores mobiliários constituem receita patrimonial, que se classifica como receita corrente, para qualquer esfera da administração.

C

CESPE/IPEA 2008 - Cargo 6: Gestão de Orçamento e Finanças

As normas da Lei n.º 4.320/1964 que não conflitam com a CF e com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim sendo, em conformidade com aquela lei de 1964, e sobre a matéria orçamentária, julgue os próximos itens.

65 Se um cidadão deseja fazer uma doação em dinheiro para o governo e se essa espécie de receita não está prevista na lei orçamentária, o governo deve arrecadá-la, todavia, será ela contabilizada como orçamentária.

C

No que se refere às classificações da despesa e da receita atualmente utilizadas na Lei Orçamentária Federal, julgue os itens que se seguem.

70 Uma receita de contribuições sociais é prevista na lei orçamentária e contabilizada como integrante das receitas tributárias.

E

CESPE/MCT 2008 - CARGO: ANALISTA EM C&T PLENO 1-I (B20)

A melhor forma de se obter a transparência do orçamento público e facilitar o seu controle e avaliação é buscar a elaboração da peça legal, seguindo e obedecendo aos princípios clássicos do orçamento. O objetivo desses princípios é tornar o orçamento transparente e facilitar o seu controle e avaliação.

Edson Ronaldo Nascimento. Gestão pública.

Acerca do assunto tratado no texto acima, julgue os itens a seguir.

72 Receitas tributárias são classificadas como receitas de capital, pois, sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo, integram-se ao patrimônio público, como elemento novo e positivo.

E

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

Acerca do direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

79 A importância auferida pela União em decorrência da cobrança do imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF) é considerada receita corrente.

C

CESPE/TCU 2004 - Cargo: Analista de Controle Externo

Acerca do conceito e das classificações de receita e despesa utilizadas nos orçamentos públicos, julgue os itens subseqüentes.

37 As classificações econômicas da receita e da despesa compreendem as mesmas categorias: correntes e capital. O *superavit* do orçamento corrente, que resulta do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, constitui item da receita orçamentária de capital.

E

40 Receita orçamentária é a entrada que é acrescida ao patrimônio público como elemento novo e positivo, integrando-se a ele sem quaisquer reservas, condições ou correspondência no passivo.

E

No que se refere à natureza da diferenciação das despesas segundo a categoria econômica, julgue o item a seguir.

72 Entre as razões que evidenciam a superioridade das despesas de capital em relação às correntes, destaca-se o fato de que são os investimentos, e não o custeio, que contribuem para o crescimento econômico e para a distribuição de renda.

E

CESPE/FUNCAP/PA/2004 - Cargo 3: Contador

Com relação à receita e à despesa públicas, considerando as disposições legais vigentes e a doutrina, julgue os seguintes itens.

98 Receita pública, em sentido amplo, é todo e qualquer ingresso de recursos no patrimônio público. Refere-se, mais especificamente, a qualquer entrada de recursos financeiros que se reflete no aumento das disponibilidades.

C

99 A execução, tanto da receita quanto da despesa orçamentárias, é realizada por etapas. Constituem estágios da receita a previsão, a arrecadação e o recolhimento. A despesa, por seu turno, passa pelas fases do empenho, da liquidação e do pagamento.

C

3. DESPESAS PÚBLICAS

CEBRASPE/CNMP 2023 – CARGO 10: TÉCNICO DO CNMP – ÁREA: APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A identificação da finalidade dos gastos e o resultado obtido da alocação dos recursos permitem maior controle governamental e social sobre a implantação das políticas públicas adotadas. A respeito do arcabouço procedural pertinente a esse assunto, julgue os itens a seguir.

51 Os elementos da despesa 41, 42, 43, 45 e 81 são conhecidos como gastos efetivos, pois provocam impacto direto na geração de riqueza no produto interno bruto (PIB) e, por conseguinte, integram o rol dos elementos de despesa com acompanhamento especial.

E

52 A classificação programática é composta por três níveis, sendo cada nível composto por quatro dígitos.

C

53 Os tipos de ação dividem-se em projeto, atividade e operação especial e são determinados pelo primeiro dos dígitos utilizados na identificação da ação.

C

Em relação aos planos e programas de governo, julgue os itens que se seguem.

57 O plano orçamentário, utilizado para fins de gestão e tomada de decisão, permite acompanhar o resultado da execução física e financeira da ação orçamentária em nível mais detalhado do que o obtido na identificação da localização do gastos por meio do subtítulo/localizador de gasto.

C

58 Toda ação orçamentária que integra a LOA se desdobra em um plano orçamentário (PO), contudo alguns POs não aparecem na referida lei, integrando apenas os sistemas corporativos da União, tais quais o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

E

59 A territorialização das metas físicas é expressa nos localizadores de gasto (subtítulos) preliminarmente definidos para a ação.

C

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

Julgue os próximos itens, relativos às receitas e às despesas públicas.

86 A classificação funcional da despesa está diretamente relacionada à estrutura de alocação dos créditos orçamentários, a qual envolve dois níveis hierárquicos intitulados órgão orçamentário e unidade orçamentária.

E (Gabarito Preliminar)

87 A aquisição de ativo imobilizado para incorporação ao patrimônio público do Estado dá origem a uma despesa orçamentária classificada na categoria econômica intitulada despesa de capital.

C

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 25: ANALISTA JUDICIÁRIO ESPECIAL – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: CONTADOR

Acerca do orçamento público e das classificações orçamentárias, julgue os itens a seguir.

83 A classificação da despesa pública pela estrutura funcional e programática é composta pelas categorias função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações especiais.

ANULADA

Gabarito Preliminar: CERTO

A redação do item prejudicou seu julgamento objetivo.

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 1: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

97 A multiplicidade de critérios de classificação orçamentária visa atender à pluralidade de aspectos do orçamento público.

C

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 1: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Acerca da despesa pública, julgue os itens seguintes.

105 Despesa orçamentária pública é aquela que, tendo sido prevista na lei orçamentária, refere-se a gastos de entes públicos voltados para o funcionamento e para a manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

ANULADA

Gabarito preliminar: ERRADO

A redação do item prejudicou seu julgamento objetivo.

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 2: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

66 A estrutura programática do orçamento reflete-se na estruturação da despesa em programas compostos por ações voltadas à solução de um problema ou atendimento de uma necessidade social.

C

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 2: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No que se refere às receitas e despesas públicas, julgue os itens subsequentes.

73 Despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados com vistas à prestação de serviços públicos à sociedade, e sua realização independe de autorização legislativa.

E

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 7: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: FINANÇAS

Considerando os princípios orçamentários relativos às receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

77 As despesas correntes não contribuem diretamente para a aquisição de um bem de capital.

C

79 As despesas com as emissões de papel moeda não fazem parte do escopo da Lei Orçamentária Anual (LOA).

C

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 10: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: CONTADOR

Julgue os seguintes itens no que concerne a fundamentos, princípios e técnicas relacionados ao orçamento público e ao orçamento-programa.

104 Da perspectiva quantitativa, a programação orçamentária tem as dimensões física e financeira.

C

Relativamente à classificação orçamentária de despesa e receita públicas, julgue os próximos itens.

112 A classificação funcional de despesa pública reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada nos níveis hierárquicos de órgão orçamentário e unidade orçamentária.

E

114 Segundo a sua natureza, as despesas orçamentárias podem ser classificadas como atividades, projetos ou operações especiais.

E

CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - Á REA: ADMINISTRAÇÃO

A respeito da despesa pública e de sua classificação, julgue os itens a seguir.

29 As despesas correntes de custeio são destinadas à manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a planejamento e execução de obras públicas.

E

CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - Á REA: ADMINISTRAÇÃO

Em relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens que se seguem.

89 Na estrutura programática, a classificação funcional busca responder ao questionamento relativo às áreas de despesa em que a ação governamental será realizada.

C

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Julgue os seguintes itens, com relação aos procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação) das receitas públicas e das despesas públicas.

128 A devolução dos ingressos extraorçamentários sujeita-se a autorização legislativa por serem eles constituídos de ativos e passivos exigíveis.

E

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Relativamente à despesa pública, julgue os itens que se seguem.

76 Em contabilidade pública, uma despesa orçamentária não efetiva é um fato permutativo, pois, no momento em que ocorre, não afeta o patrimônio público.

ANULADA

Gab. Preliminar: CERTO

O uso do termo “patrimônio público” prejudicou o julgamento objetivo do item.

CEBRASPE/TCE-PB 2022 – CARGO DE AUDITOR – CONSELHEIRO SUBSTITUTO

Acerca dos conceitos e da classificação das receitas públicas e das despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

46 Da perspectiva da programação orçamentária quantitativa da despesa, a dimensão física define a quantidade de bens e serviços a serem entregues.

C

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 1: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: GERAL

A respeito de finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

106 No modelo orçamentário brasileiro, são observadas classificações para a despesa e para a receita; no que se refere à despesa, as principais são a institucional, a funcional e a administrativa.

E

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 4: TÉCNICO PROCESSUAL

Julgue os itens seguintes, relativos ao orçamento público no Brasil.

80 As classificações por natureza, por fonte e por função são próprias da receita pública.

E

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 3: ANALISTA PROCESSUAL

Julgue os próximos itens à luz das normas de direito financeiro contidas na Lei n.º 4.320/1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Constituição Federal de 1988.

104 São exemplos de despesas correntes as inversões financeiras e as despesas de custeio.

E

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 1: ANALISTA CONTÁBIL

Tendo em vista que o orçamento público é um dos mais importantes instrumentos utilizados na gestão das finanças públicas de um país, julgue os itens a seguir, a respeito do orçamento público no Brasil.

118 A Procuradoria-Geral do Estado, na classificação institucional do orçamento do estado do Rio de Janeiro, e um órgão e como tal uma instituição que: e subordinada ou vinculada diretamente ao governador; tem autonomia administrativa, financeira e técnica.

C

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 1: ANALISTA CONTÁBIL

Julgue os seguintes itens, a respeito das categorias econômicas das despesas públicas e das receitas públicas.

68 As despesas correntes contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 1: ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS – ESPECIALIDADE: DIREITO

Acerca do planejamento e do orçamento públicos no Brasil e dos princípios norteadores dessa disciplina, julgue os itens a seguir.

114 Programa é o instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações visando a solução de um problema ou o atendimento de determinada necessidade ou demanda da sociedade, ações estas que podem ser atividades, projetos ou operações especiais.

C

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 5: TÉCNICO AMBIENTAL

Quanto ao orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

66 As ações do tipo atividade buscam manter o nível da produção pública, não se incorporando ao patrimônio do Estado nem contribuindo para o aperfeiçoamento da ação de governo.

C

CEBRASPE/FUB-2022 – CARGO 5: CONTADOR

Quanto a despesa e receita pública, julgue os itens a seguir, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9.ª edição.

79 O pagamento do principal de operações de crédito é classificado como despesa orçamentária de capital, exceto se for uma operação de crédito de antecipação de receita orçamentária.

C

CEBRASPE/DPDF-2022 – CARGO 2: ANALISTA DE APOIO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

O governo do Distrito Federal (GDF) autorizou, no mês de julho de 2020, a contratação de empresa para a execução de serviços de conservação e manutenção do Hospital Regional da Asa Norte (HRAN) pelo valor estimado de R\$ 98.500, e a alienação de dois imóveis, pela Secretaria de Economia, pelo valor estimado de R\$ 650.000.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens subseqüentes, com base na legislação vigente.

99 Considerando-se a classificação orçamentária segundo a Lei Federal n.º 4.320/1964, a contratação de empresa para a execução de serviços de conservação e manutenção do HRAN será classificada no grupo Outras Despesas Correntes.

E

CEBRASPE/DPDF-2022 – CARGO 2: ANALISTA DE APOIO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Com relação a aspectos técnicos e legais das receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

106 A classificação institucional da despesa orçamentária é utilizada para consignar despesas a determinado agrupamento de serviços subordinados a um mesmo órgão ou a uma mesma repartição.

C

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Com relação ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

101 A classificação institucional deve determinar se a despesa será consignada no âmbito do orçamento fiscal, do orçamento da seguridade social ou do orçamento de investimentos das estatais.

E

102 Um dos atributos das ações orçamentárias, o tipo objetiva determinar se a programação constitui um projeto, uma atividade ou uma operação especial.

C

CEBRASPE/SEFAZ-CE 2021 – CARGO 2: AUDITOR FISCAL CONTÁBIL-FINANCEIRO DA RECEITA ESTADUAL

O Orçamento público é o instrumento utilizado pelo governo para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria, entre outros). Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

72 O crédito orçamentário inicial ou ordinário é aquele aprovado pela lei orçamentária anual, constante dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais.

C

CEBRASPE/SEFAZ-CE 2021 – CARGO 2: AUDITOR FISCAL CONTÁBIL-FINANCEIRO DA RECEITA ESTADUAL

A despesa pública possui classificações quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos. Os aspectos qualitativos são formados pelas classificações por esfera, institucional, funcional e programática. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

159 De acordo com a atual estrutura programática, baseada no modelo de gerenciamento de programas adotado no último PPA, é possível definir os programas finalísticos como sendo aqueles que estão relacionados a bens e serviços ofertados à sociedade.

C

160 A despesa é classificada em duas categorias econômicas: despesa corrente e despesa de capital.

C

CEBRASPE/PGDF 2021 - CARGO: Técnico Jurídico – Apoio Administrativo

Acerca da despesa pública, julgue os itens que se seguem.

86 A classificação institucional da despesa orçamentária corresponde à alocação de créditos vinculados a unidades orçamentárias representativas de uma estrutura administrativa.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A classificação institucional reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária. Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias (art. 14 da Lei n.º 4.320/1964). Cabe ressaltar que um órgão orçamentário ou uma unidade orçamentária não correspondem necessariamente a uma estrutura administrativa, como ocorre, por exemplo, com alguns fundos especiais e com as unidades orçamentárias 'Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios', 'Encargos Financeiros da União', 'Operações Oficiais de Crédito', 'Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal' e 'Reserva de Contingência'".

CESPE/TCDF 2021 – Auditor de Controle Externo

No que se refere às classificações de receitas e despesas públicas e às disposições da legislação aplicável às finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

106 Na compra de um equipamento hospitalar importado, a saída de recursos referentes à variação cambial ocorrida entre a data do empenho e a data do pagamento deve ser classificada como despesa de capital.

CERTO

Justificativa p/ alteração do gabarito

Segundo o Manual SIAFI, a saída de recursos referentes à variação cambial, nos casos de importações, deve ser classificada na mesma dotação do valor inicialmente empenhado. Tendo em vista que o equipamento é uma despesa de capital, a variação cambial decorrente da aquisição do mesmo também o será.

Gab. Preliminar → E

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

A respeito dos mecanismos utilizados na elaboração, execução e controle do orçamento, julgue os itens que se seguem.

111 O conceito de atividade na estrutura de programação consiste no conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou para o aperfeiçoamento da ação de governo.

E

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Acerca da despesa pública, julgue os itens subsequentes.

119 Despesa orçamentária não efetiva constitui fato contábil modificativo diminutivo.

E

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 3 – Direito

Com relação a aspectos constitucionais, legais, doutrinários e jurisprudenciais do direito financeiro, julgue os itens subsequentes.

156 Na classificação da despesa quanto à categoria econômica, a aquisição de um equipamento é considerada despesa de capital, enquanto a manutenção desse mesmo equipamento é enquadrada como despesa corrente.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Todos os cargos – Conhecimentos Básicos

No que se refere à receita e à despesa públicas, julgue os itens que se seguem.

35 A estrutura de alocação dos créditos orçamentários é identificada pela classificação institucional.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 1 – Administração

Quadro das receitas e despesas CODEVASF 20XX

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
Receita de Alienação de bens imóveis em Juazeiro	500.000
Receita de remuneração de depósitos bancários	4.500.000
Receita proveniente do de serviço de fornecimento de água para o perímetro irrigado	12.500.000
Receita de alienação de bens imóveis em Petrolina	1.500.000
Despesa com locação de mão de obra	1.000.000
Despesa com obras e instalações (implantação, ampliação ou melhoria de sistemas de esgotamento sanitário na área de atuação em Petrolina)	3.000.000
Despesa com vencimentos e vantagens fixas — pessoal civil	12.000.000

Considerando o quadro hipotético apresentado, julgue os itens que se seguem.

111 O valor das despesas de capital é de R\$ 4.500.000.

E

112 O valor das despesas correntes é de R\$ 13.000.000.

C

CESPE/MPE-CE 2020 – Cargo 1 – An. Min. – Administração

A respeito da receita e da despesa públicas, julgue os itens a seguir.

93 De acordo com a classificação de despesa pública estabelecida na Lei n.º 4.320/1964, as transferências de capital se referem às dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, bem como dotações para amortização da dívida pública.

C

CESPE/SEFAZ-AL 2020 - Cargo 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

Julgue os itens a seguir, acerca de despesas públicas.

115 Classificam-se como investimentos as dotações destinadas a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros.

E

CESPE/SEFAZ-DF 2020 - Auditor-Fiscal da Receita do DF

Relativamente a tópicos específicos de finanças públicas, julgue os itens a seguir.

57 A classificação institucional da despesa orçamentária deve atribuir a cada órgão público com competência para realizar despesas uma unidade orçamentária única e exclusiva.

JUSTIFICATIVA: ERRADO.

Uma unidade orçamentária na classificação institucional não corresponde necessariamente a um órgão da estrutura administrativa. Pode haver unidades orçamentárias que abranjam vários órgãos administrativos, assim como um único órgão pode conter diversas unidades orçamentárias.

CESPE/TJ-AM 2019 - Analista Judiciário - Contabilidade

A respeito de características básicas do orçamento federal, julgue os itens que se seguem.

108 A programação qualitativa abrange todos os tipos de classificação da despesa pública.

C

CESPE/ SLU 2019 - Cargo 1: ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito de despesas, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores e suprimento de fundos, julgue os seguintes itens.

115 A classificação funcional da despesa possui a característica de matricialidade: é possível combinar determinada subfunção a outras funções diferentes daquelas diretamente relacionadas à referida subfunção.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A classificação funcional subdivide-se em função e subfunção. A função pode ser entendida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa. A subfunção representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar a natureza da atuação governamental. É possível combinar as subfunções a funções diferentes daquelas a elas diretamente relacionadas, o que se denomina matricialidade.

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 1

Com relação às técnicas e aos instrumentos utilizados na elaboração e na aprovação do orçamento, julgue os itens que se seguem.

48 As unidades orçamentárias podem corresponder a vários órgãos da estrutura administrativa ou apenas a uma parte de um único órgão.

C

A respeito das receitas extraorçamentárias, julgue os próximos itens.

60 Ao efetuar o pagamento de restos a pagar, o ente público está convertendo uma despesa extraorçamentária em uma despesa orçamentária.

E

Em relação à despesa orçamentária, julgue os próximos itens.

79 Na classificação funcional da despesa orçamentária, a função, via de regra, relaciona-se com a missão institucional do órgão, e a subfunção deve evidenciar cada área da atuação governamental.

C

80 Segundo a classificação programática da despesa orçamentária, o projeto é um instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa e envolve um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e de que resulta um produto ou serviço necessário à manutenção da ação de governo.

E

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 1

A prefeitura de determinado município está analisando, para aquisição, um sistema para gerenciamento das informações tributárias em todas as suas secretarias, de acordo com previsão no plano plurianual (PPA) e na lei orçamentária anual (LOA) atuais. O referido software está em fase de implantação com testes sem custo para a prefeitura durante o primeiro ano. Os primeiros resultados alcançados são os seguintes:

- o software reduziu o tempo para arrecadação tributária no município;
- o software, na opinião dos pagadores de tributos, permitiu uma melhor qualidade do atendimento às demandas do serviço público desse setor de arrecadação.

Com relação a essa situação hipotética, julgue os próximos itens.

114 A economicidade pode ser verificada nessa situação hipotética, visto que se trata da minimização dos custos dos recursos utilizados na consecução de uma atividade, sem comprometimento dos padrões de qualidade.

C

115 Os resultados indicam que o sistema implantado pelo software é eficiente, uma vez que a eficiência pode ser medida pela minimização do custo total ou dos meios necessários para obter a mesma quantidade e qualidade de produto.

C

116 Os resultados observados permitem constatar a eficácia do software utilizado, apesar de o conceito de eficácia dizer respeito à capacidade da gestão de cumprir objetivos imediatos, traduzidos em metas de produção ou de atendimento, ou seja, a capacidade de prover bens ou serviços de acordo com o estabelecido no planejamento das ações.

C

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 4

No que se refere às despesas públicas, julgue os próximos itens.

83 Denomina-se despesa orçamentária a despesa que tenha sido realizada com o sacrifício de receitas orçamentárias, ainda que não tenha sido objeto de dotação orçamentária.

E

De acordo com a Lei do Direito Financeiro — Lei Federal n.º 4.320/1964 — e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — Lei Complementar n.º 101/2000 — e suas alterações, julgue os seguintes itens.

86 A Lei do Direito Financeiro define subvenção econômica como uma despesa corrente destinada a empresa agrícola, pastoril, industrial ou comercial.

C

CESPE/MP-PI 2018 - Cargo 6: TÉCNICO MINISTERIAL – ÁREA: ADMINISTRATIVA

A propósito de despesa e receita públicas, julgue os itens subsequentes.

79 O lançamento é um dos estágios da despesa pública.

E

CESPE/MPU 2018 - Cargo 2: TÉCNICO DO MPU – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito de orçamento público, julgue os próximos itens.

113 Os objetivos da estrutura de programação orçamentária incluem atender às necessidades de informação das organizações privadas, da sociedade em geral e de outros interessados.

CERTO

CESPE/STJ 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

A respeito dos principais mecanismos no planejamento e execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

105 A identificação da localização do gasto público na estrutura programática é feita por meio do subtítulo.

C

CESPE/STJ 2018 - Cargo 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Acerca do plano plurianual, das classificações orçamentárias e da estrutura programática, julgue os itens a seguir.

115 A principal finalidade da classificação orçamentária institucional é evidenciar as unidades administrativas responsáveis pela execução da despesa.

C

CESPE/STJ 2018 - Cargo 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Acerca do plano plurianual, das classificações orçamentárias e da estrutura programática, julgue os itens a seguir.

120 Ações orçamentárias definidas como operações especiais são aquelas despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo.

C

CESPE/ABIN 2018 - CARGO 2 –CARGO 2: OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 1

Acerca do orçamento público, julgue os itens a seguir.

84 As funções representam os produtos finais da ação governamental na classificação funcional-programática.

E

CESPE/STM 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Acerca de administração financeira e orçamentária e do orçamento público no Brasil, julgue os próximos itens.

73 A lei orçamentária anual permite a consignação de dotações orçamentárias a diferentes unidades administrativas subordinadas a um mesmo órgão público.

C

CESPE/TCE-PE 2017 - Cargo 1: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS

Julgue os próximos itens, relativos às receitas e às despesas públicas.

78 Os gastos com a construção de um hospital público e com a aquisição de móveis usados são considerados despesas de capital, ao passo que a compra de papel para impressão e a quitação de juros da dívida pública se enquadram como despesas correntes.

C

CESPE/TCE-PE 2017 - Cargo 3: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA : AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS

A respeito da receita e da despesa pública, assim como do regime constitucional dos precatórios, julgue os próximos itens.

78 As despesas de investimentos, que devem estar previstas no plano plurianual, correspondem as dotações previstas para a amortização da dívida pública.

E

No que se refere a classificação orçamentária da despesa pública, julgue os itens a seguir.

93 A classificação institucional é indispensável para o estabelecimento de responsabilidades, bem como o controle e a avaliação dela consequente.

C

94 A finalidade da classificação funcional é identificar o objeto de cada uma das despesas.

E

95 O objetivo da classificação funcional programática é evidenciar as unidades administrativas responsáveis pela aplicação dos recursos públicos.

E

96 Denomina-se classificação por categoria econômica a classificação orçamentária que se refere a implementação de políticas em prol da sociedade e cujos resultados sejam passíveis de aferição por indicadores.

E

97 Classifica-se como extraorçamentária a despesa correspondente a devolução de valores de terceiros temporariamente em poder do ente público.

C

CESPE/TCE-PE 2017 - CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS CARGOS 1 E 2

Acerca dos instrumentos de planejamento e orçamento, julgue os itens a seguir.

31 Se um projeto cujo objetivo seja a realização de obra resultar em incremento no custo das atividades regulares de determinado órgão público, o aumento de despesa deverá ser registrado nos atributos do subtítulo correspondente ao projeto.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 3: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: ADMINISTRATIVA - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

No que diz respeito às despesas públicas, julgue os itens subsecutivos.

92 De acordo com a classificação financeira por categoria econômica, as despesas públicas podem ser de três tipos: despesas correntes, despesas de capital e despesas da dívida pública.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 7: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: ADMINISTRATIVA - ESPECIALIDADE: DIREITO

Acerca da classificação das receitas e despesas públicas no direito financeiro brasileiro, julgue os seguintes itens.

87 Considera-se subvenção social a destinação de recursos públicos para cobrir despesas de custeio de empresa pública de caráter agrícola ou pastoril.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 20: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito do processo de orçamentação, julgue os itens subsequentes.

114 A programação qualitativa do orçamento público é a organização do gasto público por meio da identificação dos programas com a classificação funcional e econômica da despesa.

E

115 As despesas decorrentes de sentença judicial são classificadas como operações especiais, por não gerarem produtos.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 22: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS ATUARIAIS

Com base nas normas gerais de direito financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços públicos, julgue os itens seguintes.

74 Se determinado órgão público adquirir um bem de capital que já esteja em utilização, o dispêndio correspondente à aquisição será classificado como investimento.

E

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito da administração da execução orçamentária, julgue os itens que se seguem.

98 Os créditos orçamentários e adicionais devem discriminar a despesa até o nível de elemento de despesa.

C

CESPE/TCE-SC 2016 – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO 3 - AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Acerca das funções, dos princípios e dos principais documentos relacionados ao orçamento público, julgue os próximos itens.

41 No plano plurianual, devem-se discriminar os programas temáticos por esfera orçamentária.

E

CESPE/TCE-SC 2016 – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO 3 - AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Julgue os itens a seguir, relativos à implementação do orçamento público no Brasil.

44 A fixação da despesa, que compreende a adoção de medidas em determinada situação idealizada, conforme os recursos disponíveis e as diretrizes e prioridades traçadas pelo governo, é um dos estágios da despesa pública previstos na legislação em vigor.

E

CESPE/TCE-SC 2016 – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO 3 - AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Julgue os itens a seguir, relativos à implementação do orçamento público no Brasil.

46 Se, em função da natureza de determinada ação orçamentária, for necessário seu acompanhamento intensivo, será obrigatória a utilização da identificação denominada plano orçamentário.

C

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO 3: INSPETOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA

Acerca de finanças públicas e orçamento, julgue os itens a seguir.

94 A localização do gasto na estrutura programática da União poderá ser de abrangência nacional, no exterior, por região, por estado ou por município.

C

Em relação aos mecanismos de acompanhamento e execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

101 As despesas com juros e encargos da dívida pública estão incluídas nas metas de resultado que servirão de base para o acompanhamento da execução orçamentária; já as despesas com amortização da dívida pública estão excluídas dessas mesmas metas.

E

Julgue os próximos itens, relacionados a receitas e despesas públicas.

108 O reconhecimento da despesa pública acontece no momento da liquidação do empenho, o que cria a obrigação do pagamento por parte do ente público ao fornecedor do produto ou serviço.

C

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO: AUDITOR

Considerando as regras e os princípios relacionados à receita pública, à despesa pública e à execução orçamentária no Brasil, julgue os seguintes itens.

62 São despesas extraorçamentárias os desembolsos realizados tanto para pagamento das operações de crédito por antecipação de receita quanto para satisfação das dívidas inscritas em restos a pagar.

C

Com relação ao orçamento público e à atuação do governo na economia, julgue os itens a seguir.

148 Para a execução do orçamento-programa, as classificações das ações de governo devem ser uniformes em todos os entes federativos.

E

151 De acordo com a classificação funcional da despesa pública, são consideradas ações as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação, bem como as transferências a pessoas físicas e jurídicas na forma de subsídios.

C

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 2: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: CONTADOR

A respeito da classificação da despesa pública, julgue os próximos itens.

105 A classificação programática da despesa permite a segregação das dotações orçamentárias de acordo com as funções das áreas de atuação governamental.

E

106 Devem ser classificadas na categoria econômica de despesas de capital, no subtítulo investimentos, as despesas de um ente público com a aquisição de títulos representativos do capital de empresa comercial já constituída e que não represente aumento de capital.

E

107 A classificação institucional da despesa permite a identificação da unidade administrativa responsável pelas dotações autorizadas pelo Legislativo.

C

108 Na LOA, a discriminação da despesa, quanto à natureza, deve ser feita, no mínimo, por categoria econômica ou grupo de natureza de despesa.

E

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 7: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: FINANÇAS

Acerca da estrutura programática, econômica e organizacional para alocação de recursos, bem como da classificação orçamentária — que é o instrumento utilizado para elaboração, execução e controle do orçamento —, julgue os itens seguintes.

90 Caso um prefeito, no primeiro ano de seu mandato, ao elaborar o plano plurianual, nele inclua a construção de escola de ensino fundamental para aumentar a oferta de vagas à população local, essa construção deverá ser qualificada, na classificação programática, como atividade, visto que ela está relacionada com a manutenção das ações do governo.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Tendo como referência os conceitos e as normas aplicáveis ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

99 A medição dos resultados da ação governamental é um elemento-chave do orçamento-programa. Nos níveis intermediários da administração, a mensuração é feita com base nos resultados dos programas, mediante o estabelecimento de metas ou produtos, o que constitui uma medida da eficiência da organização.

E

Com relação a sistema e processo de orçamentação, classificações orçamentárias, estrutura programática e créditos ordinários e adicionais, julgue os próximos itens.

104 As categorias de programação são identificadas por programas, projetos, atividades ou operações especiais e seus respectivos subtítulos. O projeto, em particular, deve constar de cada uma das diversas esferas orçamentárias a que pertence, sob programas diversos.

E

Com relação a conceitos e normas aplicáveis à despesa pública, julgue os itens a seguir.

113 Uma transferência efetuada pela União a um município, para aquisição de equipamentos médicos, é uma despesa de capital efetiva, de forma que não se exige contrapartida do município.

C

CESPE/STJ 2015 - CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: CONTADORIA

No que se refere a instrumentos, técnicas e sistemas do orçamento público, julgue os seguintes itens.

94 A classificação da despesa pública por esfera orçamentária objetiva definir se o gasto será executado diretamente pela União ou se será transferido para outros entes da Federação.

E

95 As ações executadas por diversos órgãos, sem contemplar as especificidades dos setores aos quais estas ações estão vinculadas, devem ser padronizadas a partir do critério multissetorial.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 15: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Acerca dos instrumentos de efetivação de planejamento e orçamento no Brasil, julgue os próximos itens.

98 No sistema integrado de planejamento e orçamento, as reservas de contingências são um tipo de ação específico e com numeração própria.

C

Julgue os itens subsequentes, relativos a conceitos e mecanismos técnicos de gestão dos recursos orçamentários.

105 O mecanismo de classificação funcional permite a combinação de funções com subfunções diferentes, sendo estas últimas subordinadas a outras funções.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 1: ADMINISTRADOR

Julgue os próximos itens, a respeito de orçamento público.

55 Situação hipotética: Deslocados para uma importante missão em localidade remota do país, servidores do Ministério do Planejamento receberam adiantamento de valores, na forma de suprimento de fundos. **Assertiva:** De acordo com o enfoque patrimonial, tal operação não é considerada despesa, pois não há alteração no patrimônio líquido.

C

Acerca de noções básicas de administração financeira e orçamentária, julgue os itens que se seguem.

73 Se a proposta orçamentária de determinado órgão público discriminar a despesa apenas até o nível de modalidade de aplicação, então estará sendo descumprido o princípio da programação.

E

74 Durante o processo de elaboração orçamentária, a revisão da estrutura programática do orçamento depende da definição prévia das macrodiretrizes.

C

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

81 O campo destinado à esfera orçamentária é composto de dois dígitos e deve ser associado à ação orçamentária.

C

No que diz respeito a receita e despesas públicas, julgue os itens subsequentes.

87 Sob o enfoque patrimonial, a despesa pública é definida como um decréscimo nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incremento em passivos que resulte em decréscimo do patrimônio líquido.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 2: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Julgue os itens que se seguem, relativos ao processo orçamentário e aos métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público.

111 O produto final de um programa é o seu resultado e não simplesmente as ações-meio que ele gera. Assim, em um programa de combate a determinada doença que possa levar à incapacidade temporária para o trabalho e ao óbito, o que efetivamente se deve esperar é o atingimento de uma meta de indivíduos vacinados e de regiões abrangidas.

E

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 2: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Julgue os itens que se seguem, relativos ao processo orçamentário e aos métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público.

113 No processo orçamentário da União, são consideradas como tipicamente discricionárias as despesas relacionadas com sentenças judiciais transitadas em julgado, que serão pagas segundo as disponibilidades orçamentárias.

E

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 22: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

Acerca das normas e dos procedimentos relativos ao orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

104 A autorização orçamentária para despesas discricionárias está condicionada ao atendimento prioritário das despesas obrigatórias, nos termos de disposições constitucionais e legais. Entre as despesas discricionárias, consideram-se prioritárias as destinadas a projetos, em detrimento das atividades e operações especiais.

E

Em relação aos conceitos e às classificações das receitas e despesas, julgue os itens que se seguem.

110 Pela análise da natureza dos dispêndios governamentais, é possível notar, em termos agregados, que a distribuição por categoria de gasto depende da distribuição funcional da despesa. Desse modo, quanto mais a atuação estatal estiver voltada para a produção de bens públicos e semipúblicos, mais forte será a tendência de uma maior concentração de despesas de pessoal no orçamento público.

C

111 Conforme o conceito da matricialidade na classificação funcional, a cada função correspondem determinadas subfunções e cada subfunção corresponde a uma determinada função.

E

112 A Lei n.º 4.320/1964 e o manual de contabilidade aplicada ao setor público adotam tratamentos distintos para a despesa com constituição ou aumento de capital de entidades financeiras: na lei, é tratada como investimento, e, no manual, como inversão financeira.

E

113 A entrega de recursos por meio de transferências é modalidade de aplicação que deve estar associada a elementos de despesa que não representem contraprestação direta em bens ou serviços e que constituam contribuições, auxílios, subvenções sociais e econômicas, e distribuição constitucional ou legal de recursos.

C

CESPE/TCU 2015 - Auditor Federal de Controle Externo Área: Controle Externo Especialidade: Controle Externo Orientação: Auditoria Governamental

Julgue os próximos itens à luz dos preceitos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

171 Situação hipotética: Para viabilizar a melhoria das condições e saúde da população, o prefeito de determinado município incluiu em seu plano plurianual a construção de uma unidade de pronto atendimento em saúde. Assertiva: Nesse caso, ao promover a classificação programática dessa ação de governo, o prefeito deverá classificar a construção da edificação na categoria de atividades, visto que a obra será o resultado de um produto necessário à manutenção da ação do governo.

E

Com relação às técnicas e mecanismos de elaboração, à execução e ao controle do orçamento público, julgue os seguintes itens.

178 Deve-se usar a modalidade de aplicação se for preciso distinguir os recursos a serem aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo daqueles transferidos para outro ente da Federação.

C

183 O segmento da classificação funcional da despesa pública que se relaciona com a missão institucional do órgão é denominado programa.

E

CESPE/TRE GO 2015 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

Julgue os itens a seguir, referentes a administração orçamentária.

107 Se determinada atividade destinada ao atendimento de necessidades sociais for considerada típica de governo, então o Estado deverá executá-la diretamente, pois essas necessidades não poderão ser atendidas pela iniciativa privada.

C

108 A ação orçamentária é considerada padronizada quando, em decorrência da organização institucional existente, sua implementação é realizada em mais de um órgão orçamentário ou mais de uma unidade orçamentária.

C

CESPE/CGE-PI 2015 - CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA TODOS OS CARGOS/ÁREAS

Em relação à classificação das despesas públicas e aos limites de despesa com pessoal, julgue os itens seguintes.

48 A discriminação da despesa deverá ser realizada, no mínimo, por elementos entendidos como o desdobramento dessa despesa em gastos com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para a consecução dos seus fins.

C

CESPE/CGE-PI 2015 - Cargo 1: AUDITOR GOVERNAMENTAL – ÁREA: GERAL

Acerca do PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da LOA, das técnicas orçamentárias, da supervisão ministerial e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsecutivos.

137 São dispêndios extraorçamentários as saídas de numerários para os pagamentos de restos a pagar, os resgates de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e as transferências de dinheiro de empréstimos consignados efetuados pelos servidores para os bancos credores.

C

CESPE/MPU 2015 - Cargo 2: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Técnico-Especializado – Especialidade: Finanças e Controle

Com relação à responsabilidade fiscal e a classificações orçamentárias da receita e da despesa pública, julgue os itens subsequentes.

58 A discriminação da despesa quanto a sua natureza deve ser feita, na elaboração da lei orçamentária, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

C

CESPE/ANTAQ 2014 - CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Julgue os itens que se seguem, relativos às receitas e despesas públicas e à execução orçamentária e financeira.

106 A estrutura de alocação dos créditos orçamentários é identificada na classificação funcional.

E

CESPE/ANTAQ 2014 - CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Com relação às técnicas e procedimentos para elaboração e execução do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

59 A classificação institucional tem por objetivo identificar em que orçamento a despesa deverá ser realizada.

E

**CESPE/TCDF 2014 - Cargo 5: Analista de Adm. Púb. - Especialidade: Serviços Téc. e Adm. –
Orientação: Orçamento, Gestão Financeira e Controle**

Acerca da despesa pública, julgue os itens que se seguem.

85 Considere que determinado servidor público tenha classificado uma despesa realizada pelo órgão de sua lotação como despesa com pessoal e encargos sociais. Nesse caso, a classificação por ele realizada representa a categoria econômica da despesa.

E

**CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO:
CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**

Acerca das receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

131 A despesa, classificada por sua subfunção, deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da identificação da natureza das ações.

C

**CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO:
CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA IV**

Julgue os próximos itens, a respeito da receita e da despesa públicas.

111 Um servidor poderá consultar a lei orçamentária em vigor e observar a classificação funcional da despesa com a finalidade de identificar quais despesas serão executadas em sua área de atuação.

C

Acerca das receitas e despesas públicas, da Conta Única do Tesouro e das normas gerais aplicáveis à área de orçamento, julgue os itens subsecutivos.

130 Se, para responder ao aumento no número de seus deputados estaduais, determinada assembleia legislativa realizar reformas em seu plenário com o objetivo de adaptá-lo ao maior número de parlamentares, essa despesa deverá ser classificada como despesa de custeio.

C

CESPE/MTE 2014 - Cargo 1: Contador

No que se refere aos conceitos e às categorias econômicas das receitas e das despesas públicas, julgue os seguintes itens.

84 Elementos típicos de despesa corrente podem estar relacionados a um grupo de despesa de capital.

C

CESPE/ICMBIO 2014 - Cargo 1: Analista Administrativo

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

87 De acordo com a estrutura programática do plano plurianual (PPA), o pagamento de pensões e aposentadorias faz parte das despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo.

C

A respeito das receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

96 Assim como as receitas, as despesas podem ser classificadas em duas categorias econômicas: correntes e de capital.

C

100 Na LOA, a classificação das despesas restringe-se à esfera fiscal e à seguridade social.

E

CESPE/CADE 2014 - Cargo 1: Analista Técnico-Administrativo

Com relação ao orçamento público, aos princípios orçamentários e aos ciclos orçamentários, julgue os itens subsequentes.

55 De acordo com as especificidades das ações orçamentárias de governo existentes, a padronização dessas ações pode ser local ou interfederativa.

E

57 As ações orçamentárias de um órgão devem expressar a produção pública, ou seja, a geração de bens e serviços públicos para fornecimento à sociedade ou ao Estado; admitidas como exceções as ações de aquisição ou produção de insumos estratégicos e uma única ação de meios ou de insumos compartilhada por unidade orçamentária e vinculada ao programa de gestão do órgão.

C

Com referência ao processo de orçamentação público no Brasil, incluindo classificações e conceitos técnicos, bem como o acompanhamento da execução e a descentralização financeira, julgue os itens a seguir.

62 A estrutura programática da despesa pública definida para a LOA deve ser a mesma para todos os entes da Federação, devido aos objetivos de consolidação das contas públicas.

E

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 1: ADMINISTRADOR – CLASSE A, PADRÃO I

A respeito de mecanismos e técnicas utilizados para elaboração, execução e acompanhamento do orçamento federal, julgue os itens subsequentes.

80 As atividades, os projetos e as operações especiais devem ser detalhados na estrutura programática em subtítulos, não podendo haver alterações de sua finalidade, do produto e das metas estabelecidas, a não ser que sejam feitas por meio de projeto de lei que altere a lei orçamentária anual.

C

JUSTIFICATIVA - Além de terem sido corretamente definidos pelo item, os subtítulos realmente não podem ter sua finalidade, produto ou metas alterados, tendo em vista que eles compõem a lei orçamentária anual. Assim sendo, somente quando se altera a própria LOA, pode-se modificar esses atributos dos subtítulos. Fonte: Manual Técnico de Orçamento – MTO – versão 2013, Brasília: Secretaria de Orçamento Federal, pág. 45.

No que se refere às receitas e às despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

82 A fixação de despesa na lei orçamentária anual deve incluir a respectiva fonte de recursos, mesmo quando se tratar de despesas financiadas com recursos desvinculados.

C

JUSTIFICATIVA - A indicação da fonte de recursos é obrigatória para todas as despesas fixadas na LOA. Mesmo quando se trata de despesas financiadas com recursos desvinculados, deve-se indicar a fonte que, nesse caso, passa a ser a fonte genérica de recursos ordinários do Tesouro Nacional. Fonte: Manual de Despesa Nacional, Portaria Conjunta STN/SOF n.º 3, de 2008, pág. 63.

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

A respeito do planejamento e do orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

94 Atividades, projetos e operações especiais do governo federal são detalhados em subtítulos com o intuito de identificar a localização física das ações orçamentárias e de permitir avaliar se os benefícios logrados pelos entes federativos são compatíveis com o respectivo esforço arrecadatório para os cofres da União.

E

No que se refere à receita pública e à despesa pública, julgue os itens subsequentes.

101 A classificação por fonte/destinação de recursos reflete a autossuficiência de determinados programas e ações, ou seja, tais programas e ações só podem ser financiados por determinado tipo de recurso.

E

CESPE/STF 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Quanto às classificações orçamentárias que estruturam o orçamento público, julgue o item abaixo.

87 Atualmente, a autoridade administrativa procura privilegiar o aspecto gerencial do orçamento, adotando práticas simplificadoras e descentralizadoras; contudo, as classificações orçamentárias tornam presente um passado não muito distante: numerações para facilitar e padronizar as informações; orçamento apartado por poder, função de governo, subfunção, programa e categoria econômica.

C

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 1: Administração / Economia

QUESTÃO 44

Nos termos da Lei n.º 4.320/1964, constitui despesa de capital

A a transferência constitucional da União utilizada pelos demais entes federativos como despesa de capital.

B compra de ações de empresas já constituídas e em funcionamento.

C subvenção econômica para empresa do setor produtivo quando houver autorização mediante lei especial.

D a cobertura de déficit para manutenção de empresas estatais.

E o pagamento de juros de financiamentos de longo prazo.

LETRA B

CESPE/ANCINE 2013 - Cargo 1: Analista Administrativo Área: I

No que se refere a receita e despesa pública, julgue os itens seguintes.

93 As despesas orçamentárias de capital de natureza reconhecida como investimentos e inversões financeiras mantêm correlação com o registro de incorporação de ativo imobilizado, intangível ou investimento e, quando se referir ao grupo de despesa 6 — amortização da dívida —, a correlação ocorrerá com o registro de desincorporação de um passivo.

C

CESPE/BACEN 2013 - Analista - Área 5: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A respeito dos princípios orçamentários e das despesas e receitas públicas, julgue os próximos itens.

85 A classificação segundo a esfera orçamentária deve indicar se a despesa será consignada no orçamento fiscal ou no orçamento da seguridade social.

C

CESPE/TCU 2013 - Auditor Federal de Controle Externo

Com relação à classificação da despesa pública e aos seus estágios, julgue o próximo item.

161 A concessão de um empréstimo pelo ente é classificada como investimento. Já a amortização de outro empréstimo anteriormente obtido constitui inversão financeira. E os juros sobre o empréstimo obtido constituem uma transferência de capital.

E

CESPE/MPU 2013 - CARGO 13: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: PERÍCIA ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

No que se refere a demonstrações contábeis e receitas e despesas públicas, julgue os itens seguintes.

105 As despesas com aquisição de imóveis já em utilização e obras em andamento são classificadas, dentro do grupo de natureza de despesas, como investimentos.

E

CESPE/MTE 2013 - CARGO: AUDITOR-FISCAL DO TRABALHO

Acerca de aspectos diversos do orçamento público, julgue os itens seguintes.

75 Apesar de não haver previsão na norma geral, mas por exigência do orçamento-programa adotado no país, a lei orçamentária anual adotou uma quinta categoria na classificação por programas, o subtítulo, que passou a ser o menor nível da categoria de programação.

C

CESPE/MJ 2013 - Cargo 2: ADMINISTRADOR

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013, consta crédito para o Ministério da Justiça relativo ao início da construção de um prédio, onde será instalada uma nova secretaria do órgão. Há previsão de pagamentos a serem realizados em parcelas durante a execução da obra, que será concluída em 2014.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue os próximos itens, com base na legislação vigente.

86 A característica da despesa apresentada indica que a ação orçamentária é classificada como uma operação especial.

E

CESPE/MJ 2013 - CARGO 3: CONTADOR

Com relação à receita pública e à despesa pública, julgue os seguintes itens.

102 A classificação da despesa por categoria econômica, diferentemente da classificação funcional, aponta os efeitos do gasto público sobre toda a economia.

C

ESPE/TCE RO 2013 - CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Acerca de classificações orçamentárias, julgue os itens seguintes.

71 Suponha que um técnico do governo federal tenha classificado determinada despesa como encargos financeiros da União. Nessa situação, é correto afirmar que o técnico se utilizou da classificação institucional da despesa.

C

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO

Julgue os itens a seguir, relativos à classificação funcional e econômica das despesas públicas.

88 A aquisição de um prédio para instalação de órgão público deve ser classificada como despesa de capital — inversões financeiras.

ANULADA

(gab. preliminar → C)

89 A área de ação do tribunal de contas refere-se à função controle externo.

E

90 As subfunções típicas da função administração não podem ser combinadas com a função educação, em razão de os objetivos finalísticos da atuação governamental, em cada uma dessas funções, serem distintos.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 1: Analista Administrativo – Área: Administração

No que se refere à despesa pública, julgue os itens de 86 a 89.

88 Caso problemas graves tenham sido relatados no atendimento aos usuários de certa rodovia concedida à iniciativa privada e, para fiscalizar melhor a situação, a ANTT tenha locado e reformado um imóvel em uma cidade situada em um ponto crítico da rodovia, a despesa orçamentária para a reforma do imóvel locado, nessa situação hipotética, será considerada despesa de capital.

E

89 O suprimento de fundos é caracterizado pela disponibilização (adiantamento) de valores a um servidor para futura prestação de contas. O que torna o suprimento de fundos peculiar, quando comparado a outras despesas, é o fato de esse adiantamento ser viabilizado por meio da inversão das etapas da despesa, com a ocorrência do pagamento antes da liquidação, ou seja, antes do momento em que é feita a prestação de contas.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 4: Analista Administrativo - Área: Ciências Contábeis

Julgue os itens a seguir, relativos a receita e despesa públicas.

91 As dotações para aquisição de imóveis, em função de seu uso, tanto podem ser classificadas como despesas com investimento quanto como inversões financeiras.

C

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 9: Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres – Área: Ciências Contábeis

Julgue os itens subsequentes, relativos à despesa pública.

98 As inversões financeiras correspondem a um subgrupo da categoria econômica das despesas de capital que corresponde, entre outros exemplos, aos gastos com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização.

C

99 A amortização e o os juros da dívida pública são exemplos de despesas classificadas na categoria econômica de despesas correntes.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 16: Técnico Administrativo

Com relação à receita e à despesa pública, julgue os itens seguintes.

90 Para o governo, a compra de uma máquina agrícola à vista, a execução de despesa com serviços de terceiros e a devolução de caução são classificadas, respectivamente, como investimento público, despesa efetiva e despesa extraorçamentária.

E

Considerando o conceito, as etapas, os estágios e as categorias econômicas da despesa pública, julgue os itens subsequentes.

103 Na elaboração da lei orçamentária, a classificação das despesas por natureza deve ser feita, pelo menos, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

C

104 Uma vez discriminada na lei de orçamento, a despesa pública em nível de elemento não poderá acrescentar desdobramentos suplementares.

E

105 O grupo de despesas denominado outras despesas correntes permite contemplar as despesas com aquisição de material de consumo, veículos para uso, auxílio-alimentação e auxílio-transporte.

E

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 6: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ADMINISTRAÇÃO

A respeito dos mecanismos de implementação das técnicas orçamentárias no setor público, julgue os itens subsequentes.

110 Considere que o governo federal tenha obtido títulos representativos do capital de uma empresa que operava havia mais de dez anos e que essa operação não tenha provocado aumento de capital da referida empresa. Nesta situação, a despesa feita para a obtenção dos títulos é uma inversão financeira.

C

111 Uma ação orçamentária é considerada padronizada, se sua implementação for realizada com base em um mesmo método orçamentário no âmbito de um mesmo órgão orçamentário ou unidade orçamentária.

E

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 11: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

No que se refere ao orçamento público no Brasil, julgue os próximos itens.

98 A classificação institucional da despesa pública tem por finalidade fornecer as bases de dados necessárias para informar aos cidadãos a respeito da aplicação, nas operações do governo, da receita arrecadada.

E

Acerca da receita e despesa pública, julgue os itens que se seguem.

102 A realização da despesa pública poderá ser orçamentária, baseada na Lei Orçamentária Anual, ou adicional autorizada por lei.

C

Julgue os itens subsequentes, relativos a despesas públicas e dívida passiva.

111 De acordo com a classificação da despesa segundo a natureza, a reserva de contingência é classificada como outras despesas correntes.

E

CESPE/MPOG 2013 - temp/Categoria Profissional 3: Técnico de Nível Superior – SPU/UCP

Acerca das classificações orçamentárias, julgue os próximos itens.

91 A classificação funcional é formada por funções e subfunções, que servem como agregadores de gastos públicos por área de ação governamental, com aplicação comum e obrigatória no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

C

Acerca das classificações orçamentárias, julgue os próximos itens.

93 No Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), a ação é identificada por um código alfanumérico de oito dígitos, correspondentes à ação e subtítulo.

C

CESPE/ANS 2013/Cargo 3: Analista Administrativo

Julgue os próximos itens, relativos a receitas e despesas públicas.

110 Por meio da classificação institucional, pode-se identificar o responsável pela programação da despesa pública.

C

112 Por meio da classificação por esfera orçamentária, pode-se identificar se determinada despesa ou receita pertence ao orçamento fiscal, da seguridade social ou de investimento.

E

No tocante à classificação orçamentária, julgue os itens subsequentes.

83 A legislação vigente autoriza a classificação da subfunção educação infantil combinada à função saúde.

C

84 A classificação funcional e a classificação institucional fazem parte da programação qualitativa da estrutura da programação orçamentária.

C

Considere que o Ministério da Saúde, atuando como unidade gestora, tenha emitido, para despesas anuais de 2012, os empenhos especificados abaixo.

- despesas com energia elétrica, no valor de R\$ 200,00;
- contratos com empresas de serviços de limpeza, no valor de R\$ 500,00;
- compra de equipamentos permanentes hospitalares, no valor de R\$ 300,00;
- compra de medicamentos, no valor de R\$ 1.000,00;
- despesas com pagamento de médicos e enfermeiros, no valor de R\$ 5.000,00.

Com base nos dados acima e supondo que o total empenhado tenha sido liquidado, julgue os próximos itens.

87 O total de empenhos na categoria econômica despesas de capital foi de R\$ 300,00.

C

CESPE/MI 2013 - Cargo 1: Analista Técnico Administrativo

No que se refere a orçamento público, execução orçamentária e financeira e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

63 As classificações institucional, funcional e por programas são relevantes no plano administrativo-gerencial, pois fornecem informações necessárias às etapas de programação, de tomada de decisões, de execução e de controle.

C

CESPE/UNIPAMPA 2013 - Cargo 1: Administrador

No que se refere ao orçamento público, julgue os itens subsequentes.

64 No que se refere às despesas de capital, as inversões financeiras se destinam apenas à aquisição de imóveis ou bens de capital a serem utilizados.

E

CESPE/UNIPAMPA 2013 - Cargo 6: Contador

No que diz respeito a orçamento público, julgue os próximos itens.

58 Um dos critérios de classificação dos gastos públicos é o funcional-programático, uma classificação híbrida própria do orçamento-programa.

C

CESPE/MME 2013 - Cargo 2: Analista Financeiro

QUESTÃO 83

Assinale a opção correta acerca da programação e da classificação orçamentária das despesas públicas.

A As despesas extraordinárias são despesas cujo montante ultrapasse o valor bruto especificado na LOA, razão pela qual, ainda que não corretamente registradas no orçamento, caracterizam-se como despesas orçamentárias.

B Os grupos de natureza da despesa têm por finalidade identificar os objetos de gasto, como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias e material de consumo.

C Na estrutura atual do orçamento público, as programações orçamentárias estão organizadas em programas de trabalho que definem qualitativamente a programação orçamentária.

D A programação financeira define o quanto se pretende ofertar de determinado produto, os recursos necessários à aquisição dos bens a serem ofertados e a origem dos recursos para essa aquisição.

E A classificação de despesa por esfera orçamentária reflete as estruturas organizacional e administrativa, sendo composta do órgão orçamentário e da unidade orçamentária.

LETRA C

QUESTÃO 95

Considerando-se o impacto na situação líquida patrimonial da despesa pública, é correto afirmar que a despesa orçamentária

A não efetiva reduz a situação líquida patrimonial.

B efetiva corresponde à despesa de capital.

C não efetiva constitui fato contábil permutativo.

D não efetiva corresponde à despesa originária.

E efetiva constitui fato contábil misto.

LETRA C

QUESTÃO 96

Com referência à classificação institucional da despesa pública, assinale a opção correta.

A Unidades orçamentárias podem corresponder a agrupamentos de órgãos orçamentários, dependendo da necessidade do plano de trabalho.

B No caso do governo federal, o código da classificação institucional compõe-se de sete dígitos, sendo os dois últimos reservados à unidade gestora.

C A classificação institucional da despesa é determinada por ato do ministro da Fazenda, revisado anualmente.

D A classificação institucional da despesa pública está estruturada em órgão orçamentário, unidade orçamentária e unidade gestora.

E Unidade orçamentária é o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão a que serão consignadas dotações próprias.

LETRA E

CESPE/MME 2013 - Cargo 3: Gerente de Projeto

QUESTÃO 95

Acerca da despesa pública, assinale a opção correta.

A A quitação de restos a pagar é exemplo de dispêndio financeiro orçamentário.

B Na LOA, a esfera orçamentária identifica a estrutura organizacional de determinado ente governamental.

C Somente poderá ser lançada em restos a pagar a despesa cuja execução tenha alcançado a fase de emissão do empenho.

D As despesas orçamentárias são classificadas em efetivas e não efetivas, caracterizando-se as primeiras pela simples mutação patrimonial das contas públicas, e as últimas pela diminuição da situação patrimonial de tais contas.

E A despesa é classificada, por esfera orçamentária, em orçamento fiscal e orçamento de investimento.

LETRA C

QUESTÃO 99

Considerando as normas, os procedimentos da execução orçamentária e financeira da União e os conceitos relacionados ao orçamento, assinale a opção correta.

A A atividade, instrumento de programação utilizado para alcançar o objetivo de um programa, envolve um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.

B As operações especiais são despesas que retratam a atividade produtiva, das quais resultam um produto e uma contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

C As transferências ao governo do Distrito Federal e antigos territórios para o pagamento de assistência médica e pré-escolar, auxílio-alimentação e auxílio-transporte são exemplos de operações especiais.

D De acordo com o princípio da especificação, as emissões de papel-moeda e de outras entradas compensatórias devem integrar o orçamento.

E As despesas correntes são aquelas que contribuem diretamente para a formação ou a aquisição de bem de capital.

LETRA C

CESPE/MME 2013 - Cargo 4: Gerente Técnico de Projeto

QUESTÃO 89

A classificação de uma despesa consignada no orçamento como reserva de contingência é denominada classificação

A por grupo de natureza de despesa.

B institucional.

C por fonte de receita.

D por categoria econômica.

E funcional.

LETRA E

QUESTÃO 96

Em relação à categoria econômica, as despesas públicas classificam-se em despesas correntes e despesas de capital, as quais se dividem em vários grupos de natureza de despesa. É correto utilizar o grupo denominado inversões financeiras nas dotações

A para aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

B destinadas ao investimento de outras pessoas jurídicas de direito público.

- C destinadas à manutenção de serviços anteriormente criados.
- D para despesas às quais não corresponda contraprestação direta de bens ou serviços.
- E destinadas à aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização.

LETRA E

CESPE/MME 2013 - Cargo 6: Assistente Financeiro

QUESTÃO 81

Um administrador público que precise especificar que determinada receita se destina à contrapartida nacional de operações do tipo empréstimos, doações e outras aplicações deverá, para tanto, utilizar a classificação

- A quanto à natureza da receita.
- B por fonte de recursos.
- C institucional.
- D econômica.
- E funcional.

LETRA B

QUESTÃO 92

A respeito da classificação da despesa por esfera orçamentária, assinale a opção correta.

- A No orçamento fiscal, são registradas somente as despesas do Poder Executivo.
- B No orçamento, não são considerados os investimentos de empresas de economia mista, como o Banco do Brasil S.A.
- C Os gastos com o programa Bolsa-Família integram o orçamento fiscal.
- D Na LOA, a esfera tem por finalidade identificar se a despesa pertence ao orçamento fiscal, tanto da seguridade social quanto dos investimentos em empresas estatais.
- E Na LOA, a esfera orçamentária é classificada em orçamento fiscal e orçamento da seguridade social.

LETRA D

QUESTÃO 93

Assinale a opção correta com base nos conceitos relacionados à classificação funcional das despesas públicas.

- A A classificação funcional é representada por cinco dígitos, sendo os dois primeiros relativos às funções e os três últimos, às subfunções.
- B A classificação funcional define em que esfera do orçamento será realizada a despesa.
- C O menor nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público é definido pela função.
- D As despesas associadas a bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente são englobadas pela função encargos especiais.
- E A classificação funcional da despesa depende de classificação prévia por programas de governo.

LETRA A

QUESTÃO 95

A classificação da despesa é processo chave para organização racional do orçamento do governo. No que concerne a esse assunto, assinale a opção correta.

A A realização de projeto de construção de trecho rodoviário é exemplo de operação especial.

B As operações especiais são despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, uma vez que, de suas ações, não resulta novo produto ou contraprestação direta de serviços.

C Considerando a classificação pelo indicador de resultado primário, as despesas de investimento das empresas estatais impactam negativamente o resultado primário.

D O projeto é instrumento de programação do qual resulta produto necessário à manutenção da ação do governo.

E Atividade constitui instrumento de programação orçamentária que resulta em produto e, portanto, concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do governo.

LETRA B

CESPE/TELEBRAS 2013 - Cargo 6: Especialista em Gestão de Telecomunicações – Ocupação: Analista Superior – Subatividade: Finanças

No que se refere a orçamento público, suprimento de fundos e restos a pagar, julgue os itens que se seguem.

85 As dotações destinadas à constituição ou ao aumento do capital de entidades ou empresas com objetivos comerciais ou financeiros, incluindo entre estas, por exemplo, as operações bancárias ou de seguros, são classificadas como inversões financeiras.

C

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Acerca de receita e despesa pública, julgue os próximos itens. Nesse sentido, considere que a sigla LOA, sempre que empregada, refere-se a lei orçamentária anual.

102 Um servidor público que pretenda identificar em quais áreas da despesa as ações de seu órgão serão desenvolvidas poderá observação da classificação funcional da LOA.

ANULADA

gab. preliminar → C

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Judiciária

Considerando que João seja responsável pela elaboração da proposta orçamentária de um tribunal federal, que irá compor o projeto de lei orçamentária anual (LOA) para 2014, julgue os itens que se seguem à luz do disposto na CF, na Lei n.º 4.320/1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

105 De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, as despesas previstas com aposentadorias seriam classificadas como transferências correntes.

C

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 3: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Acerca de orçamento público, julgue os itens que se seguem.

108 As programações orçamentárias estão organizadas em programas de trabalho com informações qualitativas e quantitativas, físicas ou financeiras. No orçamento público, o programa de trabalho, no aspecto qualitativo, é composto da classificação por esfera, classificação institucional, classificação funcional e estrutura programática.

C

No orçamento público estão dispostas as receitas e as despesas administradas pelo Estado. Com relação a esse assunto, julgue os itens subsecutivos.

109 A classificação funcional das despesas é formada por funções e subfunções. Estas evidenciam cada área da atuação governamental, por intermédio da identificação da natureza das ações, enquanto aquelas representam o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

C

CESPE/CNJ 2012 Cargo 13: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

Consoante à despesa pública, julgue os itens subsequentes.

101 Uma despesa pública é considerada não efetiva quando não reduz a situação líquida patrimonial da entidade no momento de sua realização.

C

102 Se um ente governamental realizar despesa que tenha como objetivo o custeio de servidores públicos com atividade ligada à manutenção predial, então esses recursos serão classificados como despesas de capital.

E

CESPE/SEGER ES 2012 - Cargo: Analista do Executivo – Área de Formação 1: Administração

QUESTÃO 48

No que se refere às classificações orçamentárias, essenciais à programação, à execução, ao acompanhamento, ao controle e à avaliação da atividade financeira do Estado, assinale a opção correta.

A O grupo denominado natureza da despesa reúne diversas modalidades de aplicação com as mesmas características quanto ao objeto de gasto no orçamento público.

B As dotações orçamentárias são especificadas por categoria de programação em seu maior nível e consignadas nos órgãos, que são agrupados em unidades orçamentárias.

C A função denominada encargos especiais abrange as despesas que não podem ser associadas a um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como dívidas, ressarcimentos e indenizações.

D A subfunção representa o menor nível entre os vários subníveis de agregação em relação à função, não podendo ser combinada com outras funções.

E A construção de trecho rodoviário em uma rodovia federal constitui exemplo de ação do orçamento denominada atividade que concorre para expansão de ação governamental.

LETRA C

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Julgue os itens subsecutivos, acerca da lei de orçamento público.

90 É facultada a inclusão, na lei de orçamento, do quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do governo no âmbito de realização de obras e prestação de serviços, uma vez que essa informação está contemplada nos quadros demonstrativos das despesas.

E

CESPE/INPI 2012 - Cargo 9 - ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Classe A, Padrão I) – ÁREA: GESTÃO FINANCEIRA (A3)

No que se refere a plano plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), orçamento anual e classificações orçamentárias, julgue os próximos itens.

95 Recursos alocados para manutenção e conservação de instalações imobiliárias públicas são classificados como despesas de investimento.

E

Com relação à despesa pública, julgue os itens a seguir.

106 A despesa orçamentária pode ser definida como aquela que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.

C

No que concerne à receita e despesa públicas, julgue os itens a seguir.

118 Considere que uma nova lei tenha ampliado as funções administrativas de determinado órgão governamental, tendo sido gerado aumento do quadro de servidores alocados na unidade administrativa. Nesse sentido, suponha, ainda, que as instalações onde o órgão funcionasse seriam adquiridas pelo governo. Nessa situação hipotética, a dotação destinada à compra do imóvel é classificada como inversão financeira.

C

CESPE/ ANP 2012 - PERFIL 2 : ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA II

Segundo o manual técnico do orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal, na estrutura atual do orçamento público, as programações orçamentárias estão organizadas em programas de trabalho, que contêm informações qualitativas e quantitativas, sejam físicas ou financeiras. Acerca desse assunto, julgue os itens seguintes.

78 A área da despesa em que a ação governamental da ANP será realizada deve ser identificada na classificação funcional.

C

79 O tema da política pública é definido na classificação institucional.

E

80 A estratégia para a realização da despesa está presente na modalidade de aplicação.

C

As ações orçamentárias são classificadas como

81 operações especiais, quando contribuem para a expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental.

E

82 projetos, se realizadas de modo contínuo e permanente.

E

83 atividades, quando envolvem operações limitadas no tempo.

E

CESPE/ANATEL 2012 - Cargo 1: Analista Administrativo

A respeito das receitas e das despesas no orçamento público, julgue os itens a seguir.

98 As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária integram a lei orçamentária anual (LOA) e são classificadas, quanto à natureza econômica, como despesas de capital.

E

100 Se, no cumprimento do programa orçamentário de qualidade dos serviços de telecomunicações, a ANATEL tiver pago, no orçamento de 2011, diárias aos seus servidores, essas despesas deverão ser classificadas como outras despesas correntes.

C

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Especialidade: Administrador

58 De acordo com o manual técnico do orçamento, com relação à classificação das ações orçamentárias na estrutura programática, o cumprimento de sentenças judiciais, tais como precatórios, sentenças de pequeno valor e débitos vincendos é classificado como

- A projeto.
- B programa finalístico.
- C atividade.
- D operação especial.
- E passivo contingente.

LETRA D

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 1: Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Julgue os itens subsequentes, relativos a despesa pública no Brasil.

104 A despesa pública classifica-se, quanto a categoria econômica, como despesa corrente e despesa de capital.

C

Com base na Lei n.º 4.320/1964 e suas alterações, julgue os itens subsequentes.

107 Classificam-se como despesas de custeio as dotações para a manutenção de serviços anteriormente criados, incluindo-se as destinadas a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

C

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 2: Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

A respeito do orçamento público brasileiro, julgue os itens a seguir, com base nas disposições da Lei n.º 4.320/1964.

92 A criação de empresa pública, por determinado governo estadual, para a comercialização de gêneros agropecuários constitui exemplo de inversão financeira.

C

Julgue os itens seguintes, a respeito de receitas e despesas públicas.

98 Em relação à categoria econômica, as despesas se dividem em correntes e de capital.

C

CESPE/TJ RR 2012 - Cargo 1: Administrador

Com relação à execução orçamentária e financeira do orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

106 A classificação programática é comum a todos os níveis de governo, devendo ser contemplada na elaboração do orçamento.

E

A respeito de despesa pública, julgue os itens que se seguem.

116 Caracteriza-se como uma despesa corrente a aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização.

E

117 Na classificação da despesa orçamentária, o grupamento denominado modalidade de aplicação é empregado para identificar se os recursos serão aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou se serão transferidos, ainda que na forma de descentralização, a outras esferas de governo, órgãos ou entidades.

C

CESPE/ IBAMA 2012 - Cargo: Técnico Administrativo

No que diz respeito a orçamento público, julgue os próximos itens.

87 De acordo com a classificação funcional, as ações orçamentárias do IBAMA concentram-se nas funções de controle ambiental e recuperação das áreas degradadas.

ANULADA:

E (Gab. Preliminar)

A utilização do termo “coma” prejudicou o julgamento objetivo do item, motivo pelo qual se opta por sua anulação.

Com relação às despesas e receitas públicas, julgue os itens a seguir.

88 Em relação à categoria econômica, as despesas realizadas pelo IBAMA com a aquisição de veículos serão classificadas como despesa de capital.

C

CESPE/ANCINE/2012 - Cargo 1: Técnico Administrativo

Acerca do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

135 A ação 4531 Fiscalização das Atividades do Setor Audiovisual e Proteção da Propriedade Imaterial, dado seu caráter contínuo, consiste em projeto sob responsabilidade da ANCINE constante da lei orçamentária anual.

E

CESPE/TRT 10ª Região – Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Em relação a despesas orçamentárias, julgue os itens seguintes.

96 Se um órgão gestor classificar uma despesa como: despesa de capital – transferência à união – inversões financeiras – equipamentos e material permanente, ele estará obedecendo à sequência correta para a codificação de despesa orçamentária: categoria econômica – grupo de despesa – modalidade de aplicação – elemento da despesa.

E (gab. Extraoficial)

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 1: Auditor de Controle Externo – Área: Auditoria Governamental

No que se refere a orçamento publico, julgue os itens subsequentes.

146 Utiliza-se a modalidade de aplicação 90 — aplicação direta — para os créditos alocados a unidade orçamentária ou oriundos de descentralização, na mesma esfera de governo, de outras entidades integrantes, ou não, dos orçamentos fiscal e de seguridade social.

C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 2: Auditor de Controle Externo – Área: Ciências Contábeis

A correta execução do programa de trabalho expresso na lei orçamentária pressupõe a existência de um arcabouço técnico e conceitual muito bem definido. Com relação a esse assunto, julgue os seguintes itens.

151 A classificação institucional da despesa orçamentária, uma vez instituída, deve servir de base para todos os exercícios financeiros seguintes, até que venha a ser alterada por norma competente futura.

C

Com relação aos conceitos de despesa publica, julgue os itens que se seguem.

161 As transferências da União para os estados, municípios e Distrito Federal decorrentes da repartição das receitas tributárias constituem, obrigatoriamente, receitas correntes.

C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 3: Auditor de Controle Externo – Área: Direito

O processo orçamentário está hoje constituído, no ordenamento jurídico nacional, por um sistema que abrange a lei orçamentária anual, em conjunto com as leis do plano plurianual e de diretrizes orçamentárias. Em relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

148 A despesa com a aquisição de um lote para a construção da sede de uma autarquia é classificada como inversão financeira, enquanto as despesas com a construção da sede são classificadas como investimento.

E

CESPE/TRE-RJ 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

No Brasil, o processo de elaboração, aprovação, execução e controle do orçamento público obedece a regras específicas definidas na CF e na legislação infraconstitucional. Com base nessas normas, julgue os itens seguintes.

110 Um dos critérios de classificação das despesas públicas é a afetação patrimonial, que divide as despesas entre ordinárias e extraordinárias.

E

CESPE/TJAL-2012 - Cargo 1: Analista Judiciário Especializado – Área: Administrativa

42 - As dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis, denominam-se

A transferências de capital.

B transferências correntes.

C despesas de capital.

D investimentos.

E despesas de custeio.

LETRA E

43 - Classificam-se, respectivamente, como despesas correntes e despesas de capital

A o salário família e as subvenções econômicas.

B o pagamento de juros da dívida interna ou externa e a aquisição de bens de capital.

C o material de consumo e os serviços de terceiros.

D a concessão de empréstimos e as subvenções sociais e econômicas.

E as obras públicas e o pagamento de pensionistas.

LETRA B

CESPE/BASA 2012 - Cargo 4: Técnico Científico – Área: Contabilidade

Em relação à receita e despesa orçamentária, julgue os próximos itens.

77 A amortização da dívida é classificada na categoria econômica despesa de capital, enquanto os juros são classificados como despesas correntes.

C

CESPE/TCU 2011 - Cargo 1: AUFC – Orientação: Auditoria Governamental

Tendo em vista que, para atingir seus objetivos, o orçamento deve recorrer a determinadas técnicas de classificação das receitas e despesas, bem como percorrer um rito de elaboração, discussão, aprovação e execução bem delimitado, julgue os itens seguintes, a respeito desse tema.

126 A despesa orçamentária não efetiva é definida como aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade e constitui fato contábil permutativo.

C

CESPE/TCU 2011 - Cargo 1: AUFC – Orientação: Auditoria de Obras Públicas

Acerca do orçamento público, julgue os itens a seguir.

90 O TCU está impedido de executar a função orçamentária previdência social, pois não é entidade ou órgão vinculado à seguridade social.

E

CESPE/TCDF 2011 - Cargo: Auditor de Controle Externo

Considerando os mecanismos básicos de atuação do Estado nas finanças públicas, julgue os seguintes itens.

117 No curso da programação física e financeira da despesa, a demarcação territorial das metas físicas é expressa nos localizadores de gasto previamente definidos para cada ação.

C

CESPE/EBC 2011 - Cargo 9: Analista de Empresa de Comunicação Pública – Atividade: Contabilidade

Julgue os itens a seguir, a respeito dos métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público.

71 As despesas com publicações de editais no Diário Oficial da União relacionadas à contratação de pessoal devem ser classificadas, segundo a sua espécie, como despesas correntes, no grupo 1 Pessoal e Encargos Sociais.

E

72 Por intermédio da classificação funcional, identifica-se a área da despesa em que será realizada a ação governamental.

C

CESPE/MPE-PI 2011- Cargo 7: Analista Ministerial – Área: Orçamento

Julgue os itens a seguir, a respeito das peças orçamentárias que constituem o sistema de planejamento público no Brasil.

55 O código de programação orçamentária deve conter informações suficientes para responder a todas as perguntas de ordem qualitativa e quantitativa a respeito da ação ou projeto por ele delimitado.

C

CESPE/TCU 2007 - Cargo: ACE: Auditoria Governamental

Como parte do orçamento, a despesa compreende as autorizações para gastos com as várias atribuições e funções governamentais, tendo a sua classificação complementada pela informação gerencial denominada de modalidade de aplicação. Com relação a modalidade de aplicação, julgue o item a seguir.

132 A modalidade de aplicação tem por finalidade identificar os objetos de gasto de que a administração pública se serve para a consecução dos seus fins.

E

A classificação funcional da despesa é composta de um rol de funções e subfunções prefixadas. A subfunção representa uma partição da função, com o objetivo de agregar determinado subconjunto de despesa no setor público. Acerca da relação entre as funções e subfunções, julgue o item seguinte.

140 As subfunções não poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas às quais estejam vinculadas.

E

CESPE/MPU 2010 - Cargo 30: Analista de Orçamento

Acerca da despesa pública, julgue os próximos itens.

99 De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, consideram-se despesas de capital os juros da dívida pública, a amortização da dívida pública e a aquisição de imóveis.

E

101 As despesas orçamentárias podem ser classificadas em despesas efetivas e despesas não efetivas; as despesas orçamentárias não efetivas, assim como os dispêndios extraorçamentários, são oriundas de fatos permutativos.

C

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

A respeito das classificações da despesa pública, julgue os itens a seguir.

123 A destinação de recursos do orçamento para a constituição ou aumento do capital de empresas que visem a objetivos comerciais, incluindo-se operações bancárias ou de seguros, é operação considerada despesa de capital, na modalidade investimento.

E

124 As despesas com o pagamento dos juros da dívida pública são despesas correntes, e a amortização do principal da dívida constitui despesa de capital.

C

125 Saúde, educação, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior constituem funções, conforme a classificação funcional da despesa.

E

126 Na classificação por programas, uma atividade representa um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa e compreende um conjunto de operações necessárias à manutenção da ação do governo, realizando-se de modo contínuo e permanente.

C

127 Na classificação por programas, as despesas públicas executadas por meio de projetos, atividades e operações especiais geram produtos disponibilizados à sociedade na forma de bens ou serviços.

E

128 Todos os equipamentos e materiais permanentes adquiridos são considerados despesas de capital.

C

CESPE/ABIN 2010 - Cargo 1: Oficial Técnico de Inteligência – Área de Administração

O orçamento público é organizado por meio de um sistema de classificação estruturado para oferecer, de maneira detalhada, informações relevantes a respeito do uso dos recursos públicos. A estrutura completa de programação orçamentária, constante dos manuais técnicos de orçamento 2010 e 2011, da Secretaria de Orçamento Federal, é composta de trinta e sete dígitos, que indicam, pela ordem, a esfera orçamentária, composta por dois dígitos; a classificação institucional; a classificação funcional; o programa, a ação; o subtítulo, composto por 4 dígitos; os identificadores de operação de crédito e de uso, ambos totalizando cinco dígitos; a fonte de recursos; a categoria econômica, o grupo e a modalidade de aplicação da despesa; e o identificador de resultado primário. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir, tendo como referência a seguinte estrutura completa de programação orçamentária: 10.13.101.04.123.0750.2272.0001.9999.0.100.3390.1.

103 Pela estrutura de programação apresentada, é correto inferir que serão aplicados recursos do Tesouro Nacional na modalidade direta.

C

104 A dotação orçamentária pode referir-se à aquisição de material de consumo ou ao pagamento de diárias.

C

105 A despesa pode ser tanto objeto de limitação de empenho quanto de movimentação financeira.

E

106 A dotação orçamentária refere-se a órgão do Poder Executivo na esfera fiscal.

E

107 O instrumento de programação, que envolve uma ou mais operações que se realizam de modo contínuo e permanente, resulta em um produto ou um serviço necessário à manutenção da atuação governamental.

C

CESPE/TCU 2009/ Cargo 4: Técnico Federal de Controle Externo – Área: Apoio Técnico e Administrativo – Especialidade: Técnica Administrativa

Com base na Lei n.º 4.320/1964 e nos conceitos e aplicações dela decorrentes, julgue os itens de 92 a 96.

95 A lei em questão distinguiu as aplicações em imóveis ora como investimentos ora como inversões financeiras. Daí a diferença entre a construção e a simples aquisição para uso de imóveis já concluídos e em utilização. No primeiro caso, gera-se um incremento no PIB; no segundo, mera transferência da propriedade de bens já produzidos.

C

CESPE/ANTAQ 2009 - Cargo 8: Analista Administrativo – Especialidade: Ciências Contábeis

Com relação às receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

85 Suponha que a ANTAQ, de acordo com o orçamento aprovado, efetue uma transferência para determinada unidade da Federação, com vistas à realização, por essa unidade, de investimentos no setor aquaviário. Nesse caso, a transferência efetuada constitui uma despesa orçamentária de capital efetiva.

C

CESPE/ANTAQ 2009 - Cargo 10: Analista Administrativo – Qualquer Área de Formação

Com relação às despesas públicas, julgue os próximos itens.

79 Segundo a natureza da despesa, amortização, juros e encargos da dívida deverão ser classificados na categoria econômica de despesas de capital.

E

CESPE/MS 2009 - CARGO 8: CONTADOR

Os dados a seguir mostram a execução orçamentária, até 24/11/2009 da função Saúde, por subfunções selecionadas na LOA 2009.

Função Saúde
Subfunções selecionadas
Execução orçamentária da LOA 2009, em R\$, até 24/11/2009

subfunção (cod/desc)	autorizado	liquidado
122 – administração geral	6.855.695.680,00	5.272.073.259,87
301 – atenção básica	9.581.969.864,00	7.146.440.202,04
302 – assistência hospitalar e ambulatorial	29.565.692.859,00	23.919.788.426,61
303 – suporte profilático e terapêutico	6.130.404.559,00	4.043.615.585,93
305 – vigilância epidemiológica	3.490.504.774,00	1.362.077.686,77
total das subfunções selecionadas	55.624.267.736,00	41.743.995.161,22
Total da função saúde	59.017.349.579,00	42.985.056.980,41

Fonte: SIAFI/SIGA

A partir das informações acima, julgue os itens a seguir.

62 Em consonância com o aprovado na LOA 2009, será pago o montante de R\$ 59.017.349.579, na função Saúde até o dia 31/12/2009.

E

63 O valor do empenho ordinário na subfunção administração geral alcançou o montante de R\$ 6,9 bilhões, sendo liquidados proximadamente R\$ 5,3 bilhões.

E

64 Entre as despesas correntes que podem ser executadas na subfunção administração geral, estão as referentes ao custeio de pessoal e encargos sociais.

C

65 As subfunções representam um nível de agregação imediatamente inferior à função, identificando a natureza básica das ações, no caso da tabela, que se aglutinam em torno da função saúde.

C

CESPE/STF 2008 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com base na doutrina e nas legislações orçamentária e financeira públicas, julgue os itens de 86 a 103.

97 A forma de execução de determinado programa condiciona a classificação da despesa por categoria econômica. Por exemplo, se o ente público oferece diretamente programas de alfabetização, haverá predominância de despesas correntes, com pessoal e encargos; se esses serviços forem terceirizados, haverá também predominância de despesas correntes, só que com serviços de terceiros.

C

98 Na instalação de um órgão público recentemente criado, para que haja contribuição do setor público para a formação do Produto Interno Bruto, deve-se optar pela construção de um prédio, em vez de, simplesmente, adquirir um imóvel já construído.

C

CESPE/IPEA 2008 - Cargo 6: Técnico de Desenvolvimento e Administração – Perfil: Gestão de Orçamento e Finanças

No que se refere às classificações da despesa e da receita atualmente utilizadas na Lei Orçamentária Federal, julgue os itens que se seguem.

69 Consoante a classificação funcional, se a União promover o saneamento básico em determinado município, tal dotação será classificada como da função saúde.

E

71 Na classificação institucional há órgãos setoriais e unidades orçamentárias que não correspondem aos órgãos e entidades que compõem a administração pública. Essas unidades orçamentárias, todavia, são um conjunto de dotações que são administradas por órgãos do governo que também têm suas próprias dotações.

C

Em relação às classificações orçamentárias, julgue os itens a seguir.

98 Suponha que a União tenha assinado contrato com um organismo internacional para a realização de um programa de conscientização da população em relação à disseminação de doenças sexualmente transmissíveis. Parte do programa será financiado por recursos externos, enquanto outra parte ficará sob a responsabilidade da União, a título de contrapartida. Nessa

situação, o registro da parcela custeada pela União, a natureza de contrapartida do gasto será especificada na classificação da despesa correspondentes à fonte de recursos.

E

Com relação a orçamento público, julgue os itens a seguir.

110 Os objetivos finais e os intermediários identificados pelo elenco de programas são implementados por meio de dois tipos de ações, que são objetos das atividades e dos projetos. Na terminologia do orçamento-programa, as atividades não contemplam investimentos, e os projetos não incluem despesas de custeio.

E

CESPE/INSS 2008 - Cargo 16

Com relação a orçamento público, julgue os itens subseqüentes.

59 De acordo com as classificações orçamentárias, o programa, que constitui o elo entre o plano plurianual e os orçamentos anuais, corresponde à articulação de um conjunto de ações, cujo resultado esperado é expresso por indicadores que permitem avaliar o desempenho da administração.

C

CESPE/MCT 2008 - CARGO: ANALISTA EM C&T PLENO 1-I (B20)

Segundo o Manual Técnico do Orçamento ed. 2009, o programa de trabalho, que define qualitativamente a programação orçamentária, deve responder, de maneira clara e objetiva, as perguntas clássicas que caracterizam o ato de orçar. Acerca da classificação orçamentária, julgue os itens subseqüentes.

82 Dentro da classificação da despesa por sua natureza, o efeito econômico de sua realização poderá ser aferido pela modalidade de aplicação utilizada.

E

83 A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é federal, estadual ou municipal.

E

84 A classificação funcional busca responder, basicamente, à indagação em que área de ação governamental a despesa será realizada, sendo que a função encargos especiais engloba as despesas às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente.

C

85 Dentro da classificação funcional, a subfunção Desenvolvimento Científico somente pode ser combinada com a função Ciência e Tecnologia, pois as subfunções devem estar sempre conectadas às funções que representam sua área específica.

E

86 O Programa Gestão da Política da Ciência, Tecnologia e Inovação (PPA 2008-2011), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), é classificado como programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.

C

CESPE/TCU 2008 - Cargo 2.1: ACE – Área/Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

No âmbito da seguridade social, que engloba saúde, previdência e assistência social, o orçamento é financiado por recursos vinculados a esse segmento, inclusive suas respectivas multas e juros. Esses recursos totalizaram, em 2006, R\$ 274,6 bilhões.

Aplicados os critérios predefinidos, os dispêndios do sistema de seguridade social atingiram R\$ 303,2 bilhões, o que evidencia um resultado negativo de R\$ 28,6 bilhões. Todavia, caso não houvesse a desvinculação de 20% das receitas de contribuições, por força da Emenda Constitucional n.º 27/2000, a seguridade social apresentaria saldo positivo de R\$ 5,3 bilhões, ou seja, a causa do déficit da seguridade pode ser atribuída à desvinculação das receitas da União.

Relatório e pareceres prévios sobre as contas do governo da república: exercício de 2006. Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, 2007, p. 125-8 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens que se seguem.

162 As despesas da seguridade social podem ser executadas por órgão ou entidade na esfera institucional da saúde, da previdência social ou da assistência social, ou seja, por órgão ou entidade vinculados aos ministérios correspondentes a essas áreas, independentemente da natureza da despesa.

C

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

Acerca do direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

80 As subvenções econômicas são despesas de capital que visam atender a dificuldades momentâneas de determinadas empresas públicas.

E

CESPE/TCE/AC 2006 - Cargo 4: Analista de Controle Externo – Especialidade: Ciências Contábeis

A administração financeira e orçamentária estadual está circunscrita a normas, princípios e instituições do âmbito federal e do próprio estado. Acerca desse assunto, julgue os itens seguintes.

32 A codificação da estrutura programática a seguir corresponde a uma atividade de um programa de serviços ao estado.

Funcional
10 302

Programática
0004 3863 0047

E

38 O regime de competência exige que as despesas sejam contabilizadas conforme o exercício a que pertençam, ou seja, em que foram geradas. Se uma despesa foi empenhada em um exercício e somente foi paga no seguinte, ela deverá ser contabilizada como pertencente ao exercício em que foi empenhada. Por ter sido realizada no ano anterior, o eventual pagamento da despesa no exercício seguinte deverá ser considerado como extra-orçamentário. Tal situação é que gera, na execução financeira e orçamentária da despesa, a figura dos restos a pagar.

C

CESPE/TCU 2004 - Cargo: Analista de Controle Externo

Acerca do conceito e das classificações de receita e despesa utilizadas nos orçamentos públicos, julgue os itens subseqüentes.

36 A classificação da despesa segundo a natureza, que passou a ser observada na execução orçamentária de todos os entes da Federação a partir do exercício financeiro de 2002, compreende: categorias econômicas, subcategorias econômicas e elementos.

E

38 Nas leis orçamentárias da União, as receitas e as despesas são apresentadas segundo as instituições que arrecadam e que aplicam os recursos do orçamento, por meio da classificação institucional que compreende os órgãos e as unidades orçamentárias.

C

39 A classificação funcional da despesa engloba funções e subfunções e têm por finalidade agregar conjuntos de despesas do setor público. Uma das funções refere-se às despesas às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras, o que implica, portanto, uma agregação neutra.

C

CESPE/FUNCAP/PA/2004 - Cargo 3: Contador

Com relação à receita e à despesa públicas, considerando as disposições legais vigentes e a doutrina, julgue os seguintes itens.

97 No decorrer do exercício, a despesa só pode ser contabilizada em sua segunda fase de execução, a liquidação, quando já foi efetivamente incorrida. Ao final do exercício, porém, a despesa será registrada em sua primeira fase, quando serão inscritos em rubrica própria todos os empenhos que ainda não foram pagos.

C

99 A execução, tanto da receita quanto da despesa orçamentárias, é realizada por etapas. Constituem estágios da receita a previsão, a arrecadação e o recolhimento. A despesa, por seu turno, passa pelas fases do empenho, da liquidação e do pagamento.

C

4. CRÉDITOS ADICIONAIS

CEBRASPE/CNMP 2023 – CARGO 4: ANALISTA DO CNMP – ÁREA: APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Com base na Lei n.º 4.320/1964 e suas alterações, julgue os itens a seguir.

80 Na apuração de recursos utilizáveis provenientes de excesso de arrecadação, a importância correspondente aos créditos especiais abertos no exercício deve ser deduzida.

E

CEBRASPE/CNMP 2023 – CARGO 10: TÉCNICO DO CNMP – ÁREA: APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Julgue os itens subsecutivos, referentes aos instrumentos de ajuste orçamentário de despesas fixadas na lei orçamentária.

54 O recurso pendente de uso das reservas com destino certo (atendimento de riscos de difícil previsibilidade) poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais, contudo, como o recurso fonte exige execução direta, não pode ser utilizado como fonte (haveres) dos créditos ordinários, já que estes estão desobrigados da destinação de uso certo.

E

55 Os créditos adicionais cuja abertura depende de decreto destinam-se a reforçar a dotação de despesas pendentes de execução no exercício financeiro, e aqueles abertos sem a observância de tal exigência podem ser utilizados como nova fonte de recursos para suportar despesas de exercícios financeiros subsequentes.

E

56 A diferença financeira positiva, decorrente do confronto entre as contas patrimoniais (operações orçamentárias ativas versus operações orçamentárias passivas), constitui nova fonte de recursos que, se incorporada como receita à lei orçamentária anual (LOA), poderá ser utilizada para liquidar despesas orçamentárias pendentes de implemento.

E

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

Com relação à programação e à execução orçamentária e financeira, julgue os itens a seguir.

80 As despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica poderão ser efetuadas por meio da abertura de créditos adicionais classificados como créditos suplementares.

E

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO – APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Julgue os seguintes itens, relativos às transferências voluntárias e aos créditos adicionais.

86 O reforço de um crédito especial deve dar-se pela regra prevista no respectivo crédito ou pela abertura de novos créditos especiais.

C

88 A reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes não pode ser utilizada para abertura de créditos adicionais, tendo em vista a probabilidade de execução direta da reserva.

E

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 10: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: CONTADOR

Julgue os itens subsequentes sobre a elaboração dos projetos de lei do plano plurianual (PPA), das diretrizes orçamentárias (LDO) e do orçamento anual (LOA) no âmbito do governo federal.

108 Recursos sem despesas correspondentes na LOA poderão ser utilizados por meio de créditos especiais ou suplementares, desde que haja prévia e específica autorização legislativa.

C

Julgue os itens a seguir a respeito de autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária anual e de mecanismos retificadores de orçamento.

109 Em havendo necessidade de comprar com urgência cestas básicas destinadas a desabrigados em decorrência de fortes chuvas e alagamentos, deverá ser aberto crédito adicional especial.

E

111 Caso a dotação orçamentária original para realizar reforma de imóvel de uso seja considerada insuficiente, crédito adicional suplementar deverá ser aberto.

C

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 3: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: ADMINISTRATIVO

A elaboração do orçamento público da União segue etapas concatenadas e subsequentes. Quanto ao orçamento e seus elementos, julgue os itens subsequentes.

68 Os créditos especiais reforçam dotações existentes por meio de decreto.

E

69 Os créditos suplementares reforçam a dotação já existente para uma finalidade prevista na lei orçamentária anual por meio de decreto ou de lei ordinária.

C

70 A abertura de créditos extraordinários leva em consideração a urgência e a imprevisibilidade da aplicação do recurso, como, por exemplo, situações que envolvem a pandemia deCovid-19.

C

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 3: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: ADMINISTRATIVO

No que diz respeito à arrecadação de tributos, uma das fontes de receita dos entes governamentais, julgue os itens a seguir.

75 O excesso de arrecadação pode ser apurado mês a mês, subtraindo-se a receita arrecadada da receita prevista. Caso a receita arrecadada seja maior do que a receita prevista e não exista crédito extraordinário aberto, o valor da diferença será o excesso de arrecadação que poderá ser utilizado no mês subsequente.

C

CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - Á REA: ADMINISTRAÇÃO

Com base na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir.

30 Para fins de abertura de créditos suplementares, considera-se excesso de arrecadação o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, não sendo contabilizados os créditos extraordinários abertos no exercício.

C

31 Os créditos adicionais classificados como suplementares terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos.

C

32 É vedada a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei.

E

CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - Á REA: ADMINISTRAÇÃO

No que diz respeito ao orçamento público, a seus conceitos, técnicas e princípios, ao ciclo orçamentário e ao processo orçamentário, julgue os itens a seguir.

83 Os créditos adicionais serão abertos por lei e apreciados pelo Poder Legislativo por meio de uma comissão permanente.

E

Em relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens que se seguem.

86 Os créditos adicionais especiais são aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, inclusive as urgentes e imprevistas.

E

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

A lei orçamentária anual previa o valor de R\$ 3 bilhões para determinado tribunal de contas estadual, para o exercício de 2021. Desse montante, R\$ 2,5 bilhões foram alocados em despesas de custeio e R\$ 500 milhões, em despesas de capital. No momento da execução dos recursos, o tribunal de contas estadual precisou de mais R\$ 100 milhões para despesas de capital, as quais não estavam previstas inicialmente na lei orçamentária, para a aquisição de novos veículos de transporte dos conselheiros. A alternativa encontrada para resolver esse impasse foi mudar R\$ 100 milhões de custeio para capital.

Em relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

66 A efetivação da referida alteração orçamentária independe de autorização legislativa.

E

67 A referida alteração orçamentária representa um crédito adicional extraordinário.

E

CEBRASPE/TCE-PB 2022 – CARGO DE AUDITOR – CONSELHEIRO SUBSTITUTO

Julgue os itens subsequentes, acerca das modalidades de abertura e reabertura de créditos adicionais.

44 Os créditos adicionais especiais podem ser incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente caso seja autorizada a sua reabertura para o exercício seguinte.

C

45 Os créditos suplementares podem ser tanto autorizados na lei orçamentária, quanto dependentes de autorização legislativa.

C

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 1: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: GERAL

A respeito de finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

108 A alteração orçamentária qualitativa implica necessariamente a criação de uma nova ação.

E

Julgue o item a seguir com base na situação hipotética apresentada.

109 Situação hipotética: A Organização Mundial da Saúde, recentemente, declarou determinada doença como uma emergência de saúde pública global. Por essa razão, em 2022, alguns estados e(ou) municípios entraram em calamidade em decorrência do aumento dos casos reportados da referida doença. Assertiva: Nessa situação, para alocar recursos adicionais ao orçamento com o objetivo de atender aos estados e(ou) municípios atingidos, deve-se utilizar o mecanismo retificador do orçamento denominado crédito ordinário.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 4: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: DIREITO

Julgue os itens seguintes, no que se refere ao orçamento público no Brasil e à programação e execução orçamentária e financeira.

115 Caso haja erro na precificação para a implementação de uma política pública e houver autorização de créditos adicionais ao orçamento previsto, estes serão classificados como créditos suplementares, mas, caso haja uma imprevisibilidade decorrente de uma calamidade, os créditos serão classificados como especiais.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 3: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Acerca dos créditos ordinários e adicionais no orçamento público, julgue os itens a seguir.

106 Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual (LOA) podem ser abertos por atos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário, desde que sejam indicados recursos compensatórios dos órgãos favorecidos, sendo vedado o cancelamento de despesas financeiras para a suplementação de despesas primárias.

C

107 Os créditos adicionais classificados como suplementares são destinados a reforço de dotação orçamentária insuficientemente atribuída na lei orçamentária anual (LOA), podendo ser destinados ao atendimento de despesas relacionadas a calamidade pública ou comoção nacional.

E

CEBRASPE/SECONT-ES 2022 – CARGO 1: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Julgue os itens que se seguem, acerca da administração financeira e orçamentária pública brasileira.

66 Os créditos adicionais suplementares têm a finalidade de reforçar programas com dotação orçamentária existente e são constituídos para despesas urgentes e previsíveis.

C

67 O excesso de recursos financeiros advindos de arrecadação poderá ser aplicado em programa de governo não previsto na lei orçamentária anual, mesmo sem que haja autorização legislativa para tal.

E

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 4: TÉCNICO PROCESSUAL

Julgue os itens seguintes, relativos ao orçamento público no Brasil.

75 Diferentemente dos créditos suplementares, que se incorporam ao orçamento, os créditos extraordinários apresentam separadamente as despesas realizadas.

C

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 3: ANALISTA PROCESSUAL

Julgue os próximos itens à luz das normas de direito financeiro contidas na Lei n.º 4.320/1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Constituição Federal de 1988.

102 É vedada a reabertura de crédito especial no exercício financeiro subsequente, caso a promulgação do ato de autorização do respectivo crédito ocorra no último trimestre do exercício.

E

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 1: ANALISTA CONTÁBIL

Tendo em vista que o orçamento público é um dos mais importantes instrumentos utilizados na gestão das finanças públicas de um país, julgue os itens a seguir, a respeito do orçamento público no Brasil.

116 O Governo do Estado do Rio de Janeiro pode realizar alteração orçamentária no orçamento anual, aprovado pelo Poder Legislativo, por meio da descentralização das despesas públicas, usando como instrumento o crédito extraordinário com a finalidade de atender insuficiência na dotação orçamentária da Procuradoria-Geral do Estado.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 3: TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A respeito do orçamento público no Brasil e das leis de natureza orçamentária, julgue os itens a seguir.

114 Poderão ser usados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa, os recursos que, em consequência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes.

C

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO: PROCURADOR DE CONTAS

Em relação a orçamento público, julgue os itens que se seguem.

77 Os créditos suplementares, especiais e adicionais são espécies do gênero crédito extraordinário, tendo todos como condição de validade a edição de lei em sentido formal que autorize sua emissão.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 1: ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS – ESPECIALIDADE: DIREITO

Julgue os itens seguintes, sobre receita e despesa públicas e sua execução orçamentária e financeira.

120 O ente público que, durante a execução orçamentária, tiver necessidade de realizar despesa sem previsão na LOA deverá abrir crédito especial mediante indicação da fonte de recursos, entre as quais está o superávit financeiro do exercício corrente.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 2: ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS – ESPECIALIDADES: ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, ECONOMIA OU ENGENHARIA

Acerca da abertura de créditos adicionais e do remanejamento de recursos no setor público, julgue os seguintes itens.

70 A reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes pode ser utilizada para abertura de créditos adicionais.

C

CEBRASPE/FUB-2022 – CARGO 15: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

Com base nas normas que regulam a execução orçamentária e financeira, julgue os itens subsequentes.

70 Créditos suplementares destinam-se a reforço de dotação orçamentária já existente.

C

CEBRASPE/DPDF-2022 – CARGO 2: ANALISTA DE APOIO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Considere que a lei orçamentária do GDF de 2020 não tivesse considerado, em sua dotação inicial, qualquer recurso para ser utilizado como crédito ordinário no combate à pandemia provocada pela covid 19. Considere, ainda, que, contudo, desde fevereiro de 2020, o GDF tivesse autorizado, por meio de créditos adicionais cerca de R\$ 300 milhões para o combate à pandemia.

Em relação à situação hipotética apresentada, julgue o seguinte item, com base na legislação vigente.

100 Nesse caso, considerando-se a inexistência de créditos ordinários na lei orçamentária anual do DF, os créditos adicionais destinados ao combate à pandemia em 2020 devem ser classificados, exclusivamente, como suplementares.

E

Considere que o gasto do GDF com pagamento de trabalho em período determinado (TPD), que são horas extras para os profissionais da saúde, tivesse saltado R\$ 1,5 milhão, em janeiro deste ano, para R\$ 7,3 milhões, em maio. Considere, ainda, que a dotação ordinária na LOA 2020 tivesse previsto o valor de TPD em 10 milhões para todo o exercício, razão por que a Secretaria de Saúde estime que necessitará de dotação adicional no valor de 5 milhões.

Acerca da situação hipotética apresentada, julgue o próximo item, com base na legislação vigente.

101 Nesse caso, o crédito adicional de 5 milhões destinados ao pagamento da TPD, caso seja aprovado, será classificado como crédito extraordinário.

E

À luz da legislação referente à administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

109 O saldo em caixa no final de determinado exercício financeiro constitui fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais no exercício seguinte.

E

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Considerando as normas e os princípios do direito financeiro, julgue os itens a seguir.

45 Os créditos extraordinários são classificados em adicionais, suplementares e especiais.

E

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Com relação ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

100 Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes correrão à conta de resultados de exercícios futuros.

E

CEBRASPE/PGDF 2021 - CARGO: Técnico Jurídico – Apoio Administrativo

Considerando os princípios e a execução orçamentários, bem como a composição orçamentária do DF, julgue os itens a seguir.

73 Situação hipotética: Um ente, ao final do exercício, apresenta a seguinte situação financeira:

- insuficiência de arrecadação (saldo negativo das diferenças acumuladas, ao longo do exercício, entre a receita prevista e a realizada): R\$ 55.000;
- créditos extraordinários autorizados em agosto e não utilizados durante o exercício: R\$ 40.000;
- déficit financeiro no balanço patrimonial do exercício anterior: R\$ 25.000.

Assertiva: Nessa situação, o ente deverá reabrir o crédito extraordinário até o valor de R\$ 40.000.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Não há recursos disponíveis para a abertura de créditos suplementares e especiais. Haveria se: houvesse excesso de arrecadação; houvesse superávit financeiro.

Por outro lado, os créditos extraordinários seriam reabertos, caso tivessem sido autorizados nos quatro últimos meses do exercício, sendo, então, incorporados ao orçamento do exercício subsequente. Teriam que ser autorizados novos créditos extraordinários, caso perdurassem as razões que os justificaram.

CESPE/TCDF 2021 – Auditor de Controle Externo

A lei orçamentária anual (LOA) de 2020 de determinado estado da Federação, em sua dotação inicial, não havia considerado qualquer recurso para ser utilizado para a aquisição de testes rápidos para detecção de covid-19. Em fevereiro de 2020, contudo, o referido estado autorizou, por meio de créditos adicionais, grande montante de recursos para a aquisição de testes rápidos e para outras despesas relacionadas à calamidade pública causada pela referida doença.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue o próximo item, com base na legislação vigente.

100 Considerando-se a inexistência de créditos ordinários na LOA de 2020 e a situação de calamidade pública, os referidos créditos adicionais devem ser classificados como extraordinários.

C

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Com relação aos recursos de acompanhamento e modificação do orçamento governamental, julgue os itens subsecutivos.

112 O crédito adicional constitui dotação isolada da lei orçamentária anual, sendo vedada sua incorporação no crédito orçamentário.

E

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 1 – Administração

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos. Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes. A respeito desse assunto, julgue os próximos itens.

106 Em situações em que o governo reconheça o estado de calamidade pública, como ocorreu em 2020 devido à pandemia de covid-19, para alocar recursos adicionais ao orçamento com o objetivo de atender os municípios atingidos, deve-se utilizar o mecanismo retificador do orçamento denominado crédito especial.

E

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 1 – Administração

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	VALOR (em milhões de reais)
Previsão inicial	100
Receitas realizadas	105
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	
Dotação inicial	100
Despesas empenhadas	80
Despesas liquidadas	70
Despesas pagas	60
Despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 20X1 relativas a 20X0	10

Com base nas informações da tabela apresentada, que mostra contas extraídas em 31/12/20X0 da contabilidade de determinado ente público, julgue os próximos itens.

120 Nesse caso, o valor disponível para a abertura de créditos adicionais é de R\$ 25.000.000.

ANULADA

O fato de ter sido mencionado superávit orçamentário em vez do superávit financeiro prejudicou o julgamento objetivo do item.

(Gab. Preliminar → C)

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 15 – Direito

Considerando as normas de direito financeiro, julgue os itens a seguir.

92 A principal diferença entre os créditos especiais e os créditos suplementares reside no fato de que estes têm como propósito reforçar uma dotação orçamentária já existente, enquanto os créditos especiais se referem a despesas para as quais ainda não há dotação orçamentária específica.

C

CESPE/MPE-CE 2020 – Cargo 1 – An. Min. – Administração

A LOA de 2020 prevê crédito para a construção de um presídio federal com custo total previsto de R\$ 11 milhões. Os pagamentos serão realizados em parcelas durante a execução da obra, que será desenvolvida em dois anos, com expectativa de conclusão para 2021, conforme previsto no PPA.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os próximos itens.

91 Caso os recursos previstos inicialmente sejam insuficientes e haja a necessidade de complementar a dotação inicial com mais R\$ 1 milhão, será necessária a inclusão de crédito adicional extraordinário no montante de R\$ 1 milhão.

E

CESPE/MPE-CE 2020 – Cargo 1 – An. Min. – Administração

Antes do encerramento de determinado exercício financeiro, foi constatada a necessidade de reforço da dotação destinada a certa despesa que fora subestimada. Na tentativa de identificar possíveis fontes, verificou-se que

- R\$ 10.000 de outra dotação não iriam ser utilizados;
- a receita arrecadada ficaria R\$ 250.000 abaixo do previsto;
- a despesa realizada geraria uma economia de despesa de R\$ 380.000;
- o balanço patrimonial do exercício anterior apresentava superávit financeiro de R\$ 100.000;
- haviam sido reabertos créditos adicionais de R\$ 50.000.

Com base nas informações precedentes e na Lei n.º 4.320/1964, julgue o próximo item.

95 Nesse caso, é permitida a abertura de crédito suplementar no valor de até R\$ 60.000.

C

CESPE/SEFAZ-AL 2020 - Cargo 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

A respeito de orçamento público, ciclo orçamentário e créditos adicionais, julgue os itens que se seguem.

126 A anulação parcial de dotações orçamentárias não é uma fonte de recursos para a abertura de crédito suplementar.

E

130 Projeto de lei orçamentária anual (LOA) que não contenha despesas essenciais deverá ser revisto antes de ser votado, pois os créditos adicionais, que têm a função de ajustar as dotações da LOA, devem ser usados somente como créditos suplementares e créditos extraordinários.

E

CESPE/SEFAZ-DF 2020 - Auditor-Fiscal da Receita do DF

Considerando as regras constitucionais de direito financeiro, julgue o item a seguir.

116 O crédito especial cujo ato de autorização seja promulgado nos últimos quatro meses do exercício financeiro pode ser reaberto e incorporado ao orçamento do ano seguinte, desde que respeitado o limite do seu saldo.

JUSTIFICATIVA: CERTO.

Essa autorização está expressamente prevista no § 2.º do art. 167 da Constituição Federal de 1988.

CESPE/TJ-AM 2019 - Analista Judiciário - Contabilidade

A respeito de características básicas do orçamento federal, julgue os itens que se seguem.

109 A complementação de determinada dotação orçamentária que não tenha caráter urgente deve ser feita por meio de crédito suplementar, mas também é permitido autorizá-la por medida provisória.

E

111 É permitido que os recursos correspondentes a determinada emenda supressiva da despesa aprovada pelo Congresso Nacional sejam utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos suplementares e especiais.

C

CESPE/ SLU 2019 - Cargo 1: ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Quanto ao sistema e ao processo de orçamentação, à estrutura programática e a créditos ordinários e adicionais, julgue os itens subsecutivos.

110 Os créditos adicionais especiais são destinados a despesas que sejam urgentes e imprevisíveis e para as quais não haja dotação orçamentária específica.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Depreende-se do art. 41, incisos II e III, da Lei n.º 4.320/1964 que os créditos adicionais especiais são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, mas que não sejam urgentes e imprevistas (como as decorrentes de guerra, comoção intestina ou calamidade pública). No caso de despesas urgentes e imprevisíveis, é necessária a abertura de crédito adicional extraordinário. “Art. 41 Os créditos adicionais classificam-se em: I suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; II especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; III extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.”

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 1

Com relação ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

42 É vedada a utilização dos recursos provenientes de excesso de arrecadação como fonte para a abertura de créditos suplementares ou especiais.

E

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 1

Em relação à despesa orçamentária, julgue os próximos itens.

81 Quanto aos créditos orçamentários adicionais, o crédito suplementar incorpora-se ao orçamento vigente, adicionando-se à dotação orçamentária que deva reforçar, ao passo que os créditos especiais são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

C

De acordo com a Lei Complementar n.º 101/2000, e suas alterações, e com a Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens subsecutivos.

104 O superávit financeiro apurado no balanço financeiro do exercício anterior constitui fonte de recursos para a abertura de créditos especiais e suplementares.

E

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 4

Com relação ao processo orçamentário brasileiro, julgue os itens subsequentes.

72 Poderão ser abertos créditos suplementares ao orçamento desde que haja recursos disponíveis, ainda que oriundos de operações de crédito autorizadas nos termos legais.

C

CESPE/MPU 2018 - Cargo 2: TÉCNICO DO MPU – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito de orçamento público, julgue os próximos itens.

112 Se determinado recurso ficar sem a despesa correspondente em decorrência de veto parcial ao projeto de lei orçamentária anual, será vedada a utilização do referido recurso ainda que na forma de fonte para a abertura de créditos adicionais.

ERRADO

114 Caso o Poder Executivo abra um crédito suplementar, os recursos correspondentes ao referido crédito serão excluídos do cômputo total de créditos orçamentários.

ERRADO

CESPE/STJ 2018 - Cargo 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Com relação à programação e à execução orçamentária e financeira e ao acompanhamento da execução, julgue os itens que se seguem.

111 Uma alteração orçamentária qualitativa para a abertura de créditos especiais pode resultar na criação de um programa de trabalho, de uma ação com todos os seus atributos e de um novo subtítulo de uma ação já existente.

C

CESPE/STM 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Acerca de administração financeira e orçamentária e do orçamento público no Brasil, julgue os próximos itens.

72 Os créditos extraordinários podem ser abertos ainda que não haja dotações orçamentárias disponíveis para a realização da despesa.

C

CESPE/STM 2018 - Cargo 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Julgue os itens que se seguem, relativos ao Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal (SPOF) e aos créditos orçamentários adicionais.

98 Embora seja admitida para atender despesas imprevisíveis, a abertura de créditos extraordinários depende da indicação dos recursos correspondentes.

E

99 Os créditos suplementares previamente autorizados na lei orçamentária anual são abertos por decreto do Poder Executivo.

C

100 Os créditos suplementares possuem vigência exclusivamente dentro do exercício financeiro em que são abertos.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: PROCURADORIA

Com base nos dispositivos constitucionais de direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

87 Os chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário podem determinar a abertura de créditos suplementares, desde que autorizados por lei previamente aprovada.

E

Com relação ao orçamento público brasileiro, julgue os itens a seguir.

108 Despesas públicas não computadas na lei de orçamento anual ou insuficientemente dotadas poderão ser autorizadas por meio dos denominados créditos adicionais.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: PROCURADORIA

Para reformar, em 2009, um estádio de futebol situado em Belém – PA, o governo estadual contratou uma empresa que estimou o orçamento para a execução das obras em R\$ 18 milhões.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

119 Caso os recursos para a execução da reforma tivessem ultrapassado o orçamento inicial previsto na LOA, poderiam ter sido abertos créditos suplementares para a conclusão da obra.

C

120 Se tivessem sido necessários mais R\$ 2 milhões para a execução da reforma, a abertura de créditos adicionais dependeria de indicação prévia da fonte de recursos para suportar essa despesa.

ANULADA

Gab. Preliminar → C

Justificativa: A utilização da expressão “créditos adicionais” prejudicou o julgamento objetivo do item.

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 3: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: ADMINISTRATIVA - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

No que diz respeito às despesas públicas, julgue os itens subsecutivos.

93 Créditos especiais são aqueles destinados a despesas urgentes e imprevistas, como nos casos de calamidade pública.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 20: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

O Poder Executivo, ao elaborar o orçamento geral do estado do Pará (OGE/PA) para o exercício de 2016, propôs:

- dotação orçamentária, consignada na LOA, no valor de R\$ 500 milhões para custear a construção da chamada ferrovia da soja, para ligar os estados do Pará e Mato Grosso;
- instituição do programa paraense de incentivo ao primeiro emprego, um programa assistencial continuado de incentivo ao primeiro emprego para jovens com idade entre 18 e 20 anos, ao custo de R\$ 500 por jovem.

Considerando essa situação hipotética, julgue os próximos itens, relativos a orçamento público.

108 Caso necessite alterar o planejamento inicial para a construção da ferrovia durante o exercício de 2016, por meio da adição ou supressão da dotação orçamentária de R\$ 500 milhões inicialmente consignada na LOA, o governo deverá encaminhar projeto de lei de créditos adicionais à assembleia legislativa.

C

Na execução de seu orçamento do exercício 2015, determinado município paraense realizou as seguintes operações:

- no mês de agosto de 2015, foi aberto um crédito adicional, para a utilização de recursos por excesso de arrecadação, no valor de R\$ 70 mil, destinado à aquisição de terreno para a construção de um ginásio de esportes, para o qual não havia dotação orçamentária específica;
- no mês de setembro de 2015, foi aberto outro crédito adicional, no valor de R\$ 100 mil, destinado a reforço de dotação orçamentária já existente, relativa à construção de um hospital municipal, também para a utilização de recursos por excesso de arrecadação.

A previsão da receita, as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício de 2015 são as mostradas no quadro a seguir.

receitas arrecadadas em 2015	R\$ 700 mil
despesas empenhadas em 2015	R\$ 500 mil
previsão da receita para 2015	R\$ 500 mil

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens subsecutivos.

110 Depreende-se das informações apresentadas que o excesso de arrecadação foi de R\$ 170 mil.

E

111 O crédito adicional relativo à aquisição do terreno para a construção do ginásio de esportes, nos termos da legislação vigente, classifica-se na modalidade de crédito extraordinário.

E

112 Nos termos da legislação vigente, o crédito adicional relativo à construção do hospital municipal classifica-se na modalidade de crédito suplementar.

C

CESPE/TCE-SC 2016 – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO 3 - AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Julgue os itens a seguir, relativos à implementação do orçamento público no Brasil.

47 Caso seja necessário modificar os atributos de determinado crédito orçamentário, a modificação deverá ser feita por meio de créditos suplementares, créditos especiais ou créditos extraordinários.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO 3: INSPETOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA

Em relação aos mecanismos de acompanhamento e execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

98 Se houver necessidade de alteração orçamentária qualitativa, os instrumentos que devem ser utilizados para essa finalidade são os créditos especiais e os extraordinários.

C

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 2: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: CONTADOR

A correção de falhas na lei do orçamento ou o atendimento a situações emergenciais podem ser feitos por meio de instrumentos de ajustes orçamentários, a exemplo dos créditos adicionais. A respeito desse assunto, julgue os itens subsecutivos.

112 Os membros do Legislativo podem incluir, no projeto de lei orçamentária que lhe foi encaminhado pelo Executivo, dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais extraordinários destinados ao reforço de dotações orçamentárias.

E

113 Entre os recursos que podem ser destinados a créditos adicionais, incluem-se os resultantes de anulação parcial ou total de outros créditos adicionais já autorizados em lei.

C

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 3: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR - SUBATIVIDADE: ADMINISTRATIVO

Com relação à lei orçamentária anual (LOA), julgue os itens que se seguem.

56 A reserva de contingência é uma dotação global não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais.

C

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 7: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: FINANÇAS

Na execução do orçamento, alguns mecanismos são utilizados para corrigir insuficiências ou para garantir o pagamento a fornecedores caso todo o processo não seja passível de execução dentro do exercício. Acerca desses mecanismos, julgue os itens subsequentes.

80 Em decorrência de planejamento mal formulado, distorções orçamentárias podem ser identificadas no decorrer do exercício. Nesse caso, para corrigir essas distorções, recorre-se aos créditos adicionais, que são classificados como suplementares, extraorçamentários, especiais e extraordinários.

E

81 **Situação hipotética:** Em razão das chuvas ocorridas em determinado município, muitas casas foram levadas pelas águas, o que gerou um estado de calamidade na região, e, para tal emergência, não há previsão de destinação de recursos na lei orçamentária do município. **Assertiva:** Nesse caso, o prefeito poderá emitir decreto que permita abrir créditos adicionais extraordinários, mesmo sem indicar a fonte de recursos.

C

CESPE/STJ 2015 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Com relação a sistema e processo de orçamentação, classificações orçamentárias, estrutura programática e créditos ordinários e adicionais, julgue os próximos itens.

105 **Situação hipotética:** Determinado ente da administração pública, que necessita da abertura de um crédito especial, dispõe dos seguintes dados:

- diferença entre a receita realizada e a prevista: R\$ 400;
- ativo financeiro no balanço patrimonial do exercício anterior: R\$ 180;

- passivo financeiro no balanço patrimonial do exercício anterior: R\$ 140;
- créditos extraordinários abertos no exercício: R\$ 230;
- créditos adicionais reabertos: R\$ 10.

Assertiva: Nessa situação, há margem para abertura do crédito especial de R\$ 200.

C

CESPE/STJ 2015 - CARGO 15: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Julgue os itens subsequentes, relativos a conceitos e mecanismos técnicos de gestão dos recursos orçamentários.

101 O único crédito adicional que pode ser aberto sem a indicação da fonte dos recursos a serem utilizados é o crédito extraordinário.

C

102 Caso determinado crédito extraordinário seja autorizado por medida provisória que, posteriormente, tenha perdido a eficácia por não ter sido votada no prazo legal pelo Congresso Nacional, as despesas realizadas com base no referido crédito deverão ser canceladas.

E

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 1: ADMINISTRADOR

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

82 Todo crédito adicional constitui um crédito orçamentário, mas nem todo crédito orçamentário é também um crédito adicional.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 11: ENGENHEIRO – ÁREA 3

No final do mês de novembro de 2014, um município brasileiro foi atingido por uma enchente devastadora e, nesse mesmo mês, para atender à situação de calamidade pública, foi solicitada à União a abertura de crédito extraordinário. Peritos informaram que o evento havia sido causado pelo rompimento de uma barragem localizada nas proximidades do município. Agentes da defesa civil local informaram que tinham sido pegos de surpresa e que pouco puderam fazer por não terem tido treinamento adequado a esse tipo de tragédia. Acerca dessa situação hipotética e de temas por ela suscitados, julgue os itens seguintes.

78 Caso tenha sido concedido crédito extraordinário ao município devastado pela enchente, a parcela do crédito não utilizada até 31 de dezembro de 2014 estaria legalmente bloqueada para uso em 2015, porque o crédito extraordinário tem vigência somente no exercício financeiro em que tenha sido autorizado.

E

79 O despreparo dos agentes da defesa civil na situação hipotética indica que não foi obedecida no município atingido pela enchente a previsão da Agenda Habitat relativa ao estabelecimento, por parte de governos e autoridades locais dos municípios brasileiros, de sistema de preparação para atividades de socorro em caso de desastre.

C

80 A abertura de crédito extraordinário é admissível na situação hipotética.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 22: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

Em determinado órgão, ao longo do exercício, até o mês de junho, foi acumulado um excesso de arrecadação de R\$ 600.000,00, havendo poucas perspectivas de a arrecadação continuar mantendo-se acima das previsões para os meses seguintes. Paralelamente, as despesas empenhadas ficaram abaixo das autorizadas em R\$ 450.000,00, e somente R\$ 380.000,00 foram pagos.

Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que

116 o referido órgão poderá pleitear a abertura de um crédito especial, de até R\$ 600.000,00, caso necessite de um crédito para novo projeto de investimentos, não programado inicialmente.

C

CESPE/TCU 2015 - Auditor Federal de Controle Externo Área: Controle Externo Especialidade: Controle Externo Orientação: Auditoria Governamental

Julgue os itens subsequentes, que dizem respeito à estrutura e às características dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320/1964.

166 Por não estarem previstas no momento de elaboração da proposta orçamentária, as despesas provenientes de créditos adicionais abertos durante o exercício financeiro são consideradas extraorçamentárias.

E

Com referência aos aspectos doutrinários e históricos da administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

174 Se a arrecadação efetivamente realizada for maior que a prevista na lei orçamentária anual, a diferença a maior poderá ser utilizada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.

C

CESPE/TRE GO 2015 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

À luz das normas legais vigentes, julgue os próximos itens, a respeito do orçamento público.

112 Caso o governo necessite executar um programa que não tenha sido previsto na lei orçamentária anual, o crédito adicional que se fará necessário poderá ser aberto por decreto executivo.

C

Com referência à programação e à execução orçamentária e financeira, inclusive suas alterações, julgue o item a seguir.

113 Suponha que um ente público faça solicitação de crédito suplementar na metade de determinado exercício e que, no processo de verificação da viabilidade de se atender à solicitação feita, seja apurado o seguinte:

< arrecadação de um excesso de R\$ 40 em todos os meses, tudo indicando manutenção dessa tendência;

< economia mensal de R\$ 15, tudo indicando, igualmente, manutenção dessa tendência;

< abertura de crédito extraordinário no total de R\$ 75;

< déficit financeiro de R\$ 60 no balanço patrimonial do exercício anterior;

< reabertura de créditos especiais de R\$ 90.

Nessa situação, seria possível abrir o crédito demandado, no limite de R\$ 435.

E

CESPE/CGE-PI 2015 - Cargo 1: AUDITOR GOVERNAMENTAL – ÁREA: GERAL

Em relação a lei orçamentária anual (LOA), planejamento governamental no estado do Piauí e créditos adicionais, julgue os itens a seguir.

131 Créditos especiais e extraordinários são abertos para inserir novas dotações orçamentárias na LOA, podendo ser transferidos para a continuidade da execução no exercício seguinte, se a autorização do Poder Legislativo ocorrer no mês de novembro.

C

CESPE/MPU 2015 - Cargo 1: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Técnico-Administrativo – Especialidade: Atuarial

Com relação às classificações e técnicas de execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

58 O crédito para despesas urgentes, e não incluídas no orçamento, realizadas em função da ocorrência de calamidade pública, deverá ser aberto por meio de medida provisória.

C

CESPE/ANTAQ 2014 - CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Com relação às técnicas e procedimentos para elaboração e execução do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

60 O órgão público que precisa realizar despesa não prevista na LOA deverá utilizar, necessariamente, o crédito especial.

E

CESPE/TCDF 2014 - Cargo: Técnico de Administração Pública

Acerca do processo, das normas aplicáveis, dos métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

89 Caso o governo federal precise realizar gasto urgente e imprevisto, decorrente, por exemplo, da necessidade de atendimento às vítimas do desabamento de uma ponte em rodovia federal, poderá ser aberto crédito extraordinário por meio de medida provisória.

C

CESPE/TCDF 2014 - Cargo 5: Analista de Adm. Púb. - Especialidade: Serviços Téc. e Adm. – Orientação: Orçamento, Gestão Financeira e Controle

Com base nas normas e técnicas de programação e execução orçamentária, julgue os seguintes itens.

76 Considere que nova ação do governo, não incluída na lei orçamentária anual, tenha se tornado inevitável e que todas as receitas previstas para o mês em que a ação tenha sido necessária já tenham sido comprometidas com outras despesas. Nesse caso, o crédito especial que se fará necessário poderá autorizar a contratação de uma operação de crédito por antecipação de receita orçamentária.

C

CESPE/TCDF 2014 - Cargo: Auditor de Controle Externo

Acerca do orçamento público, julgue os itens subsecutivos.

91 Créditos adicionais poderão ser abertos sem a necessidade de autorização legislativa prévia.

C

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA IV

Considerando aspectos relacionados a planejamento público, orçamento e receitas e despesas públicas, julgue os itens de 116 a 120. Nesse sentido, considere que as siglas PPA e LDO, sempre que empregadas, se referem, respectivamente, a plano plurianual e lei de diretrizes orçamentárias.

119 De acordo com a norma legal pertinente, se uma grave calamidade pública provocar ação executiva de abertura de créditos extraordinários, será facultado ao Poder Executivo dar imediato conhecimento dessa ação ao Poder Legislativo ou fazê-lo após a solução da situação de calamidade.

E

CESPE/ICMBIO 2014 - Cargo 1: Analista Administrativo

No que se refere à programação e execução orçamentária e financeira e à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.

94 A alteração orçamentária suplementar visa atender despesas para as quais não exista dotação específica na LOA.

E

CESPE/CADE 2014 - Cargo 1: Analista Técnico-Administrativo

Com referência ao processo de orçamentação pública no Brasil, incluindo classificações e conceitos técnicos, bem como o acompanhamento da execução e a descentralização financeira, julgue os itens a seguir.

63 Ante uma situação emergencial de aprovação de determinado crédito suplementar para reforçar uma dotação que se destine a pagamento de despesas de pessoal e encargos financeiros e que seja necessária ao fechamento da folha de pagamentos de determinado mês, o governo federal poderá editar medida provisória.

E

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 1: ADMINISTRADOR – CLASSE A, PADRÃO I

A respeito de mecanismos e técnicas utilizados para elaboração, execução e acompanhamento do orçamento federal, julgue os itens subsequentes.

81 Suponha que o estado de calamidade pública tenha sido regularmente decretado em determinada região do país por causa de inundações provocadas por fortes chuvas. Nessa situação, o governo não poderá utilizar créditos suplementares para a realização de despesas de socorro às vítimas atingidas pela calamidade.

E

JUSTIFICATIVA - Normalmente, o poder Público se utiliza de créditos extraordinários para o socorro de vítimas de calamidades públicas, haja vista a rapidez com que os recursos podem ser utilizados, mas isso não significa que tal mecanismo deva ser obrigatoriamente utilizado. Se a LOA já contiver dotações suficientes, o reforço da dotação pode ser feito por meio de créditos suplementares. Fonte: Lei n.º 4.320, de 1964, art. 41, inc. I.

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO – CLASSE A, PADRÃO I

No que se refere ao funcionamento e às normas que regem a elaboração do orçamento público, julgue os próximos itens.

66 A Secretaria do Tesouro Nacional pode determinar, mediante portaria, a desconsideração das operações de crédito vinculadas ao saldo dos créditos adicionais, para a apuração do superávit financeiro.

E

JUSTIFICATIVA – O art. 43 da Lei n.º 4.320/1964 determina que o superávit financeiro é a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, considerando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e, também, as operações de crédito a eles vinculadas. Portanto, não só a proposta violaria a referida lei, como tal procedimento jamais poderia ser implementado por meio de portaria.

Tendo em vista as normas que regem o orçamento público, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que PPA se refere ao plano plurianual; LDO, à lei de diretrizes orçamentárias; e LOA, à lei orçamentária anual.

73 Considere que, na fronteira entre Brasil e Bolívia, incidentes envolvendo membros das forças de segurança brasileira e traficantes tenham demandado operações extras da Polícia Federal na região e que, apesar de o orçamento prever recursos para essas operações, eles não sejam suficientes para financiá-las. Nessa situação, os recursos adicionais necessários devem ser providos por meio da abertura de créditos extraordinários.

E

JUSTIFICATIVA – O art. 167 da CF determina que créditos extraordinários só poderão ser abertos para despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerras, comoção e calamidade. Na situação referida, as operações em questão são consideradas de rotina para a Polícia Federal, havendo apenas necessidade de complementação orçamentária de despesa previsível, visto que anteriormente orçada.

Em relação a créditos adicionais, receita, despesa pública, restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, julgue os itens seguintes.

82 Na execução do orçamento, as dotações inicialmente aprovadas na LOA podem revelar-se insuficientes para a realização dos programas de trabalho, caso em que poderá haver a abertura de créditos especiais destinados à conclusão dos programas, após autorização legislativa.

E

JUSTIFICATIVA – Créditos Especiais: destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, devendo ser autorizados por lei. Note-se que sua abertura depende da existência de recursos disponíveis. Os créditos especiais não poderão ter vigência além do exercício em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente. No caso, não pode haver abertura de crédito especial para despesa já prevista na lei orçamentária anual, o crédito com essa finalidade é o

suplementar. Fonte: Brasil. MP. Secretaria de Orçamento Federal. Manual técnico de orçamento. MTO. Edição 2014. Brasília, 2013, p. 93.

CESPE/MDIC 2013 - CARGO 2: AGENTE ADMINISTRATIVO

Julgue os itens subsequentes, relativos ao orçamento público no Brasil.

81 Durante o exercício financeiro, a lei orçamentária anual pode ser retificada devido a aprovação de créditos adicionais suplementares, especiais ou extraordinários.

C

CESPE/MDIC 2013 - Cargo 1: Analista Técnico-administrativo

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens subsequentes.

67 Caso determinado órgão público precise alterar seu programa de trabalho consignado na lei orçamentária a fim de incluir novos recursos para pagamento de pessoal e de serviço da dívida, projetos de lei de crédito adicional distintos deverão ser propostos para cada uma das finalidades citadas.

ANULADA (gab. preliminar → E)

Justificativa: O fato de o item não ter estabelecido as características do órgão público a que se referia prejudicou seu julgamento, uma vez que essas características determinam a possibilidade ou não de alterar o programa de trabalho consignado na lei orçamentária que vise a incluir, por meio de projeto de lei único, novos recursos tanto para pagamento de pessoal quanto para o serviço da dívida. Por esse motivo, opta-se por sua anulação.

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

Acerca do processo orçamentário e das normas para execução do orçamento, julgue os itens que se seguem.

102 Considere que o Poder Executivo proponha a aprovação de crédito especial, para incluir, na lei orçamentária anual, um novo programa de transferência de renda. Nessa situação, o saldo de caixa apurado no final do exercício anterior poderá ser utilizado como fonte de recursos.

E

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

A respeito do planejamento e do orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

95 Considere que tenha sido verificado, em certo ente, durante o exercício, que a dotação orçamentária referente a determinado programa fora insuficiente. Em constatação preliminar, foi possível demonstrar que:

- houve resultado patrimonial positivo de R\$ 500.000,00 no exercício anterior;

- o superávit na execução orçamentária do exercício já atingia R\$ 150.000,00;
- R\$ 70.000,00 destinados a outro programa não seriam utilizados;
- previa-se um excesso de arrecadação de R\$ 95.000,00 e uma economia de despesas de R\$ 45.000,00.

Nessa situação, seria possível aprovar um crédito suplementar de R\$ 360.000,00.

E

Com referência à execução orçamentária e financeira, julgue os itens subsequentes.

98 As alterações orçamentárias são precedidas dos atos legais competentes. A abertura de créditos especiais, mediante recursos provenientes do excesso de arrecadação, por exemplo, tem de ser solicitada via projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, encaminhado previamente pela Secretaria de Orçamento Federal. São matérias que podem ser alteradas pelo Legislativo e, posteriormente, vetadas pelo Presidente da República.

C

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 1: Administração / Economia

QUESTÃO 45

Acerca das alterações na lei orçamentária, assinale a opção correta.

- A Despesas extraorçamentárias, ainda que restituíveis, devem ser objeto de programação orçamentária.
- B Créditos especiais podem ser abertos para despesas imprevistas desde que haja compensação posterior com recursos supervenientes.
- C O crédito extraordinário somente poderá ser utilizado após aprovação da respectiva medida provisória.
- D Créditos suplementares podem ser abertos até o limite do excesso de arrecadação.
- E Há necessidade de prévia autorização legislativa para o remanejamento de receita de um mesmo programa, de um órgão para outro.

LETRA E

QUESTÃO 46

Antes do encerramento de determinado exercício financeiro, foi constatada a necessidade de reforço da dotação para certa despesa que fora subestimada, e, na tentativa de identificar possíveis fontes, verificou-se que

- a receita arrecadada ficaria em R\$ 150.000,00 abaixo do previsto;
- a despesa realizada geraria uma economia de despesa de R\$ 180.000,00;
- o balanço patrimonial do exercício anterior apresentava superávit financeiro de R\$ 55.000,00;
- haviam sido reabertos créditos adicionais de R\$ 35.000,00;
- R\$ 70.000,00 de determinada dotação não iriam ser utilizados.

Com base nessa situação e na Lei n.o 4.320/1964, concluiu-se, em relação ao pretendido reforço, que

A não ha restrições à complementação da dotação.

B não haverá recursos disponíveis.

C é possível abrir credito suplementar de R\$ 90.000,00.

D há recursos suficientes para suplementação de R\$ 120.000,00.

E há margem para abertura de credito especial de ate R\$ 160.000,00.

LETRA C

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 1: Administração / Economia

QUESTÃO 53

Com relação à Lei n.o 4.320/1964 e suas alterações, assinale a opção correta.

A A programação da despesa orçamentária considera os creditos adicionais suplementares e especiais, mas não os creditos extraordinários, pois estes são operações de natureza extraorçamentária urgente.

B O orçamento publico e aprovado pelo Poder Legislativo, sendo constituído pelo sumario geral da receita por fontes e da despesa por funções do governo, pelos quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais e pelos anexos de metas e riscos fiscais.

C A lei orçamentária prevê, obrigatoriamente, a autorização do Executivo para abertura de creditos suplementares ate o limite do superávit financeiro apurado no balanço financeiro do exercício imediatamente anterior e na programação financeira de desembolso.

D O excesso de arrecadação no orçamento e dado pelo saldo positivo das diferenças acumuladas entre a receita prevista mês a mês do exercício corrente e do exercício imediatamente anterior.

E No que se refere a despesa publica, a aquisição de material e o fornecimento e a adjudicação de obras e serviços são regulados em lei, respeitando-se o principio da concorrência, não sendo concedido adiantamento a servidor em alcance ou responsável por dois adiantamentos.

LETRA E

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 5: Ciências Contábeis

QUESTÃO 60

A respeito dos creditos adicionais, assinale a opção correta.

A Os creditos adicionais suplementares, extraordinários e especiais são destinados a reforçar os creditos orçamentários existentes para os quais haja dotações especificas.

B Os creditos suplementares incorporam a lei orçamentária importâncias de pequeno vulto, portanto podem ser dispensados da exigibilidade de apresentação ou indicação dos recursos disponíveis.

C Os creditos adicionais extraordinários configuram novas dotações a lei orçamentária, assim, devido a sua natureza de urgência, eles devem ser autorizados por lei e abertos por decreto do presidente da Republica.

D Os recursos sem despesas correspondentes, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária, podem ser utilizados para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

E Os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientes, dotadas na proposta da lei de orçamento, que visam o redimensionamento do planejamento para o exercício seguinte.

LETRA D

CESPE/PGDF 2013 - CARGO: PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I

Tendo em vista que as operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital poderão ser autorizadas, desde que tenham finalidade precisa e sejam autorizadas por lei, julgue os itens que se seguem, relativos a crédito orçamentário e operações de crédito.

63 Segundo a Lei n.º 4.320/1964, não há necessidade da indicação de recursos quando os créditos adicionais servirem para adicionar valor à dotação anterior.

E

64 Os créditos extraordinários são espécie de créditos especiais e, por isso, sua criação independe de autorização legal.

E

65 Os créditos suplementares são os destinados a reforçar dotações orçamentárias e que constam da LOA.

C

CESPE/TCU 2013 - Auditor Federal de Controle Externo

Acerca dos planos e orçamentos públicos, em particular no Brasil, julgue os itens seguintes.

158 Suponha que, em meados do exercício, tenha sido constatado a insuficiência de dotação para determinado programa e que os dados, até junho, revelem a seguinte situação, em reais.

- orçamento aprovado: 3.600
- excessos mensais de arrecadação com tendência de se repetirem ao longo do ano: 20
- despesas empenhadas: 2.100
- constatação de que outro programa não poderá ser executado nem há perspectiva de iniciá-lo: 75 (dotação inicial)
- déficit financeiro no balanço patrimonial do último exercício: 120
- crédito extraordinário aberto no exercício: 60

Com base nesses dados e informações, concluiu-se pela impossibilidade de abertura tanto de crédito suplementar como especial.

E

CESPE/MPU 2013 - CARGO 6: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: FINANÇAS E CONTROLE

No que se refere à classificação orçamentária que norteia a realização dos gastos de forma harmonizada com o fluxo de ingressos de recursos ao erário, julgue os itens a seguir.

54 O superávit financeiro é considerado uma receita do exercício de referência, desde que constitua disponibilidade para utilização no próprio exercício de referência.

E

CESPE/MPU 2013 - CARGO 8: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Em relação aos créditos ordinários e adicionais, julgue os seguintes itens.

69 Considera-se recurso para a abertura de créditos suplementares e especiais o superávit financeiro do exercício anterior.

C

70 O Poder Legislativo, ao constatar a necessidade de realização de despesa insuficientemente dotada no orçamento anual, encaminha, com base em previsão adicional de receita, solicitação de crédito especial, que se incorpora ao orçamento, adicionando-se a importância autorizada à dotação orçamentária a que se destinou criar.

E

CESPE/SUFRAMA 2013 - CARGO 3: ANALISTA TÉCNICO – ADMINISTRATIVO – GRUPO 1: GERAL

Em relação às normas vigentes para a fase de execução do orçamento, bem como aos estágios da receita e da despesa públicas, julgue os itens subsequentes.

72 Considere que determinada ação orçamentária não tenha sido prevista na lei orçamentária anual e tenha sido nesta incluída em momento posterior, por meio de crédito especial. Nessa situação, se for necessário reforçar a dotação da ação orçamentária mencionada, deverá ser utilizado um novo crédito especial.

C

CESPE/MJ 2013 - Cargo 2: ADMINISTRADOR

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013, consta crédito para o Ministério da Justiça relativo ao início da construção de um prédio, onde será instalada uma nova secretaria do órgão. Há previsão de pagamentos a serem realizados em parcelas durante a execução da obra, que será concluída em 2014.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue os próximos itens, com base na legislação vigente.

83 Caso seja necessário reforço da dotação orçamentária para finalização da construção do prédio, crédito adicional especial deverá ser solicitado.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A respeito do ordenamento constitucional em vigor no contexto do orçamento público, julgue os itens subsecutivos.

69 É vedada a abertura de crédito extraordinário sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Com base no disposto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens que se seguem.

78 A abertura dos créditos adicionais depende da existência de recursos disponíveis, devendo-se considerar como recurso o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO

Julgue os itens a seguir, relativos a créditos adicionais.

93 O excesso de arrecadação apurado em exercício anterior poderá ser utilizado integralmente como fonte de abertura de créditos adicionais.

E

94 É proibida a utilização de receita de capital como fonte de abertura de crédito adicional suplementar ou especial.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 1: Analista Administrativo – Área: Administração

Programação e acompanhamento da execução do orçamento são elementos básicos do planejamento e controle. Com relação a esse tema, julgue os itens seguintes.

90 Se problemas com o uso de uma rodovia supervisionada pela ANTT implicassem em aumento de gastos, originando necessidade de recursos adicionais para se cobrir necessidade de pessoal, não se faria necessária uma lei específica para o atendimento do gasto adicional

nessa circunstância, considerada como caso típico de gasto direto com pessoal para atender à missão básica da agência.

E

A respeito de orçamento público e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

95 Quando inexistir, na Constituição de um ente federado, previsão de medida provisória, os créditos extraordinários deverão ser abertos por meio de decreto do Poder Executivo, que dele dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo. No caso de haver, na Constituição desse ente federado, previsão de medida provisória, tal operação será feita por esse instrumento legal.

C

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 4: Analista Administrativo - Área: Ciências Contábeis

No que se refere a receitas e despesas públicas, julgue os itens seguintes.

73 Os recursos destinados, no orçamento da União, para a reserva de contingência podem ser utilizados para a abertura de créditos suplementares a serem executados como despesas correntes ou de capital.

C

Com relação às normas contábeis específicas aplicáveis ao setor público para as demonstrações contábeis, julgue os próximos itens.

74 Considere a pretensão de uso do superávit financeiro, apurado em 31/12 do exercício anterior, para a abertura de créditos suplementares ou especiais. Nessa situação, é necessário subtrair os valores de créditos adicionais reabertos no exercício corrente.

C

Previstos na Lei n.º 4.320/1964, os créditos adicionais visam atender a despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária. Com referência a esse assunto, julgue os seguintes itens.

96 Na abertura de crédito adicional, atuam os poderes Legislativo e Executivo, cabendo ao Legislativo conceder a autorização prévia ao decreto do Executivo que abrirá o crédito.

ANULADA

(gab. Preliminar → E)

Justificativa: A redação do item, no que se refere à abertura de créditos adicionais, prejudicou seu entendimento objetivo, motivo pelo qual se opta pela sua anulação.

97 Os créditos adicionais suplementares têm vigência limitada ao exercício financeiro em que foram abertos.

C

98 Um crédito especial solicitado no mês de agosto e autorizado no mês de setembro poderá ser incorporado ao orçamento financeiro subsequente, pelo valor do crédito ainda não aplicado.

C

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 16: Técnico Administrativo

À luz da legislação vigente, julgue os itens a seguir, relativos a créditos adicionais.

83 O crédito suplementar é a única espécie de crédito que figura como exceção ao princípio orçamentário da exclusividade, o qual determina que a lei orçamentária anual não deverá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa.

C

84 A abertura dos créditos suplementares e especiais não depende necessariamente da existência de recursos disponíveis para atender a despesa, mas, sim, da devida justificativa.

E

85 É admitida a abertura de créditos extraordinários somente para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, como as resultantes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

C

86 A vigência dos créditos suplementares não poderá ultrapassar o exercício financeiro em que eles forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses do exercício. Nesse caso, devem ser reabertos nos limites dos seus saldos e poderão vigor até o término do exercício financeiro subsequente.

E

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 11: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

Acerca da receita e despesa pública, julgue os itens que se seguem.

104 Os créditos suplementares e especiais para serem abertos dependerão da existência de recursos, desde que não comprometidos, tais como superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

C

CESPE/MPOG 2013 - temp/Categoria Profissional 3: Técnico de Nível Superior – SPU/UCP

Acerca do orçamento público no Brasil, julgue os itens subsequentes.

89 O instrumento legal para abertura de créditos suplementares autorizados na LOA é o decreto do Poder Executivo.

C

CESPE/MS 2013/Cargo 3: Administrador

A respeito do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

78 Para abertura de créditos adicionais, suplementares e especiais, pode-se utilizar a reserva de contingência; nesse caso, a forma de utilização e o montante de recursos deverão ser estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/MI 2013 - Cargo 1: Analista Técnico Administrativo

No que se refere a diretrizes orçamentárias, orçamento anual, sistema e processo de orçamento e alterações orçamentárias, julgue os itens subsequentes.

59 No universo das retificações dos orçamentos federais, estaduais e municipais, os créditos adicionais não são considerados como mecanismos de alteração ou retificação da lei do orçamento anual.

E

No que se refere a orçamento público, execução orçamentária e financeira e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

64 Os créditos adicionais gerados a partir de anulação parcial ou total de dotação orçamentária provocam aumento dos valores globais da lei orçamentária, uma vez que envolvem somente despesas.

E

Com base na Lei n.º 4.320/1964 e na LRF, julgue os seguintes itens.

75 Os créditos adicionais, classificados em suplementares, especiais e extraordinários, compreendem as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento.

C

CESPE/MI 2013 - Cargo 4: Administrador

Acerca da programação e execução orçamentária e financeira, julgue os itens subsequentes.

107 Suponha que determinada unidade orçamentária tenha obtido a aprovação de um crédito para reforçar dotação existente em seu programa de trabalho, destinada à compra de vacinas contra a poliomielite. Nessa situação, a vigência desse novo crédito estará restrita ao exercício financeiro em que foi aberto, sendo vedada a sua reabertura.

C

CESPE/MME 2013 - Cargo 2: Analista Financeiro

QUESTÃO 89

Se, em decorrência de veto do presidente da República, determinado volume de recursos públicos ficar sem despesas correspondentes na LOA,

A somente os créditos suplementares ou especiais poderão promover a incorporação desses recursos na LOA.

B caberá ao relator geral do projeto de lei orçamentária decidir sobre a destinação desses recursos.

C o presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação na proposta de lei orçamentária referente aos recursos vetados.

D os recursos vetados que estiverem relacionados com o serviço da dívida pública não poderão ser incluídos novamente na LOA.

E tais recursos poderão ser incorporados ao orçamento mediante emenda parlamentar, desde que se destinem a dotações para pessoal e seus encargos.

LETRA A

QUESTÃO 90

Assinale a opção correta acerca dos créditos adicionais.

A O crédito extraordinário é o único que deverá ser aberto por decreto do Poder Executivo.

B O crédito especial independe de indicação de recursos na lei de autorização.

C Todos os créditos adicionais devem, obrigatoriamente, indicar o limite de gastos autorizado.

D Para a abertura de um crédito extraordinário, é suficiente que a despesa seja urgente.

E O crédito suplementar somente poderá ser aberto mediante autorização em lei especial.

LETRA C

QUESTÃO 91

Considerando que a dotação orçamentária destinada à divulgação, nos diversos veículos de imprensa, das datas de início e fim do horário brasileiro de verão tenha sido aprovada, por engano, com recursos muito abaixo do necessário, assinale a opção correta.

A A indicação da fonte dos recursos para a abertura do crédito em questão não será necessária.

B O órgão encarregado da divulgação deverá aprovar um crédito extraordinário.

C O acréscimo de recursos somente poderá ser efetivado se for autorizado na LOA.

D O crédito adicional de reforço deverá ser aberto por meio de lei especial.

E A vigência do crédito a ser utilizado deverá ser restrita ao exercício em que for aberto.

LETRA E

CESPE/MME 2013 - Cargo 3: Gerente de Projeto

QUESTÃO 93

Considerando as regras para alterações orçamentárias, assinale a opção correta.

A Os créditos extraordinários são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, sendo necessária, para a sua execução, apenas uma exposição de motivos.

B Os créditos especiais são destinados a despesas urgentes e imprevisíveis e somente são abertos por medida provisória.

C Em regra, a abertura de créditos suplementares destinados ao reforço de dotação orçamentária poderá ocorrer sem a necessidade de submissão ao Poder Legislativo.

D Os créditos suplementares vigerão por quatro anos, alinhados ao PPA.

E Os recursos alocados na LOA para pagamento de precatórios e cumprimento de débitos judiciais transitados em julgado não podem ser cancelados em nenhuma hipótese.

LETRA C

CESPE/MME 2013 - Cargo 4: Gerente Técnico de Projeto

QUESTÃO 93

Em determinado ano, o Poder Executivo abriu crédito adicional, no mês de novembro, com a indicação de recursos exigida pela legislação nesse caso. Os recursos desse crédito adicional não foram integralmente utilizados até o final do exercício, sendo esse crédito reaberto no limite de seu saldo no exercício seguinte. Nesse caso, a denominação correta para esse crédito adicional é crédito

A extraordinário.

B orçamentário.

C suplementar.

D especial.

E financeiro.

LETRA D

CESPE/MME 2013 - Cargo 6: Assistente Financeiro

QUESTÃO 85

Um órgão público decidiu instituir um programa para a construção de novas quadras de esporte em escolas públicas. Esse programa não foi previsto originalmente na LOA, e, por esse motivo, o órgão pretendeu alterar seu plano de trabalho. Para tanto, foi necessário propor a criação de uma nova dotação orçamentária, além do reforço de uma dotação preexistente, destinada à compra de material esportivo.

Nessa situação hipotética, para que o objetivo seja alcançado, os instrumentos orçamentários apropriados são, respectivamente,

A o crédito especial e o crédito suplementar.

B o crédito especial e o crédito adicional.

C o crédito suplementar e o crédito especial.

D o crédito orçamentário e o crédito adicional.
E o crédito extraordinário e o crédito suplementar.

LETRA A

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Judiciária

Supondo que Maria seja responsável por conduzir a execução orçamentária de um tribunal federal e tendo em conta o disposto na Lei n.º 4.320/1964, na LRF e na CF, julgue os próximos itens.

111 Em caso de calamidade comprovada por decreto presidencial, o presidente do tribunal pode autorizar a criação de dotações orçamentárias extraordinárias, desde que tal ato seja referendado pelo órgão especial da respectiva corte.

E

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Com referência à organização e programação do processo orçamentário brasileiro, julgue os itens subsequentes. Nesse sentido, considere que, sempre que empregada, a sigla PPA refere-se a plano plurianual.

105 Se, em determinado exercício financeiro, for constatada a necessidade de abertura de créditos extraordinários, caberá ao Poder Executivo emitir decreto para a abertura dos créditos, o qual deverá ser imediatamente submetido ao Poder Legislativo.

C

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 3: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

A respeito de créditos adicionais e dívida ativa, julgue os itens a seguir.

112 No caso de comoção intestina, o presidente da República poderá abrir créditos suplementares e especiais, mediante autorização legislativa. No entanto, é vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

E

CESPE/CNJ 2012 Cargo 13: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

Acerca de programação orçamentária e acompanhamento da execução, julgue os seguintes itens.

104 Se determinada unidade orçamentária precisar de recursos adicionais para cobrir necessidades de pessoa física, então a destinação desse recurso não poderá ser feita por meio de créditos adicionais.

E

CESPE/SEGER ES 2012 - Cargo: Analista do Executivo – Área de Formação 1: Administração

QUESTÃO 58

Em relação aos créditos orçamentários, assinale a opção correta.

A Devido à vedação constitucional, a LOA não autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares, sendo sempre necessária a autorização legislativa para o remanejamento de recursos do orçamento público.

B A vigência dos créditos especiais não pode ultrapassar o exercício financeiro a que eles se referem; a dos créditos adicionais e extraordinários pode ultrapassar o respectivo exercício financeiro desde que mediante expressa determinação legal.

C Em face de despesas decorrentes de calamidades públicas, o governo estadual deve fazer uso de créditos suplementares, que se referem a despesas urgentes não previstas na LOA.

D O crédito orçamentário é constituído pelo conjunto de categorias classificatórias e contas que especificam as ações e operações autorizadas pela LOA.

E O governo do estado que pretenda criar nova secretaria de governo após a aprovação da LOA pode fazer uso de créditos extraordinários, dada a inexistência de dotação específica para tal fim na referida lei.

LETRA D

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

A respeito de créditos adicionais e suas peculiaridades, julgue os itens subsequentes.

104 Os créditos suplementares têm como objetivo reforçar a dotação orçamentária existente e sua vigência será de sua abertura ao término do exercício financeiro. Contudo, se a abertura se der nos últimos quatro meses daquele exercício, esses créditos poderão ser reabertos no limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício subsequente.

E

105 Não é necessária a indicação de recursos para a abertura de créditos extraordinários. Sua abertura se faz, na União, por meio de medida provisória, e nos demais entes, por decreto do Executivo.

C

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 10: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

Com relação ao disposto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir.

117 Considere que determinado município, após ser atingido por fortes chuvas, entre em estado de calamidade pública e que isso demande a necessidade de gastos emergenciais. Considere, ainda, que tal fato ocorra apenas duas semanas antes do término do mandato do prefeito, que não tenha sido reeleito. Nessa situação, será vedado ao prefeito assumir compromissos financeiros cuja execução venha a ocorrer após o término de seu mandato, ainda que caracterizadas a urgência e a imprevisibilidade da despesa.

E

118 É possível que determinadas despesas não estejam contempladas na peça orçamentária, que constitui um plano, uma previsão. Quando autorizadas, essas despesas, não previstas no orçamento, ou as que tenham dotações insuficientes, são denominadas créditos adicionais.

C

CESPE/INPI 2012 - Cargo 9 - ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Classe A, Padrão I) – ÁREA: GESTÃO FINANCEIRA (A3)

Com relação a programação e execução orçamentária e financeira, julgue os itens subsecutivos. Nesse sentido, considere que as siglas LOA e Siafi, sempre que empregadas, referem-se, respectivamente, a lei orçamentária anual e a sistema integrado de administração financeira.

99 Ao longo da execução do orçamento, algumas despesas projetadas na LOA e que já contam com dotação própria, podem necessitar de recursos superiores aos previstos. Nesses casos, o reforço na dotação orçamentária ocorre por meio de créditos adicionais suplementares.

C

100 Os créditos suplementares e extraordinários podem ser executados sem a necessidade de justificativas adicionais, dependendo apenas da prévia existência de recursos, diferentemente dos créditos especiais que, por sua natureza específica, exigem justificativa para sua realização.

E

CESPE/ ANP 2012 - PERFIL 2 : ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA II

Acerca dos créditos adicionais, do subsistema de informações orçamentárias e do saldo em espécie dos balanços financeiros, julgue os itens que se seguem.

64 A abertura de créditos adicionais suplementares, especiais e extraordinários deve ser precedida de uma alteração orçamentária que importa na criação de um novo programa de trabalho.

E

CESPE/TRE-MS 2012 - Cargo 3: Analista Judiciário - Área: Administrativa

QUESTÃO 54

Na etapa de execução orçamentária e financeira, que constitui a terceira etapa do processo de gestão pública, as decisões e as escolhas expressas na lei orçamentária assumem natureza financeira na forma de fluxos de recursos que entram e saem do Tesouro. Com referência a essa etapa do processo de gestão pública, assinale a opção correta.

A O crédito adicional é um mecanismo retificador do orçamento que, na modalidade crédito suplementar, destina-se ao atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes, como guerra e calamidade pública.

B Os créditos especiais e os suplementares são provenientes de recursos como excesso de arrecadação, superávit financeiro, produto de operação de crédito e os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais.

C A forma e a sistemática de acompanhamento do cumprimento da programação de desembolso financeiro são idênticas em todas as entidades estatais.

D A receita, assim como a despesa, é executada de forma amplamente descentralizada, por meio de uma gama de unidades executoras.

E O exercício financeiro, no Brasil, não coincide com o ano civil: os orçamentos anuais são executados no período de 1.º de fevereiro a 31 de dezembro de cada ano.

LETRA B

CESPE/TJAC 2012 - Cargo 5: Contador

De acordo com a Lei Federal n.º 4.320/1964 e suas alterações, julgue os itens subsecutivos.

74 Ocorre excesso de arrecadação quando há diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro acrescido dos saldos dos créditos adicionais transferidos e das operações de crédito vinculadas.

E

75 Os créditos adicionais têm vigência limitada ao exercício financeiro em que foram abertos, exceto os especiais e os extraordinários.

C

Julgue os itens seguintes, acerca da execução da gestão pública.

83 O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior e os recursos provenientes de excesso de arrecadação, desde que não estejam comprometidos, podem ser utilizados para a abertura de créditos suplementares e especiais.

C

CESPE/ANAC 2012 - Cargo 2: Analista Administrativo – Área 2

A respeito de programação e execução orçamentária e financeira, julgue os itens subseqüentes.

70 Os créditos adicionais podem ser abertos por decreto do Poder Executivo, independente da existência de lei que os autorize.

E

71 O superávit financeiro líquido é classificado em recurso disponível para fins de abertura de créditos adicionais, e resulta da diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, efetuados os ajustes legais.

C

73 Os créditos suplementares destinam-se a atender despesas imprevisíveis e urgentes. O Poder Executivo deve ser o responsável por abrir esses créditos por meio de decreto, cuja vigência corresponde ao exercício em que foi aberto.

E

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Especialidade: Administrador

QUESTÃO 50

50 Os créditos adicionais — autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na LOA — classificam-se como

A ilimitados, caso sejam destinados a despesas urgentes e imprevisíveis.

B especiais, se reforçarem uma dotação já existente.

C suplementares, se houver a possibilidade de serem reabertos no exercício seguinte pelos saldos não aplicados.

D extraordinários, se, no momento da abertura, não dependerem da indicação da fonte de recursos.

E especiais, se sua abertura ocorrer por medida provisória ou decreto do Poder Executivo.

LETRA D

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 8: Analista Judiciário – Especialidade: Contador

QUESTÃO 36

36 A respeito de créditos adicionais e de restos a pagar, assinale a opção correta.

A Os créditos extraordinários dispõem de fonte de recursos para seu financiamento, uma vez que a lei orçamentária deverá conter reserva de contingência para atender a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais previstos.

B Os restos a pagar poderão resultar do atraso no pagamento de fornecedores, de pessoal a pagar, de dívida ativa e de encargos sociais a recolher.

C Os créditos adicionais terão vigência no exercício financeiro em que forem abertos, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos, nos limites seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

D A abertura dos créditos adicionais depende da existência de recursos disponíveis para suportar a despesa e será precedida de exposição justificada.

E Os gestores públicos somente poderão contrair, nos dois últimos quadrimestres de seu mandato, obrigações de despesas que possam ser cumpridas integralmente no exercício ou obrigações de despesas que tenham vencimento previsto até o final da vigência do plano plurianual em vigor.

LETRA A

CESPE/TRT 10ª Região 2012 – Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Com relação ao plano plurianual (PPA) e ao orçamento público, julgue os próximos itens.

104 Caso seja necessária a realização de despesa não autorizada inicialmente, a Lei Orçamentária Anual poderá ser alterada no decorrer de sua execução.

C (gab. Extraoficial)

CESPE/TRT 10ª Região 2012 – Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

A respeito dos créditos adicionais, julgue os itens que se seguem.

94 Os créditos adicionais classificam-se em créditos extraordinários – aqueles destinados a despesas urgentes e imprevistas -; créditos suplementares – aqueles destinados a reforço de dotação orçamentária -; e créditos especiais – aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

C (gab. Extraoficial)

95 A abertura de créditos suplementares depende da disponibilidade de recursos, tais como, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; os recursos resultantes de anulação – parcial ou total – de dotações orçamentárias; os créditos adicionais autorizados em lei; ou, ainda, o produto de operações de crédito autorizadas.

E (gab. Extraoficial)

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo : AUDITOR

Considerando os recursos técnicos e mecanismos de planejamento e execução do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

114 Caso pretenda iniciar nova ação de atendimento socioeducativo a determinado grupo de moradores em uma região com risco de enchentes, o Poder Executivo terá de aprovar crédito especial, ainda que os recursos do projeto sejam oriundos do cancelamento de despesas em percentual inferior ao autorizado para créditos suplementares.

C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 1: Auditor de Controle Externo – Área: Auditoria Governamental

No que se refere a orçamento publico, julgue os itens subsequentes.

147 Segundo a Lei n.º 4.320/1964, do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior e a ser utilizado como fonte de abertura de um crédito adicional especial devem ser subtraídos os créditos extraordinários abertos no exercício.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 3: Auditor de Controle Externo – Área: Direito

O processo orçamentário está hoje constituído, no ordenamento jurídico nacional, por um sistema que abrange a lei orçamentária anual, em conjunto com as leis do plano plurianual e de diretrizes orçamentárias. Em relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

146 O Poder Executivo pode abrir crédito suplementar por decreto, desde que autorizado por disposição expressa constante da correspondente lei orçamentária. Esse crédito pode ser reaberto no exercício financeiro seguinte se sua abertura tiver ocorrido nos últimos quatro meses do exercício em que tiver sido autorizado.

E

CESPE/TJAL-2012 - Cargo 1: Analista Judiciário Especializado – Área: Administrativa

41 - Segundo o art. 40 da Lei n.º 4.320/1964, são créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei de orçamentos. O crédito adicional será

A ilimitado quando destinado a despesas obrigatórias de caráter continuado.

B especial quando houver autorização para sua abertura na Lei Orçamentária Anual.

C suplementar quando for concedido no último exercício financeiro do mandato do chefe do Poder Executivo.

D extraordinário quando for aberto na União, por medida provisória, para atender despesas urgentes e imprevisíveis.

E especial ou extraordinário quando puderem ser reabertos, no exercício financeiro seguinte, nos limites de seus saldos, caso o ato de promulgação tenha sido anterior ao último quadrimestre.

LETRA D

CESPE/BASA 2012 - Cargo 4: Técnico Científico – Área: Contabilidade

Em relação aos créditos adicionais, julgue os próximos itens.

83 O superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de 2011 é fonte de abertura de crédito adicional no exercício financeiro de 2012, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

C

84 Os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por ato a ser promulgado em setembro de 2012, poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, sendo, então, incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

E

CESPE/TCU 2011 - Cargo 1: AUFC – Orientação: Auditoria Governamental

A respeito dos orçamentos e da ordem econômica e financeira, julgue os itens seguintes.

42 A abertura de crédito suplementar ou especial depende de autorização legislativa.

C

O orçamento público é baseado em conceitos doutrinários próprios e bem distintos dos orçamentos elaborados por instituições privadas. A respeito desse tema, julgue os itens seguintes.

132 Se o governo federal homologar o resultado de determinado concurso público em setembro de determinado ano, prevendo a nomeação dos aprovados para janeiro do ano subsequente, mas descobrir-se depois que os recursos necessários para o pagamento dos salários dos novos servidores não foi previsto na lei orçamentária, o órgão encarregado das nomeações poderá pedir a abertura de um crédito extraordinário.

E

CESPE/TCU 2011 - Cargo 2: AUFC – Orientação: Auditoria de Obras Públicas

Julgue os próximos itens, acerca dos tipos de créditos orçamentários e da descentralização orçamentária.

91 As dotações e os eventuais saldos financeiros destinados às despesas de pessoal e encargos sociais somente podem constituir fonte para abertura de créditos adicionais no mesmo grupo de despesa.

C

92 O pedido de abertura de crédito adicional destinado a despesas para as quais não haja dotação específica deverá evidenciar as alterações de valores na lei orçamentária anual, sendo facultativa a demonstração das implicações no tocante ao cumprimento dos objetivos e metas constantes do PPA.

E

CESPE/TJES - 2011 Cargo 28: Analista Judiciário 01 – Área: Administrativa

Julgue os itens a seguir, a respeito de créditos orçamentários.

84 Os créditos orçamentários suplementares são destinados ao reforço de dotações orçamentárias com despesas urgentes e imprevistas, como em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública, sendo autorizados por lei e abertos por decreto.

E

85 As dotações orçamentárias fixadas para cobrir despesas com contribuições previdenciárias complementares do Poder Judiciário do Espírito Santo, contabilizadas de forma extraorçamentária, não podem ser utilizadas como fonte de anulação para abertura de créditos especiais e suplementares.

C

CESPE/MPE-PI 2011- Cargo 7: Analista Ministerial – Área: Orçamento

Julgue os itens a seguir, a respeito das peças orçamentárias que constituem o sistema de planejamento público no Brasil.

56 Caso um município se encontre em estado de calamidade pública decorrente de prolongado período de seca, o prefeito desse ente federado, para fazer face à calamidade, poderá executar despesas sem a prévia autorização legislativa e sem indicação da fonte de recursos correspondente a essas despesas.

C

Acerca de receita e despesa pública, julgue os itens subsequentes.

82 Os créditos especiais e extraordinários cuja lei de autorização tenha sido promulgada nos últimos quatro meses do exercício financeiro poderão ser transferidos para o exercício seguinte.

C

CESPE/TCU 2009/ Cargo 1: Auditor Federal de C. Externo – Área: C. Externo – Especialidade: C. Externo – Orientação: Auditoria de Obras Públicas

Com relação aos orçamentos públicos e às suas características no Brasil, julgue os itens a seguir.

74 Na hipótese de o presidente da República vetar projeto introduzido na proposta orçamentária por iniciativa parlamentar, ou no caso da aprovação, pelo Congresso Nacional, de emenda supressiva cancelando projeto constante da proposta encaminhada pelo Poder Executivo, os recursos correspondentes serão automaticamente destinados à suplementação de dotações originariamente insuficientes.

E

Acerca do orçamento-programa e dos tipos de créditos orçamentários, julgue os itens seguintes.

76 Suponha que, pouco antes do final do exercício, seja necessário abrir um crédito adicional em um ente que apresentou os seguintes dados:

- a receita arrecadada ficou R\$ 500.000,00 inferior à prevista, mas R\$ 250.000,00 superior à despesa realizada;
- foram abertos R\$ 120.000,00 em créditos extraordinários mediante cancelamento de dotações;
- foram reabertos R\$ 135.000,00 de créditos adicionais não utilizados no exercício anterior;
- o superávit financeiro do balanço patrimonial do exercício anterior foi de R\$ 245.000,00.

Nessas condições, é correto concluir que seria possível abrir crédito suplementar ou especial de até R\$ 110.000,00.

C

77 A única hipótese de autorização para abertura de créditos ilimitados decorre de delegação feita pelo Congresso Nacional ao presidente da República, sob a forma de resolução, que fixará prazo para essa delegação.

E

CESPE/TCU 2008 - Cargo 2.1: ACE – Orientação: Auditoria Governamental

166 O Poder Executivo poderá alocar créditos orçamentários diretamente para a unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes ao programa, por meio da consignação de recursos transferidos de unidades orçamentárias integrantes do orçamento fiscal para orçamento da seguridade social.

E

167 Os recursos para o programa da seguridade social implantado no primeiro ano do mandato presidencial poderão ser viabilizados por meio da abertura de crédito extraordinário autorizado por lei e aberto por decreto e com a indicação dos recursos correspondentes.

E

CESPE/TCU 2007 - Cargo: ACE – Orientação: Auditoria Governamental

Os créditos adicionais são autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento. Sobre as informações que devam constar na abertura do crédito adicional, julgue o seguinte item.

133 O ato que abrir crédito adicional deve indicar a importância, espécie e a classificação da despesa, até o limite em que for possível.

ANULADA

anulado porque a redação da assertiva impossibilitou o julgamento objetivo do item.

Segundo o art. 165 da Constituição Federal de 1988, leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. Com base nesses dispositivos legais, julgue o item abaixo.

138 Recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

C

Os créditos adicionais são autorizações de despesa não computada ou insuficientemente dotada na Lei de Orçamento, classificando-se, entre eles, os créditos especiais. Esses créditos

141 têm por finalidade atender a despesas imprevisíveis e urgentes e exigem tramitação diversa da aplicada aos demais créditos adicionais.

E

CESPE/MPU 2010 - Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

98 Na administração pública federal, o exercício financeiro corresponde ao período compreendido entre 1.º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano civil.

C

Em relação às previsões constitucionais relativas ao orçamento público, julgue os itens de 129 a 134.

133 Os créditos extraordinários somente serão abertos para atender a despesas urgentes e imprevisíveis, como aquelas decorrentes de guerra civil, guerra externa ou calamidade pública.

C

134 Os créditos suplementares, especiais e extraordinários terão vigência apenas no exercício financeiro em que forem autorizados, em atendimento ao princípio orçamentário da anualidade.

E

141 Créditos suplementares poderão estar autorizados na LOA aprovada.

C

144 Os créditos adicionais provocam, necessariamente, um aumento do valor global do orçamento aprovado.

E

CESPE/ABIN 2010 - Cargo 1: Oficial Técnico de Inteligência – Área de Administração

O orçamento é fruto de um processo que enfatiza fortemente o planejamento. Durante sua execução, contudo, podem surgir fatos novos que obriguem o gestor público a redefinir o planejamento inicial. Considerando os mecanismos retificadores da LOA, julgue os itens que se seguem.

96 A abertura de créditos especiais e suplementares depende de autorização legislativa prévia e específica para cada crédito adicional aberto.

E

97 Os créditos adicionais extraordinários, destinados a atender despesas urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, devem ser abertos por meio de medida provisória.

E

98 Os créditos adicionais suplementares e especiais são abertos por decreto do Poder Executivo e dependem da existência de recursos disponíveis para custear o aumento de despesa, sendo fontes de recursos para abertura dos créditos suplementares o excesso de arrecadação e a anulação parcial ou total de outras dotações orçamentárias.

C

CESPE/ANTAQ 2009 - Cargo 8: Analista Administrativo – Especialidade: Ciências Contábeis

A respeito de matéria orçamentária pública, julgue os itens de **75 a 83**.

76 Considere a seguinte situação hipotética. Em meados de dezembro, ao se constatar, em determinado ente, a necessidade de suplementação para a conclusão de um programa, verificou-se que a arrecadação desse ente havia ultrapassado, em R\$ 450.000,00, a previsão inicial, que havia um saldo de dotações de R\$ 380.000,00, que não seria utilizado e um crédito especial de R\$ 270.000,00, aberto em outubro, que provavelmente só seria usado no exercício seguinte. Nessas condições, concluiu-se haver disponibilidade para a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.100.000,00.

E

81 A LDO estabelece que os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional não requerem a edição de decreto para a sua abertura, que se dará automaticamente com a sanção e publicação da respectiva lei.

C

CESPE/ANTAQ 2009 - Cargo 10: Analista Administrativo – Qualquer Área de Formação

Com relação ao orçamento público e à administração financeira, julgue os itens de **67 a 75**.

73 Na utilização do *superavit* financeiro como fonte para abertura de créditos suplementares e especiais, devem ser considerados os saldos dos créditos adicionais do exercício anterior e as operações de crédito a eles vinculadas.

C

CESPE/SECNT 2009 - CARGO 2: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A respeito de créditos adicionais, julgue os itens que se seguem.

57 Os créditos adicionais especiais independem da existência prévia de recursos disponíveis e destinam-se a despesas para as quais não havia dotação orçamentária específica.

E

58 A Lei Orçamentária Anual (LOA) poderá ser utilizada para autorizar o Poder Executivo a abrir, durante o exercício financeiro, créditos adicionais suplementares até determinado montante, o que garantirá certo grau de flexibilidade à execução orçamentária.

C

CESPE/STF 2008 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com base na doutrina e nas legislações orçamentária e financeira públicas, julgue os itens de 86 a 103.

93 Quando o presidente da República veta dispositivo da lei orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional, os recursos remanescentes podem, por meio de projeto de lei de iniciativa de deputado federal ou senador, ser utilizados para abertura de créditos suplementares ou especiais.

E

94 A reabertura de créditos especiais não utilizados, que tiverem sido autorizados até quatro meses antes do encerramento do exercício, está condicionada à existência de superavit financeiro apurado no balanço patrimonial, ao final desse mesmo exercício.

E

99 A CF, ao tratar dos créditos extraordinários, referiu-se, corretamente, às despesas imprevistas, e não às imprevisíveis, pois, no primeiro caso, admite-se que houve erro de previsão, enquanto, no segundo, as despesas não podiam mesmo ser previstas.

E

100 Suponha a situação em que, em virtude da criação de um novo órgão, não havia recursos disponíveis. Verificou-se que:

- < havia insuficiência de arrecadação acumulada, durante o exercício, de R\$ 45.000,00;
- < até então, registrava-se uma economia de despesas de R\$ 60.000,00;
- < o saldo, no balanço financeiro, tinha aumentado em R\$ 15.000,00 durante o exercício.

Com base nesses dados, é correto concluir que seria possível abrir um crédito suplementar de R\$ 30.000,00.

E

CESPE/IPEA 2008 - Cargo 6: Gestão de Orçamento e Finanças

Relativamente à forma de federalismo fiscal brasileiro, julgue os itens que se seguem, no que concerne às competências e atribuições das três esferas de governo (federal, estadual, incluindo o Distrito Federal, e municipal).

59 Estará violando norma constitucional o administrador público que abrir créditos suplementares ou extraordinários sem a indicação de recursos correspondentes.

E

Relativamente ao ciclo orçamentário e acerca da gestão organizacional das finanças públicas, julgue os itens a seguir.

77 Excepcionalmente, um administrador público pode, desde que motivado, promover o empenho da despesa em volume que exceda os créditos que tenham sido concedidos.

E

Com relação a orçamento público, julgue os itens a seguir.

111 O Congresso Nacional, na apreciação de um veto à lei orçamentária anual, pode destinar à suplementação de dotações que não tenham sido objeto de veto os recursos que ficarem sem despesas correspondentes.

E

A respeito das classificações orçamentárias e do ciclo orçamentário, julgue os itens a seguir.

117 Suponha que, em um órgão público, pouco antes do final do exercício, se verifique ter havido excesso de arrecadação de R\$ 500 mil, hajam sido abertos créditos extraordinários de R\$ 50 mil, tenha havido economia de despesas de R\$ 150 mil e que dotações de R\$ 200 mil possam ser canceladas. Diante dessa situação, caso esse órgão pleiteie crédito especial, este poderá atingir o valor de R\$ 800 mil.

E

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

Acerca do direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

77 A situação de calamidade pública de determinada região brasileira, em razão de eventos da natureza, autoriza a abertura de créditos orçamentários extraordinários pela União por medida provisória.

C

CESPE/TCE/AC 2006 - Cargo 4: Analista de Controle Externo – Especialidade: Ciências Contábeis

34 Considere que, para as despesas de uma obra, não haja categoria de programação orçamentária específica na lei orçamentária anual vigente. Nesse caso, visando atender a objetivo não previsto no orçamento, há necessidade da aprovação legislativa de crédito especial, cujo projeto de lei deverá ser de iniciativa do governador do estado.

C

CESPE/TCE-TO/2008 - Cargo 6: Analista de Controle Externo – Área: Controle Externo – Especialidade: Engenharia Civil

Questão 43

Considere as atividades ou ações relativas a orçamentos públicos apresentadas nos itens a seguir.

I Início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

II Realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

III Concessão ou utilização de créditos ilimitados.

IV Abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

V Instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

A quantidade total de itens que apresentam atividades/ações que seriam vedadas, segundo legislação vigente sobre orçamentos públicos, é igual a

A 1.

B 2.

C 3.

D 4.

E 5.

Letra E

CESPE/MCT 2008 - CARGO: ANALISTA EM C&T PLENO 1-I (B20)

Créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas ou programadas na lei orçamentária anual. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

74 O superavit financeiro, apurado bimestralmente no balanço patrimonial do exercício, é fonte de recursos para abertura de crédito adicional.

E

75 O crédito adicional especial deverá ser empregado em casos de calamidade pública.

E

CESPE – TRT / 10.ª REGIÃO - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Com base na legislação e nas práticas orçamentárias, julgue os itens a seguir.

61 É vedada a concessão ou a utilização de créditos ilimitados como regra geral. Essa vedação não se aplica no caso de créditos extraordinários.

E

CESPE/TCU 2004 - Cargo: Analista de Controle Externo

Com base nas disposições da Constituição Federal sobre princípios orçamentários e créditos adicionais, julgue os itens que se seguem.

32 Considere a seguinte situação hipotética.

Para atender despesas urgentes, que decorreram de situação de calamidade pública, um prefeito municipal editou decreto abrindo crédito extraordinário, sem, no entanto, indicar os recursos compensatórios.

Nessa situação, a solução adotada tem amparo legal, havendo a obrigatoriedade, entretanto, de que o valor do crédito extraordinário seja compensado quando da utilização de recursos provenientes de excesso de arrecadação para a abertura de créditos adicionais.

C

35 Para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, de comoção interna ou de calamidade pública, o Poder Executivo federal, amparado nas disposições da Lei n.º 4.320/1964, pode editar decreto abrindo crédito extraordinário.

E

5. LEI 4.320/64 – ESTÁGIOS DA DESPESA, RESTOS A PAGAR, DEA e SUPRIMENTO DE FUNDOS

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

Julgue os próximos itens, relativos às receitas e às despesas públicas.

83 Os restos a pagar processados são aqueles que passaram pelos dois estágios iniciais da execução da despesa: o empenho e a liquidação.

C

88 O empenho consiste no estágio de execução da despesa em que o direito do credor perante o Estado será averiguado por meio do exame de títulos e de documentos comprobatórios do respectivo crédito.

E

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO – APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Relativamente à execução orçamentária e financeira das receitas públicas e das despesas públicas, julgue os itens a seguir.

80 A liquidação da despesa orçamentária constitui o passivo financeiro para fins de cálculo do superávit financeiro.

E

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO – APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Em relação às dotações destinadas ao pagamento de restos a pagar e de despesas de exercícios anteriores, julgue os itens que se seguem.

84 O reconhecimento de uma obrigação de pagamento à conta de dotação destinada a atender despesas de exercícios anteriores deve ser feito pela autoridade competente para empenhar a despesa.

C

85 Desde que não estejam com prescrição interrompida, os restos a pagar poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento.

E

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 25: ANALISTA JUDICIÁRIO ESPECIAL – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: CONTADOR

No que se refere a restos a pagar, julgue o seguinte item.

90 A despesa empenhada a liquidar deve ser inscrita como restos a pagar não processados, ao passo que a despesa empenhada em liquidação deve ser inscrita em restos a pagar processados.

E

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 1: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Relativamente aos procedimentos contábeis aplicados a restos a pagar e despesas de exercícios anteriores no setor público, julgue os itens que se seguem.

55 Cabe à autoridade competente o reconhecimento da obrigação de pagamento dos restos a pagar.

E

56 Caso ainda esteja vigente o direito do credor, a despesa cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada pode ser paga à conta de despesas de exercícios anteriores.

C

57 Desde que liquidadas, as despesas não processadas inscritas em restos a pagar poderão ser pagas em exercícios seguintes.

C

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 1: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Acerca da despesa pública, julgue os itens seguintes.

104 Serviço ou material contratado que se encontre, ao final de determinado exercício, em processo de liquidação não pode ser inscrito em restos a pagar.

E

106 A liquidação da despesa pública consiste na satisfação do direito do credor.

E

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 2: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No que se refere às receitas e despesas públicas, julgue os itens subsequentes.

72 A nota de empenho é documento indispensável à formalização do empenho, que é o primeiro estágio da despesa orçamentária.

ANULADA

Gab. Preliminar: CERTO

A redação do item prejudicou seu julgamento objetivo.

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 7: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: FINANÇAS

Em relação à denominação dos restos a pagar, julgue os próximos itens.

85 Os restos a pagar seguem o princípio da legalidade da despesa pública.

C

86 Os restos a pagar não podem ser cancelados.

E

87 Os restos a pagar são despesas empenhadas, mas não liquidadas no mesmo exercício financeiro.

C

88 As despesas orçadas podem ser lançadas em restos a pagar.

E

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 10: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: CONTADOR

Acerca da execução orçamentária e financeira da receita pública e da despesa pública em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens.

99 A nota de empenho poderá ser dispensada em casos especiais.

C

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 10: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: CONTADOR

Julgue os itens a seguir acerca dos estágios e da execução de despesa e receita públicas.

119 Deverá ser emitido empenho do tipo global quando não puder ser determinado previamente o montante da despesa a ser empenhada.

E

120 O estágio do empenho da despesa pública consiste na reserva de dotação orçamentária para fim específico.

C

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 7: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: FINANÇAS

Considerando os princípios orçamentários relativos às receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

74 As despesas são registradas pelo regime de competência.

C

75 Assim como as despesas, as receitas são contabilizadas pelo regime de competência.

E

CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - Á REA: ADMINISTRAÇÃO

Com relação à despesa pública, julgue os itens a seguir.

95 As despesas de exercícios anteriores compreendem as relativas aos compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, que poderão ser pagos à conta de dotação específica do orçamento vigente, obedecendo rigorosamente a ordem cronológica.

E

96 Será realizado o empenho global de despesas sujeitas a parcelamento, quando o montante não puder ser previamente determinado.

E

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Acerca das etapas e estágios das receitas e despesas públicas, julgue os itens subsecutivos.

131 A etapa do lançamento da receita pública antecede à fixação do montante de despesas que irá constar nas leis de orçamento.

E

132 No estágio da liquidação da despesa orçamentária, é verificado o direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

C

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

A respeito do tratamento contábil dos restos a pagar e das despesas de exercícios anteriores, julgue os itens subsequentes.

123 Os restos a pagar processados poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento do exercício financeiro do seu pagamento.

E

124 A importância exata a pagar é uma informação exigida no procedimento administrativo de reconhecimento da obrigação de pagamento de despesas de exercícios anteriores.

C

125 Para serem pagas, as despesas inscritas em restos a pagar devem ser previamente liquidadas.

C

Julgue os seguintes itens, com relação aos procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação) das receitas públicas e das despesas públicas.

126 Os recursos financeiros oriundos de cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar não devem ser reconhecidos como receita orçamentária.

C

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Relativamente à despesa pública, julgue os itens que se seguem.

77 Os seis estágios da despesa pública são a estimativa, a programação, a licitação, o empenho, a liquidação e o pagamento.

E

78 Restos a pagar, serviços da dívida a pagar e outras obrigações a pagar em até dois exercícios integram a dívida pública flutuante.

E

79 **Situação hipotética:** No último mês do mandato do prefeito de um município carioca, constatou-se que o caixa disponível não seria suficiente para liquidar todos os compromissos assumidos. Em vista disso, e desejando honrar com a folha de pagamento dos servidores do município, o prefeito determinou que fossem inscritas em restos a pagar todas as obrigações que não fossem urgentes, bem como que não se realizasse mais nenhuma contratação de despesa. Com isso, os compromissos urgentes foram todos honrados, zerando as disponibilidades de caixa da administração. **Assertiva:** Nessa situação, o prefeito conseguiu honrar os compromissos sem descumprir as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

E

80 Inscrição como restos a pagar cancelada, mas com direito do credor ainda vigente, constitui uma despesa de exercício anterior.

C

CEBRASPE/TCE-PB 2022 – CARGO DE AUDITOR – CONSELHEIRO SUBSTITUTO

Acerca dos restos a pagar e das despesas de exercícios anteriores envolvendo os estágios das despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

50 Por se referir a despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio com saldo suficiente para atendê-las, a liquidação das despesas de exercícios anteriores deve ocorrer em ano anterior ao seu pagamento.

E

51 Como se referem a despesas já empenhadas em anos anteriores, os restos a pagar com prescrição interrompida não precisam ter a obrigação reconhecida pela autoridade competente para serem pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 1: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: GERAL

A respeito de finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

105 Despesas de exercícios anteriores são despesas cujos fatos geradores ocorreram em exercícios anteriores àquele em que deveria ocorrer o recolhimento.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 1: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: GERAL

A secretaria de educação de determinado ente subnacional realizou a regular licitação para a compra de mantimentos para compor a merenda escolar. Dessa forma, entende-se que o empenho foi concluído. Posteriormente, a entrega dos mantimentos foi efetivada e devidamente atestada pelo órgão público em 31/12/2021. Em virtude da burocracia interna, o pagamento foi realizado trinta dias após a entrega dos produtos. Considerando essas informações, julgue os itens subsequentes.

114 O estágio do recolhimento da despesa foi concretizado em 2021.

E

115 A referida despesa será registrada como restos a pagar não processados.

E

A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco adquiriu um lote de computadores e o processamento dessa despesa ocorreu da seguinte forma: empenhamento em 9/12/2021; recebimento dos computadores em 29/12/2021; pagamento da despesa em 19/1/2022. A contabilização da aquisição dos computadores atendeu às normas previstas na Lei n.º 4.320/1964.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue o item a seguir.

116 A despesa foi corretamente registrada em 31/12/2021 como dívida fundada.

E

Considerando o disposto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens seguintes.

117 O empenho ordinário é utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado; já o empenho estimativo aplica-se às despesas cujo montante não se pode determinar previamente.

C

118 O suprimento de fundos constitui exceção quanto à realização de procedimento licitatório, sendo utilizado, por exemplo, para o atendimento de despesas de pequeno vulto das escolas públicas pernambucanas.

C

119 No processo regular de execução orçamentária, para que um ente público possa realizar o pagamento a fornecedores, após a licitação, a despesa a que o pagamento se refere deverá ter sido liquidada, apenas.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 4: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: DIREITO

No que se refere às receitas e despesas públicas e ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens.

117 Uma despesa ocorrida no ano de 2021 cujos lançamentos em restos a pagar tenham sido cancelados deverá ser lançada em despesas de exercícios anteriores (DEA) caso persista o direito de recebimento pelo credor e o pagamento ocorra no ano de 2022.

C

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 3: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Execução da LOA–PE no ano de 2021
Secretaria de Educação e Esportes
Custeio de merenda escolar — contrato de gestão

modalidade do empenho	valor empenhado (RS)
ordinário	617.820,05
estimativo	28.773.333,29
global	213.504,10
total	29.604.657,44

Fonte: <<http://web.transparencia.pe.gov.br/>>

Com base nos dados da tabela precedente e nos conhecimentos acerca das despesas públicas, julgue os itens a seguir.

111 O suprimento de fundos pode ser usado para as despesas que não possam aguardar o tempo necessário para o ciclo normal de um dispêndio devido ao seu caráter anormal ou pela pronta urgência na satisfação de uma necessidade pública.

C

112 O valor liquidado no custeio de merenda escolar durante a execução da LOA–PE, em 2021, foi superior a 30 milhões de reais, excetuando-se os restos a pagar já pagos.

E

113 O empenho ordinário constante na tabela foi utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento ocorreu de uma só vez.

C

114 A classificação do valor de R\$ 28.733.333,29 como empenho estimativo justifica-se por ser ele decorrente de despesas cujo montante não se pode determinar previamente.

C

115 O valor do empenho global foi classificado nessa modalidade por ser pago como restos a pagar no orçamento de 2021.

E

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 1: ANALISTA CONTÁBIL

Acerca das receitas e das despesas públicas, julgue os itens a seguir.

120 A partir da existência da nota de empenho, que cria o reconhecimento do fornecimento de um bem ou da prestação de um serviço ao Estado, fica assegurado ao credor o pagamento do crédito orçamentário, independentemente da liquidação da despesa.

E

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 3: ANALISTA PROCESSUAL

Julgue os próximos itens à luz das normas de direito financeiro contidas na Lei n.º 4.320/1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Constituição Federal de 1988.

101 Em regra, é vedada a realização de despesa sem prévio empenho. No caso de despesa cujo montante não se possa determinar, admite-se o empenho por estimativa.

C

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO: PROCURADOR DE CONTAS

Em referência à disciplina de direito financeiro e tributário, julgue os itens que se seguem.

65 Por força da Lei n.º 4.320/1964, o valor referente a despesa anulada reverte à dotação do exercício financeiro, inclusive se a anulação ocorrer após o ano civil respectivo.

E

Julgue os itens subsequentes, que dizem respeito à execução da despesa pública, à repartição de receitas tributárias, ao controle externo e a subsídios.

66 A execução da despesa pública tem, como regra, as etapas sucessivas da liquidação, do empenho e do pagamento.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 1: ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS – ESPECIALIDADE: DIREITO

Julgue os itens seguintes, sobre receita e despesa públicas e sua execução orçamentária e financeira.

119 Restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente podem ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento do ano em curso, porém classificados como despesas de exercícios anteriores.

C

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 2: ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS – ESPECIALIDADES: ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, ECONOMIA OU ENGENHARIA

Relativamente ao tratamento contábil dos restos a pagar e das despesas de exercícios anteriores, julgue os próximos itens.

73 O reconhecimento da obrigação de restos a pagar deve ser feito por autoridade competente no mesmo ano do seu pagamento.

E

74 Caso o direito do credor ainda esteja vigente, as despesas de exercícios anteriores poderão ser pagas a conta de restos a pagar.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 1: ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS – ESPECIALIDADE: DIREITO

Determinado prefeito municipal incluiu receita referente à contratação de estudo técnico de planejamento para obra pública de mobilidade urbana cujo crédito possui vigência de dois anos e foi empenhado em janeiro do primeiro ano.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, à luz das disposições da Lei n.º 4.320/1964.

77 Uma vez empenhado, o referido crédito não poderá ser anulado se exceder o limite dos créditos concedidos.

E

78 Não será possível fazer o pagamento antes da liquidação do serviço.

C

79 Caso tenha sido realizado um empenho ordinário de pagamento único, este somente poderá ser incluído em restos a pagar se não for liquidado até 31 de dezembro do segundo ano de vigência do crédito.

C

80 Ainda que o montante da despesa final seja indeterminável, o empenho por estimativa não poderá ser realizado.

E

81 A liquidação dessa despesa dependerá da apuração da importância exata a pagar, independentemente do comprovante da prestação efetiva do serviço, que pode se dar em fase subsequente.

E

CEBRASPE/MCOM-2022 – ATIVIDADE 2: ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELECTUAL

Acerca das receitas e despesas públicas, julgue os itens seguintes.

55 O estágio de liquidação da despesa corresponde ao momento de satisfazer financeiramente a obrigação assumida pelo ente público.

E

CEBRASPE/MCOM-2022 – ATIVIDADE 2: ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELECTUAL

Com relação ao pagamento dos restos a pagar e das despesas de exercícios anteriores, julgue os itens subsequentes.

65 Como o reconhecimento de uma obrigação de despesas com exercícios anteriores ocorre em exercício financeiro diferente do seu fato gerador, não é necessário que tais despesas sejam empenhadas no ano do seu pagamento.

E

66 Para serem pagas em exercícios seguintes, as despesas inscritas em restos a pagar, processadas ou não, devem ser liquidadas.

C

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 5: TÉCNICO AMBIENTAL

Quanto à despesa pública, julgue os itens a seguir.

70 Na etapa de liquidação da despesa, é verificado o direito adquirido pelo credor ao seu recebimento, com base nos seus títulos e documentos comprobatórios.

C

71 Considere que, em 30/9/X1, a União tenha celebrado contrato de compra de um caminhão com a empresa XYZ Ltda., com prazo para entrega em 31/12/X1, mas que, por problemas de logística, a entrega atrasará 60 dias em relação ao previsto. Nessa situação hipotética, para assegurar a utilização da dotação orçamentária, a União poderá realizar o empenho da despesa e a sua respectiva inscrição em restos a pagar não processados.

ANULADA

Gab. Preliminar: CERTO

Há possibilidade de dupla interpretação sobre o trecho "a União poderá realizar o empenho da despesa", haja vista que não poderá ser realizada a despesa sem o prévio empenho.

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO

Uma entidade pública realizou regular licitação para a compra de computadores. A entrega dos computadores foi efetivada e devidamente atestada pelo órgão público em 31/12/2020. Contudo, em virtude de burocracia interna da entidade, o pagamento só foi realizado trinta dias após a entrega dos computadores.

Tendo como referência essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

87 Para o correto lançamento, a despesa empenhada relativa à compra dos computadores deve ter sido registrada contabilmente, em 2020, como restos a pagar não processados.

E

88 Em 2020, o órgão em questão efetivou os estágios de empenho e liquidação da despesa relativa à aquisição dos computadores.

C

CEBRASPE/FUB-2022 – CARGO 15: ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

Com base nas normas que regulam a execução orçamentária e financeira, julgue os itens subsequentes.

68 Na liquidação da despesa, apuram-se a origem e o objeto a ser pago, a quem se deve pagar e a fonte de recursos usada para o pagamento.

E

CEBRASPE/FUB-2022 – CARGO 5: CONTADOR

Quanto a despesa e receita pública, julgue os itens a seguir, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9.ª edição.

80 Empenho estimativo é aquele utilizado para as despesas contratuais de valor determinado, mas sujeitas a parcelamento.

E

CEBRASPE/DPDF-2022 – CARGO 2: ANALISTA DE APOIO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Com relação a aspectos técnicos e legais das receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

107 Se determinado administrador contrair obrigação em dezembro do último ano de seu mandato sem que exista cobertura financeira no exercício financeiro em curso, será vedado à administração pública inscrever tal obrigação em restos a pagar.

C

108 O pagamento de determinada despesa pública somente pode ser feito após a verificação do direito adquirido pelo credor, com base em títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

C

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Com base na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir.

107 Suponha que determinado servidor do GDF tenha falecido em 31/12/2020 e que sua família tenha solicitado o pagamento de auxílio-funeral em 1.º de janeiro de 2021, tendo sido concedido o benefício em 2021, no valor equivalente a um mês da remuneração do servidor falecido. Nesse caso, o pagamento desse benefício em 2021 deve ser contabilizado como despesa de exercícios anteriores.

C

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Com relação às receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

140 O pagamento de restos a pagar efetua-se por meio de despesa de natureza extraorçamentária.

C

CEBRASPE/SEFAZ-CE 2021 – CARGO 2: AUDITOR FISCAL CONTÁBIL-FINANCEIRO DA RECEITA ESTADUAL

A Lei n.º 4.320/1964 é de suma importância para a administração pública, haja vista que versa sobre direito financeiro, tema que afeta o dia-dia das repartições públicas no que se refere ao ingresso e à saída de recursos. Considerando o disposto nessa lei, julgue os itens que se seguem.

74 O suprimento de fundos tem como finalidade atender a despesas que não possam aguardar o processo normal, ou seja, constitui exceção quanto à realização de procedimento licitatório, sendo utilizado, por exemplo, para o atendimento de despesas de pequeno vulto das escolas públicas cearenses.

C

76 Após a licitação, no processo de execução orçamentária, a realização, pelo ente público, do pagamento a fornecedores depende apenas da realização da liquidação da despesa referente ao pagamento.

E

Considere que a Secretaria de Saúde do Estado do Ceará tenha adquirido um lote de vacinas e que o processamento dessa despesa tenha ocorrido da seguinte forma: empenhamento em 9/12/2020; recebimento das vacinas em 29/12/2020; pagamento da despesa em 19/1/2021. Considere, ainda, que a contabilização da aquisição das vacinas tenha atendido às normas previstas na Lei n.º 4.320/1964. Nessa situação hipotética, essa despesa foi registrada em 31/12/2020 como

77 restos a pagar processados.

C

78 dívida fundada.

E

CEBRASPE/PGDF 2021 - CARGO: Técnico Jurídico – Apoio Administrativo

Com base nos conceitos e nas aplicações da Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Complementar de Finanças Públicas (Lei n.º 4.320/1964), julgue os itens seguintes.

80 Os empenhos relativos a créditos com vigência plurianual, quando não liquidados, serão considerados como restos a pagar somente no último ano de vigência do crédito.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Mesmo que haja pendências ao longo da vigência de um contrato plurianual, por exemplo, os valores que passam de um exercício para o seguinte não poderão ser inscritos em restos a pagar, exceto no último ano de vigência do crédito.

CEBRASPE/PGDF 2021 - CARGO: Técnico Jurídico – Apoio Administrativo

Acerca da despesa pública, julgue os itens que se seguem.

87 As despesas com fornecimento de energia elétrica para determinado órgão público deverão ser objeto de empenho por estimativa.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Os empenhos podem ser classificados como ordinário, por estimativa e global. As despesas cujo montante não se pode determinar previamente são contratadas por meio de empenho por estimativa, conforme art. 60, § 2.º, da Lei n.º 4.320/1964.

88 Os empenhos referentes a despesas com diárias cujas prestações de contas estejam pendentes deverão ser inscritos em restos a pagar não processados.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. As despesas com diárias serão consideradas liquidadas no momento da autorização formal do instrumento de concessão e os respectivos empenhos não poderão ser indicados para inscrição em restos a pagar não processados.

89 O limite máximo para a concessão de suprimento de fundos deverá ser fixado por meio de portaria do ministro de Estado da economia.

JUSTIFICATIVA: CERTO. “Os valores limite para a concessão de suprimento de fundos, bem como o limite máximo para despesas de pequeno vulto de que trata este artigo serão fixados em portaria do Ministro de Estado da Fazenda”. O cargo de ministro de Estado da Fazenda foi transformado em ministro de Estado da Economia.

CEBRASPE/PGDF 2021 - CARGO: Técnico Jurídico – Apoio Administrativo

Considerando os princípios e a execução orçamentários, bem como a composição orçamentária do DF, julgue os itens a seguir.

76 O pressuposto contábil para a inscrição de restos a pagar consiste no fato de que a receita orçamentária que dá suporte ao pagamento da despesa orçamentária foi arrecadada no exercício anterior ao de realização dessa despesa.

JUSTIFICATIVA: CERTO. Assim como a receita orçamentária que ampara o empenho da despesa orçamentária pertence ao exercício de sua arrecadação e serviu de base, dentro do princípio do equilíbrio orçamentário, para a fixação da despesa orçamentária pelo Poder Legislativo, a despesa que for empenhada com base nesse crédito orçamentário também deverá pertencer ao referido exercício.

CESPE/TCDF 2021 – Auditor de Controle Externo

No que se refere às classificações de receitas e despesas públicas e às disposições da legislação aplicável às finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

102 Considere que determinada entidade pública tenha realizado o empenho em janeiro de x2, referente a merenda escolar entregue em dezembro de x1. Nessa situação, a referida despesa pertence ao exercício de x2, sob a classificação de despesas de exercícios anteriores.

C

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Acerca da despesa pública, julgue os itens subsequentes.

120 A ordem de pagamento da despesa orçamentária somente pode ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.

C

121 A inscrição de restos a pagar não processados a liquidar ocorre quando tiver ocorrido o fato gerador da obrigação, antes do término do exercício em curso, sem que se tenha procedido o estágio da liquidação.

E

122 Restos a pagar com prescrição interrompida são considerados despesas de exercícios anteriores.

C

124 Despesas com suprimento de fundos sem a apresentação da prestação de contas até o encerramento do exercício devem ser inscritas em restos a pagar não processados.

E

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Acerca de restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, julgue os itens a seguir.

172 A obrigação de pagamento tanto dos restos a pagar quanto das despesas de exercícios anteriores deve ser reconhecida pela autoridade competente em procedimento administrativo específico.

E

173 Independentemente de serem processadas ou não, só serão pagas as despesas inscritas em restos a pagar liquidadas.

C

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Com referência aos procedimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Público, bem como aos papéis da Secretaria do Tesouro Nacional no âmbito do Sistema de Contabilidade Federal, julgue os itens subsequentes.

198 As obrigações de valor determinado decorrentes de contratos com previsão de pagamentos parcelados podem ser pagas por meio de empenho global.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 1 – Administração

Considerando que a CODEVASF necessite realizar a revitalização das margens do rio São Francisco no trecho localizado em Itacoatiara — BA, obra orçada em R\$ 729.250,59, julgue os itens a seguir.

107 Para viabilizar a contratação da revitalização das margens do rio São Francisco, a CODEVASF poderá utilizar-se do mecanismo do suprimento de fundos.

E

109 Tendo decidido a empresa ou o órgão a ser contratado para realizar a revitalização, a CODEVASF deverá efetuar o empenho da despesa, que é o primeiro estágio da execução da despesa pública.

C

CESPE/MPE-CE 2020 – Cargo 1 – An. Min. – Administração

Uma entidade pública realizou regular licitação para a compra de medicamentos. A entrega dos medicamentos foi efetivada e devidamente atestada pelo órgão público em 31/12/2019. Contudo, em virtude de burocracia interna da entidade, o pagamento só foi realizado trinta dias após a entrega dos medicamentos.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

85 Essa despesa deve ser registrada como despesa de exercícios anteriores, uma vez que foi gerada em 2019 e liquidada em 2020.

E

86 O estágio do recolhimento da despesa não foi concretizado em 2019.

ANULADA

O item deve ser anulado, pois a menção à “recolhimento” — enquanto fase da despesa e como sinônimo de “pagamento” — pode induzir a confusão dos conceitos de estágios da despesa e da receita pública.

Gab. Preliminar: C

87 O estágio do empenho da despesa foi concluído em 2019.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 1 – Administração

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	VALOR (em milhões de reais)
Previsão inicial	100
Receitas realizadas	105
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	
Dotação inicial	100
Despesas empenhadas	80
Despesas liquidadas	70
Despesas pagas	60
Despesas empenhadas, liquidadas e pagas em 20X1 relativas a 20X0	10

Com base nas informações da tabela apresentada, que mostra contas extraídas em 31/12/20X0 da contabilidade de determinado ente público, julgue os próximos itens.

116 O referido ente público apurou os restos a pagar processados do ano 20X0 no valor de R\$ 10.000.000.

C

117 O ente público apurou as despesas de exercícios anteriores no valor de R\$ 20.000.000.

E

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 3 – Contabilidade

Julgue os itens a seguir, referentes a suprimento de fundos.

81 As restituições de suprimento de fundos recolhidas após o encerramento do exercício serão contabilizadas como receita orçamentária.

C

82 Não será concedido suprimento de fundos a servidor declarado em alcance ou que esteja responsável por dois suprimentos.

C

CESPE/SEFAZ-AL 2020 - Cargo 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

Julgue os itens a seguir, acerca de despesas públicas.

112 Os restos a pagar são as despesas empenhadas e não liquidadas até o dia 31 de dezembro do exercício financeiro.

E

CESPE/SEFAZ-AL 2020 - Cargo 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

Com relação às etapas das receitas públicas e das despesas públicas, bem como a seus estágios e suas categorias, julgue os itens a seguir.

134 Na fase da despesa em liquidação, as despesas que já possuem reserva de dotação orçamentária são separadas daquelas que ainda precisam de autorização legislativa.

E

Julgue os itens a seguir, acerca da concessão de suprimento de fundos e do tratamento contábil a ser dado ao suprimento de fundos.

139 O suprimento de fundos representa uma despesa, do ponto de vista patrimonial, pois, no momento da sua concessão, há redução no patrimônio líquido.

E

140 Para que o recurso de suprimento de fundos seja concedido ao suprido, devem ser percorridos os três estágios da despesa orçamentária — empenho, liquidação e pagamento.

C

CESPE/PGM - Campo Grande - MS 2019 - Procurador Municipal

Acerca das despesas e receitas públicas, julgue os itens que se seguem.

114 A realização de despesa é composta por quatro fases: licitação, empenho, liquidação e pagamento.

E

115 Empenho é o ato pelo qual se reserva, na globalidade do orçamento, importância necessária ao pagamento de determinada despesa, sendo vedada a realização de despesa sem

o respectivo empenho. Para toda despesa a ser realizada, é obrigatória a expedição de uma nota de empenho.

E

CESPE/TJ-AM 2019 - Analista Judiciário - Contabilidade

Em 1.º/7/20X9, um servidor público federal da administração direta foi designado, pela primeira vez em sua carreira, como suprido em regime de adiantamento com depósito em conta-corrente no valor total de R\$ 2.800, com prazo de aplicação de trinta dias, para gastos de pequeno vulto com serviços de terceiros, pessoas jurídicas. Considerando essa situação hipotética, julgue os próximos itens, relativos a suprimento de fundos e à Conta Única do Tesouro Nacional.

93 Uma vez que a modalidade do suprimento de fundos foi depósito em conta-corrente, o suprido deve comparecer em uma agência do Banco do Brasil, munido de declaração própria, para realizar o saque diretamente da Conta Única do Tesouro Nacional.

E

94 Caso o servidor tenha aplicado, em 6/7/20X9, parte do suprimento de fundos para o pagamento de nota fiscal no valor de R\$ 910 a empresa que lhe tenha prestado serviço de conserto emergencial da rede de computadores do órgão onde ele trabalha, esse servidor terá agido dentro dos limites da lei, desde que a prestação de contas não ultrapasse trinta dias da data de aplicação do suprimento.

E

CESPE/TJ-AM 2019 - Analista Judiciário - Contabilidade

Acerca de aspectos técnicos da receita e da despesa públicas, julgue os itens subsecutivos.

115 Despesas contratuais de longo prazo e outras sujeitas a parcelamento devem ser realizadas mediante a emissão de empenho por estimativa.

E

CESPE/ SLU 2019 - Cargo 1: ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito de despesas, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores e suprimento de fundos, julgue os seguintes itens.

116 Restos a pagar não processados correspondem a despesas liquidadas, mas não pagas até o encerramento do exercício financeiro.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Os restos a pagar não processados são formados pelas despesas empenhadas, mas não liquidadas e não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro.

117 Suprimento de fundos será considerado, desde a sua concessão, como despesa realizada.

ANULADA

Deixou-se de especificar, na redação do item, se a despesa seria realizada sob o ponto de vista orçamentário ou patrimonial, o que comprometeu o julgamento da assertiva.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O suprimento de fundos deve ser precedido de empenho próprio, sendo considerado despesa realizada a partir do momento da sua concessão ao servidor. Em caso de posterior restituição, considera-se como anulação de despesa, se feita no mesmo exercício financeiro da concessão, ou receita orçamentária, no caso de recolhimento após o exercício financeiro.

118 **Situação hipotética:** Um fornecedor foi contratado para entregar uma máquina a um órgão público até o dia 30/11/2018, mas, devido a pendências alfandegárias, a entrega ocorreu somente em 31/1/2019. O empenho relativo a essa despesa foi cancelado em 31/12/2018. **Assertiva:** Nessa situação, o pagamento da despesa somente poderá ser feito pela reabertura do empenho, com a inscrição da despesa como restos a pagar.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Após o cancelamento da despesa e o encerramento do exercício financeiro de 2018, o pagamento dessa despesa somente pode ser feito por meio da dotação despesas de exercícios anteriores, com recursos do orçamento de 2019. Lei n.º 4.320/1964: “Art. 37 As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.”.

CESPE/ SLU 2019 - Cargo 4: ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A respeito de receitas e despesas públicas, julgue os itens seguintes.

112 A liquidação, um dos estágios da despesa pública, corresponde à etapa que precede o empenho.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. A execução da despesa orçamentária se dá em três estágios, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964: empenho, liquidação e pagamento, necessariamente nessa ordem.

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 1

Em relação à despesa orçamentária, julgue os próximos itens.

77 Os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício fazem parte das despesas de exercícios anteriores, que poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento do exercício financeiro vigente.

C

78 O suprimento de fundos é caracterizado como um adiantamento de valores que se faz a um servidor para futura prestação de contas e que não constitui uma despesa orçamentária.

E

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 1

Em relação à despesa orçamentária, julgue os próximos itens.

82 O empenho do tipo global é utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento.

C

83 A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, e tem por objetivo apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

C

84 São restos a pagar apenas as despesas regularmente empenhadas e liquidadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro.

E

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 4

No que se refere às despesas públicas, julgue os próximos itens.

80 O pagamento é o último estágio da despesa pública e só será realizado após a regular liquidação da despesa.

C

81 Uma despesa empenhada e não paga no exercício social em que havia sido prevista integra os restos a pagar e será classificada como despesa extraorçamentária do exercício em que se der o seu efetivo pagamento.

C

82 A obrigação de pagamento criada em função de lei e reconhecida como direito do reclamante somente em exercício posterior constitui despesa de exercícios anteriores.

C

CESPE/MP-PI 2018 - Cargo 6: TÉCNICO MINISTERIAL – ÁREA: ADMINISTRATIVA

A propósito de despesa e receita públicas, julgue os itens subsequentes.

81 O adiantamento da despesa constitui um dos estágios da despesa pública.

E

82 Despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência superior a um exercício terão de ser empenhadas por inteiro no exercício em que começar a sua execução.

E

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, na administração pública, as despesas de pequeno vulto podem ser viabilizadas por meio de suprimentos de fundos. Conforme essa lei, o suprimento de fundos

89 poderá ser concedido a qualquer servidor, desde que este ocupe cargo de confiança.

E

90 consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria.

C

CESPE/MPU 2018 - Cargo 2: TÉCNICO DO MPU – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Acerca da receita e da despesa públicas, bem como de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

117 No caso de o Poder Legislativo ter aprovado a lei orçamentária anual antes do início do exercício financeiro, nenhum dos estágios da despesa pública terá sido executado até o momento da fixação da despesa.

CERTO

CESPE/STJ 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Acerca dos fundamentos de administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

95 A consequência legal da inclusão de uma despesa no orçamento público é diferente da consequência legal da inclusão de uma receita nesse orçamento.

C

CESPE/STJ 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Julgue os próximos itens, relativos a receita e despesa públicas.

113 A descentralização ou movimentação de créditos orçamentários integra a etapa de fixação da despesa pública.

ANULADA

(Gab. Preliminar → C)

114 Uma despesa que for regularmente inscrita em restos a pagar ao final do exercício financeiro terá de ser contabilizada como despesas de exercícios anteriores no exercício em que ocorrer o pagamento.

E

CESPE/ABIN 2018 - CARGO 2 –CARGO 2: OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 1

Com relação aos mecanismos de administração, programação, execução e controle dos recursos orçamentários, julgue os itens subsequentes.

89 Será automaticamente cancelada a despesa regularmente originada a partir de emissão de nota de empenho não inscrita pelo gestor competente em restos a pagar até o final do exercício financeiro.

E

90 Se determinado suprimento de fundos não for integralmente aplicado, o saldo remanescente será recolhido ao Tesouro Nacional e constituirá, obrigatoriamente, receita orçamentária.

E

93 Pessoa jurídica que tenha prestado serviço ao poder público terá direito ao pagamento correspondente independentemente da realização do estágio de liquidação da despesa.

C

Determinado ente público firmou contrato de prestação de serviços com uma entidade privada, com prazo superior a um exercício financeiro.

Com referência a essa situação, julgue os itens a seguir.

123 O gestor público deverá empenhar o valor total do contrato no exercício financeiro em que o compromisso foi firmado pelas partes.

E

CESPE/ABIN 2018 - CARGO 2 –CARGO 2: OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 2

Em relação às despesas e receitas públicas e à dívida ativa da União, julgue os itens subsequentes.

120 O empenho global é aplicável às despesas que tenham valor definido previamente e que devam ser pagas em uma única prestação.

E

CESPE/STM 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Julgue os itens que se seguem, relativos às receitas e despesas públicas.

77 O ato de suprimento de fundos constitui uma despesa orçamentária, embora a despesa patrimonial correspondente deva ocorrer somente em momento futuro.

C

Julgue os itens que se seguem, relativos às receitas e despesas públicas.

81 No final do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas deverão ser inscritas em restos a pagar e, assim, constituirão dívida flutuante.

C

CESPE/STM 2018 - Cargo 3: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Julgue os itens subsequentes, relativos a receita e despesas públicas.

79 O empenho para pagamento de contas cujo valor mensal seja desconhecido, como a conta de energia elétrica, deverá ser feito por meio de empenho denominado global, que abarque montante suficiente para todos os meses do ano.

E

80 Ao identificar uma despesa empenhada, o gestor deverá encaminhar para pagamento ao fornecedor ou inscrever a obrigação em restos a pagar, caso o exercício financeiro se encerre.

E

CESPE/STM 2018 - Cargo 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com relação a restos a pagar e a suprimento de fundos, julgue os itens a seguir.

101 O pagamento de restos a pagar processados corresponde a uma despesa orçamentária da entidade.

E

102 O servidor declarado em alcance para suprimento de fundos é aquele cujas contas foram prestadas no prazo regulamentar e, em seguida, aprovadas.

E

103 A restituição parcial de suprimento de fundos por falta de aplicação recolhida no mesmo exercício financeiro constitui uma anulação de despesa.

C

104 Os restos a pagar com prescrição interrompida são as despesas cuja inscrição como restos a pagar tenha sido cancelada, mas cujo direito do credor permaneça vigente.

C

105 Os restos a pagar não processados em liquidação são aqueles em que houve o adimplemento da obrigação pelo credor e cujo direito adquirido está em fase de verificação.

C

CESPE/TCE-PE 2017 - Cargo 1: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS

Julgue os seguintes itens, relativos a conceitos, etapas e estágios das despesas e receitas públicas que devem ser considerados no âmbito do governo do estado de Pernambuco.

100 Para ser efetivada, a despesa orçamentária depende de autorização legislativa na forma de consignação de dotação orçamentária.

C

CESPE/TCE-PE 2017 - CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS CARGOS 1 E 2

Acerca dos instrumentos de planejamento e orçamento, julgue os itens a seguir.

Com relação aos métodos de classificação e outros conceitos técnicos da administração orçamentária, julgue os itens que se seguem.

32 A parcela da dívida flutuante que não for paga até o final do exercício financeiro será obrigatoriamente inscrita em restos a pagar.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 3: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: ADMINISTRATIVA - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Com relação ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

86 As despesas caracterizadas como restos a pagar são extraorçamentárias na inscrição e orçamentárias no pagamento.

E

No que diz respeito às despesas públicas, julgue os itens subsecutivos.

91 O empenho, primeiro estágio da despesa pública, consiste em reserva de dotação orçamentária para um fim específico e deve ser assinado pelo ordenador da despesa.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 20: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito do processo de orçamentação, julgue os itens subsequentes.

113 Restos a pagar são despesas empenhadas e não pagas no exercício. Seu impacto orçamentário ocorre no exercício corrente e o financeiro, no exercício posterior.

C

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Julgue os itens seguintes, relativos a receitas e despesas públicas.

100 O estágio de pagamento da despesa caracteriza-se pelo despacho por meio do qual a autoridade competente determina que a despesa seja liquidada.

E

101 Se empenhos referentes a determinada obra pública, cuja execução esteja prevista para mais um exercício financeiro, não puderem ser pagos até 31/12 de cada ano, eles deverão ser inscritos em restos a pagar no exercício em que tiverem sido empenhados.

E

102 Se um órgão público reconhecer dívida referente a exercício financeiro já encerrado, a despesa poderá ser inscrita na conta de despesas de exercícios anteriores, ainda que o orçamento respectivo não consignasse crédito próprio para o pagamento.

C

103 Caso o responsável por determinado suprimento de fundos restitua parte dos recursos recebidos após o encerramento do exercício em que se deu o suprimento, o valor restituído será contabilizado como receita orçamentária.

C

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 3: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Considerando o disposto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens subsequentes.

102 O suprimento de fundos não pode ser autorizado por servidor público efetivo que tenha, sob sua responsabilidade, outros dois adiantamentos em fase de aplicação ou de prestação de contas.

E

(Gab. Preliminar: C)

Justificativa: A utilização da expressão “por servidor” em vez de “a servidor” tornou errada a afirmação feita no item.

103 As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro e que estejam liquidadas devem ser registradas por exercício e por credor na categoria restos a pagar processados.

C

CESPE/DPU 2016 - Cargo 5: CONTADOR

Com relação às normas gerais de direito financeiro que orientam a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal, julgue os itens subsecutivos.

115 O pagamento para terceiros, de responsabilidade da entidade pública, só será exarado em documentos contábeis específicos, requerendo-se, inclusive, que a autoridade competente determine por escrito que a ordem de pagamento seja paga.

E

Considere que o ordenador de despesas de um órgão público, após o encerramento do exercício fiscal de 2014, tenha recebido a fatura de energia elétrica relativa ao mês de dezembro, com vencimento em 15/1/2015, no valor de R\$ 200,00, e que, na data do vencimento da fatura, tenha verificado a existência de previsão orçamentária alocada em restos a pagar no valor de R\$ 100,00 para o pagamento da referida fatura de energia elétrica.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que o ordenador de despesas deve providenciar

149 o cancelamento do valor da previsão insuficiente de R\$ 100,00 de restos a pagar e providenciar o empenho, a liquidação e o pagamento da fatura de R\$ 200,00 como despesa do exercício de 2015.

E

150 a liquidação e o pagamento de R\$ 100,00 como restos a pagar de 2014 e empenhar, liquidar e pagar a diferença de R\$ 100,00 como despesas de exercício anterior.

C

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO 3: INSPETOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA

Em relação aos mecanismos de acompanhamento e execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

100 A descentralização de créditos orçamentários ocorre durante o estágio de fixação da despesa pública.

E

Julgue os próximos itens, relacionados a receitas e despesas públicas.

111 Como um suprimento de fundos é um adiantamento que deve ser empregado no pagamento de despesas específicas, que deverão ser alvo de uma prestação de contas, a concessão do suprimento gera uma despesa orçamentária.

C

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 2: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: CONTADOR

Julgue os itens a seguir, relativos a estágios e execução de receitas e despesas públicas.

117 Deve ser registrado no montante global o empenho de despesas contratuais sujeitas a parcelamento, como é o caso do empenho referente a pagamento de energia elétrica e água, por exemplo, cujos valores exatos só são conhecidos mês a mês.

E

Na execução do orçamento, alguns mecanismos são utilizados para corrigir insuficiências ou para garantir o pagamento a fornecedores caso todo o processo não seja passível de execução dentro do exercício. Acerca desses mecanismos, julgue os itens subsequentes.

82 Situação hipotética: Um ente público adquiriu materiais de consumo devidamente licitados e empenhados, conforme determinação legal, e, no final do exercício, a unidade orçamentária não havia recebido os bens cujo prazo de entrega ainda não havia expirado. **Assertiva:** Nesse caso, a referida despesa poderá ser incluída na conta de restos a pagar não processados, independente do cumprimento do estágio da liquidação.

C

83 As despesas resultantes de compromissos assumidos em exercícios encerrados, para os quais o orçamento respectivo consignou crédito próprio com saldo suficiente para atendê-las, poderão ser reconhecidas como despesas de exercícios anteriores e, para tal, não devem estar inscritas em restos a pagar.

C

84 Só podem ser inscritas na conta despesas de exercícios anteriores aquelas cuja classificação por categoria econômica seja relativa às despesas correntes, normalmente chamadas de despesas de custeio.

E

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 7: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: FINANÇAS

Com relação ao suprimento de fundos, modalidade que consiste no adiantamento de numerários a servidor com a finalidade de realizar despesas que não podem ser despendidas no processo orçamentário normal em razão de sua excepcionalidade, julgue os próximos itens.

78 No caso de um servidor realizar a devolução de saldo de suprimentos de fundos após o encerramento do exercício em que recebeu essa quantia em razão da aplicação parcial desta, o referido recurso não será considerado uma receita orçamentária.

E

79 No suprimento de fundos, os valores são empenhados após a prestação de contas por parte do servidor responsável.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Com relação a conceitos e normas aplicáveis à despesa pública, julgue os itens a seguir.

115 São passíveis de inscrição em restos a pagar as despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas. Logo, o empenho da despesa não liquidada será considerado anulado, salvo em situações específicas, como, por exemplo, se for do interesse do gestor efetuar a inscrição sem que o serviço tenha sido executado, por estarem as partes em fase de negociação para assinatura de um contrato.

E

116 São pagas à conta de despesa de exercícios anteriores as despesas anteriormente inscritas em restos a pagar, depois cancelados e posteriormente reinscritos, por reconhecimento do direito do credor, sem que haja necessidade de novos créditos orçamentários.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: CONTADORIA

No que se refere a programação e execução do orçamento, despesa e receita públicas, julgue os itens subsequentes.

105 Se o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada, o empenho poderá ser reforçado; no entanto, se o valor empenhado exceder o montante da despesa realizada, deverá haver uma anulação parcial do empenho.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 1: ADMINISTRADOR

Julgue os próximos itens, a respeito de orçamento público.

56 Situação hipotética: Devido a novas demandas para a qualificação do servidor público, a ENAP adquiriu, no dia 23 de outubro de 2014, novas cadeiras, que foram entregues apenas em janeiro de 2015. **Assertiva:** Nessa situação, a despesa deve ser, no orçamento de 2015, classificada como restos a pagar processados.

E

No que diz respeito a receita e despesas públicas, julgue os itens subsecutivos.

88 O controle e a avaliação constituem o último estágio da despesa pública previsto pela legislação e têm por objetivo a avaliação da ação governamental, da gestão dos administradores públicos e da aplicação de recursos públicos.

E

89 Se o Ministério da Saúde precisar conceder suprimento de fundos para determinada ação de assistência à saúde indígena, então a concessão e a aplicação desse suprimento obedecerão ao regime especial de execução.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 2: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Julgue os próximos itens à luz das normas e práticas aplicáveis às receitas e despesas públicas.

117 Despesa computada orçamentariamente pelo regime de competência, não paga no exercício e inscrita em restos a pagar, constitui receita extraorçamentária e, como tal, pode ser utilizada na programação de novas despesas orçamentárias.

E

A respeito de suprimento de fundos, restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, julgue os itens subsecutivos.

119 Despesa com bebidas alcoólicas em recepções oficiais poderá ser realizada com recursos públicos mediante suprimento de fundos.

C

120 Uma característica importante para a configuração de despesas de exercícios anteriores decorre da existência de dotação própria para o pagamento de determinada despesa no exercício correspondente ao cumprimento de obrigação pelo credor, só que em montante insuficiente, não tendo sido oportunamente adotadas as providências necessárias à respectiva suplementação.

E

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 4: CONTADOR

Em uma escola com problemas de infraestrutura, o conserto de emergência de algumas de suas instalações custou R\$ 850,00, dos quais R\$ 500,00 foram referentes a materiais pagos com cartão de pagamento do governo federal (CPGF) e R\$ 350,00 foram gastos com serviços de engenharia pagos pelo servidor responsável, previamente suprido e habilitado, com dinheiro próprio. A respeito da situação hipotética apresentada e dos aspectos relativos a suprimentos de fundos, julgue os itens que se seguem.

92 Com base na urgência da situação, o referido servidor poderá, no primeiro dia útil seguinte ao evento, solicitar ao ordenador de despesas a concessão de suprimento de fundos em seu nome, referente aos serviços de engenharia realizados no valor de R\$ 350,00, desde que apresente a nota fiscal válida dos serviços prestados, juntamente com o processo de prestação de contas no prazo estabelecido na concessão.

E

93 Considerando que a concessão do CPGF, feita de acordo com a legislação vigente, tenha sido destinada para a aquisição de materiais em geral, e que tenha sido observado o prazo de aplicação, o pagamento realizado de R\$ 500,00 foi adequado para suprimento de fundos.

C

94 No caso de suprimento de fundos por meio do CPGF, no qual o pagamento da fatura do cartão é posterior ao gasto, o empenho da despesa também pode ser posterior ao gasto, desde que feito antes do pagamento da fatura do cartão, devido à possibilidade de inversão das fases da despesa pública, nesse caso.

E

CESPE/TCU 2015 - Auditor Federal de Controle Externo Área: Controle Externo Especialidade: Controle Externo Orientação: Auditoria Governamental

Com relação às técnicas e mecanismos de elaboração, à execução e ao controle do orçamento público, julgue os seguintes itens.

181 A etapa do planejamento de determinada despesa pública encerra-se com sua fixação na lei orçamentária anual.

E

CESPE/TCU 2015 - Cargo: Técnico Federal de Controle Externo - Área: Apoio Técnico e Administrativo - Especialidade: Técnica Administrativa

Julgue os itens que se seguem, acerca dos estágios da despesa orçamentária.

70 A apuração da quantia exata a ser paga em relação às despesas incorridas por um ente federativo ocorre na fase de pagamento, sendo vedada a adoção de regime de adiantamento com vistas a honrar o pagamento dessas despesas.

E

71 Realiza-se por meio de empenho global a reserva de dotação orçamentária de compromissos decorrentes de despesas contratuais com pagamento sujeito a parcelamento.

C

Um serviço de manutenção de imóveis foi prestado a um ente da Federação no mês de outubro de 2014. Em 31/12/2014, apesar de já ter passado pelas fases de empenho e liquidação, o valor do serviço ainda não havia sido pago ao prestador do serviço.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os próximos itens.

73 Os passivos decorrentes da despesa do ente da Federação compõem sua dívida fluante, cuja prescrição ocorrerá em cinco anos.

ANULADA (gab. Preliminar → C)

74 Trata-se, nesse caso, de uma despesa não processada e cujo valor deve ser inscrito em restos a pagar.

E

CESPE/TRE GO 2015 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

Acerca da despesa pública, julgue os itens subsequentes.

116 Ainda que os serviços contratados pelo poder público não tenham sido prestados ao órgão público interessado até 31 de dezembro de determinado exercício, deve ser feita a inscrição das respectivas despesas em restos a pagar se o prazo de cumprimento da obrigação vencer no exercício subsequente.

C

117 Em consonância com o princípio de competência, despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em restos a pagar, só serão passíveis de apropriação ao resultado quando não houver mais possibilidade de seu cancelamento ou anulação.

E

CESPE/CGE-PI 2015 - Cargo 1: AUDITOR GOVERNAMENTAL – ÁREA: GERAL

De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir, relativos a etapas e estágios das receitas e das despesas públicas.

111 Se o instrumento de contrato for facultativo, a nota de empenho da despesa poderá substituir tal contrato.

ANULADA

Justificativa do CESPE: A afirmação feita no item não encontra respaldo na Lei nº 4.320/1964, citada no seu comando. Por essa razão, opta-se por sua anulação.

No que se refere aos procedimentos de execução orçamentária e financeira e àqueles aplicáveis aos suprimentos de fundos, julgue os itens subsequentes.

126 Da mesma forma que acontece no processo licitatório, a despesa executada por meio de suprimento de fundos deve garantir a aquisição mais vantajosa para a administração pública.

C

CESPE/MPU 2015 - Cargo 1: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Técnico-Administrativo – Especialidade: Atuarial

À luz do disposto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens.

64 As despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento podem ser consignadas na lei orçamentária anual em dotações globais.

E

65 Montante correspondente à anulação de despesas que tenha ocorrido posteriormente ao encerramento do exercício financeiro a que se refere será considerado receita do exercício em curso.

C

CESPE/FUB 2015 - Cargo 1: Contador

No que se refere aos conceitos e às etapas das receitas e despesas públicas e ao processo de execução orçamentária e financeira, julgue os seguintes itens.

99 A nota de empenho de despesa pode representar o instrumento de contrato, se esse instrumento for facultativo.

C

CESPE/ANTAQ 2014 - CARGO 7: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Um técnico administrativo da ANTAQ, no exercício de suas atribuições, viajou por dois dias, em veículo funcional, para apoiar ação de fiscalização. Durante o percurso, o técnico pagou, com recursos próprios, R\$ 80 referentes a serviços de reparos em um pneu que furou. No dia seguinte após o retorno do técnico a sua sede, o ordenador de despesas concedeu um suprimento de fundos ao funcionário, no valor da referida despesa. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, com relação ao suprimento de fundos.

114 Nesse caso, o prazo de aplicação dos recursos do suprimento de fundos não pode exceder noventa dias da data da viagem, bem como o período da prestação de contas não pode ultrapassar trinta dias da data de realização das despesas.

E

115 A concessão de suprimento feita pelo ordenador de despesas foi adequada, uma vez que para esse tipo de despesa, dada a sua urgência, não seria possível aguardar o processamento normal da execução orçamentária.

E

Uma entidade pública realizou a compra de computadores e a entrega dos equipamentos foi devidamente atestada em 31/12/2013. Em virtude de procedimentos internos, o pagamento foi realizado trinta dias após a entrega dos bens. Considerando essa situação hipotética, julgue os próximos itens.

116 Como a realização do pagamento ocorreu em 2014, a referida despesa será registrada como despesa de exercícios anteriores, uma vez que foi liquidada em 2013. Se tal despesa fosse empenhada em 2014, ela seria registrada em restos a pagar.

E

117 Apesar da liquidação da despesa, o estágio do recolhimento da despesa não foi concretizado em virtude do não pagamento ao fornecedor.

E

CESPE/TCDF 2014 - Cargo: Técnico de Administração Pública

Com relação ao suprimento de fundos, restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, julgue os seguintes itens.

94 Suponha que a inscrição de determinada despesa como restos a pagar tenha sido cancelada em decorrência do decurso do prazo prescricional de cinco anos. Nessa situação, se o credor ainda tiver direito ao recebimento dos recursos e vier a reclamá-lo formalmente, o pagamento a que faz jus deverá ser efetuado à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.

C

95 Os valores regularmente inscritos em restos a pagar são excluídos da programação financeira do exercício em que devam ser pagos, por corresponderem a recursos do exercício financeiro anterior.

E

CESPE/TCDF 2014 - Cargo 5: Analista de Adm. Púb. - Especialidade: Serviços Téc. e Adm. – Orientação: Orçamento, Gestão Financeira e Controle

Acerca da despesa pública, julgue os itens que se seguem.

83 No momento da liquidação e do reconhecimento do direito ao recebimento de determinado valor por meio de suprimento de fundos, deve-se debitar a despesa orçamentária efetiva e creditar o passivo circulante.

E

84 É vedada a realização de despesas públicas sem a emissão prévia da nota de empenho.

E

CESPE/TCDF 2014 - Cargo: Auditor de Controle Externo

Em relação às receitas e despesas públicas, julgue os itens subsequentes.

93 Pode ocorrer despesa pública sem a realização de empenho prévio.

C

95 O pagamento de despesas de exercícios encerrados deve, sempre que possível, ser realizado em ordem cronológica.

C

A respeito dos conceitos de contabilidade governamental e dos princípios de contabilidade aplicados ao setor público, julgue os itens a seguir.

121 Se a conta de energia elétrica de determinado órgão público não estiver disponível até o encerramento do exercício, o procedimento contábil correto a ser realizado consistirá em efetuar o empenho no exercício seguinte, após o recebimento da fatura, à conta de despesas de exercícios anteriores.

E

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA IV

Julgue os próximos itens, a respeito da receita e da despesa públicas.

112 Considere a seguinte situação hipotética.

No dia 15 de outubro de determinado ano, o setor de compras de um órgão público adquiriu novas cadeiras para seus servidores, tendo realizado o devido empenho dos recursos. Em função de problemas na produção, o vencedor da licitação informou que as cadeiras seriam entregues apenas no dia 22 de janeiro do ano seguinte. Nessa situação hipotética, a referida despesa, no orçamento subsequente, deverá classificada como restos a pagar processados.

E

113 Caso um funcionário público receba adiantamento em espécie para o financiamento de gastos com viagem a serviço, tal adiantamento deverá ser classificado, sob o enfoque patrimonial, como suprimento de fundos, sendo esse um tipo de despesa com ciclo invertido, em que o pagamento antecede a liquidação.

E

CESPE/ICMBIO 2014 - Cargo 1: Analista Administrativo

A respeito das receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

97 Restos a pagar processados correspondem às despesas que tenham sido empenhadas, mas não foram liquidadas.

E

CESPE/CADE 2014 - Cargo 5: Agente Administrativo

Julgue os próximos itens, relativos às receitas e despesas públicas.

83 O pagamento de restos a pagar representa as saídas para pagamentos de despesas empenhadas em exercícios anteriores.

C

84 As despesas de exercícios anteriores referem-se às despesas de exercícios encerrados, para as quais, à época, o orçamento não consignava crédito próprio, nem havia saldo suficiente no balanço financeiro.

E

No que se refere ao suprimento de fundos e à Conta Única do Tesouro Nacional, julgue os itens subsequentes.

86 O suprimento de fundos é caracterizado como adiantamento concedido ao suprido; contudo, embora possua natureza de despesa orçamentária, não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, visto que, no momento de sua concessão, não ocorre redução no patrimônio líquido.

C

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 1: ADMINISTRADOR – CLASSE A, PADRÃO I

No que se refere às receitas e às despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

83 Considera-se cumprido o estágio da liquidação da despesa assim que se apura a pessoa jurídica a quem se deve pagar determinada importância a fim de extinguir obrigação decorrente do fornecimento de bem ou de serviço a órgão público.

E

JUSTIFICATIVA - O estágio da liquidação somente pode considerar-se cumprido quando se apura, além da pessoa a quem se deve o pagamento, a origem e o objeto do que se deve pagar e a importância exata a se pagar. Fonte: Manual de Despesa Nacional, Portaria Conjunta STN/SOF n.º 3, de 2008, pág. 61.

84 O limite para a definição das despesas de pequeno vulto que podem ser objeto de suprimento de fundos é estabelecido por portaria do ministro da Fazenda, sendo aplicável a todos os demais órgãos do Poder Executivo federal.

C

JUSTIFICATIVA - A responsabilidade do Ministro da Fazenda para a definição mencionada pelo item é dada pelo art. 45, inc. III, do Decreto n.º 93.872, de 1986.

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO – CLASSE A, PADRÃO I

Tendo em vista as normas que regem o orçamento público, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que PPA se refere ao plano plurianual; LDO, à lei de diretrizes orçamentárias; e LOA, à lei orçamentária anual.

74 Se uma operação emergencial demandar o deslocamento de agentes da Polícia Federal para uma região de fronteira internacional, o financiamento dessa viagem deverá ser feito por meio de suprimento de fundos e o pagamento deverá ocorrer antes da liquidação.

E

JUSTIFICATIVA – Mesmo no suprimento de fundos, a despesa deve seguir todas as suas etapas de forma inflexível: empenho, liquidação e pagamento.

81 É possível que determinada despesa de pessoal relativa ao exercício de 2012, cujo pagamento tenha sido exigido por um servidor em 2013, exercício no qual tenha sido empenhada, seja considerada restos a pagar de 2012 e despesa orçamentária de 2013.

E

JUSTIFICATIVA – A despesa refere-se ao exercício de 2012 e foi exigida pelo servidor em 2013. Nessa situação, ela pertencerá à despesa de 2012, mas será empenhada em 2013, na rubrica “despesas de exercícios anteriores”, não se constituindo, portanto, de restos a pagar de 2012, posto que não foi empenhada em 2012, nem inscrita em restos a pagar.

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 13: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com relação aos conceitos técnicos de orçamento, julgue os itens subsecutivos.

96 Suponha que uma escola municipal tenha adquirido, de forma emergencial, uma caixa de lápis e que, dado o valor irrisório da compra, não tenha havido licitação nem emissão da nota de empenho. Nessa situação, a liquidação da despesa terá por base o comprovante da entrega do material.

C

97 Suprimentos de fundos constituem despesas do ponto de vista patrimonial, visto que, no estágio de liquidação, ocorre o registro de um passivo simultaneamente à incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço.

E

98 Para que uma despesa seja reconhecida como de exercícios anteriores, é necessário haver um empenho correspondente, processado durante o exercício a que se refere a despesa.

E

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Julgue os itens a seguir, relativos aos aspectos contábeis e orçamentários do suprimento de fundos.

89 Na sistemática de fatura, a liquidação da despesa deve ser posterior ao lançamento de limite de utilização no cartão de pagamento.

E

90 Ainda que configure um regime de adiantamento, a concessão de suprimento de fundos deve respeitar os estágios da despesa orçamentária pública: empenho, liquidação e pagamento.

C

No que se refere à receita pública e à despesa pública, julgue os itens subsecutivos.

100 Conforme legislação vigente, esgotado o prazo para aplicação dos recursos correspondentes ao suprimento anterior, é vedada a concessão de novo suprimento de fundos a servidor que não tiver utilizado a totalidade dos recursos à sua disposição nem devolvido o saldo não aplicado imediatamente.

E

103 Suponha que, ao final do exercício, determinado serviço não tenha sido prestado pelo contratado, embora o prazo para cumprimento da obrigação ainda estivesse vigente. Nessa situação, o empenho poderá ser mantido para pagamento no exercício subsequente, sem necessidade de reinclusão orçamentária.

C

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

O ordenador de despesas de um órgão público assinou contrato decorrente de licitação, cujo objeto constituía os serviços de terceirização de mão de obra para a manutenção técnica de computadores. A vigência do contrato era de doze meses e a previsão de pagamento de prestações fixas era mensal. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

107 O referido órgão poderá efetuar um único empenho para o pagamento de todas as prestações vincendas no exercício financeiro em curso.

C

CESPE/STF 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com relação às formas e dimensões da intervenção da administração na economia e às funções do orçamento público, julgue os itens seguintes.

90 Caso um servidor, recentemente empossado e competente para exercer a atividade, emita o documento nota de empenho, necessário para a liquidação da folha de pagamento do mês,

sem o devido nome de cada credor, essa operação deverá ser considerada irregular pela auditoria, que terá de emitir recomendação solicitando os ajustes cabíveis.

E

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 1: Administração / Economia

QUESTÃO 48

Assinale a opção correta no que diz respeito aos restos a pagar e aos estágios da despesa.

A O empenho da despesa não liquidada não será cancelado ainda que vencido o prazo para cumprimento da obrigação pelo fornecedor.

B Entre o empenho e a liquidação, ha uma fase intermediaria correspondente ao pré-empenho.

C O pagamento dos restos a pagar esta condicionado aos limites fixados a conta das fontes de recursos correspondentes.

D Os restos a pagar classificam-se como não processados a liquidar caso a inscrição da despesa esteja em processo de liquidação.

E Consideram-se não liquidados os restos a pagar quando a liquidação efetiva ocorrer no exercício seguinte ao de inscrição.

LETRA C

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 5: Ciências Contábeis

QUESTÃO 70

Com relação aos suprimentos de fundos, assinale a opção correta.

A Ha somente uma hipótese para servidor em alcance, ou seja, aquela em que suas contas foram recusadas ou impugnadas em virtude de desvio, desfalque, falta ou ma aplicação de bens ou valores.

B O regime de adiantamento em suprimentos de fundos, aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei, consiste na entrega de disponibilidades financeiras a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria.

C O suprimento de fundos e uma modalidade de despesas que deve ser executada via regime diferenciado de licitações e contratos para maior celeridade na ação a ser desempenhada pelo servidor beneficiado.

D Nos casos de despesas de caráter secreto ou sigiloso, não é possível a atualização de suprimentos de fundos pela sua natureza de elevada transparência e rigor para a prestação de contas.

E O suprimento de fundos é contabilizado e incluído nas contas do ordenador, no momento da concessão, como direito contra o servidor que o tiver recebido.

LETRA B

QUESTÃO 71

A respeito das despesas de exercícios anteriores e dos restos a pagar, assinale a opção correta.

A As despesas empenhadas, liquidadas e pagas até o final do exercício financeiro deverão ser registradas na conta contábil inscrição dos restos a pagar processados.

B O conhecimento e o entendimento dos estágios da despesa pública e essencial a compreensão e a distinção dos restos a pagar processados dos não processados.

C Na hipótese de uma despesa empenhada e liquidada até maio de 20XX não ter sido paga até o final do exercício, deve-se, em 31 de dezembro, registrar contabilmente o passivo e, em seguida, a inscrição do valor não pago na conta restos a pagar processados no subsistema de informações orçamentárias.

D As despesas de restos a pagar com prescrição interrompida, desde que o crédito respectivo não tenha sido convertido em renda, poderá ser paga por dotações de despesas de exercícios anteriores.

E Caso uma despesa não tenha sido inscrita em restos a pagar até o final do exercício, a dívida correspondente não poderá ser paga a conta de dotação consignada no orçamento do exercício seguinte.

LETRA B

CESPE/FUNASA 2013 - ÁREA DE LOTAÇÃO: CELEBRAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONVÊNIOS – NÍVEL IV: ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELLECTUAL – ESPECIALIDADE 3

Julgue os itens a seguir, a respeito de despesa pública, restos a pagar e competência tributária.

63 Se um servidor cujo filho tenha nascido em 12/10/2012 solicitar o auxílio-natalidade em 2013, a despesa gerada pela solicitação configurará restos a pagar.

E

65 Ao emitir uma ordem bancária, o gestor público realizará o estágio da despesa denominado liquidação.

E

CESPE/ANCINE 2013 - Cargo 1: Analista Administrativo Área: I

No que se refere a receita e despesa pública, julgue os itens seguintes.

92 As despesas de exercícios encerrados, ainda que não exista a efetiva discriminação por elemento, poderão ser pagas, desde que haja saldo suficiente para atendê-las.

E

No que se refere a receita e despesa pública, julgue os itens seguintes.

94 O suprimento de fundos é um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas, contudo, não representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, o patrimônio líquido da unidade concedente não é reduzido.

C

CESPE/MPU 2013 - CARGO 8: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Com referência a despesa pública, julgue os itens subsequentes.

73 Segundo o Decreto n.º 93.872/1986, constituirá receita orçamentária a restituição de suprimento de fundos, ocorrida por falta de aplicação, parcial ou total, ou aplicação indevida, se recolhida após o encerramento do exercício.

C

74 Se, em determinado órgão público, for empenhada despesa, em dezembro de 2013, data em que os bens forem entregues, mas com pagamento para janeiro de 2014, essa situação exemplificará os restos a pagar processados.

C

75 A verificação do montante de créditos a serem comprometidos com o fornecedor faz parte do estágio da despesa denominado liquidação.

E

76 Uma das características das despesas de exercícios anteriores é que essas despesas são pagas de acordo com a conta dos créditos do exercício em que tenha ocorrido o fato gerador.

E

A respeito de aspectos das transações no setor público, registros e sistemas contábeis, julgue os itens que se seguem.

88 É permitido emitir uma mesma nota de empenho para reservar crédito orçamentário destinado a diversos pagamentos a serem feitos a credores diferentes.

C

A respeito de receitas, despesas e sistema de apuração de custos no setor público, julgue os próximos itens.

94 O empenho da despesa é o ato emanado da autoridade competente que cria para o Estado uma obrigação de pagamento, sem registro de obrigação no passivo da entidade, no momento da emissão da nota de empenho.

C

95 O total das despesas empenhadas em determinado exercício poderá exceder o valor da dotação orçamentária consignada na Lei Orçamentária Anual (LOA).

C

CESPE/MPU 2013 - CARGO 13: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: PERÍCIA ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Julgue os itens subsecutivos, acerca do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e dos suprimentos de fundos.

119 O servidor que tiver recebido adiantamento por suprimento de fundo será considerado em alcance até a data limite para prestação de contas estabelecida em lei.

E

120 A concessão do suprimento de fundo para realização de despesas poderá ser efetivada por meio de depósito direto em conta bancária; emissão de cheque direto ao portador; cartão de pagamento do governo federal; e retirada direta no caixa da unidade gestora executora.

E

CESPE/TRT 8ª Reg - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

QUESTÃO 35

Acerca de restos a pagar no âmbito do governo federal, assinale a opção correta.

A Não se admite a inscrição de empenho na modalidade estimativa.

B A inscrição de restos a pagar não processados é condicionada à indicação do ordenador de despesas.

C Quando os restos a pagar forem processados, seu pagamento independe do recebimento do material ou serviço.

D O empenho que não for registrado no exercício financeiro de sua inscrição será classificado como não processado.

E Em nenhuma hipótese a validade dos restos a pagar não processados poderá estender-se além de 30 de junho do ano subsequente ao da emissão do empenho.

LETRA B

CESPE/MJ 2013 - Cargo 1: Analista Técnico-Administrativo

A respeito das receitas e despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

93 A anulação de uma despesa em exercício ulterior ao de sua competência deve ser considerada receita, revertendo-se a importância à dotação original, em atendimento aos preceitos da lei complementar que conformou a matéria.

E

94 Todos os empenhos liquidados e não pagos até o dia 31 de dezembro deverão ser inscritos em restos a pagar.

C

95 Inscreve-se como restos a pagar não processados a despesa empenhada referente à ajuda de custo concedida a servidor público, no último dia útil do ano, por autorização formal, para suprir despesas de viagem a ser realizada a partir do primeiro dia útil do ano seguinte.

E

CESPE/MJ 2013 - Cargo 2: ADMINISTRADOR

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2013, consta crédito para o Ministério da Justiça relativo ao início da construção de um prédio, onde será instalada uma nova secretaria do órgão. Há previsão de pagamentos a serem realizados em parcelas durante a execução da obra, que será concluída em 2014.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue os próximos itens, com base na legislação vigente.

85 O empenho para a realização da obra deverá ser realizado na modalidade global.

C

CESPE/MJ 2013 - CARGO 3: CONTADOR

Com relação à receita pública e à despesa pública, julgue os seguintes itens.

103 Os estágios da despesa pública somente serão incorridos quando definido o montante das dotações orçamentárias que cada unidade orçamentária poderá realizar.

C

Com relação aos instrumentos de segurança do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e à despesa de suprimento de fundos, julgue os itens subsequentes.

120 Tratando-se de obras e serviços de engenharia, os limites máximos para cada ato de concessão de suprimento de fundos, tanto por meio do cartão de pagamento quanto mediante depósito em conta-corrente, são idênticos.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Julgue o próximo item, relativo aos tipos de crédito orçamentário e às contas utilizadas na contabilidade pública.

73 O crédito orçamentário concede ao ordenador de despesa o direito de gastar os recursos públicos destinados à sua unidade gestora, mediante emissão de empenho limitado ao valor autorizado.

C

No que concerne à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os próximos itens.

118 De acordo com expressa determinação da Lei n.º 4.320/1964, a realização de empenho constitui estágio da despesa.

C

(gab. preliminar → E)

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 8: CONTADOR

Julgue os itens subsequentes, com relação ao suprimento de fundos.

118 O valor da comprovação da despesa realizada fora do país pelo suprido, em moeda estrangeira, deverá ser convertido em real na data da prestação de contas.

E

119 Como se aplica a casos de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, a concessão de suprimento de fundos não se sujeita aos estágios da despesa orçamentária pública.

E

120 Para as sistemáticas de saques e de fatura, a liquidação da despesa deverá ser anterior ao lançamento de limite de utilização no cartão de pagamento do governo federal.

C

CESPE/MC 2013 - Nível III – Atividades Técnicas de Suporte – Nível Superior – Especialidade 4

As despesas de exercícios encerrados que não se processaram na época própria podem ser pagas ao credor detentor do direito. A respeito desse assunto, julgue os itens subsequentes.

86 As importâncias relativas a multas e créditos da fazenda pública lançados em dívida ativa a partir da data de sua inscrição, mas não cobrados no exercício de origem, devem ser pagos à conta de dotação específica, obedecida a cronologia dos lançamentos contábeis na conta de despesas exercícios anteriores.

E

87 Considere que um prestador de serviço tenha reclamado seu pagamento e que o órgão ao qual ele pertencia já havia cancelado a despesa, que estava inscrita em restos a pagar. Nessa situação, o atendimento ao reclamante poderá ser feito à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores, conforme exigências da lei.

C

88 Para o pagamento dos direitos de credores de exercícios encerrados e legalmente reconhecidos pelo ente público, exige-se a existência de conta de dotação específica consignada no orçamento em ordem cronológica.

E

No que diz respeito aos estágios da despesa pública, julgue os itens que se seguem.

95 O empenho global é permitido para as despesas de contratos que serão executados no exercício financeiro; para os contratos que não atendam a esta condição, o parcelamento da despesa impossibilita a aplicação desse tipo de empenho.

E

96 O valor correspondente ao empenho anulado reverte ao crédito, não podendo ser utilizado para novo empenho ou descentralização no exercício em que ocorreu a anulação.

E

97 Não é permitida, em nenhuma hipótese, a realização de despesas sem a efetuação da nota empenho.

E

CESPE/MC 2013 - Nível V – Atividades de Complexidade Intelectual – Nível Superior – Especialidade 11

Acerca da dívida flutuante e dos restos a pagar, julgue os itens seguintes.

99 Para assegurar a primazia da essência sobre a forma, devem ser inscritos em restos a pagar não processados os empenhos referentes a despesas com diárias, ajuda de custo e suprimento de fundos, sem prejuízo de tais despesas serem consideradas liquidadas no momento da autorização formal do instrumento de concessão.

E

100 Os restos a pagar processados podem ser cancelados pela administração pública, sob a alegação de oportunidade e conveniência, mesmo após o fornecedor de bens e serviços ter cumprido com a obrigação de entregar e fazer.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 1: Analista Administrativo – Área: Administração

No que se refere à despesa pública, julgue os itens de 86 a 89.

86 Se a ANTT, em resposta a necessidades urgentes, tivesse assumido compromissos no fim do ano sem que houvesse tempo hábil para o pagamento das obrigações, nem mesmo para o empenho, os valores em questão deveriam constar, no orçamento do ano seguinte, como despesas de exercícios anteriores.

C

87 Considere que algumas estradas no interior do Brasil tenham sido afetadas por chuvas intensas e que, por essa razão, uma equipe da ANTT tenha sido deslocada para o local com o intuito de realizar uma avaliação da situação. Para financiar os gastos com o descolamento, a ANTT teria procedido a um suprimento de fundos, viabilizado por meio de um Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF). Nessa situação hipotética, a despesa é considerada

despesa orçamentária não efetiva, pois não altera a situação patrimonial da entidade, constituindo apenas fato contábil permutativo.

C

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 4: Analista Administrativo - Área: Ciências Contábeis

No que se refere a receitas e despesas públicas, julgue os itens seguintes.

71 Na fase do empenho da despesa, todos os credores da União recebem o documento denominado nota de empenho, pois não se empenha, simultaneamente, uma despesa para mais de um recebedor de recursos oriundos do caixa único do tesouro.

E

(gab. Preliminar → C)

Justificativa: É possível emitir empenho para mais de um credor. Portanto o item está errado e opta-se pela alteração de seu gabarito.

Julgue os itens a seguir, relativos a receita e despesa públicas.

93 O empenho, ato que cria a obrigação de pagamento para o Estado, é exigido previamente para toda despesa pública.

E

A respeito de programação e execução do Orçamento Público, julgue os itens subsequentes.

102 Uma despesa empenhada, mas não liquidada, até o dia 31 de dezembro, poderá ser registrada em restos a pagar em exercício que não o subsequente ao do empenho.

C

105 A administração pública, no interesse do serviço, poderá conceder um suprimento de fundos, em espécie ou por crédito em conta, a um prestador de serviços, o qual se obrigará a realizar a prestação de contas tão logo seja realizado o gasto.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 9: Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres – Área: Ciências Contábeis

Caso, em uma repartição pública, haja um único servidor, que tenha sob sua guarda o material de expediente de toda a repartição, e esse servidor tenha recebido suprimento de fundos destinado à aquisição de material de expediente, é correto afirmar que

118 o servidor não poderia ter recebido o suprimento de fundos, uma vez que tem sob sua guarda o material que deve ser adquirido.

E

119 o suprimento de fundos não deverá ser contabilizado, pois é recurso destinado a atender a despesas de pequeno vulto.

E

120 o servidor, se fosse declarado em alcance, teria prioridade no recebimento e na gestão de suprimento de fundos para aquisição de material de expediente, na forma de adiantamento.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 16: Técnico Administrativo

Com relação à receita e à despesa pública, julgue os itens seguintes.

88 A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

C

Acerca da Conta Única do Tesouro Nacional e de suprimento de fundos, julgue os itens a seguir.

110 O suprimento de fundos deverá ser contabilizado como despesa efetiva, registrando-se a responsabilidade do servidor e procedendo-se à baixa quando da aprovação da prestação de contas.

C

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 6: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ADMINISTRAÇÃO

Julgue os itens a seguir, referentes à execução orçamentária.

115 Considere que um servidor tenha recebido suprimento de fundos e aplicado esses recursos em finalidade diversa da destinação original. Considere, ainda, que, posteriormente, esse servidor tenha restituído ao órgão, por determinação superior, o valor aplicado indevidamente. Nessa situação, o órgão encarregado da contabilidade deverá registrar a despesa indevida como efetivamente realizada, registrando, também, a receita decorrente da restituição.

E

116 Considere que o Ministério da Saúde tenha registrado em restos a pagar não processados determinado montante destinado ao pagamento de diferença salarial a seus servidores, e que, até 30 de junho do exercício subsequente, o pagamento não tenha sido efetuado. Nesta situação, os restos a pagar perderão sua validade, devendo ser cancelados.

E

117 Considere que determinado ministério tenha registrado, em restos a pagar, empenho de despesa referente ao material de expediente adquirido no último mês do exercício e que, findo o prazo legal, os restos a pagar tenham sido cancelados. Nesta situação, se o fornecedor do material comprovar a entrega dos produtos após o final do exercício seguinte e reclamar o pagamento, a despesa poderá ser contabilizada como despesas de exercícios anteriores.

C

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 11: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

Acerca do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

93 Os restos a pagar são classificados em despesas pagas que não foram empenhadas.

E

Julgue os itens subsequentes, relativos a despesas públicas e dívida passiva.

109 O ordenador de despesas é responsável pelo reconhecimento de obrigação de pagamento de despesas de exercícios anteriores, que deverá preceder a emissão do empenho.

C

110 A utilização da modalidade suprimento de fundos dispensa a emissão do empenho.

E

No encerramento do exercício financeiro de 2012, determinada unidade gestora teve o valor de \$ 1.000 inscrito em restos a pagar, para despesas estimativas com telefonia, entretanto, em fevereiro de 2013, ao receber a fatura, foi verificado que o valor era superior a \$ 2.000. Com base nessas informações e na legislação vigente, julgue os itens seguintes.

119 O valor inscrito em restos a pagar deverá ser cancelado para a elaboração de processo de despesas de exercícios anteriores.

E

120 O empenho inscrito em restos a pagar poderá ser reforçado no valor complementar como forma de possibilitar o seu pagamento.

E

CESPE/MPOG 2013 - temp/Categoria Profissional 3: Técnico de Nível Superior – SPU/UCP

Com relação às receitas e despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

94 O empenho emitido para aluguel do prédio onde funcionará a nova Secretaria de Governo deverá ser realizado na modalidade global e estará sujeito à existência de crédito compatível com a referida despesa na categoria econômica despesa de capital.

E

Julgue os itens subsecutivos, acerca das etapas e estágios da despesa pública.

102 Quando o valor do empenho exceder o montante da despesa realizada, o mesmo será anulado totalmente e outro empenho será emitido em nome do credor no valor suficiente para atender a despesa.

E

Julgue os itens seguintes, acerca dos limites orçamentários e financeiros para registro de suprimento de fundos no cartão de pagamento do governo federal.

116 A concessão de suprimento utilizando-se natureza de despesa diferente do objeto do suprimento de fundos, ainda que regularizada posteriormente, é fato de restrição contábil e apuração de responsabilidade.

C

117 A unidade gestora pode realizar despesas sem a previsão de recursos financeiros que assegurem o pagamento da fatura no seu vencimento, desde que haja autorização prévia do ordenador de despesa.

E

CESPE/DPF 2013/CARGO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL

No que concerne à administração financeira e orçamentária do Estado brasileiro, julgue os itens subsecutivos.

65 O regime de adiantamento denominado suprimento de fundos, uma vez que se destina à realização de despesas que não podem seguir o trâmite normal, prescinde de nota de empenho.

ANULADA

gab. preliminar → E

Justificativa: na redação do item, a relação entre o suprimento de fundos com o empenho e a nota de empenho não ficou objetiva, impossibilitando seu julgamento objetivo, motivo pelo qual se opta por sua anulação.

CESPE/MS 2013/Cargo 5: Contador

Julgue os itens que se seguem acerca do suprimento de fundos na forma de Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF).

92 O valor total do empenho é o valor do limite de utilização lançado no CPGF.

E

93 Após apuração da responsabilidade, o ordenador de despesa ou quem der causa deverá ressarcir ao erário público o valor pago referente a multa e juros por atraso no pagamento da fatura do CPGF.

C

CESPE/ANS 2013/Cargo 3: Analista Administrativo

Com relação às movimentações financeiras na contabilidade governamental, julgue os itens a seguir.

118 Nos casos em que a despesa deverá ser efetuada em caráter sigiloso, é aplicável o procedimento de suprimento de fundos.

C

119 Como regra, o suprimento de fundos deve ser efetuado por meio de depósito em conta corrente do servidor que fará a prestação de contas.

E

Considere que o Ministério da Saúde, atuando como unidade gestora, tenha emitido, para despesas anuais de 2012, os empenhos especificados abaixo.

- despesas com energia elétrica, no valor de R\$ 200,00;
- contratos com empresas de serviços de limpeza, no valor de R\$ 500,00;
- compra de equipamentos permanentes hospitalares, no valor de R\$ 300,00;
- compra de medicamentos, no valor de R\$ 1.000,00;
- despesas com pagamento de médicos e enfermeiros, no valor de R\$ 5.000,00.

Com base nos dados acima e supondo que o total empenhado tenha sido liquidado, julgue os próximos itens.

85 As despesas classificadas como efetivas, segundo a afetação patrimonial, totalizam R\$ 2.000,00.

E

86 Os empenhos que não foram pagos, apesar de liquidados, serão, em 2013, objeto de processo de despesas de exercícios anteriores.

E

CESPE/ANS 2013/Cargo 1: Analista Administrativo

A respeito das etapas da despesa pública, julgue o item abaixo.

111 O processo de fixação da despesa orçamentária é concluído no pagamento, que somente pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa.

E

CESPE/MI 2013 - Cargo 1: Analista Técnico Administrativo

Julgue os itens subsecutivos, referentes a receitas e despesas públicas.

67 Restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício corrente, distinguindo-se as processadas das não processadas.

C

Em relação a despesas públicas, julgue os próximos itens.

71 Os serviços de dívidas a pagar, representados pelos valores referentes à parcela da amortização do principal, correção monetária, juros e outros encargos financeiros, são considerados restos a pagar.

C

72 As despesas a pagar de exercícios encerrados que não foram processadas na época própria e os restos a pagar com prescrição interrompida são casos de despesas de exercícios anteriores.

C

73 O suprimento de fundos pode ser concedido para despesas de pequeno vulto para atender despesas eventuais e com serviços especiais, exceto em casos de viagens.

E

CESPE/MI 2013 - Cargo 4: Administrador

Julgue os itens a seguir, relativos à despesa pública.

113 Suponha que determinada lei preveja vantagem aplicável a determinado beneficiário da previdência social e que esse beneficiário protocole o pedido de pagamento do referido benefício depois de encerrado o exercício financeiro em que ocorreu o respectivo fato gerador. Nessa situação, o pagamento ao beneficiário deverá ser contabilizado como despesas de exercícios anteriores.

C

115 O estágio da fixação da despesa deve preceder obrigatoriamente o estágio do empenho.

C

116 Considere que a vigência de um contrato assinado por um órgão público com determinada empresa se encerre em julho de determinado ano e que, ao final do contrato, ainda haja pagamentos a fazer. Nessa situação, o órgão deverá inscrever o saldo devedor em restos a pagar imediatamente após o término do contrato.

E

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

117 No estágio da liquidação da despesa, devem-se apurar as condições em que determinado bem foi fornecido ou em que determinado serviço foi prestado.

E

CESPE/UNIPAMPA 2013 - Cargo 1: Administrador

No que se refere ao orçamento público, julgue os itens subsequentes.

65 Consideram-se restos a pagar as dívidas não pagas durante o exercício financeiro em que ocorram.

C

CESPE/UNIPAMPA 2013 - Cargo 6: Contador

Julgue os itens subsequentes, relativos à receita e despesa pública brasileira.

69 É vedada a realização de despesa sem prévio empenho, podendo ser dispensada, contudo, a emissão da nota de empenho, caso se trate de despesas com pessoal e dos encargos dela decorrentes.

E

70 Os restos a pagar registrados por exercício são resíduos passivos que integram a dívida pública flutuante.

C

CESPE/SERPRO 2013 - Cargo 16 – Analista – Especialização: Negócios em Tecnologia da Informação

Acerca do orçamento público, julgue os próximos itens.

118 A emissão do empenho na modalidade estimativa, para despesas com serviços de energia elétrica, não dispensa a realização da liquidação anterior ao pagamento.

C

CESPE/MME 2013 - Cargo 2: Analista Financeiro

QUESTÃO 84

A respeito da execução do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social, assinale a opção correta.

A A execução do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social é realizada em quatro estágios: dotação, empenho, liquidação e pagamento.

B Após a suplementação e a liquidação de despesas extraorçamentárias na LOA ocorre o pagamento ao credor pela autoridade competente.

C A partir das dotações autorizadas na LOA (dotação inicial mais créditos adicionais), o Congresso Nacional pode autorizar a execução das despesas por meio de empenho.

D A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor junto ao Estado, mediante a comparação entre o que foi contratado e o que foi efetivamente entregue ou realizado.

E As despesas empenhadas mas não pagas até 31 de agosto são inscritas em restos a pagar.

LETRA D

QUESTÃO 97

Determinado órgão público inscreveu em restos a pagar não processados os empenhos referentes a uma obra de reforma em seu edifício sede. Em 1.º de abril do exercício financeiro subsequente, a obra foi iniciada, mas não concluída até trinta de junho do mesmo ano. Nessa situação hipotética,

A se a obra estiver incluída no PAC, os restos a pagar poderão ser cancelados.

B se a inscrição em restos a pagar for cancelada, o pagamento não poderá mais ser reclamado pelo credor.

C a inscrição em restos a pagar não depende da indicação do ordenador de despesas.

D a Secretaria do Tesouro Nacional não poderá bloquear os saldos dos restos a pagar em virtude do início das obras.

E os restos a pagar permanecem válidos e poderão ser pagos mesmo depois de trinta de junho.

LETRA E

QUESTÃO 98

Assinale a opção correta com relação a despesas de exercícios anteriores.

A A contabilização de despesas de exercícios anteriores decorre da aplicação do regime de caixa das despesas públicas.

B As despesas de exercícios anteriores, quando reconhecidas, devem ser classificadas como despesas extraorçamentárias.

C Tendo sido reconhecida uma despesa de exercícios anteriores, seu pagamento independe de autorização do ordenador de despesas.

D Um empenho considerado insubsistente e anulado no final do exercício somente poderá ser pago se for inscrito em restos a pagar.

E A indicação do ordenador da despesa à época do fato gerador é elemento essencial para o pagamento de despesas de exercícios anteriores.

LETRA E

QUESTÃO 100

A respeito do processo de suprimento de fundos, assinale a opção correta.

- A Excepcionalmente, poderá ser concedido suprimento de fundos a empregado terceirizado.
- B O suprimento de fundos destina-se a despesas permanentes que exijam pronto pagamento.
- C Despesas de caráter sigiloso não podem ser atendidas por meio de suprimento de fundos.
- D As restituições de suprimentos de fundos serão contabilizadas como receitas correntes.
- E É vedada a abertura de conta bancária destinada à movimentação de suprimentos de fundos.

LETRA E

CESPE/MME 2013 - Cargo 3: Gerente de Projeto

QUESTÃO 95

Acerca da despesa pública, assinale a opção correta.

- A A quitação de restos a pagar é exemplo de dispêndio financeiro orçamentário.
- B Na LOA, a esfera orçamentária identifica a estrutura organizacional de determinado ente governamental.
- C Somente poderá ser lançada em restos a pagar a despesa cuja execução tenha alcançado a fase de emissão do empenho.
- D As despesas orçamentárias são classificadas em efetivas e não efetivas, caracterizando-se as primeiras pela simples mutação patrimonial das contas públicas, e as últimas pela diminuição da situação patrimonial de tais contas.
- E A despesa é classificada, por esfera orçamentária, em orçamento fiscal e orçamento de investimento.

LETRA C

QUESTÃO 96

Em relação aos conceitos e estágios da despesa pública, assinale a opção correta.

- A Em caso de restos a pagar, se o valor a ser pago for superior ao valor inscrito, a diferença deverá ser empenhada à conta do orçamento do exercício corrente.
- B O empenho, que impõe ao Estado a obrigação de pagamento, assegura o direito líquido de recebimento por seu credor.
- C Na fase de liquidação, ocorre o efetivo pagamento da despesa.
- D O pagamento da despesa pública ocorre por meio de liberação de ordem de pagamento pelo ordenador da despesa, logo após o término do empenho da despesa.
- E O empenho, que impõe ao Estado a obrigação de pagamento, somente pode ser realizado por valor determinado, ou seja, pelo correto valor devido.

LETRA A

QUESTÃO 98

No que concerne às despesas na forma de suprimento de fundos, assinale a opção correta.

- A Pode-se conceder suprimento de fundos a servidor declarado em alcance.
- B É vedada a utilização de suprimento de fundos para a aquisição de material de escritório, seja qual for o seu valor.

C Legalmente, o pagamento das despesas com suprimento de fundos somente pode ocorrer após o procedimento licitatório.

D Qualquer despesa pode ser paga sob a forma de suprimento de fundos, desde que observados os devidos procedimentos licitatórios.

E Despesas que devam ser feitas em caráter sigiloso podem ser pagas sob a forma de suprimento de fundos.

LETRA E

CESPE/MME 2013 - Cargo 4: Gerente Técnico de Projeto

QUESTÃO 97

Um ministério assinou contrato com instituição privada no exterior para fornecimento de certo bem, mas até o final do exercício financeiro, o referido bem não foi fornecido.

Nesse caso,

A os restos a pagar decorrentes dessa despesa serão anulados em trinta de junho do exercício seguinte.

B o empenho realizado na ocasião da assinatura do contrato terá que ser cancelado.

C a despesa deve ser inscrita em restos a pagar processados.

D a inscrição em restos a pagar será automática no encerramento do exercício financeiro.

E a despesa poderá ser paga, ainda que os restos a pagar sejam cancelados.

LETRA E

QUESTÃO 98

Considerando que X2 representa o ano subsequente ao ano X1, assinale a opção correspondente a despesa que pode ser corretamente contabilizada como despesas de exercícios anteriores ao exercício do ano X2.

A salário-família de filho de servidor nascido em X1, com o requerimento do benefício apresentado em X2

B diferença de remuneração referente aos meses de X2 paga a servidor que foi promovido no exercício de X1

C suprimento de fundos realizado em X1, mas com devolução de saldo não utilizado e prestação de contas efetuada em X2

D parcela de um contrato assinado em X1, referente ao ano X2, para realização de obra em vários exercícios

E compra de equipamento cujo empenho realizado em X1 foi considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício e sem implemento de condição

LETRA A

QUESTÃO 100

Acerca da concessão de suprimentos de fundos nos órgãos públicos, assinale a opção correta.

A O suprimento de fundos pode ser concedido para pagamento de prestações de empréstimo no exterior, quando o servidor estiver em viagem.

B A despesa realizada com suprimento de fundos só será contabilizada quando a prestação de contas for apresentada nos termos regulamentares.

C As despesas com suprimento de fundos serão efetivadas por meio do cartão de pagamento do governo federal.

D Em nenhuma hipótese será concedido suprimento de fundos a servidor que tenha a seu cargo a guarda ou a utilização do material a adquirir.

E A abertura de conta bancária destinada à movimentação de suprimentos de fundos depende de autorização do ministro de Estado competente.

LETRA C

CESPE/MME 2013 - Cargo 6: Assistente Financeiro

QUESTÃO 96

Considerando os requisitos legais e contábeis para enquadramento das despesas em restos a pagar, assinale a opção correta.

A Todas as despesas incluídas em restos a pagar constituem obrigação real do Estado.

B Todas as despesas de exercícios encerrados devem ser inscritas como restos a pagar.

C As diárias e ajudas de custo podem ser inscritas em restos a pagar para pagamento em exercício posterior.

D Os restos a pagar de despesas não processadas constituem as obrigações empenhadas, mas não liquidadas.

E Os restos a pagar de despesas não processadas referem-se àquelas despesas que já passaram pela fase de liquidação, mas ainda não foram efetivamente pagas.

LETRA D

QUESTÃO 97

Com base na definição das despesas de exercícios anteriores para fins de orçamento público, assinale a opção correta.

A Os restos a pagar com prescrição interrompida são inscritos como despesas de exercícios anteriores.

B As despesas com restos a pagar não podem ser inscritas como despesas de exercícios anteriores.

C Uma despesa originada em 2010, mas que tenha sido reconhecida, empenhada e paga em 2013, deverá ser contabilizada como despesa corrente de 2013.

D Dívidas de exercícios anteriores que dependam de requerimento do favorecido prescrevem em vinte anos, contados a partir do ato ou fato que tiver dado origem ao respectivo direito.

E As despesas de exercícios anteriores devem ser pagas até o encerramento do primeiro trimestre do exercício subsequente.

LETRA A

QUESTÃO 99

Assinale a opção correta à luz dos princípios a serem observados na execução da despesa por suprimento de fundos.

- A Qualquer despesa pode ser realizada com recursos de suprimento de fundos.
- B A despesa por suprimento de fundos dispensa a obrigatoriedade de licitação.
- C As despesas relativas à alimentação de ministros de Estado em viagens ao exterior devem ser pagas por suprimento de fundos.
- D Em viagens dentro do país, é vedada a utilização de suprimento de fundos para pagamento de despesas com transportes.
- E A concessão de suprimento de fundos, por ter caráter excepcional, não observa os três estágios da despesa.

LETRA B

QUESTÃO 100

Assinale a opção correta a respeito dos estágios da despesa pública.

- A O empenho ordinário é feito para pagamento, de forma parcelada, de despesa previamente conhecida.
- B Aluguéis e pensões são exemplos de empenho global.
- C Após o empenho, a despesa não pode mais ser cancelada.
- D O empenho cria para o Estado a obrigação de realizar o pagamento do crédito orçamentário.
- E A liquidação da despesa pública consiste no estágio de pagamento do credor.

LETRA B

CESPE/TELEBRAS 2013 - Cargo 6: Especialista em Gestão de Telecomunicações – Ocupação: Analista Superior – Subatividade: Finanças

No que se refere a orçamento público, suprimento de fundos e restos a pagar, julgue os itens que se seguem.

83 No encerramento do exercício, as despesas podem apresentar-se como: empenhadas, liquidadas e pagas; empenhadas, liquidadas e não pagas; e empenhadas, não liquidadas e não pagas.

C

84 A entrega de numerário a servidor para a realização de despesas que não se possam subordinar ao processo normal de licitação caracteriza o emprego de suprimento de fundos.

E

86 As despesas, processadas ou não processadas, empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro podem ser inscritas em restos a pagar.

C

Julgue os itens seguintes, relativos a despesas de exercícios anteriores e conta única do tesouro.

89 Considere que determinado servidor público, cujo filho tenha nascido em outubro de 2012, tenha solicitado o pagamento do salário família mensal somente em janeiro de 2013. Nessa

situação hipotética, o valor devido ao servidor a partir do nascimento de seu filho deverá ser pago como despesa de exercício anterior.

C

90 A diferença entre o valor inscrito em restos a pagar e o valor real a ser pago, se este for maior, deverá ser empenhada em categoria econômica própria, como despesa de exercício anterior.

C

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 3: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

No orçamento público estão dispostas as receitas e as despesas administradas pelo Estado. Com relação a esse assunto, julgue os itens subsequentes.

110 Nenhuma despesa pública pode ser realizada sem o empenho prévio e sem a respectiva nota de empenho, em que se indique o nome do credor, a especificação e a importância das despesas e a dedução do saldo da dotação própria.

E

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Acerca de receita e despesa pública, julgue os próximos itens. Nesse sentido, considere que a sigla LOA, sempre que empregada, refere-se a lei orçamentária anual.

99 Considere que um servidor público tenha sido deslocado às pressas para uma área remota do país, dada a ocorrência de situação de emergência, e que tenha sido necessário realizar o adiantamento de valores em espécie. Nessa situação, quanto ao suprimento de fundos realizado, deverão ser cumpridos os três estágios da despesa — uma vez que se trata de despesa orçamentária —, mas a liquidação só deverá ocorrer após a prestação de contas do servidor.

E

103 Suponha que, no mês de dezembro, a administração tenha adquirido suprimentos de informática que foram entregues somente ao final desse mês, não havendo tempo hábil para o empenho dos recursos destinados ao pagamento do contrato nesse exercício financeiro. Nessa situação, os valores devidos deverão compor os restos a pagar na LOA do ano posterior.

E

CESPE/CNJ 2012 Cargo 13: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

Consoante à despesa pública, julgue os itens subsequentes.

100 Se, próximo ao final do exercício, determinado ente realizar o empenho de despesa, sem tempo hábil para seu pagamento, então os respectivos valores serão, no exercício financeiro imediatamente posterior, classificados como despesas de exercícios anteriores.

E

CESPE/SEGER ES 2012 - Cargo: Analista do Executivo – Área de Formação 1: Administração

QUESTÃO 50

Assinale a opção correta acerca das despesas públicas.

A O pagamento das despesas com consumo de energia elétrica é realizado mediante empenho por estimativa, devendo ser complementado caso o valor empenhado seja insuficiente.

B A execução de obras, incluindo-se a aquisição de imóveis, é classificada, no orçamento público, como despesas com inversões.

C Ao criar reserva de pagamento, o empenho obriga o Estado a executar o crédito orçamentário e a realizar o pagamento aos seus fornecedores ou prestadores de serviço.

D O pagamento de juros e encargos de dívidas classificadas como despesas de capital contribui diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital.

E A liquidação da despesa pública consiste no pagamento do direito adquirido pelo credor, com base em documentos que comprovem o respectivo crédito.

LETRA A

QUESTÃO 52

No que se refere ao suprimento de fundos, assinale a opção correta.

A Conforme legislação do governo do Estado do Espírito Santo sobre a matéria, não se concederá suprimento de fundos ao servidor responsável por três suprimentos e ao servidor que, após noventa dias, não prestar contas de sua aplicação.

B No âmbito do governo do Estado do Espírito Santo, os pagamentos do suprimento de fundos devem ser efetuados mediante ordem bancária, em conta corrente institucional, por meio do SIAFEM, ou na conta bancária do servidor público beneficiado.

C O suprimento de fundos consiste no adiantamento concedido ao servidor, a critério e sob a responsabilidade do ordenador de despesas, com a finalidade de efetuar despesas, que, por sua excepcionalidade, não se subordinam ao processo normal de aplicação, ou seja, ao empenho direto.

D O governo do Espírito Santo permite a concessão de suprimento de fundos para a aquisição de material permanente ou de outra mutação patrimonial classificada como despesa de capital, desde que seja de pequeno vulto.

E As despesas relativas a viagens ao exterior, como as destinadas a alimentação e hospedagem, devem ser pagas por meio de suprimento de fundos.

LETRA C

QUESTÃO 53

A respeito dos restos a pagar no orçamento público, assinale a opção correta.

A A prescrição relativa ao direito do credor ao recebimento de restos a pagar ocorre em dez anos, contados a partir da data de inscrição, independentemente de atos judiciais.

B Os restos a pagar são as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente.

C Os restos a pagar de despesas processadas referem-se às despesas cujo empenho, embora legalmente emitido, depende ainda da fase de liquidação.

D As despesas com restos a pagar com prescrição interrompida não poderão ser pagas no orçamento subsequente, ainda que o orçamento respectivo tenha consignado crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las.

E Os restos a pagar de despesas não processadas correspondem aos restos de despesas cujo empenho tenha sido entregue ao credor, que, por sua vez, já tenha fornecido o material, prestado o serviço ou executado a obra, tendo sido as despesas consideradas liquidadas e aptas ao pagamento.

LETRA B

QUESTÃO 54

Considerando que o orçamento anual consigna dotação específica destinada a fazer face aos pagamentos de despesas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros já encerrados, assinale a opção correta.

A O governador está proibido de contrair, no último ano do seu mandato, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.

B As despesas de exercícios anteriores serão classificadas, no orçamento público, como elemento de despesa denominado gastos públicos de orçamentos passados.

C Pode ser enquadrada como despesa de exercício anterior a despesa relativa ao exercício encerrado no qual se tenha consignado crédito próprio com saldo suficiente para atendê-la, mas que não tenha sido processada na época própria.

D Os compromissos decorrentes de obrigação de pagamento criada em virtude de lei e reconhecida após o encerramento do exercício serão considerados despesas novas, devendo constar no orçamento do exercício financeiro em vigor.

E O ordenador de despesa do exercício anterior é autoridade competente para, por meio de pronunciamento expresso, reconhecer a dívida que será paga no exercício corrente.

LETRA C

CESPE/SEGER ES 2012 - Cargo: Analista do Executivo – Área de Formação 2: Ciências Contábeis

QUESTÃO 54

No que se refere a suprimento de fundos, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores, conta única do Tesouro Nacional e tomadas e prestações de contas, assinale a opção correta.

A O controle externo é exercido pelo Ministério da Fazenda em conjunto com o Tribunal de Contas da União, com o objetivo de apreciar as contas prestadas anualmente pelo presidente da República.

B O pagamento de restos a pagar e das restituições de cauções correspondem às despesas orçamentárias previstas no orçamento da entidade pública.

C Não é permitido constituir suprimento de fundos para realizar despesas que podem ser submetidas ao processo normal de aplicação.

D Uma despesa realizada no ano X1, cujo pagamento tenha sido exigido pelo beneficiário somente no ano X2, deve ser computada no orçamento do ano X1 como despesa retroativa de exercícios anteriores.

E As disponibilidades de caixa da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e dos órgãos ou entidades do poder público e das empresas por ele controladas devem ser necessariamente depositadas no Banco Central.

LETRA C

QUESTÃO 62

A finalidade da liquidação da despesa é apurar

A a nota de empenho ou documento de efeito equivalente e o documento fiscal pertinente.

B a origem e o objeto do que deve ser pago, o valor exato a pagar e a quem deve ser pago o valor para extinguir a obrigação.

C os comprovantes da entrega do material ou da prestação dos serviços, podendo ser um recibo apostado ao próprio documento fiscal.

D a dotação orçamentária prevista no orçamento para o exercício financeiro vigente.

E as cláusulas do contrato que norteiam a realização do serviço ou fornecimento do bem.

LETRA B

CESPE/TCDF 2012 - Procurador do Ministério Público

Acerca das normas jurídicas que regem a atividade financeira estatal, cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

48 Um município empenhou e liquidou R\$ 2,5 milhões, referentes à aquisição de vacinas e medicamentos, mas não efetuou o respectivo pagamento no exercício financeiro. Isso pode contribuir para aumentar a dívida flutuante do município.

C

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

No que se refere a suprimento de fundos e sua regulamentação, julgue os itens subsecutivos.

100 Ao conceder o suprimento de fundos, a autoridade competente determinará a emissão do empenho ou fará referência ao empenho estimativo, solicitando que uma cópia da nota de empenho seja anexada à proposta de concessão de suprimento.

C

101 O prazo máximo para aplicação do suprimento de fundos será de até sessenta dias, a contar da data do ato de concessão do suprimento de fundos, e não ultrapassará, em hipótese alguma, o término do exercício financeiro.

E

102 No ato em que autorizar a concessão de suprimento, a autoridade ordenadora fixará o prazo da prestação de contas, que deverá ser apresentada dentro dos trinta dias subsequentes do término do período de aplicação.

C

103 O fracionamento da despesa não se caracteriza pela mesma classificação contábil em qualquer dos níveis, mas por aquisições de mesma natureza física e funcional. Um indício de fracionamento é a concessão de suprimento de fundos a vários supridos simultaneamente.

C

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 10: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

Com relação ao disposto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens a seguir.

120 No registro dos restos a pagar, dadas as limitações operacionais para a discriminação das despesas em processadas e não processadas, dispensa-se a distinção quanto às características da despesa não paga, sendo exigido apenas o registro contábil agregado.

E

CESPE/INPI 2012 - Cargo 9 - ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Classe A, Padrão I) – ÁREA: GESTÃO FINANCEIRA (A3)

Com relação à despesa pública, julgue os itens a seguir.

107 Considere que, após a realização de empenho para a compra de suprimentos de informática, tenha sido constatado que a empresa contratada não entregara os equipamentos no prazo e condições estabelecidos. Nessa situação hipotética, o gestor público não poderá solicitar o cancelamento do empenho, que será mantido até que possa ser devidamente liquidado.

E

108 Suponha que determinado órgão público tenha contratado no mês de novembro uma empresa para restaurar parte da fachada do edifício onde funcionam suas instalações. Os serviços foram concluídos em dezembro e as etapas de empenho e liquidação da despesa foram concluídas antes do término do exercício financeiro. Se essa despesa não for paga até o final do exercício, ela comporá os restos a pagar processados no próximo exercício financeiro.

C

109 Uma despesa que tenha sido empenhada e liquidada, cujo pagamento não tenha ocorrido no próprio exercício financeiro, deverá compor, no orçamento seguinte, as despesas de exercícios anteriores.

E

110 Quando a prestação ocorre em regime de urgência, tendo sido empenhado o recurso necessário para o pagamento de um serviço, a liquidação não é necessária, sendo, então, imediatamente executado o pagamento.

E

No que concerne à receita e despesa públicas, julgue os itens a seguir.

120 Os restos a pagar são despesas orçamentárias que foram liquidadas sem serem devidamente empenhadas durante o exercício, constituindo, assim, obrigações financeiras integrantes da dívida flutuante.

E

CESPE/ ANP 2012 - PERFIL 2 : ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA II

Acerca do orçamento público e de restos a pagar, julgue os itens subsequentes.

76 Diferenciam-se os restos a pagar processados dos não processados pela existência, ou não, do empenho da despesa.

E

CESPE/ ANP 2012 PERFIL 4 : ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA IV

Em relação às despesas públicas, julgue os próximos itens.

109 A concessão de suprimento de fundos deve ser precedida do empenho da referida despesa, sendo vedada a concessão ao servidor público responsável por dois adiantamentos pendentes de prestação de contas.

C

110 O ato do pagamento encerra a fase de liquidação da despesa.

E

111 Na fase do empenho, a despesa pública torna-se uma obrigação do ente público, uma vez que consiste no comprometimento de parcela do orçamento com uma determinada despesa.

C

CESPE/TRE-MS 2012 - Cargo 3: Analista Judiciário - Área: Administrativa

QUESTÃO 55

Característica marcante da economia das últimas décadas é o crescente aumento das despesas públicas, situação observada não somente em países nos quais o Estado é o grande agente econômico, mas também nos Estados capitalistas avançados de economia de mercado. Acerca das despesas públicas, assinale a opção correta.

A Os direitos de credores de despesas em restos a pagar prescrevem no dia 31 de dezembro do ano subsequente ao da inscrição.

B Na atualidade, as despesas de exercícios anteriores referem-se somente à categoria de custeio.

C As categorias econômicas da despesa orçamentária incluem as despesas correntes, que compreendem as que contribuem para a concessão de empréstimo, a aquisição de produtos para revenda e a amortização de dívidas.

D De acordo com a categoria das despesas por programas, os planos plurianuais funcionam como unidades de integração entre o planejamento e o orçamento, organizados por um conjunto articulado de ações, que seriam os projetos, atividades e operações especiais.

E Como estágio da despesa, a liquidação se refere à emissão da ordem de pagamento e ao pagamento propriamente dito.

LETRA D

CESPE/CAPES 2012 - Cargo 4: Analista em Ciência e Tecnologia Júnior I – Formação: Contabilidade

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsequentes, acerca de orçamento e a contabilidade pública.

88 O suprimento de fundos, destinado à realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, necessita de prévio empenho na dotação própria.

C

CESPE/TJAC 2012 - Cargo 5: Contador

Acerca do ciclo orçamentário, julgue os itens subsequentes.

81 Os restos a pagar são despesas extraorçamentárias que não foram pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as fundadas das flutuantes.

E

Julgue os itens seguintes, acerca da execução da gestão pública.

84 O pagamento de despesa orçamentária só será efetuado após sua regular liquidação.

C

Acerca do orçamento público e da contabilidade governamental, julgue os itens a seguir.

91 O valor inscrito em restos a pagar inferior ao valor da despesa, os restos a pagar com prescrição interrompida e as despesas oriundas de exercícios encerrados e não processados na época própria configuram despesas de exercícios anteriores.

C

No que se refere às demonstrações contábeis, ao suprimento de fundos e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, julgue os próximos itens.

96 Não será concedido suprimento de fundo a servidor que já responde por um adiantamento.

E

CESPE/TJAC 2012 - Cargo 7: Técnico em Administração

Em referência ao orçamento público, julgue os itens de 106 a 110.

109 As despesas realizadas por meio do suprimento de fundos devem seguir o procedimento normal da elaboração do processo licitatório no que tange à previsão dos itens a serem adquiridos.

E

CESPE/ANAC 2012 - Cargo 2: Analista Administrativo – Área 2

Julgue os próximos itens, relativos às despesas públicas.

77 Os empenhos em restos a pagar, por serem resultantes de compromissos assumidos em exercícios anteriores, classificam-se em despesas de exercícios anteriores.

E

78 Um exemplo de dívida fundada são os encargos da dívida externa brasileira.

C

79 Um exemplo de liquidação de despesa de capital consiste na emissão de uma ordem bancária a uma agência de veículos, como forma de pagamento pelo fornecimento de ambulâncias ao poder público.

E

80 A prescrição dos restos a pagar é quinquenal e esse prazo é contado a partir da realização da inscrição dos restos a pagar.

C

A respeito do registro e controle das receitas e despesas públicas, julgue os itens seguintes.

91 Excetuando-se os restos a pagar não processados, reconhece-se a despesa orçamentária no momento de sua liquidação.

C

92 O empenho é etapa obrigatória da realização de despesas públicas.

E

CESPE/ANATEL 2012 - Cargo 1: Analista Administrativo

A respeito das receitas e das despesas no orçamento público, julgue os itens a seguir.

97 Os restos a pagar com prescrição interrompida, assim considerada a despesa cuja inscrição em restos a pagar tenha sido cancelada quando ainda estava em vigor o direito do credor, serão consignados como despesas de exercícios anteriores.

C

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Especialidade: Administrador

QUESTÃO 59

59 Determinada unidade gestora do governo federal emitiu um empenho para realização de serviços com pessoa jurídica em outubro de 2011. A execução e a liquidação dos serviços ocorreram apenas em novembro de 2011. No entanto, em razão da falta de recursos financeiros, o pagamento deixou de ser realizado naquele exercício financeiro.

De acordo com essa situação hipotética, em 2012, essa despesa deverá ser

A objeto de um processo de despesas de exercícios anteriores.

B paga por intermédio de suprimento de fundos.

C inscrita em restos a pagar processados.

D cancelada.

E inscrita em restos a pagar não processados.

LETRA C

QUESTÃO 60

60 De acordo com a Lei n.º 4.320/1964, o regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidas em lei e, no âmbito federal, esse regime será

A sempre precedido de empenho na dotação própria.

B sempre entregue em espécie ao agente suprido.

C ilimitado para despesas de pequeno vulto que exijam pronto pagamento.

D contabilizado, no momento de sua concessão, como despesa realizada na conta do agente suprido.

E concedido, preferencialmente, a servidor que tenha a seu cargo a guarda ou a utilização do material a adquirir.

LETRA C

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 8: Analista Judiciário – Especialidade: Contador

QUESTÃO 38

38 O art. 68 da Lei n.º 4.320/1964 fixa as características e os requisitos do suprimento de fundos. Tendo como referência esse dispositivo legal, é correto afirmar que o suprimento de fundos

A somente poderá ser feito a servidor e beneficiários dos programas de governo.

B dispensa prévio empenho na dotação própria, devido à necessidade de celeridade na execução do gasto.

C consiste na entrega de numerários ou precatórios aos servidores.

D é aplicável aos casos de despesas extraordinárias não previstas em lei.

E destina-se a realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

LETRA E

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 2: Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

A respeito do orçamento público brasileiro, julgue os itens a seguir, com base nas disposições da Lei n.º 4.320/1964.

91 A emissão da ordem de pagamento caracteriza o estágio de liquidação da despesa.

E

Julgue os itens seguintes, a respeito de receitas e despesas públicas.

99 O registro dos restos a pagar deve ser feito por exercício e por credor, não havendo distinção entre despesas processadas e não processadas.

E

100 Os restos a pagar, assim como os serviços da dívida a pagar, integra a dívida flutuante.

C

CESPE/TRT 10ª Região 2012– Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Em relação a despesas orçamentárias, julgue os itens seguintes.

97 A inscrição em restos a pagar é feita na data do encerramento do exercício financeiro da nota de empenho e sua baixa contábil ocorrerá após cinco anos, contados a partir da data da inscrição.

E (gab. Extraoficial)

98 Não é possível o pagamento de despesas não processadas na época própria pela rubrica despesas de exercícios anteriores, ainda que haja crédito no respectivo orçamento e saldo suficiente para atendê-las.

E (gab. Extraoficial)

Julgue o item abaixo, relativo ao regime de adiantamento de fundos.

103 O regime de adiantamento não é permitido ao servidor em alcance – cuja gestão de recursos financeiros apresentou-se anormal em tempo passado – nem ao servidor responsável por mais de um adiantamento.

E (gab. Extraoficial)

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 1: Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Julgue os itens subsequentes, relativos a despesa pública no Brasil.

102 Os empenhos que corram a conta de créditos com vigência plurianual e que não tenham sido liquidados só devem ser computados como restos a pagar no último ano de vigência do crédito.

C

103 Para o atendimento das despesas decorrentes de compromissos gerados em exercícios anteriores já encerrados, prescinde-se de dotações orçamentárias específicas.

E

CESPE/TJ RR 2012 - Cargo 1: Administrador

Com relação à execução orçamentária e financeira do orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

108 A modalidade de crédito adicional denominada crédito suplementar deve ser autorizada e aberta mediante decreto executivo.

E

110 É vedada a realocação, mediante créditos suplementares, de recursos que fiquem sem despesas correspondentes decorrente de veto.

E

A respeito de despesa pública, julgue os itens que se seguem.

114 Os restos a pagar não processados são válidos até 31 de dezembro do exercício subsequente, momento em que são automaticamente cancelados.

C

115 O servidor público poderá receber até cinco suprimentos de fundos simultaneamente, desde que esteja desenvolvendo em continuidade um mesmo projeto ou programa.

E

CESPE/TJ RR 2012 - Cargo 4: Contador

Acerca de elaboração, acompanhamento e fiscalização do orçamento público, julgue os itens subsequentes, considerando a legislação aplicável.

83 Os restos a pagar com prescrição interrompida que forem pagos em determinado exercício devem ser computados como despesa orçamentária.

C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo : AUDITOR

Acerca do orçamento público e de restos a pagar, julgue os itens seguintes.

101 O prazo de validade de uma despesa que não seja liquidada no exercício em que ocorra o empenho encerra-se em 31 de dezembro do ano subsequente ao da sua inscrição em restos a pagar.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo : AUDITOR

Considerando os recursos técnicos e mecanismos de planejamento e execução do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

113 A liquidação, último estágio da despesa pública, somente ocorre depois de concluídos todos os estágios anteriores.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 1: Auditor de Controle Externo – Área: Auditoria Governamental

Em relação às classificações de receita e despesa, julgue os itens a seguir.

138 Não tendo sido processadas a época prevista, as despesas de exercícios encerrados para as quais tenha havido previsão orçamentária e saldo suficiente não poderão ser pagas a conta de exercícios anteriores, mesmo que seja respeitada a categoria econômica das despesas.

E

139 Suprimentos de fundos correspondem às despesas que, por sua natureza ou urgência, devem ser realizadas sem que haja o processo normal de execução orçamentária, sendo vedada a concessão de suprimento para servidor que tenha ao seu cargo a guarda ou utilização do material a adquirir, salvo quando não houver outro servidor na repartição.

C

Em relação a suprimento de fundos e despesas de exercícios anteriores, julgue os próximos itens.

155 O reconhecimento pelo ordenador de despesa, após o encerramento do exercício financeiro, de obrigação de pagamento criada em virtude de lei permite o seu empenho como despesas de exercícios anteriores, emitido em grupo de natureza de despesa específico para esse tipo de despesa.

E

156 Caso seja constatada, em unidade gestora do governo federal, ao final do prazo de aplicação, a existência de saldo não aplicado em poder do agente suprido, o respectivo valor deverá ser recolhido à Conta Única do Tesouro Nacional, por intermédio de guia de recolhimento da União.

C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 2: Auditor de Controle Externo – Área: Ciências Contábeis

Com relação aos conceitos de despesa pública, julgue os itens que se seguem.

159 Se a inscrição de determinada despesa em restos a pagar for cancelada, ela somente poderá ser paga, no futuro, à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.

C

160 Se determinado suprimento de fundos for concedido no regime especial de execução, então o respectivo cartão de pagamentos poderá ser utilizado na modalidade de saque.

C

162 Se determinado hospital público assinar contrato com empresa sediada no exterior para o fornecimento de equipamento de ressonância magnética e, até o final do exercício em que o contrato tenha sido assinado, o equipamento ainda não tiver sido fornecido, os recursos correspondentes a essa compra não poderão ser inscritos em restos a pagar.

E

CESPE/TRE-RJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Acerca da classificação de receitas e despesas públicas, julgue os Itens que se seguem.

96 É finalidade do suprimento de fundos atender as despesas que não possam aguardar o processo normal, porém, é vedada a sua realização sem prévio empenho.

C

Com relação a restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, julgue os itens subsequentes.

98 As despesas realizadas pelos municípios a partir de maio de 2012 poderão ser inscritas em restos a pagar no final do ano, desde que tenham sido liquidadas até o encerramento do exercício financeiro.

E

99 Caso, durante o exercício financeiro de 2012, sejam reconhecidas dívidas resultantes de compromissos assumidos em 2011, deve-se utilizar de dotação, no exercício corrente, para a emissão do empenho correspondente.

C

100 Caso o valor real da despesa seja inferior ao valor inscrito para atendê-la em restos a pagar não processados, o saldo existente será anulado sem que seja revertido à dotação orçamentária do exercício financeiro.

C

CESPE/TJAL-2012 - Cargo 7: Analista Judiciário Especializado – Área: Contabilidade

38 - Determinada unidade gestora apresentou os seguintes saldos, em R\$, ao final do exercício financeiro de 2011.

provisão recebida	200,00
empenhos emitidos	150,00
pagamentos realizados	100,00
empenhos liquidados	130,00

Com base nas informações acima, assinale a opção correta.

A O saldo empenhado a liquidar foi de R\$ 50,00.

B O valor inscrito em restos a pagar processado foi igual a R\$ 50,00.

C O crédito disponível em 31/12/2011 foi de R\$ 100,00.

D O valor a ser inscrito em restos a pagar não processados para o exercício seguinte foi de R\$ 20,00.

E O saldo que poderia dar origem a processo de exercícios anteriores foi de R\$ 30,00.

LETRA D

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS/2012 - Analista Legislativo - Técnico em Material e Patrimônio

Considere que os seguintes eventos tenham sido registrados em uma entidade durante determinado exercício financeiro.

Em janeiro, foi registrada a aprovação da lei orçamentária anual, com a previsão da receita e a fixação da despesa no valor de R\$ 400.000,00.

Em fevereiro, foram arrecadados impostos no valor de R\$ 80.000,00.

O valor do empenho de despesas de pessoal foi de R\$ 60.000,00.

Em conformidade com as regras relativas à execução do orçamento dispostas na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens subsequentes com base nas informações apresentadas.

83 A despesa de pessoal só poderá ser liquidada após o seu efetivo pagamento.

E

84 No momento em que a despesa de pessoal for empenhada, será criada uma obrigação de pagamento para o Estado, pendente ou não de implemento de condição.

C

85 Como se trata de despesa de pessoal — de caráter interno à entidade, portanto —, essa despesa pode ser realizada sem prévio empenho.

E

De acordo com o disposto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens que se seguem, a respeito do regime de adiantamento.

89 Poderá ser feito adiantamento a servidor responsável por outros dois adiantamentos, desde que esse servidor não esteja em alcance.

E

90 A despesa deve ser expressamente definida em lei e precedida de empenho na dotação própria.

C

CESPE/TCU 2012 - Técnico Federal de Controle Externo

O suprimento de fundos refere-se aos adiantamentos para despesas de pequeno vulto no âmbito da administração pública. A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

76 O cartão de pagamento do governo federal, instrumento de pagamento emitido em nome da unidade gestora, poderá ser utilizado na aquisição de materiais e contratação de serviços enquadrados como suprimento de fundos.

C

77 O servidor responsável por três suprimentos de fundos é obrigado a prestar contas de suas aplicações, procedendo-se, automaticamente, à tomada de contas se não o fizer no prazo assinalado pelo ordenador da despesa, sem prejuízo das penalidades administrativas.

E

78 Para garantir agilidade da gestão pública, o ordenador de despesas providenciará abertura de conta bancária destinada à movimentação de suprimentos de fundos.

ANULADA

(gab Preliminar era E)

O fato de o item não contemplar a exceção contida no Decreto nº 6.370/2008 prejudicou seu julgamento objetivo. Dessa forma, opta-SE se pela anulação.

Acerca das despesas públicas, julgue os itens de 90 a 95.

90 Simultaneamente a uma despesa pública empenhada, será registrado um passivo financeiro. Com isso, a receita que permaneceu no caixa na abertura do exercício seguinte estará comprometida com o empenho que foi inscrito em restos a pagar.

C

91 O pagamento, terceiro estágio da despesa pública, consiste na averiguação do direito adquirido pelo credor com base em títulos e em outros documentos que comprovem o respectivo crédito, resultando na extinção da obrigação do Estado com o fornecedor.

E

92 O empenho é o primeiro estágio da despesa pública e dá origem ao processo de restos a pagar, pois cria para o Estado a obrigação do desembolso financeiro.

E

93 Os restos a pagar correspondem às despesas de exercícios anteriores fixadas no orçamento vigente, decorrentes de compromissos assumidos em exercícios financeiros anteriores àquele em que deva ocorrer o pagamento.

E

94 O empenho ordinário é utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado; já o empenho estimativo aplica-se às despesas cujo montante não se pode determinar previamente.

C

CESPE/EBC 2011 - Cargo 9: Analista de Empresa de Comunicação Pública – Atividade: Contabilidade

Julgue os itens subsequentes, que tratam das receitas e despesas públicas.

76 Para as despesas com publicações de editais, os estágios de liquidação e pagamento precederão a emissão da nota de empenho.

E

77 Consoante o manual de procedimentos orçamentários da STN, o estágio da licitação faz parte da etapa de planejamento da despesa orçamentária.

C

Acerca do suprimento de fundos na administração pública federal, julgue os itens a seguir.

81 O valor do suprimento de fundos concedido a servidor declarado em alcance é limitado em R\$ 4.000,00.

E

82 A concessão de suprimento de fundos objetiva atender despesas eventuais, de caráter sigiloso ou de pequeno vulto, o que não dispensa o empenho prévio da despesa.

C

Julgue os próximos itens, relativos a restos a pagar.

83 Todos os empenhos que, ao final do exercício financeiro, não forem liquidados, deverão ser cancelados para que seja evitada a sua inscrição em restos a pagar.

E

84 O pagamento das despesas de 2010 inscritas em restos a pagar processados dependerá do requerimento da empresa fornecedora do material ou serviço, o que dará origem ao seu processo de reconhecimento da dívida de exercícios anteriores.

E

CESPE/MPE-PI 2011- Cargo 7: Analista Ministerial – Área: Orçamento

Acerca de receita e despesa públicas, julgue os itens de 58 a 51.

60 Em casos especiais previstos na legislação específica, a emissão do empenho pode ser dispensada exclusivamente por ato do titular da pasta em que a despesa for realizada.

E

Acerca de receita e despesa pública, julgue os itens subsequentes.

81 No encerramento de um exercício, as despesas orçamentárias podem apresentar-se nas seguintes situações: empenhadas, liquidadas e pagas; empenhadas, liquidadas e não pagas; e empenhadas, não liquidadas e não pagas.

C

83 As despesas com restos a pagar com prescrição interrompida podem ser pagas por dotação de despesas de exercícios anteriores, desde que o crédito respectivo tenha sido convertido em renda.

C

84 O suprimento de fundos, por ser uma modalidade de despesa corrente não subordinada ao processo normal de aplicação das demais despesas, dispensa prévio empenho na dotação própria.

E

CESPE/AL CE 2011 - Cargo 1: Analista Legislativo – Administração

Com relação a restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, julgue os itens a seguir.

76 O gestor público que receba, em 2011, requerimento de funcionário relativo a compromisso ocorrido após o encerramento do exercício financeiro poderá reconhecê-lo, desde que seu valor tenha sido inscrito em restos a pagar em 2010.

E

77 Do empenho estimativo de R\$ 10.000,00, emitido em janeiro de 2010 para o atendimento de despesas com telefonia celular, foram liquidados e pagos, durante o ano, R\$ 6.000,00 e R\$ 4.000,00, respectivamente. Nessa situação, no encerramento do exercício financeiro de 2010, deve ter sido inscrito em restos a pagar processados e não processados o valor total de R\$ 6.000,00.

C

A respeito de receita e despesa públicas, julgue os itens que se seguem.

78 É dispensável a emissão prévia de empenho para a concessão de suprimento de fundos, em razão de esses recursos serem destinados a gastos públicos que não se subordinam ao processo normal de execução da despesa.

E

79 É dispensável o cumprimento do estágio de liquidação para o pagamento de despesas decorrentes de processos de despesas de exercícios anteriores.

E

CESPE/AL CE 2011 - Cargo 3: Analista Legislativo – Ciências Contábeis

Acerca do regime de adiantamento denominado suprimento de fundos, julgue os itens seguintes.

77 O procedimento de concessão de suprimento de fundos por meio de limite de utilização do cartão deverá ser repetido integralmente a cada nova concessão.

C

78 No âmbito do governo federal, os órgãos não poderão movimentar suprimento de fundos por meio de conta bancária, ainda que comprovada a impossibilidade da utilização de cartão de pagamento.

E

CESPE/TCU 2009/ Cargo 4: Técnico Federal de Controle Externo – Área: Apoio Técnico e Administrativo – Especialidade: Técnica Administrativa

Com base na legislação e nas práticas atinentes a suprimento de fundos, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores e rol de responsáveis, julgue os itens que se seguem.

85 De acordo com a legislação federal, a inscrição de despesas em restos a pagar é válida até o encerramento do exercício financeiro seguinte, mas, nos termos da legislação civil, os direitos dos respectivos credores só prescrevem cinco anos depois.

C

86 O atendimento de despesas de exercícios anteriores poderá ser feito mediante a reabertura de créditos adicionais, desde que aprovados nos quatro últimos meses do exercício antecedente.

E

87 Serão arrolados como responsáveis nos processos de contas os titulares e seus substitutos durante a gestão de que tratam as contas, mas, nos casos de delegação de competência, a responsabilidade se transfere exclusivamente à autoridade delegada.

E

CESPE/ANTAQ 2009 - Cargo 8: Analista Administrativo – Especialidade: Ciências Contábeis

Com relação às receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

87 O cartão de pagamento do governo federal é um instrumento de pagamento emitido em nome do servidor beneficiário, operacionalizado pela instituição financeira onde esse servidor tiver conta, podendo o cartão ser utilizado por outro servidor, desde que com a mesma finalidade e para o mesmo período.

E

88 Considere que o relatório resumido da execução orçamentária do governo federal tenha registrado, em 31 de dezembro de 2008, R\$ 17,6 bilhões de restos a pagar não processados referentes aos últimos exercícios, ainda não pagos. Nessa situação, esse valor se justifica por meio de despesas autorizadas, referentes a serviços que ainda não foram prestados, materiais ainda não entregues ou obras ainda não concluídas, ou a credores que ainda não se habilitaram devidamente, entre outras situações similares.

C

89 Suponha que, na execução de um contrato, firmado nos últimos quatro meses do exercício, tenha havido divergência na aplicação de suas cláusulas entre a administração e a empresa contratada. O empenho correspondente foi cancelado, revertendo-se o crédito à respectiva dotação, cujo saldo foi baixado ao final do exercício. Nesse caso, esclarecida a situação, no exercício seguinte, e reconhecido o direito do credor, a administração deverá quitar a obrigação à conta de despesas de exercícios anteriores.

C

CESPE/ANTAQ 2009 - Cargo 10: Analista Administrativo – Qualquer Área de Formação

Com relação às despesas públicas, julgue os próximos itens.

80 A responsabilidade pela aplicação do suprimento de fundos, após sua aprovação na respectiva prestação de contas, é da autoridade que o concedeu.

C

81 Despesas de exercícios anteriores constituem-se em modalidade de dívida pública flutuante e são registradas por exercício e por credor.

E

Determinada unidade gestora da administração direta do governo federal, ao final do exercício financeiro de 2008, havia recebido a provisão anual no valor total de R\$ 100.000,00. Do total provisionado, empenhou R\$ 90.000,00 e liquidou o valor de R\$ 70.000,00 do total empenhado. Realizou, ao longo do exercício financeiro de 2008, pagamentos no valor total de R\$ 60.000,00, dos quais R\$ 30.000,00 foram relativos a restos a pagar processados do exercício financeiro de 2007. Não houve anulação de empenhos no exercício de 2008. Com base nos dados hipotéticos apresentados no texto acima, julgue os seguintes itens.

85 O valor de restos a pagar processados/2008 será de R\$ 40.000,00.

C

86 O valor de restos a pagar não processados/2008 será de R\$ 10.000,00.

E

87 Para o exercício financeiro de 2009, o valor de despesas de exercícios anteriores será de R\$ 30.000,00.

E

CESPE/TCU 2008 - ACE: Auditoria Governamental

O TCU tem mostrado preocupação com o acompanhamento e o controle das contas referentes a restos a pagar, em virtude do expressivo volume de recursos do governo federal inscritos nessa rubrica nos últimos exercícios financeiros. Julgue os próximos itens, acerca de restos a pagar.

168 O volume expressivo de restos a pagar não-processados inscritos ou revalidados em determinado exercício financeiro compromete a programação financeira e o planejamento governamental nos exercícios seguintes.

C

CESPE/TCU 2008 - ACE: Auditoria Governamental

169 A inscrição em restos a pagar é feita na data do encerramento do exercício financeiro de emissão da nota de empenho, mediante registros contábeis, e, nessa mesma data, processa-se também a baixa da inscrição feita no encerramento do exercício anterior. A inscrição terá validade até 31 de dezembro do ano subsequente, período no qual o credor deverá habilitar-se ao recebimento do que lhe é devido, sendo vedada a reinscrição.

C

CESPE/TCU 2007 - ACE: Auditoria Governamental

O empenho da despesa é o instrumento de utilização de créditos orçamentários e, de acordo com a sua natureza e finalidade, pode ser classificado em empenho ordinário, empenho por estimativa e empenho global. O empenho ordinário

150 é destinado a atender a despesas cujo valor não se possa determinar previamente, de base não-homogênea, podendo ser feito o reforço do empenho.

E

CESPE/MPU 2010 - Cargo 30: Analista de Orçamento

Acerca da despesa pública, julgue os próximos itens.

100 A Lei n.º 4.320/1964 veda a realização de despesas sem prévio empenho e estabelece que o pagamento da despesa só possa ser efetuado após regular liquidação.

C

O suprimento de fundos é um instrumento especial para realizar despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processo normal da execução orçamentária. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

102 Devido à natureza emergencial das despesas pagas mediante suprimento de fundo, admite-se que, ao se utilizar desse instrumento, não sejam observados os estágios da despesa pública.

E

103 O suprimento de fundos deve ser contabilizado e incluído nas contas do ordenador como despesas realizadas, no momento da prestação de contas do servidor que tenha efetuado essas despesas.

E

104 Considere que um servidor público viaje a trabalho para representar o Brasil em congresso internacional sobre a convergência contábil no setor público e que, ao retornar, não preste contas de suprimento de fundos no prazo regulamentar. Nessa situação, o referido servidor é um servidor em alcance.

C

Julgue os próximos itens, acerca dos restos a pagar no orçamento público.

105 Resíduos passivos consistem em despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, que não tenham sido canceladas pelo processo de análise e depuração e que atendam aos requisitos previstos na Lei n.º 4.320/1964, podendo ser inscritas como tal por constituírem encargos incorridos no exercício vigente.

C

106 A inscrição e o cancelamento de restos a pagar não processados são controlados em contas do passivo compensado, enquanto o controle dos saldos inscritos, tanto os pagos quanto os não pagos, é feito em contas do ativo compensado.

E

MUDOU (era C)

A inscrição e o cancelamento de restos a pagar não processados são controlados em conta de ativo compensado (subgrupo 1.9.5 do plano de contas), enquanto o controle dos saldos inscritos e não pagos e, ainda, o dos saldos inscritos já pagos é feito em contas do passivo compensado (subgrupo 2.9.5 do plano de contas). Desse modo, opta-se pela alteração do gabarito do item, de CERTO para ERRADO.

107 Restos a pagar não processados correspondem a conta do passivo. Debita-se para reduzir o saldo, e a redução no passivo, em contrapartida, provoca aumento no patrimônio líquido, registrado pelo crédito na conta de acréscimos patrimoniais.

C

MUDOU (era E)

O texto do item deveria fazer referência ao Registro do cancelamento de Restos a Pagar Não Processados de despesas efetivas, que efetivamente provoca um aumento no PL. Desse modo, opta-se pela alteração do gabarito do item, de CERTO para ERRADO.

A respeito das despesas de exercícios anteriores, julgue os itens seguintes.

108 De acordo com o regime aplicado em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964, a despesa deve ser contabilizada no exercício em que tiver sido gerada. Portanto, se a despesa tiver sido originada em 2005 e reconhecida e paga somente em 2007, sua contabilização deverá ser feita à conta de despesas de exercícios anteriores, para evidenciar o regime do exercício.

E

MUDOU (Era C)

Conforme Lei 4.320/94 em seu art. 35, II “Pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas.” Sob o enfoque orçamentário e, com base no art. 35 da referida lei, opta-se pela alteração do gabarito do item, de CERTO para ERRADO.

109 Os restos a pagar somente serão considerados despesas de exercícios anteriores quando não estiverem cancelados e não estiver mais vigente o direito do credor.

E

110 Todo orçamento anual contempla dotação específica destinada a fazer face aos pagamentos de despesas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores.

E

Mudou (era C)

O art. 37, da Lei 4.320/64, em nenhum momento afirma que seria obrigatório ter dotação específica, apenas disse que PODERÃO ser pagos a conta de dotação específica, ou seja, o item afirma que seria todo orçamento, Desse modo, opta-se pela alteração do gabarito do item de CERTO para ERRADO.

CESPE/TCE/AC 2006 - Cargo 4: ACE – Especialidade: Ciências Contábeis

A administração financeira e orçamentária estadual está circunscrita a normas, princípios e instituições do âmbito federal e do próprio estado. Acerca desse assunto, julgue os itens seguintes.

33 Na legislação atual, não existe formulário específico para formalizar a fase da despesa denominada liquidação da despesa. A liquidação da despesa far-se-á por meio de exame do próprio processo ou do expediente que verse sobre a solvência do direito creditório, em que serão demonstrados os valores bruto e líquido a pagar. Somente após a apuração do direito adquirido pelo credor, tendo por base os documentos comprobatórios do respectivo crédito, ou da completa habilitação da entidade beneficiada, a unidade gestora providenciará o imediato pagamento da despesa.

C

38 O regime de competência exige que as despesas sejam contabilizadas conforme o exercício a que pertençam, ou seja, em que foram geradas. Se uma despesa foi empenhada em um exercício e somente foi paga no seguinte, ela deverá ser contabilizada como pertencente ao

exercício em que foi empenhada. Por ter sido realizada no ano anterior, o eventual pagamento da despesa no exercício seguinte deverá ser considerado como extra-orçamentário. Tal situação é que gera, na execução financeira e orçamentária da despesa, a figura dos restos a pagar.

C

CESPE – TRT / 10.ª REGIÃO - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

64 O empenho da despesa não será anulado, em 31 de dezembro, quando o serviço contratado estiver em andamento e o prazo para a sua execução não estiver expirado.

C

65 Despesas de exercícios anteriores são aquelas que não puderam ser pagas no exercício em que o orçamento consignava a respectiva dotação, em razão da insuficiência de saldo financeiro para atendê-las.

E

6. FEDERALISMO FISCAL

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 1: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Acerca do Sistema Tributário Nacional, julgue os itens que se seguem.

65 Constitui princípio geral do direito tributário o ideal de que todos os tributos devem ter caráter pessoal e ser graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte.

E

66 Entre os impostos de competência federal inclui-se o imposto incidente sobre produtos industrializados, o qual é seletivo, em função da essencialidade dos produtos, e não cumulativo.

C

67 Para que uma câmara de vereadores defina a alíquota do imposto sobre serviços de qualquer natureza incidente sobre determinado serviço, ela deverá respeitar as alíquotas máximas e mínimas que estejam estabelecidas em lei complementar.

C

68 Se um imóvel for doado pelo proprietário a um filho, tal negócio será objeto do imposto sobre a transmissão de bens imóveis, o qual, por sua vez, é de competência municipal.

E

Relativamente às limitações ao poder de tributar e às imunidades tributárias, julgue os itens seguintes, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

69 O dever de instituir imposto uniforme em todo o Brasil alcança não só a União, mas também os municípios, que são proibidos de estabelecer diferença tributária entre serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

C

70 É imune ao imposto de renda empresa que se dedique exclusivamente à publicação de livros.

E

71 Desde que sejam obedecidos os limites e as condições legais, o Poder Executivo federal poderá, por decreto, alterar as alíquotas do IPI.

C

No que se refere a espécies e classificações de tributos, julgue os itens subsequentes.

72 Constitui elemento essencial do conceito de tributo o fato de este ser uma obrigação pecuniária compulsória.

C

73 Ainda que auferidos por particulares, os emolumentos pagos aos cartórios extrajudiciais constituem tributo da espécie taxa, conforme decisão do STF.

C

No que se diz respeito à competência e à capacidade tributária e ao exercício da competência tributária, julgue os itens a seguir.

74 A competência para instituir impostos é indelegável, o que proíbe o ente competente de delegar, por exemplo, as funções de arrecadar e fiscalizar determinado imposto.

E

75 Caso um estado da federação não exerça sua competência para criar determinado tributo, é facultado aos municípios daquele estado criar o respectivo tributo, que vigorará até que o estado o crie.

E

No que tange às obrigações tributárias e à repartição das receitas tributárias, julgue os itens subsecutivos.

76 Entende-se por obrigação tributária principal o dever de pagar o tributo original, ao passo que o dever de pagar juros e correção é obrigação tributária acessória.

E

77 Entre os impostos cuja receita é repartida entre diferentes entes da federação incluem-se o IPVA e o ICMS.

C

78 Um exemplo de obrigação tributária principal é o dever de pagar uma multa de trânsito.

E

**CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 10: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES
– OCUPAÇÃO: CONTADOR**

Considerando o Sistema Tributário Nacional na Constituição Federal de 1988, julgue os itens seguintes.

79 É vedada a cobrança de impostos sobre bens imóveis de igreja que estejam locados a terceiros e cujos valores dos aluguéis sejam aplicados nas atividades essenciais da igreja.

C

80 A alteração do prazo de recolhimento da obrigação tributária está sujeita ao princípio da anterioridade.

E

81 O imposto sobre a propriedade de veículos automotores de uma empresa deve ser cobrado somente pelo estado em que a empresa contribuinte mantém sua sede.

C

82 O imposto extraordinário de guerra externa será imediatamente suprimido após a celebração de paz.

E

CEBRASPE/TCE-PB 2022 – CARGO DE AUDITOR – CONSELHEIRO SUBSTITUTO

Acerca das limitações do poder de tributar e dos princípios do direito tributário, julgue os itens que se seguem.

141 Apesar do princípio da uniformidade tributária, a União pode conceder incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.

C

142 Quando da definição de alíquotas do ICMS, deve o legislador submetê-las a uma seletividade, em função da essencialidade do produto.

E

143 O princípio da legalidade impõe que a cobrança de tributos exija lei anterior que os estabeleça; todavia, a elevação de alíquotas pode, em determinadas situações, ser promovida por meio de decreto.

C

Julgue os itens que se seguem, a respeito dos tributos e das espécies tributárias.

144 Conforme as regras constitucionais, tanto o imposto de renda quanto as contribuições previdenciárias para regimes próprios de previdência social devem ter alíquotas progressivas.

E

145 No Sistema Tributário Nacional, há tributos de espécies distintas com idêntico fato gerador. Nesse caso, utiliza-se como elemento de classificação a destinação do produto da arrecadação.

C

146 O custeio da iluminação pública deve ser cobrado da população como taxa pela prestação de serviços públicos.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 3: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A respeito dos tributos, julgue os itens a seguir.

91 A utilização efetiva ou potencial de um serviço público específico e divisível possibilita a cobrança de taxa; por conseguinte, é possível a cobrança de taxa pela coleta domiciliar de lixo em locais onde tal serviço não é prestado.

E

CEBRASPE/SECONT-ES 2022 – CARGO 2: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

No que diz respeito ao Sistema Tributário Nacional, julgue o item a seguir.

37 Os estados, o Distrito Federal e os municípios podem instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

E

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 1: ANALISTA CONTÁBIL

Relativamente ao Sistema Tributário Nacional, julgue os itens que se seguem.

74 As contribuições para o PIS, o PASEP e a COFINS são exemplos de tributos do tipo contribuição especial.

C

75 Tributo e prestação pecuniária compulsória, não oriunda de sanção, instituída em lei e cobrada via atividade administrativa plenamente vinculada, sendo indispensável para sua satisfação a respectiva liquidação em moeda corrente nacional.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO: PROCURADOR DE CONTAS

Julgue os itens subsequentes, que dizem respeito à execução da despesa pública, à repartição de receitas tributárias, ao controle externo e a subsídios.

68 Segundo o Supremo Tribunal Federal, a norma constitucional que destina a estados e municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos abrange também aquele que incide sobre pagamentos feitos pelos entes mencionados a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para a prestação de bens ou serviços.

C

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO

Considerando o Sistema Tributário Nacional, julgue o próximo item.

85 A atividade administrativa de lançamento deve ser balizada pelo juízo de conveniência e oportunidade da autoridade fiscal competente.

E

CEBRASPE/FUB-2022 – CARGO 5: CONTADOR

Em relação a tributos, julgue os seguintes itens.

98 Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

C

99 Impostos, taxas e contribuições de melhorias são espécies tributárias; suas definições decorrem da análise de duas variáveis: o fato gerador e a destinação que se dá à arrecadação de cada uma delas, sendo as variáveis vinculadas ou não vinculadas em relação ao Estado.

ANULADA

100 Imposto é tributo cujo fato gerador exige a participação do Estado para que o contribuinte realize o fato gerador.

E

101 Taxa é tributo vinculado quanto ao fato gerador e necessita da participação do Estado na sua realização na forma de prestação de serviço público específico e divisível.

ANULADA

102 Tanto o imposto quanto a contribuição de melhoria são tributos vinculados ao Estado no que se refere ao fato gerador e ao produto de arrecadação.

E

103 Contribuição de melhoria é tributo vinculado quanto ao fato gerador, e a atuação do Estado deve consistir na construção de uma obra pública, da qual decorra valorização imobiliária em favor do contribuinte.

C

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

No que se refere à imunidade e à competência tributárias, julgue os itens que se seguem.

59 No sistema tributário brasileiro, a competência tributária ativa não exclui a possibilidade de um ente também encontrar-se na posição de sujeição passiva tributária.

C

60 Segundo a jurisprudência sumulada pelo STJ, a entidade que recebe o certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS) passa a usufruir de tais efeitos de forma retroativa à data em que demonstrado o cumprimento dos requisitos estabelecidos por lei complementar para a fruição da imunidade.

C

CESPE / CEBRASPE - 2021 - APEX Brasil - Analista - Processos Jurídicos

Consoante a Constituição Federal de 1988, a receita de alguns impostos federais é compartilhada com estados, municípios e o Distrito Federal, porém, em outros casos, a arrecadação pertence integralmente à União. Assinale a opção que apresenta imposto cuja arrecadação pertence integralmente à União.

A imposto sobre a importação

B imposto territorial rural

C imposto sobre a renda

D imposto sobre produtos industrializados

LETRA A

CESPE / CEBRASPE - 2021 - CODEVASF - Analista em Desenvolvimento Regional - Contabilidade

Considerando as noções e os elementos fundamentais associados dos tributos no Brasil, julgue o item seguinte.

Entre as contribuições especiais, as contribuições sociais para a seguridade social diferenciam-se por não serem de competência exclusiva da União.

Certo

CEBRASPE - 2020 - SEFAZ-AL - Auditor Fiscal da Receita Estadual

No que concerne ao Sistema Tributário Nacional, julgue o item subsecutivo.

Pertencem aos municípios 25% do produto da arrecadação do IPVA sobre veículos licenciados em seus territórios.

Errado

CESPE / CEBRASPE - 2020 - SEFAZ-AL - Auditor Fiscal da Receita Estadual

A respeito da competência tributária e do conceito e da classificação dos tributos, julgue o item a seguir.

A União pode instituir impostos extraordinários na iminência ou no caso de guerra externa, desde que tais impostos estejam compreendidos em sua competência tributária, devendo esses impostos ser suprimidos gradativamente quando cessadas as causas de sua criação.

Errado

CESPE / CEBRASPE - 2020 - Prefeitura de Barra dos Coqueiros - SE - Fiscal de Tributos

O Código Tributário Nacional veda que um ente público delegue a outra pessoa jurídica de direito público a função de

A instituir tributos.

B arrecadar tributos

C fiscalizar tributos.

D executar leis em matéria tributária

E executar serviços em matéria tributária.

LETRA A

CESPE - 2019 - TCE-RO - Procurador do Ministério Público de Contas

Em relação à repartição de receitas tributárias prevista na CF, assinale a opção que apresenta imposto de competência da União cujo produto da arrecadação pertence aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

A imposto sobre produtos industrializados

B imposto de importação

C imposto territorial rural

D imposto de exportação

E imposto de renda retido na fonte

LETRA E

CESPE - 2019 - PGM - Campo Grande - MS - Procurador Municipal

Com referência às normas constitucionais relativas a tributos e contribuições, julgue os item que se segue.

Pertence ao município o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo próprio município ou por suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Errado

CESPE / CEBRASPE - 2018 - Prefeitura de Manaus - AM - Procurador do Município

Considerando o que dispõe a CF, julgue o item a seguir, a respeito das limitações do poder de tributar, da competência tributária e das normas constitucionais aplicáveis aos tributos.

Compete aos municípios instituir o ITCMD.

Errado

CESPE - 2019 - SEFAZ-RS - Auditor Fiscal da Receita Estadual - Bloco II

Com relação à competência tributária dos entes federados, assinale a opção correta.

A O Distrito Federal e os municípios têm competência para instituir contribuições para o custeio de serviços de iluminação pública.

B Os estados federados e o Distrito Federal têm competência residual para legislar sobre empréstimos compulsórios.

C Os municípios, os estados federados, o Distrito Federal e a União têm competência concorrente para instituir contribuições sociais interventivas e de interesse das categorias profissionais.

D À União competem originariamente os impostos sobre doações de bens imóveis quando o donatário vier a ser beneficiado com os direitos reais em dois ou mais estados.

E Aos municípios e ao Distrito Federal competem os impostos incidentes sobre operações relativas à circulação de mercadorias com a mudança de titularidade.

LETRA A

CESPE - 2018 - SEFAZ-RS - Técnico Tributário da Receita Estadual - Prova 2

A respeito da repartição das receitas tributárias da União, é correto afirmar que

A o imposto territorial rural (ITR) será integralmente repassado ao município se este assumir o encargo de fiscalizar e cobrar esse tributo; caso contrário, o repasse se resumirá a 50%.

B o repasse do imposto sobre operação financeira OURO (IOF OURO), quando este for considerado ativo financeiro ou instrumento cambial, será feito em percentual idêntico para estados e municípios.

C os impostos residuais serão repartidos entre os municípios, em percentual não inferior a 35%.

D o repasse do imposto de renda dos servidores municipais e estaduais será de 70% da receita retida na fonte.

E o repasse da contribuição de intervenção no domínio econômico combustível (CIDE Combustível) será de 100% do total arrecadado destinado aos municípios para melhoria na infraestrutura de transportes.

LETRA A

CESPE - 2018 - TCE-MG - Analista de Controle Externo - Ciências Contábeis

Determinado município da Federação, ao instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública e contribuição de melhoria, decorrente de obra pública, exerce, respectivamente,

A competência residual e competência privativa.

B competência privativa e competência residual.

C competência comum e competência privativa.

D competência privativa e competência comum.

E competência comum e competência comum.

LETRA D

CESPE - 2018 - SEFAZ-RS - Auditor do Estado - Bloco II

A respeito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), assinale a opção correta.

A É composto de percentual da arrecadação de impostos estaduais, como IPVA e ICMS.

B A repartição dos valores do FUNDEB aos entes federativos municipais é realizada a partir da contagem da população em idade escolar pelo Ministério da Educação.

C Os valores destinados à formação do fundo pelos estados e municípios devem ser registrados contabilmente como variação patrimonial aumentativa e financeiramente como acréscimo da receita orçamentária prevista.

D É um fundo de natureza financeira formado com recursos federais decorrentes da arrecadação tributária.

E É formado a partir da arrecadação de impostos federais e tem natureza contábil.

LETRA A

CESPE - 2018 - EMAP - Analista Portuário - Área Jurídica

Julgue o próximo item, relativo ao Sistema Tributário Nacional.

Os municípios participam da partilha do produto de tributos, incluída a arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação de petróleo e derivados.

Certo

CESPE - 2014 - MEC - Especialista em Processos de Negócios

Ao criar o FUNDEB, um fundo contábil em cada um dos estados da Federação, o governo federal não mais teve a obrigatoriedade de aportar recursos para financiamento da educação.

Errado

CESPE - 2014 - MEC - Especialista em Processos de Negócios

A ampliação do FUNDEB, além de possibilitar uma quantidade maior de matrículas, aumentou a vinculação de impostos para o financiamento da educação.

Certo

CESPE - 2014 - MEC - Analista Educacional

De acordo com a Emenda Constitucional n.º 53/2006, que criou o FUNDEB, julgue os itens subsecutivos.

A partir da vigência plena do FUNDEB, a União passou a contribuir com uma parcela fixa de 10% do montante total do fundo de modo a atender às necessidades de financiamento da educação.

Certo

CESPE - 2014 - MEC - Analista Educacional

De acordo com a Emenda Constitucional n.º 53/2006, que criou o FUNDEB, julgue os itens subsecutivos.

Com a criação do FUNDEB, os salários dos profissionais da educação foram beneficiados em função de que 70%, no mínimo, dos valores alocados serão gastos pelo fundo com a remuneração dos professores e funcionários das escolas.

Certo

CESPE - 2012 - FNDE - Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Considerando a lei que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), julgue os itens seguintes.

A União deve complementar os recursos dos fundos dos estados e do Distrito Federal sempre que o valor médio ponderado por aluno for inferior ao previsto legalmente.

Certo

CESPE - 2012 - FNDE - Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

As finalidades do FUNDEB incluem a manutenção e o desenvolvimento da educação básica pública e a valorização dos trabalhadores da educação, inclusive no que diz respeito à sua remuneração.

Certo

CESPE - 2008 - ME - Técnico em Assuntos Educacionais

Acerca do financiamento da educação no Brasil, julgue o seguinte item.

Obras de infra-estrutura que beneficiem diretamente a escola são consideradas despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Errado

CESPE / CEBRASPE 2006 - Órgão: Procuradoria Geral do Município de Fortaleza

Acerca de assuntos relacionados à disciplina da saúde e da educação na CF, julgue o item que se segue.

Os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, ao passo que os estados devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e no médio.

Certo

Julgue o item a seguir, que trata das regras para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde, previstas pela Emenda Constitucional n.o 29/2000.

Os recursos federais transferidos aos estados, ao DF e aos municípios somente serão considerados para efeito do limite mínimo de aplicação no orçamento dos entes onde forem efetivamente executados.

Errado

CESPE - 2014 - Câmara dos Deputados - Analista Legislativo - Consultor Legislativo Área III

Acerca das sujeições ativa e passiva e da responsabilidade tributária, julgue os itens a seguir. O fato de o produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte ser destinado aos estados e ao Distrito Federal não retira a competência tributária ativa da União.

Certo

CESPE - 2013 - SEFAZ-ES - Auditor Fiscal da Receita Estadual

O cometimento a pessoa de direito privado, como os bancos, do encargo de arrecadar tributos.

A constitui ato de delegação de competência, de acordo com a legislação tributária vigente.

B constitui delegação da capacidade tributária passiva.

C constitui ato legal em que se atribui apenas a capacidade de arrecadar, não cabendo fiscalização ou cobrança do tributo.

D não pode ser revogado unilateralmente.

E pode ser anulado, e não revogado, visto que a revogação tem de ser feita por mútuo consentimento.

LETRA C

CESPE - 2011 - EBC - Analista - Advocacia

Com referência ao direito tributário, julgue os itens subsecutivos.

Somente é lícita a delegação de competência tributária a pessoa jurídica de direito privado se a função ou encargo referir-se a arrecadação de tributos.

Errado

CESPE - 2011 - Correios - Analista de Correios - Advogado

Julgue os itens a seguir, acerca do Sistema Tributário Nacional, da competência tributária e dos tributos.

Se determinado estado da Federação não tiver instituído o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (**IPVA**), essa ausência de exercício da competência tributária não a deferirá a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição Federal de **1988** tenha atribuído tal competência.

Certo

CESPE - 2011 - IFB - Professor - Direito

Julgue os itens seguintes, que dizem respeito à competência tributária.

A competência tributária é indelegável, não sendo admissível atribuir a outra pessoa jurídica as funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, bem como executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.

Errado

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 22: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

Em relação aos conceitos e às classificações das receitas e despesas, julgue os itens que se seguem.

114 Sob o enfoque da captação dos recursos, quanto mais diversificada for a estrutura político-administrativa de um país e quanto maior for a concentração das competências tributárias da esfera central, maior será o volume das transferências.

C

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

No que concerne à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os próximos itens.

120 De acordo com o princípio orçamentário da universalidade, o aumento de tributos definido após aprovação do orçamento e antes do início do exercício financeiro seguinte poderá ser cobrado apenas no exercício financeiro subsequente.

E

CESPE/IPEA 2008 – CARGO 6: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO PERFIL: GESTÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Relativamente à forma de federalismo fiscal brasileiro, julgue os itens que se seguem, no que concerne às competências e atribuições das três esferas de governo (federal, estadual, incluindo o Distrito Federal, e municipal).

51 Os entes das três esferas de governo têm a competência para instituir impostos, taxas e contribuições sociais, além de outros tributos, nos limites estabelecidos na Constituição Federal (CF).

C

52 Os empréstimos compulsórios somente podem ser instituídos pelos estados com autorização federal e desde que destinados a calamidades públicas.

E

53 As funções de governo incluem a judiciária que, na sistemática brasileira, é exercida por todas as esferas de governo.

E

CESPE/MPOG 2012 – Conhecimentos Básicos para todas as Áreas

O Brasil apresenta péssima distribuição de renda, apesar de estar entre os dez países mais ricos do mundo. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

54 O programa Bolsa Família é o principal responsável pela redução da desigualdade de rendimentos no Brasil.

E

55 O federalismo fiscal auxilia no combate a desigualdades regionais de renda, enquanto a competição tributária horizontal, em regra, resulta na provisão de bens públicos abaixo do nível ótimo.

C

56 O sistema tributário brasileiro, por ser progressivo, contribui para mitigar a má distribuição da renda.

E

CESPE/TRE-RJ 2012 – Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

A respeito de noções básicas e gerais de orçamento público, julgue os itens subsequentes.

106 Somente depois da CF, com a criação da lei de diretrizes orçamentárias servindo de instrumento de ligação entre o plano plurianual e os projetos e ações colocados efetivamente em prática, o orçamento passou a exercer um papel no planejamento governamental.

E

107 O federalismo fiscal constitui uma política contrária à centralização financeira e orçamentária.

C

108 O orçamento prevê determinado volume de receitas e, baseado nessa previsão, fixa o montante total de despesas que o governo pode realizar, mas o orçamento não gera recursos públicos.

C

CESPE/PETROBRAS 2004 - Cargo 7: Contador(a) Júnior

Com relação às disposições da legislação constitucional e tributária acerca do ICMS e das participações governamentais, julgue os itens seguintes.

159 De acordo com o princípio da distribuição centralizada, premissa do federalismo fiscal brasileiro decorrente das disposições constitucionais, todos os membros da federação — União, estados, Distrito Federal e municípios — são obrigados a repartir, nos termos e

percentuais fixados na Carta Magna, o produto da arrecadação dos tributos de suas competências com as demais esferas.

E

160 Pertence aos estados e ao Distrito Federal vinte por cento do produto da arrecadação de eventuais impostos instituídos pela União, mediante lei complementar, no uso de sua competência residual.

C

CESPE/OAB-RJ 2007 – 32º Exame de Ordem

Questão 71

Com relação ao federalismo fiscal constitucional brasileiro, julgue os itens seguintes.

I O imposto de renda retido na fonte incidente sobre proventos e demais rendimentos pagos por estados e municípios pertence a estes.

II A partilha do ICMS é realizada sob dois critérios: de acordo com o valor adicionado obtido pela venda de mercadorias no âmbito do território municipal e pelo que vier a ser estabelecido em lei estadual.

III A arrecadação do IOF (imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários) deve ser repassada ao estado e ao município no qual houver extração de ouro, quando este for definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.

IV A delegação de competência da União em favor dos municípios para fiscalização e arrecadação do ITR (imposto territorial rural) é uma das hipóteses constitucionais de repartição de receitas tributárias.

Estão certos apenas os itens

A I, II e III.

B I, II e IV.

C I, III e IV.

D II, III e IV.

LETRA A

CESPE/SECANT ES 2009 - Cargo 3: Auditor do Estado – Especialidade: Ciências Econômicas

Uma reforma tributária é sempre uma ocasião para a sociedade discutir muito mais do que um conjunto articulado de impostos, taxas e contribuições que os cidadãos são obrigados a transferir de seus patrimônios para financiar as atividades do Estado. A reforma tributária é uma oportunidade para refletir sobre quem paga a conta e como ela é paga, ou seja, em que situações e sobre que espécies de rendas e de transações uma parte do patrimônio privado se converte em patrimônio público, sob controle do Estado.

Roberto Piscitelli. **Reforma tributária: a costura de um grande acordo nacional**. São Paulo: Atlas, 2009 (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência, julgue os itens a seguir, relativos à reforma tributária e ao federalismo fiscal.

81 A atual proposta de reforma tributária de autoria do governo federal, em discussão na Câmara dos Deputados, permite a criação do imposto sobre valor adicionado, ao incluir no texto constitucional a competência da União para instituir imposto sobre operações com bens e prestações de serviços, ainda que as operações e prestações se iniciem no exterior.

C

82 O ICMS apresenta um sistema de partilha do imposto nas operações interestaduais, pelo qual uma parte é retida no estado de origem e outra no estado de destino, sendo que a dificuldade se origina na apropriação de parte do imposto pelo estado de origem. Esta gera um problema que se configura no incentivo à guerra fiscal.

C

83 A última proposta de reforma tributária apresentada pelo governo federal altera o financiamento das políticas de previdência, assistência social e saúde, ao extinguir as contribuições sociais exclusivas da seguridade social que têm como base de incidência o lucro, a receita ou faturamento das pessoas jurídicas.

C

84 Uma característica básica das federações contemporâneas é a concentração da receita tributária nos governos subnacionais, enquanto os encargos se concentram no governo federal. Isso ocorre por razões técnicas ligadas à eficiência da tributação e da provisão de serviços.

E

7. CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 7: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: FINANÇAS

Considerando os lançamentos na Conta Única do Tesouro Nacional, julgue os itens subsequentes.

95 As receitas orçamentárias das estatais dependentes, sem exceção, devem passar por quatro etapas: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

E

96 O faturamento das empresas estatais dependentes é registrado em conta separada do caixa geral da união.

E

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 3: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: ADMINISTRATIVO

Tendo em vista que as operações financeiras dos entes governamentais seguem normas específicas, julgue os itens subsequentes.

73 As contas de execução de programas sociais compõem a Conta Única do Tesouro Nacional e são de responsabilidade de seus respectivos gestores.

E

74 As autarquias podem realizar aplicações financeiras na Conta Única do Tesouro Nacional, a prazo fixo, de recursos advindos de arrecadação própria.

C

CESPE/SEFAZ-AL 2020 - Cargo 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

A respeito da movimentação da Conta Única do Tesouro Nacional, julgue os itens subsequentes.

135 Somente as entidades que contarem com autorização específica em lei poderão efetuar aplicações financeiras na Conta Única do Tesouro Nacional.

C

136 Serão automaticamente canceladas as ordens bancárias não sacadas no prazo de sete dias.

ANULADA

A redação do item prejudicou o seu julgamento objetivo.

CESPE/EBSERH 2018 - Cargo 4: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Acerca das receitas e das despesas públicas, suas etapas e estágios, e da Conta Única do Tesouro Nacional, julgue os itens subsequentes.

71 O Banco Central do Brasil paga remuneração ao Tesouro Nacional sobre o saldo diário da Conta Única nele depositada, segundo a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) para títulos federais.

E

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 2: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: CONTADOR

No que se refere à Conta Única do Tesouro Nacional, julgue os seguintes itens.

119 Cabe ao Banco Central do Brasil a função de agente financeiro do Tesouro com a atribuição, entre outras, de realizar pagamentos com os fundos depositados na Conta Única do Tesouro Nacional.

E

120 O estágio da receita conhecido como arrecadação é determinado pelo recolhimento dos valores recebidos pelos agentes arrecadadores para a Conta Única do Tesouro Nacional, sendo vedada a divisão dos recursos em contas especiais.

E

CESPE/TCU 2015 - Auditor Federal de Controle Externo Área: Controle Externo Especialidade: Controle Externo Orientação: Auditoria Governamental

Com relação às técnicas e mecanismos de elaboração, à execução e ao controle do orçamento público, julgue os seguintes itens.

182 Se determinada fundação pública mantiver seus recursos decorrentes de arrecadação de receitas próprias na conta única do Tesouro Nacional, ela poderá aplicar tais disponibilidades financeiras em aplicações a prazo fixo.

C

CESPE/TCU 2015 - Cargo: Técnico Federal de Controle Externo - Área: Apoio Técnico e Administrativo - Especialidade: Técnica Administrativa

No que diz respeito à Guia de Recolhimento da União (GRU), julgue o item subsequente.

72 A GRU é o documento destinado ao recolhimento de receitas à Conta Única do Tesouro Nacional, mantida no Banco Central do Brasil, e o agente financeiro centralizador dessa arrecadação é o Banco do Brasil S.A., que, por sua vez, recebe tarifas pela prestação desse serviço à União.

E

CESPE/CGE-PI 2015 - Cargo 1: AUDITOR GOVERNAMENTAL – ÁREA: GERAL

Com relação à Conta Única do Tesouro Nacional e aos instrumentos de segurança do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), julgue os itens a seguir.

128 Qualquer irregularidade constatada após a contabilização de documento no SIAFI somente poderá ser corrigida por meio da emissão de um novo documento que efetue o acerto.

C

129 Caso a ordem bancária seja cancelada após a data de sua emissão, seu valor só recomporá a disponibilidade da unidade gestora no dia seguinte.

C

CESPE/ANTAQ 2014 - CARGO 7: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Uma empresa operou com embarcação própria sem as condições técnicas operacionais necessárias, razão por que foi autuada pela ANTAQ, devendo pagar multa de R\$ 50 mil. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens subsequentes, com base nos princípios orçamentários e na receita e despesa públicas.

112 As disponibilidades de caixa da União deverão ser depositadas na Conta Única do Tesouro e a arrecadação das receitas realizadas deverá ser feita por meio da guia de recolhimento da União (GRU). Essa regra também é aplicável às autarquias especiais.

C

CESPE/TCDF 2014 - Cargo 5: Analista de Adm. Púb. - Especialidade: Serviços Téc. e Adm. – Orientação: Orçamento, Gestão Financeira e Controle

Com base nas normas e técnicas de programação e execução orçamentária, julgue os seguintes itens.

78 Devem ser revertidos ao Tesouro Nacional os saldos de créditos orçamentários não utilizados até o encerramento de cada exercício financeiro.

E

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA IV

Acerca das receitas e despesas públicas, da Conta Única do Tesouro e das normas gerais aplicáveis à área de orçamento, julgue os itens subsequentes.

129 A forma de arrecadação de todas as receitas da União será disciplinada pelo Ministério da Fazenda, e o seu produto terá de ser obrigatoriamente recolhido à Conta Única do Tesouro.

C

CESPE/MTE 2014 - Cargo 1: Contador

Julgue o próximo item, referente à movimentação da Conta Única do Tesouro Nacional.

86 Quando a movimentação da Conta Única do Tesouro Nacional ocorrer em agente financeiro alternativo, não será possível o cancelamento da ordem bancária após o dia do seu registro.

E

CESPE/CADE 2014 - Cargo 3: Contador

Com relação ao Plano de Contas Único do Tesouro Nacional, julgue os itens que se seguem, no que se refere ao tratamento contábil aplicável aos impostos e às contribuições e transações registradas pelo SIAFI.

111 A Conta Única do Tesouro Nacional deve acolher todos os recursos arrecadados pelos órgãos e entidades federais, com exceção dos recursos vinculados a fundos para manutenção e desenvolvimento de atividades específicas de fundações federais.

E

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

A respeito dos depósitos e pagamentos da conta única do Tesouro Nacional, julgue os próximos itens.

85 A conta única não permite o pagamento a estrangeiro que não esteja inscrito no CPF ou no CNPJ.

E

86 Serão rejeitados os depósitos diretos na conta única que não possuam códigos previamente cadastrados no sistema integrado de administração financeira do governo federal (SIAFI).

C

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 13: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com relação à conta única do Tesouro Nacional e aos conceitos tributários básicos, julgue os itens a seguir.

99 Os recursos da seguridade social devem ser centralizados em banco estatal federal cuja abrangência seja nacional.

E

100 A definição de cada espécie tributária é feita em conformidade com a destinação a ser dada ao produto da arrecadação do tributo.

E

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 5: Ciências Contábeis

QUESTÃO 69

A respeito da Conta Única do Tesouro Nacional, assinale a opção correta.

A As autarquias, fundos, fundações públicas e órgãos da administração pública federal direta não poderão efetuar aplicações financeiras na Conta Única do Tesouro Nacional nas modalidades de prazo fixo e diárias, sem a autorização legislativa específica.

B As contas de fomentos são aquelas utilizadas exclusivamente para movimentação de recursos destinados a execução de programas sociais do governo federal.

C As contas de suprimento de fundos quando não movimentadas por mais de dois meses deverão ter o saldo transferido para aplicações financeiras diárias.

D Nos casos específicos em que os recursos não possam ser movimentados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional poderão ser abertas contas especiais que são utilizadas para movimentação das disponibilidades financeiras das unidades gestoras que operam com cartão de crédito corporativo na modalidade off lei.

E A Conta Única do Tesouro Nacional é operacionalizada por intermédio do Banco do Brasil e tem por finalidade acolher as disponibilidades financeiras da União a serem movimentadas pelas unidades gestoras da administração pública federal.

LETRA E

CESPE/PO AL 2013 - PERITO CRIMINAL – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS/CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Em relação à execução orçamentária e financeira registrada no SIAFI, julgue os itens a seguir.

90 Um depósito feito por estudante para quitar multa em biblioteca de uma universidade federal deve ser feito na Conta Única do Tesouro Nacional.

C

CESPE/MPU 2013 - CARGO 13: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: PERÍCIA ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

A respeito do plano de contas aplicado ao setor público, do regime contábil e da Conta Única do Tesouro, julgue os itens que se seguem.

111 A Conta Única do Tesouro Nacional constitui-se de um ativo registrado na Secretaria do Tesouro Nacional e um passivo do BACEN.

C

115 A conciliação bancária da Conta Única do Tesouro Nacional consiste na verificação da compatibilidade dos saldos existentes com os registros da previsão orçamentária.

E

CESPE/MJ 2013 - Cargo 1: Analista Técnico-Administrativo

A Conta Única do Tesouro é o mecanismo que permite a movimentação online de recursos financeiros dos órgãos e entidades vinculados ao SIAFI em conta unificada. A respeito dessa conta, julgue os próximos itens.

88 A conciliação bancária da Conta Única do Tesouro Nacional consiste na compatibilização mensal, por grupo de despesas, dos lançamentos contábeis efetuados no SIAFI com a movimentação registrada no extrato de depósito do governo federal – Conta Única – STN, fornecido pelo sistema de informação do Banco do Brasil S.A.

E

89 A Conta Única do Tesouro Nacional, que é mantida no Banco do Brasil S.A, acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive fundos, de suas autarquias e fundações.

E

90 A operacionalização da Conta Única do Tesouro Nacional é efetuada por meio de documentos registrados nos guichês de caixa do Banco do Brasil S.A. Para os clientes desse banco, o registro pode ser realizado por meio de terminais de autoatendimento e pela Internet.

E

91 O pagamento da despesa com diárias para servidores públicos, em moeda nacional, deverá ser efetuado exclusivamente por meio do Sistema Brasileiro de Pagamentos, incluindo-se, entre as modalidades, o crédito em conta, o cheque visado e a ordem bancária ao portador.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 8: CONTADOR

No que se refere à Conta Única do Tesouro Nacional, julgue os próximos itens.

112 De acordo com a rotina de remuneração da Conta Única do Tesouro Nacional, o crédito de rendimentos em data coincidente com feriado bancário será efetuado no dia útil imediatamente posterior.

E

113 É de exclusiva responsabilidade do emitente da ordem bancária o pagamento indevido decorrente de erro em seu preenchimento.

C

114 Cabe à SRFB a conciliação bancária da Conta Única do Tesouro Nacional.

E

8. FORMAS E DIMENSÕES DA INTERVENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO NA ECONOMIA. FUNÇÕES DO ORÇAMENTO.

CEBRASPE/CNMP 2023 – CARGO 10: TÉCNICO DO CNMP – ÁREA: APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Acerca das funções fiscais ou clássicas do Estado, julgue os seguintes itens.

60 A assimetria de informação decorrente de comportamentos oportunistas dos agentes possuidores da informação provoca dois problemas principais: a seleção adversa, quando a assimetria deriva das ações dos agentes que distorcem o risco e pode ser amenizada com monitoramento e incentivos em busca de maior lisura nos mecanismos contratuais; e o perigo moral (moral hazard), quando a assimetria está no diferencial de risco entre os diversos agentes econômicos — uma parte sabe suas características privadas e a outra as desconhece ou não tem acesso a elas —, porém tal risco pode ser amenizado com melhorias da qualidade e do fluxo de informações.

E

61 O controle de preços é uma forma de controlar a inflação, por ser um dos elementos do tripé que sustenta a conhecida estabilidade econômica.

E

62 A transposição do rio São Francisco, a partir da sua finalização, passou a integrar o rol de bens e serviços públicos ofertados em complemento à ação do mercado, por conseguinte é correto afirmar que essa intervenção econômica do governo, por meio de ajustamento de alocação dos recursos, diz respeito à função alocativa orçamentária.

C

A respeito do exercício da atividade financeira do Estado, julgue os itens a seguir.

66 O Estado monopolista intervém no mercado diretamente, quando participa de empresas e estrutura cartéis com fundamento na exegese de combater o abuso econômico em prol do bem-estar da sociedade, e indiretamente, quando controla preços e estatiza empresas sob a alegação de garantir a livre competição e a promoção de justiça social, a fim de assegurar direitos e garantias individuais.

E

67 O Estado empresário busca reparar o fracasso do mercado e promover justiça social mediante distribuição de renda.

C

68 Liberalismo e igualitarismo têm concepções diametralmente opostas: o primeiro defende a individualidade como um valor em si; o segundo, a comunidade. Dessa forma, pode-se

considerar que o Estado liberal é limitado e garantista e que o Estado igualitário é intervencionista e dirigista.

C

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 1: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Julgue os seguintes itens sobre os bens públicos e a sua classificação.

51 Mesmo que seja usado de forma contínua e incontestadamente por alguém de boa-fé, o bem público não se sujeita a usucapião.

C

52 Enquanto conservarem a sua qualificação, os bens públicos de uso comum do povo são inalienáveis.

C

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 3: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: ADMINISTRATIVO

Acerca desse tema, julgue os itens subsequentes.

71 Uma função distributiva de orçamento será eficiente, se aplicada pela União, e tenderá a ser ineficiente (neutralizada) se aplicada por estados ou municípios.

C

72 A função estabilizadora de orçamento realizada no âmbito regional/local funcionará de maneira mais adequada do que se fosse realizada no âmbito de atuação da União.

E

CEBRASPE/SECANT-ES 2022 – CARGO 1: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Julgue os próximos itens, relativos aos tipos de receitas da administração pública.

106 O imposto pigouviano é capaz de resolver o problema dos efeitos externos negativos sobre a economia.

C

CEBRASPE/SECANT-ES 2022 – CARGO 1: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Julgue os itens seguintes, acerca de finanças públicas.

62 Os bens meritórios compõem a função alocativa e existem para garantir seu acesso aos menos favorecidos economicamente.

C

CESPE/SEFAZ-AL 2020 - Cargo 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

Após a aprovação da reforma da previdência social, o governo correu para estabelecer uma agenda de reformas econômicas. Batizado de Mais Brasil, o plano do governo propõe transformar radicalmente o Estado — racionalizando os gastos públicos. Entre as propostas encontra-se a previsão de gatilhos, que possibilitam a redução de salários de servidores, de forma a evitar que o governo descumpra a chamada regra de ouro.

Internet: <www.economia.ig.com.br> (com adaptações).

Com relação ao assunto abordado no texto precedente, julgue os itens a seguir.

101 A proposta de emenda constitucional voltada a permitir que o governo possa reduzir o salário dos servidores públicos em caso de grave desequilíbrio orçamentário qualifica-se, essencialmente, como um instrumento do Estado para o exercício de sua função distributiva.

E

CESPE/ABIN 2018 - CARGO 2 –CARGO 2: OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 1

Acerca da economia do setor público e da estrutura tributária e orçamentária no Brasil, julgue os itens a seguir.

141 Bens meritórios ou semipúblicos são providos pelo Estado, embora possam ser providos pelo setor privado, por gerarem altos benefícios sociais e externalidades positivas.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: PROCURADORIA

Julgue os itens seguintes, relativos ao orçamento público.

101 Cabe ao governo executar as funções econômicas exercidas pelo Estado, as quais se dividem em alocativa, distributiva e estabilizadora.

C

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Acerca de finanças públicas e orçamento público, julgue os itens a seguir.

96 A intervenção indireta do governo no processo produtivo não gera impactos no que se refere à formação de preços relativos da economia.

E

CESPE/TCE-SC 2016 – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO 3 - AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Acerca das funções, dos princípios e dos principais documentos relacionados ao orçamento público, julgue os próximos itens.

42 O orçamento público viabiliza a intervenção do governo na atividade econômica com vistas à geração de emprego e renda.

C

CESPE/DPU 2016 - Cargo 11: AGENTE ADMINISTRATIVO

A respeito de orçamento público, julgue os itens que se seguem.

69 A função alocativa do orçamento visa à intervenção do governo na economia, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais no que se refere ao acesso a renda, bens e serviços públicos e benefícios da vida em sociedade.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO 3: INSPETOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA

Acerca de finanças públicas e orçamento, julgue os itens a seguir.

95 A atuação do governo nas modernas economias capitalistas deve restringir-se à promoção de ajustamentos na alocação de recursos e na distribuição de renda.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO: AUDITOR

Com relação ao orçamento público e à atuação do governo na economia, julgue os itens a seguir.

150 A intervenção do Estado na economia justifica-se quando há segmentos do mercado em que produtos somente podem ser ofertados mediante investimentos de grande porte, com longos prazos de retorno e custos marginais muito baixos.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 1: ADMINISTRADOR

Acerca de noções básicas de administração financeira e orçamentária, julgue os itens que se seguem.

75 A transformação do Estado provedor em regulador implica a modificação da cultura burocrática, de modo a estabelecer padrões de gerenciamento das políticas públicas próprios à nova função.

C

76 A função econômica do orçamento corresponde ao controle do fluxo financeiro gerado pelas entradas de recursos obtidos com a arrecadação da receita e pelos dispêndios gerados com as saídas de recursos para as despesas.

E

CESPE/TCU 2015 - Auditor Federal de Controle Externo Área: Controle Externo Especialidade: Controle Externo Orientação: Auditoria Governamental

Com referência aos aspectos doutrinários e históricos da administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

177 A situação do ótimo de Pareto decorre da atuação do Estado na economia.

E

CESPE/ANTAQ 2014 - Cargo 4: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA: QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO

No que diz respeito a aspectos da administração financeira e orçamentária pública, julgue os itens a seguir.

52 Uma das funções do Estado, em relação às falhas de mercado, é reprimir o surgimento de assimetria de informações entre os agentes econômicos de produção e de consumo.

E

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Acerca das funções e do papel do Estado e de conceitos relacionados aos bens públicos e semipúblicos, julgue os itens que se seguem.

141 O controle eficaz das fronteiras de um país é considerado um bem público típico, sendo não rival e não excludente. A oferta desse tipo de serviço é caracterizada tipicamente como o exercício da função alocativa.

C

CESPE/ICMBIO 2014 - Cargo 1: Analista Administrativo

Acerca do orçamento público e do papel do Estado nas finanças públicas, julgue os itens a seguir.

83 A função alocativa do orçamento justifica-se nos casos de provisão de bens públicos.

C

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Em relação ao orçamento público e à atuação do Estado, julgue os seguintes itens.

93 Ao assumir a condição de produtor de determinados bens e serviços, dado o vulto e risco de certas iniciativas, o Estado reconhece que o fornecimento desses produtos deve levar em conta o estágio da distribuição de renda da população.

E

CESPE/STF 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com relação às formas e dimensões da intervenção da administração na economia e às funções do orçamento público, julgue os itens seguintes.

88 A utilização, pela autoridade governamental, do orçamento público, instrumento para o controle político ou planejamento administrativo, depende da fase por que passe a economia. Se a política econômica em curso convergir para o expansionismo, deverá imperar a função controle, se ela estiver em momento contracionista, no entanto, deverá ser reforçada a função planejamento.

E

89 O Estado prioriza a estabilidade da atividade econômica quando, por exemplo, aloca recursos para satisfazer as necessidades sociais de saúde e de educação da população.

E

Julgue os próximos itens, a respeito da despesa pública e suas dotações.

CESPE/TCU 2013 - Auditor Federal de Controle Externo

Com relação às funções do governo, julgue os itens a seguir.

153 A redistributividade da receita tributária implica a transferência de recursos entre diferentes esferas da administração. Isso significa que a aprovação dos recursos não guarda relação com as bases tributárias de cada jurisdição. Os objetivos de redução das desigualdades ou de equalização da disponibilidade final dos recursos é apenas um atributo adicional que tem caracterizado o Sistema Tributário Nacional.

C

154 A existência de externalidades é um dos exemplos de falhas de mercado. O governo pode incorporá-las ao custo ou ao benefício privado, refletido pelo sistema de preços. Quando o governo abre mão de parcela de seus recursos, mediante a concessão de incentivo fiscal a determinado setor ou produto, isso constitui uma externalidade positiva para as respectivas empresas.

C

CESPE/MPU 2013 - CARGO 6: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: FINANÇAS E CONTROLE

Julgue os próximos itens, relativos a finanças e políticas públicas.

68 Uma condição básica para elaboração e execução de políticas públicas é o aparelhamento do estado, com capacidade técnica e governabilidade.

C

CESPE/MPU 2013 - CARGO 8: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

A respeito do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas, julgue os itens a seguir.

51 A atividade estatal na alocação de recursos justifica-se naqueles casos em que não houver a necessária eficiência por parte do mecanismo de ação privada, como no caso de investimentos e infraestrutura econômica.

C

52 A corrente doutrinária que tem como base os estudos de Mayer adota o critério de classificação das leis de acordo com seu conteúdo jurídico, e não segundo o órgão de onde emanam. Assim, entende essa corrente que o orçamento apresenta extrinsecamente a forma de uma lei, mas seu conteúdo é de mero ato administrativo.

C

53 O mecanismo básico da política de estabilização econômica é a ação estatal sobre a demanda agregada, uma vez que essa ação aumenta ou reduz a referida demanda conforme as necessidades.

C

CESPE/TRT 8ª Reg – Cargo 11: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

A função do orçamento que se relaciona ao exercício de atividade empresarial por parte do Estado denomina-se função

- A alocativa.
- B fiscal.
- C de seguridade.
- D distributiva.
- E estabilizadora.

LETRA A

CESPE/MJ 2013 - Cargo 2: ADMINISTRADOR

Com relação às receitas públicas e à atividade do governo nas finanças públicas, julgue os itens a seguir.

88 A intervenção direta do setor público em setores de infraestrutura, que caracteriza o exercício da função alocativa, justifica-se pela dificuldade do setor privado para aplicar recursos em projetos de grande porte.

C

89 Ao empregar recursos públicos em programas de construção de moradias populares para a população de baixa renda, o Estado exerce a função distributiva.

C

CESPE/MPOG 2013 - temp/Categoria Profissional 3: Técnico de Nível Superior – SPU/UCP

Acerca de orçamento público, julgue os itens a seguir.

82 A União exerce a função alocativa quando adota medidas e realiza investimentos para criar condições favoráveis que permitam ao setor privado oferecer produtos à sociedade.

C

83 A manutenção do nível de emprego e a estabilidade dos preços são objetivos característicos da função distributiva.

E

CESPE/MS 2013/Cargo 3: Administrador

Em relação aos princípios orçamentários e às funções do orçamento público, julgue os próximos itens.

75 Ao promover ajustamentos na distribuição de renda por meio da entrega gratuita de medicamentos à população, o Estado exerce função estabilizadora.

E

CESPE/MI 2013 - Cargo 1: Analista Técnico Administrativo

A respeito do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas, julgue os itens que se seguem.

52 A elevada despesa pública não supre a necessidade da sociedade por bens e serviços, o que faz com que o setor privado, em sua eficiência, intervenha nas ações do governo, mitigando as falhas de mercado.

E

53 Com a evolução do orçamento como instrumento de planejamento, ampliaram-se as atribuições econômicas governamentais voltadas para a promoção de ajustamentos na alocação de recursos, na distribuição de renda e na manutenção da estabilidade econômica.

C

54 O Estado é um ente ordenador da economia e garantidor dos processos de reprodução do capital.

C

CESPE/MI 2013 - Cargo 4: Administrador

Em relação à atuação no governo nas finanças públicas e ao orçamento público, julgue os próximos itens.

102 A função estabilizadora do Estado consiste na intervenção do governo na economia, mediante políticas fiscal e monetária, para protegê-la de flutuações bruscas, caracterizadas por desemprego em alta ou por inflação em alta.

C

CESPE/MME 2013 - Cargo 2: Analista Financeiro

QUESTÃO 71

De acordo com a teoria das finanças públicas, a intervenção do Estado na economia justifica-se pela existência de falhas de mercado, sob as quais os mecanismos de mercado são incapazes de garantir uma alocação ótima de recursos. No que se refere às falhas de mercado, assinale a opção correta.

A Nas situações de monopólio natural, o processo produtivo caracteriza-se por apresentar retornos decrescentes de escala, ou seja, o custo unitário de produção decresce com a escala de produção.

B As externalidades negativas são situações em que o consumo de determinado bem produz efeitos adversos para o agente consumidor.

C A diferença no nível de informação dos agentes econômicos sobre determinado bem ou serviço disponível na economia é uma falha de mercado.

D De acordo com a teoria das finanças públicas, os caronas ou *free riders* decorrem das características de rivalidade e exclusão, atributos inerentes aos bens públicos.

E A provisão dos bens públicos é feita de forma gratuita pelo Estado, haja vista a impossibilidade de sua precificação.

LETRA C

QUESTÃO 72

As ações do governo na economia, por meio da política fiscal, cumprem três funções básicas: alocação, distribuição e estabilização. Com relação a essas funções, assinale a opção correta.

A A autorização do governo para a criação de banco de dados com informações sobre o histórico de crédito dos agentes econômicos qualifica-se, primordialmente, como ação relacionada à função estabilizadora.

B O provimento de segurança pública qualifica-se essencialmente como uma ação do governo no âmbito da sua função estabilizadora.

C A intervenção indireta do Estado na atividade produtiva por meio da viabilização de financiamentos para grandes projetos pode ser classificada, primordialmente, como ação no âmbito de sua função alocativa.

D O programa Bolsa Família, por ser um programa de transferência direta de renda, insere-se, essencialmente, na função alocativa do governo.

E A função distributiva relaciona-se diretamente ao provimento de bens públicos à parcela mais desfavorecida da população.

LETRA C

CESPE/MME 2013 - Cargo 3: Gerente de Projeto

QUESTÃO 88

Assinale a opção correta acerca da dimensão clássica de intervenção da administração pública na economia.

A Em uma situação eficiente, segundo Pareto, todos os agentes econômicos possuem o mesmo nível de distribuição de renda.

B Se ao Estado é facultada a aplicação de um imposto pigouviano, conclui-se que essa forma de tributo é capaz de resolver o problema de externalidades negativas acerca da economia, e justifica, portanto, a intervenção do governo nas relações econômicas.

C As externalidades são efeitos externos que afetam diretamente o preço dos bens; portanto, a intervenção governamental é justificada e deve ocorrer por meio da alteração do sistema de preços.

D Ainda que se levem em conta os problemas de externalidades negativas, o sistema de preços de mercado é sempre a melhor opção para assegurar a alocação eficiente dos recursos escassos.

E O mercado privado é sempre capaz de ofertar níveis eficientes de bens não rivais e não excludentes.

LETRA B

CESPE/MME 2013 - Cargo 6: Assistente Financeiro

QUESTÃO 72

A função do Estado responsável pela oferta de bens meritórios e semipúblicos é denominada

A controle.

B distributiva.

C legislativa.

D estabilizadora.

E alocativa.

LETRA E

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Com referência a administração financeira e orçamentária, julgue os itens de 112 a 115.

112 A atuação em situações conhecidas como falhas de mercados é uma forma clássica de intervenção da administração na economia, sendo a provisão de bens públicos puros, cujo consumo é não excludente e não rival, um exemplo desse tipo de ação. Nesses termos, a oferta de serviços públicos de saúde poderia ser definida como típico caso de provisão de bens públicos.

E

CESPE/SEGER ES 2012 - Cargo: Analista do Executivo – Área de Formação 1: Administração

QUESTÃO 46

Com relação ao papel do Estado e à atuação do governo nas finanças públicas, assinale a opção correta.

A A função distributiva do Estado decorre do reconhecimento de ser o mercado incapaz de conduzir a sociedade a uma estrutura de distribuição de renda que seja considerada justa ou equitativa.

B Os bens meritórios, assim como os bens privados, são divisíveis para o consumo individual, não se sujeitando ao princípio da exclusão.

C O Estado, ao exercer sua função estabilizadora, propicia maior estabilidade econômica à sociedade, conforme o princípio do ótimo de Pareto, segundo o qual há eficiência econômica quando a melhoria da situação econômica de uma pessoa não implica a piora na situação de outra.

D A atividade estatal na alocação de recursos públicos justifica-se pela necessidade de produção de um bem do qual os consumidores são excluídos caso não o paguem.

E De acordo com a Lei de Wagner, o crescimento das despesas estatais que ocorreu a partir do século XIX deveu-se à inelasticidade das despesas públicas em relação ao crescimento econômico dos países.

LETRA A

CESPE/ANAC 2012 - Cargo 2: Analista Administrativo – Área 2

Com relação à função e aos princípios do orçamento público, julgue os itens a seguir.

61 A efetividade pressupõe o alcance dos fins propostos e a eficácia, o uso econômico dos recursos públicos disponíveis.

E

62 A função alocativa do orçamento público liga-se à provisão de bens e serviços pelo Estado.

C

63 A função estabilizadora, que corresponde à utilização dos recursos públicos para estimular a estabilidade macroeconômica do país, é a mais antiga das funções de orçamento público.

E

CESPE/ANAC 2012 Cargo 9: Especialista em Regulação de Aviação Civil – Área 4

No que se refere a economia do setor público, julgue os itens a seguir.

75 A função de estabilização da economia difere das funções alocativa e distributiva por utilizar instrumentos macroeconômicos para manter o nível adequado de utilização dos recursos e do balanço de pagamentos.

C

CESPE/TRT 10ª Região 2012 – Cargo 1: Analista Judiciário – Área Administrativa

103 O investimento na infraestrutura econômica configura um dos campos exclusivos da função distributiva do orçamento.

E (gab. Extraoficial)

CESPE/TJ RR 2012 - Cargo 1: Administrador

Acerca do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas, julgue os itens a seguir.

102 Entre os motivos que ensejam a intervenção do Estado na economia inclui-se a existência de bens públicos e de externalidades.

C

103 Ao determinar o tipo e a quantidade de bens e serviços públicos que devem ser oferecidos, bem como o valor das contribuições de cada consumidor, o governo exerce sua função estabilizadora, mediante a aplicação de uma política monetária.

E

104 As formas de intervenção do Estado voltadas a mercados incompletos incluem a intervenção na concessão de crédito de longo prazo direcionado ao financiamento dos investimentos do setor produtivo, por meio dos bancos públicos, e a realização direta de investimentos, por intermédio das empresas públicas.

C

CESPE/ TCE-ES 2012 - Cargo: Auditor

No que se refere à economia do setor público, julgue os itens subsequentes.

71 Em um país com superávit primário e déficit operacional, os juros pagos são maiores que as necessidades de financiamento no conceito operacional.

C

72 O funcionamento do sistema de mercado com presença do governo é capaz de assegurar altos níveis de emprego, porém desestabiliza os preços nessa economia.

E

73 O governo de Fernando Collor caracteriza-se como produtor e o de Fernando Henrique Cardoso, como provisor.

E

74 Uma política protecionista, por meio do aumento das alíquotas de importação, atende à função estabilizadora do Estado, pois reduz os preços dos bens nacionais, ajudando a controlar a inflação.

E

75 A adoção de uma política tributária de aumento generalizado de impostos indiretos possibilita que o governo cumpra sua função distributiva.

E

CESPE/ TCDF 2011 - Cargo: Auditor de Controle Externo

Julgue os itens que se seguem, acerca da presença do Estado na economia.

163 As funções econômicas governamentais são alocativa, distributiva e estabilizadora. Um exemplo de função estabilizadora são os gastos com educação, com saúde e com segurança pública.

E

164 No Brasil, não existe um modelo único de Estado regulador, haja vista a vigência, no país, de modelos de regulação que estimulam a concorrência entre empresas e de modelos para o desenvolvimento setorial.

C

165 A formulação de regras é o instrumento do Estado regulador e a alocação orçamentária é a sua principal área de conflito político.

E

166 A teoria do gasto público e a das funções do governo fundamentam-se nas falhas de mercado, que incluem a existência de bens públicos e os monopólios naturais.

C

CESPE/TCU/2011 - Cargo 1: Auditoria Governamental

Acerca de aspectos relacionados com as funções de governo, julgue os itens que se seguem.

119 A adequação entre o montante global de despesas e o volume previsto para a arrecadação não deve ser a única preocupação dos formuladores da política fiscal do governo federal.

C

120 Bens públicos são aqueles que, embora passíveis de exploração pelo setor privado, têm sua produção assumida pelo Estado, porque constituem uma necessidade coletiva ou estão associados a benefícios sociais importantes.

E

CESPE/EBC 2011 - Cargo 11: Analista de Empresa de Comunicação Pública – Atividade: Economia

Julgue os itens subsequentes, relativos às funções econômicas do governo.

71 Em ocasiões em que o desemprego prevalece, a atuação do governo no sentido de aumentar o nível de demanda no mercado com a recolocação da produção no pleno emprego é um exemplo de aplicação da função distributiva do Estado.

E

72 A existência de bens de consumo não exclusivos e não rivais é um aspecto que permite justificar a intervenção do governo na economia.

C

73 A função alocativa do governo se justifica pela necessidade da oferta de bens e serviços desejados pela sociedade, mas que não são provisionados pelo sistema de mercado.

C

74 Em uma economia de livre mercado, sem a interferência do governo, fatores como a oportunidade educacional, a habilidade individual e a propriedade dos fatores de produção permitem garantir uma distribuição mais igualitária da riqueza gerada pelo sistema econômico.

E

CESPE/PERÍCIA FORENSE – CE – PEFOC 2011 - Cargo 5: Perito Criminal de 1.ª Classe – Área de Formação: Engenharia Civil

A respeito dos princípios de planejamento e de orçamento públicos, julgue os itens seguintes.

97 Escolhas orçamentárias na busca da estabilidade de preços, visando ao crescimento econômico, é uma função alocativa do orçamento.

E

CESPE/ABIN 2010 - Cargo 1: Oficial Técnico de Inteligência – Área de Administração

O orçamento público pode ser analisado sob diferentes perspectivas. Sob a ótica político-jurídica, por exemplo, percebe-se maior controle do Poder Legislativo sobre o Executivo; sob o ponto de vista econômico, verifica-se a possibilidade de o Estado intervir na economia, incentivando os setores considerados estratégicos, bem como transferir renda entre segmentos da sociedade. Considerando a evolução conceitual e histórica do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

82 De acordo com a concepção tradicional, o orçamento público é caracterizado como mero inventário dos meios com os quais o Estado conta para cumprir suas tarefas, sendo as funções de alocação, distribuição e estabilização relegadas a segundo plano.

C

CESPE/ MPS 2010 SIMPLIFICADO - NÍVEL IV: ÁREA DE ATUAÇÃO – ANÁLISE DE COMPROVANTES DE REPASSE E PARCELAMENTO

Em relação às funções econômicas do governo, julgue os itens a seguir.

91 Por meio da política alocativa, o governo pode reduzir os gastos públicos, com o objetivo de inibir o consumo na sociedade, e elevar a alíquota de impostos, visando assegurar o controle dos preços na economia.

E

92 O aumento da carga tributária incidente sobre a renda e o patrimônio nos últimos anos no Brasil é um exemplo da função distributiva do governo, que passou a promover redistribuição de renda tributando, em maior medida, os indivíduos pertencentes às camadas de renda mais alta, transferindo-se os recursos para o pagamento de benefícios previdenciários.

E

93 O desenvolvimento do sistema de seguridade social no Brasil após a Constituição Federal de 1988 é um exemplo do cumprimento da função distributiva do governo.

C

94 A intervenção direta do setor público na produção de bens e serviços privados, principalmente nos setores de infraestrutura, está em consonância com a função alocativa do governo.

C

95 As políticas públicas do Estado, principalmente a monetária e a fiscal, com vistas a promover um alto nível de emprego na economia, são exemplos da função estabilizadora exercida pelo governo.

C

CESPE/IPEA 2008 - Cargo 6: Técnico de Desenvolvimento e Administração – Perfil: Gestão de Orçamento e Finanças

Em relação às funções do governo, julgue os itens a seguir.

86 O objetivo do governo, quando procura interferir no mercado de instituições privadas de previdência, geralmente, é impedir a formação da concorrência monopolística.

E

87 A política tributária voltada para bases tributárias de baixa mobilidade territorial favorece a autonomia dos governos subnacionais.

C

88 Após a Segunda Guerra Mundial, os deficits públicos excessivamente altos e a crise econômica mundial levaram à assinatura do Acordo de Bretton Woods e à criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). É correto afirmar que, nessas circunstâncias, a maior preocupação dos formuladores de políticas públicas devia ser com a função alocativa dos governos.

E

Com relação às funções de governo e às políticas econômicas, julgue os itens a seguir.

106 Os mecanismos de mercado são insatisfatórios para o atendimento das necessidades sociais. Isso significa que os consumidores dos bens e serviços que satisfazem essas necessidades não podem estar sujeitos ao princípio da exclusão. Nessas circunstâncias, a condição é de igual consumo para todos, paguem ou não por tais bens e serviços.

C

107 As transferências, da mesma forma que os tributos, são mecanismos utilizados pelos governos para promoverem ajustes na distribuição de renda de uma população, com o objetivo de transferirem recursos da iniciativa privada para o setor público.

E

108 A intervenção do governo na economia ao promover a fusão e a incorporação de bancos estatais pode ser justificada como reação a uma imperfeição de mercado, gerada pela maior concentração de instituições privadas no setor, e, portanto, como uma forma de limitar a capacidade dessas empresas na formação de preços. Uma alternativa seria limitar as fusões e incorporações no setor privado.

C

CESPE/ MCT 2008 - cargos de códigos B22; C4, E2, E6 e E9

O papel desempenhado pelo governo é fundamental para o funcionamento adequado das modernas economias de mercado. Em conformidade ao arcabouço teórico e aplicado, desenvolvido no âmbito da economia do setor público, julgue os itens seguintes.

91 Investimentos públicos na área de infra-estrutura e em setores econômicos estratégicos constituem exemplos típicos da função alocativa do governo.

C

9. ORÇAMENTO PÚBLICO E SUA EVOLUÇÃO. ORÇAMENTO COMO INSTRUMENTO DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

De acordo com os princípios, as técnicas e o ciclo relacionados ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

71 O orçamento-programa é uma técnica orçamentária que promove a integração do orçamento com o planejamento das ações do governo.

C

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 25: ANALISTA JUDICIÁRIO ESPECIAL – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: CONTADOR

Acerca do orçamento público e das classificações orçamentárias, julgue os itens a seguir.

81 O orçamento público, instrumento vital à gestão administrativa, possibilita a transparência e o controle dos gastos governamentais, bem como a eficiência da alocação dos recursos públicos.

C

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 1: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Relativamente ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

94 A técnica orçamentária conhecida como base zero exige uma reavaliação periódica das despesas associadas a cada ação ou programa.

C

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 2: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Relativamente ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

62 A visão do orçamento público como uma lei que fixa a despesa e estima a receita é própria do orçamento programa.

E

CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: ADMINISTRAÇÃO

Em relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens que se seguem.

88 O orçamento de desempenho enfatiza os objetivos e propósitos perseguidos pela instituição, além das medidas de desempenho, com a finalidade de medir as realizações, os esforços despendidos na execução dos programas e a responsabilidade pela execução.

E

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

A respeito do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

143 O programa de atuação do poder público, em suas várias esferas, é expresso por meio do orçamento público.

C

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

A respeito de técnicas orçamentárias e ciclo orçamentário, julgue os itens a seguir.

62 Chama-se orçamento programa a técnica orçamentária voltada para a avaliação e a tomada de decisão sobre despesas segundo a qual as ações de um programa governamental, ou parte delas, constituem unidades de decisão cujas necessidades são avaliadas em pacotes de decisão.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 1: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: GERAL

A respeito de finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

101 O orçamento público é um instrumento de planejamento governamental em que constam as despesas da administração pública para um ano, em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas.

C

102 O orçamento público é um processo dinâmico que evoluiu com o tempo; no percurso histórico, o orçamento moderno ficou conhecido por ser um instrumento de controle, com vistas a avaliar vis-à-vis as receitas e as despesas.

E

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 4: TÉCNICO PROCESSUAL

Relativamente a aspectos relacionados ao orçamento público, julgue os itens que seguem.

70 O conceito de orçamento público modifica-se ao longo do tempo, em razão das mudanças sofridas nas funções do próprio orçamento.

C

72 O orçamento de base zero é a técnica orçamentária por meio da qual, a cada exercício, o orçamento do exercício anterior é descartado, construindo-se novas projeções, tanto de despesa quanto de receita.

E

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 1: ANALISTA CONTÁBIL

Tendo em vista que o orçamento público é um dos mais importantes instrumentos utilizados na gestão das finanças públicas de um país, julgue os itens a seguir, a respeito do orçamento público no Brasil.

114 O orçamento base-zero é o método predominante de organização do orçamento público no Brasil e vem sendo utilizado para a avaliação e tomada de decisões sobre as despesas públicas da União e dos governos estaduais.

E

CEBRASPE/MCOM-2022 – ATIVIDADE 2: ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELLECTUAL

Relativamente ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

52 Orçamento público é um conceito em evolução, tendo passado de ferramenta de controle político sobre o Poder Executivo para instrumento de administração pública.

C

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 5: TÉCNICO AMBIENTAL

No que diz respeito ao conceito de orçamento público, às suas técnicas, aos seus princípios e ao seu ciclo, julgue os itens a seguir.

64 No orçamento base zero, há a garantia de que os dispêndios de cada área governamental sejam mantidos no mesmo montante para o exercício financeiro seguinte.

E

CEBRASPE/DPDF-2022 – CARGO 2: ANALISTA DE APOIO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Sabendo que o orçamento público é o principal documento de políticas públicas do governo, julgue os itens a seguir.

95 No orçamento, as despesas são estimadas e as receitas são fixadas, devendo-se manter o equilíbrio entre ambas.

E

97 O orçamento tradicional fundamenta-se em realizações.

E

CEBRASPE/SEFAZ-CE 2021 – CARGO 2: AUDITOR FISCAL CONTÁBIL-FINANCEIRO DA RECEITA ESTADUAL

O Orçamento público é o instrumento utilizado pelo governo para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos (impostos, taxas, contribuições de melhoria, entre outros). Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes. A respeito desse assunto, julgue os itens a seguir.

71 O orçamento de desempenho é primordialmente calcado nos aspectos contábeis e está dirigido mais para os produtos gerados pela administração pública que para os resultados propriamente ditos.

E

CESPE/CODEVASF 2021 – Todos os cargos – Conhecimentos Básicos

Com relação ao orçamento público, julgue os itens seguintes.

27 Orçamento público é um mecanismo de controle político dos órgãos de representação sobre o Poder Executivo, independentemente das mudanças ocorridas nas funções do Estado.

E

29 A definição prévia e clara dos objetivos governamentais é condição para a adoção de um orçamento-programa.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 1 – Administração

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos. Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes. A respeito desse assunto, julgue os próximos itens.

101 Sabendo-se que o orçamento do Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), criado em 1938, caracterizava-se, assim como o orçamento de outros órgãos públicos, por ser um simples quadro demonstrativo das receitas e despesas públicas, é correto afirmar que o orçamento do DASP é um exemplo da utilização da técnica do orçamento base-zero.

E

CESPE/MPE-CE 2020 – Cargo 1 – An. Min. – Administração

A respeito de finanças públicas, julgue os itens que se seguem.

78 O orçamento público é um instrumento de planejamento governamental em que constam as despesas da administração pública em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas para um período de dois anos.

E

79 A técnica orçamentária do orçamento clássico ou tradicional caracteriza-se por uma acentuada preocupação com o atendimento das necessidades da coletividade.

E

CESPE/TJ-AM 2019 - Analista Judiciário - Contabilidade

A respeito de planejamento governamental, julgue os itens a seguir.

101 Tanto no orçamento de desempenho quanto no orçamento-programa, a classificação da despesa é feita de acordo com o objetivo final do gasto.

C

CESPE/ SLU 2019 - Cargo 1: ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Com relação a técnicas orçamentárias e aos princípios orçamentários, julgue os itens a seguir.

106 No orçamento-programa, o aspecto jurídico do orçamento sobrepõe-se ao aspecto econômico.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. No orçamento tradicional, o aspecto econômico tinha posição secundária. As finanças públicas caracterizavam-se por sua “neutralidade”: equilíbrio financeiro impunha-se naturalmente e o volume do gasto público não chegava a pesar significativamente em termos econômicos. Os tratadistas clássicos preferiam analisar questões ligadas à tributação e seus efeitos, considerando a despesa pública como um mal necessário. Ao lado, porém, desse pequeno interesse pelas implicações econômicas, especialmente da despesa pública, obtinha destaque o aspecto jurídico do orçamento. Já no orçamento-programa, o aspecto econômico do orçamento ganha maior relevância em detrimento do aspecto jurídico, principalmente em função dos efeitos da política fiscal no produto interno bruto de um país.

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 4

A respeito de orçamento público, julgue os itens seguintes.

71 O orçamento-programa consiste no processo de elaboração de orçamento que exige dos gestores, a cada novo exercício, a justificativa detalhada dos recursos solicitados.

E

CESPE/MP-PI 2018 - Cargo 1: ANALISTA MINISTERIAL – ÁREA: ENGENHARIA – ESPECIALIDADE: ENGENHARIA CIVIL

Julgue os próximos itens, relativos aos tipos de orçamentos públicos.

108 Uma das características do orçamento-programa consiste na necessidade de justificar todos os programas cada vez que se inicia um novo ciclo orçamentário.

E

109 O orçamento participativo contempla a participação da população no processo decisório por meio de lideranças ou de audiências públicas.

C

110 A Constituição Federal de 1988 consolidou a adoção do orçamento-programa ao vincular o processo orçamentário ao plano plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

C

CESPE/MP-PI 2018 - Cargo 6: TÉCNICO MINISTERIAL – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Julgue os itens seguintes, relativos ao orçamento público.

71 O orçamento, importante instrumento de planejamento de qualquer entidade pública ou privada, representa o fluxo previsto de ingressos financeiros e a aplicação desses recursos em determinado período de tempo.

C

72 O orçamento-programa, que é o orçamento público no qual constam apenas a previsão da receita e a fixação da despesa, constitui uma peça meramente contábil-financeira, sem nenhum planejamento de ação do governo, voltada preferencialmente às necessidades dos órgãos públicos.

E

CESPE/STJ 2018 - Cargo 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

A respeito das técnicas, dos princípios e do ciclo orçamentários, julgue os itens a seguir.

110 A ideia central do orçamento por resultados é que os cidadãos devem explicitar quais os resultados que querem em contrapartida aos recursos repassados ao setor público.

C

CESPE/STM 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Acerca de administração financeira e orçamentária e do orçamento público no Brasil, julgue os próximos itens.

76 Os programas executados de acordo com a técnica do orçamento-programa devem ser zerados ao final do exercício financeiro, a fim de que os órgãos públicos sejam obrigados a demonstrar os custos e benefícios de cada programa, sob pena de descontinuidade dos programas.

E

CESPE/STM 2018 - Cargo 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com relação a técnicas e princípios orçamentários, julgue os itens seguintes.

93 O orçamento incremental tem como base as receitas e despesas ocorridas no período anterior, sobre as quais são feitos ajustes marginais.

C

94 O orçamento de desempenho surgiu nos Estados Unidos da América, na década de 50 do século passado, com o nome de PPBS (Planning Programming Budgeting System), onde foi primeiramente adotado por empresas privadas.

E

CESPE/TCE-PE 2017 - Cargo 1: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS

A respeito de orçamento público, julgue os itens a seguir.

73 Prevalece no Brasil a compreensão de que o orçamento público é lei apenas em sentido formal, visto que é aprovado pelo Poder Legislativo, mas é substancialmente ato de natureza político-administrativa, insuscetível de hospedar normas gerais ou abstratas próprias de lei em sentido material.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: PROCURADORIA

Julgue os itens seguintes, relativos ao orçamento público.

102 O foco primordial do orçamento tradicional é o detalhamento da despesa, e não o atendimento às necessidades da sociedade ou aos objetivos que motivam a elaboração do orçamento.

C

105 Além de ser um dos instrumentos de gestão mais antigos da administração pública, o orçamento público é um conceito estático cujas funções têm permanecido inalteradas desde a sua criação.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 20: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito do orçamento público, instrumento de gestão de maior relevância da administração pública, julgue os itens a seguir.

104 A técnica orçamentária na qual a estrutura do orçamento dá ênfase aos aspectos contábeis de gestão é a do orçamento tradicional.

C

CESPE/DPU 2016 - Cargo 5: CONTADOR

A respeito do orçamento público e das receitas e despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

140 O orçamento tradicional ou clássico adotava linguagem contábil-financeira e se caracterizava como um documento de previsão de receita e de autorização de despesas, sem a preocupação de planejamento das ações do governo.

C

CESPE/DPU 2016 - Cargo 11: AGENTE ADMINISTRATIVO

A respeito de orçamento público, julgue os itens que se seguem.

66 Como documento, o orçamento público prevê as quantidades de moeda que devem entrar e que devem sair dos cofres públicos ao longo do tempo.

E

67 No orçamento público, a receita é composta de toda a arrecadação feita pelo Estado em determinado período do ano civil.

ANULADA

68 O orçamento público, como instrumento de política de estabilização, visa promover o equilíbrio econômico com mudanças na receita e na despesa.

C

70 O orçamento governamental, como plano das realizações da administração pública, tem natureza econômica e financeira não multidisciplinar.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO: AUDITOR

Com relação ao orçamento público e à atuação do governo na economia, julgue os itens a seguir.

147 As necessidades financeiras das unidades organizacionais são consideradas na elaboração do orçamento denominado clássico ou tradicional.

C

148 Para a execução do orçamento-programa, as classificações das ações de governo devem ser uniformes em todos os entes federativos.

E

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 2: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: CONTADOR

Com relação a orçamento público e orçamento-programa, julgue os itens a seguir.

97 No que diz respeito ao orçamento-programa, o programa em si é o nível máximo de classificação do trabalho a ser executado pelas unidades administrativas superiores, ao passo que as atividades são partes ou divisões do esforço total, realizados com o propósito de contribuir para a realização do produto final.

C

98 O orçamento público tradicional é um instrumento disciplinador das finanças públicas, uma ferramenta de controle e um documento com previsão de metas sociais a serem alcançadas.

E

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 7: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: FINANÇAS

Os métodos, as técnicas e os instrumentos do orçamento público permitem a identificação do sistema de classificação orçamentária e suas características. A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem.

85 No desenvolvimento do orçamento-programa, uma prioridade é o atendimento das necessidades financeiras das unidades orçamentárias, para que elas não aleguem falta de recursos para o cumprimento das metas e dos objetivos previstos.

E

86 Os custos dos programas, mensurados pela identificação dos meios e insumos necessários para a obtenção de resultados, são um dos elementos essenciais do orçamento-programa.

C

87 No orçamento tradicional, a peça orçamentária apresenta a previsão de receita e a autorização de despesa e, mesmo com a pouca relação com os anseios e as necessidades dos cidadãos brasileiros, nele há a previsão de objetivos econômicos e sociais a serem atingidos.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 15: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Acerca de técnicas e princípios relacionados com o orçamento público, julgue os itens a seguir.

90 O orçamento, instrumento de planejamento de qualquer entidade pública, é utilizado para demonstrar o fluxo fixado de receitas e despesas.

E

A respeito do processo orçamentário e do sistema de instituições públicas existente para administrá-lo, julgue os itens seguintes.

92 No Brasil, a Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Poder Executivo a prerrogativa de executar o orçamento, razão pela qual se utiliza no país a denominação técnica orçamento executivo.

E

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 1: ADMINISTRADOR

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

80 O orçamento-programa, introduzido na legislação brasileira a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, tem como preocupação básica a identificação dos custos dos programas.

E

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 2: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Julgue os itens que se seguem, relativos ao processo orçamentário e aos métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público.

112 A apuração e contabilização dos custos da execução dos programas, diferentemente da contabilidade fiscal convencional — desenvolvida de forma centralizada —, envolve diretamente as unidades executoras. A compatibilização entre as dimensões física e financeira no orçamento-programa é essencial para tornar o planejamento exequível.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 11: ENGENHEIRO – ÁREA 3

O plano plurianual (PPA) da União para o período de 2012 a 2015 incluiu

A lei do plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a lei orçamentária anual (LOA) normatizam a matéria orçamentária no Brasil, servem de ferramentas para o planejamento das ações do governo, identificam seus programas de trabalho, projetos e atividades, e estabelecem tanto os objetivos e metas a serem implementados quanto a previsão dos custos relacionados. Para isso, a LOA, orientada pela LDO, compreende o

orçamento fiscal, o de investimentos e o da seguridade social. Tendo como referência inicial essas informações, julgue os itens que se seguem.

86 A organização atual da matéria orçamentária no país inspira-se no conceito de orçamento-programa.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 22: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

Acerca das normas e dos procedimentos relativos ao orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

102 Um dos desafios do orçamento-programa é identificar os produtos finais que constituem o alvo das ações de governo: às vezes meros produtos intermediários ou de segunda linha e associados a dimensões estritamente quantitativas.

C

106 No Brasil, o marco legal considerado como referência para a adoção do modelo orçamentário-padrão, para as três esferas de governo, foi a Lei n.º 4.320/1964, inclusive no que diz respeito a um plano de contas para toda a administração pública.

C

CESPE/TCU 2015 - Auditor Federal de Controle Externo Área: Controle Externo Especialidade: Controle Externo Orientação: Auditoria Governamental

Com referência aos aspectos doutrinários e históricos da administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

173 Considerando a evolução conceitual da terminologia usada em referência ao orçamento, o Brasil utilizou o orçamento legislativo, o executivo e o misto ao longo de sua história.

C

105 Uma vantagem associada ao orçamento-programa é a redução do risco de desvirtuamento da função orçamentária em razão da ênfase atribuída à competição por mais recursos em detrimento do reconhecimento da finalidade do gasto, materializada no conjunto de ações necessárias para que se atinjam os objetivos de cada programa.

C

CESPE/DEPEN 2015 - Cargo 7: AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL – ÁREA 1

Acerca das noções básicas de orçamento público e de administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

96 O orçamento tradicional, cuja principal função é servir de instrumento de administração, é fundamental para disciplinar as finanças públicas, manter o equilíbrio financeiro e evitar a expansão dos gastos.

E

CESPE/TRE GO 2015 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

À luz das normas legais vigentes, julgue os próximos itens, a respeito do orçamento público.

110 A responsabilidade pelos objetivos consignados no plano plurianual é exclusiva, ou seja, é vedado atribuí-la a mais de um órgão.

C

CESPE/CGE-PI 2015 - Cargo 1: AUDITOR GOVERNAMENTAL – ÁREA: GERAL

Acerca do PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da LOA, das técnicas orçamentárias, da supervisão ministerial e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsecutivos.

135 Na técnica de elaboração do orçamento público, a orçamentação diz respeito aos valores financeiros de custos e recursos disponíveis para a execução de projetos, os quais devem conter a definição da quantidade de produto a ser ofertado à sociedade ao final de seu período de execução.

C

CESPE/MPU 2015 - Cargo 1: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Técnico-Administrativo – Especialidade: Atuarial

A respeito da administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

53 O orçamento de desempenho, por considerar o resultado dos gastos e os níveis organizacionais responsáveis pela execução dos programas, distingue-se do orçamento clássico.

C

CESPE/MPU 2015 - Cargo 2: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Técnico-Especializado – Especialidade: Finanças e Controle

Julgue os itens a seguir, relativos a políticas públicas e planejamento governamental.

51 Por meio do orçamento-programa é possível expressar, com maior veracidade, a responsabilidade do governo para com a sociedade, visto que o orçamento deve indicar com clareza os objetivos da nação.

C

CESPE/FUB 2015 - Cargo 8: Assistente em Administração

Julgue os itens a seguir, referentes a orçamento.

100 O Plano Plurianual (PPA) garante a continuidade de ações de um governo para o governo seguinte.

C

CESPE/ANTAQ 2014 - CARGO 7: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

No que se refere aos princípios orçamentários e às técnicas orçamentárias, julgue os itens que se seguem.

109 O orçamento base-zero é utilizado como um método que define objetivos com vistas à otimização do custo-benefício, entretanto a sua adoção prejudica a adequada vinculação do orçamento ao planejamento de longo prazo.

C

CESPE/TCDF 2014 - Cargo: Técnico de Administração Pública

Acerca do processo, das normas aplicáveis, dos métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

85 A proposta orçamentária elaborada pelo Poder Executivo federal embasa-se no conceito de orçamento base-zero, segundo o qual a existência de determinada dotação na lei orçamentária do exercício anterior não constitui garantia para a sua inclusão no exercício seguinte.

E

CESPE/TCDF 2014 - Cargo 5: Analista de Adm. Púb. - Especialidade: Serviços Téc. e Adm. – Orientação: Orçamento, Gestão Financeira e Controle

Com relação aos aspectos gerais do orçamento público e a sua implementação no Brasil, julgue os itens subsequentes.

74 Denomina-se orçamento misto o orçamento público elaborado pelo Poder Executivo e que preveja que parte dos recursos seja executada por empresas do setor privado.

E

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA IV

Tendo em vista que fiscalizar as ações do Poder Executivo é uma das funções do Poder Legislativo, e que o orçamento é um instrumento auxiliar para o cumprimento dessa função, julgue os itens subsequentes, relativos ao planejamento, aos métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público e às leis a ele relacionadas.

123 O orçamento pode ser considerado como um plano que expressa, em termos de dinheiro e por um período de tempo definido, o programa de operações do governo e os meios de financiamento desse programa.

C

CESPE/ICMBIO 2014 - Cargo 1: Analista Administrativo

Acerca do orçamento público e do papel do Estado nas finanças públicas, julgue os itens a seguir.

82 As dificuldades de se implementar a técnica de orçamento de base-zero incluem a resistência imposta pela burocracia quando a eficácia de seus programas é avaliada.

C

CESPE/CADE 2014 - Cargo 1: Analista Técnico-Administrativo

Acerca da intervenção da administração pública na economia e do uso do orçamento público como instrumento dessa intervenção, julgue os seguintes itens.

51 O orçamento público constitui o reflexo das escolhas ideológicas feitas pelo partido político ou pelo grupo político que se encontra no poder.

C

Com relação ao orçamento público, aos princípios orçamentários e aos ciclos orçamentários, julgue os itens subsequentes.

54 O orçamento público, instrumento que discrimina as despesas dos programas governamentais segundo sua natureza, enfatiza os fins almejados de modo a demonstrar o alvo e a finalidade dos gastos públicos bem como identificar o responsável pela execução desses programas.

C

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 1: ADMINISTRADOR – CLASSE A, PADRÃO I

Acerca de orçamento público e planejamento, julgue os itens a seguir.

73 No Brasil, elabora-se o orçamento do tipo legislativo, dada a competência para votar e aprovar o orçamento ser do Poder Legislativo.

E

JUSTIFICATIVA - No orçamento do tipo legislativo, o Poder Legislativo também é responsável pela elaboração, assim como pela votação e aprovação do orçamento. Mas, no Brasil, a elaboração é competência do Poder Executivo. Nessas circunstâncias, o tipo de orçamento utilizado no Brasil é do tipo misto.

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO – CLASSE A, PADRÃO I

No que se refere ao funcionamento e às normas que regem a elaboração do orçamento público, julgue os próximos itens.

68 O orçamento público constitui norma legal a ser aplicada integralmente e contém a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas pelo governo em determinado exercício financeiro, sendo objeto de estudo tanto do direito financeiro quanto do direito tributário.

E

JUSTIFICATIVA – O direito financeiro tem por objeto a disciplina jurídica de toda atividade financeira do Estado e abrange receitas, despesas e créditos públicos. O direito tributário, por sua vez, tem por objeto específico a disciplina jurídica de uma das origens da receita pública: o tributo.

Fonte: Brasil. MP. Secretaria de Orçamento Federal. Manual técnico de orçamento. MTO. Edição 2014. Brasília, 2013, p. 15.

CESPE/MDIC 2013 - Cargo 1: Analista Técnico-administrativo

66 A função política do orçamento diz respeito ao estabelecimento do fluxo de entrada de recursos obtidos por meio da arrecadação de tributos, bem como da saída de recursos provocada pelos gastos governamentais.

E

CESPE/MDIC 2013 - CARGO 2: AGENTE ADMINISTRATIVO

Julgue os itens subsequentes, relativos ao orçamento público no Brasil.

83 O orçamento público é um documento contábil e financeiro desvinculado do planejamento governamental.

E

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

A respeito do orçamento público, sua evolução, seus princípios e sua composição, julgue os itens subsecutivos.

99 O orçamento moderno abrange objetivos mais amplos que o controle financeiro sobre os atos do Poder Executivo.

C

CESPE/STF 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

A respeito do ciclo orçamentário, que é uma premissa utilizada pela SOF para nortear o desenvolvimento do seu processo de trabalho de elaboração da proposta orçamentária em cada exercício, e das técnicas orçamentárias disponíveis para elaboração do orçamento público, julgue os itens subsecutivos.

96 Entre as técnicas orçamentárias utilizadas na elaboração dos orçamentos públicos, a técnica do orçamento-programa é uma das mais conhecidas, sendo de ampla aceitação para um programa de funcionamento as categorias programáticas programa, subprograma, atividade e tarefas.

C

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 1: Administração / Economia

QUESTÃO 43

Com a perspectiva da aprovação do orçamento impositivo no Brasil,

A o Poder Executivo não poderá propor modificações, durante o exercício, das ações introduzidas pelos parlamentares.

B haverá um fortalecimento do Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária.

C o Poder Executivo estará obrigado a arrecadar a receita prevista.

D a execução da despesa não dependerá das condições operacionais associadas à realização das obras e serviços autorizados.

E a execução do orçamento continuará dependendo da realização da receita.

LETRA E

CESPE/MPU 2013 - CARGO 6: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: FINANÇAS E CONTROLE

Julgue os itens subsequentes, relativos ao planejamento governamental no Brasil.

60 Sob a óptica do planejamento governamental, observa-se que, na evolução do orçamento público, ao longo do tempo, o orçamento tradicional que surgiu como instrumento formalmente acabado na Inglaterra, no século XIX, está em ponto extremo ou em situação diametralmente oposta ao orçamento moderno, que surgiu nos Estados Unidos, no início do século XX.

C

61 Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, restabeleceu-se ao Legislativo a prerrogativa de propor emendas ao projeto de lei do orçamento, um direito especial que lhe havia sido retirado pela Constituição outorgada de 1967.

C

CESPE/TRT 8ª Reg - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

QUESTÃO 42

Assinale a opção correta acerca do orçamento-programa.

A A classificação programática, consubstanciada em programas e atividades, subdivide-se em origem, espécie e subalínea.

B O sistema de mensuração do orçamento-programa é estruturado nos níveis forte, mediano e fraco de mensuração e evidenciação.

C No orçamento-programa, a locação de recursos visa à aquisição de meios com ênfase nos aspectos contábeis da gestão administrativa governamental.

D Os elementos essenciais do orçamento-programa são os objetivos e propósitos almejados, os mecanismos de medidas de desempenho, os programas e seus respectivos custos.

E A atividade, elemento do orçamento-programa, tem a função de disponibilizar um bem de capital à sociedade ao final da execução orçamentária.

LETRA D

CESPE/TRT 8ª Reg – Cargo 11: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

QUESTÃO 57

Assinale a opção que apresenta orçamento com ênfase no objetivo do gasto público que não constitui instrumento de planejamento.

- A orçamento por objeto
- B orçamento base-zero
- C orçamento programa
- D orçamento por desempenho
- E orçamento clássico

LETRA D

QUESTÃO 60

Assinale a opção que apresenta orçamento em cuja concepção se utiliza o PDCA (plan, do, check, act).

- A orçamento por desempenho
- B orçamento por programa
- C orçamento base-zero
- D orçamento tradicional
- E orçamento por objeto

LETRA B

CESPE/MTE 2013 - CARGO: AUDITOR-FISCAL DO TRABALHO

Acerca de aspectos diversos do orçamento público, julgue os itens seguintes.

77 A evolução ocorrida nas funções do orçamento, que deixou de ser um mero instrumento de autorização para se tornar ferramenta de auxílio efetivo da administração, gerou um novo princípio, o da programação.

C

CESPE/MJ 2013 - Cargo 1: Analista Técnico-Administrativo

A respeito de orçamento público, julgue os itens seguintes.

82 Historicamente, o orçamento inglês é importante por esboçar as convicções de natureza técnico-jurídica desse instrumento e por difundir a instituição orçamentária para outras nações.

C

84 Tendo a experiência norte-americana como referência e estimulados pelas orientações contempladas nos manuais da Organização das Nações Unidas, diversos países da América Latina, com exceção do Brasil, adotaram, na década de 60 do século passado, o Sistema de Planejamento, Programação e Orçamento (PPBS) como instrumento orçamentário.

E

85 O orçamento público, como instrumento de planejamento e de controle da administração pública, possibilita a comparação entre diversas funções e programas de governo entre si, além de facilitar o exame da função total do governo e de seu custo em relação ao setor privado da economia.

C

86 Credita-se ao sistema orçamentário francês a instituição de certas regras, que, atualmente, são dadas como básicas nas concepções doutrinárias do orçamento público, como a anualidade do orçamento, a não vinculação de itens da receita a despesas específicas e o princípio da universalidade.

C

CESPE/MJ 2013 - Cargo 2: ADMINISTRADOR

Acerca dos princípios orçamentários, da técnica e da classificação orçamentária, julgue os itens seguintes.

76 A implantação da classificação funcional e programática facilitou o redirecionamento da administração pública do modelo burocrático para o modelo gerencial.

C

77 A técnica orçamentária adotada no setor público brasileiro é a do orçamento clássico, com ênfase no objeto do gasto, por meio da fixação da despesa sem vinculação ao planejamento.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Com relação às características específicas do orçamento-programa, julgue os itens seguintes.

64 O orçamento-programa fornece subsídios ao planejamento, visto que possibilita a ligação entre o controle da execução orçamentária e a elaboração orçamentária.

C

65 O orçamento-programa deve expressar o produto final que, quantificado como meta, representa o objetivo da ação pública, ainda que a perspectiva do programa seja plurianual.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO

A respeito do orçamento-programa, julgue os itens a seguir.

85 O orçamento-programa, que passou a integrar a legislação a partir da Constituição Federal de 1988 (CF), consolidou a vinculação do orçamento ao planejamento constante do plano plurianual.

E

86 A elaboração do orçamento com ênfase nas necessidades das unidades organizacionais e nos aspectos contábeis caracteriza o orçamento-programa.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 1: Analista Administrativo – Área: Administração

A respeito das diversas formas de organização e operacionalização do orçamento, julgue os itens seguintes.

77 Para que o governo consiga atuar com eficiência e eficácia, faz-se necessária uma boa integração entre os diversos programas e projetos por ele desenvolvidos. Nesse sentido, o tripé planejamento, programação e orçamentação atua como elo fundamental para a obtenção de coerência das diversas ações desenvolvidas pelo governo.

C

79 O orçamento base-zero não tem como foco a apresentação e organização da peça orçamentária, mas sim a avaliação e o auxílio à tomada de decisão.

C

80 Como técnica orçamentária, o orçamento de desempenho negligencia os propósitos e objetivos dos créditos, priorizando a construção de indicadores que permitam a aferição dos resultados a partir de medidas simples e objetivas de desempenho.

E

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 6: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ADMINISTRAÇÃO

Com relação a orçamento público, julgue os itens que se seguem.

108 O orçamento não se restringe a um documento de caráter contábil e administrativo, se for elaborado e executado de acordo com técnicas orçamentárias modernas amplamente referendadas.

C

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 11: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

Acerca do orçamento publico, julgue os itens subsequentes.

95 O orçamento-programa é aquele que tem entre seus elementos essenciais os programas de governo consubstanciados em instrumentos de integração dos esforços governamentais no sentido da concretização dos objetivos.

C

No que se refere ao orçamento publico no Brasil, julgue os próximos itens.

96 Na estrutura do Orçamento-Programa tem-se como elemento básico os programas de governo que são largamente empregados no âmbito do planejamento governamental.

C

CESPE/MI 2013 - Cargo 1: Analista Técnico Administrativo

A respeito do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas, julgue os itens que se seguem.

51 O orçamento moderno, produto da evolução do orçamento público, consiste no demonstrativo de autorizações do legislativo e tem como finalidade a rigidez da gestão administrativa e a redução da despesa pública.

E

CESPE/UNIPAMPA 2013 - Cargo 1: Administrador

No que se refere ao orçamento público, julgue os itens subsequentes.

70 No orçamento base zero, salvo os casos especificados em lei, os programas devem ser justificados a cada exercício financeiro, respeitando-se os direitos adquiridos sobre verbas anteriormente outorgadas.

E

CESPE/UNIPAMPA 2013 - Cargo 6: Contador

No que diz respeito a orçamento público, julgue os próximos itens.

55 No orçamento-programa, são previstos todos os custos dos programas de governo, inclusive os que extrapolam o exercício da programação orçamentária.

C

56 No orçamento de desempenho, consideram-se os seguintes fatores para a mensuração da atuação: economia de custos ou insumos, eficiência técnica na obtenção dos produtos e eficácia dos resultados pretendidos pelas políticas governamentais.

C

57 O orçamento tradicional deve ser elaborado com base na dimensão estratégica governamental definida no processo de planejamento e programação econômico-financeira aprovada pelas unidades orçamentárias.

E

58 Um dos critérios de classificação dos gastos públicos é o funcional-programático, uma classificação híbrida própria do orçamento-programa.

C

59 No orçamento tradicional, utilizam-se indicadores e padrões de medição para a avaliação dos resultados obtidos na execução dos programas de governo.

E

CESPE/SERPRO 2013 - Cargo 16 – Analista – Especialização: Negócios em Tecnologia da Informação

120 A técnica orçamentária vigente no Brasil é a do orçamento clássico ou tradicional, cujo foco é a estimativa da receita e a fixação da despesa.

E

CESPE/MME 2013 - Cargo 2: Analista Financeiro

QUESTÃO 74

Assinale a opção correta no que se refere às técnicas orçamentárias e aos tipos de orçamento.

A O orçamento base-zero caracteriza-se como o instrumento empregado para o planejamento de ações dos programas de médio e de longo prazo.

B O orçamento incremental caracteriza-se pela admissão de emendas que, ao longo do exercício financeiro, ampliam determinadas despesas, conforme as necessidades dos agentes públicos.

C O orçamento tradicional ou clássico explicita duas dimensões do orçamento: o objeto de gasto e as suas fontes de financiamento.

D O orçamento desempenho, denominado orçamento funcional, enfatiza o desempenho organizacional.

E O orçamento programa destaca os gastos relacionados à execução de cada programa governamental.

LETRA D

CESPE/MME 2013 - Cargo 6: Assistente Financeiro

QUESTÃO 73

Acerca da evolução do orçamento público no Brasil e no exterior, assinale a opção correta.

A Os barões feudais e o clero inglês, que integravam o conselho do reino, foram prejudicados pela outorga da Carta Magna.

B A primeira restrição à criação de impostos nos Estados Unidos da América ocorreu com a Declaração de Direitos do Congresso da Filadélfia.

C Na França, as primeiras experiências com orçamento público não respeitavam o princípio da anualidade.

D Os orçamentos elaborados no Brasil pelo ministro da Fazenda, no século XIX, deveriam ser submetidos ao Senado Imperial.

E A Carta Magna, outorgada pelo Rei João Sem Terra, em 1215, permitia a criação de tributos relativos ao casamento da filha mais velha do rei.

LETRA E

QUESTÃO 74

A dimensão econômica do orçamento pode ser definida como

A o estudo do orçamento como lei de meios, a qual propicia a geração de emprego e renda em função de investimentos públicos.

B o estudo que considera o orçamento uma lei formal, que se define no conjunto de leis do país ou a ele se integra.

C o estudo do fluxo financeiro gerado pela entrada de recursos obtidos com a arrecadação de receitas e os dispêndios subsequentes.

D o estudo da definição de prioridades, com vistas à inclusão e à realização de programas governamentais no plano de ação do orçamento.

E o estudo do conjunto de regras e formalidades técnicas e legais exigidas na elaboração, aprovação, execução e controle do orçamento.

LETRA A

QUESTÃO 76

A respeito da experiência brasileira com a utilização do orçamento-programa, assinale a opção correta.

A A quantificação de metas do orçamento-programa deverá ser feita apenas quando a relação custo-benefício for justificável.

B O orçamento-programa foi implementado imediatamente após a aprovação da legislação que o instituiu.

C A União e os estados, quando passaram a usar o orçamento-programa, utilizavam classificações uniformes de receitas e despesas.

D A classificação funcional-programática, implementada pelo governo federal a partir da década de 70 do século passado, não mais é utilizada.

E O orçamento-programa tem como preocupação básica o tipo de gasto utilizado no plano de trabalho do governo.

LETRA D

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Julgue os próximos itens, relativos a orçamento público.

110 O orçamento é um plano em que se expressa, em termos de dinheiro, para um período de tempo definido, o programa de operações do governo e os meios de financiamento desse programa.

C

CESPE/CNJ 2012 Cargo 13: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

A respeito de orçamento público, julgue os itens seguintes.

91 Os esforços para a integração entre planejamento, programação e orçamentação marcam a evolução da integração do planejamento no orçamento público.

C

93 A organização e a apresentação do orçamento público são as principais preocupações do orçamento base-zero, enquanto a avaliação e a tomada de decisão acerca das despesas ocupam, nesse modelo, um papel secundário.

E

94 O orçamento de desempenho pode ser considerado uma importante evolução no processo de integração entre orçamento e planejamento. Uma de suas principais características é a apresentação dos propósitos e objetivos para os quais os créditos se fazem necessários.

C

CESPE/SEGER ES 2012 - Cargo: Analista do Executivo – Área de Formação 1: Administração

QUESTÃO 47

Acerca da evolução do orçamento público, assinale a opção correta.

A De acordo com a escola de pensamento econômico keynesiana, o Estado consiste em um ente passivo, cuja base é o orçamento equilibrado, instrumento necessário para a garantia do planejamento e da expansão das atividades governamentais.

B No Brasil, o período de 1964 a 1984 foi marcado pelo fortalecimento do processo orçamentário, realizado, nessa época, com base nos princípios do planejamento público e da transparência das contas governamentais.

C Desde suas origens, o orçamento público é estabelecido com base em critérios predominantemente técnicos com vistas à racionalização da máquina pública e à escrituração contábil das receitas e despesas.

D O orçamento público é, desde sua origem, instrumento de controle efetivo das ações do Estado e de planejamento das atividades governamentais.

E Segundo os autores das escolas clássica e neoclássica do pensamento econômico, o orçamento, instrumento de controle das contas governamentais, deve ser equilibrado, ou seja, elaborado com o objetivo de conter seus gastos e de não prejudicar a eficiência do mercado.

LETRA E

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Tendo em vista que o crescimento dos gastos públicos e o conseqüente aumento do peso do governo na economia tornam o planejamento da ação governamental cada vez mais importante, julgue os itens subsequentes, relativos à evolução do orçamento público e ao papel do Estado na economia.

101 A regulação econômica é uma das formas de intervenção da administração na economia, sendo que o bem-estar do consumidor e a melhoria nos níveis de eficiência alocativa podem ser definidos como alguns dos objetivos fundamentais da regulação.

C

102 Concomitantemente ao aumento dos gastos, o orçamento público evoluiu como peça de planejamento, ao mesmo tempo em que perdeu a sua forma de programa de operação e apresentação dos meios de financiamento desse programa, assumindo características contábeis formais, determinadas por lei.

E

103 O orçamento-programa é uma técnica ambiciosa de conciliação entre planejamento e controle político na peça orçamentária. É sua eficácia como instrumento de controle político que torna difícil sua implantação, já que não há grandes dificuldades técnicas para a sua operacionalização.

E

105 A alteração das preferências da sociedade é uma possível explicação para a mudança na forma de atuação do Estado na economia e a conseqüente expansão de suas funções.

C

Problemas financeiros originados no Estado provocaram diversas crises econômicas ao longo da história brasileira. A Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — representou uma resposta a essa realidade, tendo sido um esforço organizado no sentido de garantir um melhor equilíbrio nas contas públicas. À luz desse instrumento legal e da legislação pertinente ao orçamento público no Brasil, julgue os itens que se seguem, referentes à receita e à despesa pública.

106 A impossibilidade de se realizar uma despesa sem prévio empenho compromete o uso do orçamento como ferramenta de planejamento do gasto, visto que, em muitos casos, não é possível determinar precisamente o montante de recursos que deverá ser empenhado para a execução de certas atividades.

E

CESPE/INPI 2012 - Cargo 9 - ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Classe A, Padrão I) – ÁREA: GESTÃO FINANCEIRA (A3)

Acerca da evolução do orçamento público, orçamento como instrumento do planejamento governamental e princípios orçamentários, julgue os itens de 86 a 90.

86 O planning programming and budgeting system (PBSS), adotado na década de 60 do século passado, foi uma tentativa de incorporação do planejamento ao orçamento, tendo sido considerado um sistema de fácil operacionalização e implementação.

E

88 Em diferentes momentos do ciclo econômico, há oscilação do total de recursos disponíveis para o financiamento dos gastos do Estado. Assim, nos momentos de expansão das receitas e dos gastos, a função de planejamento cresce em importância, contudo, em situação de contração, a função de controle recebe maior destaque.

C

CESPE/ ANP 2012 PERFIL 4 : ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA IV

Acerca do orçamento público, julgue os itens seguintes.

102 Os custos dos programas são medidos a partir da identificação dos meios ou insumos necessários dos resultados.

C

CESPE/TRE-MS 2012 - Cargo 3: Analista Judiciário - Área: Administrativa

QUESTÃO 52

Acerca dos princípios orçamentários e da evolução do orçamento público, assinale a opção correta.

A O fracasso do Sistema de Planejamento, Programação e Orçamento do governo federal, devido a crises econômicas e dificuldades políticas, desencadeou alterações no conceito moderno de orçamento e representou uma proposta de retorno ao modelo orçamentário tradicional.

B Os princípios orçamentários estão sujeitos a transformações de conceito e significação, pois não têm caráter absoluto ou dogmático e suas formulações originais não atendem, necessariamente, ao universo econômico-financeiro do Estado moderno.

C De acordo com o princípio da especialização, a lei orçamentária deverá conter apenas matéria financeira, excluindo qualquer dispositivo estranho à estimativa de receitas do orçamento.

D O orçamento tradicional, além de ser um instrumento político, tinha o aspecto econômico como prioridade, pois buscava a economia e a eficiência.

E Na concepção de orçamento moderno, segundo a doutrina Marxista e o modelo renda = consumo + investimento, o orçamento é tido como instrumento de controle administrativo e político.

LETRA B

CESPE/CAPES 2012 Cargo 1: Analista em Ciência e Tecnologia Júnior I – Formação: Geral

Julgue os itens que se seguem, relativos ao sistema de planejamento e orçamento do governo federal.

69 Adotado no Brasil, o orçamento-programa é um sistema em que se dispensa particular atenção às realizações do governo, mais que às coisas que ele adquire.

C

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Especialidade: Administrador

QUESTÃO 47

47 Assinale a opção que apresenta característica do orçamento-programa.

A participação direta e efetiva das comunidades na elaboração da proposta orçamentária

B integração do planejamento ao orçamento com objetivos e metas a alcançar

C classificação principal por unidades administrativas

D desvinculação do planejamento

E ênfase no objeto do gasto

LETRA B

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 1: Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Considerando o orçamento como importante instrumento no planejamento das ações governamentais, julgue os itens a seguir, relativos a orçamento publico.

94 O PPBS (planning, programming and budgeting system), dada a facilidade de sua implantação em órgãos públicos, foi, amplamente adotado, a partir da década de setenta do século XX, em todo o mundo.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 1: Auditor de Controle Externo – Área: Auditoria Governamental

Acerca de orçamento publico, julgue os próximos itens.

128 A alocação dos recursos visa, no orçamento tradicional, a aquisição de meios e, no orçamento-programa, ao atendimento de metas e objetivos previamente definidos.

C

129 A principal função do orçamento, na sua forma tradicional, é o controle politico; em sua forma moderna, o orçamento foca o planejamento.

C

132 Os objetivos do orçamento-programa podem ser classificados em finais e derivados, sendo os derivados representados pelo conjunto de impactos indiretos oriundos da ação governamental.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 2: Auditor de Controle Externo – Área: Ciências Contábeis

Considerando a atuação governamental no que se refere à administração orçamentária e financeira, julgue os itens que se seguem.

145 O orçamento-programa consagra o princípio de que o gasto público deve estar vinculado a uma finalidade.

C

CESPE/TRE-RJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

No que se refere a diretrizes, princípios e técnicas orçamentárias, julgue os itens seguintes.

90 A ênfase no objeto do gasto, na classificação institucional e por elemento de despesa são características do orçamento-programa.

E

CESPE/EBC 2011 - Cargo 9: Analista de Empresa de Comunicação Pública – Atividade: Contabilidade

Julgue os itens a seguir, a respeito dos métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público.

70 A vinculação ao planejamento constitui a principal característica do orçamento tradicional transferida ao orçamento-programa.

E

CESPE/TJES - 2011 Cargo 28: Analista Judiciário 01 – Área: Administrativa

O orçamento constitui, nas finanças públicas, a peça por meio da qual se administram as receitas, as despesas e a dívida dos poderes públicos. Acerca do planejamento e do orçamento público, julgue os itens seguintes.

71 Os processos de planejamento e de programação são dissociados no orçamento tradicional; já as técnicas utilizadas na elaboração do orçamento-programa primam pelo orçamento como elo entre o planejamento e as funções executivas da organização.

C

CESPE/ABIN 2010 - Cargo 1: Oficial Técnico de Inteligência – Área de Administração

O orçamento público pode ser analisado sob diferentes perspectivas. Sob a ótica político-jurídica, por exemplo, percebe-se maior controle do Poder Legislativo sobre o Executivo; sob o ponto de vista econômico, verifica-se a possibilidade de o Estado intervir na economia, incentivando os setores considerados estratégicos, bem como transferir renda entre segmentos da sociedade. Considerando a evolução conceitual e histórica do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

81 O orçamento moderno configura-se como instrumento de intervenção planejada do Estado na economia para a correção de distorções e o incentivo ao desenvolvimento econômico. No Brasil, a adoção de uma estrutura orçamentária embasada em programas, projetos e atividades, a partir da CF, representou importante passo em direção à modernização do sistema orçamentário brasileiro.

E

82 De acordo com a concepção tradicional, o orçamento público é caracterizado como mero inventário dos meios com os quais o Estado conta para cumprir suas tarefas, sendo as funções de alocação, distribuição e estabilização relegadas a segundo plano.

C

CESPE/MPS 2010- NÍVEL I: ÁREA DE ATUAÇÃO – ADMINISTRATIVA

Considerando que o orçamento pode ser utilizado como ferramenta de orientação para a ação governamental, mas que, para tanto, é necessário que o Estado tenha um planejamento prévio, com prioridades definidas e objetivos traçados, julgue os itens que se seguem, relativos ao orçamento público no Brasil.

71 O orçamento público tradicional, cujo foco principal é o objetivo do gasto, não considera o planejamento a principal ferramenta administrativa.

E

72 Adotado no Brasil no início do governo atual, o orçamento participativo preconiza a participação da população em seu modelo de trabalho.

E

73 O orçamento-programa do governo, instrumento para organização da ação estatal, baseia-se em programas finalísticos e de apoio às políticas públicas.

C

74 O orçamento base-zero não gera direitos adquiridos, visto que o gestor deve justificar suas necessidades a cada exercício financeiro.

C

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

Acerca dos conceitos, princípios, normas e classificações orçamentárias, julgue os próximos itens.

146 A classificação funcional-programática manteve-se nos mesmos parâmetros desde a entrada em vigor da Lei n.º 4.320/1964 até o exercício de 2010.

E

147 O orçamento tradicional tinha como função principal a de possibilitar ao parlamento discutir com o órgão de execução as formas de planejamento relacionadas aos programas de governo, visando ao melhor aproveitamento dos recursos, com base nos aspectos relativos a custo/benefício.

E

150 De acordo com o conceito de orçamento-programa, devem-se valorizar o gasto público e o que o governo adquire, em detrimento do que se pretende realizar.

E

CESPE/TCU 2009/ Cargo 1: Auditor Federal de C. Externo – Área: C. Externo – Especialidade: C. Externo – Orientação: Auditoria de Obras Públicas

Com relação aos orçamentos públicos e às suas características no Brasil, julgue os itens a seguir.

71 Em épocas de estagnação e recessão econômica, as concepções keynesianas têm dado suporte à flexibilização na aplicação do princípio do equilíbrio orçamentário, defendendo, inclusive, um maior endividamento público, possibilitando uma utilização intensiva de recursos ociosos esterilizados por agentes econômicos privados.

C

Acerca do orçamento-programa e dos tipos de créditos orçamentários, julgue os itens seguintes.

75 Um dos desafios do orçamento-programa é a definição dos produtos finais de um programa de trabalho. Certas atividades têm resultados intangíveis e que, particularmente na administração pública, não se prestam à medição, em termos quantitativos.

C

CESPE/MS 2009 - CARGO 8: CONTADOR

Julgue os próximos itens, acerca da administração financeira e orçamentária.

68 Uma das diferenças essenciais entre o orçamento tradicional e orçamento-programa diz respeito ao planejamento. Enquanto o orçamento tradicional é o elo entre o planejamento e

as funções executivas da organização, no orçamento-programa, os processos de planejamento e programação são dissociados.

E

CESPE/ SECONT 2009 - CARGO 2: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Com relação ao orçamento público e ao ciclo orçamentário, julgue os itens a seguir.

54 Expressão físico-financeira do planejamento governamental, o orçamento público será entendido, sobretudo, como um instrumento que expressa, anualmente, o conjunto de ações visando alcançar maiores níveis de eficiência e eficácia da ação do governo.

C

56 Uma das vantagens do orçamento-programa em relação ao orçamento tradicional é a possibilidade de se conjugar a formulação do orçamento ao planejamento governamental.

C

CESPE/TCU 2008 - Cargo 2.1: ACE - Área/Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

O orçamento é um instrumento que expressa a alocação de recursos públicos, sendo operacionalizado por meio de diversos programas, que constituem a integração do plano plurianual com o orçamento. Julgue os itens a seguir, a respeito do orçamento público no Brasil.

171 O elemento básico da estrutura do orçamento-programa é o programa, que pode ser conceituado como o campo em que se desenvolvem ações homogêneas que visam ao mesmo fim. Contudo, a Lei n.º 4.320/1964 não criou condições formais e metodológicas necessárias à implantação do orçamento-programa no Brasil.

ANULADA

CESPE/STF 2008 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com base na doutrina e nas legislações orçamentária e financeira públicas, julgue os itens de 86 a 103.

86 A adoção do orçamento moderno está associada à concepção do modelo de Estado que, desde antes do final do século XIX, deixa de caracterizar-se por mera postura de neutralidade, própria do *laissez-faire*, e passa a ser mais intervencionista, no sentido de corrigir as imperfeições do mercado e promover o desenvolvimento econômico.

C

91 O orçamento-programa constitui modalidade de orçamento em que a previsão dos recursos financeiros e sua destinação decorrem da elaboração de um plano completo. Para autores como João Angélico, o orçamento-programa distingue-se do orçamento comum, tradicional,

porque este inicia-se com a previsão de recursos para a execução de atividades instituídas, enquanto, no orçamento-programa, a previsão da receita é a etapa final do planejamento.

C

92 O orçamento-programa, como atualmente concebido, é instrumento do planejamento e, desse modo, tem de integrar-se aos planos e programas governamentais. A esse propósito, uma das condições para a aprovação de emendas aos projetos de lei do orçamento anual e de suas alterações é a de que sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

C

CESPE/MCT 2008 - CARGO: ANALISTA EM C&T PLENO 1-I (B20)

A melhor forma de se obter a transparência do orçamento público e facilitar o seu controle e avaliação é buscar a elaboração da peça legal, seguindo e obedecendo aos princípios clássicos do orçamento. O objetivo desses princípios é tornar o orçamento transparente e facilitar o seu controle e avaliação.

Edson Ronaldo Nascimento. Gestão pública.

Acerca do assunto tratado no texto acima, julgue os itens a seguir.

73 O orçamento tradicional é aquele que apresenta os objetivos e metas, identifica os custos propostos para alcançar tais objetivos e os dados quantitativos que medem as realizações e os trabalhos realizados.

E

CESPE/INSS 2008 - Cargo 16

Com relação a orçamento público, julgue os itens subseqüentes.

60 A tradicional classificação da despesa pública por elementos é um critério embasado no objeto do dispêndio. Com a adoção do orçamento-programa, a ênfase em sua concepção é transferida dos meios para os fins, priorizando-se a classificação funcional e a estrutura programática.

C

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

Com base nos conceitos gerais e princípios relativos ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

151 Com a difusão da doutrina keynesiana, o orçamento público consolidou-se como um instrumento de política fiscal, visando à estabilização ou à expansão da atividade econômica dos países.

C

Com relação à legislação e aos procedimentos referentes ao orçamento-programa, julgue os itens seguintes.

162 O orçamento-programa substitui vantajosamente o orçamento incremental visto que permite uma revisão na estrutura dos programas de governo, inclusive quanto à importância relativa de cada um deles na composição do orçamento público.

C

163 Vários autores apontam como uma das maiores dificuldades para a implementação dos planos de governo por meio dos orçamentos públicos o fato de a estrutura destes ter-se tornado muito rígida devido à criação de fundos, ao aumento da participação das despesas obrigatórias e às vinculações de receitas de um modo geral.

C

164 As despesas com as chamadas transferências são consideradas operações especiais, caracterizadas como neutras em relação ao ciclo produtivo sob a responsabilidade do administrador público.

C

CESPE/TCU 2004 - Cargo: Analista de Controle Externo

Julgue os itens seguintes, quanto ao orçamento-programa, ao plano plurianual e à lei de diretrizes orçamentárias.

21 A concepção e a técnica do chamado orçamento-programa são conhecidas há bastante tempo, inclusive no Brasil. Apesar dos avanços ocorridos durante a segunda metade do século XX, representados, por exemplo, pela adoção, em 1974, da chamada classificação funcional-programática, foi apenas com a edição do Decreto n.º 2.829/1998 e das demais normas que disciplinaram a elaboração do Plano Plurianual 2000-2003 e dos orçamentos anuais a ele vinculados, que os esforços de implantação do orçamento-programa na área federal tiveram início efetivamente.

C

10.PPA, LDO e LOA

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

Em relação às normas que regem o sistema orçamentário brasileiro, julgue os itens subsequentes.

76 As metas, os objetivos e as diretrizes da administração pública federal relacionados às despesas de capital e outras delas decorrentes, além das despesas relativas aos programas de duração continuada, devem constar, de forma regionalizada, na lei que instituir o plano plurianual.

C

77 É vedado à lei orçamentária anual contemplar previsões de despesas para exercícios seguintes.

E

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 1: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

96 Programas que não geram um bem ou serviço no processo produtivo de cada exercício devem, obrigatoriamente, ser incluídos no plano plurianual.

E

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 2: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

67 O plano plurianual é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma unificada em nível nacional, diretrizes, objetivos e metas para um período de quatro anos.

E

68 O conteúdo da lei de diretrizes orçamentárias está previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Complementar n.º 101/2000.

C

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 7: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: FINANÇAS

Considerando os princípios orçamentários relativos às receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

76 É necessária a estimativa das despesas irrelevantes no orçamento público.

E

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 7: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: FINANÇAS

Acerca dos ciclos orçamentários e dos requisitos legais impostos pelo Plano Plurianual (PPA), julgue os itens que se seguem.

80 O PPA possui vigência quadrienal não coincidente com o mandato do chefe do Poder Executivo.

C

81 Deve ser enquadrada como revisão a exclusão de objetivos definidos em programas do PPA.

C

82 As despesas de programas de duração continuada não fazem parte do PPA, mas, sim, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

E

83 Investimentos com amplo prazo de maturação precisam constar no PPA.

C

84 A lei do plano plurianual deve estabelecer, de forma centralizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal.

E

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 10: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: CONTADOR

Julgue os itens subsequentes sobre a elaboração dos projetos de lei do plano plurianual (PPA), das diretrizes orçamentárias (LDO) e do orçamento anual (LOA) no âmbito do governo federal.

106 As prioridades e metas a serem observadas no momento de elaboração e execução dos orçamentos são definidas na LDO.

C

107 O projeto do PPA deve observar, em uma perspectiva de longo prazo, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal que foram estabelecidos na LDO.

E

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Com relação ao planejamento orçamentário segundo o modelo orçamentário brasileiro, julgue os próximos itens.

64 O plano plurianual deve conter o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

E

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Quanto aos documentos e dispositivos legais que integram o orçamento público, julgue os itens a seguir.

146 Os fundos de incentivos fiscais e as empresas que recebam recursos governamentais sob a forma, exclusivamente, de participação acionária estão excluídos do orçamento fiscal.

C

147 No plano plurianual devem-se estabelecer metas e objetivos da administração pública para as despesas de capital associadas aos programas de duração continuada.

C

148 Suponha que um investimento em infraestrutura tenha se tornado urgente no estado do Rio de Janeiro, contudo sua duração seja superior a um exercício financeiro e ele não esteja previsto no plano plurianual vigente. Nessa situação hipotética, esse investimento deverá ser adiado até a aprovação do próximo plano plurianual.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 1: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: GERAL

A respeito de finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

107 O plano plurianual (PPA) apresenta a visão de futuro para o país, os macrodesafios e os valores que guiam o comportamento para o conjunto da administração pública federal. Nesse sentido, a lei do PPA deverá dispor sobre a forma de utilização e o montante da reserva de contingência.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 4: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: DIREITO

Julgue os itens seguintes, no que se refere ao orçamento público no Brasil e à programação e execução orçamentária e financeira.

113 Se houver conflito entre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Plano Plurianual (PPA), prevalece o teor da LDO em decorrência do seu maior detalhamento.

E

114 As despesas relativas a um programa governamental cuja duração seja continuada devem ser previstas no Plano Plurianual (PPA).

C

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 3: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Acerca do orçamento público no Brasil, julgue os itens que se seguem.

117 O ciclo orçamentário brasileiro, válido para a União, estados, Distrito Federal e municípios, está organizado em três peças legislativas: plano plurianual (PPA), LDO e LOA, e cada uma delas apresenta funções bem definidas pela Constituição Federal de 1988 (CF), mas de forma integrada e referenciadas nas prioridades definidas no PPA.

C

118 Durante o ciclo orçamentário que ocorre a cada quatro anos no Brasil, não coincidente com o mandato do chefe do Poder Executivo, o Poder Legislativo deve anualmente discutir e aprovar a LDO, com os objetivos, metas e diretrizes da LOA.

E

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 4: TÉCNICO PROCESSUAL

Julgue os itens seguintes, relativos ao orçamento público no Brasil.

77 O plano plurianual apresenta, de forma centralizada, as metas, os objetivos e as diretrizes da administração federal para o país.

E

78 As metas da administração pública federal que servirão de base para a elaboração do orçamento anual integram a lei de diretrizes orçamentárias.

C

79 O orçamento anual estima as despesas e autoriza as receitas para o próximo exercício anual.

E

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 3: ANALISTA PROCESSUAL

Considerando os princípios e regras constitucionais relativos ao orçamento público federal, julgue os itens a seguir.

105 A competência para o envio ao Congresso Nacional do projeto de plano plurianual é exclusiva dos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 1: ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS – ESPECIALIDADE: DIREITO

Acerca do planejamento e do orçamento públicos no Brasil e dos princípios norteadores dessa disciplina, julgue os itens a seguir.

Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.

111 A lei de diretrizes orçamentárias compreende, entre outros itens, as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

ANULADA

Gab. Preliminar: E

A apresentação das siglas no início da prova causou prejuízo ao julgamento objetivo do item.

CEBRASPE/MCOM-2022 – ATIVIDADE 2: ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELECTUAL

Julgue os seguintes itens, pertinentes ao orçamento público no Brasil.

54 Aprovado sempre no segundo ano de cada mandato presidencial, o plano plurianual tem vigência por quatro anos.

E

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 5: TÉCNICO AMBIENTAL

Quanto ao orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

67 É vedada a previsão, na lei orçamentária anual, de despesas de investimentos plurianuais para os exercícios seguintes.

E

68 De acordo com a Constituição Federal de 1988, a lei de diretrizes orçamentárias deve compreender as metas e prioridades da administração pública federal e estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

C

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO

No que diz respeito a políticas públicas, julgue os itens seguintes.

79 No que se refere aos aspectos orçamentários e financeiros, para que uma política pública seja implementada, devem ser respeitados os procedimentos disciplinados nos principais instrumentos orçamentários, quais sejam: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual.

C

CEBRASPE/FUB-2022 – CARGO 2: ARQUITETO E URBANISTA

Julgue os itens subsequentes, relativos ao orçamento público.

105 O primeiro ano de um governo eleito é regido pelo último ano de vigência do plano plurianual do governo imediatamente anterior.

C

CEBRASPE/SEFAZ-CE 2021 – CARGO 2: AUDITOR FISCAL CONTÁBIL-FINANCEIRO DA RECEITA ESTADUAL

O orçamento público é o instrumento de planejamento que estima as receitas que o governo espera arrecadar ao longo do próximo ano e, com base nelas, autoriza um limite de gastos a ser realizado com tais recursos. Sobre este assunto, julgue os próximos itens.

154 O processo orçamentário brasileiro está baseado em instrumentos de curto prazo (PPA, LOA e LDO). Todos perfeitamente integrados entre si.

E

CESPE/TCDF 2021 – Auditor de Controle Externo

A respeito da tributação, do orçamento e da ordem econômica do Distrito Federal, julgue os itens a seguir.

22 Se o governo do Distrito Federal pretender majorar tributo de sua competência, faltando sessenta dias para o encerramento do exercício financeiro, ele dependerá, necessariamente, de autorização na lei de diretrizes orçamentárias para encaminhar projeto de lei à Câmara Legislativa com a respectiva pretensão.

ANULADA

Justificativa

Uma vez que TJDFT declarou inconstitucional o § 4º do art. 182 da LODF, prejudicou-se o julgamento objetivo do item.

Gab. Preliminar → E

CESPE/TCDF 2021 – Auditor de Controle Externo

O modelo orçamentário brasileiro, definido na Constituição Federal de 1988, compõe-se de três instrumentos: o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a LOA. Quanto a esse assunto, julgue o item subsequente.

101 Todos os projetos de lei relacionados a orçamento devem ser apresentados conjuntamente, ou seja, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, o de orçamento anual e, quando for o caso, o de plano plurianual devem ser apresentados na mesma data ao Poder Legislativo, para discussão e votação.

E

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Acerca de orçamento público, julgue os itens a seguir.

101 O governo pode deixar de executar despesas fixadas na lei orçamentária anual, à exceção de casos específicos previstos na legislação vigente.

C

103 A vigência da lei orçamentária anual deve coincidir com a vigência da respectiva lei de diretrizes orçamentárias.

E

A respeito dos mecanismos utilizados na elaboração, execução e controle do orçamento, julgue os itens que se seguem.

106 No âmbito do plano plurianual, os produtos compreendem as consequências das atividades realizadas em cada programa, enquanto os resultados são as mudanças na realidade social observadas no curto prazo.

C

108 A lei orçamentária anual pode prever investimento com duração superior a um exercício financeiro, se uma lei específica autorizar a inclusão do referido investimento no plano plurianual.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Todos os cargos – Conhecimentos Básicos

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens subsequentes.

30 Vigente por um período de quatro anos, o plano plurianual deve estabelecer, em âmbito nacional, as diretrizes, os objetivos e as metas para as despesas de capital e os programas de duração continuada.

E

31 O orçamento da seguridade social dos fundos e das fundações mantidos pelo Poder Executivo integram a lei orçamentária anual.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 1 – Administração

Orçamento público é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos. Esse planejamento é essencial para oferecer serviços públicos adequados, além de especificar gastos e investimentos que foram priorizados pelos poderes. A respeito desse assunto, julgue os próximos itens.

102 O plano plurianual é o documento que traz as diretrizes, os objetivos e as metas de médio prazo da administração pública, no qual são previstas, por exemplo, as grandes obras públicas a serem realizadas nos quatro anos seguintes à elaboração do plano.

C

103 A Lei de Diretrizes Orçamentárias serve como um ajuste anual das metas colocadas pelo plano plurianual, prevendo aspectos como o reajuste do salário do presidente da República e estabelecendo a meta de superávit primário do governo para aquele ano e ajustes nas cobranças de tributos.

ANULADA

A redação do item possibilita mais de uma interpretação, o que acabou por prejudicar seu julgamento objetivo.

(Gab. Preliminar → E)

104 A lei orçamentária anual é o orçamento anual propriamente dito: prevê os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais, o que inclui o orçamento de investimentos da CODEVASF.

ANULADA

A redação do item possibilita mais de uma interpretação, o que acabou por prejudicar seu julgamento objetivo.

(Gab. Preliminar → C)

CESPE/MPE-CE 2020 – Cargo 1 – An. Min. – Administração

A respeito de finanças públicas, julgue os itens que se seguem.

78 O orçamento público é um instrumento de planejamento governamental em que constam as despesas da administração pública em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas para um período de dois anos.

E

80 Os investimentos públicos cuja duração ou execução ultrapasse um exercício somente poderão ser iniciados após sua prévia inclusão no PPA.

ANULADA

A redação do item prejudicou o seu julgamento objetivo.

Gab. Preliminar: C

CESPE/SEFAZ-AL 2020 - Cargo 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

A respeito de orçamento público, ciclo orçamentário e créditos adicionais, julgue os itens que se seguem.

127 No orçamento público federal, tanto a receita quanto a despesa são programadas, autorizadas e controladas.

E

CESPE/PGM - Campo Grande - MS 2019 - Procurador Municipal

A respeito do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei orçamentária anual (LOA), julgue os itens a seguir.

105 A iniciativa para os três planejamentos orçamentários — PPA, LDO e LOA — é concorrente: tanto o Poder Executivo como o Poder Legislativo podem atuar na propositura dessas leis.

E

106 O PPA traça o planejamento de longo prazo, estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas correntes e para as despesas relativas aos programas de duração continuada.

E

107 A LDO orienta a elaboração da LOA, devendo a lei de diretrizes orçamentárias ser sancionada no primeiro semestre.

ANULADA

Gab. Preliminar: C

Justificativa:

O primeiro semestre referido na redação pode ser considerado de acordo com o calendário padrão ou com o primeiro semestre de atividades do poder legislativo. Dessa forma, prejudicou-se o julgamento objetivo do item.

108 Constitui crime de responsabilidade fiscal o início de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, sem prévia inclusão no PPA ou sem autorização de sua inclusão mediante lei.

C

CESPE/TJ-AM 2019 - Analista Judiciário - Contabilidade

A respeito de planejamento governamental, julgue os itens a seguir.

103 A lei de diretrizes orçamentárias deve obedecer unicamente ao plano plurianual aprovado no mandato do presidente da República que estiver em exercício.

E

105 No âmbito do plano plurianual, meta corresponde ao atributo do programa que declara os meios capazes de viabilizar os objetivos estabelecidos, o pacto entre entes federados e a integração de políticas públicas.

E

106 Além de conter a relação das metas e das prioridades da administração pública federal, a lei de diretrizes orçamentárias também deve avaliar o cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

C

CESPE/ SLU 2019 - Cargo 1: ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Quanto ao sistema e ao processo de orçamentação, à estrutura programática e a créditos ordinários e adicionais, julgue os itens subsecutivos.

111 Os programas temáticos expressam e orientam a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O programa temático é aquele que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; o programa de gestão, manutenção e serviços ao Estado é aquele que expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 1

Com relação ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

39 A lei orçamentária anual somente pode ser elaborada após a aprovação da lei de diretrizes orçamentárias.

C

Com relação às técnicas e aos instrumentos utilizados na elaboração e na aprovação do orçamento, julgue os itens que se seguem.

43 No âmbito do plano plurianual, as metas devem expressar as escolhas de políticas públicas para a transformação de determinada realidade.

E

45 O orçamento de investimento de determinada empresa somente deve ser incluído na lei orçamentária anual se a União detiver a maioria do capital social com direito a voto dessa empresa.

C

No que se refere ao processo de planejamento no setor público, julgue os itens subsecutivos.

64 Alterações na legislação tributária, incluindo reduções ou aumentos de alíquotas de impostos, devem constar do texto da lei de diretrizes orçamentárias.

C

65 A lei orçamentária anual compõe-se de três peças orçamentárias: o orçamento fiscal, o de investimento das estatais e o da seguridade social.

C

66 A duração do plano plurianual é de quatro anos: inicia-se no primeiro ano do mandato presidencial e encerra-se no último ano do mesmo mandato.

E

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 4

Com relação ao processo orçamentário brasileiro, julgue os itens subsequentes.

73 As diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas relativas aos programas de duração continuada serão fixados no plano plurianual.

C

74 A lei de diretrizes orçamentárias é o instrumento que regula a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as prioridades da administração pública.

C

75 A lei orçamentária anual deve compreender, além do orçamento fiscal e da seguridade social, o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

C

CESPE/MP-PI 2018 - Cargo 1: ANALISTA MINISTERIAL – ÁREA: ENGENHARIA – ESPECIALIDADE: ENGENHARIA CIVIL

Julgue os próximos itens, relativos aos tipos de orçamentos públicos.

111 A Lei de Diretrizes Orçamentárias é o instrumento em que o governo define as prioridades contidas no plano plurianual e as metas que deverão ser atingidas no ano corrente.

E

CESPE/MP-PI 2018 - Cargo 6: TÉCNICO MINISTERIAL – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Julgue os itens seguintes, relativos ao orçamento público.

76 O Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal confere ao plano plurianual (PPA), à lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e à lei de orçamento anual (LOA) atuações integradas: o PPA estabelece o planejamento de longo prazo; a LOA fixa o planejamento de curto prazo; a LDO estabelece a ligação entre o PPA e a LOA.

E

Gab. Preliminar → C

Justificativa: O PPA, com vigência de quatro anos, tem por característica o estabelecimento de objetivos e metas de médio prazo para a Administração Pública.

CESPE/MPU 2018 - Cargo 2: TÉCNICO DO MPU – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito de orçamento público, julgue os próximos itens.

111 Cabe à lei de diretrizes orçamentárias fixar prazo para o presidente do Supremo Tribunal Federal e os presidentes dos tribunais superiores encaminharem as propostas orçamentárias dos respectivos órgãos.

CERTO

CESPE/STJ 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

A respeito dos principais mecanismos no planejamento e execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

101 A fonte de um indicador no plano plurianual constitui o conjunto de receitas que será utilizado para o programa temático.

E

102 Determinada alteração na legislação tributária somente poderá entrar em vigor depois de regularmente autorizada pela lei de diretrizes orçamentárias.

E

CESPE/STJ 2018 - Cargo 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Acerca do plano plurianual, das classificações orçamentárias e da estrutura programática, julgue os itens a seguir.

114 A regionalização das diretrizes, dos objetivos e das metas da administração federal no plano plurianual deve ser feita por macrorregiões geoeconômicas.

E

118 A última lei do plano plurianual foi elaborada como instrumento mais estratégico, no qual é possível identificar as principais diretrizes de governo e a relação dessas diretrizes com os objetivos a serem alcançados nos programas temáticos.

C

119 De acordo com a última lei do plano plurianual, programa temático é aquele que expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

E

CESPE/ABIN 2018 - CARGO 2 –CARGO 2: OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 1

Acerca do orçamento público, julgue os itens a seguir.

79 Obras públicas somente podem ser realizadas quando as despesas de capital correspondentes estiverem previstas no plano plurianual, ao passo que as despesas correntes necessárias à manutenção predial podem ser realizadas ao final da obra, sem necessidade de inclusão no plano plurianual.

E

Determinado ente público firmou contrato de prestação de serviços com uma entidade privada, com prazo superior a um exercício financeiro.

Com referência a essa situação, julgue os itens a seguir.

122 Se o referido contrato prever a realização de investimentos anuais por parte do órgão público, então será necessário que os recursos para atender as despesas em exercícios seguintes estejam contempladas no orçamento plurianual.

C

CESPE/ABIN 2018 - CARGO 2 –CARGO 2: OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 2

No que tange às disposições constitucionais a respeito das finanças públicas, ao conceito e às espécies de orçamento público, aos princípios orçamentários, às normas gerais de direito financeiro (Lei n.º 4.320/1964) e à fiscalização e ao controle interno e externo dos orçamentos, julgue os itens a seguir.

115 A jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal considera que as leis orçamentárias não podem ser objeto de controle de constitucionalidade em abstrato, dada a sua natureza jurídica material de ato administrativo concreto.

E

CESPE/TCE-PE 2017 - Cargo 1: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS

A respeito de orçamento público, julgue os itens a seguir.

73 Prevalece no Brasil a compreensão de que o orçamento público é lei apenas em sentido formal, visto que é aprovado pelo Poder Legislativo, mas é substancialmente ato de natureza político-administrativa, insuscetível de hospedar normas gerais ou abstratas próprias de lei em sentido material.

E

74 Além de apresentar harmonia com o plano plurianual e estar voltado para a redução de desigualdades entre as diversas regiões brasileiras, o orçamento federal de investimento deve conter as previsões de receitas e despesas de todas as empresas nas quais a União detenha participação societária.

E

CESPE/TCE-PE 2017 - CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS CARGOS 1 E 2

Acerca dos instrumentos de planejamento e orçamento, julgue os itens a seguir.

29 No plano plurianual, é vedada a regionalização de metas por meio de critérios que abrangem territórios maiores que as macrorregiões econômicas.

E

30 Se determinado projeto não for incluído na relação de prioridades e metas da lei de diretrizes orçamentárias, sua inclusão na lei orçamentária anual será vedada.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: PROCURADORIA

A respeito do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei orçamentária anual (LOA), julgue os itens que se seguem.

111 Com duração de quatro anos, a vigência do PPA coincidirá com os quatro anos do mandato do presidente da República eleito.

E

112 O PPA estabelece não só as despesas de capital, mas também outras despesas delas decorrentes.

C

113 Alterações na legislação tributária deverão estar dispostas na LDO.

C

114 A LOA é composta integralmente por dois orçamentos: o fiscal e o da seguridade social.

E

115 As políticas das agências financeiras oficiais de fomento deverão ser estabelecidas na LDO.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 3: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: ADMINISTRATIVA - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Com relação ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

84 A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) pode conter dispositivos que instituam, suprimam, reduzam ou ampliem alíquotas de tributos.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 20: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito do orçamento público, instrumento de gestão de maior relevância da administração pública, julgue os itens a seguir.

101 A lei orçamentária anual, entre outros aspectos, exprime, em termos financeiros, a alocação dos recursos públicos para determinado exercício.

C

O Poder Executivo, ao elaborar o orçamento geral do estado do Pará (OGE/PA) para o exercício de 2016, propôs:

- dotação orçamentária, consignada na LOA, no valor de R\$ 500 milhões para custear a construção da chamada ferrovia da soja, para ligar os estados do Pará e Mato Grosso;
- instituição do programa paraense de incentivo ao primeiro emprego, um programa assistencial continuado de incentivo ao primeiro emprego para jovens com idade entre 18 e 20 anos, ao custo de R\$ 500 por jovem.

Considerando essa situação hipotética, julgue os próximos itens, relativos a orçamento público.

109 O programa de incentivo ao primeiro emprego poderá ser incluído no OGE/PA, mesmo que não conste do PPA estadual.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 24: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: DIREITO

À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o seguinte item.

83 Depende de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias do estado-membro a admissão ou contratação de pessoal por sociedade de economia mista estadual.

E

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Acerca da transparência na administração pública, julgue os itens a seguir.

51 O plano plurianual (PPA) é instrumento que possibilita a participação social, apresenta as diretrizes que devem orientar os gestores públicos, estipula os objetivos que se buscam alcançar na gestão e estabelece as metas para os programas de governo.

C

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Acerca de finanças públicas e orçamento público, julgue os itens a seguir.

93 No plano plurianual, é vedado o estabelecimento de metas direcionadas a públicos específicos.

E

94 Caso um programa executado por entidade do setor privado seja financiado com recursos do orçamento público, a avaliação desse programa deverá obedecer às normas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/DPU 2016 - Cargo 5: CONTADOR

A respeito do orçamento público e das receitas e despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

142 Os limites de gastos com pessoal para a DPU são definidos na lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

C

Com relação às disposições constantes na LRF a respeito da lei orçamentária anual (LOA), à lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e ao plano plurianual (PPA), julgue os itens subsecutivos.

144 O PPA deve dispor sobre a forma de utilização e do montante da reserva de contingência.

E

145 Considere que determinado investimento não esteja previsto no PPA. Nesse caso, quando da elaboração da LOA, não poderá ser consignada dotação para o referido investimento.

E

CESPE/DPU 2016 - Cargo 6: ECONOMISTA

A respeito da experiência brasileira de planejamento econômico, julgue os próximos itens.

90 O plano plurianual constitui o principal instrumento de planejamento de médio prazo no sistema governamental brasileiro.

C

A respeito da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e do regime de adiantamento de fundos, julgue o item seguinte.

150 A LDO é o instrumento legal e normatizador que orienta a elaboração e execução do orçamento anual e dispõe sobre o planejamento governamental de longo prazo.

E

CESPE/DPU 2016 - Cargo 11: AGENTE ADMINISTRATIVO

Acerca do ciclo orçamentário, julgue os itens a seguir, considerando que as siglas PPA, LDO e LOA, sempre que usadas, correspondem, respectivamente, ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual.

71 O PPA e a LDO devem ser aprovados pelo Poder Legislativo.

C

72 Para efeitos da LOA, o exercício financeiro tem início com a aprovação da lei, não coincidindo este com o ano civil.

E

73 O período de vigência do PPA compreende o início do segundo ano de mandato do presidente da República até o final do primeiro ano financeiro do mandato presidencial subsequente.

C

74 A LDO compreende o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimentos das empresas com capital inicial pertencente à União.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO 3: INSPETOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA

Acerca de finanças públicas e orçamento, julgue os itens a seguir.

97 O orçamento fiscal poderá destinar recursos para despesas operacionais e de manutenção de empresas públicas e sociedades de economia mista com participação governamental no capital social.

C

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 2: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: CONTADOR

A respeito do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei do orçamento anual (LOA), julgue os seguintes itens.

102 Além de ser um documento em que o governo declara e organiza sua atuação, o PPA permite à sociedade exercer controle sobre a ação pública ao explicitar as políticas de estado que devem ser seguidas pelos diversos agentes e órgãos da administração pública.

C

103 **Situação hipotética:** Mediante processo seletivo regularmente realizado, um ente público da administração direta contratou pessoal para trabalhos administrativos, embora não houvesse autorização específica na LDO. **Assertiva:** Nessa situação, a ação realizada pelo ente deve ser considerada legal se, à época da contratação, existisse dotação orçamentária suficiente para pagamento dos salários no ano de contratação.

E

104 Na elaboração e execução do PPA e do orçamento da União, as ações finalísticas do governo federal serão estruturadas em programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos e cada programa deve apresentar, entre outros requisitos, a regionalização das metas por estados da federação.

C

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 3: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR - SUBATIVIDADE: ADMINISTRATIVO

Com relação à lei orçamentária anual (LOA), julgue os itens que se seguem.

55 A LOA prevalece e interfere nas relações entre os sujeitos passivos e ativos das diversas obrigações tributárias.

E

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 7: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: FINANÇAS

O manual técnico do orçamento orienta a elaboração do programa de dispêndios globais para empresas do setor produtivo estatal, documento esse que representa um conjunto de informações econômico-financeiras das estatais. A respeito desse tema, julgue os itens a seguir.

88 De acordo com o referido manual técnico, os recursos públicos destinados aos gastos contabilizados como ativo imobilizado de estatais, bem como as benfeitorias em bens da União realizadas por empresas estatais, deverão compor o orçamento de investimentos.

C

89 O programa de dispêndios globais deve apresentar informação da origem das fontes de recursos que financiarão os investimentos propostos pelas empresas estatais, como também precisa ser elaborado concomitantemente ao orçamento de investimento, para que seja peça integrante do projeto do orçamento da União.

C

CESPE/STJ 2015 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Tendo como referência os conceitos e as normas aplicáveis ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

97 Ao reconhecer-se, ao final de um bimestre, a frustração na realização da receita, pode ser necessário rever as metas fiscais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias (LDO), uma vez que, dependendo das dimensões do problema, o descumprimento de tais metas poderia comprometer também o cumprimento dos objetivos do plano plurianual (PPA). Isso evidencia que, mesmo durante a execução do orçamento anual, é possível e por vezes necessário promover alterações na LDO e no PPA.

C

No que diz respeito ao sistema de planejamento e de orçamento federal, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual, julgue os itens subsequentes.

101 O projeto e a lei orçamentária de 2015 discriminam, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais e de sentenças judiciais de pequeno valor, além das destinações para o cumprimento de sentenças judiciais constantes do orçamento de investimentos das empresas estatais.

E

Com relação a sistema e processo de orçamentação, classificações orçamentárias, estrutura programática e créditos ordinários e adicionais, julgue os próximos itens.

106 A vedação ao início de um investimento que ultrapasse o exercício financeiro antes de sua inclusão no PPA evidencia o modelo integrado entre o planejamento e o orçamento concebido e incorporado à Constituição Federal de 1988.

C

CESPE/STJ 2015 - CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: CONTADORIA

No que se refere a instrumentos, técnicas e sistemas do orçamento público, julgue os seguintes itens.

96 Atualmente, o plano plurianual organiza-se em categorias denominadas ações, com foco na organização da atuação do governo nos níveis estratégicos e táticos.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 15: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Acerca dos instrumentos de efetivação de planejamento e orçamento no Brasil, julgue os próximos itens.

99 No plano plurianual, a fonte dos indicadores corresponde à receita ou ao conjunto de receitas que deverá ser utilizado para a realização do programa temático a que se refere cada indicador.

E

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 1: ADMINISTRADOR

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

79 No âmbito do plano plurianual, a iniciativa expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de ações, com desdobramento no território.

E

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 2: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A respeito de administração financeira e de princípios e diretrizes orçamentárias, julgue os itens a seguir.

108 A maior eficiência operacional explica o fato de determinadas atividades serem comuns a dois ou mais programas. Desse modo, não sendo possível quantificar os recursos empregados

em cada um desses programas, não será viável efetuar uma avaliação individual de custos e resultados.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 11: ENGENHEIRO – ÁREA 3

O plano plurianual (PPA) da União para o período de 2012 a 2015 incluiu como meta em um de seus programas temáticos a instituição de instrumentos de gestão ambiental em municípios localizados em área de influência de empreendimentos de grande impacto ambiental. Tendo como referência inicial essas informações, julgue os itens subsequentes, relativos a planejamento urbano.

76 A Agenda 21 brasileira é um instrumento de planejamento participativo cujo propósito é promover no país o desenvolvimento sustentável almejado pelo PPA.

C

77 O PPA é um instrumento que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para despesas relativas a programas de duração continuada.

C

A lei do plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a lei orçamentária anual (LOA) normatizam a matéria orçamentária no Brasil, servem de ferramentas para o planejamento das ações do governo, identificam seus programas de trabalho, projetos e atividades, e estabelecem tanto os objetivos e metas a serem implementados quanto a previsão dos custos relacionados. Para isso, a LOA, orientada pela LDO, compreende o orçamento fiscal, o de investimentos e o da seguridade social. Tendo como referência inicial essas informações, julgue os itens que se seguem.

85 As empresas em que a União detenha qualquer percentual do capital social com direito a voto integram o orçamento de investimento das estatais.

E

86 A organização atual da matéria orçamentária no país inspira-se no conceito de orçamento-programa.

C

87 O PPA, a LDO e a LOA constituem uma exceção ao princípio orçamentário da unidade, segundo o qual deve haver apenas um orçamento para cada exercício financeiro.

E

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 22: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

Com relação aos aspectos orçamentários contidos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir.

108 Ações e serviços públicos de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), são financiados pelas três esferas da administração e integram uma rede regionalizada e hierarquizada, razões pelas quais seus recursos e aplicações estão englobados no orçamento da seguridade social, no âmbito da União.

E

109 Conforme determinação da CF, o plano plurianual deve ser elaborado em consonância com os planos e programas nacionais, regionais e setoriais. A explicação para essa vinculação reside no fato de que tais planos e programas apresentam maior duração e são mais específicos.

E

CESPE/TCU 2015 - Auditor Federal de Controle Externo Área: Controle Externo Especialidade: Controle Externo Orientação: Auditoria Governamental

Com referência aos aspectos doutrinários e históricos da administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

175 O valor global dos programas constantes do plano plurianual compreende os recursos do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social e deve ser especificado para cada ano de execução do plano.

E

CESPE/DEPEN 2015 - Cargo 7: AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL – ÁREA 1

A respeito de planejamento e avaliação, funções fundamentais em políticas públicas, julgue os itens subsequentes.

87 O plano plurianual (PPA) e a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) são importantes instrumentos de planejamento governamental, por meio dos quais são definidas as prioridades do governo para um período de quatro anos.

E

Acerca das noções básicas de orçamento público e de administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

98 Será inconstitucional a lei de iniciativa da Câmara dos Deputados que estabelecer as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro subsequente.

C

CESPE/CGE-PI 2015 - CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA TODOS OS CARGOS/ÁREAS

À luz dos dispositivos constitucionais que regem a elaboração da proposta orçamentária bem como das normas gerais de direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

51 A lei de diretrizes orçamentárias, instrumento de planejamento da atividade financeira para o exercício financeiro subsequente, objetiva dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

C

52 O projeto da lei orçamentária anual deve ser encaminhado ao Congresso Nacional para exame por uma comissão mista de deputados e senadores em até seis meses antes do encerramento do exercício financeiro, de modo que sua devolução para sanção ocorra até o encerramento da sessão legislativa, pois, caso contrário, não haverá o recesso legislativo.

E

CESPE/MPU 2015 - Cargo 1: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Técnico-Administrativo – Especialidade: Atuarial

A respeito da administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

51 As empresas públicas que recebem da União recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral estão obrigatoriamente incluídas no orçamento fiscal.

C

52 O efeito regionalizado de benefícios tributários concedidos pelo governo federal que resultem em isenção ou anistia deverá ser incluído no projeto de lei orçamentária anual.

C

CESPE/MPU 2015 - Cargo 2: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Técnico-Especializado – Especialidade: Finanças e Controle

Julgue os itens que se seguem, a respeito do plano plurianual (PPA).

56 A programação financeira tem o objetivo de ajustar o ritmo de execução do PPA ao fluxo provável de recursos financeiros, de modo a executar os programas de trabalho.

E

57 O PPA possui duração de quatro anos, com vigência até o final do mandato presidencial subsequente, devendo ser encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para a sanção até o encerramento da sessão legislativa.

E

CESPE/ANTAQ 2014 - Cargo 4: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA: QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO

No que diz respeito a aspectos da administração financeira e orçamentária pública, julgue os itens a seguir.

51 De acordo com as normas constitucionais vigentes, o plano plurianual (PPA) deve ser elaborado em consonância com os planos e programas nacionais, regionais e setoriais.

E

Com base nas disposições do plano plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), julgue os seguintes itens.

55 Caso seja necessária a identificação ou aferição de aspectos relacionados a determinado programa temático do PPA, por meio do monitoramento e da apuração periódica da evolução da realidade sobre a qual atua o referido programa, então a administração pública deverá fazer uso de um indicador.

C

CESPE/ANTAQ 2014 - CARGO 7: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Acerca do processo orçamentário e da receita e despesa públicas, julgue os itens seguintes.

120 O projeto de lei do plano plurianual da União deve ser encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro de cada mandato do chefe do executivo e devolvido, para sanção, até o encerramento da sessão legislativa. Esse prazo não é obrigatório para os demais entes da Federação.

C

CESPE/TCDF 2014 - Cargo: Técnico de Administração Pública

Acerca do processo, das normas aplicáveis, dos métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

87 O plano orçamentário, constante da lei orçamentária anual, é o código de identificação das ações orçamentárias destinado a efetuar o vínculo entre a referida lei e o plano plurianual.

E

CESPE/TCDF 2014 - Cargo 5: Analista de Adm. Púb. - Especialidade: Serviços Téc. e Adm. – Orientação: Orçamento, Gestão Financeira e Controle

Com relação aos aspectos gerais do orçamento público e a sua implementação no Brasil, julgue os itens subsequentes.

73 O resumo da política econômica do país, a análise da conjuntura econômica e a indicação do cenário macroeconômico, com suas implicações sobre a proposta orçamentária, são partes integrantes da mensagem presidencial que encaminha o projeto de lei orçamentária anual ao Congresso Nacional.

E

(gab. preliminar → C)

Justificativa da alteração:

O conteúdo citado no item integra o encaminhamento do projeto de LDO e não do projeto de LOA. Por esse motivo, opta-se pela alteração do gabarito do item.

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

A respeito do ciclo e sistema orçamentário, julgue os itens que se seguem.

126 Entre as partes que compõem a lei orçamentária anual (LOA), está o sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo.

C

127 No âmbito federal, o projeto de lei do PPA deve ser encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro.

C

128 Na LDO, constam os limites para a elaboração das propostas orçamentárias do Ministério Público.

C

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA IV

Considerando aspectos relacionados a planejamento público, orçamento e receitas e despesas públicas, julgue os itens de 116 a 120. Nesse sentido, considere que as siglas PPA e LDO, sempre que empregadas, se referem, respectivamente, a plano plurianual e lei de diretrizes orçamentárias.

116 Se, para atender a necessidades urgentes e continuadas, um ministro de Estado pretender autorizar investimentos com duração de três exercícios, tal autorização somente poderá acontecer após a efetiva inclusão dos investimentos no PPA.

E

117 O PPA, a LDO e a lei orçamentária anual são os principais componentes do processo orçamentário brasileiro. Em termos de competência, esta é de iniciativa do Poder Legislativo e aqueles são de iniciativa do Poder Executivo.

E

118 Constitui violação às normas de elaboração do projeto de lei orçamentária o envio, pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, de proposta de subsídios tributários para empresas consideradas estratégicas ao desenvolvimento nacional, sem que tal proposta se faça acompanhar de demonstrativo dos seus impactos devidamente regionalizados.

C

CESPE/ICMBIO 2014 - Cargo 1: Analista Administrativo

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

86 O período do plano plurianual (PPA) coincide com o período do mandato do chefe do Poder Executivo.

E

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

89 Os orçamentos não compreendidos na LOA pelo orçamento fiscal incluem os orçamentos da saúde e do investimento das empresas.

C

CESPE/CADE 2014 - Cargo 1: Analista Técnico-Administrativo

A respeito do sistema de planejamento e dos documentos orçamentários previstos na Constituição Federal de 1988, julgue os itens que se seguem.

60 A regionalização do plano plurianual fornece informações relacionadas à distribuição das metas estipuladas para cada objetivo especificado, podendo também ser a expressão regional do quadro atual a ser modificado pelo objetivo e deve ser expressa em macrorregiões ou estados.

E

61 Entre as atribuições próprias da lei de diretrizes orçamentárias está a definição dos conceitos de programa, ação e subtítulo a serem utilizados pela LOA.

E

CESPE/CADE 2014 - Cargo 5: Agente Administrativo

No que diz respeito ao orçamento público no Brasil, julgue os seguintes itens.

89 O papel desempenhado pela lei de diretrizes orçamentárias é de fundamental importância para a integração entre o plano plurianual e o orçamento anual.

C

90 De acordo com o modelo de integração entre planejamento e orçamento, o orçamento anual constitui-se um instrumento de curto prazo que operacionaliza os programas setoriais e regionais de médio prazo.

C

91 A elaboração do plano plurianual, ao contrário de sua revisão, deve ser considerada como etapa do processo de integração entre o planejamento e o orçamento público federal.

E

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 1: ADMINISTRADOR – CLASSE A, PADRÃO I

77 A contextualização do programa temático no âmbito do plano plurianual deve incluir a interpretação completa e objetiva da temática tratada, as oportunidades e os desafios associados, os contornos regionais que a política pública deverá assumir e as transformações que se deseja realizar.

C

JUSTIFICATIVA – Os quatro aspectos mencionados no item são exigências básicas da contextualização do programa temático, de acordo com o Manual de Elaboração do PPA 2012 – 2015, Brasília: MP, pág. 18.

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO – CLASSE A, PADRÃO I

No que se refere ao funcionamento e às normas que regem a elaboração do orçamento público, julgue os próximos itens.

69 O plano plurianual — instrumento de planejamento de médio prazo do governo federal — estabelece objetivos e metas para despesas de capital, incluindo-se despesas correntes necessárias a investimentos a serem realizados durante mais de um exercício financeiro.

C

JUSTIFICATIVA – O PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo do governo federal, que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Fonte: Brasil. MP. Secretaria de Orçamento Federal. Manual técnico de orçamento. MTO. Edição 2014. Brasília, 2013, p. 74.

Tendo em vista as normas que regem o orçamento público, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que PPA se refere ao plano plurianual; LDO, à lei de diretrizes orçamentárias; e LOA, à lei orçamentária anual.

71 No Brasil, a LOA é, de fato, composta por três orçamentos: o fiscal, o da seguridade social e o de investimento das empresas estatais.

C

JUSTIFICATIVA – A CF determina a elaboração desses três orçamentos, unificados em uma única lei orçamentária anual.

Tendo em vista as normas que regem o orçamento público, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que PPA se refere ao plano plurianual; LDO, à lei de diretrizes orçamentárias; e LOA, à lei orçamentária anual.

76 A LDO orienta a elaboração da LOA e auxilia na coerência entre o PPA e a LOA.

C

JUSTIFICATIVA – A CF na seção relacionada ao orçamento, determina que a LDO seja elaborada em consonância com o PPA, tendo como função orientar a elaboração da LOA.

CESPE/MDIC 2013 - CARGO 2: AGENTE ADMINISTRATIVO

Julgue os itens subsequentes, relativos ao orçamento público no Brasil.

82 De acordo com a lei orçamentária anual, os orçamentos das empresas estatais dependentes e independentes constam do orçamento de investimento.

E

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

A respeito do orçamento público, sua evolução, seus princípios e sua composição, julgue os itens subsequentes.

97 A dimensão operacional do plano plurianual está relacionada ao desempenho da ação governamental referente à eficiência e à busca pela otimização na aplicação dos recursos disponíveis e na qualidade dos produtos entregues.

C

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

A respeito do planejamento e do orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

97 Como diretrizes orçamentárias específicas aplicáveis para a justiça do trabalho, destaca-se a exclusão, nas novas propostas, do parâmetro representado pelo montante das dotações do exercício corrente, quando se tratar da implantação de varas do trabalho e da promoção da prestação jurisdicional itinerante trabalhista.

C

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 13: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

A respeito de orçamento público, julgue os itens subsequentes.

92 Na União, nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, a Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece parâmetros com vistas à fixação, no projeto de Lei Orçamentária, dos montantes relativos a despesas com pessoal e a outras despesas correntes.

E

CESPE/STF 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com relação às formas e dimensões da intervenção da administração na economia e às funções do orçamento público, julgue os itens seguintes.

91 No orçamento fiscal, parte do montante da despesa com a dívida pública representa propriamente pagamento da dívida e a outra parte, o refinanciamento, ou seja, a substituição de títulos anteriormente emitidos por títulos novos, com vencimento posterior.

C

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 5: Ciências Contábeis

QUESTÃO 61

Assinale a opção correta a respeito do plano plurianual (PPA).

A O projeto de lei do PPA é encaminhado anualmente, pelo Poder Executivo, ao Congresso Nacional, até quatro meses antes do encerramento do exercício e deve ser devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa do exercício corrente.

B O período de vigência do PPA corresponde ao período entre o início do segundo ano do mandato presidencial e o final do primeiro ano do exercício do mandato subsequente.

C A regionalização, estabelecida no PPA para as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal, consiste na distribuição do planejamento e da programação conforme a concentração de municípios de cada unidade da Federação.

D O PPA abrange as despesas de capital para efeito de um planejamento amplo, entretanto não prioriza as despesas correntes porque estas compreendem as inversões financeiras.

E Os programas de duração continuada referem-se aos projetos e a operação especial desenvolvida pela gestão pública e contidos no PPA para um período de quatro anos.

LETRA B

QUESTÃO 62

No que se refere à proposta orçamentária, assinale a opção em que são apresentados apenas requisitos para a organização do projeto de Lei Orçamentária (PLOA).

A mensagem com exposição circunstanciada da situação econômico-financeira / tabelas explicativas, com as estimativas de receita e despesas com informações adicionais / descrição sucinta das principais finalidades de cada unidade administrativa, com indicação da respectiva legislação / projeto de Lei do Orçamento / especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais

B projeto de Lei do Orçamento / tabelas explicativas, com as estimativas de receita e despesas / anexos das metas fiscais / relatório de avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior

C mensagem com exposição circunstanciada da situação econômico-financeira / projeto de Lei do Orçamento / especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais / anexos de riscos fiscais / programação financeira de desembolso

D relatório de avaliação da situação financeira e atuarial / mensagem com exposição circunstanciada da situação econômico-financeira / projeto de Lei do Orçamento / demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de

Receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

E mensagem com exposição circunstanciada da situação econômico-financeira / anexos das metas fiscais / programação financeira de desembolso / descrição sucinta das principais finalidades de cada unidade administrativa, com indicação da respectiva legislação / projeto de

Lei do Orçamento / especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais

LETRA A

QUESTÃO 64

A finalidade e a abrangência da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) consiste em

A expor a situação econômico-financeira da máquina pública, em função da dívida fundada e flutuante; compreender as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo-se as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e desenvolver a análise pormenorizada do projeto de lei do orçamento.

B orientar a elaboração de lei orçamentária anual; dispor sobre alterações na legislação tributária; estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento; definir as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo-se as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

C orientar a elaboração de lei orçamentária anual; definir as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo-se as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; detalhar e mensurar os programas anuais de trabalho do governo e definir a programação do fluxo de caixa do Tesouro.

D expor a situação econômico-financeira da máquina pública em função da dívida fundada e flutuante; definir as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo-se as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orientar a elaboração de lei orçamentária anual; dispor sobre alterações na legislação tributária.

E orientar a elaboração de lei orçamentária anual; dispor sobre alterações na legislação tributária; estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento; definir de forma sucinta as principais finalidades de cada unidade administrativa, com indicação da respectiva legislação.

LETRA B

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 6: Direito

QUESTÃO 72

No que se refere à apreciação das proposições legislativas de matéria orçamentária, o topo da hierarquia material é ocupado

A pelos créditos extraordinários.

B pelo plano plurianual.

C pela lei de diretrizes orçamentárias.

D pela lei orçamentária anual.

E pelo orçamento monetário.

LETRA B

CESPE/FUNASA 2013 - ÁREA DE LOTAÇÃO: CELEBRAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONVÊNIOS – NÍVEL IV: ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELLECTUAL – ESPECIALIDADE 3

Em relação ao orçamento público, julgue os itens seguintes.

61 As diretrizes orçamentárias no âmbito federal são desenvolvidas por iniciativa do Congresso Nacional.

E

CESPE/BACEN 2013 - Analista - Área 5: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com relação aos instrumentos de planejamento, orçamento e execução do programa de trabalho do governo, julgue os seguintes itens.

83 O programa temático, orientando a ação governamental, desdobra-se em objetivos e iniciativas e deve retratar, no âmbito do plano plurianual, a agenda de governo organizada pelos temas das políticas públicas.

C

CESPE/TCU 2013 - Auditor Federal de Controle Externo

A propósito do PPA e da LDO, julgue os itens subsecutivos.

160 De acordo com a legislação em vigor, toda ação finalística do governo federal deve ser estruturada em programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do plano. Os programas serão estabelecidos em atos próprios de cada ente da Federação, mas deverão privilegiar a descentralização, a integração com estados e municípios e a formação de parcerias com o setor privado.

C

CESPE/MPU 2013 - CARGO 6: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: FINANÇAS E CONTROLE

Julgue os próximos itens, relativos a finanças e políticas públicas.

67 O orçamento é um instrumento que auxilia no desenvolvimento das políticas públicas, uma vez que permite identificar e avaliar o gasto público ao controlar as informações de despesas de custeio e de capital da União, dos estados-membros, do Distrito Federal e dos municípios.

C

A respeito do plano plurianual (PPA), julgue os itens que se seguem.

69 O PPA não é considerado instrumento impeditivo do aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, desde que o ordenador da despesa declare que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual.

E

70 A previsão expressa no PPA consigna regularidade a uma dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro.

C

CESPE/MPU 2013 - CARGO 8: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Com relação ao orçamento público, julgue os itens seguintes.

54 Por meio do orçamento, o governante seleciona prioridades, decide onde e como gastar os recursos extraídos da sociedade e como distribuí-los entre os diferentes grupos sociais, conforme o peso ou a força política de tais grupos. Portanto, nas decisões orçamentárias, os problemas centrais de uma ordem democrática, como representação e accountability, estão presentes.

C

55 O orçamento fiscal engloba os impostos e as despesas da administração pública, incluindo as fundações mantidas pelo Estado e pelos três poderes.

C

56 No modelo de integração entre planejamento e orçamento, o orçamento anual constitui instrumento de longo prazo que operacionaliza os programas de caráter nacional, os quais, por sua vez, cumprem o marco fixado.

E

De acordo com o plano plurianual, julgue os itens subsequentes.

57 O PPA estabelece as diretrizes e os objetivos da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as despesas relativas aos programas de educação continuada.

E

(gab. Preliminar → C)

Justificativa da Banca: Diferentemente do afirmado no item, o PPA estabelece as diretrizes e os objetivos da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as despesas relativas aos programas de “duração” continuada. Por esse motivo, opta-se pela alteração de gabarito.

58 Os compromissos com vigência plurianual serão atendidos por crédito próprio, consignado no plano plurianual, devendo a despesa ser objeto de empenho global no início do primeiro exercício financeiro de realização do respectivo programa.

E

59 O projeto de lei do plano plurianual (PPA) define as prioridades do governo por um período de quatro anos e deve ser enviado pelo presidente da República ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto do primeiro ano do seu mandato.

C

Com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), julgue os próximos itens.

60 De acordo com a legislação vigente, é objeto da LDO instituir normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como estabelecer condições para a instauração e o funcionamento de fundos.

E

61 Segundo a legislação vigente, na LDO devem constar as políticas de investimento em participações acionárias de fundos.

E

Acerca da Lei Orçamentária Anual (LOA), julgue os itens que se seguem.

64 O orçamento de investimentos de empresas em que o Estado não detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto integrará a Lei Orçamentária Anual.

E

CESPE/TCE-RS 2013 - CARGO: AUDITOR-FISCAL DO TRABALHO Cargo: Oficial de Controle Externo, Nível II, Classe A, na Função de Oficial Instrutivo

Julgue os itens a seguir, relativos ao orçamento público.

96 O orçamento público tem caráter e força de lei, em sentido formal.

C

99 O projeto da lei orçamentária anual pode ser de iniciativa do Poder Legislativo, desde que computadas a receita e a despesa de todos os órgãos públicos.

E

No que se refere à Lei n.º 4.320/1964 e ao planejamento orçamentário, julgue os itens subsequentes.

103 A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece metas e diretrizes a serem adotadas pela administração pública no período de quatro anos subsequentes ao de sua elaboração, estabelecendo um elo entre os instrumentos orçamentários previstos no plano plurianual e no orçamento anual.

E

104 O orçamento anual engloba o orçamento de investimentos, que consiste na previsão das receitas e na fixação das despesas das empresas cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, à União.

C

107 A CF, tendo previsto a elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, estabeleceu uma sistemática de planejamento orçamentário.

C

CESPE/TRT 8ª Reg - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

QUESTÃO 40

Acerca do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da LOA, assinale a opção correta.

A As despesas somente serão realizadas quando da existência de crédito orçamentário e de cota financeira, não sendo permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

B Mesmo que haja insuficiência de caixa, não deve constar na LOA autorização para abertura de operações de crédito por antecipação da receita.

C As receitas correntes provêm de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, de conversão, em espécie, de bens e direitos e de inversões financeiras.

D A abertura de créditos suplementares e especiais está condicionada à existência de recursos disponíveis para a ocorrência da despesa e deve ser precedida da devida exposição de justificativa.

E É denominado recolhimento o ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito.

LETRA D

CESPE/TRT 8ª Reg – Cargo 11: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

QUESTÃO 58

O instrumento previsto na CF no qual se enfatizam prioridades e metas e mediante o qual são operadas mudanças na legislação tributária, definidas políticas de financiamento para as agências de fomento e relacionadas despesas de capital denomina-se de

A plano plurianual.

B lei orçamentária anual.

C lei de diretrizes orçamentárias.

D Lei de Responsabilidade Fiscal.

E plano de longo prazo.

LETRA C

CESPE/MTE 2013 - CARGO: AUDITOR-FISCAL DO TRABALHO

Julgue os itens que se seguem, relativos a processo e tipos de planejamento, estrutura organizacional e tipos de departamentalização.

67 O planejamento na administração pública está estruturado de forma a atender aos instrumentos de planejamento, como o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual, que se desdobram em um conjunto de elementos que dão sustentação ao processo de tomada de decisão e alocação de recursos.

C

Acerca de aspectos diversos do orçamento público, julgue os itens seguintes.

76 Do ponto de vista orçamentário, programas finalísticos são aqueles voltados para a oferta de serviços ao Estado, para o apoio administrativo e para a gestão de políticas públicas.

E

CESPE/MJ 2013 - Cargo 1: Analista Técnico-Administrativo

A respeito de orçamento público, julgue os itens seguintes.

81 As despesas são planejadas por meio de ações que integram os programas do plano plurianual, exceto aquelas representativas do serviço da dívida, como amortização e encargos.

C

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A respeito de orçamento público, julgue os itens que se seguem.

61 No Brasil, a Lei Orçamentária Anual é uma lei ordinária, visto que, entre suas características, não consta a coercibilidade.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 1: Analista Administrativo – Área: Administração

O orçamento brasileiro é formado por um conjunto de leis que visam garantir coerência temporal nas ações desenvolvidas pelo governo. Nesse sentido, plano plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA) formam uma estrutura básica de planejamento e execução do orçamento no Brasil. Com relação a esses dispositivos, julgue os itens que se seguem.

81 Para que as desigualdades regionais sejam combatidas de forma mais eficiente, é útil a apresentação do PPA de forma regionalizada; assim, seus impactos esperados podem ser vistos de forma mais clara, o que auxilia o melhor planejamento e controle. Apesar de a Constituição Federal trazer a obrigação de regionalização do PPA, a falta de lei complementar que defina esse conceito termina por desobrigar a regionalização desse plano, o que reduz sua eficácia.

E

85 Apesar de ser um guia para a elaboração da LDO e para a LOA, o PPA não condiciona outros planos constitucionais que tenham duração superior ao período de quatro anos, tais como o plano decenal da educação.

E

A respeito de orçamento público e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

96 Caso a falência de uma empresa concessionária de serviços rodoviários tenha originado uma série de necessidades financeiras para a ANTT, incluindo alguns investimentos que ultrapassem um exercício financeiro, nesse caso, por se tratar de situação emergencial e inerente ao ramo de atividade do órgão, não será necessária a inclusão desses investimentos no PPA nem na lei que autorize tal inclusão.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 4: Analista Administrativo - Área: Ciências Contábeis

Com relação ao processo de elaboração do orçamento público brasileiro, julgue os itens subsecutivos.

86 De competência privativa do Poder Executivo, a LOA especifica a receita, as despesas e as metas da administração pública federal para o período de sua vigência.

E

88 O plano plurianual deve ser elaborado com vistas ao fortalecimento da unidade federativa, sendo, portanto, vedada qualquer forma de regionalização de objetivos ou de diretrizes governamentais.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 6: Analista Administrativo - Área: Direito

A respeito das normas concernentes ao orçamento público e à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens a seguir.

90 No orçamento fiscal, devem constar todos os investimentos das empresas e autarquias cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, à União.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 16: Técnico Administrativo

A respeito do orçamento público brasileiro, julgue os seguintes itens.

74 Uma notável modificação introduzida pela CF no processo orçamentário foi a integração entre plano e orçamento, por meio da criação do plano plurianual (PPA) e da lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

C

75 A CF em vigor confere ao orçamento a natureza jurídica de lei formal e material. Por esse motivo, a lei orçamentária pode prever receitas públicas e autorizar gastos.

E

Com relação ao planejamento e ao orçamento dos entes públicos federal, estaduais e municipais, julgue os itens subsequentes.

76 De acordo com a CF, a lei orçamentária anual compreende o orçamento fiscal, o orçamento de investimento e o orçamento-programa.

E

78 Ao realizar-se a integração entre o sistema de planejamento e o orçamento federal, o instrumento legal que explicita as metas e prioridades para cada ano, além das alterações na legislação tributária, é a lei orçamentária anual.

E

79 O PPA é o instrumento de planejamento utilizado no setor público. Nele devem ser estabelecidas, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

C

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 6: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ADMINISTRAÇÃO

Com relação a orçamento público, julgue os itens que se seguem.

106 A vigência da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) coincide com a do exercício financeiro.

E

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 11: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

Acerca do orçamento publico, julgue os itens subsequentes.

91 O campo de aplicação do orçamento público na administração publica engloba as pessoas jurídicas de direito público, entidades vinculadas e sociedades de economia mista, cujo estado detenha controle acionário.

C

No que se refere ao orçamento publico no Brasil, julgue os próximos itens.

97 O processo que integra o planejamento e o orçamento exclui a elaboração e a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

E

99 As despesas orçamentárias são executadas com base nas autorizações da Lei Orçamentária Anual (LOA), que é composta do orçamento fiscal, do orçamento da seguridade social e do orçamento de investimentos.

C

CESPE/IBAMA 2013/Cargo Cargo: Analista Administrativo

No Brasil, o orçamento público assumiu características peculiares, principalmente após a promulgação da CF. Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

89 De acordo com a legislação vigente, se o mandato do presidente da República fosse alterado, o prazo de vigência do plano plurianual da União (PPA) também seria alterado na mesma proporção.

C

CESPE/MI 2013 - Cargo 1: Analista Técnico Administrativo

Acerca de orçamento público, julgue os itens seguintes.

55 O PPA é um instrumento de programação da administração pública idealizado como guia plurianual para as autorizações orçamentárias anuais.

C

No que se refere a diretrizes orçamentárias, orçamento anual, sistema e processo de orçamento e alterações orçamentárias, julgue os itens subsequentes.

60 O teor da lei de diretrizes orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública federal, orienta a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

C

61 A lei orçamentária contém a discriminação da receita e da despesa, evidenciando, assim, a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, respeitando-se os princípios da unidade, da universalidade e da anualidade.

C

CESPE/MI 2013 - Cargo 4: Administrador

A respeito de orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

103 Consoante o atual ordenamento jurídico brasileiro, em determinado período do ano, duas leis de diretrizes orçamentárias vigem simultaneamente.

C

104 Empresa classificada como empresa estatal dependente deve ser incluída no orçamento fiscal e no orçamento de investimento das estatais do ente federativo a que pertença.

C

Acerca da programação e execução orçamentária e financeira, julgue os itens subsequentes.

110 Constitui crime de responsabilidade do chefe do Poder Executivo a não execução de um crédito orçamentário regularmente consignado na LOA.

E

CESPE/SERPRO 2013 - Cargo 16 – Analista – Especialização: Negócios em Tecnologia da Informação

A respeito do plano plurianual (PPA) do governo federal, julgue os itens que se seguem.

116 O PPA, que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas do governo federal, não trata das ações destinadas à gestão e manutenção da ação governamental.

E

117 O projeto do PPA vigente foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo em 2011.

C

CESPE/MME 2013 - Cargo 2: Analista Financeiro

QUESTÃO 73

Com relação aos propósitos, dimensões, características e natureza jurídica do orçamento público, assinale a opção correta. Nesse sentido, considere que as siglas PPA, LOA e LDO, sempre que empregadas, se referem, respectivamente, plano plurianual, lei orçamentaria anual e lei de diretrizes orçamentárias.

A Em sua dimensão legal, o orçamento público abrange a elaboração e a execução de três leis — o PPA, a LDO e a LOA — que, em conjunto, formalizam o planejamento e a execução das políticas públicas federais.

B A LOA tem natureza jurídica de lei material, pois ela cria direitos subjetivos relacionados aos programas de governo e altera a estrutura tributária do respectivo exercício financeiro.

C No Brasil, o orçamento público tem caráter impositivo, razão por que compete ao Poder Executivo executar as despesas aprovadas pelo Poder Legislativo.

D O orçamento público, um instrumento de planejamento da ação governamental, é proposto pelo Poder Legislativo conforme as diretrizes e os programas estabelecidos pelo Poder Executivo.

E O orçamento público é o instrumento em que se quantificam as despesas e as receitas para determinado exercício financeiro, sendo formalizado por meio da LDO, que exprime as propostas do Poder Executivo.

LETRA A

QUESTÃO 79

Assinale a opção correta com relação à LDO.

A De acordo com a CF, a LDO deve dispor, entre outros aspectos, sobre o equilíbrio entre receitas e despesas do governo.

B A LDO orienta a elaboração do orçamento anual e abrange, entre outros aspectos, a política de aplicação das agências de fomento.

C A sessão legislativa não pode ser interrompida sem a aprovação do projeto de LDO.

D A LDO deve ser encaminhada ao Congresso Nacional até o dia 15 de abril de cada ano; ela vigora por doze meses a partir da sua aprovação.

E A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração pelos órgãos da administração pública direta e indireta, pelas empresas públicas e pelas fundações instituídas e mantidas pelo poder público depende de autorização específica prevista na LDO.

LETRA C

CESPE/MME 2013 - Cargo 3: Gerente de Projeto

QUESTÃO 86

Acerca do plano plurianual (PPA), assinale a opção correta.

A Não é necessário que os investimentos com prazo de validade superior a um exercício financeiro façam parte do PPA, sendo suficiente sua previsão na LDO.

B O PPA, com vigência quadrienal, coincide com o mandato do chefe do Poder Executivo.

C Não estão incluídas no escopo do PPA, instrumento orçamentário que estabelece as diretrizes de governo, as despesas de capital e outras delas decorrentes, que são discriminadas na LDO.

D Conforme dispositivo legal, apenas a inclusão ou a exclusão de objetivos definidos em programas temáticos do PPA é considerada revisão.

E No PPA, devem estar representadas todas as diretrizes do governo com relação a orçamento, tais como as debatidas por ocasião das campanhas para presidente, governador e prefeito.

LETRA E

QUESTÃO 87

Considerando as diferenças entre o PPA, a LDO e a LOA, assinale a opção correta.

A O tempo de vigência da LDO, incluindo-se orientação e execução, é de um ano, ou seja, um exercício financeiro.

B O período de aprovação da LDO, no âmbito do Poder Legislativo, é de 1.º de setembro a 22 de dezembro de cada ano.

C Na LDO, as metas físicas e financeiras alcançam o período de execução de um ano.

D A LOA, cujo período de execução é de 1.º de janeiro a 31 de dezembro, objetiva, principalmente, estimar as receitas e fixar as despesas.

E A LOA estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração federal.

LETRA D

QUESTÃO 100

Acerca da proposta de elaboração orçamentária, assinale a opção correta.

- A As despesas de capital não devem constar do PPA.
- B O PPA deve ser elaborado de forma nacional, não sendo permitida a sua regionalização.
- C As receitas e despesas da PETROBRAS e as do Banco do Brasil devem ser incluídas na LOA.
- D A iniciativa de elaboração da proposta orçamentária é sempre do Poder Legislativo.
- E Na apreciação das matérias orçamentárias, não se admitem emendas ao projeto de lei de orçamento que visem conceder dotação para início de obra cujo projeto não esteja aprovado por órgãos competentes.

LETRA E

CESPE/MME 2013 - Cargo 4: Gerente Técnico de Projeto

QUESTÃO 87

O presidente da República faleceu no terceiro ano de seu mandato e, conseqüentemente, o vice-presidente assumiu o cargo em seu lugar. Nessa situação hipotética, a vigência do plano plurianual que estará em vigor durante a gestão do novo presidente deverá ser

- A do primeiro ano do mandato do novo presidente até o final do primeiro ano do mandato presidencial subsequente.
- B do segundo ano do mandato do presidente falecido até o final do primeiro ano do mandato presidencial subsequente.
- C do primeiro ano do mandato do presidente falecido até o final do primeiro ano do mandato presidencial subsequente.
- D do segundo ano do mandato do novo presidente até o final do primeiro ano do mandato presidencial subsequente.
- E do segundo ano do mandato do novo presidente até o final de seu mandato presidencial.

LETRA B

CESPE/MME 2013 - Cargo 6: Assistente Financeiro

QUESTÃO 78

Com referência à elaboração da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) no âmbito municipal, assinale a opção correta.

- A O aumento da remuneração de servidores de empresas públicas deverá ser previsto na LDO.
- B O projeto de LDO deve ser elaborado pela comissão de orçamento da câmara municipal.
- C A LDO orientará a elaboração da LOA e deverá estar compatível com o PPA.
- D As metas e prioridades da LDO deverão compreender as despesas correntes do exercício seguinte.
- E A LDO deverá determinar as alterações da legislação tributária.

LETRA C

CESPE/TELEBRAS 2013 - Cargo 6: Especialista em Gestão de Telecomunicações – Ocupação: Analista Superior – Subatividade: Finanças

Em relação a processo orçamentário, seus princípios e diretrizes e lei de diretrizes orçamentárias (LDO), julgue os próximos itens.

80 A LDO, elaborada em consequência do plano plurianual, serve como balizador da elaboração do orçamento anual.

C

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Judiciária

Considerando que João seja responsável pela elaboração da proposta orçamentária de um tribunal federal, que irá compor o projeto de lei orçamentária anual (LOA) para 2014, julgue os itens que se seguem à luz do disposto na CF, na Lei n.º 4.320/1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

107 Se o tribunal pretende inserir na LOA uma despesa com benefício médico destinado aos servidores, João deverá classificá-la como constante no orçamento da seguridade social.

C

109 Com vistas a assegurar a execução do orçamento proposto, após o envio da proposta orçamentária destinada a compor a lei orçamentária para 2014, o tribunal deverá inserir todas as metas e prioridades no projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2014.

E

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Com referência à organização e programação do processo orçamentário brasileiro, julgue os itens subsequentes. Nesse sentido, considere que, sempre que empregada, a sigla PPA refere-se a plano plurianual.

106 A elaboração do orçamento compreende o estabelecimento de plano de médio prazo (quatro anos) ou PPA; lei orientadora ou lei de diretrizes orçamentárias (LDO); e orçamento propriamente dito ou LOA.

C

107 Considere que os Poderes Executivo e Judiciário tenham firmado convênio para expandir a presença da justiça no interior do país, em resposta ao aumento da criminalidade, ficando o Poder Executivo responsável pela construção de novas edificações para o funcionamento conjunto de órgãos do Poder Judiciário e da defensoria pública. Nessa situação, apesar de o convênio ter sido firmado durante a vigência de um PPA que não previa essas despesas, cuja duração seria superior a um exercício financeiro, não é necessária a alteração imediata do PPA, bastando a inclusão desse novo item de gasto na LOA em vigência.

E

CESPE/CNJ 2012 Cargo 13: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) formam a tríade que constitui a estrutura básica de planejamento e implementação do orçamento no Brasil. A respeito desses dispositivos, julgue os itens a seguir.

97 O PPA é adotado como referência para a elaboração dos demais planos previstos na Constituição Federal, a fim de garantir a coerência do planejamento orçamentário.

C

98 No PPA, as diretrizes, metas e objetivos dos programas de duração continuada são apresentados de forma regionalizada.

C

CESPE/SEGER ES 2012 - Cargo: Analista do Executivo – Área de Formação 2: Ciências Contábeis

QUESTÃO 55

Acerca de orçamento público, assinale a opção correta.

A Na esfera governamental federal, o projeto de lei do orçamento deve ser encaminhado ao Congresso Nacional até o dia 15 de abril e devolvido, para sanção, até o encerramento da sessão legislativa, no dia 22 de dezembro.

B De acordo com o princípio da exclusividade, a publicação da lei orçamentária não é um ato de aprovação, mas é exigência para que a lei possa surtir efeitos.

C A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é uma lei ordinária que estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas de médio prazo a serem aplicadas pelos gestores públicos nos programas de duração continuada.

D A LOA é constituída por três orçamentos: fiscal, seguridade social e investimentos em despesas de capital.

E O Plano Plurianual (PPA) correspondente ao ente que o elaborou constitui uma síntese dos esforços de planejamento da administração pública, pois ele orienta a elaboração do orçamento anual e dos demais planos e programas de governo.

LETRA E

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Considerando que, entre outros instrumentos, a integração entre planejamento e orçamento no Brasil se serve do tripé composto pelo plano plurianual (PPA), pela lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e pela lei orçamentária anual (LOA), julgue os itens seguintes.

110 Em virtude das fortes diferenças regionais existentes no país, a CF impôs a regionalização do PPA com base na divisão tradicional das cinco regiões brasileiras.

E

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 10: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

Tendo em vista que, em virtude de sua importância para a administração pública e a sociedade em geral, o orçamento recebeu atenção específica na CF, principalmente nos artigos de 165 a 169, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que as siglas PPA, LDO e LOA, sempre que empregadas, se referem, respectivamente, a plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual.

115 A fim de reduzir as desigualdades socioeconômicas entre as cinco regiões geográficas brasileiras, o PPA deve ser apresentado de forma regionalizada, necessariamente segundo o padrão tradicional de divisão regional: Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

E

CESPE/INPI 2012 - Cargo 9 - ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Classe A, Padrão I) – ÁREA: GESTÃO FINANCEIRA (A3)

No que se refere a plano plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), orçamento anual e classificações orçamentárias, julgue os próximos itens.

91 Para garantir a continuidade dos programas governamentais, a Constituição Federal de 1988 determina que o PPA tenha duração de cinco anos, um ano a mais que o mandato presidencial.

E

92 No PPA, os objetivos e as metas da administração para as despesas de capital devem ser apresentados de forma regionalizada.

C

93 A lei de diretrizes orçamentárias deve conter o anexo de riscos fiscais, em que se avaliam os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, apresentando, ainda, as providências a serem tomadas, caso estes riscos se concretizem.

C

94 Entre as funções da lei orçamentária anual (LOA) consta a redução das desigualdades regionais, segundo critério populacional.

C

A respeito da evolução do orçamento, seus princípios e a integração entre planejamento e orçamento, julgue os itens subsequentes.

111 O planejamento de médio prazo do governo, 4 anos, é traduzido por meio do PPA, cuja integração com a LOA é realizada pela LDO.

C

CESPE/ ANP 2012 - PERFIL 2 : ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA II

Acerca do orçamento público e de restos a pagar, julgue os itens subsequentes.

75 No que diz respeito ao orçamento de investimento das empresas estatais dependentes, as orientações para elaboração do projeto de lei orçamentária anual constam do plano plurianual vigente.

E

CESPE/CAPES 2012 - Cargo 4: Analista em Ciência e Tecnologia Júnior I – Formação: Contabilidade

Julgue os itens a seguir, relativos ao orçamento público e ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

84 O plano plurianual, uma síntese dos esforços de planejamento da administração pública, orienta a elaboração dos demais planos e programas de governo e a elaboração do orçamento anual.

C

85 A iniciativa de elaboração da proposta orçamentária anual é do Poder Executivo.

C

CESPE/ANAC 2012 - Cargo 2: Analista Administrativo – Área 2

No que se refere a financiamento do setor público, tributação, orçamento e finanças públicas, julgue os itens a seguir.

57 A lei orçamentária anual (LOA), dispõe sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual da lei de diretrizes orçamentárias e da proibição para abertura de créditos extraordinários.

E

60 A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) compreende as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal quanto às despesas de capital e às despesas decorrentes das despesas de capital, além de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

E

No que se refere a orçamento público, julgue os itens seguintes.

65 A LDO deve ser encaminhada para sanção presidencial até meados do primeiro mês do segundo semestre de cada ano.

C

66 A LOA, que tem caráter impositivo, é composta pelos orçamentos fiscal, de investimentos e da seguridade social.

E

69 O plano plurianual enviado ao Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da República no primeiro ano de seu mandato vigora até o encerramento do mandato desse presidente da República.

E

CESPE/TRT -10ª Região 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Em relação à administração pública e ao orçamento público, julgue os itens subsequentes, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF).

92 A LOA inclui o orçamento de investimento das empresas de que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

C (gab. Extraoficial)

CESPE/ANATEL 2012 - Cargo 1: Analista Administrativo

A ação planejada do Estado materializa-se por meio do orçamento público. Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens subsequentes.

103 A integração entre plano plurianual e orçamento anual é realizada por meio da lei de diretrizes orçamentárias, que, além de fornecer orientação para elaboração dos orçamentos anuais, tem por finalidade destacar, do plano plurianual, as prioridades e metas a serem executadas em cada orçamento anual.

C

105 A LOA, além de fixar os limites para o refinanciamento e o pagamento dos juros e encargos da dívida pública da União, deve conter o anexo de metas fiscais com avaliação dos riscos que podem afetar o equilíbrio das contas públicas.

E

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2012 - Cargo Analista Legislativo – Atribuição: Técnica Legislativa

Acerca das finanças públicas e dos orçamentos, julgue os itens a seguir.

159 Aplica-se tanto às pessoas de direito público quanto às de direito privado, como as empresas públicas e as sociedades de economia mista, a regra constitucional que condiciona à existência de autorização específica na LDO a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração pelos órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta.

E

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Especialidade: Administrador

QUESTÃO 48

48 No âmbito federal, o prazo de envio para apreciação dos projetos de lei orçamentária anual (PLOA); de diretrizes orçamentárias (PLDO) e do plano plurianual (PPA) no exercício financeiro será até

- A 31 de dezembro, pelo Poder Executivo, do projeto da LOA.
- B 22 de dezembro, pelo Poder Executivo, do projeto da LDO.
- C 15 de abril, pelo Poder Legislativo, do projeto do PPA, no primeiro ano do mandato presidencial.
- D 22 de julho, pelo Poder Legislativo, do projeto da LDO.
- E 31 de agosto, pelo Poder Executivo, do projeto da LOA.

LETRA E

QUESTÃO 49

49 A LOA abrange o orçamento fiscal de investimento das empresas e da seguridade social e, de acordo com a legislação vigente, deve

- A obedecer ao princípio da exclusividade referente à proibição de autorização para abertura de créditos adicionais.
- B evidenciar, em seu orçamento fiscal, as receitas e despesas das empresas estatais dependentes e independentes.
- C possibilitar a concessão ou a utilização de créditos ilimitados.
- D aceitar as emendas provenientes de anulação de despesas com transferências tributárias constitucionais.
- E prever a reserva de contingência.

LETRA E

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 11: Analista Judiciário – Especialidade: Engenheiro Civil

QUESTÃO 58

Assinale a opção que apresenta corretamente a lei de orçamento que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para um período de quatro anos.

- A lei de orçamento anual
- B lei de responsabilidade fiscal
- C plano plurianual
- D lei de diretrizes de governo
- E lei de diretrizes orçamentárias

LETRA C

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 1: Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

A elaboração de proposta orçamentaria no Brasil compreende a preparação de diversos instrumentos, entre os quais se destacam o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO) e a Lei Orçamentaria Anual (LOA). Com relação a esses instrumentos, julgue os próximos itens.

95 No anexo de riscos fiscais, devem ser avaliados os passivos contingentes e os outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando-se as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos sejam concretizados.

C

96 Conforme determinações constantes na CF, a LOA deve compor-se de três orçamentos: fiscal, monetário e de investimento das empresas estatais.

E

97 O PPA é o documento em que é representado o planejamento de médio prazo do governo, e a LOA, o instrumento de execução desse planejamento, sendo a conexão entre o PPA e a LOA estabelecida pela LDO.

C

98 No PPA, devem constar disposições sobre as metas e os riscos fiscais, assim como sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

E

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 2: Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

De acordo com a CF, julgue os itens subsecutivos, relativos a organização dos poderes.

94 A Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO) estabelece metas de resultado primário do setor público consolidado para o exercício e indica as metas para os dois exercícios seguintes.

C

CESPE/TJ RR 2012 - Cargo 4: Contador

Acerca de elaboração, acompanhamento e fiscalização do orçamento público, julgue os itens subsequentes, considerando a legislação aplicável.

82 De acordo com a Constituição Federal de 1988, o projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) da União será encaminhado ao Congresso Nacional até quatro meses antes do encerramento do exercício de sua elaboração, prazo que também deve ser observado pelos estados para a remessa de seus PPAs às respectivas assembleias legislativas.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo : AUDITOR

Acerca do orçamento público e de restos a pagar, julgue os itens seguintes.

102 A mensagem presidencial por meio da qual seja encaminhado o projeto de lei orçamentária anual ao Congresso Nacional deve evidenciar a metodologia de cálculo de todos os itens computados na avaliação das necessidades de financiamento do governo federal.

C

No que se refere à atuação do Estado nas finanças públicas e ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

110 A não aprovação do plano plurianual até o final do primeiro exercício do mandato do titular do Poder Executivo impede o recesso do Poder Legislativo.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 2: Auditor de Controle Externo – Área: Ciências Contábeis

No que diz respeito aos principais instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens subsequentes.

149 Suponha que determinado governo estadual desenvolva, sem a inclusão de despesas de capital, um programa permanente destinado a conceder incentivos à permanência dos alunos nos cursos de ensino médio até a sua conclusão. Nesse caso, para que o programa seja colocado em prática, não será necessária a sua previsão no plano plurianual.

E

A correta execução do programa de trabalho expresso na lei orçamentária pressupõe a existência de um arcabouço técnico e conceitual muito bem definido. Com relação a esse assunto, julgue os seguintes itens.

150 Se a lei orçamentária anual não for aprovada até o final do exercício anterior ao da sua vigência, o Poder Executivo estará autorizado a executar as dotações constantes da proposta apresentada ao Poder Legislativo, até o limite de um doze avos por mês.

E

CESPE/BASA 2012 - Cargo 4: Técnico Científico – Área: Contabilidade

Acerca do orçamento público, julgue os itens a seguir.

81 No plano plurianual 2012-2015 do governo federal, as ações de apoio administrativo à atuação governamental inserem-se nos programas temáticos.

E

82 As diretrizes da política de aplicação de recursos do Banco da Amazônia S.A. devem ser estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, por ser essa instituição agência oficial de fomento.

C

CESPE/TRE-RJ 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

108 O orçamento prevê determinado volume de receitas e, baseado nessa previsão, fixa o montante total de despesas que o governo pode realizar, mas o orçamento não gera recursos públicos.

C

CESPE/TCU 2012 - Técnico Federal de Controle Externo

Considerando a Lei n.º 4.320/1964, que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes da Federação, julgue os itens consecutivos.

79 As propostas parciais de orçamento das unidades administrativas devem ser acompanhadas de tabelas explicativas da despesa, com a devida justificativa de cada dotação solicitada, incluindo a indicação dos atos de aprovação de projetos e orçamento de obras públicas.

C

CESPE/ TCU 2011 - Cargo 1: Auditor Federal de Controle Externo – Área: Controle Externo – Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

Considerando que o orçamento público se tornou peça fundamental no planejamento da ação dos governos em todo o mundo, particularmente no Brasil, após a promulgação da CF, julgue os itens subsequentes.

121 A exigência de compatibilidade entre o PPA e a LOA não se aplica ao primeiro ano de mandato do chefe do Poder Executivo, quando os respectivos projetos são analisados simultaneamente pelo Poder Legislativo.

E

122 A LOA não pode consignar auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de qualquer natureza.

E

123 Se a LOA de determinado município previr receitas e fixar despesas no total de R\$ 90 milhões, mas a administração pública verificar, no último trimestre do ano, que a arrecadação de receitas somente atingirá R\$ 89 milhões, as despesas desse ente federado terão de ser cortadas para que seu montante total corresponda ao da receita.

E

Tendo em vista que, para atingir seus objetivos, o orçamento deve recorrer a determinadas técnicas de classificação das receitas e despesas, bem como percorrer um rito de elaboração, discussão, aprovação e execução bem delimitado, julgue os itens seguintes, a respeito desse tema.

125 A escolha das fontes de recursos que estarão vinculadas a cada programa de trabalho estabelecido no projeto de LOA é feita durante a fase de definição das macrodiretrizes.

E

A CF introduziu no ordenamento jurídico brasileiro um documento, a LDO, com características inéditas no mundo, que depois chegou a ser copiado em vários países. Acerca da LDO, julgue os itens subsequentes.

138 A LOA é uma lei posterior à LDO e de mesma hierarquia. Apesar disso, a LOA não pode revogar dispositivos da LDO.

C

CESPE/TCDF 2011 - Cargo: Auditor de Controle Externo

Considerando os mecanismos básicos de atuação do Estado nas finanças públicas, julgue os seguintes itens.

109 Deve a lei de diretrizes orçamentárias dispor sobre a destinação de recursos provenientes das operações de crédito, ressalvadas as operações de crédito por antecipação de receita.

E

112 No atual ordenamento constitucional brasileiro, a LOA é, simultaneamente, uma lei especial e ordinária.

C

113 Um projeto de construção de barragens para prevenir desastres naturais não incluído no plano plurianual não poderá ser executado, ainda que sua execução restrinja-se a um exercício financeiro.

E

CESPE/MPE-PI 2011- Cargo 7: Analista Ministerial – Área: Orçamento

Julgue os itens a seguir, a respeito das peças orçamentárias que constituem o sistema de planejamento público no Brasil.

57 O plano plurianual deve prever e delimitar a política de aplicação dos recursos investidos pelas agências financeiras oficiais de fomento.

E

CESPE/AL CE 2011 - Cargo 1: Analista Legislativo – Administração

Com relação ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

72 A lei de diretrizes orçamentárias estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, por meio da previsão de empréstimos e financiamentos.

C

CESPE/MPU 2010 - Cargo 30: Analista de Orçamento

Julgue os itens seguintes com base no que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

85 De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), a LDO disporá sobre as alterações na legislação tributária e orientará a elaboração do Plano Plurianual (PPA).

E

Julgue os itens que se seguem, a respeito da elaboração da proposta orçamentária.

90 À LDO, que contempla o período de quatro anos de mandato político, tal como a lei que institui o PPA, cabe, de acordo com a CF, orientar a elaboração da LOA.

E

91 O PPA é o instrumento que expressa o planejamento do governo federal para um período de quatro anos. Por sua complexidade, o PPA restringe-se à esfera federal, não contemplando desdobramentos a níveis estadual nem municipal.

E

92 O PPA contempla o planejamento para quatro anos de governo, iniciando-se no segundo ano de mandato presidencial e terminando no primeiro ano de mandato do chefe do Poder Executivo subsequente.

C

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

No que se refere aos instrumentos de planejamento introduzidos pela CF, julgue os itens que se seguem.

82 Os orçamentos fiscais de investimento das empresas estatais e da seguridade social devem ser compatibilizados com o PPA.

E

84 Embora deva ser compatível com o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) contém matérias que, por sua própria natureza, não devem constar do PPA.

C

Acerca dos conceitos e princípios orçamentários, julgue os itens que se seguem.

92 O orçamento público, que mantém interação com a LDO e o PPA, pode ser considerado instrumento de planejamento das ações de governo.

C

95 A existência do PPA, da LDO e da LOA, aprovados em momentos distintos, constitui uma exceção ao princípio orçamentário da unidade.

E

Julgue os itens seguintes acerca do PPA, da LDO e da LOA, conforme a CF.

100 Os projetos de lei relativos ao PPA serão apreciados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

C

101 O orçamento fiscal e o da seguridade social, integrantes da LOA, incluem, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais.

E

102 As leis orçamentárias podem ser de iniciativa do Poder Legislativo.

E

103 Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais, previstos na CF, devem ser elaborados em consonância com a LDO e apreciados pelo MPU.

E

105 A LOA federal compreenderá o orçamento fiscal das empresas estatais nas quais a União detenha a maioria do capital social com direito a voto.

E

Em relação às previsões constitucionais relativas ao orçamento público, julgue os itens de 129 a 134.

129 O PPA da União será elaborado em um mandato presidencial e terá sua vigência estendida até o primeiro ano do mandato subsequente.

C

131 Na lei que instituir o PPA constarão despesas de capital e outras delas decorrentes.

C

CESPE/ TCU 2009 - Cargo 4: Técnico Federal de Controle Externo – Área: Apoio Técnico e Administrativo – Especialidade: Técnica Administrativa

A respeito das finanças públicas e do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

36 Admite-se a utilização, mediante autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.

C

37 A lei orçamentária anual não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa, admitindo-se, contudo, preceito relativo à autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

C

CESPE/TCU 2008 - Cargo 2.1: ACE - Área/Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

O orçamento é um instrumento que expressa a alocação de recursos públicos, sendo operacionalizado por meio de diversos programas, que constituem a integração do plano plurianual com o orçamento. Julgue os itens a seguir, a respeito do orçamento público no Brasil.

170 A lei que institui o plano plurianual (PPA) deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e para outras delas decorrentes. Contudo, não existe um modelo legalmente instituído para organização, metodologia e conteúdo dos PPAs.

C

172 As prioridades e metas físicas da administração pública federal para o exercício de 2008 correspondem às ações constantes do Anexo I, de metas e prioridades, conforme artigo 4.º da LDO/2008, as quais devem constar do projeto de lei orçamentária. Em pareceres prévios sobre as contas de governo, relativos aos últimos exercícios, foram frequentes as críticas do TCU relacionadas à perda de efetividade do anexo de metas e prioridades da administração pública federal. O tribunal questionou a real função desse anexo e pôs em xeque a adequação de vinculação e obrigatoriedade entre as ações dos principais instrumentos de planejamento e orçamento.

C

173 A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreenderá o orçamento fiscal, o de investimento e o da seguridade social, devendo propiciar uma visão de conjunto e integrada das ações empreendidas pela administração pública. Devem integrar os orçamentos fiscal e da seguridade social os fundos de incentivos fiscais e as transferências para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

E

174 A execução financeira dos programas do PPA pode apresentar um descompasso entre o desempenho de metas físicas e a execução orçamentária e financeira. Em geral, a apresentação de resultados inferiores de metas físicas, em relação à execução financeira, pode decorrer de deficiência no planejamento, dificuldades na condução de licitações ou na celebração de convênios e contratos, pendências ambientais e efeitos do contingenciamento orçamentário sobre a programação das despesas.

C

CESPE/IPEA 2008 - Cargo 6: Técnico de Desenvolvimento e Administração – Perfil: Gestão de Orçamento e Finanças

Consoante a CF, julgue os itens seguintes relativas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao Plano Plurianual (PPA).

66 A CF determina literalmente que o conteúdo do projeto de lei orçamentária e das emendas a ela propostas pelo Congresso Nacional sejam compatíveis com a LDO.

E

67 Determina a CF que os PPAs sejam elaborados em consonância com os planos e programas nacionais, regionais e setoriais.

E

68 Se o Banco do Brasil S.A. pretende conceder, em 2009, aumento salarial para seus empregados, então tal elevação somente poderá ser efetivada se prevista na LDO que tramitou no Congresso Nacional em 2008.

E

Relativamente ao ciclo orçamentário e acerca da gestão organizacional das finanças públicas, julgue os itens a seguir.

73 O Poder Executivo Federal tem o dever de, até 31 de agosto do primeiro ano do mandato presidencial, enviar ao Congresso Nacional a proposta de LDO.

E

75 Para a aprovação de um plano plurianual é exigido o voto favorável da maioria simples de cada casa do Congresso Nacional.

C

No que concerne ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

89 A natureza jurídica da lei orçamentária anual no Brasil não interfere nas relações entre os sujeitos passivos e ativos das diversas obrigações tributárias.

C

Quanto às normas orçamentárias da CF, julgue os itens seguintes.

91 Entre os instrumentos de planejamento da atividade financeira do Estado previstos pela CF, o nível mais abstrato para a formulação do plano de trabalho do governo é constituído pelo Plano Plurianual (PPA).

C

A respeito do PPA, julgue os itens subseqüentes.

93 Os objetivos básicos do PPA incluem a organização em programas das ações que resultem em incremento de bens ou serviços que atendam demandas da sociedade.

C

94 No PPA, a função dos macro-objetivos ou objetivos estratégicos é definir as metas de regionalização da ação governamental.

E

CESPE/ TCU 2007 - Cargo: Analista de Controle Externo – Área e Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

Os princípios orçamentários formam os pilares de uma gestão de recursos públicos. O art. 2.o da Lei n.o 4.320/1964 dispõe que a Lei de Orçamento conterà a discriminação da receita e da despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho de governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade. Com relação à observância ao princípio da universalidade, julgue o item a seguir.

126 O projeto da lei orçamentária deve ser acompanhado do demonstrativo regionalizado dos efeitos sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

C

A LDO foi introduzida no direito financeiro brasileiro pela Constituição Federal de 1988, tornando-se, a partir de então, o elo entre o PPA e a Lei Orçamentária Anual. Acerca da LDO, julgue o item seguinte.

130 A LDO é o instrumento que expressa o planejamento dos governos federal, estadual, distrital e municipal para um período de quatro anos, objetivando garantir a continuidade dos planos e programas instituídos pelo governo anterior.

E

CESPE/TCU 2004 - Cargo: Analista de Controle Externo

Julgue os itens seguintes, quanto ao orçamento-programa, ao plano plurianual e à lei de diretrizes orçamentárias.

22 No sistema brasileiro de planejamento e orçamento, exige-se a integração entre o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Para tanto, o plano plurianual é organizado em programas e ações, enquanto o orçamento anual compreende os mesmos programas e transforma as ações em projetos e atividades e os seus desdobramentos em subprojetos e subatividades.

E

24 Instituído pela Constituição Federal de 1988, o plano plurianual, de vigência coincidente com a do mandato do chefe do Poder Executivo, estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

E

25 - adaptada O Congresso Nacional reúne-se, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1.º de agosto a 22 de dezembro. Uma das situações que impede o início do recesso parlamentar em 18 de julho é a não-aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

C

Acerca das disposições da Constituição Federal sobre a lei orçamentária anual, julgue os itens a seguir.

26 A lei orçamentária anual compreende três orçamentos: o fiscal, o da seguridade social e o de investimento das empresas. Os orçamentos fiscal e da seguridade social englobam os poderes, órgãos e entidades da administração direta, autarquias, fundações e empresas em que o ente da Federação, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

E

27 O orçamento de investimentos das empresas compreende as despesas com aquisição do ativo imobilizado, excetuadas as relativas à aquisição de bens para arrendamento mercantil.

C

28 O orçamento da seguridade social compreende não só as entidades e órgãos a ela vinculados, como estabelece a Constituição Federal, mas também todas as despesas relativas a saúde, previdência social e assistência social, independentemente da unidade orçamentária responsável.

C

29 Considere a seguinte situação hipotética.

Encerrou-se o exercício financeiro sem que o projeto de lei orçamentária tenha sido votado pelo Poder Legislativo. Nessa situação, até o momento em que entre em vigor a lei orçamentária do novo exercício, deverá ser tomada como base para a realização das despesas a lei orçamentária do exercício recém-encerrado.

E

30 Os órgãos do Poder Judiciário, as casas do Congresso Nacional e o Ministério Público, amparados na autonomia administrativa e financeira que lhes garante a Constituição Federal, devem elaborar as respectivas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias e encaminhá-las ao Congresso Nacional no mesmo prazo previsto para o envio do projeto de lei orçamentária do Poder Executivo, ou seja, até quatro meses antes do encerramento do exercício.

E

34 O prazo de vigência do plano plurianual e o de apresentação e aprovação dos projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual da União estão definidos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e deverão ser definitivamente disciplinados em lei complementar.

C

11.CICLO ORÇAMENTÁRIO - ELABORAÇÃO, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, APROVAÇÃO, EXECUÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO ORÇAMENTO. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

CEBRASPE/CNMP 2023 – CARGO 4: ANALISTA DO CNMP – ÁREA: APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Com base na Lei n.º 4.320/1964 e suas alterações, julgue os itens a seguir.

81 No projeto de lei do orçamento, será admitida emenda para dotação de serviço que ainda não tenha sido criado.

E

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

De acordo com os princípios, as técnicas e o ciclo relacionados ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

74 O ciclo orçamentário encerra-se com as atividades relacionadas ao acompanhamento e à avaliação do processo de execução orçamentária.

E

Gabarito Preliminar: C

O ciclo orçamentário encerra-se na fase de controle e avaliação e não na fase de acompanhamento e avaliação.

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

Com relação à programação e à execução orçamentária e financeira, julgue os itens a seguir.

78 No regime de descentralização orçamentária, a descentralização que envolve unidades gestoras de entidades de estruturas administrativas diferentes é denominada provisão orçamentária.

E

79 No regime de descentralização financeira, a liberação de recursos do orçamento fiscal da União será realizada por meio de repasse, de sub-repasse ou de liberação de cotas.

C

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 25: ANALISTA JUDICIÁRIO ESPECIAL – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: CONTADOR

Em relação ao controle e à avaliação da execução orçamentária e financeira, julgue os itens que se seguem.

85 Considere-se que, ao constatar irregularidades em pagamentos efetuados pelo órgão, um contador do TJ/ES tenha comunicado o fato ao controlador interno desse tribunal, mas este, por lapso ou desídia, não tenha informado o fato ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE/ES). Nessa situação hipotética, em virtude de sua conduta, o controlador interno poderá ser responsabilizado solidariamente com quem realizou os pagamentos irregulares.

C

86 As contas prestadas anualmente pelo presidente do TJ/ES e pelos chefes dos Poderes Legislativo e Executivo estaduais são apreciadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE/ES), recebem, separadamente, parecer prévio desse tribunal e, ao final, são julgadas pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

E

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO – APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Relativamente às classificações orçamentárias e às diretrizes para elaboração da proposta orçamentária, julgue os itens a seguir.

82 A execução provisória do orçamento é admitida nos casos em que a sanção do projeto de lei orçamentária anual não ocorrer até o dia 31 de dezembro do exercício anterior.

C

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO – APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Julgue os seguintes itens, a respeito dos procedimentos constitucionais que tratam da fiscalização contábil, orçamentária e financeira no âmbito do Governo Federal do Brasil.

89 Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, os responsáveis pelo controle interno devem dar ciência à Controladoria Geral da União, sob pena de responsabilidade solidária.

E

90 Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle externo com a finalidade de apoiar o controle interno no exercício de sua missão institucional.

E

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 1: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Relativamente ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

93 Os requisitos para que emenda a projeto de lei orçamentária possa ser aprovada incluem o fato de a referida emenda ser compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

C

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 2: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Relativamente ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

64 O processo legislativo orçamentário inicia-se com a recepção pelo Legislativo da proposta orçamentária elaborada pelo Executivo.

E

65 Da elaboração de uma proposta orçamentária à avaliação dos resultados obtidos com a execução orçamentária, pode decorrer mais de dois exercícios orçamentários.

C

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 10: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: CONTADOR

Acerca das ações envolvidas no ciclo orçamentário, julgue os itens subsequentes.

115 Caso o projeto de determinada obra não esteja aprovado pelos órgãos competentes, a dotação para seu início não pode ser objeto de emenda ao projeto de Lei de Orçamento.

C

116 A execução orçamentária não será iniciada no exercício enquanto não houver a sanção do projeto de LOA.

E

CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: ADMINISTRAÇÃO

No que diz respeito ao orçamento público, a seus conceitos, técnicas e princípios, ao ciclo orçamentário e ao processo orçamentário, julgue os itens a seguir.

84 No ciclo orçamentário, a etapa de apreciação e votação se inicia após o recebimento pelo Poder Legislativo do projeto de lei orçamentária do Poder Executivo.

ANULADA

Gabarito preliminar: CERTO

A redação possibilita a interpretação de que há um projeto de lei orçamentária para cada um dos poderes, quando na verdade, há um único projeto de lei orçamentária para todos os poderes.

CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - Á REA: ADMINISTRAÇÃO

Quanto à programação e à execução orçamentária e financeira, julgue os próximos itens.

91 Se o Ministério da Agricultura descentralizou recursos orçamentários para uma de suas secretarias, é correto afirmar que, nesse caso, foi realizado um sub-repasse.

E

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Considerando as disposições da Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens subsequentes.

86 Melhorar a gestão das finanças públicas, ao estabelecer competências e responsabilidades para os gestores, é o principal objetivo da Lei n.º 4.320/1964.

E

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

A respeito do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

145 O ciclo orçamentário é um processo multidimensional e descontínuo de análise e decisão, haja vista sua necessária divisão em etapas sucessivas.

E

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

A respeito de técnicas orçamentárias e ciclo orçamentário, julgue os itens a seguir.

61 O ciclo orçamentário corresponde ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até sua apreciação final.

C

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

No que diz respeito à execução orçamentária, julgue os itens a seguir.

74 O Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro (SIAFE.RIO) consiste no principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e

controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo do estado do Rio de Janeiro.

C

75 Conforme o princípio da descentralização, os gerentes ou administradores públicos devem assumir, de forma personalizada, a responsabilidade pelo desenvolvimento de uma ação de governo.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 1: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: GERAL

A respeito de finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

104 O ciclo orçamentário inicia-se a partir da discussão, da votação e da aprovação da lei orçamentária.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 4: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: DIREITO

Julgue os itens seguintes, no que se refere ao orçamento público no Brasil e à programação e execução orçamentária e financeira.

112 Quando ocorre uma descentralização orçamentária, a responsabilidade pela aplicação dos recursos recebidos bem como pela conformidade dos documentos, das informações e dos demonstrativos contábeis, financeiros e operacionais cabe à unidade descentralizadora.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 4: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: DIREITO

No que se refere às receitas e despesas públicas e ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens.

119 A concessão de dotação para o início de uma obra a ser aprovada pelos órgãos competentes no decorrer do exercício poderá ser solicitada por meio de emenda ao projeto de lei de orçamento, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964.

E

CEBRASPE/SECANT-ES 2022 – CARGO 2: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Considerando as disposições da Constituição do Estado do Espírito Santo, julgue os itens a seguir.

38 Caso o governador do estado do Espírito Santo constate, no projeto de lei do orçamento anual, a existência de dispositivos incompatíveis com o plano plurianual, ele deverá encaminhar à Assembleia Legislativa mensagem com propostas de adequação, antes de iniciada a fase de apreciação pelo plenário.

C

CEBRASPE/SECONT-ES 2022 – CARGO 1: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Julgue os itens que se seguem, acerca da administração financeira e orçamentária pública brasileira.

68 Destaques são descentralizações externas que ocorrem entre unidades de órgãos distintos.

C

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 4: TÉCNICO PROCESSUAL

Relativamente a aspectos relacionados ao orçamento público, julgue os itens que seguem.

71 O processo orçamentário inicia-se com a elaboração da proposta orçamentária, seguida de sua discussão e aprovação, até às etapas de execução, controle e avaliação dessa execução, e sua duração tende a superar um exercício anual.

C

74 O ciclo orçamentário encerra-se com a execução do orçamento proposto pelo Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 3: TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A respeito do orçamento público no Brasil e das leis de natureza orçamentária, julgue os itens a seguir.

113 Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados devem examinar e emitir pareceres sobre o projeto de lei de diretrizes orçamentárias antes da sua apreciação em cada uma das referidas casas.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO: PROCURADOR DE CONTAS

Em relação a orçamento público, julgue os itens que se seguem.

79 O plano plurianual, por não ser veiculado em lei no sentido material, não integra o chamado ciclo orçamentário, previsto na Constituição Federal de 1988.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO: PROCURADOR DE CONTAS

Em referência à disciplina de direito financeiro e tributário, julgue os itens que se seguem.

63 De acordo com a Constituição Federal de 1988, a fiscalização orçamentária da União será exercida mediante controles externo e interno; este, no âmbito de cada Poder; aquele, pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

C

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 2: ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS – ESPECIALIDADES: ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, ECONOMIA OU ENGENHARIA

Julgue os itens que se seguem, em relação as etapas e aos estágios das receitas e despesas públicas.

71 A unidade orçamentaria detentora do crédito orçamentário aprovado na lei orçamentaria não deve ser alterada quando houver a descentralização de créditos orçamentários.

C

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 5: TÉCNICO AMBIENTAL

No que diz respeito ao conceito de orçamento público, às suas técnicas, aos seus princípios e ao seu ciclo, julgue os itens a seguir.

65 Na etapa de elaboração do orçamento público, os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os tribunais de contas elaboram as suas propostas parciais em relação às suas despesas, a serem encaminhadas ao Poder Executivo, para consolidação na proposta de orçamento público.

C

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Quanto às normas constitucionais sobre direito financeiro, julgue os itens a seguir.

41 Aos governos estaduais é admissível a apresentação de emendas ao orçamento federal, desde que em benefício do respectivo estado ou do interesse nacional.

E

No que se refere às normas constitucionais sobre controle dos orçamentos e sobre precatórios, julgue os itens que se seguem.

44 O poder de julgamento dos tribunais de contas, consoante texto constitucional dirigido originalmente ao TCU, vai além do julgamento das contas dos administradores e demais

responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, alcançando, ainda, as contas daqueles que derem causa a perda em prejuízo da administração pública.

C

CEBRASPE/SEFAZ-CE 2021 – CARGO 2: AUDITOR FISCAL CONTÁBIL-FINANCEIRO DA RECEITA ESTADUAL

O orçamento público é o instrumento de planejamento que estima as receitas que o governo espera arrecadar ao longo do próximo ano e, com base nelas, autoriza um limite de gastos a ser realizado com tais recursos. Sobre este assunto, julgue os próximos itens.

155 O ciclo orçamentário constitui uma sequência de duas fases ou etapas que deve ser cumprida como parte do processo orçamentário: elaboração e aprovação.

E

CEBRASPE/PGDF 2021 - CARGO: Técnico Jurídico – Apoio Administrativo

Considerando os princípios e a execução orçamentários, bem como a composição orçamentária do DF, julgue os itens a seguir.

74 A movimentação dos recursos entre as unidades do sistema de programação financeira é executada por meio de cotas, repasses e sub-repasses, sendo uma das modalidades de repasse a transferência de recursos de uma empresa pública dependente para um órgão da administração direta de outro ministério.

JUSTIFICATIVA: CERTO. O repasse é a liberação de recursos pelos órgãos setoriais de programação financeira para entidades da administração indireta, e entre estas; e, ainda, das entidades da administração indireta para órgão da administração direta, ou entre estes, se de diferentes órgãos ou Ministérios.

CESPE/TCDF 2021 – Auditor de Controle Externo

As tabelas a seguir, extraídas de projeto de lei orçamentária que estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2021, apresentam, respectivamente, a distribuição do orçamento por esfera orçamentária e a distribuição do fundo constitucional do Distrito Federal.

Tabela 1A16-I

esfera	valor (em reais)
fiscal	17.906.421.036
seguridade	8.997.021.291
investimentos das empresas estatais	1.512.982.019
total	28.416.424.346

Internet: <www.economia.df.gov.br> (com adaptações).

Tabela 1A16-II

área	valor (em reais)	%
segurança pública	8.346.317.628	52,92
saúde	4.081.820.588	25,88
educação	3.343.282.028	21,20
total	15.771.420.244	100

Internet: <www.economia.df.gov.br> (com adaptações).

Considerando as informações apresentadas, julgue os itens a seguir.

98 Após serem elaborados, projetos de lei orçamentária como o mencionado devem ser enviados à Câmara Legislativa do Distrito Federal, iniciando-se, com isso, a fase de apreciação legislativa do ciclo orçamentário.

C

CESPE/TCDF 2021 – Auditor de Controle Externo

O modelo orçamentário brasileiro, definido na Constituição Federal de 1988, compõe-se de três instrumentos: o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a LOA. Quanto a esse assunto, julgue o item subsequente.

101 Todos os projetos de lei relacionados a orçamento devem ser apresentados conjuntamente, ou seja, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, o de orçamento anual e, quando for o caso, o de plano plurianual devem ser apresentados na mesma data ao Poder Legislativo, para discussão e votação.

E

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

A respeito dos mecanismos utilizados na elaboração, execução e controle do orçamento, julgue os itens que se seguem.

107 Se a receita arrecadada for insuficiente para o cumprimento das metas fiscais, a consequente limitação de empenho deverá obedecer aos critérios estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Com relação aos recursos de acompanhamento e modificação do orçamento governamental, julgue os itens subsecutivos.

114 É vedado ao presidente da República propor modificação integral da proposta de lei orçamentária anual, se uma parte da referida proposta tiver sido aprovada na comissão mista de orçamentos.

C

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 3 – Direito

Com relação a aspectos constitucionais, legais, doutrinários e jurisprudenciais do direito financeiro, julgue os itens subsequentes.

155 Caso o Poder Executivo estadual discorde de proposta orçamentária encaminhada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que obedece aos limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, o governador não poderá alterar essa proposta ao encaminhar o projeto de lei orçamentária anual à Assembleia Legislativa.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 1 – Administração

Considerando que a CODEVASF necessite realizar a revitalização das margens do rio São Francisco no trecho localizado em Itacoatiara — BA, obra orçada em R\$ 729.250,59, julgue os itens a seguir.

108 Sabendo que o 4.º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro pode realizar a referida revitalização, a CODEVASF poderá utilizar o mecanismo da descentralização orçamentária externa, utilizando o Termo de Execução Descentralizada (TED).

C

CESPE/MPE-CE 2020 – Cargo 1 – An. Min. – Administração

A respeito de finanças públicas, julgue os itens que se seguem.

81 O sistema de planejamento orçamentário federal segue o PPA, a LDO, a LRF e a LOA, instrumentos legais que se materializam periodicamente após serem propostos pelo Poder Executivo federal e, posteriormente, aprovados pelo Poder Legislativo.

E

82 A finalidade básica do decreto de programação orçamentária e financeira e de limitação de empenho e movimentação financeira é acompanhar a execução orçamentária, de forma a garantir que a parcela do PPA prevista para o exercício em curso seja efetivamente realizada.

E

CESPE/SEFAZ-AL 2020 - Cargo 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue os itens a seguir.

21 A competência do Tribunal de Contas da União para julgar as contas dos responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos não abrange as contas do presidente da República.

CERTO

22 Em razão da garantia de autonomia financeira, as propostas orçamentárias encaminhadas pelo Poder Judiciário não se submetem aos limites impostos pela lei de diretrizes orçamentárias.

ERRADO

A respeito de orçamento público, ciclo orçamentário e créditos adicionais, julgue os itens que se seguem.

127 No orçamento público federal, tanto a receita quanto a despesa são programadas, autorizadas e controladas.

E

128 No Brasil, o sistema de planejamento e de orçamento federal tem a finalidade de formular o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais, cabendo ao Congresso Nacional o controle orçamentário.

ANULADA

O item deve ser anulado, uma vez que a redação do item pode ter levado os candidatos ao equívoco com o controle interno exercido pelo Poder Executivo.

Gab Pre C

129 Situação hipotética: Subsecretário do Ministério da Educação definiu o termo de execução descentralizada (TED) como forma de implementação de uma ação orçamentária de apoio ao desenvolvimento da educação básica para a capacitação de professores e gestores educacionais, com o intuito de descentralizar o crédito do ministério para a universidade federal responsável pelo treinamento. Assertiva: O subsecretário agiu corretamente, visto que o TED é uma forma de implementação direta sem transferência de recursos entre entes da Federação.

C

CESPE/SEFAZ-DF 2020 - Auditor-Fiscal da Receita do DF

Com base nas normas que regem a contabilidade pública, julgue os itens a seguir.

26 O destaque de determinado crédito orçamentário pode ser realizado independentemente de autorização específica da lei orçamentária anual.

JUSTIFICATIVA: CERTO.

A Constituição Federal de 1988 determina que são vedados a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa. Porém, o destaque constitui mera descentralização de créditos, que não modifica a programação original, o valor das dotações ou a unidade orçamentária detentora do crédito. Assim sendo, o destaque pode ser feito sempre que necessário, independentemente de autorização legal específica.

59 Emenda parlamentar ao projeto de lei orçamentária destinada a reforçar a dotação para os serviços da dívida correspondentes a determinada operação de crédito deve ser rejeitada por inconstitucionalidade se apresentar como fonte de recursos a anulação das despesas com serviços da dívida correspondentes a outra operação de crédito.

JUSTIFICATIVA: CERTO.

A Constituição Federal prevê que as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre serviço da dívida.

CESPE/ SLU 2019 - Cargo 1: ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

No que diz respeito ao ciclo orçamentário e ao processo orçamentário, julgue os itens seguintes.

107 Cada um dos Poderes da União deve encaminhar ao Poder Legislativo um projeto próprio de plano plurianual, em até oito meses e meio antes do encerramento do primeiro exercício financeiro.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Há apenas um projeto de plano plurianual, que é elaborado pelo Poder Executivo, e não um para cada Poder da União. Além disso, enquanto não for editada a lei complementar de que trata o art. 159, § 9.º, I e II da Constituição Federal de 1988, o art. 35, § 2.º, I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) dispõe que “o projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa”. Logo, o projeto de plano plurianual deve ser encaminhado quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro.

108 No âmbito da União, cabe à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) examinar e emitir parecer sobre os projetos de plano plurianual, de lei de diretrizes orçamentárias e de lei orçamentária anual, bem como sobre suas respectivas emendas.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A comissão a que se referem os parágrafos 1.º e 2.º do art. 166 da Constituição Federal de 1988 é a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). “Art. 166 (...) § 1.º Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados: I examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo presidente da República; (...) § 2.º As emendas serão apresentadas na Comissão mista, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma regimental, pelo Plenário das duas Casas do Congresso Nacional.”

109 O início da etapa de controle relativo à lei orçamentária anual coincide com o início do exercício financeiro e prolonga-se para depois do encerramento desse exercício.

JUSTIFICATIVA - CERTO. No ciclo orçamentário, a etapa do controle se inicia de forma concomitante com o início do exercício financeiro ao qual se refere a lei orçamentária anual e prolonga-se para depois do encerramento desse exercício, até que as contas relativas a esse exercício financeiro sejam prestadas e aprovadas pelos tribunais de contas.

CESPE/EBSERH 2018 - Cargo 4: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Acerca das receitas e das despesas públicas, suas etapas e estágios, e da Conta Única do Tesouro Nacional, julgue os itens subsequentes.

68 Após a aprovação da lei orçamentária, o Poder Executivo deverá editar decreto de programação financeira que funcionará como orçamento de caixa a fim de compatibilizar a execução das despesas com o fluxo esperado das receitas ao longo do exercício financeiro.

C

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 1

Com relação às técnicas e aos instrumentos utilizados na elaboração e na aprovação do orçamento, julgue os itens que se seguem.

49 O órgão público que precisar descentralizar dotações do seu orçamento para unidades gestoras de outro órgão público deverá realizar um destaque.

C

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 4

A respeito de orçamento público, julgue os itens seguintes.

70 O ciclo orçamentário inicia-se com a elaboração do projeto de lei orçamentária e se encerra com a publicação da lei do orçamento pelo Poder Executivo, após sua aprovação pelo Poder Legislativo.

E

CESPE/MP-PI 2018 - Cargo 6: TÉCNICO MINISTERIAL – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Julgue os itens seguintes, relativos ao orçamento público.

73 O projeto de lei orçamentária anual independe de sanção ou veto do chefe do Poder Executivo, sendo diretamente promulgado pelas mesas do Congresso Nacional.

E

74 Todos os projetos de lei relacionados a orçamento devem ser apresentados conjuntamente, ou seja, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e o de orçamento anual — e, quando for o

caso, o de plano plurianual — devem ser apresentados na mesma oportunidade ao Poder Legislativo, para discussão e votação.

E

75 Medição, execução e avaliação são fases do ciclo orçamentário.

E

A respeito do processo de elaboração e aprovação da proposta orçamentária do Ministério Público do Estado do Piauí (MP/PI), julgue os próximos itens.

77 Cabe ao Poder Judiciário do estado, amparado na autonomia administrativa e financeira garantida pelas Constituições Federal e Estadual, elaborar a proposta orçamentária do MP/PI, dentro dos limites estipulados na LDO, e encaminhá-la para deliberação e aprovação pela Assembleia Legislativa.

E

78 A iniciativa da proposta de lei orçamentária de cada um dos Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — é do titular do respectivo poder. Assim, o projeto de lei orçamentária anual do Poder Executivo estadual é de competência do governador do estado, e o projeto de lei orçamentária anual do MP/PI é do seu procurador-geral.

E

CESPE/MPU 2018 - Cargo 2: TÉCNICO DO MPU – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito de orçamento público, julgue os próximos itens.

109 Na elaboração da proposta orçamentária, cabe ao órgão setorial elaborar e apresentar ao órgão central de orçamento a programação orçamentária detalhada da despesa por programa, ação e subtítulo. A respeito dos instrumentos de planejamento da gestão pública, julgue os itens a seguir.

ERRADO

109 Na elaboração da proposta orçamentária, cabe ao órgão setorial elaborar e apresentar ao órgão central de orçamento a programação orçamentária detalhada da despesa por programa, ação e subtítulo. A respeito dos instrumentos de planejamento da gestão pública, julgue os itens a seguir.

ERRADO

CESPE/STJ 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Acerca dos fundamentos de administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

98 O ciclo orçamentário começa a partir da mensagem presidencial que encaminha o projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional.

E

99 A proposta orçamentária do Poder Legislativo deve ser apresentada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo.

C

100 Se determinado órgão público elaborar um plano que envolva apenas sua área de atuação, esse plano deverá ser submetido ao sistema de planejamento e de orçamento federal.

C

Com relação às técnicas de execução financeira e orçamentária, julgue os itens seguintes.

108 A descentralização de créditos orçamentários deve ser acompanhada da modificação da unidade orçamentária na classificação institucional.

E

109 A verificação do cumprimento das metas fiscais durante o exercício financeiro depende da programação financeira.

C

CESPE/STJ 2018 - Cargo 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

A respeito das técnicas, dos princípios e do ciclo orçamentários, julgue os itens a seguir.

109 O ciclo orçamentário tem início com a preparação da proposta orçamentária e termina com o encerramento do exercício financeiro.

E

CESPE/STJ 2018 - Cargo 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Com relação à programação e à execução orçamentária e financeira e ao acompanhamento da execução, julgue os itens que se seguem.

113 Define-se destaque como transferência de créditos entre unidades gestoras de um mesmo órgão ou entidade.

E

CESPE/ABIN 2018 - CARGO 2 –CARGO 2: OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 1

Acerca do orçamento público, julgue os itens a seguir.

83 A unidade orçamentária deve exercer o papel de coordenação do processo de elaboração da proposta orçamentária em seu âmbito de atuação.

C

A respeito do ciclo orçamentário e das normas legais de orçamento, julgue os itens seguintes.

85 Ainda que envolva transferências constitucionais para estados e municípios, uma emenda ao projeto de lei orçamentária anual poderá ser aprovada se seu propósito for corrigir omissão previamente existente.

C

88 A proposta orçamentária dos órgãos setoriais somente poderá ser elaborada depois que forem estimadas as necessidades de financiamento do governo central.

C

CESPE/ABIN 2018 - CARGO 2 –CARGO 2: OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 2

No que tange às disposições constitucionais a respeito das finanças públicas, ao conceito e às espécies de orçamento público, aos princípios orçamentários, às normas gerais de direito financeiro (Lei n.º 4.320/1964) e à fiscalização e ao controle interno e externo dos orçamentos, julgue os itens a seguir.

116 As emendas ao projeto de lei de orçamento anual devem necessariamente indicar os recursos necessários para a sua execução, podendo ser utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício financeiro anterior.

E

CESPE/STM 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Acerca de administração financeira e orçamentária e do orçamento público no Brasil, julgue os próximos itens.

74 Se o Congresso Nacional não receber a proposta orçamentária elaborada pelo Poder Executivo no prazo fixado pela Constituição Federal, ele deverá elaborar sua própria proposta orçamentária, sem prejuízo da imposição de sanções cabíveis.

E

75 Se houver incompatibilidade entre as normas de planejamento de determinado estado e as normas correspondentes da União, a responsabilidade de identificar o problema e procurar os mecanismos de compatibilização será do sistema de planejamento e de orçamento federal.

C

CESPE/TCE-PE 2017 - CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS CARGOS 1 E 2

Acerca dos instrumentos de planejamento e orçamento, julgue os itens a seguir.

28 Para que determinada emenda ao projeto de lei orçamentária seja aprovada, é suficiente que ela tenha sido apresentada na Comissão Mista de Orçamentos e não anule despesas de pessoal e encargos sociais, do serviço da dívida ou de transferências constitucionais.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: PROCURADORIA

Julgue os itens seguintes, relativos ao orçamento público.

104 O processo orçamentário é concluído com a aprovação das diversas leis orçamentárias que, em seu decorrer, foram elaboradas.

E

Com relação ao orçamento público brasileiro, julgue os itens a seguir.

106 No processo orçamentário, depois de o Congresso Nacional apreciar o projeto de lei orçamentária, cabe ao presidente da República aprová-lo ou vetá-lo integralmente. Nesse processo, vetos parciais não são cabíveis.

E

Acerca da programação e execução orçamentária e financeira, julgue os itens subsecutivos.

116 Um objetivo do acompanhamento da execução orçamentária é monitorar o processo de cumprimento das metas de superávit primário.

C

117 Considerando-se a definição dos termos crédito e recurso no contexto da técnica orçamentária, é correto afirmar que a execução financeira trata da utilização dos créditos consignados na LOA.

E

118 Descentralização financeira corresponde ao repasse, em caráter emergencial, de recursos da União para os estados, o Distrito Federal e os municípios.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 3: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: ADMINISTRATIVA - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Com relação ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

85 As fases do processo orçamentário incluem previsões, fixação de valores, determinação de limites e processo legislativo.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 20: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito do orçamento público, instrumento de gestão de maior relevância da administração pública, julgue os itens a seguir.

102 O ciclo orçamentário é constituído de uma sequência de quatro fases, ou etapas, que devem ser cumpridas como parte do processo orçamentário: elaboração, aprovação, execução e acompanhamento.

E

105 O processo orçamentário envolve a fase de elaboração das leis orçamentárias e a fase de execução orçamentária.

C

O orçamento público constitui um poderoso instrumento de controle dos recursos financeiros gerados pela sociedade. A respeito desse tema, julgue os itens que se seguem, com base na doutrina e nas disposições legais sobre orçamento e finanças públicas.

106 No âmbito do estado do Pará, a Secretaria de Estado de Fazenda é o órgão central do sistema de orçamento e planejamento estadual.

E

107 A Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Poder Executivo a competência para a elaboração da proposta orçamentária e ao Poder Legislativo a competência para a sua aprovação.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 20: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito do controle, do acompanhamento da execução orçamentária e da avaliação do planejamento governamental, julgue os seguintes itens.

116 Compete ao Tribunal de Contas do Estado do Pará coordenar o processo de avaliação anual dos programas do Poder Executivo estadual.

E

117 A fase final do processo orçamentário é a prestação de contas. Nessa fase são elaborados balanços, demonstrativos contábeis e compilados vários indicadores. De acordo com a legislação pertinente, há dois tipos de controle: o das receitas e o das despesas.

E

118 No âmbito federal, o titular do controle externo é o Tribunal de Contas da União; no âmbito estadual, é o tribunal de contas do estado.

E

A respeito da descentralização orçamentária e financeira, julgue os itens a seguir.

119 A descentralização de créditos interna é denominada provisão e a externa, cota. Ambas caracterizam-se pela cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou unidades gestoras.

E

120 A movimentação de recursos financeiros entre as diversas unidades orçamentárias e administrativas compreende cota, repasse e despesa.

E

Gab. Preliminar → C

Justificativa: O Decreto n.º 825/1993 prevê que a movimentação de recursos se dará por meio de cotas, repasse e sub-repasse.

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Acerca de finanças públicas e orçamento público, julgue os itens a seguir.

92 A revisão da estrutura programática do projeto da lei orçamentária anual deve ser feita após a definição e a divulgação dos limites das propostas setoriais.

E

A respeito da administração da execução orçamentária, julgue os itens que se seguem.

99 Denomina-se repasse a transferência de parte do crédito orçamentário de uma unidade gestora para entidade integrante da estrutura administrativa de órgão público diverso.

E

CESPE/DPU 2016 - Cargo 5: CONTADOR

Com relação às disposições constantes na LRF a respeito da lei orçamentária anual (LOA), à lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e ao plano plurianual (PPA), julgue os itens subsecutivos.

146 O ciclo orçamentário pode ser definido como um rito legalmente estabelecido, com etapas que se repetem periodicamente e que envolvem elaboração, discussão, votação, controle e avaliação do orçamento.

C

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO: AUDITOR

Com relação ao orçamento público e à atuação do governo na economia, julgue os itens a seguir.

152 A elaboração do projeto de lei orçamentária anual é iniciada e controlada pelo órgão central do sistema de administração financeira federal.

E

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 2: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: CONTADOR

A respeito do ciclo orçamentário e todas as fases que o compõem, julgue os itens que se seguem.

114 O documento encaminhado pelo relator do projeto de LOA à apreciação do Poder Legislativo resulta da fusão do projeto de lei inicial, remetido pelo chefe do Poder Executivo, com as emendas aprovadas pelos parlamentares.

C

115 O exercício financeiro coincide com o ano civil, ao passo que o ciclo orçamentário tem duração variável em função das várias fases de elaboração da proposta orçamentária, que incluem a apreciação, a aprovação, o controle e a avaliação do orçamento.

E

(Gab. Preliminar:C)

A fase da avaliação compõe o ciclo orçamentário como um todo, mas não necessariamente pertence às fases da elaboração da proposta orçamentária.

116 **Situação hipotética:** Na apresentação de emenda ao projeto de LOA, um parlamentar indicou os recursos necessários ao atendimento de novas despesas na área da saúde, que foram originados de anulação de despesa prevista com passagens. **Assertiva:** Nessa situação, a referida proposta é compatível com a competência legislativa prevista pelo texto constitucional.

C

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 7: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: FINANÇAS

No que se refere ao funcionamento do processo orçamentário, à elaboração da proposta de orçamento e aos instrumentos legais que o compõem, julgue os itens subsecutivos.

76 O projeto de lei orçamentária anual, enviado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, é encaminhado para a comissão mista de planos e orçamentos públicos que, contando com a colaboração de comitês, examina e emite parecer acerca do projeto de lei, dos créditos adicionais, dos relatórios de limitação de empenho, entre outras atribuições.

C

77 Caso se tenha iniciado o exercício financeiro e o projeto de lei orçamentária anual ainda não tenha sido aprovado no Poder Legislativo, a própria lei orçamentária do exercício anterior prevê os procedimentos para liberação de recursos financeiros.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Tendo como referência os conceitos e as normas aplicáveis ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

98 O chamado orçamento impositivo se caracteriza, entre outros aspectos, pela obrigatoriedade de execução das emendas parlamentares individuais, até o limite de 1,2% da receita corrente líquida anual prevista no projeto de lei orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo.

E

Com respeito a programação e execução orçamentária e financeira, julgue os itens que se seguem.

108 A condição para o desbloqueio, em 2015, dos restos a pagar não processados é o compromisso de conclusão da execução das respectivas despesas até o final do exercício.

E

109 A transferência por parte do STJ de um crédito e de seu respectivo recurso para o CNJ, com vistas à realização de treinamento de seus servidores, representa uma descentralização caracterizada, respectivamente, por um destaque e por um repasse.

C

CESPE/STJ 2015 - CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: CONTADORIA

Com relação aos conceitos introdutórios da administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

91 As propostas apresentadas pelos órgãos setoriais de planejamento e orçamento são consolidadas por programas, com o detalhamento das atividades, projetos e operações especiais.

C

CESPE/STJ 2015 - CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: CONTADORIA

No que se refere a programação e execução do orçamento, despesa e receita públicas, julgue os itens subsequentes.

101 Um repasse pode ser realizado sem que tenha havido um destaque prévio.

C

102 O órgão central de planejamento e orçamento é responsável pela definição de cotas trimestrais de despesas para cada unidade orçamentária, no uso de suas prerrogativas de acompanhamento da execução orçamentária.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 15: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Acerca de técnicas e princípios relacionados com o orçamento público, julgue os itens a seguir.

86 O ciclo orçamentário da despesa pública é concluído com a autorização de gasto dada pelo Poder Legislativo por meio da lei orçamentária anual (LOA), ressalvadas as eventuais aberturas de créditos adicionais no decorrer da vigência do orçamento.

E

87 As descentralizações de créditos orçamentários não se confundem com transferências e transposição de dotações orçamentárias.

C

Acerca de técnicas e princípios relacionados com o orçamento público, julgue os itens a seguir.

94 As propostas orçamentárias para os Poderes Legislativo e Judiciário, para o Ministério Público da União e para a Defensoria Pública da União devem ser apresentadas ao Congresso Nacional após a apresentação da proposta do Poder Executivo.

E

95 Após a análise e o ajuste das propostas orçamentárias setoriais, deve-se realizar a avaliação das necessidades de financiamento do governo central a partir das estimativas de receitas.

E

96 Cabe à Comissão Mista de Orçamento no Congresso Nacional aprovar em definitivo a LOA da União.

E

Com referência a programação e execução orçamentária e financeira, julgue os itens que se seguem.

108 Caso seja necessário fazer-se um destaque da programação orçamentária de determinado órgão, deverão ser autorizadas a modificação e a classificação programática da despesa conforme a necessidade.

E

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 1: ADMINISTRADOR

Julgue os itens subsequentes, relacionados a programação e execução orçamentária e financeira.

84 Se o Ministério do Planejamento decidir transferir ao Ministério da Fazenda a execução de determinada ação relacionada com servidores públicos federais lotados no exterior, deverá realizar um destaque antes de a despesa ser feita.

C

85 O acompanhamento e controle da execução orçamentária objetivam garantir o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias mediante a utilização de mecanismos de elevação da receita e diminuição da despesa.

E

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 2: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Considerando que, entre as diretrizes orçamentárias da União para 2015, mencionam-se as disposições sobre alterações na legislação e sua adequação orçamentária, julgue os itens seguintes.

110 Será considerada compatível uma emenda que aumente as despesas com determinado investimento que já conste do PPA, em projeto que modifique o orçamento anual, mediante a indicação dos respectivos recursos.

C

CESPE/TCU 2015 - Auditor Federal de Controle Externo Área: Controle Externo Especialidade: Controle Externo Orientação: Auditoria Governamental

Com relação às técnicas e mecanismos de elaboração, à execução e ao controle do orçamento público, julgue os seguintes itens.

180 Ainda que não esteja compatível com o plano plurianual, a emenda ao projeto de lei orçamentária que pretender consignar recursos para transferência a empresa estatal com o objetivo de financiar a construção de uma usina hidrelétrica poderá ser apresentada na Comissão Mista de Orçamento por qualquer parlamentar.

C

CESPE/DEPEN 2015 - Cargo 7: AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL – ÁREA 1

A respeito de planejamento e avaliação, funções fundamentais em políticas públicas, julgue os itens subsequentes.

88 O processo de planejamento governamental compreende as funções de planejamento, execução e controle.

C

Acerca das noções básicas de orçamento público e de administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

95 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Um deputado apresentou proposta de emenda a projeto de lei de orçamento indicando como recurso quantia proveniente de anulação de despesa incidente sobre serviço da dívida. **ASSERTIVA:** Nessa situação, a proposta de emenda é inconstitucional, e a despesa não deverá ser executada.

C

No que se refere a orçamento público e sua execução no Brasil, julgue os itens que se seguem.

100 Em observância ao princípio da separação de poderes, o presidente da República não poderá propor modificações no projeto de lei relativo ao PPA.

E

Com relação ao disposto na CF acerca de ciclo orçamentário e orçamento público, julgue os itens subsecutivos.

104 O ciclo orçamentário inicia-se com a formulação do planejamento plurianual pelo Poder Executivo e encerra-se com a avaliação da execução e do julgamento das contas.

C

105 As fases do ciclo orçamentário podem ser aglutinadas de acordo com suas finalidades e periodicidades.

E

106 Compete ao Poder Legislativo propor, no ciclo orçamentário, as metas e as prioridades para a administração pública.

E

CESPE/TRE GO 2015 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

Julgue os itens a seguir, referentes a administração orçamentária.

106 Caso o processo orçamentário de determinado ente público se encontre na fase de definição dos limites para as propostas setoriais, a fase de revisão da estrutura programática já terá sido executada.

C

CESPE/TRE GO 2015 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

À luz das normas legais vigentes, julgue os próximos itens, a respeito do orçamento público.

109 O destaque consiste na descentralização externa de recursos financeiros realizada no nível de órgão setorial entre unidades gestoras de órgãos ou entidades de estruturas administrativas diferentes.

E

CESPE/CGE-PI 2015 - Cargo 1: AUDITOR GOVERNAMENTAL – ÁREA: GERAL

No que se refere aos procedimentos de execução orçamentária e financeira e àqueles aplicáveis aos suprimentos de fundos, julgue os itens subsecutivos.

127 No âmbito do Poder Executivo federal, o decreto de programação financeira pode ser modificado, desde que respeitados os limites consignados no orçamento anual.

C

CESPE/CGE-PI 2015 - Cargo 1: AUDITOR GOVERNAMENTAL – ÁREA: GERAL

Acerca do PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da LOA, das técnicas orçamentárias, da supervisão ministerial e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsecutivos.

140 No processo de elaboração do orçamento, seguindo o modelo federal, o detalhamento da proposta setorial compreende momentos em que os agentes compartilham os dados e as informações de cada etapa decisória, visando imprimir credibilidade ao planejamento.

E

CESPE/CGE-PI 2015 - CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA TODOS OS CARGOS/ÁREAS

À luz dos dispositivos constitucionais que regem a elaboração da proposta orçamentária bem como das normas gerais de direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

53 As emendas ao projeto de lei orçamentária anual que tenham por propósito a modificação das despesas nele previstas deverão demonstrar a sua compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias e, ainda, indicar os recursos necessários à sua satisfação, admitindo-se, nessa hipótese, a adoção de medidas para aumento permanente de receita.

E

CESPE/MPU 2015 - Cargo 1: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Técnico-Administrativo – Especialidade: Atuarial

Com relação às classificações e técnicas de execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

55 A transferência de créditos orçamentários de um órgão público a outro órgão que esteja em ministério ou estrutura administrativa diferente deve ser feita por meio de repasse.

E

Com relação às classificações e técnicas de execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

57 A regionalização das metas físicas na execução da despesa é obrigatória e deve ser expressa nos atributos dos planos orçamentários previamente definidos para a ação.

E

Julgue os itens seguintes, relativos à contabilização de eventos contábeis registrados no âmbito do MPU.

88 Na descentralização do crédito orçamentário, devem ser respeitadas a classificação funcional e a estrutura programática da despesa orçamentária.

C

89 Os recursos arrecadados em exercícios anteriores podem ser classificados como superávits financeiros para fins de elaboração do projeto de lei orçamentária.

E

Acerca da elaboração da proposta orçamentária e da execução do orçamento, julgue os itens subsecutivos, conforme disposições da Lei n.º 4.320/1964.

94 Qualquer renda com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato é objeto de lançamento.

C

95 Desde que devidamente justificada, será admitida emenda ao projeto de lei de orçamento que vise conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado.

E

CESPE/MPU 2015 - Cargo 2: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Técnico-Especializado – Especialidade: Finanças e Controle

No que diz respeito à programação financeira e à programação orçamentária, julgue os itens subsecutivos.

63 A programação orçamentária e financeira consiste na compatibilização do fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando o ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados e da arrecadação.

C

CESPE/FUB 2015 - Cargo 1: Contador

No que se refere aos conceitos e às etapas das receitas e despesas públicas e ao processo de execução orçamentária e financeira, julgue os seguintes itens.

98 As transferências para uma unidade supervisionada que tenham destinação específica em legislação vigente não devem constar dos limites de saques aprovados para a unidade orçamentária detentora dos créditos orçamentários.

E

CESPE/TCDF 2014 - Cargo: Técnico de Administração Pública

Acerca do processo, das normas aplicáveis, dos métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

88 A finalidade básica do decreto de programação orçamentária e financeira e de limitação de empenho e movimentação financeira é garantir que a parcela do plano plurianual prevista para o exercício em curso seja efetivamente realizada.

E

CESPE/TCDF 2014 - Cargo 5: Analista de Adm. Púb. - Especialidade: Serviços Téc. e Adm. – Orientação: Orçamento, Gestão Financeira e Controle

Com base nas normas e técnicas de programação e execução orçamentária, julgue os seguintes itens.

77 Se for necessário efetuar limitação de empenho em virtude da frustração na realização de receita, o montante da limitação a ser promovida nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e no Ministério Público será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias.

C

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

A respeito do ciclo e sistema orçamentário, julgue os itens que se seguem.

130 A atuação do órgão setorial no processo orçamentário envolve formalizar as alterações orçamentárias do órgão.

C

CESPE/ICMBIO 2014 - Cargo 1: Analista Administrativo

Acerca do orçamento público e do papel do Estado nas finanças públicas, julgue os itens a seguir.

81 O gerenciamento do processo orçamentário é papel exclusivo da Secretaria de Orçamento Federal.

E

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

88 Uma alteração orçamentária de créditos especiais ou extraordinários, em que surge a necessidade de criação de um novo programa de trabalho, pode ser solicitada tanto pela unidade orçamentária quanto por um órgão setorial.

C

No que se refere à programação e execução orçamentária e financeira e à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.

92 O comportamento financeiro da instituição pública deve ser o produto da execução de determinada programação, a qual se reveste da forma orçamentária.

C

93 A descentralização orçamentária que ocorre entre ministérios denomina-se descentralização executiva.

E

95 A programação financeira é um instrumento introduzido a partir da vigência da LRF.

E

CESPE/CADE 2014 - Cargo 1: Analista Técnico-Administrativo

Acerca das receitas e das despesas públicas, julgue os próximos itens.

67 A definição das fontes de recursos da despesa orçamentária deve ser realizada por intermédio do cronograma de execução mensal de desembolso.

E

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 1: ADMINISTRADOR – CLASSE A, PADRÃO I

Acerca de orçamento público e planejamento, julgue os itens a seguir.

71 O plano orçamentário é obrigatório para todas as ações que tenham sido aglutinadas na passagem de um exercício financeiro para outro.

E

JUSTIFICATIVA - Utilizado na fase de elaboração do projeto de lei orçamentária, o plano orçamentário tem realmente como uma de suas finalidades o acompanhamento de ações aglutinadas, mas só é obrigatório para o acompanhamento dos projetos cujas informações possam influenciar a alocação de recursos orçamentários e para o acompanhamento intensivo de segmento da ação orçamentária. Fonte: Manual Técnico de Orçamento – MTO – versão 2013, Brasília: Secretaria de Orçamento Federal, pág. 70.

Em relação ao orçamento público no Brasil, julgue os próximos itens.

76 Os quadros que contêm os planos de aplicação dos fundos especiais não integram a lei orçamentária anual.

C

JUSTIFICATIVA - De fato, os quadros mencionados no item devem apenas acompanhar a LOA, sem, no entanto, integrá-la. É o que determina o art. 2º, § 2º, inc. I, da Lei n.º 4.320, de 1964.

A respeito de mecanismos e técnicas utilizados para elaboração, execução e acompanhamento do orçamento federal, julgue os itens subsequentes.

78 O objetivo da programação orçamentária e financeira da execução das despesas públicas é monitorar o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no plano plurianual.

E

JUSTIFICATIVA - O objetivo da programação orçamentária e financeira da execução das despesas públicas é garantir o cumprimento dos resultados fiscais estabelecidos na LDO. Fonte: Manual Técnico de Orçamento – MTO – versão 2013, Brasília: Secretaria de Orçamento Federal, pág. 78.

79 Por se tratar de obrigação legal da União, as despesas referentes ao orçamento da seguridade social estão excluídas da limitação de empenho e movimentação financeira.

E

JUSTIFICATIVA - O orçamento da seguridade social, assim como o orçamento fiscal, está sujeito à apresentação de metas quadrimestrais no âmbito do cronograma anual de desembolso, o qual promove a limitação de empenho. Fonte: Lei n.º 12.708, de 2012, art. 48, § 1º, inc. I.

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO – CLASSE A, PADRÃO I

Sabendo que a organização dos programas governamentais por meio de instrumentos orçamentários tem a dupla função de controlar politicamente o poder e garantir uma administração eficiente e eficaz, julgue os itens subsequentes.

77 No Brasil, o ciclo orçamentário é definido como processo contínuo, dinâmico e flexível, em que são avaliados os aspectos físicos e financeiros dos programas do setor público.

C

JUSTIFICATIVA – O MTO/2013 define o ciclo orçamentário como um processo contínuo, dinâmico e flexível em que se avaliam os programas do setor público. Tal ciclo se dá desde a concepção do orçamento até o final de seu período de vigência.

78 Dada a importância da integração entre planejamento e orçamento para o bom funcionamento da administração pública, é previsto na CF um ciclo de planejamento e execução do plano orçamentário integralmente constituído pelo PPA e pela LDO.

E

JUSTIFICATIVA – O ciclo previsto na CF inclui PPA, LDO e LOA, que formam o tripé de planejamento e execução do plano orçamentário.

CESPE/MDIC 2013 - Cargo 1: Analista Técnico-administrativo

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens subsequentes.

69 Se o Poder Executivo não apresentar o projeto de lei de diretrizes orçamentárias no prazo estabelecido pela legislação pertinente, será vedado ao Poder Legislativo ou a qualquer de seus membros a elaboração e apresentação de projeto de lei que trate desse assunto.

C

70 Caso determinada entidade pública transfira parte de suas dotações a outra unidade orçamentária, a transferência constará duas vezes na lei orçamentária anual.

C

Acerca da programação orçamentária, da receita e da despesa públicas, julgue os itens de 72 a 76.

74 O cronograma anual de desembolso publicado pelo Poder Executivo deve conter as metas quadrimestrais para o resultado primário das empresas estatais, com as estimativas de receitas e de despesas que o componham, de modo a destacar as principais empresas e separar, nas despesas, os investimentos.

C

CESPE/MDIC 2013 - CARGO 2: AGENTE ADMINISTRATIVO

No que se refere ao ciclo orçamentário, julgue os itens de 84 a 88.

84 O envio, pelo Poder Executivo, da proposta orçamentária anual ao Poder Legislativo independe da aprovação e publicação da lei de diretrizes orçamentárias.

C

85 O controle externo da execução orçamentária realizada pelo MDIC constitui atribuição da Controladoria-Geral da União, conforme previsão constitucional.

E

86 A elaboração do orçamento inicia-se com a fixação da despesa.

E

87 A duração do ciclo orçamentário é superior a um exercício financeiro, ou seja, o ciclo orçamentário não coincide com o ano civil.

C

88 A proposta orçamentária do MDIC deve ser apresentada, anualmente, à Secretaria de Orçamento Federal por intermédio do Sistema Integrado de Planejamento Orçamentário.

E

Alteração de C para E: A proposta orçamentária do MDIC deve ser apresentada por intermédio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento, e não pelo Sistema Integrado de Planejamento Orçamentário, como afirmado no item. Dessa forma, opta-se por sua alteração.

Com relação ao orçamento público na CF, julgue os itens seguintes.

89 A compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias é condição necessária para a aprovação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual.

C

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

Acerca do processo orçamentário e das normas para execução do orçamento, julgue os itens que se seguem.

103 Considere que determinado parlamentar deseje apresentar emenda ao projeto de lei orçamentária anual apresentado pelo Poder Executivo. Nessa situação, o autor da emenda deverá indicar os recursos necessários à sua aprovação, sendo vedada a anulação de despesas com diárias e ajudas de custo destinadas aos servidores públicos.

E

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Julgue os itens subsequentes, relativos aos procedimentos a serem observados na execução orçamentária e financeira.

77 Para fins de execução financeira, os valores compromissados em moeda estrangeira devem ser programados em reais, devendo ser efetuado o ajuste dos valores conforme a variação cambial.

C

78 O valor da despesa anulada no exercício deverá ser revertido à dotação orçamentária do mesmo.

C

Em relação ao orçamento público e à atuação do Estado, julgue os seguintes itens.

92 Se o projeto de lei orçamentária anual não for sancionado até 31 de dezembro, será possível adotar a prática, autorizada em cada lei de diretrizes orçamentárias, de execução contínua de algumas despesas constantes da proposta, o que, no caso de despesas correntes consideradas inadiáveis, não poderá exceder, a cada mês, um duodécimo do valor previsto de cada ação.

C

Com referência à execução orçamentária e financeira, julgue os itens subsequentes.

99 O órgão setorial de programação financeira do Tribunal Regional do Trabalho, ao efetuar transferência de recursos para uma de suas unidades gestoras, realiza um sub-repasse, que constitui descentralização interna, mediante transferência entre as respectivas contas.

E

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 13: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

A respeito de orçamento público, julgue os itens subsequentes.

93 Caso determinada dotação orçamentária, destinada ao pagamento do serviço de uma dívida contraída pela União, tenha sido vetada pelo presidente da República, os recursos correspondentes ao veto poderão ser utilizados, mediante autorização do Poder Legislativo, para pagamento de contrato de mão de obra.

C

CESPE/STF 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Sabendo que alterações orçamentárias possibilitam modificar a lei orçamentária originalmente aprovada, a fim de adequá-la à real necessidade de execução, julgue os itens a seguir, com referência à descentralização de créditos orçamentários e financeiros.

93 A anulação de uma descentralização interna de créditos inquinada terá de ser efetuada pela unidade concedente, mediante a utilização de nota de movimentação de crédito com o evento de anulação 30.0.XXX, ou por devolução pela unidade beneficiadora, utilizando-se o evento de devolução 30.0.XXX.

C

A respeito do ciclo orçamentário, que é uma premissa utilizada pela SOF para nortear o desenvolvimento do seu processo de trabalho de elaboração da proposta orçamentária em cada exercício, e das técnicas orçamentárias disponíveis para elaboração do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

95 Nos termos da CF, o ciclo orçamentário desdobra-se em oito fases, cada uma com ritmo próprio, finalidade distinta e periodicidade definida.

C

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 5: Ciências Contábeis

QUESTÃO 59

Assinale a opção correta a respeito da elaboração, acompanhamento e fiscalização do orçamento publicam.

A Os relatores setoriais serão indicados dentre os membros das comissões permanentes de acordo com suas áreas temáticas de atuação; notória atuação parlamentar nas respectivas políticas públicas e terá um exercício vigente de até quatro anos.

B Os recursos orçamentários são distribuídos, entre as regiões macroeconômicas, em razão proporcional ao índice de desenvolvimento humano.

C A proposta orçamentária deve conter o demonstrativo da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

D A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), cujos objetivos são examinar e emitir parecer sobre o projeto de lei orçamentária federal, e constituída por vereadores, deputados e senadores.

E As leis de diretrizes orçamentárias devem dispor sobre as normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

LETRA E

CESPE/FUNASA 2013 - ÁREA DE LOTAÇÃO: CELEBRAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONVÊNIOS – NÍVEL IV: ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELLECTUAL – ESPECIALIDADE 3

Em relação ao orçamento público, julgue os itens seguintes.

62 Ocorre destaque quando unidade orçamentária de ministério realiza descentralização orçamentária para unidade executora desse mesmo ministério, por intermédio de nota de crédito.

E

CESPE/ANCINE 2013 - Cargo 1: Analista Administrativo Área: I

No que se refere aos métodos, técnicas e instrumentos que possibilitam a estruturação do orçamento público no Brasil, julgue o item seguinte.

81 As emendas dispostas na Carta Magna constituem técnica bastante difundida e amplamente utilizada pelo Poder Legislativo para corrigir erros e omissões que desfiguram o texto da lei orçamentária anual, de responsabilidade do Poder Executivo.

E

Em relação ao processo orçamentário no âmbito da administração pública do Brasil, julgue os itens que se seguem.

89 A responsabilidade pela elaboração da proposta orçamentária é da Secretaria de Orçamento Federal, do MPOG.

C

CESPE/BACEN 2013 - Analista - Área 5: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com relação aos instrumentos de planejamento, orçamento e execução do programa de trabalho do governo, julgue os seguintes itens.

82 O detalhamento da proposta orçamentária para as despesas decorrentes de sentenças judiciais bem como para as despesas com a parcela da dívida contratual que não diz respeito aos encargos financeiros da União deve ser feito no âmbito dos órgãos setoriais de planejamento e orçamento.

E

CESPE/MPU 2013 - CARGO 6: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: FINANÇAS E CONTROLE

Com referência à dinâmica do processo orçamentário brasileiro, julgue o item a seguir.

66 O sistema orçamentário brasileiro perpassa por três fases distintas: a estratégica, que se traduz em escolhas que visam a melhorias no plano econômico-social; os planos de médio prazo, em geral setoriais e regionais, que expressam o detalhamento das estratégias; e os planos operativos anuais que consubstanciam os dois primeiros ao incorporar as necessidades financeiras, materiais e humanas das diversas metas, distribuídas em cronogramas devidamente aprovados.

C

CESPE/MPU 2013 - CARGO 8: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Acerca da Lei Orçamentária Anual (LOA), julgue os itens que se seguem.

63 Cabe ao Tribunal de Contas da União emitir parecer sobre as emendas apresentadas ao projeto de Lei Orçamentária Anual.

E

65 As unidades orçamentárias ou administrativas poderão transferir para outras unidades o poder de utilização dos créditos que lhes tenham sido dotados ou transferidos, independentemente de determinação na LOA.

E

CESPE/MPU 2013 - CARGO 13: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: PERÍCIA ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Com relação à execução orçamentária e financeira e ao sistema de informações de custos no setor público, julgue os itens a seguir.

109 A programação financeira e o cronograma mensal de desembolsos permitem ao administrador programar a realização dos gastos de forma harmoniosa com a disponibilidade do fluxo de entrada dos recursos.

C

110 A descentralização interna ou provisão corresponde à liberação financeira do Órgão Setorial da Programação Financeira (OSPF) para as unidades gestoras de suas jurisdições e entre unidades gestoras de um mesmo ministério, órgão ou entidade.

E

CESPE/TRT 8ª Reg - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

QUESTÃO 34

A respeito dos estágios da despesa orçamentária, assinale a opção correta, conforme o Manual de Contabilidade ao Setor Público.

- A O empenho da despesa é emitido com base na nota fiscal do respectivo material ou serviço.
- B A fixação da despesa é realizada após a programação orçamentária e financeira.
- C O lançamento da despesa caracteriza-se pela identificação do fornecedor.
- D O empenho da despesa, que garante ao credor a existência do crédito orçamentário, deve preceder a entrega dos materiais ou a realização dos serviços.
- E O estágio da descentralização orçamentária inicia a etapa de execução da despesa.

LETRA D

QUESTÃO 41

No que se refere à elaboração, execução, votação e aprovação da proposta orçamentária, assinale a opção correta.

- A As unidades orçamentárias poderão propor emendas ao projeto de lei orçamentária que visem conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para a liberação de benefícios e subvenções às empresas públicas.
- B O projeto de lei orçamentária julgado, ainda que em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público pelo presidente da República deve ser totalmente vetado, não cabendo veto parcial.
- C A Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização integra a Secretaria do Orçamento Federal e tem como atribuição promover ajustes na receita prevista e na despesa fixada.
- D A proposta da lei orçamentária deve conter mensagem que exponha a situação econômico-financeira do país, projeto de lei do orçamento e tabelas explicativas com as estimativas de receitas e despesas.
- E O orçamento de investimento das empresas estatais é o principal orçamento que compõe a LOA, dado o grande volume de dotações e empenhos realizados nas corporações em que a União participa com mais de 40% do capital social.

LETRA D

CESPE/TRT 8ª Reg – Cargo 11: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

QUESTÃO 53

A descentralização interna de crédito realizada durante o processo de execução previsto no ciclo orçamentário é denominada

- A destaque.
- B dotação.
- C repasse.
- D sub-repasse.
- E provisão.

LETRA E

CESPE/MJ 2013 - Cargo 1: Analista Técnico-Administrativo

A respeito de orçamento público, julgue os itens seguintes.

87 Os projetos de lei do orçamento anual serão enviados pelo Congresso Nacional ao presidente da República, na forma da lei complementar referente a essa matéria.

E

CESPE/MJ 2013 - Cargo 2: ADMINISTRADOR

Julgue os itens a seguir, referentes ao processo orçamentário.

79 O processo de apreciação do projeto de Lei Orçamentária Anual na Comissão Mista de Orçamento inicia-se com a realização de audiências públicas.

C

80 O estabelecimento da meta de resultado fiscal deve ocorrer em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

E

81 A distribuição dos limites de saque pela Secretaria do Tesouro Nacional às empresas estatais independentes, integrantes da Lei Orçamentária Anual, deve obedecer à programação orçamentária estabelecida.

E

82 Justiça e Defesa é uma das áreas temáticas em que o projeto da lei orçamentária anual será dividido, cujo relatório ficará a cargo do respectivo relator setorial.

C

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A respeito de orçamento público, julgue os itens que se seguem.

62 Considere que a Procuradoria da Fazenda tenha ajuizado ação judicial de execução de determinado crédito, que, anteriormente, havia sido inscrito na dívida ativa da União. Nessa situação, o ato de ajuizar a ação integra o ciclo orçamentário.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Com base no disposto na Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens que se seguem.

80 Caso determinada prefeitura municipal não tenha enviado à respectiva câmara de vereadores a proposta de lei orçamentária, as dotações existentes no orçamento em curso destinadas a obras já concluídas deverão integrar a proposta orçamentária para o exercício seguinte.

C

Em relação às etapas da despesa orçamentária, julgue o item a seguir.

107 Não é permitido delegar a totalidade da execução de despesa da competência de uma unidade de determinado ente da Federação para órgão de outro ente da Federação, ainda que o procedimento seja legal e tecnicamente possível.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO

No que se refere ao orçamento na CF, julgue o item seguinte.

87 O exame e a emissão de parecer sobre as contas apresentadas anualmente pelo presidente da República é responsabilidade da comissão mista de planos, orçamentos públicos e fiscalização.

C

A respeito do controle da execução orçamentária, julgue os itens a seguir.

100 A câmara de vereadores é competente para delegar a contadores especializados a responsabilidade pela emissão de parecer sobre as contas do prefeito.

C

101 A fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos, é uma modalidade de controle que trata da observância de normas e de determinações legais da gestão.

C

102 O órgão encarregado da elaboração da proposta orçamentária deve ser o responsável pela verificação do cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

C

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 4: Analista Administrativo - Área: Ciências Contábeis

Com relação ao processo de elaboração do orçamento público brasileiro, julgue os itens subsecutivos.

90 Na apreciação do texto do projeto de lei orçamentária pelo Congresso Nacional, poderá ser apresentada emenda que configure renúncia de receita, decorrente de projeto de lei de iniciativa do Legislativo.

C

Com relação a métodos, técnicas, mecanismos e instrumentos de elaboração, execução, acompanhamento e controle do orçamento público, bem como sua normatização legal, julgue os próximos itens.

100 O modelo média móvel racional é uma metodologia legalmente válida para projeção da arrecadação da receita que integrará a proposta orçamentária.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 9: Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres – Área: Ciências Contábeis

Com relação à execução orçamentária e financeira do governo federal, julgue os seguintes itens.

101 A execução financeira representa o fluxo de recursos financeiros necessários para a realização efetiva dos gastos públicos, com vistas a permitir a realização dos programas de trabalho definidos.

C

103 A programação financeira deve ser realizada em conjunto com a elaboração do plano plurianual, quando são realizadas estimativas do fluxo de recursos financeiros para os próximos quatro anos.

E

104 Para que seja realizada a execução orçamentária, é necessária a existência, em conjunto, de dotação orçamentária e de recursos financeiros.

C

A respeito da Conta Única do Tesouro Nacional, julgue os itens subsecutivos.

113 O controle escritural dos recursos financeiros da Conta Única do Tesouro Nacional é realizado pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal (SIAFI).

C

114 As disponibilidades de caixa da União são depositadas no Banco Central do Brasil, que opera como agente financeiro do Tesouro Nacional, arrecadando receitas e pagando fornecedores, com o uso da conta única.

E

115 As disponibilidades de caixa das autarquias e fundações públicas não estão dispensadas de recolhimento à Conta Única do Tesouro Nacional.

(gab. Preliminar → C)

Justificativa: Diferentemente do afirmado no item, as disponibilidades de caixa das autarquias e fundações públicas estão dispensadas de recolhimento à Conta Única do Tesouro Nacional. Por esse motivo, opta-se pela alteração do gabarito.

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 16: Técnico Administrativo

A respeito do orçamento público brasileiro, julgue os seguintes itens.

O ciclo orçamentário corresponde ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até a apreciação final. Com relação ao processo do ciclo orçamentário, julgue os itens a seguir.

80 O presidente da República deve encaminhar o PPA e a LDO ao Congresso Nacional até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro. A devolução do PPA e da LDO para sanção deverá ocorrer até o encerramento da sessão legislativa.

E

81 No Brasil, o ciclo orçamentário se divide em duas etapas: a elaboração/planejamento da proposta orçamentária e a execução orçamentária/financeira.

E

82 No processo de elaboração da proposta orçamentária, a Secretaria de Orçamento Federal coordena, consolida e supervisiona a elaboração da LDO e da proposta orçamentária da União, compreendendo o orçamento fiscal e o orçamento da seguridade social.

C

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 6: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ADMINISTRAÇÃO

Com relação a orçamento público, julgue os itens que se seguem.

107 Caso a Câmara dos Deputados decida alterar seu orçamento, acrescentando despesa não prevista no início do exercício financeiro, ela deverá solicitar a realização dessa alteração ao Poder Executivo, que ficará responsável pela apresentação de proposta de alteração ao Poder Legislativo.

C

A respeito dos mecanismos de implementação das técnicas orçamentárias no setor público, julgue os itens subsequentes.

112 O plano orçamentário, uma identificação de caráter gerencial transmitida ao sistema integrado de administração financeira (SIAFI) que não consta da lei orçamentária anual (LOA), tem por finalidade permitir o acompanhamento físico e financeiro da execução em um nível de detalhamento maior que o da LOA.

C

Julgue os itens a seguir, referentes à execução orçamentária.

114 É vedado às empresas públicas federais aplicar seus recursos financeiros na conta única do Tesouro Nacional.

E

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 11: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

Acerca do orçamento publico, julgue os itens subsequentes.

94 As alterações orçamentárias são realizadas via emenda de projeto de lei de orçamento que visam alterar a dotação solicitada para despesa de custeio.

E

No que se refere ao orçamento publico no Brasil, julgue os próximos itens.

100 O ciclo orçamentário compreenderá a elaboração do Plano Plurianual (PPA), os ajustes da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a aprovação da Lei Orçamentária Anual.

E

CESPE/MPOG 2013 - temp/Categoria Profissional 3: Técnico de Nível Superior – SPU/UCP

Acerca do orçamento público no Brasil, julgue os itens subsequentes.

88 A descentralização orçamentária da unidade orçamentária Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Fundação Nacional de Administração Pública (ENAP) é denominada repasse.

E

Julgue os itens subsecutivos, acerca das etapas e estágios da despesa pública.

103 Na descentralização de créditos orçamentários, a execução da despesa orçamentária deve ser realizada pelo órgão ou entidade recebedora do crédito, e não pelo órgão ou entidade descentralizadora.

C

CESPE/IBAMA 2013/Cargo Cargo: Analista Administrativo

No Brasil, o orçamento público assumiu características peculiares, principalmente após a promulgação da CF. Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

88 O projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) deve ser aprovado em sessões ordinárias ou extraordinárias separadas, primeiramente no plenário da Câmara dos Deputados, em seguida no plenário do Senado Federal.

E

Com relação ao acompanhamento da execução orçamentária e ao gerenciamento das receitas e das despesas públicas, julgue os seguintes itens.

90 Considere que o IBAMA necessite transferir recursos para a sua superintendência localizada no estado de Pernambuco. Nessa situação, esse órgão público poderá realizar a transferência de recursos por meio do mecanismo de descentralização denominado provisão.

ANULADA

gab. preliminar → C

CESPE/MS 2013/Cargo 5: Contador

Com relação a execução orçamentária e financeira, julgue os itens que se seguem.

85 Mesmo os compromissos financeiros financiados por operações de crédito internas e externas ficam subordinados aos limites fixados na programação financeira de desembolso aprovada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

C

86 Cada unidade orçamentária poderá partilhar seu limite financeiro entre as suas unidades administrativas gestoras.

C

CESPE/MS 2013/Cargo 3: Administrador

Acerca da descentralização orçamentária e financeira, julgue os seguintes itens.

81 Denomina-se sub-repasse a disponibilização, pelo Ministério do Esporte, de recursos financeiros para o Ministério da Educação, após a descentralização do crédito orçamentário.

E

82 A cessão de crédito orçamentário pelo Ministério do Esporte ao Ministério da Educação é denominada destaque.

C

CESPE/MS 2013/Cargo 3: Administrador

A respeito do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

79 Nos casos em que a União, direta ou indiretamente, detiver a maioria do capital social com direito a voto, a elaboração da proposta de investimento das estatais deverá ser coordenada pelo Departamento de Coordenação das Empresas Estatais e compatibilizada com o plano plurianual (PPA) e com as metas de resultados primários fixados.

C

CESPE/MI 2013 - Cargo 1: Analista Técnico Administrativo

Acerca de orçamento público, julgue os itens seguintes.

58 O projeto de lei do plano plurianual (PPA) é elaborado anualmente e encaminhado pelo presidente da República ao Congresso Nacional para aprovação até o final da última sessão legislativa do ano.

E

No que se refere a orçamento público, execução orçamentária e financeira e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

65 Cabe ao Poder Legislativo exercer o controle da execução orçamentária com o objetivo de verificar a probidade da administração, a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da lei de orçamento.

C

66 O Poder Executivo deve aprovar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolsos antes da aprovação da lei orçamentária, conforme previsto na LRF.

E

No que se refere a diretrizes orçamentárias, orçamento anual, sistema e processo de orçamento e alterações orçamentárias, julgue os itens subsequentes.

62 O processo orçamentário é visto como autossuficiente, já que a primeira etapa do ciclo se renova anualmente a partir de resultados e definições constantes de uma programação de longo prazo.

E

CESPE/MI 2013 - Cargo 4: Administrador

A respeito de orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

105 A Secretaria de Orçamento Federal participa de todas as etapas do processo de elaboração da proposta de LOA.

E

CESPE/UNIPAMPA 2013 - Cargo 1: Administrador

No que se refere ao orçamento público, julgue os itens subsequentes.

69 O ciclo orçamentário corresponde ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até a apreciação final.

C

CESPE/MME 2013 - Cargo 2: Analista Financeiro

QUESTÃO 81

Por meio da LOA, estimam-se as receitas e fixam-se as despesas para determinado exercício financeiro, definindo-se, assim, a gestão anual dos recursos públicos, em consonância com as orientações estabelecidas pela LDO. A respeito da LOA, assinale a opção correta.

A Compete à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão coordenar, consolidar e supervisionar a elaboração da proposta orçamentária da União.

B A retificação dos autógrafos dos projetos da LOA e de créditos adicionais pode ocorrer até o encerramento do segundo período da sessão legislativa.

C Constitui função do orçamento fiscal e do orçamento de investimentos a redução de desigualdades inter-regionais, segundo critérios de renda, de população e de território.

D Na hipótese de vigência simultânea de mais de uma LDO no mesmo exercício financeiro, a LOA deve ser orientada de acordo com as metas e os parâmetros estabelecidos pela LDO mais recente.

E O projeto de lei orçamentária anual deve ser enviado pelo presidente da República ao Congresso Nacional até o fim do primeiro período da sessão legislativa.

LETRA A

QUESTÃO 85

Em relação às diversas fases de elaboração da LOA, assinale a opção correta.

A O projeto da LOA é elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal, sendo encaminhado ao Congresso Nacional pelo ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão.

B Cada parlamentar pode apresentar até dez emendas individuais, no valor total definido pelo parecer preliminar, ao projeto da LOA.

C A redução de dotações constantes do projeto da LOA é proposta pela emenda de apropriação.

D Compete ao relator da receita, com o auxílio do Comitê de Avaliação da Receita, avaliar, inicialmente, a receita prevista pelo Poder Executivo no projeto da LOA.

E O parlamentar designado para ser o relator geral do projeto da LOA deve elaborar relatório preliminar sobre a matéria, o qual será denominado parecer preliminar, quando for aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação.

LETRA D

QUESTÃO 86

Entre os objetivos que a fixação de limites de despesas públicas por meio do decreto de programação orçamentária deve atender inclui-se

A a manutenção, durante o exercício financeiro, do equilíbrio entre a receita prevista e a despesa fixada na lei orçamentária.

B o estabelecimento de normas específicas de execução orçamentária e financeira para o exercício seguinte.

C a definição das ações e projetos constantes da lei orçamentária que devem ser executados em cada quadrimestre.

D a garantia do equilíbrio entre as atividades dos órgãos setoriais e unidades gestoras do sistema de planejamento.

E a garantia às unidades orçamentárias, em tempo útil, da soma de recursos necessários ao seu programa anual de trabalho.

LETRA E

CESPE/MME 2013 - Cargo 4: Gerente Técnico de Projeto

QUESTÃO 92

Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, uma vez apresentados ao Congresso Nacional, serão apreciados na forma do regimento comum. Acerca das alterações que podem ser feitas nesses projetos de lei, assinale a opção correta.

A As emendas devem indicar os recursos necessários à sua aprovação, admitidos os recursos provenientes de anulação de despesas ou criação de novas receitas.

B A compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias é suficiente para determinada emenda ser considerada passível de aprovação.

C Para a aprovação de emendas, é vedada a anulação de despesas que incidam sobre transferências de convênios já em andamento.

D Não há restrição para a aprovação de emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com os dispositivos do texto dos projetos de lei.

E As emendas serão apresentadas no plenário das duas casas do Congresso Nacional e apreciadas, na forma regimental, pela Comissão Mista de Orçamento.

LETRA D

CESPE/MME 2013 - Cargo 6: Assistente Financeiro

QUESTÃO 80

A respeito do processo orçamentário, assinale a opção correta.

A A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária restringe-se ao exame feito após o encerramento do exercício.

B A fase de elaboração inicia-se com a montagem da proposta orçamentária pelo órgão central do sistema de orçamento.

C Cabe à comissão de orçamento do Poder Legislativo receber emendas, modificar e aprovar o projeto de lei orçamentária.

D O exercício financeiro coincide com o ano civil, mas a lei orçamentária pode não iniciar sua execução no dia primeiro de janeiro do ano correspondente ao exercício financeiro.

E O Poder Legislativo não possui órgão de controle interno, por ser o órgão titular do controle externo.

LETRA D

QUESTÃO 82

Em relação à programação orçamentária e financeira governamental, assinale a opção correta.

A Um dos objetivos da programação orçamentária é assegurar a coordenação entre os órgãos de controle interno e externo.

B O monitoramento do cumprimento de metas fiscais é contínuo e ocorre durante todo o processo de execução orçamentária.

C Se as dotações já estiverem limitadas, o Poder Executivo não poderá promover nova limitação de empenho.

D A obrigatoriedade de publicar a programação da despesa iniciou-se após a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

E O decreto de programação orçamentária, também conhecido como decreto de contingenciamento, não inclui as despesas de pessoal.

LETRA B

QUESTÃO 84

Caso um parlamentar deseje apresentar uma emenda ao projeto de lei orçamentária, ele deverá indicar os recursos necessários à aprovação da emenda, sendo admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa. Entre as despesas que não poderão ser anuladas por esse tipo de emenda estão as dotações para

A diárias de servidores em viagem.

B o serviço da dívida pública.

C a construção de escolas.

D a prevenção de desastres naturais.

E a reserva de contingência.

LETRA B

CESPE/TELEBRAS 2013 - Cargo 6: Especialista em Gestão de Telecomunicações – Ocupação: Analista Superior – Subatividade: Finanças

Em relação a processo orçamentário, seus princípios e diretrizes e lei de diretrizes orçamentárias (LDO), julgue os próximos itens.

76 O Poder Executivo não tem autonomia para alterar lei orçamentária, se ela estiver em vigor, ainda que haja projetos de lei de créditos adicionais.

E

81 As etapas do processo orçamentário incluem a fixação das metas de resultado fiscal, a estimativa da receita, o cálculo da necessidade de financiamento do governo central e a fixação dos valores para despesas obrigatórias.

C

No que se refere a orçamento público, suprimento de fundos e restos a pagar, julgue os itens que se seguem.

82 Denomina-se repasse o procedimento de descentralização de créditos entre unidades orçamentárias do mesmo órgão ou entre entidades integrantes de orçamentos fiscal e de seguridade social.

E

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Judiciária

Considerando que João seja responsável pela elaboração da proposta orçamentária de um tribunal federal, que irá compor o projeto de lei orçamentária anual (LOA) para 2014, julgue os itens que se seguem à luz do disposto na CF, na Lei n.º 4.320/1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

104 Elaborada a proposta orçamentária de todos os órgãos, entidades e poderes federais, o projeto de lei orçamentária deve ser encaminhado ao Congresso Nacional, que poderá fazer alterações na proposta, inclusive para reduzir as despesas com investimentos dos tribunais.

C

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 3: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Acerca de orçamento público, julgue os itens que se seguem.

107 Assegurado pela autonomia administrativa do Poder Judiciário, o presidente do CNJ poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional contendo proposta de alterações no projeto de Lei Orçamentária Anual, na parte relativa às despesas previstas para o pagamento de pessoal da instituição, desde que não tenha sido iniciada a votação, na comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

E

CESPE/CNJ 2012 Cargo 13: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

Acerca de programação orçamentária e acompanhamento da execução, julgue os seguintes itens.

105 Como preparação para os debates da LOA, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso devem ser elaborados pelo Poder Executivo, logo após a publicação da LDO.

E

CESPE/SEGER ES 2012 - Cargo: Analista do Executivo – Área de Formação 1: Administração

QUESTÃO 56

Acerca do processo orçamentário, assinale a opção correta.

A É de competência da Câmara dos Deputados a apresentação de emendas para alterar os recursos destinados ao pagamento do serviço da dívida pública na proposta de lei orçamentária.

B No projeto de lei de diretrizes orçamentárias, podem ser incluídas, desde que aprovadas, emendas incompatíveis com o plano de investimento e com a Lei Orçamentária Anual.

C O orçamento da seguridade social deve ser compatível com o PPA e terá, entre outras funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

D É de competência exclusiva da comissão permanente do Senado Federal a função de acompanhar e fiscalizar o orçamento público da União e dos estados.

E O presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação na Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada a votação, na comissão mista, da parte cuja alteração esteja sendo proposta.

LETRA E

QUESTÃO 57

Assinale a opção correta a respeito de programação e execução orçamentária.

A As unidades responsáveis pelas atividades do sistema de contabilidade federal são responsáveis por promover a integração com os demais poderes e com estados e municípios para garantir a programação financeira federativa.

B Os limites orçamentários e financeiros estabelecidos em decreto governamental impedem parcialmente a movimentação e o empenho da despesa e também a movimentação financeira, excetuando-se o pagamento das despesas inscritas em restos a pagar.

C Entre os objetivos da programação financeira inclui-se o de assegurar às unidades orçamentárias, em tempo oportuno, a soma de recursos necessários e suficientes à melhor execução do seu programa anual de trabalho.

D Na área federal, os cronogramas anuais de desembolso mensal, incluindo-se as despesas com pessoal e encargos sociais dos Poderes Legislativo e Judiciário, terão como referencial o repasse de recursos até o dia dez de cada mês, na forma de duodécimos.

E Após a promulgação da lei de orçamento e com base nos limites nela fixada, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas bimestrais que visem garantir o equilíbrio fiscal.

LETRA C

QUESTÃO 60

O Estado do Espírito Santo adotou como estratégia de desenvolvimento de longo prazo o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 (Plano ES 2025), com o objetivo de agregar esforços na elaboração e execução de ações que impulsionem o desenvolvimento do estado em todas as suas dimensões. Com referência ao orçamento como instrumento dessa estratégia governamental, assinale a opção correta.

A A Lei de Diretrizes Orçamentárias, parte importante do processo de planejamento do estado, contém o anexo de metas fiscais, com metas bimestrais relativas a receitas, despesas e resultados nominal do governo.

B Os programas de governo são o módulo comum organizador e integrador do PPA e do orçamento. Cada programa articula um conjunto de ações de governo, representadas por projetos, atividades e operações especiais, que concorrem para o alcance dos objetivos e resultados pretendidos e esperados pelo governo, com vistas à solução de um problema ou ao atendimento de determinada demanda da sociedade.

C As audiências públicas de convocação obrigatória pelo Poder Executivo são importantes instrumentos de planejamento do governo do Espírito Santo, pois asseguram a participação popular na discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos do estado.

D O orçamento, enquanto instrumento de planejamento, está inserido no âmbito da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que serão priorizadas no PPA, conforme as metas definidas na LOA.

E O Poder Legislativo colabora, de forma decisiva, com o planejamento governamental do estado de Espírito ao tomar iniciativa de elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentárias em consonância com a estratégia de desenvolvimento de longo prazo prevista no Plano ES 2025.

ANULADA

A redação da opção apontada como gabarito preliminar prejudicou o julgamento objetivo da questão, razão pela sua anulação.

(gab. Preliminar → LETRA B)

CESPE/SEGER ES 2012 - Cargo: Analista do Executivo – Área de Formação 2: Ciências Contábeis

QUESTÃO 56

São etapas do ciclo orçamentário

A estudos e aprovação, elaboração, e execução e avaliação.

B orçamento fiscal, orçamento da assistência social e orçamento de investimento de capital.

C previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

D empenho, liquidação e pagamento.

E PPA, LDO e projeto de lei orçamentária.

LETRA A

CESPE/TCDF 2012 - Procurador do Ministério Público

Houve um grande alvoroço quando os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional elevaram a previsão de receita da União para 2011 em R\$ 22,8 bilhões. Muitos consideraram a estimativa irrealista e destinada unicamente a acomodar o aumento de gastos que deputados e senadores fizeram no orçamento. Esse “exagero” na reestimativa da receita foi um dos argumentos utilizados pelo governo para “contingenciar” R\$ 50,1 bilhões nas despesas orçamentárias e, dessa forma, garantir a obtenção da meta de superávit primário deste ano.

Valor Econômico, 22/9/2011 (com adaptações).

A respeito dos temas abordados na matéria jornalística acima, julgue os itens a seguir.

40 Além de emitir parecer sobre planos setoriais previstos na CF, cabe à comissão mista de que trata o texto examinar as contas apresentadas anualmente pelo presidente da República.

C

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Considerando que, entre outros instrumentos, a integração entre planejamento e orçamento no Brasil se serve do tripé composto pelo plano plurianual (PPA), pela lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e pela lei orçamentária anual (LOA), julgue os itens seguintes.

109 Sendo os três poderes da República independentes e as leis orçamentárias iniciativa do Poder Executivo, há, naturalmente, uma relação polêmica quanto ao encaminhamento das propostas remuneratórias dos Poderes Legislativo e Judiciário. Para que eventuais litígios e ingerências nesse âmbito sejam minimizados, a legislação determina que os parâmetros para a fixação da remuneração no Poder Legislativo, assim como os limites para a proposta orçamentária do Poder Judiciário e do Ministério Público, sejam incluídos no PPA.

E

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Acerca de controle e execução orçamentária e da relação entre o orçamento e o plano plurianual (PPA), julgue os itens seguintes.

96 A execução orçamentária está sujeita a controle interno e externo. Uma das atribuições do controle externo é verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, no sistema instituído para tal fim.

E

97 Ao órgão incumbido de elaborar a proposta orçamentária, ou a outro indicado por lei, caberá o controle do cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e de realização de obras e prestação de serviços.

C

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 10: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

Tendo em vista que, em virtude de sua importância para a administração pública e a sociedade em geral, o orçamento recebeu atenção específica na CF, principalmente nos artigos de 165 a 169, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que as siglas PPA, LDO e LOA, sempre que empregadas, se referem, respectivamente, a plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual.

114 As emendas orçamentárias, que só podem ser aprovadas caso estejam de acordo com o PPA e a LDO, constituem um importante instrumento do Poder Legislativo para influenciar a alocação de recursos públicos.

C

CESPE/INPI 2012 - Cargo 9 - ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Classe A, Padrão I) – ÁREA: GESTÃO FINANCEIRA (A3)

Com relação a programação e execução orçamentária e financeira, julgue os itens subsequentes. Nesse sentido, considere que as siglas LOA e SIAFI, sempre que empregadas, referem-se, respectivamente, a lei orçamentária anual e a sistema integrado de administração financeira.

96 O cronograma de execução do desembolso deve ser estabelecido após a publicação da LOA, sendo apresentado em termos mensais.

C

No que se refere ao PPA, a LOA e a LDO, julgue os itens consecutivos.

115 Caso o Poder Executivo julgue necessária a realização de alteração no projeto de lei do PPA, tendo este já sido enviado ao Congresso Nacional e iniciada a votação na comissão mista, o presidente poderá enviar mensagem à comissão solicitando que sejam realizadas as mudanças pretendidas.

E

CESPE/ ANP 2012 PERFIL 4 : ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA IV

Acerca do orçamento público, julgue os itens seguintes.

106 As receitas de transferências legais, como as transferências fundo a fundo referentes ao repasse do SUS, são os repasses feitos aos estados e municípios por determinação legal e requerem a celebração de convênio.

E

107 Os gastos realizados pelos órgãos públicos não podem ser desviados do que está autorizado no orçamento público, nem conflitar com o interesse público.

C

108 O processo orçamentário, com duração de um exercício financeiro, evidencia as etapas de elaboração, discussão e aprovação da Lei Orçamentária Anual.

E

CESPE/TRE-MS 2012 - Cargo 3: Analista Judiciário - Área: Administrativa

QUESTÃO 53

Acerca do orçamento público no Brasil, assinale a opção correta.

A A disposição dos três orçamentos que constituem a lei orçamentária anual – fiscal, seguridade social e orçamento de investimento das empresas – é, da mesma forma, estabelecida nas leis de diretrizes orçamentárias.

B A elaboração do orçamento anual desenvolve-se no âmbito do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, cujo órgão central é o Ministério do Desenvolvimento Social.

C Assim como os temas orçamentários, a obrigatoriedade de se adotar sistematicamente o planejamento nas diversas esferas do governo tornou-se realidade com a Constituição de 1967.

D O plano plurianual constitui a síntese dos esforços de planejamento da União, não atingindo os demais entes da Federação.

E O orçamento anual constitui princípio orientador para a elaboração das diretrizes orçamentárias.

LETRA A

QUESTÃO 54

Na etapa de execução orçamentária e financeira, que constitui a terceira etapa do processo de gestão pública, as decisões e as escolhas expressas na lei orçamentária assumem natureza financeira na forma de fluxos de recursos que entram e saem do Tesouro. Com referência a essa etapa do processo de gestão pública, assinale a opção correta.

A O crédito adicional é um mecanismo retificador do orçamento que, na modalidade crédito suplementar, destina-se ao atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes, como guerra e calamidade pública.

B Os créditos especiais e os suplementares são provenientes de recursos como excesso de arrecadação, superávit financeiro, produto de operação de crédito e os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais.

C A forma e a sistemática de acompanhamento do cumprimento da programação de desembolso financeiro são idênticas em todas as entidades estatais.

D A receita, assim como a despesa, é executada de forma amplamente descentralizada, por meio de uma gama de unidades executoras.

E O exercício financeiro, no Brasil, não coincide com o ano civil: os orçamentos anuais são executados no período de 1.º de fevereiro a 31 de dezembro de cada ano.

LETRA B

CESPE/CAPES 2012 Cargo 1: Analista em Ciência e Tecnologia Júnior I – Formação: Geral

Julgue os itens que se seguem, relativos ao sistema de planejamento e orçamento do governo federal.

70 Até sessenta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo terá de estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

E

CESPE/CAPES 2012 - Cargo 4: Analista em Ciência e Tecnologia Júnior I – Formação: Contabilidade

Julgue os itens a seguir, relativos ao orçamento público e ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

81 O Congresso Nacional só poderá entrar em recesso após a aprovação da lei de diretrizes orçamentárias, ao final de cada exercício financeiro.

E

82 Cabe à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização examinar e emitir parecer sobre o projeto de lei do orçamento, do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e de créditos adicionais.

C

85 A iniciativa de elaboração da proposta orçamentária anual é do Poder Executivo.

C

Julgue os itens que se seguem, relativos ao Poder Legislativo, ao processo legislativo e ao Poder Judiciário.

104 A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/ANAC 2012 - Cargo 2: Analista Administrativo – Área 2

No que se refere a orçamento público, julgue os itens seguintes.

68 Denomina-se repasse financeiro a operação em que um ministério transfere a outro o poder de utilizar os recursos que lhe foram atribuídos.

E

CESPE/TRT -10ª Região 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Julgue os itens a seguir, a respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

106 O prazo para o envio da proposta orçamentária de 2013 pelo Poder Judiciário à Secretaria de Orçamento Federal encerrou-se em agosto de 2012.

C (gab. Extraoficial)

CESPE/TRT -10ª Região 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Em relação à administração pública e ao orçamento público, julgue os itens subsequentes, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988 (CF).

89 Se a votação de determinado item do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias ainda não tiver sido iniciada na comissão mista do Congresso Nacional, o presidente da República poderá enviar mensagem para propor modificação desse item.

C (gab. Extraoficial)

93 A Câmara dos Deputados deve analisar, na forma do regimento comum, os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual, que são elaborados pelo Senado Federal.

E (gab. Extraoficial)

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 2: Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

De acordo com a CF, julgue os itens subsequentes, relativos a organização dos poderes.

85 Ao Poder Judiciário e assegurada autonomia administrativa e financeira, devendo os tribunais elaborar suas propostas orçamentárias, dentro dos limites estipulados, conjuntamente com os demais Poderes, na lei de diretrizes orçamentárias.

C

96 A Lei de Orçamento vigente para determinado exercício poderá ser tomada, pelo Poder Legislativo, como proposta para o exercício subsequente.

C

102 Toda receita orçamentária passará, necessariamente, por pelo menos uma das seguintes etapas: previsão e lançamento.

E

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Especialidade: Administrador

QUESTÃO 51

51 Segundo James Giacomoni, a descentralização de créditos caracteriza-se pela cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou unidades gestoras. A descentralização orçamentária entre unidades do mesmo órgão (ministério) é denominada

A repasse.

B sub-repasse.

C provisão.
D cota.
E destaque.

LETRA C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 1: Auditor de Controle Externo – Área: Auditoria Governamental

Em relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens de 133 a 137.

135 Em virtude da independência dos poderes, o orçamento do Poder Judiciário é incorporado à Lei Orçamentária Anual sem que haja fixação anterior de limites para a elaboração da proposta.

E

No que se refere a orçamento público, julgue os itens subsequentes.

149 Entre as dez áreas temáticas em que é dividido o projeto de lei orçamentária encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional inclui-se a dos Poderes do Estado e Representação.

C

A respeito de receita pública, dívida ativa e da conta única do Tesouro, julgue os itens seguintes.

154 Na elaboração da previsão da receita, estágio da etapa de planejamento, devem ser considerados os efeitos da variação do índice de preços e do crescimento econômico.

C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 2: Auditor de Controle Externo – Área: Ciências Contábeis

A correta execução do programa de trabalho expresso na lei orçamentária pressupõe a existência de um arcabouço técnico e conceitual muito bem definido. Com relação a esse assunto, julgue os seguintes itens.

150 Se a lei orçamentária anual não for aprovada até o final do exercício anterior ao da sua vigência, o Poder Executivo estará autorizado a executar as dotações constantes da proposta apresentada ao Poder Legislativo, até o limite de um doze avos por mês.

E

Acerca da programação e execução orçamentária e financeira, julgue os itens a seguir.

153 Se o Poder Executivo enviar ao Poder Legislativo projeto de lei com o objetivo de transferir recursos do orçamento de um programa destinado a propagandas institucionais para um programa destinado à promoção da saúde pública, essa transferência somente poderá ser aprovada se tiver sido previamente autorizada.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 3: Auditor de Controle Externo – Área: Direito

O processo orçamentário está hoje constituído, no ordenamento jurídico nacional, por um sistema que abrange a lei orçamentária anual, em conjunto com as leis do plano plurianual e de diretrizes orçamentárias. Em relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

149 Cabe aos tribunais, órgãos do Poder Judiciário, no exercício de sua autonomia administrativa e financeira, elaborar suas propostas orçamentárias, observados os limites estipulados conjuntamente com os demais poderes na lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/TJAL-2012 - Cargo 7: Analista Judiciário Especializado – Área: Contabilidade

42 - Acerca do processamento das atividades típicas do orçamento, do processo de elaboração até o seu controle, assinale a opção correta.

A A sessão legislativa não será interrompida enquanto o projeto do Plano Plurianual não for votado.

B A execução orçamentária terá início após a publicação do decreto de programação financeira e do cronograma mensal de desembolso.

C Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

D A definição das diretrizes gerais para o processo orçamentário federal é responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional.

E As emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual somente serão avaliadas para aprovação quando apresentadas pelos membros da comissão mista de orçamento.

LETRA C

CESPE/TRE-RJ 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

No Brasil, o processo de elaboração, aprovação, execução e controle do orçamento público obedece a regras específicas definidas na CF e na legislação infraconstitucional. Com base nessas normas, julgue os itens seguintes.

109 Se o presidente da República desejar alterar a proposta orçamentária enquanto ela estiver em tramitação no Congresso Nacional, ele não precisará utilizar nenhum dos créditos adicionais previstos na legislação vigente.

C

111 A apresentação da lei orçamentária anual no caso da União é de iniciativa privativa do presidente da República, mas esse poder é vinculado aos prazos determinados pela legislação e o não cumprimento desses prazos constitui crime de responsabilidade.

C

CESPE/ANCINE/2012 - Cargo 1: Técnico Administrativo

Acerca do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

136 Incumbe à ANCINE, na qualidade de unidade orçamentária, consolidar e formalizar proposta orçamentária em seu âmbito de atuação.

C

CESPE/ IBAMA 2012 - Cargo: Técnico Administrativo

No que diz respeito a orçamento público, julgue os próximos itens.

85 O projeto de lei de diretrizes orçamentárias do governo federal para o exercício de 2013, elaborado em 2012, só poderá ser submetido à análise da Comissão Mista de Orçamento em janeiro de 2013.

E

CESPE/TJ RR 2012 - Cargo 1: Administrador

110 É vedada a realocação, mediante créditos suplementares, de recursos que fiquem sem despesas correspondentes decorrente de veto.

E

CESPE/TCU 2012 - Técnico Federal de Controle Externo

No que se refere ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

37 Para que um projeto de lei relativo ao orçamento anual seja aprovado, é suficiente que seja apreciado pela Câmara dos Deputados.

E

CESPE/TJES - 2011 Cargo 28: Analista Judiciário 01 – Área: Administrativa

73 À Comissão Orçamentária Permanente do Senado Federal competem o exame e a emissão de parecer sobre planos e programas nacionais e regionais, cabendo à comissão composta por deputados analisar e emitir parecer sobre os orçamentos das políticas públicas setoriais.

E

Julgue os itens seguintes, referentes ao ciclo orçamentário, composto por três leis: a lei de diretrizes orçamentárias (LDO), a lei orçamentária anual (LOA) e o plano plurianual (PPA).

78 A autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário assegura ao TJ/ES a elaboração de sua proposta orçamentária com os demais poderes dentro dos limites estipulados na LDO.

C

79 O ciclo orçamentário dos governos estaduais inicia-se com a aprovação da LDO, que estabelece as metas e prioridades para a elaboração do PPA. O PPA demonstra todas as receitas e despesas do orçamento público por um período de quatro anos, sendo reavaliado anualmente, junto com o orçamento público, pelas assembleias legislativas.

E

80 É de responsabilidade do governador do Espírito Santo o envio, ao Congresso Nacional, de mensagem para propor modificações nas dotações orçamentárias destinadas ao estado, desde que não tenha sido iniciada a votação do orçamento na Comissão Mista do Orçamento.

E

CESPE/TCU 2011 - Cargo 1: Auditor Federal de Controle Externo – Área: Controle Externo – Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

Considerando que o orçamento público se tornou peça fundamental no planejamento da ação dos governos em todo o mundo, particularmente no Brasil, após a promulgação da CF, julgue os itens subsequentes.

124 O poder Legislativo pode alterar a previsão de receita da LOA, se for comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal na proposta encaminhada pelo Poder Executivo. Nesse caso, a diferença apurada poderá ser usada como fonte de receita para a aprovação de emendas de parlamentares.

E

CESPE/TCU 2011 - Cargo 2: Auditor Federal de Controle Externo – Área: Controle Externo – Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria de Obras Públicas

Acerca do orçamento público, julgue os itens a seguir.

87 O plano plurianual (PPA), como uma das etapas do ciclo orçamentário, inclui os programas destinados a operações especiais — como, por exemplo, aqueles que agregam as ações referentes à Copa do Mundo de 2014 — entre seus programas finalísticos.

E

Julgue os próximos itens, acerca dos tipos de créditos orçamentários e da descentralização orçamentária.

91 As dotações e os eventuais saldos financeiros destinados às despesas de pessoal e encargos sociais somente podem constituir fonte para abertura de créditos adicionais no mesmo grupo de despesa.

C

93 A descentralização de créditos caracteriza-se pela cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou unidades gestoras. Contudo, a descentralização de crédito de um

órgão/ministério para entidades da administração indireta ou entre estas dependerá da celebração de convênio.

E

CESPE/EBC 2011 - Cargo 9: Analista de Empresa de Comunicação Pública – Atividade: Contabilidade

Julgue os itens a seguir, a respeito dos métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público.

73 As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário devem ser encaminhadas diretamente, pelos respectivos poderes, ao Congresso Nacional, respeitados os prazos atribuídos ao Poder Executivo.

E

CESPE/MPE-PI 2011- Cargo 7: Analista Ministerial – Área: Orçamento

Julgue os itens a seguir, a respeito das peças orçamentárias que constituem o sistema de planejamento público no Brasil.

54 Os estados, o Distrito Federal e os municípios são obrigados a elaborar, submeter aos respectivos Poderes Legislativos e aprovar suas próprias leis de diretrizes orçamentárias, independentemente do que ocorra no processo orçamentário da União.

C

CESPE/AL CE 2011 - Cargo 1: Analista Legislativo – Administração

Com relação ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e ao orçamento público, julgue os itens a seguir.

73 Após iniciada a análise do projeto de lei orçamentária anual na comissão mista de orçamento, o presidente da República não poderá mais enviar mensagem ao Congresso Nacional propondo modificações no projeto.

E

CESPE/MPU 2010 - Cargo 30: Analista de Orçamento

A respeito da programação e execução financeira, julgue os itens a seguir.

64 A programação financeira compreende os procedimentos referentes à solicitação, aprovação, liquidação e liberação/recebimento de recursos financeiros de natureza estritamente extraorçamentária, em observância ao princípio de unidade de tesouraria.

E

Com relação a programação financeira, julgue os itens subsequentes.

65 A primeira etapa da programação financeira consiste na elaboração da proposta de programação financeira pelas unidades executoras, que solicitam aos órgãos setoriais de programação financeira o montante de disponibilidades financeiras necessário para o atendimento de seus gastos.

C

66 Cota, repasse e sub-repasse são figuras de descentralização financeira de natureza orçamentária.

C

67 A programação periódica dos desembolsos (saídas de caixa) é atividade unilateral do órgão central do sistema de programação financeira, da qual não participam os órgãos setoriais.

E

68 O sistema de programação financeira é administrado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e compõe-se dos órgãos setoriais de programação financeira.

E

Considerando a estreita relação entre as figuras de descentralização financeira e as figuras de descentralização orçamentária, julgue os itens que se seguem.

69 É correto afirmar que dotação orçamentária está para cota financeira e destaque orçamentário está para repasse financeiro, assim como provisão orçamentária está para subrepasso financeiro.

C

70 A cota, o destaque e o sub-repasse representam a disponibilidade financeira.

E

71 A dotação, o destaque e a provisão representam disponibilidade financeira.

E

Acerca dos aspectos ligados ao processo e à dinâmica do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

87 Cabe ao órgão central de orçamento do Poder Legislativo promover a incorporação, em cada unidade orçamentária, da proposta orçamentária ajustada, com a liberação dos respectivos créditos no sistema de informação utilizado pelo ente público para todos os órgãos contemplados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

E

88 As principais etapas do ciclo orçamentário são: elaboração da proposta orçamentária; discussão, votação e aprovação da lei orçamentária; execução orçamentária e controle e avaliação da execução orçamentária.

C

89 As etapas do processo orçamentário abrangem a previsão dos valores para despesas discricionárias, a previsão das metas de resultado fiscal, a fixação ou a consolidação da receita e o cálculo das disponibilidades para financiamentos liberados pelo governo central.

E

Julgue os itens que se seguem, a respeito da elaboração da proposta orçamentária.

90 À LDO, que contempla o período de quatro anos de mandato político, tal como a lei que institui o PPA, cabe, de acordo com a CF, orientar a elaboração da LOA.

E

91 O PPA é o instrumento que expressa o planejamento do governo federal para um período de quatro anos. Por sua complexidade, o PPA restringe-se à esfera federal, não contemplando desdobramentos a níveis estadual nem municipal.

E

92 O PPA contempla o planejamento para quatro anos de governo, iniciando-se no segundo ano de mandato presidencial e terminando no primeiro ano de mandato do chefe do Poder Executivo subsequente.

C

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

No que se refere aos instrumentos de planejamento introduzidos pela CF, julgue os itens que se seguem.

No que se refere aos instrumentos de planejamento introduzidos pela CF, julgue os itens que se seguem.

83 Durante o processo de apreciação do plano plurianual (PPA), devem ser observadas as mesmas regras de alteração do projeto pelo Poder Executivo válidas para a Lei Orçamentária Anual (LOA), que somente permitem modificação por meio de mensagem presidencial enquanto não iniciada a votação, na Comissão Mista de Orçamento, da parte cuja alteração é proposta.

C

Acerca dos conceitos e princípios orçamentários, julgue os itens que se seguem.

93 Dada a autonomia financeira e orçamentária garantida pela CF, os entes da Federação têm ampla liberdade para elaborar seus orçamentos, pelo menos no que diz respeito a suas próprias receitas.

E

96 O ciclo orçamentário compreende um período de tempo que se inicia antes do exercício correspondente àquele em que o orçamento deve entrar em vigor, sendo necessariamente superior a um ano.

C

97 O controle da execução orçamentária, como item do ciclo orçamentário, é executado apenas pelo controle interno, consoante previsão constitucional.

E

Julgue os itens seguintes acerca do PPA, da LDO e da LOA, conforme a CF.

100 Os projetos de lei relativos ao PPA serão apreciados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

C

102 As leis orçamentárias podem ser de iniciativa do Poder Legislativo.

E

103 Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais, previstos na CF, devem ser elaborados em consonância com a LDO e apreciados pelo MPU.

E

104 As emendas ao projeto de lei do orçamento anual somente serão aprovadas se forem compatíveis com o PPA e com a LDO.

C

CESPE/TCU 2009/ Cargo 1: Auditor Federal de C. Externo – Área: C. Externo – Especialidade: C. Externo – Orientação: Auditoria de Obras Públicas

Com relação aos orçamentos públicos e às suas características no Brasil, julgue os itens a seguir.

72 O processo orçamentário inicia-se com a fixação das metas de resultado fiscal. Nesse sentido, a redução da relação entre dívida/PIB depende, entre outros fatores, do superávit primário. Uma das formas de alcançar esse objetivo é rolar a maior parcela possível dos juros, capitalizando-os, de modo que tais encargos não precisem ser pagos a curto prazo.

E

CESPE/MS 2009 - CARGO 8: CONTADOR

A respeito da programação financeira e da contabilização das operações típicas na administração federal, julgue os itens subsequentes.

60 Os créditos orçamentários podem ser descentralizados. O destaque de crédito é uma operação descentralizadora de crédito orçamentário em que um ministério ou órgão transfere para outro ministério ou órgão o poder de utilização dos recursos que lhe foram dotados.

C

61 A transferência do limite de saque da Secretaria do Tesouro Nacional para os órgãos setoriais do sistema de programação financeira (OSPF) ocorre por meio do repasse, enquanto a cota refere-se à liberação dos recursos do OSPF para entidades da administração indireta.

E

CESPE/ SECONT 2009 - CARGO 2: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

53 As propostas orçamentárias parciais dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão elaboradas respeitando os limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

C

CESPE/STF 2008 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com base na doutrina e nas legislações orçamentária e financeira públicas, julgue os itens de 86 a 103.

88 Tem-se observado, no Brasil, que o calendário das matérias orçamentárias e a falta de rigor no cumprimento dos prazos comprometem a integração entre planos plurianuais e leis orçamentárias anuais.

C

93 Quando o presidente da República veta dispositivo da lei orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional, os recursos remanescentes podem, por meio de projeto de lei de iniciativa de deputado federal ou senador, ser utilizados para abertura de créditos suplementares ou especiais.

E

CESPE/IPEA 2008 - Cargo 6: Técnico de Desenvolvimento e Administração – Perfil: Gestão de Orçamento e Finanças

Consoante a CF, julgue os itens seguintes relativas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao Plano Plurianual (PPA).

66 A CF determina literalmente que o conteúdo do projeto de lei orçamentária e das emendas a ela propostas pelo Congresso Nacional sejam compatíveis com a LDO.

E

Relativamente ao ciclo orçamentário e acerca da gestão organizacional das finanças públicas, julgue os itens a seguir.

74 As emendas apresentadas ao texto da Lei Orçamentária somente poderão ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, por meio da anulação de despesas.

E

75 Para a aprovação de um plano plurianual é exigido o voto favorável da maioria simples de cada casa do Congresso Nacional.

C

76 A CF prevê a possibilidade de desequilíbrio entre despesa e receita no projeto de Lei Orçamentária aprovado pelo Congresso Nacional.

C

A respeito do ciclo orçamentário, julgue os seguintes itens.

99 Tendo em vista que são constituídos por recursos correspondentes a exercícios financeiros já encerrados, os restos a pagar não integram a programação financeira do exercício em curso.

E

100 Na discussão do projeto de lei orçamentária anual no âmbito do Congresso Nacional, compete às lideranças partidárias indicar o relator-geral, o relator da receita e os relatores setoriais do projeto.

C

CESPE/MCT 2008 - CARGO: ANALISTA EM C&T PLENO 1-I (B20)

O orçamento percorre diversas etapas desde o surgimento de uma proposta de lei orçamentária até o seu controle e avaliação. Julgue os próximos itens, relativos ao ciclo orçamentário na esfera federal.

76 O ciclo orçamentário está restrito ao exercício financeiro, ou seja, do período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

E

77 Todas as etapas do ciclo orçamentário poderão ser acompanhadas pelo Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR).

E

78 As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem serão apresentadas na comissão mista e somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual (PPA) e com a lei de diretrizes orçamentárias.

C

79 A casa legislativa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei orçamentária ao presidente da República. Decorrido o prazo de quinze dias úteis, o silêncio do presidente da República importará em veto.

E

A mensuração das ações a cargo do governo é um elemento-chave do orçamento-programa. Segundo o professor Giacomoni, no processo orçamentário programado, a mensuração tem utilidade em todas as suas etapas — elaboração, execução e avaliação — e em todos os níveis organizacionais. A respeito desse assunto, julgue o item abaixo.

87 Na etapa da elaboração orçamentária, aos programas são imputados metas ou produtos representativos das atribuições substantivas da unidade ou instituição.

C

A avaliação anual é parte fundamental do modelo de gestão do PPA e tem como objetivo contribuir para o alcance dos resultados previstos nos programas, por meio do aperfeiçoamento contínuo da gestão de programas e da alocação de recursos no PPA e nos orçamentos da União, de modo a aprimorar a qualidade do gasto público.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Manual de avaliação – exercício 2008.

Tendo o texto acima com referência inicial, julgue os itens a seguir.

96 Os projetos de lei de revisão do PPA propostos pelo Poder Executivo, na hipótese de inclusão de programa, deverão conter, no mínimo, o diagnóstico sobre a situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto e a indicação dos recursos que financiarão o programa proposto.

C

99 A avaliação do PPA é realizada em cada exercício financeiro que o compõe, e o produto final deve constar do relatório anual de avaliação.

C

100 Os membros do Congresso Nacional terão acesso irrestrito, para fins de inclusão, alteração ou exclusão, aos sistemas informatizados relacionados à elaboração, ao acompanhamento e à avaliação do PPA.

E

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Analista de Controle Externo – Área e Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

O ciclo orçamentário, também denominado processo orçamentário, corresponde ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até sua apreciação final. Com relação ao período de discussão, votação e aprovação do orçamento público, julgue o item que se segue.

127 As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual (PPA) e com a lei das diretrizes orçamentárias (LDO).

C

Segundo o art. 165 da Constituição Federal de 1988, leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. Com base nesses dispositivos legais, julgue o item abaixo.

138 Recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

C

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

Julgue os itens seguintes, referentes ao orçamento público no Brasil.

154 Emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para aumento de despesa são possíveis em virtude de erros ou omissões, tanto em razão de subestimativa das receitas quanto de superestimativa das demais despesas.

C

155 A partir da Constituição de 1988, aumentou o grau de hierarquização do orçamento público no Brasil, pois, hoje, o Poder Legislativo não está impedido de aumentar a despesa total prevista nos projetos encaminhados pelo Poder Executivo.

E

156 Considere que vários governadores, ao assumirem seus novos mandatos, manifestem a disposição de efetuarem cortes indiscriminados de gastos, com base em um percentual único, predeterminado. Nesse caso, esse critério, conhecido como linearidade, é o mais compatível com o estabelecimento de prioridades para a administração pública.

E

157 Na vigência da Constituição outorgada em 1967, o projeto de LOA que não fosse devolvido pelo Congresso Nacional até o início de dezembro seria promulgado como lei.

C

A partir das normas e dos procedimentos que caracterizam o ciclo orçamentário, julgue os itens subseqüentes.

158 Considere-se que, na estimativa para a arrecadação, no exercício subseqüente, de determinado tributo cujo comportamento tem acompanhado as variações do PIB, levou-se em conta a inflação do ano em curso, projetada em 20%, além da meta de 10% de crescimento para o PIB.

E

Nesse caso, com base nesses parâmetros e na arrecadação do ano em curso, de R\$ 50 bilhões, estima-se arrecadar R\$ 65 bilhões no exercício subseqüente.

159 Suponha-se que, na elaboração da proposta orçamentária, os técnicos do governo disponham dos seguintes dados e informações.

receitas primárias estimadas	R\$ 800 bilhões
despesas obrigatórias	R\$ 600 bilhões
meta de <i>superavit</i> primário	3% do PIB
PIB projetado	R\$ 2 trilhões

Nesse caso, é correto concluir que as despesas discricionárias não poderão ultrapassar R\$ 60 bilhões.

E

160 Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo pode solicitar empréstimos, tanto para a abertura de créditos adicionais como para atender a eventuais necessidades de caixa. No primeiro caso, trata-se de nova dotação; no segundo, de mero ajuste no fluxo de recursos financeiros.

C

161 Suponha-se que, durante a tramitação do projeto de LOA no Congresso Nacional, o TCU encaminhe uma relação de obras federais com indícios de irregularidades, suspendendo a sua execução. Nesse caso, comprovada a adoção de medidas saneadoras, a Comissão Mista de Orçamento deve editar uma resolução normativa, em conjunto com o TCU, que autorize a retomada da programação.

E

CESPE/TCE-AC 2006 - Cargo 4: Analista de Controle Externo – Especialidade: Ciências Contábeis

39 O ciclo orçamentário é o espaço de tempo compreendido entre o primeiro dia de janeiro e o dia 31 de dezembro de cada ano, no qual se promovem a execução orçamentária e os demais fatos relacionados com as variações qualitativas e quantitativas que afetam os elementos patrimoniais dos órgãos e entidades do setor público.

ANULADA

CESPE/TER-TO 2005 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Questão 42

O poder legislativo não pode aprovar emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, senão quando

- A aprovadas por maioria absoluta dos congressistas.
- B compatíveis com a programação plurianual.
- C tiverem parecer favorável das comissões técnicas competentes.
- D indicarem recursos provenientes da anulação de despesas.
- E criarem as receitas necessárias ao seu financiamento.

Letra B

CESPE/TCU 2004 - Cargo: Analista de Controle Externo

Julgue os itens seguintes, quanto ao orçamento-programa, ao plano plurianual e à lei de diretrizes orçamentárias.

29 Considere a seguinte situação hipotética.

Encerrou-se o exercício financeiro sem que o projeto de lei orçamentária tenha sido votado pelo Poder Legislativo. Nessa situação, até o momento em que entre em vigor a lei orçamentária do novo exercício, deverá ser tomada como base para a realização das despesas a lei orçamentária do exercício recém-encerrado.

E

30 Os órgãos do Poder Judiciário, as casas do Congresso Nacional e o Ministério Público, amparados na autonomia administrativa e financeira que lhes garante a Constituição Federal, devem elaborar as respectivas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias e encaminhá-las ao Congresso Nacional no mesmo prazo previsto para o envio do projeto de lei orçamentária do Poder Executivo, ou seja, até quatro meses antes do encerramento do exercício.

E

CESPE/FUNCAP/PA/2004 - Cargo 3: Contador

Com base na Lei nº 4.320/1964 e na legislação correlata, bem como nos ensinamentos dos autores de contabilidade pública e de administração pública, julgue os itens a seguir.

96 Na administração pública, o exercício financeiro coincide com o ciclo orçamentário, tendo em vista a peculiaridade do setor público, no qual, por força de lei, a grande maioria dos recursos passa pelo orçamento, cuja execução é contabilizada e controlada.

E

Acerca dos objetivos e finalidades do Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR) e do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, julgue os itens seguintes.

85 No ciclo orçamentário anual, o alcance do SIDOR restringe-se à etapa que precede a apreciação legislativa.

E

87 A LOA somente pode ser alterada por meio de projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, cabendo aos membros do Congresso Nacional a possibilidade de apresentar emendas a esse projeto.

E

98 Os créditos adicionais suplementares e especiais são abertos por decreto do Poder Executivo e dependem da existência de recursos disponíveis para custear o aumento de despesa, sendo fontes de recursos para abertura dos créditos suplementares o excesso de arrecadação e a anulação parcial ou total de outras dotações orçamentárias.

C

O orçamento anual passa por diversas etapas até que se consubstancie em bens e serviços para a sociedade. Em relação ao ciclo da LOA, julgue os próximos itens.

99 Ao Poder Executivo é permitido propor modificações no projeto de lei orçamentária, enquanto não iniciada a votação, pela comissão mista de senadores e deputados a que se refere o art. 166 da Constituição Federal, da parte cuja alteração é proposta.

C

100 Os prazos para que o Poder Executivo encaminhe os projetos de lei do Plano Plurianual, de LDO e de LOA ao Poder Legislativo e para que este os devolva para sanção estão definidos em lei complementar.

E

101 O Poder Executivo deve encaminhar ao Poder Legislativo, até 31 de agosto de cada ano, o projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro seguinte e, nos termos da Lei n.º

4.320/1964, caso o Poder Executivo não cumpra o prazo fixado, o Poder Legislativo considerará, como proposta, a lei orçamentária em vigor.

C

102 A comissão mista permanente de senadores e deputados a que se refere o art. 166 da CF encerra sua participação no ciclo orçamentário com a aprovação de parecer ao projeto de lei orçamentária e seu encaminhamento ao plenário das duas Casas do Congresso Nacional.

E

12. PLANO PLURIANUAL (PPA): ESTRUTURA, BASE LEGAL, OBJETIVOS, CONTEÚDO, TIPOS DE PROGRAMAS. DECRETO 2.829/1998.

CESPE/TRE GO 2015 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

À luz das normas legais vigentes, julgue os próximos itens, a respeito do orçamento público.

110 A responsabilidade pelos objetivos consignados no plano plurianual é exclusiva, ou seja, é vedado atribuí-la a mais de um órgão.

C

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 1: ADMINISTRADOR – CLASSE A, PADRÃO I

77 A contextualização do programa temático no âmbito do plano plurianual deve incluir a interpretação completa e objetiva da temática tratada, as oportunidades e os desafios associados, os contornos regionais que a política pública deverá assumir e as transformações que se deseja realizar.

C

JUSTIFICATIVA – Os quatro aspectos mencionados no item são exigências básicas da contextualização do programa temático, de acordo com o Manual de Elaboração do PPA 2012 – 2015, Brasília: MP, pág. 18.

CESPE/BACEN 2013 - Analista - Área 5: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com relação aos instrumentos de planejamento, orçamento e execução do programa de trabalho do governo, julgue os seguintes itens.

83 O programa temático, orientando a ação governamental, desdobra-se em objetivos e iniciativas e deve retratar, no âmbito do plano plurianual, a agenda de governo organizada pelos temas das políticas públicas.

C

CESPE/TCU 2013 - Auditor Federal de Controle Externo

A propósito do PPA e da LDO, julgue os itens subsecutivos.

160 De acordo com a legislação em vigor, toda ação finalística do governo federal deve ser estruturada em programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos definidos para o período do plano. Os programas serão estabelecidos em atos próprios de cada ente da Federação, mas deverão privilegiar a descentralização, a integração com estados e municípios e a formação de parcerias com o setor privado.

C

CESPE/MTE 2013 - CARGO: AUDITOR-FISCAL DO TRABALHO

Acerca de aspectos diversos do orçamento público, julgue os itens seguintes.

76 Do ponto de vista orçamentário, programas finalísticos são aqueles voltados para a oferta de serviços ao Estado, para o apoio administrativo e para a gestão de políticas públicas.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A respeito do ordenamento constitucional em vigor no contexto do orçamento público, julgue os itens subsecutivos.

68 No contexto de elaboração do Plano Plurianual (PPA), o conceito de iniciativa é definido como as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e outras ações institucionais e normativas, bem como do pacto entre entes federados, entre Estado e sociedade e da integração de políticas públicas.

C

CESPE/MPOG 2013 - temp/Categoria Profissional 3: Técnico de Nível Superior – SPU/UCP

Acerca do orçamento público no Brasil, julgue os itens subsequentes.

90 Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública é o programa temático do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na lei orçamentária de 2013.

C

CESPE/MS 2013/Cargo 3: Administrador

Julgue o item abaixo, relativo ao PPA 2012-2015 do governo federal.

80 É de competência do Ministério da Saúde a indicação das unidades responsáveis pela produção de informações a respeito dos objetivos e respectivos atributos sob sua responsabilidade.

C

CESPE/MI 2013 - Cargo 4: Administrador

A respeito de orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

106 No âmbito do plano plurianual, iniciativa é entendida como aquilo que deverá ser feito, o que compreende as situações a serem alteradas por meio da implementação de um conjunto de ações em todo o território brasileiro.

E

CESPE/MME 2013 - Cargo 2: Analista Financeiro

QUESTÃO 78

Por meio do PPA, definem-se diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável. Com relação a este instrumento de planejamento governamental, assinale a opção correta.

A Constam do PPA 2012-2015 os programas destinados exclusivamente a operações especiais, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

B O PPA é o instrumento por meio do qual a sociedade, representada pelos congressistas que elaboram o plano, define os objetivos e as metas que devem ser alcançados pelo governo federal.

C Nos termos da CF, o PPA deve estabelecer os objetivos e as metas do governo para cada unidade da Federação, no que se refere, por exemplo, às despesas de capital.

D O PPA tem vigência até o último dia do ano de cada mandato presidencial. A partir desta data, um novo PPA deve ser encaminhado para aprovação do Congresso Nacional.

E No âmbito do PPA 2012-2015, programa temático é aquele que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e de serviços à sociedade.

LETRA E

CESPE/MME 2013 - Cargo 6: Assistente Financeiro

QUESTÃO 77

Um servidor público, responsável pela elaboração do plano plurianual (PPA) do governo, tem de examinar o seguinte rol de despesas públicas:

- 1 aquisição de títulos representativos de capital já integralizado;
- 2 compra de material de consumo para novos hospitais;
- 3 pagamento de precatórios regularmente inscritos;
- 4 transferências por meio de programas assistenciais permanentes.

Nessa situação hipotética, as despesas públicas que o servidor deverá incluir no PPA são

- A 1, 2 e 4.
- B 1, 3 e 4.
- C 2 e 3.
- D 2, 3 e 4.
- E 1, 2 e 3.

LETRA A

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Com referência a administração financeira e orçamentária, julgue os itens de 112 a 115.

113 As áreas de planejamento e coordenação da ação governamental devem analisar as alternativas de intervenção, caso o número de objetivos e papéis desempenhados pelo Estado

aumente, uma vez que, à medida que aumenta o número de objetivos, aumenta a possibilidade de ocorrência de conflitos de função.

C

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Acerca de controle e execução orçamentária e da relação entre o orçamento e o plano plurianual (PPA), julgue os itens seguintes.

93 Os empreendimentos plurianuais cujo valor global estimado seja igual ou superior ao valor de referência são caracterizados de grande porte e deverão ser expressos no PPA 2012-2015, como iniciativas. Logo, são obrigatoriamente individualizados no PPA, os empreendimentos de grande porte financiados com recursos provenientes de transferências da União a estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

E

94 Anualmente, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional relatório anual de avaliação do PPA, que conterá, entre outras informações, a avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do PPA, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados.

C

95 Além de programas destinados exclusivamente a operações especiais, o PPA integra as políticas públicas e organiza a atuação governamental, por meio de programas temáticos e de gestão, manutenção e serviços ao Estado.

E

CESPE/ ANP 2012 - PERFIL 2 : ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA II

Segundo o manual técnico do orçamento, elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal, na estrutura atual do orçamento público, as programações orçamentárias estão organizadas em programas de trabalho, que contêm informações qualitativas e quantitativas, sejam físicas ou financeiras. Acerca desse assunto, julgue os itens seguintes.

77 As informações principais do programa temático estão no objetivo e na iniciativa.

C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 1: Auditor de Controle Externo – Área: Auditoria Governamental

No que se refere a orçamento publico, julgue os itens subsequentes.

148 As ações orçamentárias que constam no plano plurianual do governo federal do período 2012-2015 devem ser identificadas por um código alfanumérico de oito dígitos e classificadas em projetos, atividades e operações especiais.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 2: Auditor de Controle Externo – Área: Ciências Contábeis

A correta execução do programa de trabalho expresso na lei orçamentária pressupõe a existência de um arcabouço técnico e conceitual muito bem definido. Com relação a esse assunto, julgue os seguintes itens.

152 Se a União instituir um plano nacional de prevenção de desastres naturais, esse plano deverá estar obrigatoriamente submetido às regras, metas e objetivos estabelecidos no plano plurianual.

C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 3: Auditor de Controle Externo – Área: Direito

O processo orçamentário está hoje constituído, no ordenamento jurídico nacional, por um sistema que abrange a lei orçamentária anual, em conjunto com as leis do plano plurianual e de diretrizes orçamentárias. Em relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

147 Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento previstos na CF devem ser compatíveis com o plano plurianual e ainda, ser apreciados pela comissão do Poder Legislativo competente para deliberar sobre as leis orçamentárias.

C

CESPE/BASA 2012 - Cargo 4: Técnico Científico – Área: Contabilidade

Acerca do orçamento público, julgue os itens a seguir.

81 No plano plurianual 2012-2015 do governo federal, as ações de apoio administrativo à atuação governamental inserem-se nos programas temáticos.

E

CESPE/ IBAMA 2012 - Cargo: Técnico Administrativo

No que diz respeito a orçamento público, julgue os próximos itens.

86 A promoção da sustentabilidade ambiental é uma das diretrizes do plano plurianual (PPA) 2012-2015 do governo federal.

C

CESPE/MCTI 2012 - Analista em Ciência e Tecnologia Pleno 1 - Tema I: Gestão Administrativa

Com relação às teorias das organizações aplicadas à administração pública, à qualidade no serviço público e ao sistema de orçamento do governo federal, julgue os itens que se seguem.

69 Toda ação do governo está estruturada em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos para o período do plano plurianual (PPA), ou seja, quatro anos. O PPA 2012-2015, de acordo com o Manual Técnico de Orçamento 2012, é constituído por programas finalísticos e de apoio às políticas públicas e áreas especiais.

E

CESPE/TCU 2011 - Cargo 1: AUFC– Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

Tendo em vista que, para atingir seus objetivos, o orçamento deve recorrer a determinadas técnicas de classificação das receitas e despesas, bem como percorrer um rito de elaboração, discussão, aprovação e execução bem delimitado, julgue os itens seguintes, a respeito desse tema.

125 A escolha das fontes de recursos que estarão vinculadas a cada programa de trabalho estabelecido no projeto de LOA é feita durante a fase de definição das macrodiretrizes.

E

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

Acerca dos conceitos, princípios, normas e classificações orçamentárias, julgue os próximos itens.

146 A classificação funcional-programática manteve-se nos mesmos parâmetros desde a entrada em vigor da Lei n.º 4.320/1964 até o exercício de 2010.

E

CESPE/MPS 2010- NÍVEL I: ÁREA DE ATUAÇÃO – ADMINISTRATIVA

A respeito das leis de planejamento e orçamento federal, julgue os itens a seguir.

76 O plano plurianual é o responsável por definir todas as diretrizes do governo seguinte, de acordo com a continuidade das ações governamentais.

E

79 O foco principal do plano plurianual são as despesas correntes.

E

CESPE/IPEA 2008 - Cargo 6: Gestão de Orçamento e Finanças

Consoante a CF, julgue os itens seguintes relativas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao Plano Plurianual (PPA).

67 Determina a CF que os PPAs sejam elaborados em consonância com os planos e programas nacionais, regionais e setoriais.

ERRADO

A respeito do PPA, julgue os itens subseqüentes.

93 Os objetivos básicos do PPA incluem a organização em programas das ações que resultem em incremento de bens ou serviços que atendam demandas da sociedade.

C

94 No PPA, a função dos macro-objetivos ou objetivos estratégicos é definir as metas de regionalização da ação governamental.

E

Com relação a orçamento público, julgue os itens a seguir.

110 Os objetivos finais e os intermediários identificados pelo elenco de programas são implementados por meio de dois tipos de ações, que são objetos das atividades e dos projetos. Na terminologia do orçamento-programa, as atividades não contemplam investimentos, e os projetos não incluem despesas de custeio.

E

Acerca do PPA e da LDO, julgue os itens de 112 a 114.

112 As ações finalísticas do governo federal são estruturadas em programas que, quando envolverem atividades e projetos desenvolvidos por diversos órgãos ou unidades, devem ter uma unidade responsável pelo seu gerenciamento, bem como cada programa deve ter um gerente, a ser designado pelo ministro de Estado ou titular de órgão vinculado à presidência da República, a que estiver vinculada a unidade responsável pelo programa.

C

CESPE/TCU 2008 - Cargo 2.1: Analista de Controle Externo – Área/Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

O orçamento é um instrumento que expressa a alocação de recursos públicos, sendo operacionalizado por meio de diversos programas, que constituem a integração do plano plurianual com o orçamento. Julgue os itens a seguir, a respeito do orçamento público no Brasil.

174 A execução financeira dos programas do PPA pode apresentar um descompasso entre o desempenho de metas físicas e a execução orçamentária e financeira. Em geral, a

apresentação de resultados inferiores de metas físicas, em relação à execução financeira, pode decorrer de deficiência no planejamento, dificuldades na condução de licitações ou na celebração de convênios e contratos, pendências ambientais e efeitos do contingenciamento orçamentário sobre a programação das despesas.

C

CESPE/MCT 2008 - CARGO: ANALISTA EM C&T PLENO 1-I (B20)

O PPA busca alocar recursos públicos de modo eficiente e racional, com base na utilização das modernas técnicas de planejamento. É apoiada em definições de diretrizes, metas e objetivos que a administração pública desenvolve suas ações, objetivando alcançar o desenvolvimento do país.

José Matias Pereira. Finanças públicas – a política orçamentária no Brasil.

Quanto à elaboração, gestão e avaliação anual do PPA, julgue os itens a seguintes.

88 O desenvolvimento social por meio de ciência, tecnologia e inovação (CTI) é um dos quatro eixos estratégicos que norteiam a atual Política Nacional de CTI.

C

89 A gestão do PPA compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos programas.

C

90 As ações decorrentes de estímulo das atividades econômicas ou sociais, que o governo executa mediante redução de alíquotas ou isenção de impostos e taxas, é denominada ação não-orçamentária.

C

91 Os programas que integram o PPA 2008-2011 classificam-se em programas finalísticos e programas de apoio administrativo.

E

92 Estimular a participação de outras esferas de governo e da iniciativa privada como fontes alternativas ao financiamento dos programas, além de promover a descentralização das ações de governo sempre que for possível, é um dos objetivos do plano PPA.

C

93 Um dos grandes módulos do PPA é a base estratégica, que compreende o conjunto de ações que deverão ser empreendidas para alcançar os objetivos estabelecidos.

E

Acerca da gestão do PPA, julgue os itens seguintes.

107 O gerente do programa é o titular da unidade administrativa a que o programa estiver vinculado.

C

108 Compete ao coordenador de ação efetivar o registro do desempenho físico, da gestão de restrições e dos dados gerais das ações sob sua responsabilidade, no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

E

109 A gestão do PPA, para o quadriênio 2004-2007, orientada segundo os critérios de eficiência, eficácia e efetividade, é constituída pela gestão estratégica e pela gestão tático-operacional.

C

110 As audiências públicas regionais ou temáticas serão realizadas após a aprovação da proposta orçamentária, com a participação dos órgãos governamentais, e deverão estimular a participação das entidades da sociedade civil.

E

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Analista de Controle Externo – Área e Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

No programa do orçamento, é articulado um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum preestabelecido, mensurado por indicadores fixados no PPA, visando à solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade. De acordo com a sua finalidade, os programas compreendem quatro modalidades: programas finalísticos, programas de gestão de políticas públicas, programas de serviços ao Estado e programas de apoio administrativo. Quanto às características que cercam os programas finalísticos, julgue o item a seguir.

128 Os programas finalísticos abrangem as ações de governo relacionadas à formulação, coordenação, supervisão e avaliação de políticas públicas.

E

CESPE/TCU 2004 - Cargo: Analista de Controle Externo

Julgue os itens seguintes, quanto ao orçamento-programa, ao plano plurianual e à lei de diretrizes orçamentárias.

22 No sistema brasileiro de planejamento e orçamento, exige-se a integração entre o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Para tanto, o plano plurianual é organizado em programas e ações, enquanto o orçamento anual compreende os

mesmos programas e transforma as ações em projetos e atividades e os seus desdobramentos em subprojetos e subatividades.

E

23 Tanto a Lei do Plano Plurianual 2000-2003 como o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2004-2007 utilizam dois tipos de mensuração: indicadores, que quantificam a situação que os programas tenham por objetivo modificar, e metas, que correspondem aos bens e serviços necessários para alcançar os objetivos.

C

24 Instituído pela Constituição Federal de 1988, o plano plurianual, de vigência coincidente com a do mandato do chefe do Poder Executivo, estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

E

CESPE/SEARHP/SEFAZ/2002 - Agente Controlador de Arrecadação - Questão 15

Com o Decreto n.º 2.829, de 29/10/1998, e as Portarias n.os 117 e 51, respectivamente, ambas emitidas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, em novembro de 1998, foram introduzidas modificações significativas nos processos de planejamento e orçamento do setor público, que passaram a vigorar a partir do ano 2000. Essas modificações representam importante passo no sentido da modernização desses processos, com aplicabilidade à União, aos estados e aos municípios, tendo como escopo principal a busca de uma administração menos burocrática e mais gerencial para o setor público, com efetiva orientação para resultados. Acerca da implementação dessas mudanças, julgue os itens subseqüentes.

1 As mudanças traduzem o esforço de modernização do planejamento, fazendo que o mesmo passe a ser centrado em problemas, que antes eram elementos constitutivos do diagnóstico do planejamento tradicional, e agora assumem a condição de estruturadores do próprio plano. Por sua vez, essa concepção é fundamental para a cobrança de resultados, cuja aferição poderá ocorrer em termos de identificar se os problemas elencados no plano foram efetivamente resolvidos.

C

2 A classificação funcional-programática, tal como foi concebida e, principalmente, conforme vinha sendo aplicada, obrigava que se implementasse um planejamento e um orçamento centrados em problemas e com aferição de resultados.

E

3 A classificação funcional introduzida não preservou, na sua lógica de aplicação, a matricialidade da funcional-programática, ou seja, as subfunções não poderão ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estejam vinculadas.

E

4 Optou-se pela utilização de um único módulo integrador entre plano e orçamento, que será o programa. Estruturalmente, o plano termina no programa e o orçamento começa no programa, o que confere a esses documentos uma integração desde a origem, sem a necessidade, portanto, de se buscar uma compatibilização entre módulos diversificados. O programa constitui o único módulo integrador, e os projetos e atividades representam instrumentos de realização dos programas.

C

5 Na busca de conferir maior visibilidade ao ciclo produtivo objeto da atividade orçamentária, instituíram-se as chamadas operações especiais, com a finalidade de agregar aquelas despesas em relação às quais não se possa associar, no período, a geração de um bem ou serviço, como, por exemplo, dívidas, ressarcimentos, transferências, indenizações e financiamentos, entre outros. Dito de uma outra forma, são as despesas nas quais o administrador incorre, sem, contudo, combinar fatores de produção para gerar produtos, ou seja, são neutras em relação ao ciclo produtivo sob sua responsabilidade.

C

13.LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO): OBJETIVOS, ANEXOS DE METAS FISCAIS, ANEXOS DE RISCOS FISCAIS, CRITÉRIOS PARA LIMITAÇÃO DE EMPENHO.

CESPE/ICMBIO 2014 - Cargo 1: Analista Administrativo

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

85 A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) será acompanhada pelo anexo de riscos fiscais, que abrangem os riscos capazes de afetar as contas públicas e suas providências.

C

CESPE/TCU 2013 - Auditor Federal de Controle Externo

A propósito do PPA e da LDO, julgue os itens subsecutivos.

159 A LDO/2013 prevê que, no caso de frustração da receita que venha a comprometer o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo efetuará automaticamente, a qualquer tempo, o contingenciamento das dotações e a retenção dos recursos correspondentes a todos os poderes e ao Ministério Público, situação que só se reverterá se houver plena recuperação da receita inicialmente estimada antes do final do exercício.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 1: Analista Administrativo – Área: Administração

O orçamento brasileiro é formado por um conjunto de leis que visam garantir coerência temporal nas ações desenvolvidas pelo governo. Nesse sentido, plano plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA) formam uma estrutura básica de planejamento e execução do orçamento no Brasil. Com relação a esses dispositivos, julgue os itens que se seguem.

82 Caso haja o descumprimento das metas fiscais previstas na LDO, o Poder Executivo deve limitar imediatamente o dispêndio de todos os três poderes. Como as regras de limitação estão definidas na LDO, que foi debatida e aprovada pelo Poder Legislativo, tal procedimento não pode ser considerado uma violação da independência dos poderes.

E

CESPE/MME 2013 - Cargo 2: Analista Financeiro

QUESTÃO 80

A LDO estabelece as metas fiscais a serem cumpridas pelo governo e as prioridades que devem ser observadas no orçamento anual, em consonância com o PPA. Com relação a esses aspectos, assinale a opção correta.

A O resultado primário da necessidade de financiamento do setor público, cuja meta é estabelecida pela LDO, nos termos da CF, é apurado pela dedução das despesas relativas à correção monetária da dívida mobiliária federal do resultado nominal.

B A meta de superávit primário estabelecida pela LDO pode ser deduzida em montante equivalente aos valores totais orçados como investimentos prioritários, como os investimentos vinculados ao PAC.

C Para o ano de 2013, as diretrizes orçamentárias da União permitem que se excluam as empresas do grupo PETROBRAS da meta de superávit primário.

D É vedada pela LDO, e aplicável ao exercício fiscal de 2013, a compensação entre as metas estabelecidas para o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o programa de dispêndios globais.

E O superávit primário, de que trata a LDO, é apurado pela secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o critério abaixo da linha.

LETRA C

CESPE/MME 2013 - Cargo 4: Gerente Técnico de Projeto

QUESTÃO 88

Acerca da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), assinale a opção correta.

A A LDO deve incluir, em anexo, parâmetros para que as agências financeiras oficiais de fomento estabeleçam suas próprias políticas de aplicação.

B A admissão e a contratação de novos funcionários estão sujeitas à inclusão na LDO, embora a concessão de vantagens ou o aumento de remuneração não estejam submetidos a sua autorização expressa e específica.

C Alterações na legislação tributária podem ser aprovadas, ainda que não constem na LDO correspondente.

D Em casos excepcionais de calamidade pública regularmente reconhecida, a proposta de LDO poderá ser apresentada pelo Senado Federal.

E A LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo-se as despesas correntes para o exercício financeiro subsequente.

LETRA C

CESPE/TELEBRAS 2013 - Cargo 6: Especialista em Gestão de Telecomunicações – Ocupação: Analista Superior – Subatividade: Finanças

Em relação a processo orçamentário, seus princípios e diretrizes e lei de diretrizes orçamentárias (LDO), julgue os próximos itens.

78 Um requisito para elaboração e aprovação da LDO é a apresentação de cronograma de desembolso.

E

80 A LDO, elaborada em consequência do plano plurianual, serve como balizador da elaboração do orçamento anual.

C

No que concerne a orçamento público e ciclo orçamentário, julgue os próximos itens.

93 De acordo com a LDO da União de 2012, as propostas orçamentárias dos órgãos do Poder Judiciário e do MPU deverão ser objeto de parecer do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

C

CESPE/ANAC 2012 - Cargo 2: Analista Administrativo – Área 2

A respeito de programação e execução orçamentária e financeira, julgue os itens subsequentes.

72 Receita insuficiente para o cumprimento das metas de resultado primário pode promover a limitação do empenho e da movimentação financeira.

C

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 1: Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

A elaboração de proposta orçamentaria no Brasil compreende a preparação de diversos instrumentos, entre os quais se destacam o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentaria Anual (LOA). Com relação a esses instrumentos, julgue os próximos itens.

95 No anexo de riscos fiscais, devem ser avaliados os passivos contingentes e os outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando-se as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos sejam concretizados.

C

98 No PPA, devem constar disposições sobre as metas e os riscos fiscais, assim como sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

E

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 2: Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

A respeito do orçamento público brasileiro, julgue os itens a seguir, com base nas disposições da Lei n.º 4.320/1964.

94 A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece metas de resultado primário do setor público consolidado para o exercício e indica as metas para os dois exercícios seguintes.

C

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Especialidade: Administrador

QUESTÃO 52

52 A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) prevê a limitação de empenho e movimentação financeira pelos Poderes e pelo Ministério Público nos trinta dias subsequentes, se, ao final de um bimestre, verificar-se que

- A o montante da dívida se apresenta superior ao limite imposto pela LRF.
- B a realização da receita não ultrapassará a sua previsão.
- C a execução da despesa ultrapassará os valores fixados na LOA.
- D as metas de resultado primário e nominal estabelecidas para o exercício não serão alcançadas, devido à redução da realização da receita.
- E as despesas primárias são inferiores às receitas primárias.

ANULADA

Não há opção correta, motivo pelo qual se opta anulação da questão.

QUESTÃO 53

53 O anexo de metas fiscais deve

- A evidenciar a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
- B integrar o projeto de lei do PPA.
- C ser publicado até trinta dias subsequentes à publicação da LOA.
- D destacar a origem e a aplicação dos recursos obtidos com as operações de crédito.
- E informar e avaliar os passivos contingentes.

LETRA A

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 1: Auditor de Controle Externo – Área: Auditoria Governamental

Em relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens de 133 a 137.

134 A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que a Lei de Diretrizes Orçamentárias disponha sobre alterações na legislação tributária.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 2: Auditor de Controle Externo – Área: Ciências Contábeis

No que diz respeito aos principais instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens subsequentes.

148 A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve conter a demonstração da evolução do patrimônio líquido governamental nos últimos três exercícios, destacando-se a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 3: Auditor de Controle Externo – Área: Direito

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) introduziu, no ordenamento brasileiro, o regime da responsabilidade fiscal, caracterizado em especial pelo princípio da responsabilidade na gestão eficiente dos recursos públicos (accountability), com destaque para a prudência e a transparência. Em relação às disposições da LRF, julgue os seguintes itens.

151 A limitação de empenho e movimentação financeira deve ser promovida se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita possa não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

C

152 Entre as inúmeras funções atribuídas pela LRF às leis de diretrizes orçamentárias, destacam-se a fixação de exigências para a realização de transferências de recursos a entidades públicas e privadas e a fixação das metas fiscais de receitas e despesas referentes ao exercício em curso e aos dois subsequentes.

C

CESPE/BASA 2012 - Cargo 4: Técnico Científico – Área: Contabilidade

Acerca do orçamento público, julgue os itens a seguir.

82 As diretrizes da política de aplicação de recursos do Banco da Amazônia S.A. devem ser estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, por ser essa instituição agência oficial de fomento.

C

CESPE/TRE-RJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Julgue os próximos itens, relativos a orçamento público.

88 O anexo de metas fiscais integra a lei orçamentária anual, compreendendo, entre outras informações, a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

E

No que se refere a diretrizes, princípios e técnicas orçamentárias, julgue os itens seguintes.

92 O equilíbrio entre receitas e despesas é um dos assuntos que deve dispor a lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/TCU 2011 - Cargo 1: Auditor Federal de Controle Externo – Área: Controle Externo – Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

A CF introduziu no ordenamento jurídico brasileiro um documento, a LDO, com características inéditas no mundo, que depois chegou a ser copiado em vários países. Acerca da LDO, julgue os itens subsequentes.

137 Um tributo pode ser criado, majorado ou diminuído, ainda que sua criação ou alteração não esteja prevista na LDO.

C

139 Os critérios para limitação de empenho nos casos em que a realização da receita possa não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal somente são aplicáveis ao Poder Executivo, devendo os órgãos dos demais poderes instituir seus próprios critérios.

E

CESPE/EBC 2011 - Cargo 9: Analista de Empresa de Comunicação Pública – Atividade: Contabilidade

Acerca do orçamento público, julgue os itens seguintes.

67 O estabelecimento da política de aplicação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) faz parte das diretrizes fixadas na lei de diretrizes orçamentárias do governo federal.

C

CESPE/MPU 2010 - Cargo 30: Analista de Orçamento

Julgue os itens seguintes com base no que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

84 A LDO deverá ser acompanhada por anexos de metas orçamentárias.

E

85 De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), a LDO disporá sobre as alterações na legislação tributária e orientará a elaboração do Plano Plurianual (PPA).

E

86 De acordo com a Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF), cabe à LDO disciplinar o equilíbrio entre as receitas e as despesas.

C

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

Em 2010, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) completou dez anos. Desde a sua edição, muitas exigências de seu cumprimento foram feitas pela sociedade e pelos órgãos de controle. Acerca dessa lei, julgue os próximos itens.

108 A LRF determina a inclusão, na LDO, dos objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como dos parâmetros e das projeções para seus principais agregados.

E

114 Segundo a LRF, integrarão o projeto da LDO um anexo de metas fiscais e outro de riscos fiscais.

C

Ainda com relação aos orçamentos públicos, julgue os itens a seguir.

142 A LDO deve conter anexo no qual sejam avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

C

CESPE/TCU 2008 - Cargo 2.1: Analista de Controle Externo – Área/Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

No âmbito da seguridade social, que engloba saúde, previdência e assistência social, o orçamento é financiado por recursos vinculados a esse segmento, inclusive suas respectivas multas e juros. Esses recursos totalizaram, em 2006, R\$ 274,6 bilhões. Aplicados os critérios predefinidos, os dispêndios do sistema de seguridade social atingiram R\$ 303,2 bilhões, o que evidencia um resultado negativo de R\$ 28,6 bilhões. Todavia, caso não houvesse a desvinculação de 20% das receitas de contribuições, por força da Emenda Constitucional n.º 27/2000, a seguridade social apresentaria saldo positivo de R\$ 5,3 bilhões, ou seja, a causa do déficit da seguridade pode ser atribuída à desvinculação das receitas da União.

Relatório e pareceres prévios sobre as contas do governo da república: exercício de 2006. Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, 2007, p. 125-8 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens que se seguem.

163 No processo de elaboração orçamentária, a meta de resultado fiscal deve constar do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e tem por finalidade garantir a redução gradual da relação dívida pública/produto interno bruto, considerando-se o montante necessário para a recondução do endividamento público aos limites estabelecidos em resolução do Senado Federal.

C

O orçamento é um instrumento que expressa a alocação de recursos públicos, sendo operacionalizado por meio de diversos programas, que constituem a integração do plano plurianual com o orçamento. Julgue os itens a seguir, a respeito do orçamento público no Brasil.

172 As prioridades e metas físicas da administração pública federal para o exercício de 2008 correspondem às ações constantes do Anexo I, de metas e prioridades, conforme artigo 4.º da LDO/2008, as quais devem constar do projeto de lei orçamentária. Em pareceres prévios sobre as contas de governo, relativos aos últimos exercícios, foram frequentes as críticas do TCU relacionadas à perda de efetividade do anexo de metas e prioridades da administração pública federal. O tribunal questionou a real função desse anexo e pôs em xeque a adequação de vinculação e obrigatoriedade entre as ações dos principais instrumentos de planejamento e orçamento.

C

CESPE/IPEA 2008 - Cargo 6: Técnico de Desenvolvimento e Administração – Perfil: Gestão de Orçamento e Finanças

Consoante a CF, julgue os itens seguintes relativas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao Plano Plurianual (PPA).

68 Se o Banco do Brasil S.A. pretende conceder, em 2009, aumento salarial para seus empregados, então tal elevação somente poderá ser efetivada se prevista na LDO que tramitou no Congresso Nacional em 2008.

E

Julgue os itens seguintes em conformidade com o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

82 Ao administrador público é permitido determinar limitação de empenho, desde que se submeta às regras estabelecidas na LDO.

C

Em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), julgue os próximos itens.

95 Os encargos da União decorrentes da assinatura de contratos de parceria público-privada (PPP) devem ser integralmente discriminados no anexo de riscos fiscais da LDO.

E

96 Quando for necessário promover a limitação de empenho, seja por insuficiência de receita, seja por excesso de dívida, a LDO pode autorizar os poderes da República a excluir da limitação a totalidade dos recursos previstos para tipos de despesa específicos.

C

Acerca do PPA e da LDO, julgue os itens de 112 a 114.

113 Para a caracterização de incentivos ou benefícios de natureza tributária, a LDO estabelece que a norma constitua exceção ao sistema tributário de referência e não discrimine os contribuintes ao reduzir a arrecadação potencial.

E

114 Não estão sujeitas a limitação de empenho e movimentação financeira as despesas relativas às atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, exceto no caso de frustração da arrecadação caracterizada por ser a estimativa atualizada da receita inferior à receita estimada na própria proposta orçamentária.

C

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Analista de Controle Externo – Área e Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

A Lei n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecendo, entre outras, normas para execução orçamentária e cumprimento de metas. Considerando que haja limitação de empenho, julgue o item que se segue, quanto ao restabelecimento da receita prevista.

135 A recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

C

CESPE/TCU 2004 - Cargo: Analista de Controle Externo

Acerca das disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os itens a seguir.

42 Considere a seguinte informação, publicada na primeira página do jornal **Folha de S. Paulo**, em 7/2/2004.

O governo decidiu aumentar para R\$ 6 bilhões o corte no orçamento deste ano. O valor do contingenciamento (bloqueio de verbas) discutido inicialmente era de R\$ 4 bilhões.

Essa notícia refere-se ao cumprimento do dispositivo da LRF que torna obrigatória a limitação de empenho e movimentação financeira na hipótese de a receita realizada não comportar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

E

14.AFO NA CF/88

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 25: ANALISTA JUDICIÁRIO ESPECIAL – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: CONTADOR

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal e no disposto na Constituição Federal de 1988 acerca do orçamento, julgue os itens subsequentes.

88 A denominada regra de ouro das finanças públicas pode não ser seguida em duas situações: abertura de crédito suplementar ou especial, com finalidade prevista, aprovado por maioria absoluta do Poder Legislativo; e aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos do Estado nos regimes de previdência social, quando destinada por lei.

ANULADA

Gabarito Preliminar: CERTO

A redação do item prejudicou seu julgamento objetivo.

CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 5: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - Á REA: DIREITO

Julgue os itens subsequentes, tendo em vista os termos da CF e a jurisprudência do STF.

55 Medida provisória não revoga lei anterior, apenas suspende seus efeitos no ordenamento jurídico, devido a seu caráter transitório e precário.

C

57 O presidente da República não pode reeditar medida provisória que veicule matéria constante de outra medida provisória anteriormente rejeitada pelo Congresso Nacional. No entanto, pode valer-se de medida provisória para disciplinar matéria que tenha sido objeto de projeto de lei anteriormente rejeitado na mesma sessão legislativa.

E

CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - Á REA: ADMINISTRAÇÃO

Quanto à programação e à execução orçamentária e financeira, julgue os próximos itens.

90 É permitida, mediante ato do Poder Executivo e independentemente de autorização legislativa, a transposição de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções.

C

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

A lei orçamentária anual previa o valor de R\$ 3 bilhões para determinado tribunal de contas estadual, para o exercício de 2021. Desse montante, R\$ 2,5 bilhões foram alocados em despesas de custeio e R\$ 500 milhões, em despesas de capital. No momento da execução dos recursos, o tribunal de contas estadual precisou de mais R\$ 100 milhões para despesas de capital, as quais não estavam previstas inicialmente na lei orçamentária, para a aquisição de novos veículos de transporte dos conselheiros. A alternativa encontrada para resolver esse impasse foi mudar R\$ 100 milhões de custeio para capital.

Em relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

66 A efetivação da referida alteração orçamentária independe de autorização legislativa.

E

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

No tocante à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens a seguir.

42 Em hipóteses excepcionais, é permitida a edição de medida provisória para regulamentar a exploração dos serviços de gás canalizado em determinado estado.

E

CEBRASPE/TCE-PB 2022 – CARGO DE AUDITOR – CONSELHEIRO SUBSTITUTO

À luz da Constituição Federal de 1988, julgue os itens que se seguem, a respeito da ordem social, da repartição de receitas tributárias, do orçamento e dos princípios da atividade econômica.

75 Situação hipotética: em determinado estado da Federação, a assembleia legislativa pretende aprovar emenda constitucional que imporá a aplicação de determinado percentual do orçamento estadual no sistema de saúde do referido estado. Assertiva: Nessa situação, se aprovada, a referida emenda será tida como inconstitucional.

C

78 É lícito ao poder constituinte decorrente vincular o Poder Executivo ao que for decidido pela população estadual quanto à execução da lei orçamentária.

E

Em relação às normas de direito financeiro, julgue os itens a seguir à luz da Constituição Federal de 1988 (CF).

79 O direito financeiro é objeto de competência concorrente entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

E

80 A elaboração e a organização do plano plurianual é matéria a ser tratada por meio de lei complementar.

C

81 Entre as funções constitucionais das leis de diretrizes orçamentárias está o estabelecimento das diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

C

82 O orçamento da seguridade social abrange as ações de saúde, assistência e previdência, e entre as suas expressas funções constitucionais inclui-se a de reduzir desigualdades interregionais, segundo critério populacional.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 4: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: DIREITO

Julgue os próximos itens acerca do processo legislativo brasileiro.

66 A edição de medidas provisórias concernentes a matérias reservadas a lei complementar é vedada ao presidente da República.

C

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 1: ANALISTA CONTÁBIL

Tendo em vista que o orçamento público é um dos mais importantes instrumentos utilizados na gestão das finanças públicas de um país, julgue os itens a seguir, a respeito do orçamento público no Brasil.

115 Em consonância com a Constituição Federal, a proposta de orçamento da seguridade social deve ser elaborada de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela previdência social, saúde e assistência social, respeitando as metas e prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

C

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 3: TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Julgue os itens que se seguem, acerca da organização político-administrativa do Estado brasileiro.

79 Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a DP.

C

80 Compete privativamente à União legislar sobre orçamento público.

E

A respeito do orçamento público no Brasil e das leis de natureza orçamentária, julgue os itens a seguir.

111 A exemplo do orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social tem a função de reduzir as desigualdades interregionais, segundo critério populacional.

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO: PROCURADOR DE CONTAS

Em referência à disciplina de direito financeiro e tributário, julgue os itens que se seguem.

61 A denominada Constituição Financeira abrange, entre outras normas constitucionais, as que tratam de orçamentos públicos e da exploração direta de atividade econômica pelo Estado.

E

62 Segundo o Supremo Tribunal Federal, a matéria a ser disciplinada com base no disposto no art. 163 da Constituição Federal de 1988 não se exauriu com a edição da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

C

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 2: ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS – ESPECIALIDADES: ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, ECONOMIA OU ENGENHARIA

Acerca da abertura de créditos adicionais e do remanejamento de recursos no setor público, julgue os seguintes itens.

69 Caso haja previa autorização legislativa, pode haver o remanejamento de recursos de uma categoria de programação para outra.

C

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 5: TÉCNICO AMBIENTAL

Quanto ao orçamento público no Brasil, julgue os itens a seguir.

67 É vedada a previsão, na lei orçamentária anual, de despesas de investimentos plurianuais para os exercícios seguintes.

E

68 De acordo com a Constituição Federal de 1988, a lei de diretrizes orçamentárias deve compreender as metas e prioridades da administração pública federal e estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.

C

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Quanto às normas constitucionais sobre direito financeiro, julgue os itens a seguir.

42 De acordo com a Constituição Federal de 1988, é dever do Poder Executivo publicar, a cada bimestre, relatório sobre as diversas formas de renúncia de receita.

E

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 3 – Direito

Com relação a aspectos constitucionais, legais, doutrinários e jurisprudenciais do direito financeiro, julgue os itens subsequentes.

154 Compete privativamente à União legislar sobre direito financeiro.

E

155 Caso o Poder Executivo estadual discorde de proposta orçamentária encaminhada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que obedece aos limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias, o governador não poderá alterar essa proposta ao encaminhar o projeto de lei orçamentária anual à Assembleia Legislativa.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 15 – Direito

Considerando as normas de direito financeiro, julgue os itens a seguir.

91 Segundo a Constituição Federal de 1988, a instituição de fundos de natureza contábil depende de prévia autorização legislativa.

C

CESPE/MPE-CE 2020 – Cargo 1 – An. Min. – Administração

A respeito de finanças públicas, julgue os itens que se seguem.

80 Os investimentos públicos cuja duração ou execução ultrapasse um exercício somente poderão ser iniciados após sua prévia inclusão no PPA.

ANULADA

A redação do item prejudicou o seu julgamento objetivo.

Gab. Preliminar: C

CESPE/MPE-CE 2020 – Cargo 1 – An. Min. – Administração

A LOA de 2020 prevê crédito para a construção de um presídio federal com custo total previsto de R\$ 11 milhões. Os pagamentos serão realizados em parcelas durante a execução da obra, que será desenvolvida em dois anos, com expectativa de conclusão para 2021, conforme previsto no PPA.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os próximos itens.

91 Caso os recursos previstos inicialmente sejam insuficientes e haja a necessidade de complementar a dotação inicial com mais R\$ 1 milhão, será necessária a inclusão de crédito adicional extraordinário no montante de R\$ 1 milhão.

E

CESPE/SEFAZ-AL 2020 - Cargo 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

Após a aprovação da reforma da previdência social, o governo correu para estabelecer uma agenda de reformas econômicas. Batizado de Mais Brasil, o plano do governo propõe transformar radicalmente o Estado — racionalizando os gastos públicos. Entre as propostas encontra-se a previsão de gatilhos, que possibilitam a redução de salários de servidores, de forma a evitar que o governo descumpra a chamada regra de ouro.
Internet: <www.economia.ig.com.br> (com adaptações).

Com relação ao assunto abordado no texto precedente, julgue os itens a seguir.

102 A emissão de dívida pública para o financiamento de despesas correntes que não seja respaldada por créditos suplementares ou especiais viola a regra de ouro, que tem previsão constitucional.

ANULADA

O item deve ser anulado, pois não foi especificado que o aumento da dívida mobiliária se daria em montante superior às despesas com capital.

Gab. Preliminar → C

Julgue os itens a seguir, acerca de despesas públicas.

113 Nenhum investimento poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize a sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

E

114 Os pagamentos devidos pelas fazendas públicas federal, estaduais, distrital e municipais em virtude de sentença judiciária devem ser feitos exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, ressalvados os pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor.

ANULADA

A assertiva, equivocadamente, ignora as disposições que apresentam exceções à ordem cronológica de apresentação dos precatórios, motivo pelo qual opta-se pela anulação.

Gab Pre C

Com relação a déficit público, reforma administrativa, reforma previdenciária, responsabilidade fiscal, regra de ouro e ordenação de despesa, julgue os itens a seguir.

118 Define-se regra de ouro como o instrumento de controle dos gastos públicos federais que estabelece um limite ao crescimento das despesas do governo durante vinte anos.

E

CESPE/Prefeitura de Boa Vista-RR 2019 - Procurador Municipal

Relativamente às normas constitucionais aplicáveis aos orçamentos, julgue o seguinte item.

60 Desde que autorizados por lei específica, os estados podem realizar transferência voluntária de recursos financeiros para realizar o pagamento de despesas com pessoal ativo dos municípios.

E

De acordo com a Constituição Federal de 1988, julgue os seguintes itens, acerca de direito financeiro e princípios orçamentários.

74 A admissão de pessoal por empresa pública municipal dispensa autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

C

A respeito de crédito público, julgue o item subsequente.

77 Para que empresa pública municipal possa realizar operação de crédito interno com a União, o Senado Federal deverá verificar se o empréstimo pretendido observa os limites e as condições fixadas em âmbito nacional por essa casa legislativa para tal espécie de negócio jurídico.

E

De acordo com a jurisprudência do STF, julgue o seguinte item, a respeito de leis orçamentárias e sua tramitação legislativa.

78 É inconstitucional dispositivo de lei orçamentária municipal que resulte da aprovação de proposta de emenda parlamentar que, mesmo sem aumentar a despesa prevista no projeto de lei encaminhado pelo prefeito, não guarde afinidade lógica com a proposição original.

C

CESPE/STJ 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

A respeito dos principais mecanismos no planejamento e execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

106 É vedado alterar atributos dos créditos orçamentários sem autorização da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais.

E

CESPE/STJ 2018 - Cargo 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Com relação à programação e à execução orçamentária e financeira e ao acompanhamento da execução, julgue os itens que se seguem.

112 As dotações orçamentárias descentralizadas podem ser empregadas em programas de trabalho distintos do original, desde que autorizados por decreto.

E

CESPE/ABIN 2018 - CARGO 2 –CARGO 2: OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 1

Acerca do orçamento público, julgue os itens a seguir.

80 São reservadas à lei de diretrizes orçamentárias disposições sobre exercício financeiro, vigência, prazos, elaboração e organização do plano plurianual.

E

81 No caso de a União conceder benefício tributário a determinado setor da economia, o efeito regionalizado de tal benefício deverá ser demonstrado no projeto de lei orçamentária do exercício financeiro subsequente.

C

82 É vedada a prorrogação de vigência de créditos especiais para exercício financeiro diverso daquele em que os referidos créditos foram autorizados.

E

CESPE/TCE-PE 2017 - Cargo 1: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS

Com referência ao direito financeiro, julgue os itens seguintes.

71 Os estados-membros e o Distrito Federal estão impedidos de editar normas gerais acerca da elaboração dos seus orçamentos, porque a CF atribui tal competência legislativa à União.

E

CESPE/TCE-PE 2017 - Cargo 3: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA : AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS

Considerando as disposições constitucionais e as normas gerais relativas ao direito financeiro, bem como os princípios orçamentários, julgue os itens a seguir.

71 Integram o orçamento fiscal, previsto na lei orçamentária anual, os fundos de incentivos fiscais e o orçamento das empresas públicas independentes.

E

72 Não cabe aos tribunais de contas estaduais regular matéria relativa ao plano plurianual.

C

73 Ao consagrar o modelo do federalismo dual, a CF, no que tange a distribuição de recursos orçamentários, assegurou maior grau de separação entre o poder central e as unidades federadas.

E

CESPE/TCE-PE 2017 - Cargo 3: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA : AUDITORIA DE CONTAS PÚBLICAS

A respeito da receita e da despesa pública, assim como do regime constitucional dos precatórios, julgue os próximos itens.

76 Os pagamentos devidos pelos conselhos de fiscalização profissional em decorrência de condenação judicial sujeitam-se ao regime constitucional dos precatórios.

ANULADA

Justificativa: A jurisprudência não é pacífica quanto ao regime constitucional dos precatórios.

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: PROCURADORIA

Com base nos dispositivos constitucionais de direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

83 Consoante o texto constitucional, havendo desequilíbrio orçamentário com déficit primário, a União pode deixar de pagar os precatórios do respectivo exercício financeiro, salvo os de natureza alimentar.

E

CESPE/DPU 2016 - Cargo 5: CONTADOR

Com relação às disposições constantes na LRF a respeito da lei orçamentária anual (LOA), à lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e ao plano plurianual (PPA), julgue os itens subsecutivos.

145 Considere que determinado investimento não esteja previsto no PPA. Nesse caso, quando da elaboração da LOA, não poderá ser consignada dotação para o referido investimento.

E

CESPE/DPU 2016 - Cargo 11: AGENTE ADMINISTRATIVO

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os próximos itens, considerando o que está estabelecido na Constituição Federal de 1988 (CF).

75 As diretrizes orçamentárias são estabelecidas por leis de iniciativa do Poder Executivo.

C

76 No Brasil, para determinado período do ano civil, cada ente da Federação deve possuir um orçamento para as receitas e um orçamento para as despesas.

E

77 Em caráter de urgência, é permitido iniciar programas que não estejam incluídos na LOA.

E

78 A CF não estabelece limite de despesas com pessoal ativo e inativo.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO 2: ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO

Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, julgue os itens subsequentes.

56 É vedado ao estado do Rio Grande do Norte realizar vinculação de receitas de impostos à manutenção de programas de ensino.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO: AUDITOR

Julgue os itens subsequentes, a respeito da realização de operações de crédito pelos estados.

59 As receitas de operações de crédito realizadas pelo estado em determinado exercício financeiro não podem superar o montante das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária do mesmo ano, ainda que existam créditos adicionais aprovados pelo Poder Legislativo.

E

60 A União, para conceder garantia em operação de crédito celebrada por estado, pode exigir, a título de contragarantia, a vinculação de receitas provenientes de transferências constitucionais, estando o garantidor, porém, proibido de reter tais receitas com o propósito de liquidar dívida vencida que seja oriunda da operação.

E

Considerando as regras e os princípios relacionados à receita pública, à despesa pública e à execução orçamentária no Brasil, julgue os seguintes itens.

61 A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro são proibidos se não houver prévia autorização legislativa, exceto no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, quando o objetivo for viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções.

C

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 2: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: CONTADOR

A respeito do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei do orçamento anual (LOA), julgue os seguintes itens.

99 Segundo o texto constitucional, transferências de recursos do Tesouro para empresas públicas devem estar previstas na LOA do ano em que ocorrerão e dependem, portanto, de aprovação parlamentar.

C

103 **Situação hipotética:** Mediante processo seletivo regularmente realizado, um ente público da administração direta contratou pessoal para trabalhos administrativos, embora não houvesse autorização específica na LDO. **Assertiva:** Nessa situação, a ação realizada pelo ente deve ser considerada legal se, à época da contratação, existisse dotação orçamentária suficiente para pagamento dos salários no ano de contratação.

E

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 3: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR - SUBATIVIDADE: ADMINISTRATIVO

Com relação à lei orçamentária anual (LOA), julgue os itens que se seguem.

57 É permitido o início de programas ou projetos não incluídos na LOA, desde que seja justificado ao Poder Legislativo.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Com relação a sistema e processo de orçamentação, classificações orçamentárias, estrutura programática e créditos ordinários e adicionais, julgue os próximos itens.

106 A vedação ao início de um investimento que ultrapasse o exercício financeiro antes de sua inclusão no PPA evidencia o modelo integrado entre o planejamento e o orçamento concebido e incorporado à Constituição Federal de 1988.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 2: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Considerando que, entre as diretrizes orçamentárias da União para 2015, mencionam-se as disposições sobre alterações na legislação e sua adequação orçamentária, julgue os itens seguintes.

109 Caso certa despesa contida na lei orçamentária tenha sido autorizada mediante a condição de aumento de determinado tributo e esse aumento não seja aprovado, deverão ser feitos remanejamentos de outras dotações, para atender referida despesa.

E

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 2: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Julgue os próximos itens à luz das normas e práticas aplicáveis às receitas e despesas públicas.

115 O planejamento é a etapa que precede a execução orçamentária. A descentralização de créditos, que compõe o planejamento, distingue-se da transposição, do remanejamento e da transferência, pois estes dependem de prévia autorização legislativa e se efetuam com mudanças nas categorias de programação ou entre diferentes órgãos.

C

116 Caso determinado produto alimentício, com características de uma commodity, esteja com preços elevados e o governo adquira parte dos estoques para revendê-los internamente a preços subsidiados, a diferença entre os preços de compra e revenda constituirá subvenção econômica e requererá autorização em lei especial.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 22: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

Acerca das normas e dos procedimentos relativos ao orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

101 A execução do orçamento por duodécimos é reveladora da disposição de uma distribuição equitativa das despesas ao longo do exercício.

E

Com relação aos aspectos orçamentários contidos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir.

107 A função de reduzir desigualdades inter-regionais, atribuída aos orçamentos, orienta a elaboração do orçamento da seguridade social no sentido de destinar proporcionalmente maiores números e valores de benefícios previdenciários para as regiões mais pobres do país.

E

108 Ações e serviços públicos de saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), são financiados pelas três esferas da administração e integram uma rede regionalizada e hierarquizada, razões pelas quais seus recursos e aplicações estão englobados no orçamento da seguridade social, no âmbito da União.

E

109 Conforme determinação da CF, o plano plurianual deve ser elaborado em consonância com os planos e programas nacionais, regionais e setoriais. A explicação para essa vinculação reside no fato de que tais planos e programas apresentam maior duração e são mais específicos.

E

CESPE/DEPEN 2015 - Cargo 7: AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL – ÁREA 1

No que se refere a orçamento público e sua execução no Brasil, julgue os itens que se seguem.

102 A lei orçamentária anual deve incluir orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social votante; no entanto, a autorização para a abertura de crédito suplementar deve ser conteúdo de lei complementar específica.

E

103 O administrador público que autorizar investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem sua prévia inclusão no PPA poderá responder por crime de responsabilidade.

C

Com relação ao disposto na CF acerca de ciclo orçamentário e orçamento público, julgue os itens subsecutivos.

107 A norma legal que institui o orçamento público anual deve definir, de forma regionalizada, as despesas para custear os investimentos em programas de duração continuada.

E

108 Se uma dotação orçamentária for cancelada em decorrência de emenda parlamentar, e o valor da referida dotação for destinado para uma despesa vetada pelo chefe do Poder Executivo, esse valor poderá ser empregado para abertura de crédito especial durante o exercício de vigência da lei que tenha sofrido o veto.

C

CESPE/MPU 2015 - Cargo 1: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Técnico-Administrativo – Especialidade: Atuarial

A respeito da administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

52 O efeito regionalizado de benefícios tributários concedidos pelo governo federal que resultem em isenção ou anistia deverá ser incluído no projeto de lei orçamentária anual.

C

CESPE/MPU 2015 - Cargo 2: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Técnico-Especializado – Especialidade: Finanças e Controle

No que se refere aos planos nacionais, regionais e setoriais, julgue o próximo item.

55 De acordo com a Constituição Federal, os planos e os programas nacionais, regionais e setoriais devem ser elaborados em consonância com o plano plurianual (PPA) e apreciados pelo Congresso Nacional. Devido à sua relação com o PPA, os programas nacionais, regionais e setoriais não podem ter duração superior a quatro anos.

E

CESPE/ANTAQ 2014 - Cargo 4: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA: QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO

Com base nas disposições do plano plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), julgue os seguintes itens.

54 Não poderá ser autorizada a abertura de créditos suplementares de valor que, quando somado às demais operações anteriormente realizadas, ultrapasse o total de despesas de capital fixadas na LOA.

E

56 A existência de dotação orçamentária prévia para se atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes é condição necessária e suficiente para a contratação de pessoal pelos órgãos e entidades da administração pública direta.

E

CESPE/TCDF 2014 - Cargo 7: Analista de Administração Pública – Especialidade: Serviços

Com relação aos aspectos gerais do orçamento público e a sua implementação no Brasil, julgue os itens subsecutivos.

128 A aprovação de ato de empresa pública que, em decorrência da alteração da estrutura de carreiras de seu quadro de pessoal, resulte em aumento de despesas depende de autorização específica para tal na lei de diretrizes orçamentárias.

E

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Julgue os itens subsequentes à luz das regras constitucionais orçamentárias.

119 Por meio da abertura de crédito extraordinário, em situação emergencial, é permitida a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos pelo governo federal e pelas suas instituições financeiras para o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios.

E

120 É imprescindível que a emenda a projeto de lei do orçamento anual que o modifique seja compatível com o plano plurianual (PPA) e com as leis de diretrizes orçamentárias (LDOs).

ANULADA

Justificativa: A
utilização da expressão “leis de diretrizes orçamentárias” na redação do item prejudicou seu julgamento. Por esse motivo, opta-se por sua anulação.

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA IV

Considerando aspectos relacionados a planejamento público, orçamento e receitas e despesas públicas, julgue os itens de 116 a 120. Nesse sentido, considere que as siglas PPA e LDO, sempre que empregadas, se referem, respectivamente, a plano plurianual e lei de diretrizes orçamentárias.

116 Se, para atender a necessidades urgentes e continuadas, um ministro de Estado pretender autorizar investimentos com duração de três exercícios, tal autorização somente poderá acontecer após a efetiva inclusão dos investimentos no PPA.

E

118 Constitui violação às normas de elaboração do projeto de lei orçamentária o envio, pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, de proposta de subsídios tributários para empresas consideradas estratégicas ao desenvolvimento nacional, sem que tal proposta se faça acompanhar de demonstrativo dos seus impactos devidamente regionalizados.

C

CESPE/CADE 2014 - Cargo 1: Analista Técnico-Administrativo

Com relação ao orçamento público, aos princípios orçamentários e aos ciclos orçamentários, julgue os itens subsequentes.

53 Caso determinado órgão do governo federal pretenda instalar um sistema integrado de vigilância, destinado a monitorar a atividade dos veículos em todas as rodovias federais e a previsão de execução da despesa ultrapasse um exercício financeiro, o referido projeto somente poderá ser iniciado quando for regularmente incluído no plano plurianual.

E

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO – CLASSE A, PADRÃO I

Tendo em vista as normas que regem o orçamento público, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que PPA se refere ao plano plurianual; LDO, à lei de diretrizes orçamentárias; e LOA, à lei orçamentária anual.

75 Na CF, é prevista, para áreas específicas, a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, que, por sua importância, seguem uma dinâmica própria, independentemente de adequação ao PPA.

E

JUSTIFICATIVA – O art. 165 da CF determina que todos os planos previstos no texto constitucional sejam elaborados em consonância com o PPA.

CESPE/MDIC 2013 - Cargo 1: Analista Técnico-administrativo

Acerca da programação orçamentária, da receita e da despesa públicas, julgue os itens de 72 a 76.

75 Caso a União seja condenada em ação judicial a pagar indenização a determinado cidadão que se feriu em acidente ocorrido em prédio público, o precatório emitido deverá ser pago na ordem cronológica de apresentação, não sendo admitido direito de preferência.

E

CESPE/MDIC 2013 - CARGO 2: AGENTE ADMINISTRATIVO

Com relação ao orçamento público na CF, julgue os itens seguintes.

89 A compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias é condição necessária para a aprovação de emendas ao projeto de lei orçamentária anual.

C

90 Uma obra cuja execução esteja limitada a um exercício financeiro poderá ser iniciada sem a sua prévia inclusão no plano plurianual.

C

CESPE/STF 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Sabendo que alterações orçamentárias possibilitam modificar a lei orçamentária originalmente aprovada, a fim de adequá-la à real necessidade de execução, julgue os itens a seguir, com referência à descentralização de créditos orçamentários e financeiros.

92 Para as trocas de fontes de recursos por força de remanejamento ou por excesso de arrecadação de outra fonte, é necessária autorização expressa em portaria emitida pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

E

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 6: Direito

QUESTÃO 69

De acordo com o disposto na CF sobre os planos e programas setoriais, assinale a opção correta.

A É facultativo o exame dos planos e programas setoriais pela comissão mista de orçamento do Congresso Nacional.

B Não se admite a apresentação de emendas aos planos e programas setoriais quando de seu exame.

C Os planos e programas setoriais devem ser propostos ao Congresso Nacional pelo ministro de Estado do setor correspondente.

D Os planos plurianuais devem embasar-se nos planos e programas setoriais.

E A aprovação dos planos e programas depende da sua apreciação pelo Congresso Nacional.

LETRA E

Considere que, atendendo-se a decisão em sentença transitada em julgado, tenha sido expedido, contra o estado do Espírito Santo, um precatório de montante correspondente a duas vezes o conceito de pequeno valor. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

A Nas dotações orçamentárias, é indispensável constar o número do processo judicial do qual se originou o precatório.

B Na definição da ordem de preferência de pagamento do precatório, deve-se considerar, primeiramente, a ordem de apresentação, independentemente da natureza do precatório e da idade do beneficiário.

C Se tiver sido emitido em razão de indenização por responsabilidade civil do Estado, deve o precatório ser considerado como não alimentício.

D O fato de o beneficiário estar sofrendo de doença grave não lhe dá direito à preferência na ordem de recebimento do precatório, ainda que esse precatório tenha natureza alimentícia.

E O nome do beneficiário deve ser indicado no precatório, sendo proibida sua indicação na respectiva dotação orçamentária.

LETRA E

CESPE/PGDF 2013 - CARGO: PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I

A respeito das normas que regem o direito financeiro e orçamentário, julgue os itens a seguir.

50 O DF tem competência exclusiva para dispor sobre normas gerais de direito financeiro apenas por lei complementar distrital.

E

CESPE/TCU 2013 - Auditor Federal de Controle Externo

A respeito dos orçamentos públicos, julgue os itens seguintes.

49 Configura crime de responsabilidade a realização de investimento público cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, caso a inclusão desse investimento não tenha sido feita no plano plurianual e inexistir lei que autorize essa inclusão.

C

50 Os orçamentos anuais, as diretrizes orçamentárias e o plano plurianual são disciplinados por leis cuja iniciativa é do Poder Executivo.

C

Acerca dos planos e orçamentos públicos, em particular no Brasil, julgue os itens seguintes.

155 A existência de dispositivos constitucionais, tais como a exigência de demonstrativos regionalizados do efeito das renúncias fiscais, é uma evidência da preocupação dos constituintes de 1988 com a redução das desigualdades interregionais.

C

CESPE/MPU 2013 - CARGO 6: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: FINANÇAS E CONTROLE

Julgue os itens seguintes a respeito dos planos e programas nacionais, constitucionalmente delineados.

62 O orçamento plurianual de investimento é a expressão financeira dos programas setoriais, incluídas as despesas correntes que sustentarão a execução dos projetos.

E

63 A previsão dos planos nacionais para integrar formalmente a lei orçamentária de determinado exercício deverá ser registrada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

E

CESPE/MPU 2013 - CARGO 8: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Acerca da Lei Orçamentária Anual (LOA), julgue os itens que se seguem.

62 As funções do orçamento da seguridade social incluem a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

E

CESPE/TCE-RS 2013 - CARGO: AUDITOR-FISCAL DO TRABALHO Cargo: Oficial de Controle Externo, Nível II, Classe A, na Função de Oficial Instrutivo

Julgue os próximos itens, que se referem às vedações constitucionais em matéria orçamentária.

100 A lei não permite a transferência voluntária de recursos pelos governos federal e estadual para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

C

101 A CF proíbe a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra sem autorização prévia em lei.

C

102 É vedada a vinculação de receita de imposto para realização de atividades típicas da administração tributária.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 4: Analista Administrativo - Área: Ciências Contábeis

Acerca de finanças públicas, julgue os itens subsecutivos.

51 O servidor estável que perder o cargo em razão do cumprimento dos limites de despesa com pessoal da União fará jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

C

52 A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes.

C

53 A lei orçamentária anual (LOA) compreende o orçamento de investimento referente aos órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

E

54 A lei orçamentária anual pode conter dispositivo autorizando a abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

C

Com relação ao processo de elaboração do orçamento público brasileiro, julgue os itens subsecutivos.

87 A LOA contém o programa de trabalho do governo, sendo vedado o início de programas ou projetos não incluídos nessa lei.

C

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 6: Analista Administrativo - Área: Direito

No que se refere ao direito financeiro, julgue os itens seguintes.

84 Legislação estadual pode dispor sobre direito financeiro.

C

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 11: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

Acerca da receita e despesa pública, julgue os itens que se seguem.

105 O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao total das despesas de capital constantes da Lei Orçamentária Anual, exceto as exceções previstas na Constituição Federal e aprovadas pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

C

CESPE/DPF 2013/CARGO 1: PERITO CRIMINAL FEDERAL/ÁREA 1

A respeito do orçamento público, das receitas e despesas públicas e das variações por elas provocadas no patrimônio, julgue os itens seguintes.

82 O orçamento fiscal (referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público) e o orçamento de investimento das estatais (empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto) serão compatibilizados com o plano plurianual. Suas funções compreendem, entre outras, a de reduzir desigualdades inter-regionais, considerando-se o critério populacional.

ANULADA

gab. preliminar → C

Justificativa: O termo "Suas funções" gerou ambiguidade no texto, requerendo a anulação do item.

CESPE/IBAMA 2013/Cargo Cargo: Analista Administrativo

No Brasil, o orçamento público assumiu características peculiares, principalmente após a promulgação da CF. Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

89 De acordo com a legislação vigente, se o mandato do presidente da República fosse alterado, o prazo de vigência do plano plurianual da União (PPA) também seria alterado na mesma proporção.

C

CESPE/IBAMA 2013/Cargo Cargo: Analista Administrativo

A respeito do orçamento público e da atuação do governo nas finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

No Brasil, o orçamento público assumiu características peculiares, principalmente após a promulgação da CF. Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

87 Considere que o montante total dos empréstimos realizados por determinado município tenha sido igual às despesas de capital fixadas no orçamento municipal para o exercício financeiro em execução. Nessa situação, caso o município precise realizar mais uma operação de crédito, sem alterar o total das despesas de capital, somente poderá fazê-la se for aprovado pela câmara de vereadores, por maioria absoluta, um crédito suplementar ou especial com finalidade precisa.

C

CESPE/DPDF 2013/DEFENSOR PÚBLICO DE SEGUNDA CATEGORIA

Considerando as disposições da CF sobre os orçamentos e as finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

24 O governo da União deve depositar obrigatoriamente no Banco Central do Brasil os recursos que movimentam.

E

(Gab. Preliminar → C)

Justificativa: O item está errado, pois o que a CF estabelece é que as "disponibilidades de caixa" da União serão depositadas no Banco Central (art. 163, § 3º). Não é correta, portanto, a afirmação de que os recursos que o governo da União movimentam devem ser obrigatoriamente depositados no Banco Central. Por esse motivo, opta-se pela alteração do gabarito.

25 Os recursos orçamentários destinados aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao MP e à DP devem ser entregues pelo Poder Executivo, em duodécimos, até o dia vinte de cada mês.

C

Relativamente às fontes de custeio da seguridade social, julgue o item abaixo.

26 A seguridade social tem como únicas fontes de custeio, além dos recursos advindos dos orçamentos da União, dos estados, do DF e dos municípios, as contribuições do empregador e do trabalhador.

E

CESPE/MI 2013 - Cargo 1: Analista Técnico Administrativo

Acerca de orçamento público, julgue os itens seguintes.

57 A inovação trazida pela Constituição Federal de 1988 ao orçamento foi limitar a despesa pública com pessoal ativo e inativo.

E

CESPE/MME 2013 - Cargo 2: Analista Financeiro

QUESTÃO 77

Acerca da composição, da estrutura e da destinação do orçamento público no Brasil, assinale a opção correta.

A O orçamento fiscal abrange os poderes da União e seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

B As empresas estatais que não recebem recursos financeiros da União para o pagamento de despesas com pessoal ou de custeio devem constar do orçamento fiscal.

C As despesas relativas ao custeio de programas de saúde estão inseridas no orçamento fiscal.

D As despesas das empresas estatais dependentes incluem-se no orçamento de investimento.

E O orçamento da seguridade social destina-se, entre outras metas, a reduzir desigualdades inter-regionais, de acordo com o critério populacional.

LETRA A

CESPE/MME 2013 - Cargo 6: Assistente Financeiro

QUESTÃO 79

Considera-se procedimento autorizado pelas normas constitucionais relacionadas ao orçamento anual

A o início de um programa cuja autorização tenha sido incluída no projeto de LDO ainda não aprovado.

B a realização de despesas de resgate em calamidades públicas acima dos créditos orçamentários.

C a transferência de recursos, por meio de decreto presidencial, de um ministério para outro.

D o pagamento do salário dos servidores do Ministério da Previdência, com recursos do orçamento da seguridade.

E a vinculação da receita de impostos para a prestação de garantias às operações de crédito.

LETRA E

CESPE/TELEBRAS 2013 - Cargo 6: Especialista em Gestão de Telecomunicações – Ocupação: Analista Superior – Subatividade: Finanças

No que concerne a orçamento público e ciclo orçamentário, julgue os próximos itens.

91 O Poder Executivo exerce o controle da execução orçamentária, com o objetivo de verificar a honestidade da administração pública, a guarda e o emprego legal dos recursos financeiros públicos e o cumprimento da execução orçamentária.

E

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Com referência à organização e programação do processo orçamentário brasileiro, julgue os itens subsequentes. Nesse sentido, considere que, sempre que empregada, a sigla PPA refere-se a plano plurianual.

104 Caso a União tenha concedido subsídios às empresas instaladas em uma região cujo desenvolvimento econômico seja foco de atenção do país, será necessário que, no projeto de LOA, conste o demonstrativo regionalizado com os efeitos dessa política sobre as receitas e as despesas.

C

107 Considere que os Poderes Executivo e Judiciário tenham firmado convênio para expandir a presença da justiça no interior do país, em resposta ao aumento da criminalidade, ficando o Poder Executivo responsável pela construção de novas edificações para o funcionamento conjunto de órgãos do Poder Judiciário e da defensoria pública. Nessa situação, apesar de o convênio ter sido firmado durante a vigência de um PPA que não previa essas despesas, cuja duração seria superior a um exercício financeiro, não é necessária a alteração imediata do PPA, bastando a inclusão desse novo item de gasto na LOA em vigência.

E

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 3: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Acerca de orçamento público, julgue os itens que se seguem.

106 O orçamento fiscal e o de investimento, compatibilizados com o Plano Plurianual, têm entre suas funções a redução de desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

C

CESPE/CNJ 2012 Cargo 13: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) formam a tríade que constitui a estrutura básica de planejamento e implementação do orçamento no Brasil. A respeito desses dispositivos, julgue os itens a seguir.

97 O PPA é adotado como referência para a elaboração dos demais planos previstos na Constituição Federal, a fim de garantir a coerência do planejamento orçamentário.

C

98 No PPA, as diretrizes, metas e objetivos dos programas de duração continuada são apresentados de forma regionalizada.

C

CESPE/TCDF 2012 - Procurador do Ministério Público

Acerca das normas jurídicas que regem a atividade financeira estatal, cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

44 As despesas de capital de um estado brasileiro somam R\$ 2,5 bilhões. Nessa situação, conforme a CF, existe possibilidade jurídica de o referido ente federado contrair empréstimo de R\$ 3 bilhões, ao longo daquele exercício financeiro.

C

45 O Fundo de Combate à Pobreza, legalmente instituído por determinado estado brasileiro, apresenta déficit de R\$ 150 milhões. Nessa situação, admite-se que o governo estadual utilize recursos do orçamento fiscal, com vistas à cobertura do referido déficit, bastando, para isso, que haja específica autorização legislativa.

C

47 Um estado brasileiro pretende reorganizar seu sistema de finanças públicas, para melhorar a eficiência do planejamento e do gasto público; para isso, deverá, entre outras ações, modificar o aparato jurídico que ordena a matéria. Entretanto, o referido estado não poderá editar norma geral dispendo sobre orçamentos, diretrizes orçamentárias e plano plurianual.

C

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Julgue os itens que se seguem, referentes a receita e despesa orçamentária.

98 Os pagamentos devidos pela fazenda pública em virtude de sentença judiciária ocorrerão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, devendo ser designado o beneficiário, pessoa física ou jurídica, nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para tal finalidade.

E

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 10: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

Tendo em vista que, em virtude de sua importância para a administração pública e a sociedade em geral, o orçamento recebeu atenção específica na CF, principalmente nos artigos de 165 a 169, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que as siglas PPA, LDO e LOA, sempre que empregadas, se referem, respectivamente, a plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual.

112 Admite-se iniciar programa considerado de grande importância nacional não incluído na LOA antes mesmo da alteração na lei que determine sua inclusão.

E

113 Dada a realização, no Brasil, de eventos como a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, cogitou-se a imediata necessidade de investimentos com execução

superior a único exercício financeiro. Assim, para que projetos relativos a esses eventos possam ser imediatamente iniciados, é suficiente a alteração da LOA vigente mediante cláusula que preveja inclusão desses investimentos nas leis orçamentárias posteriores.

E

114 As emendas orçamentárias, que só podem ser aprovadas caso estejam de acordo com o PPA e a LDO, constituem um importante instrumento do Poder Legislativo para influenciar a alocação de recursos públicos.

C

115 A fim de reduzir as desigualdades socioeconômicas entre as cinco regiões geográficas brasileiras, o PPA deve ser apresentado de forma regionalizada, necessariamente segundo o padrão tradicional de divisão regional: Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

E

116 Para a garantia dos recursos necessários a investimentos na infraestrutura de transporte urbano no Brasil, é permitida pela CF a vinculação das receitas próprias geradas pela arrecadação de impostos sobre a propriedade de veículos automotores.

ANULADA

(gab. preliminar → E)

CESPE/INPI 2012 - Cargo 9 - ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Classe A, Padrão I) – ÁREA: GESTÃO FINANCEIRA (A3)

No que se refere a plano plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), orçamento anual e classificações orçamentárias, julgue os próximos itens.

94 Entre as funções da lei orçamentária anual (LOA) consta a redução das desigualdades regionais, segundo critério populacional.

C

CESPE/IBAMA 2012 - ANALISTA AMBIENTAL - Tema 2: Monitoramento, regulação, controle, fiscalização e auditoria ambiental

Em relação ao orçamento público, julgue os próximos itens.

111 Pode-se autorizar, mediante edição de lei específica, a inclusão, no plano plurianual, de investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro.

C

112 São espécies de orçamento, no Brasil, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

C

CESPE/CAPES 2012 Cargo 1: Analista em Ciência e Tecnologia Júnior I – Formação: Geral

Julgue os itens que se seguem, relativos ao sistema de planejamento e orçamento do governo federal.

68 É vedada a consignação, na lei orçamentária, de crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada ou proibida.

C

CESPE/CAPES 2012 - Cargo 4: Analista em Ciência e Tecnologia Júnior I – Formação: Contabilidade

Julgue os itens a seguir, relativos ao orçamento público e ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

81 O Congresso Nacional só poderá entrar em recesso após a aprovação da lei de diretrizes orçamentárias, ao final de cada exercício financeiro.

E

82 Cabe à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização examinar e emitir parecer sobre o projeto de lei do orçamento, do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e de créditos adicionais.

C

Julgue os itens que se seguem, relativos ao Poder Legislativo, ao processo legislativo e ao Poder Judiciário.

104 A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/ANAC 2012 - Cargo 2: Analista Administrativo – Área 2

No que se refere a financiamento do setor público, tributação, orçamento e finanças públicas, julgue os itens a seguir.

57 A lei orçamentária anual (LOA), dispõe sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual da lei de diretrizes orçamentárias e da proibição para abertura de créditos extraordinários.

E

60 A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) compreende as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal quanto às despesas de capital e às despesas decorrentes das despesas de capital, além de estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

E

No que se refere a orçamento público, julgue os itens seguintes.

65 A LDO deve ser encaminhada para sanção presidencial até meados do primeiro mês do segundo semestre de cada ano.

C

66 A LOA, que tem caráter impositivo, é composta pelos orçamentos fiscal, de investimentos e da seguridade social.

E

69 O plano plurianual enviado ao Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da República no primeiro ano de seu mandato vigora até o encerramento do mandato desse presidente da República.

E

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2012 - Cargo Analista Legislativo – Atribuição: Técnica Legislativa

Acerca das finanças públicas e dos orçamentos, julgue os itens a seguir.

158 Incorrerá em crime de responsabilidade a autoridade que determinar a realização de investimento público cuja execução ultrapasse um exercício financeiro se não houver prévia inclusão no plano plurianual ou lei que autorize a inclusão.

C

159 Aplica-se tanto às pessoas de direito público quanto às de direito privado, como as empresas públicas e as sociedades de economia mista, a regra constitucional que condiciona à existência de autorização específica na LDO a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração pelos órgãos e entidades da administração pública direta ou indireta.

E

160 A competência da União para emitir moeda deve ser exercida exclusivamente pelo Banco Central do Brasil, instituição à qual vedado conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.

C

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 1: Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

A elaboração de proposta orçamentaria no Brasil compreende a preparação de diversos instrumentos, entre os quais se destacam o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes

Orçamentarias (LDO) e a Lei Orçamentaria Anual (LOA). Com relação a esses instrumentos, julgue os próximos itens.

96 Conforme determinações constantes na CF, a LOA deve compor-se de três orçamentos: fiscal, monetário e de investimento das empresas estatais.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo : AUDITOR

No que se refere à atuação do Estado nas finanças públicas e ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

111 A proposta de alteração de procedimento de elaboração, discussão, aprovação e execução do orçamento público no Brasil deve ser apresentada por meio de projeto de lei complementar.

C

Hoje, a soberania reside na nação e são os seus representantes que fazem o orçamento. O tempo compreendido entre a época da soberania real e a vitória da soberania popular, na Europa, é marcado por movimentos, revoluções, usurpações e resistências, que representam as etapas principais da evolução do direito orçamentário.

Agenor de Roure. Formação do direito orçamentário brasileiro. In: Jornal do Commercio, 1916, p.8 (com adaptações).

Tendo como referência inicial o texto acima, julgue os itens a seguir, a respeito do direito financeiro brasileiro.

149 Compete exclusivamente ao Congresso Nacional dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

E

150 É conhecida como regra de ouro a vedação, prevista na CF, à realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares, ou especiais, com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta.

C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 1: Auditor de Controle Externo – Área: Auditoria Governamental

No que se refere a orçamento publico, julgue os itens subsequentes.

153 A Conta Única do Tesouro Nacional é mantida junto ao BACEN e operacionalizada, exclusivamente, pelo Banco do Brasil, via SIAFI, por meio de ordem bancária.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 2: Auditor de Controle Externo – Área: Ciências Contábeis

No que diz respeito aos principais instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens subsequentes.

149 Suponha que determinado governo estadual desenvolva, sem a inclusão de despesas de capital, um programa permanente destinado a conceder incentivos à permanência dos alunos nos cursos de ensino médio até a sua conclusão. Nesse caso, para que o programa seja colocado em prática, não será necessária a sua previsão no plano plurianual.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 2: Auditor de Controle Externo – Área: Ciências Contábeis

A correta execução do programa de trabalho expresso na lei orçamentária pressupõe a existência de um arcabouço técnico e conceitual muito bem definido. Com relação a esse assunto, julgue os seguintes itens.

152 Se a União instituir um plano nacional de prevenção de desastres naturais, esse plano deverá estar obrigatoriamente submetido às regras, metas e objetivos estabelecidos no plano plurianual.

C

Acerca da programação e execução orçamentária e financeira, julgue os itens a seguir.

153 Se o Poder Executivo enviar ao Poder Legislativo projeto de lei com o objetivo de transferir recursos do orçamento de um programa destinado a propagandas institucionais para um programa destinado à promoção da saúde pública, essa transferência somente poderá ser aprovada se tiver sido previamente autorizada.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 3: Auditor de Controle Externo – Área: Direito

O processo orçamentário está hoje constituído, no ordenamento jurídico nacional, por um sistema que abrange a lei orçamentária anual, em conjunto com as leis do plano plurianual e de diretrizes orçamentárias. Em relação a esse assunto, julgue os itens a seguir.

147 Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento previstos na CF devem ser compatíveis com o plano plurianual e ainda, ser apreciados pela comissão do Poder Legislativo competente para deliberar sobre as leis orçamentárias.

C

CESPE/BASA 2012 - Cargo 4: Técnico Científico – Área: Contabilidade

Em relação aos créditos adicionais, julgue os próximos itens.

84 Os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por ato a ser promulgado em setembro de 2012, poderão ser reabertos, no limite de seus saldos, sendo, então, incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

E

CESPE/TJAL-2012 - Cargo 7: Analista Judiciário Especializado – Área: Contabilidade

40 - Em matéria orçamentária, configura-se como vedação constitucional a

A abertura de crédito extraordinário sem a indicação dos recursos correspondentes.

B destinação de receitas de impostos para ações e serviços públicos de saúde.

C concessão ou utilização de créditos ilimitados.

D realização de receitas de capital que excedam as despesas de capital no exercício financeiro.

E autorização prévia legislativa para a instituição de fundos de qualquer natureza.

LETRA C

CESPE/TRE-RJ 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

A respeito de noções básicas e gerais de orçamento público, julgue os itens subsequentes.

106 Somente depois da CF, com a criação da lei de diretrizes orçamentárias servindo de instrumento de ligação entre o plano plurianual e os projetos e ações colocados efetivamente em prática, o orçamento passou a exercer um papel no planejamento governamental.

E

107 O federalismo fiscal constitui uma política contrária à centralização financeira e orçamentária.

C

108 O orçamento prevê determinado volume de receitas e, baseado nessa previsão, fixa o montante total de despesas que o governo pode realizar, mas o orçamento não gera recursos públicos.

C

CESPE/TRE-RJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Julgue os próximos itens, relativos a orçamento público.

89 A execução de investimentos sem sua prévia inclusão no plano plurianual não poderá ser realizada após o período correspondente a um ciclo orçamentário.

E

CESPE/TCU 2012 - Técnico Federal de Controle Externo

No que se refere ao orçamento público, julgue os itens que se seguem.

36 É vedada, em qualquer hipótese, a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital.

E

CESPE/TCU 2011 - Cargo 1: Auditor Federal de Controle Externo – Área: Controle Externo – Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

42 A abertura de crédito suplementar ou especial depende de autorização legislativa.

C

Considerando que o orçamento público se tornou peça fundamental no planejamento da ação dos governos em todo o mundo, particularmente no Brasil, após a promulgação da CF, julgue os itens subsequentes.

122 A LOA não pode consignar auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de qualquer natureza.

E

O orçamento público é baseado em conceitos doutrinários próprios e bem distintos dos orçamentos elaborados por instituições privadas. A respeito desse tema, julgue os itens seguintes.

131 Nem mesmo a lei ordinária poderá autorizar a utilização dos recursos arrecadados por meio das contribuições sociais do empregador incidentes sobre a folha de salários, bem como do trabalhador e demais segurados da previdência social, para um fim diverso do pagamento de benefícios da previdência, ainda que o país esteja em estado de guerra.

ANULADA

132 Se o governo federal homologar o resultado de determinado concurso público em setembro de determinado ano, prevendo a nomeação dos aprovados para janeiro do ano subsequente, mas descobrir-se depois que os recursos necessários para o pagamento dos salários dos novos servidores não foi previsto na lei orçamentária, o órgão encarregado das nomeações poderá pedir a abertura de um crédito extraordinário.

E

133 Se determinado município precisar urgentemente aprovar a autorização legal para a contratação de determinado empréstimo destinado a reformar as escolas locais antes do início do período letivo, tal autorização não poderá ser incluída na LOA, pois essa lei não pode conter dispositivo estranho à previsão das receitas e à fixação das despesas.

E

CESPE/TCDF 2011 - Cargo: Auditor de Controle Externo

Considerando os mecanismos básicos de atuação do Estado nas finanças públicas, julgue os seguintes itens.

113 Um projeto de construção de barragens para prevenir desastres naturais não incluído no plano plurianual não poderá ser executado, ainda que sua execução restrinja-se a um exercício financeiro.

E

CESPE/EBC 2011 - Cargo 9: Analista de Empresa de Comunicação Pública – Atividade: Contabilidade

Acerca do orçamento público, julgue os itens seguintes.

66 A LOA poderá conter a autorização prévia para abertura de crédito adicional especial.

E

68 Por ser empresa estatal dependente, a Empresa Brasil de Comunicação integra o orçamento fiscal e de seguridade social.

C

CESPE/MPE-PI 2011- Cargo 7: Analista Ministerial – Área: Orçamento

A respeito da Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os próximos itens.

102 Constitui objetivo da LRF regulamentar o dispositivo constitucional que reserva à legislação complementar as normas sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

E

CESPE/AL CE 2011 - Cargo 6: Analista Legislativo – Direito

Julgue os itens a seguir acerca do direito financeiro.

83 Não há que se falar em competência concorrente em matéria de direito financeiro entre União, estados e Distrito Federal, na medida em que o sistema financeiro nacional se amolda ao pacto federativo, devendo cada ente da federação legislar adstrito à sua competência constitucional.

E

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

No que se refere aos instrumentos de planejamento introduzidos pela CF, julgue os itens que se seguem.

82 Os orçamentos fiscais de investimento das empresas estatais e da seguridade social devem ser compatibilizados com o PPA.

E

Julgue os itens seguintes acerca do PPA, da LDO e da LOA, conforme a CF.

100 Os projetos de lei relativos ao PPA serão apreciados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

C

101 O orçamento fiscal e o da seguridade social, integrantes da LOA, incluem, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais.

E

Em relação às previsões constitucionais relativas ao orçamento público, julgue os itens de 129 a 134.

129 O PPA da União será elaborado em um mandato presidencial e terá sua vigência estendida até o primeiro ano do mandato subsequente.

C

130 Em respeito ao princípio orçamentário da não vinculação da receita, nenhum imposto será vinculado a órgão, fundo ou despesa, nem mesmo no caso de destinação de recursos para serviços públicos de saúde e educação.

E

131 Na lei que instituir o PPA constarão despesas de capital e outras delas decorrentes.

C

132 A partir da edição da Constituição Federal de 1988, ficou vedada a instituição de fundos de qualquer natureza.

E

133 Os créditos extraordinários somente serão abertos para atender a despesas urgentes e imprevisíveis, como aquelas decorrentes de guerra civil, guerra externa ou calamidade pública.

C

134 Os créditos suplementares, especiais e extraordinários terão vigência apenas no exercício financeiro em que forem autorizados, em atendimento ao princípio orçamentário da anualidade.

E

102 As leis orçamentárias podem ser de iniciativa do Poder Legislativo.

E

103 Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais, previstos na CF, devem ser elaborados em consonância com a LDO e apreciados pelo MPU.

E

104 As emendas ao projeto de lei do orçamento anual somente serão aprovadas se forem compatíveis com o PPA e com a LDO.

C

105 A LOA federal compreenderá o orçamento fiscal das empresas estatais nas quais a União detenha a maioria do capital social com direito a voto.

E

Ainda com relação aos orçamentos públicos, julgue os itens a seguir.

141 Créditos suplementares poderão estar autorizados na LOA aprovada.

C

CESPE/ABIN 2010 - Cargo 1: Oficial Técnico de Inteligência – Área de Administração

A CF reforçou a integração entre planejamento e orçamento público, delineada pela Lei n.º 4.320/1964, estabelecendo-se formalmente e definitivamente, a partir de sua promulgação, o entendimento de que a determinação de uma estratégia de atuação governamental mais ampla e que permita delimitar o que fazer e que metas devem ser alcançadas é condição necessária para a elaboração da lei de meios. No que diz respeito a orçamento público, julgue os itens que se seguem, de acordo com o que dispõe a CF.

88 O princípio da não afetação de impostos de que trata o art. 167, inciso IV, da CF aplica-se aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, sendo permitida a vinculação de impostos da competência desses entes federativos somente para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para o pagamento de débitos com ela contraídos.

E

89 A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve compreender as metas fiscais e prioridades da administração pública federal e dispor sobre as alterações na legislação tributária.

E

O orçamento é fruto de um processo que enfatiza fortemente o planejamento. Durante sua execução, contudo, podem surgir fatos novos que obriguem o gestor público a redefinir o planejamento inicial. Considerando os mecanismos retificadores da LOA, julgue os itens que se seguem.

96 A abertura de créditos especiais e suplementares depende de autorização legislativa prévia e específica para cada crédito adicional aberto.

E

97 Os créditos adicionais extraordinários, destinados a atender despesas urgentes e imprevisíveis, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, devem ser abertos por meio de medida provisória.

E

98 Os créditos adicionais suplementares e especiais são abertos por decreto do Poder Executivo e dependem da existência de recursos disponíveis para custear o aumento de despesa, sendo fontes de recursos para abertura dos créditos suplementares o excesso de arrecadação e a anulação parcial ou total de outras dotações orçamentárias.

C

CESPE/TCU 2009/ Cargo 1: Auditor Federal de C. Externo – Área: C. Externo – Especialidade: C. Externo – Orientação: Auditoria de Obras Públicas

No que se refere às finanças públicas, julgue os itens que se seguem.

59 Compete a lei complementar dispor sobre finanças públicas e sobre os limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios.

E

Com relação aos orçamentos públicos e às suas características no Brasil, julgue os itens a seguir.

74 Na hipótese de o presidente da República vetar projeto introduzido na proposta orçamentária por iniciativa parlamentar, ou no caso da aprovação, pelo Congresso Nacional, de emenda supressiva cancelando projeto constante da proposta encaminhada pelo Poder Executivo, os recursos correspondentes serão automaticamente destinados à suplementação de dotações originariamente insuficientes.

E

CESPE/TCU 2009 - Cargo 4: Técnico Federal de Controle Externo – Área: Apoio Técnico e Administrativo – Especialidade: Técnica Administrativa

A respeito das finanças públicas e do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

36 Admite-se a utilização, mediante autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.

C

37 A lei orçamentária anual não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa, admitindo-se, contudo, preceito relativo à autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

C

Com base em conceitos e na legislação pertinente a programação, execução e controle de recursos orçamentários e financeiros, julgue os itens a seguir.

81 Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais do TCU serão entregues em duodécimos de igual valor, até o dia 20 de cada mês.

E

CESPE/ANTAQ 2009 – Analista Administrativo – Qualquer Área de Formação

82 A conta única do Tesouro Nacional, mantida junto ao Banco do Brasil e operacionalizada pelo do Banco Central, destina-se a acolher as disponibilidades financeiras da União, à disposição das unidades gestoras.

ERRADO

CESPE/MS 2009 - CARGO 8: CONTADOR

As três leis que compõem o ciclo orçamentário brasileiro são: o plano plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a lei do orçamento anual (LOA). O papel dessas leis é integrar as atividades do planejamento e orçamento para assegurar o sucesso da ação governamental nos municípios, nos estados e no país. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

51 Devido à ausência de lei complementar na esfera federal, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 (CF), não há prazos estabelecidos para o Poder Executivo encaminhar os projetos de lei que tratam do PPA, da LDO e do orçamento anual.

E

52 O PPA compreende as metas e prioridades da administração pública federal, orientando a elaboração da LOA e as alterações na legislação tributária, enquanto que a LDO estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, especialmente para as despesas de capital e outras delas decorrentes.

E

Com base nos artigos da CF que tratam da seguridade social, o Tribunal de Contas da União (TCU) elaborou a tabela a seguir, que compara os valores arrecadados por meio das receitas diretamente vinculadas à seguridade social com as despesas empenhadas nessa esfera orçamentária em 2008.

Receitas e despesas da seguridade social*
valores em R\$ milhares

itens	exercício de 2008
1 receitas correntes**	339.293.585,43
1.1 receita tributária	308.033,84
1.2 receita de contribuições	320.231.631,10
1.3 outras receitas correntes	18.753.920,49
2 receitas de capital	30.651,70
3 receita total da seguridade social (1+2)	339.324.237,13
4 despesas da seguridade social ajustada	371.035.614,10
5 resultado da seguridade social ajustado (3-4)	-31.711.376,97
6 desvinculação de receitas da União (DRU)	39.580.914,00
7 resultado da seguridade social ajustado + DRU (5+6)	7.869.537,03

* Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias, exceto a receita com a contribuição patronal do servidor ativo.

** Receitas vinculadas à seguridade social, excluídos os valores deduzidos a título de DRU.

Tribunal de Contas da União (TCU). Relatório e pareceres prévios sobre as contas do governo da República — exercício de 2008, p. 149-50 (com adaptações).

Considerando as informações da tabela acima, julgue os itens de 53 a 57, acerca do orçamento da seguridade social na esfera federal.

53 O orçamento da seguridade social abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

C

CESPE/TCU 2008 - Cargo 2.1: Analista de Controle Externo – Área/Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

No âmbito da seguridade social, que engloba saúde, previdência e assistência social, o orçamento é financiado por recursos vinculados a esse segmento, inclusive suas respectivas multas e juros. Esses recursos totalizaram, em 2006, R\$ 274,6 bilhões. Aplicados os critérios predefinidos, os dispêndios do sistema de seguridade social atingiram R\$ 303,2 bilhões, o que

evidencia um resultado negativo de R\$ 28,6 bilhões. Todavia, caso não houvesse a desvinculação de 20% das receitas de contribuições, por força da Emenda Constitucional n.º 27/2000, a seguridade social apresentaria saldo positivo de R\$ 5,3 bilhões, ou seja, a causa do déficit da seguridade pode ser atribuída à desvinculação das receitas da União.

Relatório e pareceres prévios sobre as contas do governo da república: exercício de 2006. Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, 2007, p. 125-8 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens que se seguem.

162 As despesas da seguridade social podem ser executadas por órgão ou entidade na esfera institucional da saúde, da previdência social ou da assistência social, ou seja, por órgão ou entidade vinculados aos ministérios correspondentes a essas áreas, independentemente da natureza da despesa.

C

164 As receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios destinadas à seguridade social constarão do orçamento da União, que será elaborado de forma integrada pelos órgãos responsáveis pela saúde, pela previdência social e pela assistência social, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na LDO, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

E

O orçamento é um instrumento que expressa a alocação de recursos públicos, sendo operacionalizado por meio de diversos programas, que constituem a integração do plano plurianual com o orçamento. Julgue os itens a seguir, a respeito do orçamento público no Brasil.

173 A Lei Orçamentária Anual (LOA) compreenderá o orçamento fiscal, o de investimento e o da seguridade social, devendo propiciar uma visão de conjunto e integrada das ações empreendidas pela administração pública. Devem integrar os orçamentos fiscal e da seguridade social os fundos de incentivos fiscais e as transferências para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

E

CESPE/INSS 2008 - Cargo 16

Com relação a orçamento público, julgue os itens subseqüentes.

58 A chamada regra de ouro na Lei de Responsabilidade Fiscal, que já estava estabelecida na Constituição Federal, tem como finalidade limitar o endividamento dos entes da Federação, de modo que só possam ser contraídas novas dívidas se o seu produto financiar investimentos, isto é, se forem destinadas à reposição ou ao aumento dos ativos do respectivo ente.

E

CESPE/YPEA 2008 - Cargo 6: Técnico de Desenvolvimento e Administração – Perfil: Gestão de Orçamento e Finanças

Relativamente à forma de federalismo fiscal brasileiro, julgue os itens que se seguem, no que concerne às competências e atribuições das três esferas de governo (federal, estadual, incluindo o Distrito Federal, e municipal).

No que se refere aos princípios orçamentários brasileiros e ao poder de legislar sobre orçamento, julgue os itens seguintes.

54 O poder de estabelecer normas gerais sobre orçamento restringe-se à União.

E

55 É vedado ao administrador público exceder os créditos orçamentários ou adicionais, e tal vedação envolve não apenas a realização de despesas, mas, também, a assunção de obrigações diretas.

C

56 Se um administrador público municipal contrai, em nome do município, uma operação de crédito por antecipação da receita, poderá vincular a receita de IPTU à operação, dando-a como garantia da dívida.

C

57 Se o Poder Executivo Federal promover a transposição de recursos de uma categoria de programação orçamentária para outra, ainda que com autorização legislativa, incorrerá em violação de norma constitucional.

E

58 Se a União utilizar recursos da contribuição social sobre o faturamento das empresas (COFINS), para o pagamento de despesas de natureza não previdenciária estará incorrendo em afronta a dispositivo constitucional.

E

59 Estará violando norma constitucional o administrador público que abrir créditos suplementares ou extraordinários sem a indicação de recursos correspondentes.

E

60 Se o BNDES empresta recursos a um estado para completar o valor necessário ao pagamento da folha de salários de seus servidores, tal procedimento fere a CF.

C

Consoante a CF, julgue os itens seguintes relativas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ao Plano Plurianual (PPA).

66 A CF determina literalmente que o conteúdo do projeto de lei orçamentária e das emendas a ela propostas pelo Congresso Nacional sejam compatíveis com a LDO.

E

67 Determina a CF que os PPAs sejam elaborados em consonância com os planos e programas nacionais, regionais e setoriais.

E

68 Se o Banco do Brasil S.A. pretende conceder, em 2009, aumento salarial para seus empregados, então tal elevação somente poderá ser efetivada se prevista na LDO que tramitou no Congresso Nacional em 2008.

E

Relativamente ao ciclo orçamentário e acerca da gestão organizacional das finanças públicas, julgue os itens a seguir.

76 A CF prevê a possibilidade de desequilíbrio entre despesa e receita no projeto de Lei Orçamentária aprovado pelo Congresso Nacional.

C

77 Excepcionalmente, um administrador público pode, desde que motivado, promover o empenho da despesa em volume que exceda os créditos que tenham sido concedidos.

E

Com relação a orçamento público, julgue os itens a seguir.

109 Na concepção de autores como Alesina, a CF diminuiu o grau de hierarquização do orçamento público, cujo processo se teria tornado mais colegial. Não obstante, a regra é a de que não se deve admitir aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do presidente da República.

C

111 O Congresso Nacional, na apreciação de um veto à lei orçamentária anual, pode destinar à suplementação de dotações que não tenham sido objeto de veto os recursos que ficarem sem despesas correspondentes.

E

CESPE/TCE-TO/2008 - Cargo 6: Analista de Controle Externo – Área: Controle Externo – Especialidade: Engenharia Civil

Questão 43

Considere as atividades ou ações relativas a orçamentos públicos apresentadas nos itens a seguir.

I Início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.

II Realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

III Concessão ou utilização de créditos ilimitados.

IV Abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

V Instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

A quantidade total de itens que apresentam atividades/ações que seriam vedadas, segundo legislação vigente sobre orçamentos públicos, é igual a

A 1.

B 2.

C 3.

D 4.

E 5.

Letra E

CESPE/MCT 2008 - CARGO: ANALISTA EM C&T PLENO 1-I (B20)

101 As ações orçamentárias cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro estão dispensadas de discriminação no PPA.

C

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Analista de Controle Externo – Área e Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

Os princípios orçamentários formam os pilares de uma gestão de recursos públicos. O art. 2.o da Lei n.o 4.320/1964 dispõe que a Lei de Orçamento conterà a discriminação da receita e da despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho de governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade. Com relação à observância ao princípio da universalidade, julgue o item a seguir.

126 O projeto da lei orçamentária deve ser acompanhado do demonstrativo regionalizado dos efeitos sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

C

O ciclo orçamentário, também denominado processo orçamentário, corresponde ao período de tempo em que se processam as atividades típicas do orçamento público, desde sua concepção até sua apreciação final. Com relação ao período de discussão, votação e aprovação do orçamento público, julgue o item que se segue.

127 As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual (PPA) e com a lei das diretrizes orçamentárias (LDO).

C

Os princípios orçamentários formam os pilares de uma gestão de recursos públicos. O art. 2º da Lei n.º 4.320/1964 dispõe que a Lei de Orçamento conterá a discriminação da receita e da despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho de governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade. Com relação à observância ao princípio da anualidade, julgue o item a seguir.

136 São vedados programas e projetos que não sejam incluídos na lei orçamentária anual, excetuando-se os créditos especiais e extraordinários, que serão incorporados, em razão da sua natureza, ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

E

Segundo o art. 165 da Constituição Federal de 1988, leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. Com base nesses dispositivos legais, julgue o item abaixo.

138 Recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

C

Com relação à competência para legislar sobre orçamento, julgue o item que se segue.

145 Atualmente, compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre o orçamento, limitando-se a União a estabelecer normas gerais e cabendo aos estados exercer competência suplementar.

C

CESPE/TCE-AC 2006 - Cargo 4: Analista de Controle Externo – Especialidade: Ciências Contábeis

A administração financeira e orçamentária estadual está circunscrita a normas, princípios e instituições do âmbito federal e do próprio estado. Acerca desse assunto, julgue os itens seguintes.

31 A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo nessa proibição as autorizações para abertura de créditos adicionais suplementares. Também estão excluídas dessa proibição as operações de crédito por antecipação da receita, que não devem exceder à quarta parte da estimativa orçamentária para o exercício financeiro e, até trinta dias após o encerramento deste, devem ser obrigatoriamente liquidadas.

C

CESPE/TRT-10.ª REGIÃO - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Com base na legislação e nas práticas orçamentárias, julgue os itens a seguir.

61 É vedada a concessão ou a utilização de créditos ilimitados como regra geral. Essa vedação não se aplica no caso de créditos extraordinários.

E

CESPE/TER-TO 2005 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Questão 41

Acerca das determinações constitucionais e da administração financeira e orçamentária do setor público, assinale a opção **incorreta**.

A A lei orçamentária anual não contém dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

B O poder executivo publica, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

C O projeto de lei orçamentária deve ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

D A lei que institui o PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

E Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes podem ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos adicionais, com prévia e específica autorização legislativa.

Letra E

Questão 42

O poder legislativo não pode aprovar emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, senão quando

A aprovadas por maioria absoluta dos congressistas.

B compatíveis com a programação plurianual.

C tiverem parecer favorável das comissões técnicas competentes.

D indicarem recursos provenientes da anulação de despesas.

E criarem as receitas necessárias ao seu financiamento.

Letra B

CESPE – TCU 2004 - Cargo: Analista de Controle Externo

Acerca das disposições da Constituição Federal sobre a lei orçamentária anual, julgue os itens a seguir.

26 A lei orçamentária anual compreende três orçamentos: o fiscal, o da seguridade social e o de investimento das empresas. Os orçamentos fiscal e da seguridade social englobam os poderes, órgãos e entidades da administração direta, autarquias, fundações e empresas em que o ente da Federação, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

E

27 O orçamento de investimentos das empresas compreende as despesas com aquisição do ativo imobilizado, excetuadas as relativas à aquisição de bens para arrendamento mercantil.

C

28 O orçamento da seguridade social compreende não só as entidades e órgãos a ela vinculados, como estabelece a Constituição Federal, mas também todas as despesas relativas a saúde, previdência social e assistência social, independentemente da unidade orçamentária responsável.

C

15.LRF - PARTE 1 (princípios; conceitos; planejamento (PPA, LDO, LOA e execução orçamentária e cumprimento de metas);

conceitos

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Julgue os itens a seguir, com base em dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

82 O foco da LRF é o combate à má gestão dos recursos públicos e à corrupção.

E

CEBRASPE/TCE-PB 2022 – CARGO DE AUDITOR – CONSELHEIRO SUBSTITUTO

Acerca da trajetória da administração pública brasileira, julgue os itens seguintes.

56 A Lei de Responsabilidade Fiscal é um exemplo de instrumento voltado a promover a gestão por resultados na administração pública brasileira.

C

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Acerca das disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei n.º 4.320/1964, de transferências voluntárias e de infrações administrativas contra as leis de finanças públicas, julgue os seguintes itens.

125 A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 1 – Administração

Julgue os próximos itens, à luz do disposto na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de acesso à informação) e na Lei Complementar n.º 131/2009 (Lei da Transparência).

99 De acordo com a Lei Complementar n.º 131/2009, a transparência também está assegurada durante os processos de elaboração da lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 15 – Direito

Considerando as normas de direito financeiro, julgue os itens a seguir.

94 Para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, empresa pública controlada pela União que receba do ente controlador recursos financeiros para o pagamento de despesas de capital não provenientes de aumento de participação acionária é considerada empresa estatal dependente.

C

CESPE/SEFAZ-DF 2020 - Auditor-Fiscal da Receita do DF

94 Para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, empresa pública controlada pela União que receba do ente controlador recursos financeiros para o pagamento de despesas de capital não provenientes de aumento de participação acionária é considerada empresa estatal dependente.

C

Julgue os itens a seguir, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal.

119 No conceito de receita corrente líquida dos estados, são deduzidos os valores das transferências que eles fizerem aos municípios por determinação constitucional.

JUSTIFICATIVA: CERTO.

O inciso IV do art. 2.º da Lei de Responsabilidade Fiscal conceitua a “receita corrente líquida [como o]: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos (...) b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;”.

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 1

Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item a seguir.

50 As transferências recebidas de outros entes não integram a receita corrente líquida.

E

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 4

De acordo com a Lei do Direito Financeiro — Lei Federal n.º 4.320/1964 — e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — Lei Complementar n.º 101/2000 — e suas alterações, julgue os seguintes itens.

84 Coube à LRF estabelecer normas gerais de direito financeiro destinadas à elaboração e ao controle dos orçamentos da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

E

CESPE/MP-PI 2018 - Cargo 6: TÉCNICO MINISTERIAL – ÁREA: ADMINISTRATIVA

A tabela seguinte mostra alguns saldos relativos à receita arrecadada, em milhares de reais, no ano 20XX, de determinado estado da Federação

receita corrente	25.000
receita tributária	13.000
receita de contribuição	2.000
receita patrimonial	1.000
receita agropecuária	300
receita industrial	200
receita de serviços	500
transferências correntes	8.000

Com relação a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, com fundamento nas disposições da Lei n.º 4.320/1964.

85 A receita corrente líquida a que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal equivale à receita corrente, deduzidas as transferências correntes, o que, na situação considerada, resulta em R\$ 17.000.000.

E

CESPE/MPU 2018 - Cargo 2: TÉCNICO DO MPU – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito de orçamento público, julgue os próximos itens.

107 Se uma empresa pública custear com recursos próprios suas despesas com pessoal, encargos sociais e manutenção em geral, ela poderá excluir esses recursos do orçamento fiscal.

CERTO

CESPE/STJ 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

A respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal e do novo regime fiscal, julgue os itens subsequentes.

116 A receita corrente líquida é apurada somando-se as receitas arrecadadas no exercício financeiro em curso até o mês de apuração, excluídas as duplicidades.

E

CESPE/ABIN 2018 - CARGO 2 –CARGO 2: OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 1

A respeito do ciclo orçamentário e das normas legais de orçamento, julgue os itens seguintes.

86 Para efeito das normas de responsabilidade fiscal, uma empresa estatal pode ser caracterizada como dependente sem constituir uma empresa controlada.

E

CESPE/STM 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens a seguir.

84 O conceito legal de empresa estatal dependente inclui todas as empresas estatais controladas.

E

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a Lei de Acesso à Informação, julgue os seguintes itens.

107 Empresa estatal que receba do seu ente controlador recursos financeiros para pagamento de custeio em geral será considerada, para efeitos de responsabilidade fiscal, empresa estatal dependente.

C

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 3: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens a seguir.

100 Integra a administração indireta municipal, como empresa controlada, a sociedade empresária de cuja maioria das ações o município seja titular, ainda que não tenha direito a voto.

E

CESPE/DPU 2016 - Cargo 5: CONTADOR

Com relação às disposições constantes na LRF a respeito da lei orçamentária anual (LOA), à lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e ao plano plurianual (PPA), julgue os itens subsecutivos.

143 No caso dos municípios, a receita corrente líquida corresponderá ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO 3: INSPETOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA

Com base nas normas fundamentais instituídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os próximos itens.

103 Na apuração da receita corrente líquida, devem ser excluídos os períodos referentes a exercícios financeiros já encerrados.

E

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 3: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR - SUBATIVIDADE: ADMINISTRATIVO

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os seguintes itens relativos às despesas públicas.

59 Para os efeitos de aplicação da LRF, a TELEBRAS está incluída na categoria de empresa estatal dependente.

E

(Gab. Preliminar → C)

Para os efeitos de aplicação da LRF, a TELEBRAS não consta da relação publicada pelo DEST para as empresas estatais dependentes do tesouro.

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 1: ADMINISTRADOR

Com relação aos aspectos mais relevantes da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os próximos itens.

92 Os recursos transferidos pela União ao Distrito Federal, quando destinados à assistência financeira para a execução de serviços públicos das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros, não integram o conceito de receita corrente líquida, ainda que sejam utilizados para pagamento de pessoal.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 22: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

Com relação às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens subsecutivos.

118 São empresas estatais dependentes, as controladas por qualquer ente da Federação que recebam recursos para investimentos que não decorram de aportes para aumento do capital social.

C

CESPE/ANTAQ 2014 - Cargo 4: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA: QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO

Com base nas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsecutivos.

66 A apuração do montante de receita corrente líquida arrecadada pode envolver mais de um exercício financeiro.

C

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Julgue os seguintes itens, referentes à LRF – Lei Complementar n.º 101/2000.

136 A LRF aplica-se a todos os entes da Federação.

C

137 Entende-se como empresa controlada a empresa estatal dependente que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal.

E

Acerca do relatório resumido da execução orçamentária (RREO), da avaliação do cumprimento das metas fiscais e da forma de cálculo da receita corrente líquida, julgue os itens subsequentes.

189 Adota-se o regime de caixa para a apuração da receita corrente líquida.

C

Acerca do relatório resumido da execução orçamentária (RREO), da avaliação do cumprimento das metas fiscais e da forma de cálculo da receita corrente líquida, julgue os itens subsequentes.

192 Os valores transferidos por determinação constitucional ou legal não devem ser deduzidos para o cálculo da receita corrente líquida.

E

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA IV

Com base no disposto na LRF, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que a sigla RCL, sempre que empregada, se refere a receita corrente líquida.

131 Os Estados Unidos da América, a Nova Zelândia e a Comunidade Econômica Europeia foram os precursores no controle das contas públicas e, juntamente com o Fundo Monetário Internacional, que elaborou diretrizes para a racionalização das contas públicas dos países-membros, serviram de referência para a elaboração da LRF.

C

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 1: ADMINISTRADOR – CLASSE A, PADRÃO I

No que tange à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens seguintes.

90 O montante de receita corrente líquida calculado em determinado período pode não incluir todas as receitas correntes previstas para o exercício financeiro que estiver em curso.

C

JUSTIFICATIVA - De acordo com o art. 2º, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000), a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades. Assim sendo, somente quando o mês de referência é dezembro, todas as receitas correntes do exercício em curso estarão incluídas no cálculo.

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 6: Direito

QUESTÃO 67

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, na receita corrente líquida dos estados, deve ser considerado o valor bruto da receita

A da compensação do ICMS sobre as exportações, incluindo-se o valor transferido para municípios.

B da contribuição para o plano de seguridade social dos servidores.

C das operações de crédito.

D do imposto sobre heranças, legados e doações.

E do imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis.

LETRA D

CESPE/PGDF 2013 - CARGO: PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I

A respeito das normas que regem o direito financeiro e orçamentário, julgue os itens a seguir.

49 O cumprimento de condições e limites para a concessão de renúncia de receita é um postulado da LRF inserido no conceito de gestão fiscal responsável.

C

51 A LRF não derogou a Lei n.º 4.320/1964, mas alterou alguns conceitos e regras desta, como ocorreu no caso do conceito de operações de crédito e do tratamento dado aos restos a pagar.

ANULADA (gab. preliminar → C)

Justificativa: A utilização do termo “mas alterou alguns conceitos e regras” prejudicou o julgamento do item. Por esse motivo, opta-se por sua anulação.

52 Diferentemente da Lei n.º 4.320/1964, que tem hoje status de lei complementar, a LRF procura estabelecer normas gerais sobre orçamento e balanços.

E

CESPE/MPU 2013 - CARGO 6: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: FINANÇAS E CONTROLE

Com relação às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, julgue os itens seguintes.

51 Os limites globais para o montante da dívida consolidada da União, estados e municípios propostos pelo presidente da República poderão ser verificados a partir de percentual da receita corrente líquida (RCL).

C

CESPE/SEFAZ 2013 - Auditor Fiscal da Receita Estadual

QUESTÃO 78

Assinale a opção correta no que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A A isenção em caráter geral, que é um benefício fiscal, é considerada renúncia de receita.

B Aplicam-se as regras da LRF relativas a renúncia de receita em caso de alteração de alíquotas de IPI e IOF.

C As disposições da LRF não se aplicam aos municípios com menos de duzentos mil habitantes.

D A LRF, que versa sobre finanças públicas, com vistas à responsabilidade na gestão fiscal, impõe condições à concessão de renúncia fiscal.

E As autarquias vinculadas ao Poder Executivo estadual não estão obrigadas a cumprir a LRF, cujos dispositivos se aplicam apenas às autarquias federais.

LETRA D

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

No que concerne à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os próximos itens.

75 No contexto da LRF, empresa controlada é aquela que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou despesas de custeio em geral.

E

CESPE/TCE RO 2013 - Cargo 3: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: DIREITO

No que concerne à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os próximos itens.

119 De acordo com a LRF, o conceito de receita corrente líquida não engloba venda de imóveis.

C

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 6: Analista Administrativo - Área: Direito

A respeito das normas concernentes ao orçamento público e à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens a seguir.

86 A Lei de Responsabilidade Fiscal engloba normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal, matéria já regulamentada pela Lei n.º 4.320/1964.

E

87 São objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal a ação planejada na gestão fiscal e o estabelecimento de normas gerais sobre balanços contábeis.

E

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 6: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ADMINISTRAÇÃO

A respeito dos mecanismos de implementação das técnicas orçamentárias no setor público, julgue os itens subsequentes.

113 Se um município contribuir para o sistema de previdência de seus servidores, ele deverá deduzir o montante total das contribuições no cálculo da receita corrente líquida.

C

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 11: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

Julgue os itens que se seguem, relativos a lei de responsabilidade fiscal.

118 A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais está compreendida no campo de aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

C

CESPE/ANS 2013/Cargo 3: Analista Administrativo

Julgue os itens subsecutivos, referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal.

91 As receitas oriundas de operações de crédito não integram o somatório para apuração da receita corrente líquida.

C

CESPE/INPI 2012 - Cargo 9 - ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Classe A, Padrão I) – ÁREA: GESTÃO FINANCEIRA (A3)

Acerca da receita corrente líquida (RCL), conforme previsão da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

75 Na União, os valores transferidos aos estados e municípios por determinação constitucional ou legal devem ser deduzidos do cálculo da RCL.

C

76 As receitas industriais e de serviços estão englobadas na soma das receitas correntes.

C

77 As receitas intraorçamentárias arrecadadas devem ser computadas no cálculo anual da RCL.

E

CESPE/ ANP 2012 - PERFIL 2 : ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA II

Acerca da lei de responsabilidade fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

87 As empresas estatais independentes não compõem o campo de aplicação da LRF.

C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 3: Auditor de Controle Externo – Área: Direito

153 Considera-se empresa estatal dependente a empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital.

C

88 A receita corrente líquida engloba todas as receitas correntes lançadas no mês de referência e nos onze meses anteriores.

E

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Especialidade: Administrador

54 Considere as seguintes receitas de um estado da Federação.

tributária	R\$ 100,00
alienação de bens	R\$ 150,00
patrimonial	R\$ 150,00
operações de crédito	R\$ 200,00
contribuições	R\$ 120,00
industriais	R\$ 80,00

Com base nos dados acima e considerando que a parcela entregue aos municípios por determinação constitucional tenha sido de R\$ 40,00, é correto afirmar que a receita corrente líquida apurada nesse estado foi de

- A R\$ 660,00.
- B R\$ 410,00.
- C R\$ 700,00.
- D R\$ 460,00.
- E R\$ 610,00.

LETRA B

CESPE/TCDF/2012 - Analista de Controle Externo

Com relação às normas básicas da LRF — Lei Complementar n.º 101/2000 — e às do Decreto Distrital n.º 32.598/2010, julgue os itens que se seguem.

66 - (CESPE/TCDF/2012 - Analista de Controle Externo - Item 21) As disposições, as proibições, as condições e os limites constantes na LRF valem para o DF até que seja aprovada lei complementar de âmbito local que disponha sobre a ação planejada e transparente, voltada para a prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

ERRADO

CESPE - 2011 - TJ-ES – Analista Judiciário - Área Administrativa

Considerando a tabela acima, que apresenta dados contidos no relatório de gestão fiscal do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJ/ES), de janeiro a dezembro de 2010, julgue os itens que se seguem com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

	R\$ milhões
despesas com pessoal	
despesas brutas com pessoal	602,7
despesas não computadas (§1.º do art. 19 da LRF)	208,7
receita corrente líquida	7.909,0

Tribunal de Justiça do Espírito Santo. Internet: <www.tj.es.gov.br> (com adaptações).

O montante da receita corrente líquida informada no relatório de gestão do TJ/ES corresponde ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, incluindo as transferências realizadas pelo estado do Espírito Santo para os municípios por determinação constitucional.

E

CESPE/MPE-PI 2011- Cargo 7: Analista Ministerial – Área: Orçamento

A respeito da Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os próximos itens.

102 Constitui objetivo da LRF regulamentar o dispositivo constitucional que reserva à legislação complementar as normas sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.

E

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

Em 2010, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) completou dez anos. Desde a sua edição, muitas exigências de seu cumprimento foram feitas pela sociedade e pelos órgãos de controle. Acerca dessa lei, julgue os próximos itens.

112 Segundo a LRF, a receita corrente líquida corresponde ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, com as deduções estabelecidas na própria LRF.

C

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

Em 2010, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) completou dez anos. Desde a sua edição, muitas exigências de seu cumprimento foram feitas pela sociedade e pelos órgãos de controle. Acerca dessa lei, julgue os próximos itens.

113 A receita corrente líquida deve sempre ser apurada no período referente a um ano, coincidente com o ano civil.

E

CESPE/IPEA 2008 - Cargo 6: Técnico de Desenvolvimento e Administração – Perfil: Gestão de Orçamento e Finanças

Julgue os itens seguintes em conformidade com o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

81 Para efeitos da LRF, uma sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a um município, enquadra-se no conceito de empresa controlada.

C

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

35 Publicada em 2000, a LRF, lei complementar federal cuja edição já estava prevista no texto originário da Constituição Federal, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a

responsabilidade na gestão fiscal. Seus dispositivos obrigam a União, os estados, o DF e os municípios, abrangendo: o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste incluídos os tribunais de contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público; as respectivas administrações diretas, os fundos, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes.

C

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

Acerca do direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

85 Para o cálculo da receita corrente líquida da União, deverão ser deduzidas as contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a receita ou faturamento.

E

planejamento (LDO, LOA + execução orçamentária e fin)

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

Em relação às normas que regem o sistema orçamentário brasileiro, julgue os itens subsequentes.

75 As atribuições constitucionais conferidas à lei de diretrizes orçamentárias incluem dispor sobre as alterações na legislação tributária.

C

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO – APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Relativamente às classificações orçamentárias e às diretrizes para elaboração da proposta orçamentária, julgue os itens a seguir.

83 No plano plurianual são fixados os critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira.

E

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 1: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

98 A avaliação de ativos contingentes é parte integrante do Anexo de Riscos Fiscais da lei de diretrizes orçamentárias.

E

99 A compatibilidade entre a programação orçamentária e os objetivos e as metas apresentados no Anexo de Metas Fiscais deve ser demonstrada em anexo da lei orçamentária anual.

C

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 2: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

68 O conteúdo da lei de diretrizes orçamentárias está previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Complementar n.º 101/2000.

C

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 7: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: FINANÇAS

Considerando os princípios orçamentários relativos às receitas e despesas públicas, julgue os itens a seguir.

78 Para as despesas ordinárias e rotineiras da Administração Pública, já previstas no orçamento, não é preciso estimativa de impacto orçamentário e financeiro.

C

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 10: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: CONTADOR

Julgue os itens a seguir a respeito de autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária anual e de mecanismos retificadores de orçamento.

110 Para impedir a assunção de compromissos sem respaldo financeiro, deverá ser estabelecida limitação de empenho e movimentação financeira se houver frustração da receita estimada no orçamento.

C

CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - Á REA: ADMINISTRAÇÃO

Em relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens que se seguem.

87 A LDO, de acordo com a LRF, deverá dispor tanto sobre critérios e forma de limitação de empenho quanto sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

C

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Julgue os itens a seguir, com base em dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

83 Caso a realização da receita ameace o cumprimento da meta de resultado primário ou nominal divulgada, poderão ser limitados o empenho e a movimentação financeira do ente público, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias.

C

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Com relação ao planejamento orçamentário segundo o modelo orçamentário brasileiro, julgue os próximos itens.

63 A lei orçamentária anual deve consignar demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

E

65 A lei de diretrizes orçamentárias deve conter a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos.

C

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Quanto aos documentos e dispositivos legais que integram o orçamento público, julgue os itens a seguir.

149 A evolução do patrimônio líquido dos últimos três exercícios deve ser apresentada no anexo de metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias.

C

150 A lei de diretrizes orçamentárias foi instituída pela Constituição Federal de 1988, mas sua amplitude foi reduzida a partir da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 3: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

À luz da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e suas alterações, julgue os itens a seguir, acerca da dívida pública.

120 No projeto de lei orçamentária anual, devem constar todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, assim como as receitas que as atenderão. Além disso, o refinanciamento da dívida pública constará de forma separada na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

C

CEBRASPE/SECONT-ES 2022 – CARGO 2: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A respeito dos manuais de elaboração dos anexos de metas fiscais e riscos fiscais, julgue os itens subsequentes.

119 As metas anuais estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, nos termos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, devem ser fixadas em valores correntes e constantes e abranger três exercícios fiscais.

C

120 A expressão risco fiscal identifica a ocorrência reiterada de eventos que impactem negativamente as contas públicas.

E

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 3: ANALISTA PROCESSUAL

Julgue os próximos itens à luz das normas de direito financeiro contidas na Lei n.º 4.320/1964, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Constituição Federal de 1988.

103 Na lei orçamentária anual, a reserva de contingência é destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

C

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 1: ANALISTA CONTÁBIL

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei n. 10.028/2000, julgue os itens a seguir.

112 O anexo de metas fiscais deverá acompanhar a lei orçamentária anual, trazendo o demonstrativo da compatibilidade da programação do plano plurianual com as diretrizes, os objetivos e as metas do governo. Adicionalmente, a LRF recomenda que seja publicada a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes previdenciários.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 1: ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS – ESPECIALIDADE: DIREITO

Julgue os itens seguintes, sobre receita e despesa públicas e sua execução orçamentária e financeira.

117 Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica são utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação no exercício de ingresso e no seguinte, podendo ser considerados desvinculados no segundo exercício subsequente ao de sua arrecadação.

E

CEBRASPE/MCOM-2022 – ATIVIDADE 2: ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELECTUAL

Julgue os seguintes itens, pertinentes ao orçamento público no Brasil.

53 Por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, a lei orçamentária anual deve publicar a avaliação financeira e atuarial do regime geral de previdência social e do regime próprio dos servidores civis e militares.

E

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 5: TÉCNICO AMBIENTAL

Com base nas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal referentes ao planejamento, julgue o próximo item.

72 A lei orçamentária anual deve ser integrada pelo anexo de metas fiscais, no qual são estabelecidas metas anuais, em valores correntes e atualizados, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os três seguintes.

E

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO

Com relação ao plano plurianual, julgue o próximo item.

90 O plano plurianual deverá conter o anexo de metas fiscais.

E

CEBRASPE/FUB-2022 – CARGO 1: ADMINISTRADOR

Julgue os itens subsequentes, acerca de legislação administrativa e orçamento público.

72 O equilíbrio entre receitas e despesas e os critérios para limitação de empenho são definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que é elaborada no processo orçamentário.

C

CEBRASPE/SEFAZ-CE 2021 – CARGO 2: AUDITOR FISCAL CONTÁBIL-FINANCEIRO DA RECEITA ESTADUAL

O modelo de planejamento e orçamento brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 e composto de três instrumentos: o plano plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A esse respeito, julgue os itens que se seguem.

156 A LDO deverá conter anexo no qual se indica o valor e onde gastar o dinheiro público cearense no período de um ano.

E

157 Os valores que possam vir a desequilibrar as contas públicas, a exemplo dos passivos contingentes, assim como as ações e programas necessários para saná-los, devem constar no PPA.

E

158 Apresentação, montante e forma de utilização da reserva de contingência constituem um conteúdo atribuído à LOA e LDO.

C

CEBRASPE/SEFAZ-CE 2021 – CARGO 2: AUDITOR FISCAL CONTÁBIL-FINANCEIRO DA RECEITA ESTADUAL

Ao final do primeiro bimestre de exercício de 2021, constatou-se que as receitas efetivamente arrecadadas por determinado ente subnacional haviam sido inferiores às projetadas na lei orçamentária anual (LOA) e que não será atingida a meta de resultado primário definida na lei de diretrizes orçamentárias (LDO). Em 2020 e 2021, o estado de calamidade pública foi reconhecido tanto pelo Congresso Nacional como pelas assembleias legislativas estaduais. Considerando o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem, acerca da situação hipotética apresentada.

79 Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como o Ministério Público, deverão, cada um em ato próprio, nos trinta dias subsequentes, limitar os empenhos e as movimentações financeiras nos montantes necessários para a obtenção do reequilíbrio orçamentário, conforme estabelecido na LDO e na LRF.

E

80 No caso do não atingimento da meta de resultado primário, a LDO deve definir as despesas orçamentárias que não podem ser contingenciadas, destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as outras despesas ressalvadas pela LDO e pela Constituição Federal.

C

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Acerca de orçamento público, julgue os itens a seguir.

104 A mensagem presidencial que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual ao Congresso Nacional deve demonstrar as metas de inflação para o exercício subsequente.

ANULADA

C (Gab. Preliminar)

Justificativa:

O fato de constar da redação do item a “à lei orçamentária anual” prejudicou o julgamento objetivo do item.

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

A respeito dos mecanismos utilizados na elaboração, execução e controle do orçamento, julgue os itens que se seguem.

107 Se a receita arrecadada for insuficiente para o cumprimento das metas fiscais, a consequente limitação de empenho deverá obedecer aos critérios estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Com relação aos recursos de acompanhamento e modificação do orçamento governamental, julgue os itens subsecutivos.

113 A avaliação do cumprimento dos objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial deve ser feita exclusivamente por meio de convocação do ministro da Economia para audiência pública no Congresso Nacional.

E

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 3 – Direito

Ainda acerca de aspectos do direito financeiro, julgue os próximos itens.

162 A lei de diretrizes orçamentárias deve dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Todos os cargos – Conhecimentos Básicos

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens subsequentes.

32 A lei de diretrizes orçamentárias deve dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas públicas.

C

CESPE/PGM - Campo Grande - MS 2019 - Procurador Municipal

Tendo como referência a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens seguintes.

110 A LRF, ao transformar a LDO em instrumento de planejamento trienal, incluiu o anexo de metas fiscais, no qual se estabelecem as metas anuais a serem implementadas no exercício financeiro a que se refere a LDO e nos dois exercícios seguintes.

C

CESPE/TJ-AM 2019 - Analista Judiciário - Contabilidade

A respeito de características básicas do orçamento federal, julgue os itens que se seguem.

107 A reserva de contingência consignada na lei orçamentária anual destina-se exclusivamente ao atendimento de passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

C

110 Se verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário, ficará vedada a limitação de empenho de diferentes dotações orçamentárias em percentuais distintos.

E

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 1

Com relação às técnicas e aos instrumentos utilizados na elaboração e na aprovação do orçamento, julgue os itens que se seguem.

44 O anexo de metas fiscais deve ser obrigatoriamente incluído na lei de diretrizes orçamentárias, mas a inclusão do anexo de riscos fiscais é facultativa.

E

Acerca dos mecanismos de execução do orçamento, julgue os itens seguintes.

46 O recurso legalmente vinculado à finalidade específica que não for utilizado no objeto de sua vinculação até o final do exercício financeiro reverte ao Tesouro público e pode ser utilizado no exercício seguinte em outras finalidades.

E

CESPE/MPU 2018 - Cargo 2: TÉCNICO DO MPU – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito de orçamento público, julgue os próximos itens.

115 Se alguma das casas do Poder Legislativo ultrapassar o limite máximo de execução de despesas fixado na programação financeira, o Poder Executivo ficará dispensado de apresentar o cumprimento das metas fiscais do quadrimestre seguinte na comissão mista de orçamentos.

ERRADO

CESPE/MPU 2018 - Cargo 2: TÉCNICO DO MPU – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Acerca da receita e da despesa públicas, bem como de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

118 A Lei de Responsabilidade Fiscal só trata de metas de resultados para as despesas públicas, uma vez que as receitas públicas estão fora do controle dos órgãos públicos.

ERRADO

CESPE/STJ 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Julgue os próximos itens, relativos a receita e despesa públicas.

112 É vedada a utilização de recursos em finalidade distinta da especificada pelo código de fonte de recursos.

C

CESPE/STJ 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

A respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal e do novo regime fiscal, julgue os itens subsequentes.

117 Se um órgão público alienar edifício de sua propriedade, os recursos obtidos com a alienação, bem como a destinação desses recursos, devem ser demonstrados em anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/STM 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens a seguir.

85 Os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial devem ser apresentados no projeto da lei orçamentária anual.

E

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 2: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a Lei de Acesso à Informação, julgue os seguintes itens.

110 Cabe à lei de diretrizes orçamentárias definir limites e condições para a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

E

49 No âmbito fiscal do setor público, o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas e as despesas, incluídas as operações de crédito ativas e passivas destinadas ao refinanciamento da dívida pública.

E

CESPE/TCE-SC 2016 – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO 3 - AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Acesso à Informação, julgue os itens subsequentes.

CESPE/DPU 2016 - Cargo 5: CONTADOR

Com relação às disposições constantes na LRF a respeito da lei orçamentária anual (LOA), à lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e ao plano plurianual (PPA), julgue os itens subsecutivos.

147 Passivos contingentes são despesas que envolvem certo grau de incerteza quanto a sua efetiva ocorrência. Nesse sentido, a LDO contém o anexo de riscos fiscais, no qual são avaliados os passivos contingentes e outros riscos fiscais.

C

148 Após a sanção presidencial à LOA aprovada pelo Congresso Nacional, o Poder Executivo, mediante decreto, deve estabelecer, em até sessenta dias, a programação financeira e o cronograma de desembolso mensal por órgãos.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO: AUDITOR

Com relação ao orçamento público e à atuação do governo na economia, julgue os itens a seguir.

153 Se os órgãos públicos da União realizarem limitação de empenho em decorrência de frustração de receita anteriormente verificada, e se a arrecadação presente demonstrar restabelecimento das metas previstas na lei orçamentária, a recomposição das dotações deve ser feita de acordo com critérios estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

E

155 Os critérios para limitação do empenho são válidos somente no exercício financeiro para o qual foram instituídos.

C

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 2: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: CONTADOR

A respeito do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei do orçamento anual (LOA), julgue os seguintes itens.

100 A LOA deve conter a reserva de contingência, destinada aos passivos contingentes, cuja forma de utilização e o seu montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na LDO.

C

101 O anexo de metas fiscais, documento constante da LDO, conterà a evolução do patrimônio líquido, facultando-se a apresentação da origem e da aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

E

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 3: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR - SUBATIVIDADE: ADMINISTRATIVO

Com relação à lei de diretrizes orçamentárias (LDO), julgue os itens subsequentes.

63 A LDO deve conter demonstrativo da estimativa de receita e prever a compensação da renúncia de receita.

C

64 A LDO deve ser acompanhada de anexo com a avaliação dos passivos contingentes.

C

CESPE/STJ 2015 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Com fundamento nos princípios e nas normas emanados da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os seguintes itens.

118 O projeto da LRF foi concebido no bojo da busca pela estabilidade fiscal, visando à obtenção de superávits primários compatíveis com a estabilização da relação entre dívida externa e reservas internacionais.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: CONTADORIA

No que se refere a instrumentos, técnicas e sistemas do orçamento público, julgue os seguintes itens.

97 O anexo de metas fiscais que integra a lei de diretrizes orçamentárias abrange um período de quatro exercícios financeiros.

C

98 A lei orçamentária anual deve definir o montante da reserva de contingência, em percentual da receita corrente líquida, bem como sua forma de utilização.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 15: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Acerca dos instrumentos de efetivação de planejamento e orçamento no Brasil, julgue os próximos itens.

97 Entre as variáveis de conjuntura econômica que devem ser apresentadas em conjunto com a LDO estão as metas de inflação para o exercício a que se refira a lei.

C

Com referência a programação e execução orçamentária e financeira, julgue os itens que se seguem.

107 Se determinada receita estiver vinculada a uma despesa específica, mas a ação correspondente não for executada até o final do exercício, os recursos deverão reverter ao Tesouro Nacional, e a vinculação perderá sua eficácia.

E

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 1: ADMINISTRADOR

Com relação aos aspectos mais relevantes da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os próximos itens.

93 O plano plurianual deve ser integrado por um anexo de política fiscal, em que serão estabelecidos os objetivos e as metas plurianuais de política fiscal a serem alcançados durante o período de vigência do plano, demonstrando isso a compatibilidade deste com as premissas e os objetivos das políticas econômica nacional e de desenvolvimento social.

E

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 1: ADMINISTRADOR

Julgue os próximos itens, a respeito de orçamento público.

57 A vinculação legal entre recurso e objeto é restrita ao exercício de ingresso do recurso, sendo desfeita no exercício subsequente.

E

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 22: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

Com relação às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens subsecutivos.

119 O resultado — positivo ou negativo — do Banco Central do Brasil se incorpora ao orçamento fiscal da União, excetuada a remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional.

E

CESPE/TCU 2015 - Auditor Federal de Controle Externo Área: Controle Externo Especialidade: Controle Externo Orientação: Auditoria Governamental

Com referência aos aspectos doutrinários e históricos da administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

176 É vedado à lei de diretrizes orçamentárias prever a indisponibilidade de determinadas dotações orçamentárias para a limitação de despesas, diante da hipótese de a realização da receita não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal.

E

CESPE/TCU 2015 - Cargo: Técnico Federal de Controle Externo - Área: Apoio Técnico e Administrativo - Especialidade: Técnica Administrativa

Julgue os próximos itens de acordo com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

69 O projeto de lei orçamentária anual deve contemplar reserva de contingência destinada a honrar passivos contingentes, bem como outros riscos e eventos fiscais não previstos pelo ente federativo. O montante dessa reserva deve ser definido com base na receita corrente líquida do referido ente.

C

CESPE/TRE GO 2015 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

À luz das normas legais vigentes, julgue os próximos itens, a respeito do orçamento público.

111 Se um ente da Federação contar com regime próprio de previdência dos seus servidores públicos, a avaliação da situação financeira e atuarial desse regime deverá constar obrigatoriamente na respectiva lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/CGE-PI 2015 - Cargo 1: AUDITOR GOVERNAMENTAL – ÁREA: GERAL

Em relação a lei orçamentária anual (LOA), planejamento governamental no estado do Piauí e créditos adicionais, julgue os itens a seguir.

134 Caso seja identificada frustração na arrecadação da receita, durante o acompanhamento da execução de um orçamento público, mecanismos de ajuste entre receita e despesa deverão ser propostos pelo Poder Executivo, mediante decreto, e aprovados pelo Poder Legislativo.

E

CESPE/CGE-PI 2015 - Cargo 1: AUDITOR GOVERNAMENTAL – ÁREA: GERAL

Acerca do PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), da LOA, das técnicas orçamentárias, da supervisão ministerial e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsecutivos.

139 A LRF atribuiu à LDO a responsabilidade de tratar de outras matérias não previstas na Constituição Federal de 1988, como a publicação da avaliação atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos.

C

CESPE/ANTAQ 2014 - Cargo 4: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA: QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO

Julgue os itens que se seguem, com relação às receitas e às despesas públicas.

63 A reserva de contingência destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

C

CESPE/TCDF 2014 - Cargo: Técnico de Administração Pública

A respeito das noções de administração financeira, bem como dos princípios e das diretrizes do orçamento público, julgue os itens a seguir.

82 Os riscos fiscais que devem ser avaliados considerando-se a lei de diretrizes orçamentárias incluem tanto as dívidas cuja existência dependa de fatos imprevisíveis quanto a possibilidade de haver desvios relativos ao que foi previsto para as receitas públicas e ao que foi efetivamente realizado.

C

83 Os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções macroeconômicos, devem ser demonstrados em anexo específico da lei de diretrizes orçamentárias, ao passo que as metas anuais relativas a receitas, despesas e resultados nominal e primário devem ser definidas no anexo de metas fiscais.

C

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

A respeito do ciclo e sistema orçamentário, julgue os itens que se seguem.

129 Entre os assuntos tratados nos anexos de riscos fiscais da LDO, tem-se a evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios.

E

Acerca do relatório resumido da execução orçamentária (RREO), da avaliação do cumprimento das metas fiscais e da forma de cálculo da receita corrente líquida, julgue os itens subsequentes.

191 As despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida não serão objeto de limitação, ainda que não seja conferida a meta de resultado primário estabelecida no anexo de metas fiscais.

C

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA IV

Considerando aspectos relacionados a planejamento público, orçamento e receitas e despesas públicas, julgue os itens de 116 a 120. Nesse sentido, considere que as siglas PPA e LDO, sempre que empregadas, se referem, respectivamente, a plano plurianual e lei de diretrizes orçamentárias.

120 Se problemas na execução orçamentária enfrentados por um ministério impedirem que recursos vinculados, não incluídos na desvinculação de recursos da União, sejam gastos, tais recursos poderão, no próximo exercício, ser gastos em despesas diferentes daquelas a que originalmente eles foram vinculados.

E

122 Se, ao fim do terceiro bimestre de determinado exercício, for detectado o comprometimento das metas de resultado primário, os poderes públicos e o Ministério Público deverão, em ato próprio, nos trinta dias subsequentes à apuração do comprometimento, limitar os empenhos e movimentações financeiras de todos os poderes, respeitando estritamente os critérios definidos pela LDO.

E

Julgue os seguintes itens, referentes às políticas públicas e seus instrumentos e à responsabilidade fiscal.

127 O equilíbrio entre receitas e despesas é parte integrante das discussões orçamentárias, sendo este um assunto normatizado exclusivamente pela LDO.

E

Considere que, no âmbito da União, tenha-se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não comportaria o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal. Com base nessa situação hipotética, julgue os próximos itens, que se referem à execução orçamentária e financeira do setor público.

136 O Poder Executivo poderá reduzir a meta do superávit primário, de acordo com os critérios fixados pela LDO.

E

137 Caso o Poder Executivo federal reconheça, por meio de decreto, a existência de uma calamidade pública, fica dispensada a necessidade de limitação de empenho durante o primeiro trimestre.

E

138 Compete ao Poder Legislativo realizar as devidas limitações de empenho e movimentação financeira dos demais poderes e do Ministério Público, adequando-as à LDO.

E

CESPE/ICMBIO 2014 - Cargo 1: Analista Administrativo

Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

85 A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) será acompanhada pelo anexo de riscos fiscais, que abrangem os riscos capazes de afetar as contas públicas e suas providências.

C

No que se refere à programação e execução orçamentária e financeira e à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.

91 De acordo com a LRF, a LDO deve estabelecer as metas do resultado primário do setor público para o exercício, além de indicar a meta para os dois anos seguintes.

C

CESPE/CADE 2014 - Cargo 1: Analista Técnico-Administrativo

A respeito do sistema de planejamento e dos documentos orçamentários previstos na Constituição Federal de 1988, julgue os itens que se seguem.

58 Se o Ministério da Fazenda utilizar operações de lançamento de títulos mobiliários para refinar uma parte da dívida pública mobiliária federal, a parcela a ser refinanciada constará em separado na LOA.

C

Com referência ao processo de orçamentação pública no Brasil, incluindo classificações e conceitos técnicos, bem como o acompanhamento da execução e a descentralização financeira, julgue os itens a seguir.

64 Caso determinado órgão do Poder Judiciário não tenha promovido a limitação de empenho de suas dotações orçamentárias no prazo e nas condições estipuladas pela legislação, o Poder Executivo poderá limitar os valores financeiros segundo seus próprios critérios.

E

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 1: ADMINISTRADOR – CLASSE A, PADRÃO I

Em relação ao orçamento público no Brasil, julgue os próximos itens.

75 Uma operação de crédito por antecipação de receita orçamentária somente será realizada se a respectiva destinação dos recursos estiver prevista na lei de diretrizes orçamentárias.

E

JUSTIFICATIVA - A destinação de recursos provenientes das operações de crédito, incluindo-se as realizadas por antecipação de receita, fazia parte do conteúdo da lei de diretrizes orçamentárias, nos termos do art. 4º, inc. I, alínea "d", da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas o referido dispositivo foi vetado pelo presidente da República e nunca entrou em vigor.

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 4: CONTADOR – CLASSE A, PADRÃO I

Em relação à mensuração de passivos, provisões, tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições e sistemas de custos, julgue os itens subsecutivos.

89 A Lei de Responsabilidade Fiscal, além de estabelecer que a administração pública deva manter sistema de custos para a avaliação e o acompanhamento da gestão, fixa que a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a incumbência de tratar das normas específicas para o controle dos custos dos serviços públicos prestados conforme previsão orçamentária.

C

JUSTIFICATIVA – Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF). Art. 50 §3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Art. 4.º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no §2º do art. 165 da Constituição e:

- disporá também sobre:

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

A respeito do orçamento público, sua evolução, seus princípios e sua composição, julgue os itens subsecutivos.

98 Para efeito de adoção das medidas especificadas na Lei de Responsabilidade Fiscal, a lei de diretrizes orçamentárias estabelece o limite referencial para o montante das despesas com juros da dívida pública, com base em percentual da receita corrente líquida.

E

CESPE/PGDF 2013 - CARGO: PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I

Com relação aos indicadores da saúde financeira dos entes públicos para a gestão financeira equilibrada, julgue os itens seguintes.

58 O resultado primário é item que deve constar obrigatoriamente da LOA, conforme prevê a LRF.

E

59 O anexo de metas fiscais que integra a LDO deve estabelecer metas anuais para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

C

CESPE/ANCINE 2013 - Cargo 1: Analista Administrativo Área: I

Em relação ao processo orçamentário no âmbito da administração pública do Brasil, julgue os itens que se seguem.

91 Os precatórios judiciais, após seu reconhecimento e quantificação, passam a constituir os riscos fiscais, sendo incluídos no Anexo de Riscos Fiscais, que integra a estrutura da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

E

CESPE/BACEN 2013 - Analista - Área 5: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com relação aos instrumentos de planejamento, orçamento e execução do programa de trabalho do governo, julgue os seguintes itens.

81 Se determinado ente da Federação precisar estipular um limite para a expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, então a matéria deverá ser incluída no anexo de metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/TCU 2013 - Auditor Federal de Controle Externo

A propósito do PPA e da LDO, julgue os itens subsecutivos.

159 A LDO/2013 prevê que, no caso de frustração da receita que venha a comprometer o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, o Poder Executivo efetuará automaticamente, a qualquer tempo, o contingenciamento das dotações e a retenção dos recursos correspondentes a todos os poderes e ao Ministério Público, situação que só se reverterá se houver plena recuperação da receita inicialmente estimada antes do final do exercício.

E

CESPE/MPU 2013 - CARGO 6: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: FINANÇAS E CONTROLE

A respeito do processo que conforma legalmente a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), julgue os próximos itens.

56 Caso um cidadão, em 15/12/2012, estivesse preocupado com o aumento de preços ao consumidor, ele poderia ter obtido a previsão das metas de inflação para o ano subsequente por meio de consulta à peça integrante do processo em que se submeteu à deliberação do Congresso Nacional o texto do projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2013.

C

57 É permitido ao Ministério Público, sem prejuízo dos critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, promover, por ato próprio, limitação de empenho nos trinta dias subsequentes ao bimestre em que a realização da receita demonstre que poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas no anexo de metas fiscais.

C

Acerca de execução orçamentária e financeira no âmbito do setor público, julgue os itens que se seguem.

58 Os recursos estritamente qualificados só podem ser utilizados para pagamento de despesa legalmente autorizada, desde que a execução tenha ocorrido no período de vigência da Lei Orçamentária Anual.

ANULADA

(gab. Preliminar → C)

Justificativa da banca: O trecho do item “desde que a execução tenha ocorrido no período de vigência da LOA” conferiu-lhe ambiguidade insuperável, motivo suficiente para sua anulação.

59 A programação financeira de desembolso, que é o instrumento básico do planejamento da União, ajusta o ritmo de execução do orçamento-programa ao fluxo provável de ingressos de recursos.

C

No que concerne à Lei Orçamentária Anual (LOA), julgue os itens subsequentes.

64 Parte do montante das reservas de contingências anotadas na LOA pode ser usada para suportar despesas originárias de eventos fiscais supervenientes à aprovação do orçamento para o exercício de que trata a lei orçamentária.

C

65 A LOA contemplará o demonstrativo regionalizado do efeito sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A respeito do ordenamento constitucional em vigor no contexto do orçamento público, julgue os itens subsecutivos.

66 Considere que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de determinado exercício financeiro tenha autorizado a contratação de uma operação de crédito com instituição financeira estrangeira, com a finalidade de equilibrar as necessidades de gastos com os recursos disponíveis. Nessa situação, é correto afirmar que a LDO estará tratando de matéria alheia às suas finalidades.

E

67 A reserva de contingência, que é definida na Lei Orçamentária Anual (LOA) e baseada na receita corrente líquida, não pode ser utilizada para pagamento de restos a pagar que excederem as disponibilidades de caixa ao final do exercício.

C

No que concerne à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os próximos itens.

76 Considere que determinado município deseje aprovar a redução da alíquota do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) para imóveis utilizados em ações sociais filantrópicas. Nessa situação, o Poder Executivo deve incluir, no texto da LDO, demonstrativo da estimativa e a compensação da renúncia de receita.

ANULADA

(gab. preliminar → E)

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 1: Analista Administrativo – Área: Administração

O orçamento brasileiro é formado por um conjunto de leis que visam garantir coerência temporal nas ações desenvolvidas pelo governo. Nesse sentido, plano plurianual (PPA), lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e lei orçamentária anual (LOA) formam uma estrutura básica de planejamento e execução do orçamento no Brasil. Com relação a esses dispositivos, julgue os itens que se seguem.

82 Caso haja o descumprimento das metas fiscais previstas na LDO, o Poder Executivo deve limitar imediatamente o dispêndio de todos os três poderes. Como as regras de limitação estão definidas na LDO, que foi debatida e aprovada pelo Poder Legislativo, tal procedimento não pode ser considerado uma violação da independência dos poderes.

E

Programação e acompanhamento da execução do orçamento são elementos básicos do planejamento e controle. Com relação a esse tema, julgue os itens seguintes.

91 Um recurso legalmente vinculado manterá sua destinação específica mesmo em exercício diverso de sua arrecadação.

C

A respeito de orçamento público e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

93 Considere-se que, para garantir a atratividade econômica de certa rota de transporte terrestre interestadual, o governo federal pretenda conceder benefícios de natureza tributária ao vendedor do leilão de concessão da rota em questão. Nessa situação hipotética, não será necessário incluir no projeto de lei orçamentária o impacto regionalizado sobre as receitas e as despesas oriundo de tal benefício, mas, sim, a previsão global desse impacto.

ANULADA (gab. Preliminar → E)

Justificativa: Onde se lê “vendedor”, deveria ser “vencedor”. Dessa forma, opta-se pela anulação do item.

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 11: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

Julgue os itens que se seguem, relativos a lei de responsabilidade fiscal.

113 A limitação de empenho é promovida quando a realização da receita não possibilitar o cumprimento de metas de resultado primário e nominal, e os critérios e formas para o contingenciamento devem ser estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.

E

CESPE/IBAMA 2013/Cargo: Analista Administrativo

Com relação ao acompanhamento da execução orçamentária e ao gerenciamento das receitas e das despesas públicas, julgue os seguintes itens.

91 Considere que determinado recurso tenha sido vinculado, no exercício financeiro vigente, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino e destinado a determinado município para a realização de reformas de escolas públicas municipais. Nessa situação, é correto afirmar que, caso esse recurso não seja transferido para o município até o final do ano por falta da documentação necessária, a União poderá destiná-lo a outro município no exercício seguinte, contudo será obrigada a manter a vinculação à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

C

CESPE/MI 2013 - Cargo 1: Analista Técnico Administrativo

No que se refere a orçamento público, execução orçamentária e financeira e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

66 O Poder Executivo deve aprovar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolsos antes da aprovação da lei orçamentária, conforme previsto na LRF.

E

CESPE/MI 2013 - Cargo 4: Administrador

Acerca da programação e execução orçamentária e financeira, julgue os itens subsequentes.

108 Os recursos da União destinados à transferência aos municípios para o custeio de ações e serviços públicos de saúde não podem sofrer limitação de empenho, ainda que a realização da receita não comporte o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais da lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

C

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

119 Se a União for condenada em ação judicial de indenização, mas a sentença correspondente ainda não tiver transitado em julgado no momento da elaboração do projeto de LDO, deverá o valor da ação ser incluído no anexo de riscos fiscais da referida lei.

C

CESPE/MME 2013 - Cargo 2: Analista Financeiro

QUESTÃO 87

Acerca do acompanhamento da execução financeira e orçamentária, assinale a opção correta.

A O cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial deverá ser demonstrado pelo Banco Central do Brasil perante a Comissão Mista de Orçamento.

B Na programação da execução orçamentária e financeira, é vedado identificar os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais.

C O Poder Legislativo somente será obrigado a promover limitação de seus empenhos se os critérios para limitação forem fixados pela LDO.

D No caso de restabelecimento da receita prevista, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de acordo com o decreto de programação orçamentária.

E Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro de cada ano, o Poder Executivo deve demonstrar o cumprimento das metas fiscais no plenário do Congresso Nacional.

LETRA C

CESPE/MME 2013 - Cargo 4: Gerente Técnico de Projeto

QUESTÃO 90

O Poder Executivo verificou, em determinado mês, que a realização da receita pode não ser suficiente para o cumprimento das metas fiscais.

Nesse caso,

A as despesas que constituírem obrigações constitucionais e legais do ente serão objeto de limitação especial, com percentuais e prazos menores que os demais.

B as despesas de capital relacionadas a obras em andamento que sejam consideradas estratégicas não serão objeto de limitação.

C as dotações serão recompostas, no caso de restabelecimento da receita prevista, de acordo com os critérios estabelecidos pela Junta de Execução Orçamentária.

D os órgãos setoriais de orçamento poderão solicitar a flexibilização dos limites orçamentários no decorrer do exercício para que sejam atendidas as suas programações.

E o Poder Executivo deve promover imediatamente a limitação de empenho de todos os órgãos e fundos da administração pública.

LETRA D

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Judiciária

Supondo que Maria seja responsável por conduzir a execução orçamentária de um tribunal federal e tendo em conta o disposto na Lei n.º 4.320/1964, na LRF e na CF, julgue os próximos itens.

110 Na execução de despesa e receita, Maria, como administradora pública, deverá observar os limites de gastos estabelecidos para cumprir as metas fiscais constantes da LOA.

E

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Julgue os próximos itens, relativos a orçamento público.

109 Considere que, ao final do segundo bimestre de exercício da LOA, constate-se que as receitas efetivamente arrecadadas foram inferiores às projetadas na LOA e que não será atingida a meta de resultado primário definida na LDO. Nessa situação, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como o Ministério Público, deverão, cada um, em ato próprio, nos trinta dias subsequentes, limitar os empenhos e as movimentações financeiras nos montantes necessários para a obtenção do reequilíbrio orçamentário, conforme estabelecido na LDO.

C

CESPE/CNJ 2012 Cargo 13: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) formam a tríade que constitui a estrutura básica de planejamento e implementação do orçamento no Brasil. A respeito desses dispositivos, julgue os itens a seguir.

99 De acordo com a LDO, na condição de se verificar, ao final do semestre, que a realização da receita não comportará o cumprimento das metas de resultado primário, o Poder Executivo promoverá, por ato próprio, limitações no empenho e na movimentação financeira dos três poderes.

E

CESPE/CNJ 2012 Cargo 13: Técnico Judiciário – Área: Administrativa

Acerca de programação orçamentária e acompanhamento da execução, julgue os seguintes itens.

105 Como preparação para os debates da LOA, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso devem ser elaborados pelo Poder Executivo, logo após a publicação da LDO.

E

106 Quando determinado recurso legalmente vinculado não é executado em seu próprio exercício, a vinculação da receita é descaracterizada no exercício posterior, para facilitar o controle da execução.

E

CESPE/SEGER ES 2012 - Cargo: Analista do Executivo – Área de Formação 2: Ciências Contábeis

QUESTÃO 59 - De acordo com a Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal (LRF), assinale a opção correta.

A Havendo ressalva na LDO, a LRF admite a limitação de despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

E

B De acordo com a LRF, não é permitido que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica sejam utilizados para atender o objeto de sua vinculação em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

E

E No restabelecimento da receita prevista, as dotações cujos empenhos tenham sido limitados serão recompostas de forma proporcional ao crédito orçamentário da unidade executora previsto para o exercício seguinte.

E

CESPE/TCDF 2012 - Procurador do Ministério Público

Houve um grande alvoroço quando os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional elevaram a previsão de receita da União para 2011 em R\$ 22,8 bilhões. Muitos consideraram a estimativa irrealista e destinada unicamente a acomodar o aumento de gastos que deputados e senadores fizeram no orçamento. Esse “exagero” na reestimativa da receita foi um dos argumentos utilizados pelo governo para “contingenciar” R\$ 50,1 bilhões nas despesas orçamentárias e, dessa forma, garantir a obtenção da meta de superávit primário deste ano.

Valor Econômico, 22/9/2011 (com adaptações).

A respeito dos temas abordados na matéria jornalística acima, julgue os itens a seguir.

41 A meta de superávit, mencionada no texto, deve constar da LDO, conforme determinação explícita da Lei de Responsabilidade Fiscal.

C

42 Em face do caráter autorizativo da LOA, não há obrigatoriedade de recomposição das despesas contingenciadas, na hipótese de restabelecimento da receita prevista no orçamento.

E

43 O contingenciamento a que se refere o texto não pode atingir despesas que estejam ressalvadas pela LOA, a exemplo das transferências constitucionais e das despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

E

CESPE/INPI 2012 - Cargo 9 - ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Classe A, Padrão I) – ÁREA: GESTÃO FINANCEIRA (A3)

No que se refere a plano plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), orçamento anual e classificações orçamentárias, julgue os próximos itens.

93 A lei de diretrizes orçamentárias deve conter o anexo de riscos fiscais, em que se avaliam os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, apresentando, ainda, as providências a serem tomadas, caso estes riscos se concretizem.

C

No que se refere ao PPA, a LOA e a LDO, julgue os itens consecutivos.

116 O eventual refinanciamento da dívida pública deve constar separadamente na LOA.

C

No que concerne à receita e despesa públicas, julgue os itens a seguir.

119 Quando cabível, a quantidade e os valores ajuizados para a cobrança da dívida ativa devem ser desdobrados em metas bimestrais de arrecadação.

C

CESPE/ ANP 2012 - PERFIL 2 : ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA II

Acerca da lei de responsabilidade fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

89 As metas de inflação para o exercício subsequente devem constar do anexo específico à mensagem de encaminhamento do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 1: Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

A elaboração de proposta orçamentaria no Brasil compreende a preparação de diversos instrumentos, entre os quais se destacam o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentaria Anual (LOA). Com relação a esses instrumentos, julgue os próximos itens.

95 No anexo de riscos fiscais, devem ser avaliados os passivos contingentes e os outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando-se as providências a serem tomadas, caso esses passivos e riscos sejam concretizados.

C

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 1: Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

98 No PPA, devem constar disposições sobre as metas e os riscos fiscais, assim como sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

E

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 2: Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Com base na Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os próximos itens.

105 Compete a Lei Orçamentaria Anual (LOA) regulamentar o equilíbrio entre receitas e despesas.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 1: Auditor de Controle Externo – Área: Auditoria Governamental

Em relação ao orçamento público no Brasil, julgue os itens de 133 a 137.

134 A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que a Lei de Diretrizes Orçamentárias disponha sobre alterações na legislação tributária.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 2: Auditor de Controle Externo – Área: Ciências Contábeis

No que diz respeito aos principais instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens subsequentes.

148 A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve conter a demonstração da evolução do patrimônio líquido governamental nos últimos três exercícios, destacando-se a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 3: Auditor de Controle Externo – Área: Direito

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) introduziu, no ordenamento brasileiro, o regime da responsabilidade fiscal, caracterizado em especial pelo princípio da responsabilidade na gestão eficiente dos recursos públicos (accountability), com destaque para a prudência e a transparência. Em relação às disposições da LRF, julgue os seguintes itens.

151 A limitação de empenho e movimentação financeira deve ser promovida se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita possa não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

C

152 Entre as inúmeras funções atribuídas pela LRF às leis de diretrizes orçamentárias, destacam-se a fixação de exigências para a realização de transferências de recursos a entidades públicas e privadas e a fixação das metas fiscais de receitas e despesas referentes ao exercício em curso e aos dois subsequentes.

C

CESPE/TJ RR 2012 - Cargo 4: Contador

Acerca de elaboração, acompanhamento e fiscalização do orçamento público, julgue os itens subsequentes, considerando a legislação aplicável.

84 O projeto de lei orçamentária anual deverá conter reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, com montante e forma de utilização definidos com base na receita corrente líquida e estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Especialidade: Administrador

52 A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) prevê a limitação de empenho e movimentação financeira pelos Poderes e pelo Ministério Público nos trinta dias subsequentes, se, ao final de um bimestre, verificar-se que

A o montante da dívida se apresenta superior ao limite imposto pela LRF.

B a realização da receita não ultrapassará a sua previsão.

C a execução da despesa ultrapassará os valores fixados na LOA.

D as metas de resultado primário e nominal estabelecidas para o exercício não serão alcançadas, devido à redução da realização da receita.

E as despesas primárias são inferiores às receitas primárias.

LETRA D (Gab. Preliminar)

ANULADA

Não há opção correta, motivo pelo qual se opta anulação da questão.

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Especialidade: Administrador

53 O anexo de metas fiscais deve

A evidenciar a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.

B integrar o projeto de lei do PPA.

C ser publicado até trinta dias subsequentes à publicação da LOA.

D destacar a origem e a aplicação dos recursos obtidos com as operações de crédito.

E informar e avaliar os passivos contingentes.

LETRA A

CESPE/TRE-RJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Julgue os próximos itens, relativos a orçamento público.

88 O anexo de metas fiscais integra a lei orçamentária anual, compreendendo, entre outras informações, a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

E

No que se refere a diretrizes, princípios e técnicas orçamentárias, julgue os itens seguintes.

92 O equilíbrio entre receitas e despesas é um dos assuntos que deve dispor a lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/EBC 2011 - Cargo 9: Analista de Empresa de Comunicação Pública – Atividade: Contabilidade

93 O projeto de plano plurianual deve conter um anexo que, versando sobre política fiscal, estabeleça os objetivos e metas plurianuais a serem alcançados durante o período de vigência do plano, demonstrando a compatibilidade desses objetivos com as premissas e os objetivos das políticas econômica nacional e de desenvolvimento social.

E

CESPE/TCU 2011 - Cargo 1: AUFC – Orientação: Auditoria Governamental

A CF introduziu no ordenamento jurídico brasileiro um documento, a LDO, com características inéditas no mundo, que depois chegou a ser copiado em vários países. Acerca da LDO, julgue os itens subsequentes.

139 Os critérios para limitação de empenho nos casos em que a realização da receita possa não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal somente são

aplicáveis ao Poder Executivo, devendo os órgãos dos demais poderes instituir seus próprios critérios.

E

CESPE/MPE-PI 2011- Cargo 7: Analista Ministerial – Área: Orçamento

A respeito de orçamento e procedimentos contábeis no setor público, julgue os itens subsequentes.

76 A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que se incluam no plano plurianual as metas e prioridades da administração pública federal, bem como as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente.

E

A respeito da Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os próximos itens.

103 Nos termos da LRF, a lei de diretrizes orçamentárias deve dispor sobre a destinação de recursos provenientes das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, sem prejuízo de outras atribuições estabelecidas na Constituição Federal.

E

CESPE/ABIN 2010 - Cargo 1: Oficial Técnico de Inteligência – Área de Administração

A Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Considerando o que dispõe a LRF, julgue os itens subsequentes.

109 O resultado positivo do Banco Central, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional; o resultado negativo, obrigação do Tesouro para com o Banco Central, devendo ser consignado em dotação específica no orçamento.

C

CESPE/MPU 2010 - Cargo 30: Analista de Orçamento

Julgue os itens seguintes com base no que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

84 A LDO deverá ser acompanhada por anexos de metas orçamentárias.

E

86 De acordo com a Lei Complementar n.º 101/2000 (LRF), cabe à LDO disciplinar o equilíbrio entre as receitas e as despesas.

C

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

Em 2010, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) completou dez anos. Desde a sua edição, muitas exigências de seu cumprimento foram feitas pela sociedade e pelos órgãos de controle. Acerca dessa lei, julgue os próximos itens.

106 De acordo com a LRF, o projeto de lei do PPA deve ser enviado ao Poder Legislativo até oito meses e meio antes do término do exercício financeiro.

E

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

Em 2010, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) completou dez anos. Desde a sua edição, muitas exigências de seu cumprimento foram feitas pela sociedade e pelos órgãos de controle. Acerca dessa lei, julgue os próximos itens.

108 A LRF determina a inclusão, na LDO, dos objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como dos parâmetros e das projeções para seus principais agregados.

E

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

Em 2010, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) completou dez anos. Desde a sua edição, muitas exigências de seu cumprimento foram feitas pela sociedade e pelos órgãos de controle. Acerca dessa lei, julgue os próximos itens.

111 A LRF estabelece que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente, para que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Nesse sentido, os recursos da reserva de contingência são uma forma de prevenir os riscos de desequilíbrios nas contas públicas provocados por situações contingentes.

C

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

Em 2010, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) completou dez anos. Desde a sua edição, muitas exigências de seu cumprimento foram feitas pela sociedade e pelos órgãos de controle. Acerca dessa lei, julgue os próximos itens.

114 Segundo a LRF, integrarão o projeto da LDO um anexo de metas fiscais e outro de riscos fiscais.

C

Ainda com relação aos orçamentos públicos, julgue os itens a seguir.

142 A LDO deve conter anexo no qual sejam avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

C

CESPE/TCU 2009 - Cargo 4: Técnico Federal de Controle Externo – Área: Apoio Técnico e Administrativo – Especialidade: Técnica Administrativa

Com base em conceitos e na legislação pertinente a programação, execução e controle de recursos orçamentários e financeiros, julgue os itens a seguir.

82 Constatando-se, após a aprovação e publicação do orçamento, a impossibilidade de arrecadação da receita prevista no exercício, a alternativa de que dispõe o governo para cumprir a programação aprovada é a obtenção de empréstimos a título de antecipação da receita orçamentária.

E

Com fundamento na Lei de Responsabilidade Fiscal e em seus desdobramentos, julgue os itens seguintes.

99 Considerando que o Poder Executivo tenha determinado, em ato normativo, a realização de um programa iniciando-se em 2009 e com conclusão prevista para 2011, implicando despesas de custeio ao longo de todo o período, e mesmo considerando que haja disponibilidade de recursos na fonte indicada, ainda assim o parecer do órgão técnico deverá ser contrário à implementação imediata do referido programa, pois este dependerá de prévia inclusão no plano plurianual ou de lei que autorize sua inclusão.

E

CESPE/ANTAQ 2009 - Cargo 8: Analista Administrativo – Especialidade: Ciências Contábeis

80 A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) admite, sob certas circunstâncias, compensar a criação de uma despesa obrigatória de caráter continuado mediante aproveitamento da margem de expansão dessa despesa, que deverá constar do Anexo de Metas Fiscais.

C

CESPE/TCU 2008 - Cargo 2.1: ACE – Orientação: Auditoria Governamental

No âmbito da seguridade social, que engloba saúde, previdência e assistência social, o orçamento é financiado por recursos vinculados a esse segmento, inclusive suas respectivas multas e juros. Esses recursos totalizaram, em 2006, R\$ 274,6 bilhões. Aplicados os critérios predefinidos, os dispêndios do sistema de seguridade social atingiram R\$ 303,2 bilhões, o que evidencia um resultado negativo de R\$ 28,6 bilhões. Todavia, caso não houvesse a desvinculação de 20% das receitas de contribuições, por força da Emenda Constitucional n.º 27/2000, a seguridade social apresentaria saldo positivo de R\$ 5,3 bilhões, ou seja, a causa do déficit da seguridade pode ser atribuída à desvinculação das receitas da União.

Relatório e pareceres prévios sobre as contas do governo da república: exercício de 2006. Tribunal de Contas da União. Brasília: TCU, 2007, p. 125-8 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens que se seguem.

163 No processo de elaboração orçamentária, a meta de resultado fiscal deve constar do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e tem por finalidade garantir a redução gradual da relação dívida pública/produto interno bruto, considerando-se o montante necessário para a recondução do endividamento público aos limites estabelecidos em resolução do Senado Federal.

C

CESPE/IPEA 2008 - Cargo 6: Técnico de Desenvolvimento e Administração – Perfil: Gestão de Orçamento e Finanças

Julgue os itens seguintes em conformidade com o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

82 Ao administrador público é permitido determinar limitação de empenho, desde que se submeta às regras estabelecidas na LDO.

C

Em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), julgue os próximos itens.

96 Quando for necessário promover a limitação de empenho, seja por insuficiência de receita, seja por excesso de dívida, a LDO pode autorizar os poderes da República a excluir da limitação a totalidade dos recursos previstos para tipos de despesa específicos.

C

Acerca do PPA e da LDO, julgue os itens de 112 a 114.

114 Não estão sujeitas a limitação de empenho e movimentação financeira as despesas relativas às atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, exceto no caso de frustração da arrecadação caracterizada por ser a estimativa atualizada da receita inferior à receita estimada na própria proposta orçamentária.

C

CESPE/TCU 2007 - cargo: ACE – Orientação: Auditoria Governamental

A Lei n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecendo, entre outras, normas para execução orçamentária e cumprimento de metas. Considerando que haja limitação de empenho, julgue o item que se segue, quanto ao restabelecimento da receita prevista.

135 A recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

C

A Lei n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, como as normas para execução orçamentária e cumprimento de metas. Segundo a LRF, os recursos legalmente vinculados a finalidade específica

143 deverão ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação e somente no exercício em que ocorrer o ingresso.

E

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

Com base na Constituição Federal e na legislação complementar, no que concerne às matérias orçamentária e financeira públicas, julgue os itens a seguir.

167 A reserva de contingência é um desdobramento da classificação da despesa segundo o critério institucional e destina-se, entre outras finalidades, ao pagamento de restos a pagar que excederem as disponibilidades de caixa ao final do exercício.

E

(ERA Certo, mas DISPOSITIVO FOI VETADO)

CESPE/TCU 2004 - Cargo: Analista de Controle Externo

Acerca das disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os itens a seguir

42 Considere a seguinte informação, publicada na primeira página do jornal **Folha de S. Paulo**, em 7/2/2004.

O governo decidiu aumentar para R\$ 6 bilhões o corte no orçamento deste ano. O valor do contingenciamento (bloqueio de verbas) discutido inicialmente era de R\$ 4 bilhões.

Essa notícia refere-se ao cumprimento do dispositivo da LRF que torna obrigatória a limitação de empenho e movimentação financeira na hipótese de a receita realizada não comportar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

E

16.LRF - PARTE 2 (receita pública (previsão e arrecadação; renúncia de receita); geração de despesas (DOCC, despesa com pessoal, despesa com seguridade social); transferências voluntárias; destinação de recursos para o setor privado; receita pública (da previsão e arrecadação; renúncia de receitas); dívida e endividamento -parte 1)

receita pública

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 4: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: DIREITO

No que se refere às receitas e despesas públicas e ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens.

118 A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê a reestimativa de receitas quando forem identificados erros de qualquer natureza.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 1: ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS – ESPECIALIDADE: DIREITO

Um município catarinense reduziu a alíquota do IPTU e anistiou multas tributárias decorrentes de atraso no pagamento do IPTU de imóveis comerciais no período da pandemia de covid-19, desde que atendessem aos critérios previstos em lei. Em decorrência dessas medidas, a câmara municipal realizou a reestimativa da previsão da receita orçamentária anteriormente prevista em lei.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, de acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000).

82 Só será admitida a reestimativa de receita pela câmara municipal se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

C

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

No mês de setembro de 2020, o governo do Distrito Federal (GDF) encaminhou à Câmara Legislativa do DF projeto de lei orçamentária com estimativa da receita do IPTU para os anos de 2021 a 2023, nos valores (em milhares de reais) apresentados na seguinte tabela.

item	ano		
	2021	2022	2023
receita bruta de fatos geradores do exercício	1.563.286	1.617.218	1.673.116
(-) desconto para pagamento em cota única	13.586	14.055	14.541
(-) inadimplência estimada	529.276	547.536	566.461
(+) arrecadação estimada de exercícios anteriores	24.785	25.177	25.671
estimativa REFIS-DF 2020	1.130	706	354
(+) receita estimada de multas e juros	18.835	20.157	21.586
estimativa REFIS-DF 2020	2.144	1.340	672
(+) receita estimada da dívida ativa	194.512	230.321	266.728
estimativa REFIS-DF 2020	9.417	5.885	2.952
(+) receita estimada de multas e juros da dívida ativa	38.201	35.192	33.038
estimativa REFIS-DF 2020	17.865	11.165	5.600
(-) renúncia estimada	131.221	126.787	123.880
remissão REFIS-DF 2020	2.679	1.674	840
anistia REFIS-DF 2020	19.203	12.001	6.019
(=) receita líquida prevista	1.165.535	1.239.687	1.315.25

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

103 Na situação em tela, a apresentação das previsões de receita do IPTU até o ano de 2023, tal qual indicado na tabela, é uma exigência prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

C

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), julgue o item subsequente.

105 O estado ou município que aprovar lei que institua isenção integral de impostos de sua competência estará proibido de receber transferências voluntárias da União.

E

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Em relação às receitas públicas, julgue os itens a seguir.

116 As previsões de receita devem ser acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois anos seguintes àquele a que se referirem e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

C

CESPE/MPE-CE 2020 – Cargo 1 – An. Min. – Administração

Determinado estado da Federação não promoveu a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os impostos de sua competência constitucional em 2019.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens subsecutivos.

88 Nos termos da LRF, esse estado está impossibilitado de receber transferências voluntárias da União em 2020.

E

O item está errado, pois a vedação do art. 11 da LRF não alcança as transferências voluntárias destinadas a ações de educação, saúde e assistência social, conforme art. 25, § 3º, dessa mesma lei.

CESPE/ SLU 2019 - Cargo 4: ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A respeito de receitas e despesas públicas, julgue os itens seguintes.

114 A variação no índice de preços, as alterações na legislação tributária, assim como os dados históricos são fatores a serem observados na etapa de previsão da receita orçamentária.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Na previsão orçamentária, devem ser considerados os históricos da arrecadação de períodos anteriores, a variação no índice de preços oficial (podem ser utilizados os indicadores do IBGE, BACEN), as alterações na legislação tributária e o quantitativo (que pode ser de pessoas economicamente ativas, empregos gerados, número de contratações públicas, por exemplo fiscais da receita federal que foram empossados e possivelmente vão gerar aumento de arrecadação de imposto de importação).

CESPE/STM 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Julgue os itens que se seguem, relativos às receitas e despesas públicas.

78 É vedado ao Poder Executivo, para efeito de projeção das receitas orçamentárias, aplicar índices de reajustes de preços sobre as séries históricas de arrecadação.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: PROCURADORIA

Com base nos dispositivos constitucionais de direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

84 O município que não cobra o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana relativo aos imóveis nele situados fica impedido de receber transferências voluntárias em geral.

ANULADA

Gab. Preliminar → C

Justificativa: O assunto abordado no item não está previsto na norma constitucional.

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 24: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

87 Após a aprovação da previsão de receitas para determinado exercício, somente se houver comprovação de erro ou omissão de ordem técnica ou legal, será permitida a reestimativa do montante.

C

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO 2: ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO

Com base no que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) prevê sobre transferências voluntárias, julgue os itens que se seguem.

106 O fato de um município não ter instituído o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) o impede de receber transferências voluntárias da União.

C

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 7: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: FINANÇAS

Acerca da estrutura programática, econômica e organizacional para alocação de recursos, bem como da classificação orçamentária — que é o instrumento utilizado para elaboração, execução e controle do orçamento —, julgue os itens seguintes.

92 Se, na elaboração da previsão de receitas, ao levantar o histórico da arrecadação da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), o analista identificar aumentos consecutivos nessa arrecadação, ele terá subsídios para sugerir aumento da previsão de arrecadação de receitas tributárias para o exercício seguinte.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Com fundamento nos princípios e nas normas emanados da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os seguintes itens.

119 Situação hipotética: Nas previsões de receita de determinado ente para o exercício subsequente, tomou-se como referência a arrecadação estimada para o exercício em curso, que corresponde a R\$ 100 bilhões, considerando-se uma inflação de 20%, o crescimento do PIB de 5% e alterações na legislação tributária com efeitos residuais na arrecadação. Assertiva: Nessa situação, as previsões da receita para o próximo exercício deverão ser de R\$ 120 bilhões.

E

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 22: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

Acerca das normas e dos procedimentos relativos ao orçamento público no Brasil, julgue os itens seguintes.

103 **Situação hipotética:** Prevendo-se uma estagnação do PIB para o ano cujo orçamento esteja sendo elaborado, foram propostas alterações na legislação de determinado tributo, que podem gerar um acréscimo de 50% na arrecadação deste. **Assertiva:** Sendo a estimativa de variação média da inflação de 10%, e ignorando-se outras variáveis, a previsão de aumento nominal da arrecadação do referido tributo para o exercício será de 60%.

E

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 1: ADMINISTRADOR – CLASSE A, PADRÃO I

No que tange à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens seguintes.

86 As previsões de receita para o exercício financeiro de 2014 não precisam considerar os possíveis efeitos decorrentes da realização da Copa do Mundo de futebol na evolução da arrecadação pública.

E

JUSTIFICATIVA - O art. 12, caput, da Lei de Responsabilidade Fiscal, determina que qualquer fato relevante para as previsões de receita pública deve ser considerado no respectivo demonstrativo.

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 6: Direito

QUESTÃO 74

Conforme o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a União deixará de cumprir requisito essencial da responsabilidade fiscal, no que se refere a sua receita, se

A não apresentar ao Congresso Nacional os relatórios de gestão fiscal relativos à receita.

B não inscrever em dívida ativa um crédito tributário não pago a tempo.

C não inscrever em dívida ativa um crédito não tributário não pago a tempo.

D não transferir para os estados a parcela a que têm direito sobre o imposto de importação.

E não instituir, prever e efetivamente arrecadar o imposto sobre grandes fortunas.

LETRA E

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 11: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

Com relação à receita pública, julgue os itens a seguir.

106 A variação da produção mineral do Brasil deve, como índice de quantidade, ser considerada na metodologia de projeção da receita orçamentária.

C

Julgue os itens que se seguem, relativos a lei de responsabilidade fiscal.

114 As receitas oriundas de fianças e cauções devem ter suas previsões de arrecadação em metas bimestrais.

E

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Judiciária

Considerando que João seja responsável pela elaboração da proposta orçamentária de um tribunal federal, que irá compor o projeto de lei orçamentária anual (LOA) para 2014, julgue os itens que se seguem à luz do disposto na CF, na Lei n.º 4.320/1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

108 Ao prever determinada receita para 2014, João deve levar em conta os efeitos das alterações na legislação e desconsiderar a variação do índice de preços, conforme determina a LRF.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 1: Auditor de Controle Externo – Área: Auditoria Governamental

A respeito de receita pública, dívida ativa e da conta única do Tesouro, julgue os itens seguintes.

154 Na elaboração da previsão da receita, estágio da etapa de planejamento, devem ser considerados os efeitos da variação do índice de preços e do crescimento econômico.

C

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 8: Analista Judiciário – Especialidade: Contador

QUESTÃO 54

De acordo com a LRF, mediante a prestação de contas, deve-se evidenciar o desempenho da arrecadação,

A destacando-se as medidas adotadas para reduzir o peso dos tributos sobre a sociedade.

B destacando-se apenas a aplicação dos recursos.

C destacando-se as providências adotadas quanto à fiscalização das receitas e ao combate à sonegação.

D destacando-se apenas os recursos arrecadados e a sua aplicação.

E comparando-se as previsões feitas com o que realmente foi arrecadado, não se preocupando com a variação.

LETRA C

CESPE/TCU 2011 - Cargo 1: AUFC – Orientação: Auditoria Governamental

Com relação às normas gerais estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal — Lei Complementar n.º 101/2000 —, julgue os itens que se seguem.

130 O município estará proibido de receber transferências voluntárias da União caso aprove lei que institua isenção integral da taxa de licença para funcionamento de estabelecimento de comércio.

E

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

Em 2010, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) completou dez anos. Desde a sua edição, muitas exigências de seu cumprimento foram feitas pela sociedade e pelos órgãos de controle. Acerca dessa lei, julgue os próximos itens.

107 Conforme dispõe a LRF, o estado ou município que não promover a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os impostos de sua competência constitucional ficará impossibilitado de receber transferências voluntárias da União.

C

CESPE/SECANT 2009 - CARGO 2: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Tendo como referência a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsequentes.

65 Caso, na elaboração da proposta orçamentária, se verifique que não houve alterações na legislação, que a inflação projetada é de 4,5% e que a estimativa de crescimento do PIB é de 5%, então a previsão de aumento da receita deve ser de 9,5%.

E

CESPE/ANTAQ 2009 - Cargo 8: Analista Administrativo – Especialidade: Ciências Contábeis

Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

118 O montante previsto para as receitas de operações de crédito pode ser superior ao das despesas de capital, desde que o excesso seja aprovado pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

C

CESPE/IPEA 2008 - Cargo 6: Técnico de Desenvolvimento e Administração – Perfil: Gestão de Orçamento e Finanças

Julgue os itens seguintes em conformidade com o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

83 Afronta o conceito de responsabilidade fiscal da receita o fato de, até a presente oportunidade, a União não ter instituído o imposto sobre grandes fortunas.

C

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

A partir das normas e dos procedimentos que caracterizam o ciclo orçamentário, julgue os itens subseqüentes.

158 Considere-se que, na estimativa para a arrecadação, no exercício subseqüente, de determinado tributo cujo comportamento tem acompanhado as variações do PIB, levou-se em conta a inflação do ano em curso, projetada em 20%, além da meta de 10% de crescimento para o PIB. Nesse caso, com base nesses parâmetros e na arrecadação do ano em curso, de R\$ 50 bilhões, estima-se arrecadar R\$ 65 bilhões no exercício subseqüente.

E

renúncia de receitas

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 4: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: DIREITO

No que se refere às receitas e despesas públicas e ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei n.º 4.320/1964, julgue os próximos itens.

120 A definição de medidas de compensação de receitas para o exercício inicial de vigência e para os dois seguintes é uma das condições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal quando da renúncia de receitas.

C

CEBRASPE/SECANT-ES 2022 – CARGO 2: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

À luz da Lei Complementar n.º 101/2000, julgue os itens a seguir.

116 A renúncia de receita fiscal compreende benefício tributário concedido em caráter genérico e que não implique tratamento diferenciado de contribuintes.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 1: ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS – ESPECIALIDADE: DIREITO

Um município catarinense reduziu a alíquota do IPTU e anistiou multas tributárias decorrentes de atraso no pagamento do IPTU de imóveis comerciais no período da pandemia de covid-19, desde que atendessem aos critérios previstos em lei. Em decorrência dessas medidas, a câmara municipal realizou a reestimativa da previsão da receita orçamentária anteriormente prevista em lei.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, de acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000).

83 A referida anistia de multas tributárias não constitui uma renúncia de receita.

E

CEBRASPE/PGDF 2021 - CARGO: Técnico Jurídico – Apoio Administrativo

Com base nos conceitos e nas aplicações da Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Complementar de Finanças Públicas (Lei n.º 4.320/1964), julgue os itens seguintes.

77 Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, uma das condições para promover renúncia de receita é a aplicação de medidas de compensação por meio de redução de despesas.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. A condição que a Lei estabelece é o aumento de receita (elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, criação ou majoração de tributos ou contribuições).

CESPE/TJ-AM 2019 - Analista Judiciário - Contabilidade

Acerca de aspectos técnicos da receita e da despesa públicas, julgue os itens subsecutivos.

À luz das normas legais pertinentes ao orçamento, julgue os próximos itens.

118 Alterações da alíquota de impostos das quais resulte redução da receita pública submetem-se às regras de comprovação da neutralidade da medida no que se refere às metas fiscais, independentemente da natureza do imposto.

E

CESPE/ABIN 2018 - CARGO 2 –CARGO 2: OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 1

A respeito do ciclo orçamentário e das normas legais de orçamento, julgue os itens seguintes.

87 Os atos de ampliação de benefício tributário somente podem entrar em vigor depois que forem implementadas medidas de compensação, que devem ser constituídas de aumento da receita orçamentária em montante equivalente ao benefício.

E

CESPE/TCE-PE 2017 - CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS CARGOS 1 E 2

Com referência aos dispositivos da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), julgue os próximos itens.

37 Determinado subsídio constituído por renúncia de receita pública poderá ser aprovado e colocado em execução ainda que não esteja incluído no demonstrativo da estimativa de renúncia de receita da lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/STJ 2015 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Com fundamento nos princípios e nas normas emanados da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os seguintes itens.

117 Um parlamentar que pretenda apresentar projeto de lei estendendo por mais dez anos os subsídios destinados à produção de determinados alimentos deverá, entre outras exigências, apresentar a estimativa dos gastos correspondentes ao período dos dez anos seguintes e introduzir disposição que obrigue o Poder Executivo a incluir os valores correspondentes nas respectivas propostas orçamentárias.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: CONTADORIA

De acordo com as normas básicas da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos processos licitatórios, julgue os próximos itens.

107 Os atos que provocarem renúncia de receita somente poderão entrar em vigor quando forem acompanhados de medidas compensatórias constituídas pela majoração de outros itens de receita ou pelo cancelamento de despesas.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 15: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Com referência a programação e execução orçamentária e financeira, julgue os itens que se seguem.

106 Se o governo federal alterar as alíquotas do imposto sobre produtos industrializados, de modo a reduzir o montante global da receita tributária, não precisará promover as medidas compensatórias previstas para o caso de renúncia de receitas.

C

CESPE/TCU 2015 - Cargo: Técnico Federal de Controle Externo - Área: Apoio Técnico e Administrativo - Especialidade: Técnica Administrativa

Julgue os próximos itens de acordo com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

67 A modificação de base de cálculo que provocar redução discriminada de tributo será considerada renúncia de receita. Esta, se não estiver acompanhada de medidas de compensação que provoquem o aumento de receita, não poderá ser utilizada por um ente federativo como instrumento de concessão nem de ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

E

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Julgue os seguintes itens, referentes à LRF – Lei Complementar n.º 101/2000.

138 São formas de renúncia fiscal: anistia, remissão, subsídio, crédito presumido e concessão de isenção em caráter não geral.

C

CESPE/PGDF 2013 - CARGO: PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I

Considerando que lei editada no DF tenha concedido crédito presumido para os contribuintes do ICMS, de acordo com convênio aprovado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária, julgue os próximos itens.

53 A necessidade de adequação orçamentária com a LDO e a LOA, ou, se isso não ocorrer, a adoção de medidas de compensação com aumento de tributos, por exemplo, somente se aplica para renúncias de receita referentes ao tributo de ICMS.

E

54 O benefício concedido por lei entrará em vigor na data de sua publicação, em caso de alteração de alíquota do ICMS, mesmo que não esteja previsto na LOA e não promova a compensação.

E

55 Aos cancelamentos de débitos cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança não se aplicam as regras exigidas para a renúncia de receita prevista na LRF.

C

56 A concessão desse crédito presumido é uma das modalidades de renúncia de receita.

C

57 Caso sejam necessárias medidas de compensação para a validade da renúncia de receita, o benefício somente entrará em vigor após a efetiva implementação dessas medidas.

C

CESPE/TCU 2013 - Auditor Federal de Controle Externo

Acerca da gestão organizacional das finanças públicas e da LRF, julgue os itens subsecutivos.

164 Considere a seguinte situação hipotética.

Um parlamentar apresentou projeto de lei prevendo devolução de tributo para os contribuintes de determinado ramo de atividade, devolução essa condicionada à realização de novos investimentos, com vigência durante os dois exercícios subseqüentes à publicação da respectiva lei. A matéria, dado

o interesse em sua rápida aprovação, foi incluída no próprio projeto de lei orçamentária. A receita já foi estimada e as metas fiscais foram fixadas considerando-se essa modificação na legislação tributária.

Nessa situação, concluiu-se, apropriadamente, que todos os requisitos legais foram atendidos.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

No que concerne à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os próximos itens.

74 Considere que o governo federal pretenda instituir programa para conceder subsídios de realocação dos moradores de determinada área que será inundada pela construção de uma represa. Nessa situação, a despesa não poderá ser custeada por emissão de títulos públicos, ainda que destinados à obra de construção da referida represa.

C

116 Em função da diminuição da receita tributária, considera-se renúncia de receita a diminuição de alíquota do IPI, devendo, portanto, ser atendidos todos os requisitos necessários para a concessão dessa redução, previstos na LRF.

E

117 A diminuição da base de cálculo do ICMS, ainda que aprovada por convênio no Conselho Nacional de Política Fazendária, é considerada renúncia de receita, para efeitos de responsabilidade fiscal.

C

CESPE/TCE RO 2013 - Cargo 3: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: DIREITO

No que diz respeito ao direito financeiro e tributário, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que as siglas ICMS, IPI e LRF, sempre que utilizadas, se referem, respectivamente, a imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação, imposto sobre produtos industrializados e Lei de Responsabilidade Fiscal.

112 Em se tratando de isenções de caráter geral, dispensam-se as exigências de previsão orçamentária e medidas de compensação previstas na LRF.

C

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 16: Técnico Administrativo

Com relação ao planejamento e ao orçamento dos entes públicos federal, estaduais e municipais, julgue os itens subsequentes.

77 Para que haja renúncia de receita, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que é necessário cumprir o disposto na LDO. Além disso, o proponente deve demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa da receita da lei orçamentária anual e que ela não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo próprio da LDO.

C

CESPE/MPOG 2013 - temp/Categoria Profissional 3: Técnico de Nível Superior – SPU/UCP

Com relação às receitas e despesas públicas, julgue os itens que se seguem.

95 Todo cancelamento de débito realizado por ente governamental representa uma renúncia de receita, devendo estar acompanhado de medidas de compensação do impacto na estimativa realizada na lei orçamentária anual.

E

96 As fontes de recursos estão divididas em grupos que distinguem os recursos arrecadados no exercício corrente, dos recursos de exercícios anteriores e daqueles que dependem de aprovação legal.

C

97 Os efeitos legislação, índice de preços e de quantidade são parâmetros considerados no estágio de arrecadação das receitas.

E

CESPE/MI 2013 - Cargo 4: Administrador

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

120 Suponha que a União pretenda reduzir a zero a alíquota do imposto de produtos industrializados incidente sobre eletrodomésticos e utensílios de cozinha. Nessa situação, não

será necessário demonstrar que a renúncia de receita foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária nem efetuar medidas de compensação por meio do aumento de receita.

C

CESPE/TRT 10ª Região 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Problemas financeiros originados no Estado provocaram diversas crises econômicas ao longo da história brasileira. A Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — representou uma resposta a essa realidade, tendo sido um esforço organizado no sentido de garantir um melhor equilíbrio nas contas públicas. À luz desse instrumento legal e da legislação pertinente ao orçamento público no Brasil, julgue os itens que se seguem, referentes à receita e à despesa pública.

107 A concessão de incentivos ou benefícios de natureza tributária é um instrumento comum de estímulo econômico utilizado pelo governo em momentos de crise. Quando o incentivo ou benefício concedido origina renúncia de receita, a LRF exige a adoção das seguintes medidas de compensação: elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo : AUDITOR

Enquanto a soberania esteve exclusivamente nas mãos do rei, a este cabia decretar impostos e dar aplicação ao seu produto, sem fiscalização alguma e sem regras às quais precisasse obedecer.

Hoje, a soberania reside na nação e são os seus representantes que fazem o orçamento. O tempo compreendido entre a época da soberania real e a vitória da soberania popular, na Europa, é marcado por movimentos, revoluções, usurpações e resistências, que representam as etapas principais da evolução do direito orçamentário.

Agenor de Roure. Formação do direito orçamentário brasileiro.

In: Jornal do Commercio, 1916, p.8 (com adaptações).

Tendo como referência inicial o texto acima, julgue os itens a seguir, a respeito do direito financeiro brasileiro.

147 Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a concessão de benefício tributário do qual decorra renúncia de receita do IPI deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da correspondente compensação.

E

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 1: Analista Judiciário – Especialidade: Administrador

55 De acordo com a LRF, a renúncia de receitas

A deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário financeiro durante o período de concessão do benefício.

B não deverá afetar as metas de resultados fiscais previstas no anexo de metas fiscais.

C será compensada, exclusivamente, com a redução de despesas

D é considerada remissão, caso se trate de alteração de alíquota de imposto sobre produtos industrializados.

E é considerada anistia no cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

LETRA B

CESPE/TCU 2011 - Cargo 1: AUFC – Orientação: Auditoria Governamental

Com relação às normas gerais estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal — Lei Complementar n.º 101/2000 —, julgue os itens que se seguem.

129 Para reduzir a alíquota do imposto sobre produtos industrializados com a finalidade de incentivar determinado setor produtivo, não é necessário que o Poder Executivo observe as regras legais definidas para os casos de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

C

CESPE/SEGER ES 2008 - FORMAÇÃO 2: CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O Poder Executivo de um estado da Federação, visando superar a escassez de recursos, com expectativa de expandir o emprego e a receita tributária futura, encaminhou para a Assembléia Legislativa projeto de lei que propunha regime diferenciado no recolhimento do tributo de ICMS para as empresas que se instalassem nesse estado. A aprovação do projeto propiciou a chegada de novas empresas, contribuintes de ICMS, que recolheram, mensalmente, menor valor desse tributo do que seria devido pelo regime normal de apuração.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens de 106 a 115, acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

106 A renúncia de receita é a figura jurídica que regulamenta a concessão de benefícios fiscais.

C

107 Na situação descrita, a concessão do benefício fiscal a novas empresas só foi possível porque havia previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), apesar de não ter sido considerada na estimativa da receita da lei orçamentária.

E

108 A concessão do referido benefício deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que tem início sua vigência e nos dois seguintes.

C

109 Cabe ao proponente da renúncia de receita tributária verificar se a concessão do benefício não afetaria as metas de resultados fiscais previstos no anexo próprio da LDO.

C

110 Para o cancelamento de débito tributário cujo montante seja inferior aos custos de cobrança, de alteração de alíquotas de IPI, II, IE e sobre operações de crédito, câmbio e seguro e relativas a títulos e valores mobiliários, a lei que assim dispuser não poderá ter vigência antes de entrarem em vigor as medidas de compensação de receita, caso estas não estejam previstas na Lei Orçamentária.

E

111 A concessão do benefício mencionado na situação hipotética apresentada deve estar acompanhada de demonstração de que o impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes não afetará as metas de resultados fixados previstos no anexo próprio da lei orçamentária.

E

112 Para que, na concessão do benefício fiscal, sejam observados os requisitos previstos na LRF, é suficiente que seja atendido o disposto na LDO.

E

113 Com as disposições da LRF, procura-se preservar o equilíbrio entre receitas e despesas.

C

114 A LRF não revogou a Lei n.º 4.320/1964 e estabelece normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal.

C

115 A LRF alcança as autoridades públicas das três esferas de governo de todos os poderes da República.

C

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

Acerca do direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

86 A redução da alíquota do imposto sobre produtos industrializados (IPI) pelo Poder Executivo deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, além de atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e de estar acompanhada de medidas de compensação, no período definido acima, por meio de aumento de receita.

E

geração de despesas

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

Com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.

90 É vedado o aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado que possa afetar as metas de resultado fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias, devendo os efeitos financeiros desse aumento, nos períodos seguintes, ser objeto de compensação por meio de aumento permanente de receitas ou de redução permanente de despesas.

C

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 25: ANALISTA JUDICIÁRIO ESPECIAL – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: CONTADOR

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal e no disposto na Constituição Federal de 1988 acerca do orçamento, julgue os itens subsequentes.

87 Para o TJ/ES criar uma ação que resulte em aumento de despesa, são indispensáveis a prévia estimativa do seu impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa de que esse aumento é compatível com a lei orçamentária, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual.

C

CEBRASPE/SECONT-ES 2022 – CARGO 2: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

À luz da Lei Complementar n.º 101/2000, julgue os itens a seguir.

115 Os efeitos financeiros em exercícios futuros decorrentes do aumento de despesa pública obrigatória de caráter continuado, ressalvada previsão legal, devem ser compensados pelo aumento permanente da receita ou pela redução permanente da despesa.

C

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 3: TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Julgue os seguintes itens, relativos ao processo de programação e execução orçamentária e financeira.

115 A criação de ação governamental que acarrete aumento da despesa deve ser acompanhada de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

C

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO

O governo federal pretende criar, mediante projeto de lei, o Programa Federal de Auxílio ao Primeiro Emprego. Trata-se de despesa continuada (com execução superior a dois exercícios) que objetiva ajudar os jovens a conseguir o primeiro emprego. O auxílio oferecido pelo programa consistirá de 1 salário mínimo mensal por empregado, para cada empresa.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

89 De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, esse programa poderá ser viabilizado, desde que o respectivo projeto contenha estimativa do seu impacto orçamentário-financeiro no exercício em que ele entrar em vigor, bem como declaração do ordenador da despesa de que o aumento terá adequação orçamentária e financeira em relação à lei orçamentária anual (LOA).

E

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Em maio de 2020, como medida de enfrentamento da covid-19, o GDF instituiu o Programa Renda Mínima, por meio da Lei distrital n.º 6.573/2020. Esse programa previa a suplementação de renda, via auxílio mensal de R\$ 408, por um período de até 90 dias.

Considerando a situação precedente e as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item seguinte.

106 As despesas decorrentes desse programa são classificadas como despesas obrigatórias de caráter continuado.

E

CESPE/SEFAZ-AL 2020 - Cargo 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

Com relação a déficit público, reforma administrativa, reforma previdenciária, responsabilidade fiscal, regra de ouro e ordenação de despesa, julgue os itens a seguir.

119 Para a criação de ação governamental que acarrete aumento de despesa, é necessária declaração do ordenador de despesa quanto à adequação financeira.

C

CESPE/ SLU 2019 - Cargo 1: ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Julgue os próximos itens, com base nas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

120 Ato que crie despesas obrigatórias de caráter continuado deve ser instruído com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que tal ato entre em vigor e nos dois exercícios subsequentes, com a demonstração da origem dos recursos para o custeio dessas despesas.

JUSTIFICATIVA - CERTO. A criação de despesas obrigatórias de caráter continuado está disposta no art. 17, caput, c/c § 1.º da LRF, e faz menção ao seu art. 16, inciso I: “Art. 16 A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: I estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; II declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (...) Art. 17 Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. § 1.º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.”

CESPE/MPU 2018 - Cargo 2: TÉCNICO DO MPU – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Acerca da receita e da despesa públicas, bem como de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

119 Situação hipotética: Um órgão público executa regularmente determinada despesa corrente, que foi fixada por obrigação legal por um período superior a dois exercícios. Assertiva: Nessa situação, essa despesa só poderá ser aumentada se a estimativa do impacto orçamentário e financeiro do aumento for calculada e demonstrada, além de ser comprovada a origem dos recursos para o seu custeio.

CERTO

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

A respeito da administração da execução orçamentária, julgue os itens que se seguem.

97 Se determinado órgão público assinar contrato que crie obrigação legal para o ente público por período superior a dois exercícios financeiros, os efeitos financeiros da medida poderão ser compensados pela redução permanente da despesa orçamentária.

C

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 3: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens a seguir.

101 Para licitar serviços, é imperioso que o ordenador de despesas do órgão licitante declare que os gastos atrelados ao futuro contrato estarão adequados à lei de orçamento e compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 7: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: ADMINISTRATIVA - ESPECIALIDADE: DIREITO

Tendo por base o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

86 A simples prorrogação de despesa criada por prazo determinado não configura aumento de despesa pública.

E

CESPE/TRE GO 2015 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

Julgue os próximos itens com base nas disposições e aplicações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

119 Considere a seguinte situação hipotética.

Determinada administração propôs, no projeto de lei do orçamento anual, aumento anual do salário pago a seus servidores, em caráter geral e uniforme, a partir do exercício subsequente, mas não encaminhou, com a proposta, estimativa específica do impacto orçamentário-financeiro que esse aumento pode provocar. Nessa situação, a matéria pode ser aprovada por não ferir a LRF.

C

CESPE/CGE-PI 2015 - CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA TODOS OS CARGOS/ÁREAS

49 A realização dos investimentos, que constituem despesas de capital, deve ser compatível com as metas e prioridades estabelecidas no plano plurianual e não pode afetar a meta de resultados fiscais caso se prolongue por período superior a dois exercícios fiscais.

C

CESPE/ANTAQ 2014 - Cargo 4: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA: QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO

Com base nas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsecutivos.

64 Reajuste na remuneração de servidores públicos federais somente poderá ser concedido se o ato de concessão vier acompanhado da comprovação de que a despesa aumentada não afetará as metas de resultados fiscais.

E

CESPE/TCDF 2014 - Cargo: Técnico de Administração Pública

Acerca do processo, das normas aplicáveis, dos métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público, julgue os itens subsequentes.

90 Suponha que determinado órgão público pretenda estender programa de capacitação de produtores agropecuários para alcançar um público maior que os atuais beneficiários. Nessa situação, a expansão pretendida somente poderá ser realizada se o ordenador de despesa declarar formalmente que o objeto de dotação específica é suficiente, ou que está abrangido por crédito genérico, de forma que, somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas

e a realizar, previstas no programa de trabalho, não se ultrapassem os limites estabelecidos para o exercício.

C

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

O ordenador de despesas de um órgão público assinou contrato decorrente de licitação, cujo objeto constituía os serviços de terceirização de mão de obra para a manutenção técnica de computadores. A vigência do contrato era de doze meses e a previsão de pagamento de prestações fixas era mensal. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

106 A despesa decorrente do contrato deve ser considerada despesa obrigatória de caráter continuado.

E

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

105 A aprovação, pelo Poder Legislativo, de projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, com vistas a ampliar o alcance de uma atividade, o que implicará novas despesas correntes a serem orçadas para os dois próximos exercícios, não fere dispositivos constitucionais nem a LRF.

C

CESPE/FUNASA 2013 - ÁREA DE LOTAÇÃO: CELEBRAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS E CONVÊNIOS – NÍVEL IV: ATIVIDADES TÉCNICAS DE COMPLEXIDADE INTELLECTUAL – ESPECIALIDADE 3

Em relação ao orçamento público, julgue os itens seguintes.

57 Quando for propor despesas de duração continuada, o gestor público não poderá fazê-lo sem sinalizar a pertinente fonte segura de receita que irá custeá-las.

C

CESPE/TCE RO 2013 - Cargo 3: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: DIREITO

No que diz respeito ao direito financeiro e tributário, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que as siglas ICMS, IPI e LRF, sempre que utilizadas, se referem, respectivamente, a imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação, imposto sobre produtos industrializados e Lei de Responsabilidade Fiscal.

113 Despesa obrigatória de caráter continuado é a despesa corrente oriunda de lei, de medida provisória ou de ato administrativo normativo que fixe para o ente estatal a obrigação legal de executá-la por um período superior a dois exercícios.

C

114 Aumento de despesa considerado relevante pela lei de diretrizes orçamentárias, como a realização de licitação para a aquisição de bens de alto valor, deve ser acompanhado de demonstração do impacto-financeiro no orçamento em vigor e nos dois subsequentes, não sendo necessária a declaração de responsabilidade por parte do ordenador de despesa sobre compatibilidade e adequação.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 6: Analista Administrativo - Área: Direito

A respeito das normas concernentes ao orçamento público e à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens a seguir.

85 Somente no caso de despesa obrigatória de caráter continuado, é facultada a declaração do ordenador da despesa decorrente de ação governamental que acarrete aumento de despesa de que o aumento é orçamentária e financeiramente adequado em relação à lei orçamentária anual e compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 6: Analista Administrativo - Área: Direito

A respeito das normas concernentes ao orçamento público e à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens a seguir.

88 É nulo de pleno direito o ato que resulte em aumento de despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias imediatamente anteriores ao do final do mandato do titular de órgão do Poder Executivo.

C

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 11: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

Julgue os itens que se seguem, relativos a lei de responsabilidade fiscal.

115 As obras, com execução superior a dois exercícios, iniciadas para a realização da Copa do Mundo no Brasil são classificadas como despesas obrigatórias de caráter continuado.

E

CESPE/INPI 2012 - Cargo 9 - ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Classe A, Padrão I) – ÁREA: GESTÃO FINANCEIRA (A3)

Em consonância com as disposições da LRF, julgue os próximos itens, acerca de despesas obrigatórias de caráter continuado.

80 Os investimentos constantes do PPA são considerados despesas obrigatórias de caráter continuado.

E

81 Os efeitos financeiros dos atos que criam as despesas obrigatórias de caráter continuado devem ser compensados, nos períodos seguintes, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

C

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 2: Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Com base na Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os próximos itens.

103 É obrigatória e de caráter continuado a despesa corrente cuja obrigação de execução, legalmente regulamentada, supere dois exercícios.

C

CESPE/TCU 2012 - Técnico Federal de Controle Externo

Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

72 O reajustamento do valor de benefício da seguridade social, a fim de preservar o seu valor real, deve apresentar a origem dos recursos para o seu custeio e os seus efeitos financeiros nos períodos seguintes, que devem ser compensados pelo aumento permanente de receita e pela redução permanente de despesa da previdência.

E

74 A apuração de gastos com pessoal será feita com base em um período de 12 meses. Assim, as demonstrações de limites com despesas de pessoal do primeiro e do segundo quadrimestres somarão despesas com pessoal relativas a dois exercícios financeiros.

C

CESPE/TCDF 2011 - Cargo: Auditor de Controle Externo

Com relação às normas básicas da LRF — Lei Complementar n.º 101/2000 — e às do Decreto Distrital n.º 32.598/2010, julgue os itens que se seguem.

119 As despesas do Banco Central do Brasil com pessoal, com encargos sociais e com custeio administrativo devem obrigatoriamente integrar as despesas da União e ser incluídas na LOA.

C

CESPE/EBC 2011 - Cargo 9: Analista de Empresa de Comunicação Pública – Atividade: Contabilidade

94 Se uma lei municipal determinar, por exemplo, a construção de um hospital público por período superior a dois exercícios financeiros, então as despesas correspondentes a essa obra devem ser consideradas obrigatórias de caráter continuado.

E

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

Considerando as previsões constitucionais, as da LRF e as da legislação específica que trata de orçamento público, julgue os itens que se seguem.

138 Qualquer nova ação governamental que implique aumento de despesa deve ser considerada irregular e lesiva ao patrimônio público, se não houver a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor.

C

CESPE/SECONT 2009 - CARGO 2: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Tendo como referência a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsequentes.

64 Considere que o prefeito de determinado município pretenda desenvolver um programa de educação ambiental durante o seu mandato e, para isso, tenha apresentado duas opções, igualmente válidas: o aumento da alíquota do Imposto sobre Serviços (ISS) e/ou a eliminação de cargos em comissão, de livre provimento, com a exoneração dos atuais ocupantes. Nessa situação, o início do programa está condicionado à implementação da(s) medida(s) proposta(s).

C

CESPE/ANTAQ 2009 - Cargo 8: Analista Administrativo – Especialidade: Ciências Contábeis

Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

119 Além de estabelecer regras para a realização das chamadas despesas obrigatórias de caráter continuado, a LRF atribuiu às leis de diretrizes orçamentárias a competência para definir limites e condições para a expansão dessas despesas.

E

CESPE/IPEA 2008 - Cargo 6: Técnico de Desenvolvimento e Administração – Perfil: Gestão de Orçamento e Finanças

Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subseqüentes.

103 Suponha que determinado órgão público mantenha contrato de terceirização de mão-de-obra para o serviço de operação de máquinas fotocopadoras, uma atividade que não consta das atribuições de nenhum dos cargos do quadro de pessoal do órgão em questão. Nesse caso, as despesas do contrato de terceirização não devem ser contabilizadas como outras despesas de pessoal.

C

CESPE/AGU 2008 - Cargo: Advogado da União

Acerca do que disciplina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens seguintes.

62 A criação de ação governamental que acarrete despesa pública será acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

C

63 É condição prévia para empenho e licitação de serviços criados por ação governamental nova, a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com todos os tipos de orçamentos.

C

64 Considera-se despesa obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

C

65 Considera-se aumento permanente de receita, para os fins de compensação do aumento da despesa, a concessão de crédito presumido para empresas.

E

66 A ação governamental que cria despesa por lei pode, a qualquer tempo, ser executada, antes mesmo de ser compensada com o acréscimo da receita naquele exercício, quando não devidamente prevista na lei orçamentária.

E

67 A revisão geral anual da remuneração de servidores públicos é uma exceção à necessidade de que, para o aumento da despesa, seja demonstrada a origem dos recursos para seu custeio.

C

68 A contratação de hora extra é vedada, por qualquer motivo, quando a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite do órgão ou poder.

E

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

Acerca do direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

87 O aumento de despesa oriundo de desapropriação de imóvel urbano pelo poder público municipal, que vise atender a política de desenvolvimento urbano, tem como uma de suas condições prévias estar adequada com a lei orçamentária anual, bastando, para tanto, que tal despesa esteja abrangida por crédito genérico, de forma que, somadas todas as despesas da mesma espécie — realizadas e a realizar —, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.

C

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

Acerca do direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

88 Para compensar os efeitos financeiros advindos de despesa corrente de caráter continuado derivada de lei, o ente da Federação obrigado ao pagamento dessa despesa poderá criar aumento permanente de receita pela ampliação da base de cálculo de tributo.

C

CESPE/TCU 2004 - Cargo: Analista de Controle Externo

Acerca das disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os itens a seguir.

41 Os atos que criam ou aumentam despesa corrente obrigatória de caráter continuado devem ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que esta deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

C

despesa com pessoal

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 25: ANALISTA JUDICIÁRIO ESPECIAL – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: CONTADOR

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal e no disposto na Constituição Federal de 1988 acerca do orçamento, julgue os itens subsequentes.

89 Caso o TJ/ES extrapole o seu limite prudencial da despesa com pessoal, ele não poderá, enquanto perdurar o excesso, prover cargos vagos com os candidatos aprovados em concurso público, porém poderá aplicar a revisão geral anual da remuneração dos seus então servidores.

C

CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - Á REA: ADMINISTRAÇÃO

No que diz respeito à LRF, julgue os itens que se seguem.

98 Independentemente do empenho, a despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, de acordo com o regime de competência.

C

100 Se, no último ano do mandato, um prefeito municipal sancionar e promulgar uma lei, cujo projeto, de sua autoria, aprovado pela Câmara Municipal, tenha resultado em aumento de despesas com pessoal para entrar em vigor a partir do ano seguinte, é correto afirmar que, nesse caso, não haverá qualquer nulidade relativa à promulgação dessa lei.

E

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Julgue os itens a seguir, com base em dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

81 O limite da receita corrente líquida utilizada para cobrir a despesa total com pessoal do Poder Legislativo estadual, incluído o tribunal de contas do estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 3%.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 1: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: GERAL

Em um dado exercício, ao final do segundo quadrimestre, determinado estado da Federação publicou os seguintes dados contábeis em seu relatório de gestão fiscal, de janeiro a agosto de 20XX.

I Despesa líquida de pessoal: R\$ 28.204.564.057,03

II Receita corrente líquida (RCL): R\$ 59.381.862.334,93

% do total da despesa com pessoal (TDP) para fins de apuração do limite – TDP sobre a RCL
47,49%

Limite máximo: % 49,00%

Limite prudencial: 46,55%

Limite de alerta: 44,10%

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

120 Na situação em questão, considerando-se os termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e o fato de o estado ter ultrapassado o limite prudencial da despesa com pessoal, o governador não poderá criar novos cargos públicos que impliquem aumento da despesa com pessoal.

C

CEBRASPE/SECONT-ES 2022 – CARGO 2: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

À luz da Lei Complementar n.º 101/2000, julgue os itens a seguir.

117 Os contratos de terceirização de mão de obra para substituição de servidores ou empregados públicos integram as despesas de pessoal.

C

CEBRASPE/PGDF 2021 - CARGO: Técnico Jurídico – Apoio Administrativo

Com base nos conceitos e nas aplicações da Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Complementar de Finanças Públicas (Lei n.º 4.320/1964), julgue os itens seguintes.

78 Se a despesa total com pessoal exceder 95% do limite de um poder ou órgão, aplica-se a ele, como sanção, a suspensão da revisão geral anual dos servidores.

JUSTIFICATIVA: ERRADO. Essa restrição não existe na CF nem na LRF, de modo que a revisão – mínima - fica sempre preservada, aplicando-se outras medidas.

CESPE/PGM - Campo Grande - MS 2019 - Procurador Municipal

Tendo como referência a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens seguintes.

111 Segundo a LRF, em todo município brasileiro, tomando-se como referência o total da receita corrente líquida em cada período de apuração, deverá ser observado o limite de 60% para gastos com pessoal.

C

112 É nulo de pleno direito o ato de prefeito de município brasileiro que resulte em aumento de despesa em geral nos cento e oitenta dias anteriores ao final do seu mandato.

E

CESPE/ SLU 2019 - Cargo 1: ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Julgue os próximos itens, com base nas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

119 **Situação hipotética:** Durante o primeiro quadrimestre do exercício de 20X1, determinado estado obteve queda real de receita de 15%, em comparação com o mesmo quadrimestre do

ano anterior, 20X0, em decorrência da diminuição de receita de royalties. A despesa com pessoal do Poder Executivo desse estado passou de 49% da sua receita corrente líquida no primeiro quadrimestre de 20X0 para 54% dessa receita no primeiro quadrimestre de 20X1, último ano do mandato do seu governador à época. **Assertiva:** O Poder Executivo desse estado ainda está autorizado a receber transferências voluntárias para a área de infraestrutura no exercício financeiro de 20X1.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Os arts. 19 e 20, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) dispõem sobre os limites de despesas com pessoal para cada ente federativo e para cada Poder: “Art. 19 Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados: I União: 50% (cinquenta por cento); II estados: 60% (sessenta por cento); III municípios: 60% (sessenta por cento). (...) Art. 20 A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais: (...) II na esfera estadual: a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado; b) 6% (seis por cento) para o Judiciário; c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo; d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;”. No caso do estado referido na situação hipotética, o seu limite era de 60% da receita corrente líquida, sendo 49% para o Poder Executivo. O art. 23, § 3.º, da LRF trata das restrições das punições ao ente federativo no caso de descumprimento dos limites de despesa com pessoal do art. 12: “Art. 23 Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3.º e 4.º do art. 169 da Constituição. (...) § 3.º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá: I receber transferências voluntárias; II obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; III contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal. § 4.º As restrições do § 3.º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20. § 5.º As restrições previstas no § 3.º deste artigo não se aplicam ao Município em caso de queda de receita real superior a 10% (dez por cento), em comparação ao correspondente quadrimestre do exercício financeiro anterior, devido a: (incluído pela Lei Complementar n.º 164/2018) I diminuição das transferências recebidas do Fundo de Participação dos municípios decorrente de concessão de isenções tributárias pela União; e (Incluído pela Lei Complementar n.º 164/2018) II diminuição das receitas recebidas de royalties e participações especiais. (incluído pela Lei Complementar n.º 164/2018) § 6.º O disposto no § 5.º deste artigo só se aplica caso a despesa total com pessoal do quadrimestre vigente não ultrapasse o limite percentual previsto no art. 19 desta Lei Complementar, considerada, para este cálculo, a receita corrente líquida do quadrimestre correspondente do ano anterior atualizada monetariamente. (incluído pela Lei Complementar n.º 164/2018)” O ano de 20X1 será o último ano do mandato do Poder Executivo. Além disso, os §§ 5.º e 6.º do art. 23, que excepcionam a aplicação do § 3.º do mesmo artigo, nos casos de queda real de receita, só se referem a municípios. Logo, desde o primeiro quadrimestre de 20X1, o Poder Executivo desse estado está impossibilitado de obter transferências voluntárias para a área de infraestrutura. Ele só poderia obter transferências voluntárias para as áreas de saúde, educação e segurança pública, por conta do art. 25, § 3.º da LRF.

CESPE/ABIN 2018 - CARGO 2 –CARGO 2: OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 2

Em relação às despesas e receitas públicas e à dívida ativa da União, julgue os itens subsequentes.

122 Situação hipotética: No primeiro quadrimestre de 2016, verificou-se que a despesa com pessoal do Poder Executivo de determinado município era equivalente a 56% da receita corrente líquida do ente. **Assertiva:** Nessa situação, o município estava impedido de obter garantia de outro ente e deveria eliminar o percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.

C

CESPE/TCE-PE 2017 - CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS CARGOS 1 E 2

Com referência aos dispositivos da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), julgue os próximos itens.

38 Se o gestor autorizar aumento de despesa com pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do seu mandato, o ato será anulado, mas os valores que os respectivos servidores tiverem recebido como consequência dessa autorização serão considerados regulares.

ANULADA

Gabarito preliminar: ERRADO

A redação do item prejudicou seu julgamento objetivo.

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: PROCURADORIA

Com base nos dispositivos constitucionais de direito financeiro, julgue os itens que se seguem

88 Uma das formas de que dispõe a administração pública para eliminar o percentual excedente de despesas com pessoal e manter-se no limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal é a redução das despesas com funções de confiança.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 7: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: ADMINISTRATIVA - ESPECIALIDADE: DIREITO

Tendo por base o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

84 O limite máximo para despesas com pessoal do Poder Executivo do estado-membro corresponde a 95% da receita corrente líquida, que é a soma das receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, excluídas as duplicidades.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 24: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

85 A doutrina classifica como limite prudencial para despesas com pessoal do Poder Executivo o equivalente a noventa por cento do limite máximo estabelecido para essa categoria de gasto público.

E

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a Lei de Acesso à Informação, julgue os seguintes itens.

108 Os contratos de terceirização de mão de obra integram o limite de despesas de pessoal, independentemente do tipo de serviço que estiver sendo terceirizado.

E

CESPE/DPU 2016 - Cargo 5: CONTADOR

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Até o 3.º quadrimestre de 2014
RGF – Anexo VII (LRF, art. 48)

despesas com pessoal – Poder Executivo	% sobre a RCL
despesa total com pessoal (DTP)	46,93
limite máximo	???
limite prudencial	???

Com relação às informações do demonstrativo apresentado, julgue os itens subsequentes, considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

135 Caso o demonstrativo se refira a governo municipal, o limite máximo de despesa total com pessoal será de 54% para o Poder Executivo e, nesse caso, o governo subnacional do demonstrativo não atingiu o limite prudencial da LRF.

C

136 Caso o demonstrativo se refira ao governo federal, o limite prudencial de despesa total com pessoal será de 40,9% para o Poder Executivo e, nesse caso, o governo subnacional do demonstrativo atingiu o limite prudencial da LRF.

E

137 A esfera de governo ou o órgão que tenha extrapolado o limite prudencial sem alcançar o limite máximo da DTP do ente Federado deverá reduzir o gasto com pessoal no próximo quadrimestre.

E

138 Caso o demonstrativo se refira a governo estadual, não foram atingidos os limites máximo e prudencial da LRF com relação à despesa total e prudencial com pessoal, já que o limite máximo de DTP é de 49% para o Poder Executivo.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO: AUDITOR

Acerca do controle da despesa pública com pessoal, julgue os próximos itens de acordo com a lei e a jurisprudência pertinentes. Nesse sentido, considere que a sigla LRF, sempre que empregada, se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal.

57 O percentual de despesa com pessoal que supere o limite máximo previsto na LRF deve ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes àquele em que foi apurado o excesso, sob pena de o estado-membro ficar impedido de receber transferências voluntárias.

C

58 Se a despesa total com pessoal da administração pública estadual superar o limite máximo previsto na LRF, a eliminação do percentual excedente poderá ser alcançada tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

E

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 3: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR - SUBATIVIDADE: ADMINISTRATIVO

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os seguintes itens relativos às despesas públicas.

58 As despesas com pessoal das empresas estatais federais dependentes estão sujeitas a limites específicos, compreendidos nos limites atribuídos ao Poder Executivo federal.

C

61 Caso um dado ente federado, ao final do segundo quadrimestre de 2015, tenha ultrapassado o limite de gasto com pessoal em R\$ 600 milhões, isso significará que, até o final de dezembro de 2015, ele deverá reduzir em no mínimo R\$ 300 milhões a despesa com pessoal, sob pena de ficar impedido de receber transferências voluntárias a partir de janeiro de 2016.

E

62 Caso seja ultrapassado o limite de gasto com pessoal e se esgotem tanto as providências elencadas na LRF quanto o prazo legal para sanear a situação, o ente federado poderá demitir servidores estáveis.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 22: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

Com relação às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens subsecutivos.

117 Situação hipotética: A receita corrente líquida de determinado município, nos últimos doze meses, foi de R\$ 6.000,00 e, ao final do 1.º quadrimestre de 2015, a despesa com pessoal, nos últimos doze meses, atingiu R\$ 3.450,00. Assertiva: Nessa situação, o referido município terá de reduzir, no segundo quadrimestre, as despesas com pessoal em, pelo menos, R\$ 10,00.

E

CESPE/CGE-PI 2015 - CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA TODOS OS CARGOS/ÁREAS

50 A despesa com pessoal, classificada como despesa de custeio, limita-se ao percentual de 50% da receita corrente líquida em cada estado da Federação, apurado segundo o regime de competência.

E

CESPE/MPU 2015 - Cargo 2: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Técnico-Especializado – Especialidade: Finanças e Controle

Com relação à responsabilidade fiscal e a classificações orçamentárias da receita e da despesa pública, julgue os itens subsequentes.

60 Em função da autonomia dos poderes, o Poder Executivo não poderá fixar limites de gastos com pessoal do Poder Judiciário.

C

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Julgue os seguintes itens, referentes à LRF – Lei Complementar n.º 101/2000.

139 As despesas de indenização por demissão de empregados não são computadas no limite de despesa total com pessoal definido em lei.

C

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA IV

Julgue os seguintes itens, referentes às políticas públicas e seus instrumentos e à responsabilidade fiscal.

125 Considere a seguinte situação hipotética. Após sucessivos anos de baixo crescimento econômico, acompanhados de aumento constante nos salários e no número de funcionários concursados, certo poder público encontra-se em risco de ultrapassar os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Nessa situação hipotética, para evitar que o risco se concretize, o poder público pode, entre outras medidas, iniciar um programa de demissão voluntária, pois, nesse caso, os gastos com os incentivos à demissão não deverão ser considerados para a verificação dos limites definidos pela LRF.

C

Com base no disposto na LRF, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que a sigla RCL, sempre que empregada, se refere a receita corrente líquida.

132 As despesas com inativos custeadas com recursos de fundos próprios não são computadas para efeito do atendimento dos limites de despesa com pessoal definidos pela LRF.

C

133 Considere a seguinte situação hipotética.

Determinado município apresentou despesa total com pessoal do Poder Executivo, em dezembro de 2010, no valor de cento e quatorze milhões, o equivalente a 57% de sua RCL. O prefeito desse município determinou a redução da despesa de pessoal do Poder Executivo em dez milhões, nos dois quadrimestres seguintes, e em um milhão, no primeiro quadrimestre, com a expectativa de que a RCL cresça 0,5% quadrimestralmente. Nessa situação hipotética, tão logo sejam cumpridas as determinações do prefeito, o município estará em conformidade com os limites de gasto definidos pela LRF já no primeiro quadrimestre.

E

135 Nos estados em que houver tribunal de contas dos municípios, o limite para os gastos com pessoal do Poder Legislativo será igual a 3,6% da RCL.

E

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 1: ADMINISTRADOR – CLASSE A, PADRÃO I

No que tange à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens seguintes.

87 As despesas decorrentes do programa de incentivo à demissão voluntária de determinado órgão público estão excluídas do limite de despesas de pessoal do referido órgão.

C

JUSTIFICATIVA - A exclusão das despesas realizadas com programas de demissão voluntária do limite de despesas de pessoal é autorizada pelo art. 19, § 1º, inc. II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

O ordenador de despesas de um órgão público assinou contrato decorrente de licitação, cujo objeto constituía os serviços de terceirização de mão de obra para a manutenção técnica de computadores. A vigência do contrato era de doze meses e a previsão de pagamento de prestações fixas era mensal. Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

108 Os valores correspondentes ao contrato devem ser contabilizados como outras despesas de pessoal e integrarão o limite de despesas de pessoal e encargos sociais previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

E

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 5: Ciências Contábeis

QUESTÃO 74

A despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não pode exceder os percentuais da receita corrente líquida. Desse modo, a LRF estabelece percentuais dessa despesa para a União, para os estados e para os municípios, que correspondem, respectivamente, a

- A 50%; 60% e 60%.
- B 40%; 50% e 60%.
- C 60%; 60% e 50%.
- D 60%; 50% e 60%.
- E 60%; 50% e 40%.

LETRA A

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 1: Analista Administrativo – Área: Administração

A respeito de orçamento público e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

94 Eventuais indenizações por demissão de servidor ou incentivos relativos à demissão voluntária devem ser computados, para efeitos da LRF, no cálculo dos limites com gastos de pessoal.

E

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 6: Analista Administrativo - Área: Direito

A respeito das normas concernentes ao orçamento público e à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens a seguir.

89 O não recebimento de transferências voluntárias é penalidade a que está sujeito o órgão ou poder que, tendo excedido o limite de gasto com pessoal, não reduza o percentual excedente do limite de despesa com pessoal.

C

CESPE/CNJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Com referência a administração financeira e orçamentária, julgue os itens de 112 a 115.

115 Considere que uma prefeitura tenha iniciado programa de demissão voluntária para não ultrapassar os limites com gastos com pessoal definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Nessa situação, os gastos com o programa deverão compor a base de cálculo da despesa total com pessoal, o que diminui a eficácia da iniciativa para resolver o problema, uma vez que serão afetados os limites de gastos impostos pela LRF.

E

CESPE/CAPES 2012 - Cargo 4: Analista em Ciência e Tecnologia Júnior I – Formação: Contabilidade

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsequentes, acerca de orçamento e a contabilidade pública.

87 A LRF determina que as despesas relativas aos incentivos à demissão voluntária sejam computadas no cálculo do limite da despesa total com pessoal da União, dos estados e dos municípios.

E

CESPE/TJAC 2012 - Cargo 5: Contador

Acerca do orçamento público e da contabilidade governamental, julgue os itens a seguir.

90 Para efeito de cálculo do limite de pessoal, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) permite que se desconte, do total das despesas, os valores relativos à indenização por demissão de servidores ou empregados, os incentivos à demissão voluntária e os decorrentes de decisão judicial e da competência de períodos anteriores.

C

CESPE/TRT 10ª região 2012 - Cargo 1: An. Jud. - Área Administrativa

É estabelecido na LRF que

110 na esfera estadual, o limite para despesa com pessoal do Poder Judiciário será de 3% sobre a receita corrente arrecadada no período determinado para o controle.

ERRADO (gab. Extraoficial – prova anulada)

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 1: Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Com base nas normas constitucionais que regem a tributação e o orçamento, julgue os próximos itens.

81 De acordo com determinação constitucional, a despesa da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal com pessoal ativo e inativo não pode ultrapassar limite fixado em lei complementar, encontrando-se, entre as providências autorizadas para o controle da despesa que eventualmente extrapolar esse limite, a redução de despesas com cargos em comissão e funções de confiança e a exoneração de servidores não estáveis, vedada a exoneração daqueles que já tiverem alcançado a estabilidade.

E

Considerando a Lei Complementar n.º 101/2000, julgue os itens a seguir.

109 A apuração da despesa total com pessoal deve ser realizada mediante o regime de caixa.

E

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 2: Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Com base na Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os próximos itens.

106 A despesa total com pessoal dos Executivos municipais limita-se a metade da receita corrente líquida.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo : AUDITOR

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), na Lei de Acesso à Informação e na Lei de Licitações, julgue os itens subsequentes.

86 Conforme a LRF, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder 50% e 60% da receita corrente líquida, respectivamente, para a União e para os estados e municípios. Na verificação do atendimento desses limites, não se computam as despesas com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados.

C

CESPE/TJ RR 2012 - Cargo 4: Contador

Acerca de elaboração, acompanhamento e fiscalização do orçamento público, julgue os itens subsequentes, considerando a legislação aplicável.

81 Será considerado nulo o ato que provocar aumento da despesa com pessoal e não atender ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

C

CESPE/TCU 2012 - Técnico Federal de Controle Externo

74 A apuração de gastos com pessoal será feita com base em um período de 12 meses. Assim, as demonstrações de limites com despesas de pessoal do primeiro e do segundo quadrimestres somarão despesas com pessoal relativas a dois exercícios financeiros.

CERTO

CESPE/EBC 2011 - Cargo 9: Analista de Empresa de Comunicação Pública – Atividade: Contabilidade

Com relação aos limites, vedações e obrigações instituídos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.

91 Para efeito da apuração do limite máximo previsto pela LRF, o décimo terceiro salário devido aos servidores públicos deve entrar no cômputo do total de despesas de pessoal do exercício a que se refira, ainda que o pagamento seja efetuado, por exemplo, somente no mês de fevereiro.

C

92 Se, com o objetivo de aumentar a despesa de pessoal, determinado prefeito municipal assinar um decreto no mês de junho do ano de conclusão de seu mandato, tal ato deve ser considerado regular, de acordo com o que dispõe a LRF.

C

CESPE/MPE-PI 2011- Cargo 7: Analista Ministerial – Área: Orçamento

A respeito da Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os próximos itens.

101 O limite de despesas de pessoal no caso dos estados corresponde a determinado percentual das receitas correntes líquidas, cujo cálculo deve incluir as parcelas recebidas e excluir as parcelas pagas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

C

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

Em 2010, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) completou dez anos. Desde a sua edição, muitas exigências de seu cumprimento foram feitas pela sociedade e pelos órgãos de controle. Acerca dessa lei, julgue os próximos itens.

110 As despesas relativas às pensões, por não constituírem gastos com servidores inativos, não fazem parte da limitação de despesas de pessoal prevista na LRF.

E

Considerando as previsões constitucionais, as da LRF e as da legislação específica que trata de orçamento público, julgue os itens que se seguem.

135 No Distrito Federal (DF), o controle para a verificação do cumprimento do limite da despesa total com pessoal deve ser realizado ao final de cada quadrimestre.

C

140 A despesa total com pessoal da União não deve ultrapassar a 50% da sua receita corrente líquida.

C

CESPE/TCU 2009 - Cargo 4: Técnico Federal de Controle Externo – Área: Apoio Técnico e Administrativo – Especialidade: Técnica Administrativa

Com fundamento na Lei de Responsabilidade Fiscal e em seus desdobramentos, julgue os itens seguintes.

100 Se o aumento acentuado e inesperado do número de matrículas na rede pública de ensino obrigar a administração a efetuar a contratação de novos professores mediante terceirização, as despesas daí decorrentes terão de ser enquadradas entre as despesas de pessoal e computadas para efeito de cálculo do respectivo limite.

C

CESPE/ANTAQ 2009 - Cargo 8: Analista Administrativo – Especialidade: Ciências Contábeis

Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

120 O percentual das receitas correntes líquidas que serve de limite de despesas de pessoal para determinado tribunal de contas dos municípios deve ser repartido com os órgãos do Poder Legislativo do estado em que o tribunal estiver localizado.

E

CESPE/TCU 2008 - Cargo 2.1: ACE – Orientação: Auditoria Governamental

Considerando os limites de apuração com gastos de pessoal constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens seguintes.

175 O TCU deve alertar imediatamente o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União, sempre que as despesas de pessoal excederem 95% do limite autorizado na LRF.

C

176 Para efeitos da LRF, a despesa total com pessoal engloba o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

C

177 Na verificação da despesa total com pessoal da União, não serão computadas as despesas com indenização por demissão de servidores, as relativas à demissão voluntária e as decorrentes dos contratos de terceirização de mão-de-obra referentes a substituição de servidores e empregados públicos.

E

178 Sempre que a despesa total com pessoal exceder o limite prudencial, a União fica proibida de conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração. Contudo, poderá fazer admissão ou contratação de pessoal das áreas de educação, saúde e segurança, a título de reposição em virtude de aposentadoria ou falecimento de servidores.

E

CESPE/IPEA 2008 - Cargo 6: Técnico de Desenvolvimento e Administração – Perfil: Gestão de Orçamento e Finanças

Julgue os itens seguintes em conformidade com o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

105 Considere a hipótese de um município em que as despesas de pessoal totais estão abaixo do limite global de 60% das receitas correntes líquidas, mas a Câmara de Vereadores respectiva gasta, com sua folha de pagamentos, mais do que seu limite próprio, de 6% do mesmo agregado de receita, e está nessa situação há dez meses. Nesse caso, as transferências voluntárias da União para esse município não precisam ser suspensas.

E

CESPE/STF 2008 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

102 Na hipótese de a receita corrente líquida da União atingir, em determinado período, R\$ 400 bilhões, a despesa de pessoal do Poder Judiciário não poderá exceder R\$ 14,4 bilhões.

E

CESPE/SEGER ES 2008 - FORMAÇÃO 2: CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Considerando que o gasto com pessoal do Poder Executivo de determinado estado tenha chegado a 95% do limite total estabelecido para essa despesa, julgue os itens seguintes.

116 Nessa situação, o Executivo deve determinar como medida a não-concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, ressalvada a revisão geral anual.

C

117 No caso descrito, o gasto excessivo detectado não impede que se conceda vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual.

C

118 Nesse caso, mantém-se assegurada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança.

C

119 Diante dessa situação, fica vedada, como medida necessária a ser adotada, a criação de cargo, emprego ou função.

C

120 Fica vedada, nessa situação, como medida necessária a ser adotada, qualquer alteração de estrutura de carreira.

E

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

Acerca do direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

89 A despesa total da União com pessoal não poderá exceder 50% da receita líquida corrente, computando-se, para verificação do atendimento a esse limite, as despesas derivadas de indenizações por demissões de seus servidores e empregados.

E

despesa com seguridade social

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Julgue os itens a seguir, com base em dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

84 O reajuste de benefício da seguridade social com o objetivo de preservar seu valor real está condicionado à comprovação de que, nos períodos seguintes, seus efeitos serão compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente da despesa.

E

CESPE/SEFAZ-AL 2020 - Cargo 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

Com relação a déficit público, reforma administrativa, reforma previdenciária, responsabilidade fiscal, regra de ouro e ordenação de despesa, julgue os itens a seguir.

117 Nenhum benefício relativo à seguridade social poderá ser criado sem a indicação de uma fonte de custeio para suportar essa despesa.

C

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 1: Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Considerando a Lei Complementar n.º 101/2000, julgue os itens a seguir.

110 Por constituírem despesa de natureza social, os benefícios relativos a seguridade social podem ser criados sem a identificação da respectiva fonte de custeio.

E

CESPE/TCU 2012 - Técnico Federal de Controle Externo

Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

72 O reajustamento do valor de benefício da seguridade social, a fim de preservar o seu valor real, deve apresentar a origem dos recursos para o seu custeio e os seus efeitos financeiros nos períodos seguintes, que devem ser compensados pelo aumento permanente de receita e pela redução permanente de despesa da previdência.

E

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo : AUDITOR

Enquanto a soberania esteve exclusivamente nas mãos do rei, a este cabia decretar impostos e dar aplicação ao seu produto, sem fiscalização alguma e sem regras às quais precisasse obedecer.

Hoje, a soberania reside na nação e são os seus representantes que fazem o orçamento. O tempo compreendido entre a época da soberania real e a vitória da soberania popular, na Europa, é marcado por movimentos, revoluções, usurpações e resistências, que representam as etapas principais da evolução do direito orçamentário.

Agenor de Roure. Formação do direito orçamentário brasileiro. In: Jornal do Commercio, 1916, p.8 (com adaptações).

Tendo como referência inicial o texto acima, julgue os itens a seguir, a respeito do direito financeiro brasileiro.

148 É dispensada a compensação para o aumento de despesa, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, se o reajuste do valor do benefício da seguridade social destinar-se a preservar seu valor real.

C

transferências voluntárias

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO – APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Julgue os seguintes itens, relativos às transferências voluntárias e aos créditos adicionais.

87 Como não há garantias reais de que a transferência voluntária de fato aconteça, o registro da respectiva receita orçamentária ocorrerá apenas no momento da efetiva transferência financeira.

C

CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - Á REA: ADMINISTRAÇÃO

No que diz respeito à LRF, julgue os itens que se seguem.

99 Exige-se, para a realização de transferência voluntária a comprovação por parte do beneficiário de que se ache em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos.

C

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Quanto às transferências voluntárias, julgue os itens seguintes.

88 Caso o estado do Rio de Janeiro, por meio de convênio com um grupo de prefeituras, comprometa-se a destinar verbas para melhoria do sistema educacional, tal destinação de recursos, sem imposição legal, deverá ser reconhecida como uma redução da receita estadual.

E

89 Um município que seja negligente na efetiva arrecadação dos tributos de sua competência pode perder o direito de recebimento de eventuais transferências voluntárias dos governos federal e estadual.

ANULADA

Gab. Preliminar: CERTO

O uso do termo “tributos” prejudicou a cobrança da assertiva.

90 Os recursos destinados pelo Ministério da Saúde ao Sistema Único de Saúde (SUS), a qualquer título, integram o rol de transferências voluntárias.

E

CESPE/TCDF 2021 – Auditor de Controle Externo

No que se refere às classificações de receitas e despesas públicas e às disposições da legislação aplicável às finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

104 A transferência de recursos, por meio de convênio, para um município, com a finalidade de execução descentralizada de uma política pública de responsabilidade exclusiva da União, não se enquadra como uma transferência voluntária.

C

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Acerca das disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei n.º 4.320/1964, de transferências voluntárias e de infrações administrativas contra as leis de finanças públicas, julgue os seguintes itens.

126 As cotas de receitas de transferência obrigatória entre entes públicos devem ser incluídas como despesa no orçamento do ente transferidor.

C

127 Transferência voluntária intergovernamental deve ser contabilizada pelo ente transferidor como despesa.

C

CESPE/SEFAZ-AL 2020 - Cargo 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

No que se refere a política fiscal, distribuição de renda, transferências voluntárias e destinação de recursos ao setor privado, julgue os próximos itens.

121 É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente público que não observar os requisitos de sua responsabilidade na gestão fiscal.

C

124 Transferências voluntárias correspondem aos recursos que são destinados pela União a outro ente da Federação, como é o caso dos recursos destinados ao Sistema Único de Saúde.

E

CESPE/SEFAZ-DF 2020 - Auditor-Fiscal da Receita do DF

Julgue os itens a seguir, relativos ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal sobre limites para dívida, transferências voluntárias e destinação de recursos para o setor privado.

60 As sanções de suspensão de transferências voluntárias não se aplicam sobre as ações de educação, saúde e assistência social.

JUSTIFICATIVA: CERTO.

De acordo com o disposto no art. 25, § 3.º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

CESPE/TJ-AM 2019 - Analista Judiciário - Contabilidade

Acerca de aspectos técnicos da receita e da despesa públicas, julgue os itens subsecutivos.

120 As transferências voluntárias previstas no orçamento da União para o pagamento de ações e serviços públicos de saúde devem ser mantidas ainda que o ente beneficiário tenha deixado de cumprir os limites constitucionais relativos à aplicação de recursos na saúde.

C

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 4

De acordo com a Lei do Direito Financeiro — Lei Federal n.º 4.320/1964 — e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — Lei Complementar n.º 101/2000 — e suas alterações, julgue os seguintes itens.

85 Nos termos da LRF, transferência voluntária é a entrega de recursos a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira a ente público ou privado, para a execução de atividade de interesse público.

E

CESPE/MPU 2018 - Cargo 2: TÉCNICO DO MPU – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Acerca da receita e da despesa públicas, bem como de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

120 A transferência de recursos da União para um município, com o objetivo de custear a construção de posto de saúde, somente poderá ser realizada se o município beneficiário comprovar estar em dia com a prestação de contas dos recursos anteriormente recebidos e se houver previsão de contrapartida.

ERRADO

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 3: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens a seguir.

99 Para que o estado-membro receba da União transferências voluntárias destinadas ao pagamento de despesas com pessoal inativo, é condição inarredável a prévia autorização por lei específica autorizativa no âmbito federal, aprovada por maioria absoluta.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO 2: ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO

Com base no que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) prevê sobre transferências voluntárias, julgue os itens que se seguem.

105 Um município que, no último quadrimestre de 2015, apresentar pela primeira vez uma despesa de pessoal superior ao limite previsto na LRF poderá, em janeiro de 2016, receber transferências voluntárias da União.

C

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO: AUDITOR

À luz da LRF e da Constituição Federal de 1988, julgue os itens que se seguem.

66 A realização de transferência voluntária deve-se operar, sob pena de contrariedade à LRF, por meio de convênio que estabeleça, entre outros pontos, a previsão orçamentária de contrapartida do ente recebedor da transferência e o compromisso de não utilizar os recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 7: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE: CONTADORIA

De acordo com as normas básicas da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos processos licitatórios, julgue os próximos itens.

108 As transferências voluntárias da União podem ser realizadas para determinado ente da Federação que tenha ultrapassado o limite da dívida consolidada, desde que o prazo para retorno da dívida ao limite ainda não tenha expirado.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 22: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

Com relação às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens subsecutivos.

120 Para fazer jus a uma transferência voluntária da União, determinado estado, ainda que beneficiário de outras transferências, deve estar em dia quanto às prestações de contas parciais relativas aos convênios por ele celebrados.

C

CESPE/TCU 2015 - Auditor Federal de Controle Externo Área: Controle Externo Especialidade: Controle Externo Orientação: Auditoria Governamental

Julgue os itens subsequentes, relativos ao sistema de planejamento federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

184 Os estados e municípios somente poderão receber transferências voluntárias da União se, em seus orçamentos, incluírem dotação destinada à contrapartida de tais transferências, sem prejuízo de outras condições estabelecidas em lei.

C

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Julgue os seguintes itens, referentes à LRF – Lei Complementar n.º 101/2000.

140 Uma das exigências a serem atendidas pelo beneficiário da transferência voluntária é a observância dos limites de inscrição dos restos a pagar.

C

CESPE/BACEN 2013 - Analista - Área 5: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com relação às normas de utilização da conta única do Tesouro Nacional e às regras de gestão estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

87 Considere que determinado município deseje receber transferências voluntárias da União. Nessa situação, além de obedecer aos limites e critérios estabelecidos na LRF, será indispensável a formalização da transferência por meio de convênio.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

No que concerne à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os próximos itens.

77 Suponha que determinado município tenha aprovado a redução da alíquota do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) para imóveis utilizados em ações sociais filantrópicas. Nessa situação, esse município continuará apto a receber as transferências voluntárias da União.

C

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 2: Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Com base na Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os próximos itens.

107 A transferência, entre entes da Federação, de recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) é exemplo de transferência voluntária.

E

CESPE/TCDF 2011 - Cargo: Auditor de Controle Externo

Com base no que dispõe a LRF, julgue os itens seguintes, relativos a transferências voluntárias.

135 Não se aplicam sanções de suspensão de transferências voluntárias em ações de educação, saúde e assistência social.

C

136 Para que seja realizada a transferência voluntária, o beneficiário deve comprovar previsão orçamentária de contrapartida.

C

CESPE/TCU 2009/ Cargo 4: Técnico Federal de Controle Externo – Área: Apoio Técnico e Administrativo – Especialidade: Técnica Administrativa

Com fundamento na Lei de Responsabilidade Fiscal e em seus desdobramentos, julgue os itens seguintes.

97 Entre as chamadas transferências legais, incluem-se aquelas realizadas fundo a fundo, destinadas à educação, que se caracterizam pela descentralização de recursos mediante convênios.

E

CESPE/IPEA 2008 - Cargo 6: Técnico de Desenvolvimento e Administração – Perfil: Gestão de Orçamento e Finanças

Julgue os itens seguintes em conformidade com o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

84 Se um convênio é firmado entre a União e um município do estado do Rio de Janeiro e se esse município não tem previsão orçamentária para a contrapartida exigida, tal transferência não pode ser realizada.

C

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

74 De acordo com a LRF, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde, sendo exigência, entre outras, para a realização dessa transferência, a comprovação, por parte do beneficiário, de que se acha em dia quanto à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos do ente transferidor.

C

destinação de recursos para o setor privado

CEBRASPE/SECONT-ES 2022 – CARGO 1: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Julgue os itens que se seguem, acerca da administração financeira e orçamentária pública brasileira.

69 Entes governamentais podem realizar repasses de recursos públicos a entidades privadas. Exemplo dessa prerrogativa, o Tesouro Nacional pode realizar operação de redesconto, a qual, por sua vez, demanda lei específica, independentemente do prazo que for concedido ao ente privado para liquidação.

E

CEBRASPE/DPDF-2022 – CARGO 2: ANALISTA DE APOIO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

À luz da legislação referente à administração financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

110 É vedado ao governo federal instituir, para as transferências de recursos a entidades privadas, condições e exigências mais abrangentes que aquelas já previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

E

CESPE/SEFAZ-AL 2020 - Cargo 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

No que se refere a política fiscal, distribuição de renda, transferências voluntárias e destinação de recursos ao setor privado, julgue os próximos itens.

125 A destinação de recursos públicos ao setor privado é decisão idiossincrática do agente público executor de um programa de governo e independe de autorização em lei específica.

E

CESPE/SEFAZ-DF 2020 - Auditor-Fiscal da Receita do DF

Julgue os itens a seguir, relativos ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal sobre limites para dívida, transferências voluntárias e destinação de recursos para o setor privado.

62 A prevenção de insolvência e outros riscos associados à destinação de recursos para o setor privado fica a cargo de mecanismos constituídos pelo respectivo ente federativo.

JUSTIFICATIVA: ERRADO.

De acordo com o disposto no art. 28, § 1.º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a prevenção de insolvência e outros riscos ficará a cargo de fundos, e outros mecanismos, constituídos pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional, na forma da lei.

Julgue os itens a seguir, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal.

120 Exige-se autorização por lei específica para a realização de doação, pelo governo federal, de determinada quantia em dinheiro para satisfazer necessidades de pessoa física que tenha prestado relevantes serviços à nação.

JUSTIFICATIVA: CERTO.

O art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal exige que qualquer transferência ao setor privado seja objeto de lei específica: “Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica.”.

CESPE/PGM - Campo Grande - MS 2019 - Procurador Municipal

Tendo como referência a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens seguintes.

113 Conforme a LRF, não se admite utilizar recursos públicos, incluídos os de operações de crédito, para socorrer instituição do Sistema Financeiro Nacional, salvo mediante lei específica.

C

CESPE/Prefeitura de Boa Vista-RR 2019 - Procurador Municipal

Considerando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item a seguir, relativo à destinação de recursos públicos para o setor privado.

76 Não é viável autorizar a abertura de crédito adicional para permitir a destinação de recursos de fundação pública municipal para a cobertura de necessidades de cidadãos, pois esse tipo de despesa somente pode ser realizado com base em dotações originariamente estabelecidas na lei orçamentária.

E

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 3: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens a seguir.

98 Ainda que haja autorização por lei específica e conformidade com a lei de diretrizes orçamentárias, não é permitido ao município usar recursos previstos em créditos suplementares para cobrir déficits de pessoas jurídicas.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO: AUDITOR

Com base nas normas instituídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens subsequentes.

157 Se determinado órgão público for autorizado por lei específica a destinar recursos à cobertura de déficits de pessoas jurídicas por meio de operações de crédito e, posteriormente, for verificada a necessidade de prorrogação dos empréstimos concedidos, tal prorrogação somente poderá ocorrer se estiver prevista em lei específica.

C

CESPE/TCU 2015 - Auditor Federal de Controle Externo Área: Controle Externo Especialidade: Controle Externo Orientação: Auditoria Governamental

Julgue os itens subsequentes, relativos ao sistema de planejamento federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

185 Se determinado ente da Federação pretender conceder empréstimo a pessoa jurídica que não esteja sob seu controle direto, o encargo financeiro correspondente a essa operação poderá ser superior ao custo de captação.

C

CESPE/TCU 2013 - Auditor Federal de Controle Externo

Acerca da gestão organizacional das finanças públicas e da LRF, julgue os itens subsecutivos.

162 A simples prorrogação de um financiamento ao setor privado por empresa pública federal não financeira é considerada uma modalidade de destinação de recursos públicos para o setor privado.

C

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 4: Analista Administrativo - Área: Ciências Contábeis

Julgue os próximos itens com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na CF.

94 A destinação de recursos públicos para o setor privado deve ser autorizada por lei específica, devendo, ainda, atender ao disposto na LDO e estar prevista no orçamento ou em créditos adicionais.

C

CESPE/IPEA 2008 - Cargo 6: Técnico de Desenvolvimento e Administração – Perfil: Gestão de Orçamento e Finanças

Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subseqüentes.

104 O socorro aos bancos afetados pela recente crise financeira internacional poderia ser feito sem necessidade de aprovação de lei autorizando especificamente a despesa.

C

Dívida e endividamento (parte 1)

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 20: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Com base nas normas legais relativas à gestão de recursos financeiros da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

83 De acordo com a LRF, são proibidas operações de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente federativo que a controle na qualidade de beneficiário do empréstimo.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 24: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

88 Para fins de aplicação dos limites da dívida consolidada municipal, devem ser considerados os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento no qual houverem sido incluídos.

C

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a Lei de Acesso à Informação, julgue os seguintes itens.

109 Os títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil devem ser incluídos na dívida pública consolidada da União.

C

CESPE/TCE-SC 2016 – CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA O CARGO 3 - AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Julgue os itens a seguir, relativos à implementação do orçamento público no Brasil.

45 Os conceitos de dívida fundada e dívida fluante aplicam-se indistintamente à dívida ativa e à dívida passiva.

E

Com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Acesso à Informação, julgue os itens subsequentes.

48 Se determinado ente da Federação assinar contrato de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por entidade vinculada a este ente, a operação deverá ser incluída no montante da dívida pública consolidada.

C

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO 3: INSPETOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA

Com base nas normas fundamentais instituídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os próximos itens.

104 Se determinada instituição financeira contratar operação de crédito com determinado estado da Federação sem exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, a operação será considerada nula.

C

CESPE/TELEBRAS 2015 - CARGO 3: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES - OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR - SUBATIVIDADE: ADMINISTRATIVO

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os seguintes itens relativos às despesas públicas.

60 O saldo da dívida consolidada líquida (DCL) é obtido deduzindo-se da dívida consolidada as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

C

CESPE/STJ 2015 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Com relação a conceitos e normas aplicáveis à despesa pública, julgue os itens a seguir.

112 As operações de crédito contraído pelo poder público integram a dívida pública fundada, independentemente do prazo de amortização, desde que a receita correspondente conste do respectivo orçamento.

C

CESPE/STJ 2015 - CARGO 15: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Acerca dos instrumentos de efetivação de planejamento e orçamento no Brasil, julgue os próximos itens.

100 Caso a dívida consolidada de determinado ente da Federação ultrapasse o limite fixado para o período de apuração, a limitação de empenho deverá ser feita de acordo com os critérios estabelecidos na LDO.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 1: ADMINISTRADOR

Com relação aos aspectos mais relevantes da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os próximos itens.

94 Um ente da Federação que possua dívida com instituição financeira privada poderá refinanciar tal dívida por meio de operação de crédito contratada com instituição financeira estatal, desde que a instituição financeira concedente do crédito esteja sob controle de ente da Federação diverso do tomador do empréstimo.

E

CESPE/TCU 2015 - Auditor Federal de Controle Externo Área: Controle Externo Especialidade: Controle Externo Orientação: Auditoria Governamental

De acordo com a Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os seguintes itens.

162 As operações de crédito compõem a dívida pública, sendo vedada, no último ano de mandato presidencial, a obtenção de operações de crédito por antecipação de receita para o atendimento de insuficiência de caixa.

C

CESPE/TCU 2015 - Cargo: Técnico Federal de Controle Externo - Área: Apoio Técnico e Administrativo - Especialidade: Técnica Administrativa

Julgue os próximos itens de acordo com os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

68 As obrigações financeiras representadas por letras do Banco Central do Brasil não integram o montante da dívida pública mobiliária da União, devendo, portanto, ser desconsideradas no cálculo do montante da dívida pública consolidada do referido ente federativo.

E

CESPE/TCU 2015 - Auditor Federal de Controle Externo Área: Controle Externo Especialidade: Controle Externo Orientação: Auditoria Governamental

Julgue os itens subsequentes, que dizem respeito à estrutura e às características dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320/1964.

168 Situação hipotética: No demonstrativo do resultado nominal do governo federal constante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária de maio de 2015, constavam as informações mostradas na tabela a seguir, e os restos a pagar processados apresentavam o valor de R\$ 45.446.936.

especificação	saldo (em R\$)
dívida consolidada	3.610.068.016
deduções	
ativo disponível	720.847.465
haveres financeiros	1.575.856.214

Assertiva: Nesse caso, a dívida consolidada líquida será de R\$ 1.358.811.273.

C

CESPE/ANTAQ 2014 - CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Julgue os itens que se seguem, com relação às receitas e às despesas públicas.

61 A dívida fundada é representada por títulos emitidos pela União — incluindo os do Banco Central do Brasil —, pelos estados e pelos municípios.

E

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Julgue os seguintes itens, referentes à LRF – Lei Complementar n.º 101/2000.

135 A emissão de títulos de responsabilidade do Banco do Brasil S. A. será incluída na dívida pública consolidada da União.

E

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA IV

No que se refere aos aspectos econômicos internos e externos enfrentados pelo Brasil, julgue os itens que se seguem.

145 O limite global da dívida consolidada líquida deve ser definido como um percentual da RCL, cabendo privativamente à Câmara dos Deputados definir os limites de endividamento e as condições das operações de crédito.

E

146 Considere a seguinte situação hipotética

Um município apresentou, em dezembro de determinado ano, dívida pública consolidada de vinte e cinco milhões de reais, disponibilidades financeiras que somavam cinco milhões de reais e RCL, no período, igual a dez milhões de reais, a qual estava acima do limite de endividamento previsto na Resolução do Senado Federal n.º 40/2001.

Nessa situação hipotética, no ano considerado, o município apresentou uma relação entre dívida e RCL de 2,5, portanto, acima do limite de 1,20 definido em legislação.

E

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 1: ADMINISTRADOR – CLASSE A, PADRÃO I

No que tange à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens seguintes.

88 Se o presidente da República pretender modificar os limites globais para o montante da dívida pública consolidada, deverá enviar proposta ao Poder Legislativo que contenha a metodologia de apuração dos resultados primário e nominal.

C

JUSTIFICATIVA - De acordo com o art. 30, da Lei de Responsabilidade Fiscal, cabe ao presidente da República propor os limites globais de dívida consolidada dos entes da federação, bem como suas respectivas alterações, quando necessário. O inc. IV, § 1º, do referido dispositivo, determina, ademais, que a proposta de alteração deve incluir a metodologia de cálculo dos limites.

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 2: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

104 Uma operação de crédito realizada no mês de dezembro, com vencimento em seis meses, para pagar compromissos vencíveis antes do final do exercício será incluída, em 31 de dezembro do corrente ano, na dívida flutuante.

E

CESPE/STF 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com relação a dívida pública e endividamento público, transparência, controle e fiscalização, julgue os próximos itens, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar n.º 101/2000.

86 Sempre que forem alterados os fundamentos das políticas monetária ou cambial em razão de instabilidade econômica, o presidente da República, em atendimento aos dispositivos constitucionais vigentes, poderá encaminhar ao Congresso Nacional proposta de revisão dos limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos estados e dos municípios.

E

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 6: Direito

QUESTÃO 73

O aumento do teto da dívida mobiliária da União e dos estados depende de previsão em

A resolução do Senado Federal, em ambos os casos.

B lei aprovada pelo Congresso Nacional e lei aprovada pela assembleia legislativa, respectivamente.

C lei aprovada pelo Congresso Nacional e resolução do Senado Federal, respectivamente.

D resolução do Senado Federal e lei aprovada pela assembleia legislativa, respectivamente.

E lei aprovada pelo Congresso Nacional, em ambos os casos.

LETRA C

QUESTÃO 75

Com base no disposto na LRF sobre dívida, assinale a opção correta.

A A venda a termo de bens e serviços não se enquadra no conceito de operação de crédito.

B Entre as formas de operação de crédito assessoria previstas na LRF inclui-se a concessão de garantia.

C A dívida pública fundada engloba as obrigações financeiras decorrentes de convênios.

D Títulos próprios emitidos pelo Banco Central do Brasil não se enquadram no conceito de dívida mobiliária.

E Na dívida mobiliária incluem-se as obrigações decorrentes de contratos de mútuos.

LETRA C

CESPE/PGDF 2013 - CARGO: PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL, CATEGORIA I

Julgue os itens a seguir, referentes ao controle do endividamento e a operações de crédito.

66 Um conceito fundamental no que se refere a endividamento é o de dívida consolidada líquida, que é o montante total das obrigações financeiras do estado deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

C

67 É vedada a captação de recursos a título de antecipação de receita de contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.

C

68 É considerado operação de crédito o recebimento antecipado de lucros e dividendos de empresa cujo capital social com direito a voto esteja, direta ou indiretamente, sob o domínio do poder público.

E

69 O Senado Federal estabeleceu o limite global de endividamento para os estados, o DF e os municípios.

C

70 É vedada operação de crédito entre entes da Federação, bem como em relação a quaisquer instituições a eles vinculadas.

E

CESPE/BACEN 2013 - Analista - Área 5: INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Com relação às normas de utilização da conta única do Tesouro Nacional e às regras de gestão estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

88 Considere que determinado órgão público disponha em seu orçamento de receitas vinculadas, e que, em certo período do exercício financeiro, uma parcela dessas receitas ainda não tenha sido arrecadada. Nessa situação, é vedado ao Tesouro Nacional antecipar recursos financeiros por meio das disponibilidades de caixa existentes.

E

CESPE/MPU 2013 - CARGO 6: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: FINANÇAS E CONTROLE

Com relação às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, julgue os itens seguintes.

52 Para fins de ajustes da dívida pública consolidada aos limites fixados, os precatórios liquidados durante a previsão do orçamento bem como os precatórios não pagos não devem ser incluídos no montante da dívida consolidada.

E

53 Se ultrapassar o respectivo limite ao final de um bimestre, a dívida fundada de um ente da Federação deverá ser a ele reconduzida até o término do bimestre subsequente, reduzindo-se o excedente em pelo menos 25%.

E

CESPE/MPU 2013 - CARGO 8: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Tendo como referência a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

77 Integra a dívida pública consolidada da União a dívida relativa à emissão de títulos de responsabilidade do BACEN.

C

78 A LRF proíbe que, nos dois últimos anos do mandato, governadores e prefeitos antecipem receitas tributárias por meio de empréstimos de curto prazo, concedam aumento de salários e contratem novos servidores públicos.

E

CESPE/TCE RO 2013 - Cargo 3: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: DIREITO

No que diz respeito ao direito financeiro e tributário, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que as siglas ICMS, IPI e LRF, sempre que utilizadas, se referem, respectivamente, a imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação, imposto sobre produtos industrializados e Lei de Responsabilidade Fiscal.

115 De acordo com a LRF, consideram-se montante da dívida pública consolidada as obrigações entre o município e seus respectivos fundos, autarquias, fundações e empresas estatais.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO

Julgue os itens que se seguem, relativos às disposições que disciplinam as situações temporárias, em decorrência dos preceitos contidos na Lei n.o 101/2000.

109 Na forma da lei e diferentemente daqueles previstos na Lei n.o 101/2000, admite-se, aos estados ou municípios, fixarem limites inferiores para as dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

C

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 4: Analista Administrativo - Área: Ciências Contábeis

A respeito dos demonstrativos contábeis e registros previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, na Lei n.º 4.320/1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

81 No demonstrativo da dívida consolidada líquida da União, incluem-se a dívida mobiliária, a dívida contratual e os precatórios a pagar, sem necessidade de inclusão de outros valores não compatíveis com o conceito de dívida consolidada.

E

Julgue os próximos itens com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na CF.

91 São consideradas no montante da dívida pública consolidada ou fundada as obrigações financeiras do ente da Federação assumidas por contrato ou convênio, cuja amortização deve se dar em até doze meses.

E

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 11: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

Com relação a dívida flutuante e fundada ou consolidada, julgue o próximo item.

112 A dívida passiva do governo, que compreende a dívida flutuante e a fundada ou consolidada, pode ser oriunda de despesas orçamentárias, da execução da receita orçamentária ou ter origem extraorçamentária.

C

CESPE/MPOG 2013 - temp/Categoria Profissional 3: Técnico de Nível Superior – SPU/UCP

Com relação à lei de responsabilidade fiscal, julgue os itens a seguir.

98 A verificação do cumprimento dos limites e condições relativas às operações de crédito realizadas por entes governamentais é realizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de resguardar o equilíbrio orçamentário.

E

CESPE/TCDF 2012 - Procurador do Ministério Público

Acerca das normas jurídicas que regem a atividade financeira estatal, cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

46 Um estado da federação incluiu no seu orçamento de 2011 precatórios judiciais de R\$ 10 milhões, dos quais 25% foram pagos naquele exercício financeiro. Nessa situação, a parcela não paga integra a chamada dívida flutuante, para fins de aferição dos limites de endividamento.

E

CESPE/MPU 2010 Cargo 49: Técnico de Apoio Especializado/Orçamento

Em 2010, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) completou dez anos. Desde a sua edição, muitas exigências de seu cumprimento foram feitas pela sociedade e pelos órgãos de controle. Acerca dessa lei, julgue os próximos itens.

109 Os limites globais para o montante da dívida consolidada da União e para o montante da dívida mobiliária federal devem ser fixados, em percentual da receita corrente líquida, para cada esfera de governo.

C

CESPE/IPAJM 2010 - Cargo 3: Contador

1 - (IPAJM 2010 - Cargo 3: Contador - Questão 22) A Lei de Responsabilidade Fiscal — Lei Complementar n.º 101/2000 — não pretende substituir a lei de normas gerais para elaboração e controle dos orçamentos públicos, mas muitos de seus dispositivos definem conceitos básicos de orçamento aplicáveis a todos os níveis de governo. Em relação a esse assunto, assinale a opção correta.

A A dívida fundada compreende compromissos contraídos para atender desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos.

B A dívida pública mobiliária é representada exclusivamente pelo conjunto de títulos com vencimento inferior a doze meses.

C Empresas estatais dependentes são entidades nacionais ou supranacionais de cujo capital a União detenha maioria.

D O aceite de títulos emitidos por instituições de direito privado deve ser considerado uma modalidade de operação de crédito, quando realizado por órgão da administração pública.

E Receita corrente líquida corresponde ao total de receitas correntes deduzido das receitas de capital.

Letra D

CESPE/BB Certificação 2010/Área de Conhecimento 7: Setor Público

Questão 17

Considerando que determinado município tenha apurado, ao final do exercício financeiro, receita corrente líquida de R\$ 200 milhões e que a sua dívida consolidada líquida tenha atingido R\$ 500 milhões, assinale a opção correta.

A Ao final do exercício financeiro seguinte, o município deverá ter eliminado todo o excesso de endividamento em relação à receita corrente líquida anual.

B Ao final do exercício financeiro seguinte, o município deverá ter reduzido sua dívida consolidada líquida para R\$ 400 milhões.

C Ao final do primeiro semestre do exercício subsequente, o excesso deverá estar reduzido à metade.

D O município não poderá receber transferências voluntárias a partir do quadrimestre subsequente ao da constatação do excesso e até sua eliminação.

E Ocorrendo essa situação no último ano do mandato do prefeito, o município estará impedido de realizar qualquer operação de crédito, mesmo para refinarciar o principal atualizado da dívida mobiliária.

LETRA A

CESPE/TCU 2009/ Cargo 4: Técnico Federal de Controle Externo – Área: Apoio Técnico e Administrativo – Especialidade: Técnica Administrativa

Com fundamento na Lei de Responsabilidade Fiscal e em seus desdobramentos, julgue os itens seguintes.

98 Se um município, ao final do primeiro quadrimestre de 2009, tiver ultrapassado o limite da sua dívida consolidada em R\$ 600 milhões, isso significará que, até o final de agosto, ele deverá reduzi-la em R\$ 200 milhões, sob pena de ficar impedido de receber transferências voluntárias a partir de setembro.

E

CESPE/IPEA 2008 - Cargo 6: Técnico de Desenvolvimento e Administração – Perfil: Gestão de Orçamento e Finanças

Julgue os itens seguintes em conformidade com o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

85 Os títulos emitidos pelo Banco Central do Brasil não são computados no cálculo da dívida pública.

E

CESPE/TCU 2008 - Cargo 2.1: Analista de Controle Externo – Área/Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

Considerando os conceitos e os procedimentos aplicáveis ao setor público, e com suporte na legislação de regência, julgue os itens a seguir.

8 - (TCU 2008 - Cargo 2.1 - Item 196) Caso a União emita novos títulos para pagamento de dívidas mobiliárias vencidas, as quais se componham de principal, atualização monetária e juros, nos valores de, respectivamente, R\$ 100.000.000,00, R\$ 10.000.000,00 e R\$ 15.000.000,00, nessa situação, de acordo com a LRF, o refinanciamento de tais dívidas corresponderá a R\$ 100.000.000,00.

ERRADO

CESPE/ME 2008 - Cargo 5: Contador

55 A dívida pública consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a cinco anos.

ERRADO

**CESPE/TJCE/2008 - Cargo 5: Analista Judiciário – Área: Técnico-Administrativa –
Especialidade: Economia**

Com base nas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na sua aplicação, julgue os itens a seguir.

108 Suponha que um município apresente, ao final do exercício, dívida consolidada de R\$ 750.000.000,00, disponibilidades financeiras iguais a R\$ 50.000.000,00 e, no período considerado, receita corrente líquida, de R\$ 600.000.000,00. Nessa situação, conclui-se que, há um excesso de endividamento de R\$ 30.000.000,00.

ERRADO

CESPE/ANATEL/2008 - Cargo 3: Analista Administrativo — Área: Ciências

Com base na LRF, julgue os itens seguintes.

82 O refinanciamento da dívida mobiliária corresponde à emissão de títulos para pagamento do principal, não incluídos a atualização monetária e os juros, e se limita, ao final de cada exercício, ao montante existente no exercício anterior.

ERRADO

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

Acerca do direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

90 Se um ente da federação ultrapassar o limite estabelecido legalmente para o montante da dívida consolidada, ficará proibido de realizar operação de crédito, inclusive o refinanciamento do débito principal atualizado da dívida mobiliária, enquanto perdurar o excesso.

E

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

A partir das normas e dos procedimentos que caracterizam o ciclo orçamentário, julgue os itens subseqüentes.

160 Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo pode solicitar empréstimos, tanto para a abertura de créditos adicionais como para atender a eventuais necessidades de caixa. No primeiro caso, trata-se de nova dotação; no segundo, de mero ajuste no fluxo de recursos financeiros.

C

CESPE/SEAD/PGEPA/2006 - Cargo 1: Técnico em Gestão de Procuradoria

Questão 36

No Brasil, o endividamento do setor público é um dos problemas crônicos. Na tentativa de solucioná-los, a LRF estabeleceu uma série de definições e normas. Acerca dessas definições e normas, assinale a opção incorreta.

A Sempre que o ente beneficiário de operação de crédito estiver fora do controle direto do ente transferidor dos recursos, os encargos financeiros da operação, as comissões e outras despesas não poderão ser inferiores ao que dispuser a lei ou ao seu custo de captação.

B A LRF estabelece prazos e condições rígidos para os entes que ultrapassarem os respectivos limites de endividamento, sob pena de punições de natureza fiscal. Se verificado que o ente ultrapassou os seus limites ao final de um quadrimestre, a estes ele deverá retornar nos três quadrimestres seguintes, eliminando, pelo menos, 25% do excesso já no primeiro período.

C Os limites globais para a dívida consolidada dos três níveis de governo foram estabelecidos sob a forma de percentual da receita líquida real, representando o nível médio anual admitido para cada um deles, sendo a verificação do seu atendimento realizada ao final de cada semestre.

D Toda e qualquer operação de crédito a ser efetuada pelo governo do estado do Pará e empresas por ele controladas estará sujeita à verificação, pelo Ministério da Fazenda, do cumprimento dos respectivos limites de endividamento.

LETRA C

CESPE/TCU 2004 - Cargo: Analista de Controle Externo

Com relação ao conceito de dívida fundada, julgue o item a seguir.

64 Enquanto a Lei n.º 4.320/1964 considera como dívida pública fundada apenas aquela com vencimento superior a doze meses, a Lei Complementar n.º 101/2000 inclui nessa categoria também as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

C

CESPE/FUNCAP/PA/2004 - Cargo 3: Contador

Com base na Lei nº 4.320/1964 e na legislação correlata, bem como nos ensinamentos dos autores de contabilidade pública e de administração pública, julgue os itens a seguir.

92 A dívida pública classifica-se em dois grupos, a flutuante e a fundada (ou consolidada). A diferença consiste em sua capacidade de afetar ou não o orçamento público. A dívida flutuante corresponde ao total dos compromissos unicamente financeiros que independem de autorização orçamentária. A dívida consolidada refere-se às exigibilidades que dependem de autorização legislativa (orçamento) para amortização ou resgate.

C

93 A dívida consolidada refere-se unicamente às obrigações de prazo superior a 12 meses, contraídas mediante emissão de títulos ou celebração de contratos para atender a desequilíbrio orçamentário, ou a financiamento de obras e serviços públicos.

E

CESPE/TCE/PE/ 2004 - Cargo 8: Procurador Consultivo do Tribunal de Contas

Relativamente ao crédito público e à dívida pública, julgue os itens subseqüentes.

119 Se um estado ultrapassa os limites de endividamento estabelecidos na LRF e nas resoluções do Senado Federal, a única conseqüência verificada é a impossibilidade de contratar mais empréstimos.

ERRADO

120 A dívida mobiliária pública é composta de títulos públicos e de empréstimos tomados pelo poder público.

ERRADO

CESPE/SF 2002 - Cargo: Consultor Legislativo / Área 13 – Economia – Sistema Financeiro e Dívida Pública

Item 1 Considera-se dívida pública consolidada ou fundada o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.

CERTO

CESPE/SF 2002 - Cargo: Consultor Legislativo / Área 13 – Economia – Sistema Financeiro e Dívida Pública

Item 3 Os precatórios judiciais não-pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

CERTO

Item 4 Se a dívida consolidada de um ente da federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos seis subseqüentes, reduzindo-se o excedente em, pelo menos, 50% no primeiro.

ERRADO

17.LRF - PARTE 3 (DÍVIDA E ENDIVIDAMENTO - PARTE 2; TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL; ESCRITURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS; RREO E RGF; PRESTAÇÕES DE CONTAS E FISCALIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL)

Dívida e endividamento (parte 2)

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 1: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

No que diz respeito aos registros contábeis relativos aplicados à dívida pública fundada, julgue os itens subsequentes.

53 A dívida fundada deve ser escriturada de modo a verificar, a qualquer momento, os serviços de amortização e juros.

C

54 A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade inferiores a doze meses, a exemplo dos débitos em tesouraria.

E

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 3: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: ANALISTA SUPERIOR – SUBATIVIDADE: ADMINISTRATIVO

conta	saldo (R\$)
dívidas mobiliárias	420.000
operações de crédito contratuais	500.000
restos a pagar processados	600.000
precatórios devidos dentro do prazo	800.000
haveres financeiros	1.000.000
precatórios devidos, após 5/5/2000, vencidos e não pagos	1.200.000
caixa	2.500.000

Considerando que os dados da tabela anterior se refiram a algumas contas de um ente governamental, julgue os próximos itens.

63 A dívida consolidada líquida desse ente é de R\$ 320.000,00.

E

A Dívida consolidada líquida é igual a 880.000

64 A dívida consolidada desse ente corresponde a R\$ 2.920,00.

E

A Dívida consolidada líquida é igual a 1.600.000

CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - Á REA: ADMINISTRAÇÃO

Com relação à despesa pública, julgue os itens a seguir.

97 Se, em janeiro de determinado ano, o Estado de Santa Catarina realizou operação de crédito para pagamento no mês de setembro desse ano, cuja receita estava prevista na LOA, então, é correto afirmar que, de acordo com a LRF, a operação será considerada no cálculo da dívida pública fundada.

C

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Julgue os itens a seguir, a respeito de registros contábeis relativos às operações de crédito.

135 Ainda que implique a elevação do montante da dívida consolidada líquida, a assunção de obrigação entre pessoas jurídicas integrantes do mesmo ente federado não é equiparada a operação de crédito.

E

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 3: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

À luz da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e suas alterações, julgue os itens a seguir, acerca da dívida pública.

119 A dívida do setor público, flutuante ou fundada, refere-se ao total apurado sem duplicidade das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 meses.

E

CEBRASPE/MCOM-2022 – ATIVIDADE 3: ATIVIDADES TÉCNICAS DE SUPORTE

Acerca das receitas e despesas públicas, julgue os itens seguintes.

59 Ao conjunto de compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contratados em função de desequilíbrios orçamentários de obras e serviços públicos, dá-se o nome de dívida flutuante.

E

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO

Os seguintes dados referem-se a contas extraídas do balanço financeiro de um hipotético ente público no ano de 2020.

referência	valor (em R\$)
serviço da dívida (juros e encargos)	100.000,00
empréstimos de curto prazo com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal	2.000.000,00
empréstimos de longo prazo com o Banco Mundial	3.000.000,00
empréstimos de longo prazo com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)	4.000.000,00
restos a pagar	1.000.000,00
TOTAL	10.100.000,00

Com relação à classificação da dívida pública nessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

81 A dívida flutuante desse ente público, no período mencionado, era de R\$ 2.100.000,00.

E

82 A dívida fundada desse ente público, no período mencionado, era de R\$ 7.000.000,00.

C

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Considerando as normas e os princípios do direito financeiro, julgue os itens a seguir.

47 A Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe as instituições financeiras controladas por entes públicos de adquirir, no mercado, títulos da dívida pública emitidos por seu controlador, mesmo que a aquisição se faça com o propósito de servir como opção de investimento para os seus clientes.

E

48 Conceitualmente, os títulos públicos emitidos pelos estados e municípios fazem parte da dívida pública mobiliária.

C

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 1 – Ciências Contábeis

Acerca da despesa pública, julgue os itens subsequentes.

123 Integram a dívida pública fundada apenas operações de crédito de prazo superior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

E

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 3 – Direito

Ainda acerca de aspectos do direito financeiro, julgue os próximos itens.

159 A dívida pública consolidada ou fundada inclui as operações em que o Estado contraia um empréstimo para a construção de uma obra e contrate um particular para a execução dessa mesma obra, desde que ambas as operações tenham amortização em prazo superior a doze meses.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Todos os cargos – Conhecimentos Básicos

No que se refere à receita e à despesa públicas, julgue os itens que se seguem.

33 Os restos a pagar, assim como os depósitos e os débitos de tesouraria, constituem a dívida flutuante, enquanto os passivos financeiros, inclusive os serviços da dívida a pagar, constituem a dívida fundada.

E

CESPE/SEFAZ-DF 2020 - Auditor-Fiscal da Receita do DF

Julgue os itens a seguir, relativos ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal sobre limites para dívida, transferências voluntárias e destinação de recursos para o setor privado.

61 Ainda que não sejam pagos durante a execução do orçamento em que tenham sido incluídos, os precatórios judiciais integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

ANULADA

O item deve ser anulado, pois apenas os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento deveriam ser incluídos na dívida consolidada.

JUSTIFICATIVA: CERTO.

De acordo com o disposto no art. 25, § 7.º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

CESPE/Prefeitura de Boa Vista-RR 2019 - Procurador Municipal

A respeito de crédito público, julgue o item subsequente.

77 Para que empresa pública municipal possa realizar operação de crédito interno com a União, o Senado Federal deverá verificar se o empréstimo pretendido observa os limites e as condições fixadas em âmbito nacional por essa casa legislativa para tal espécie de negócio jurídico.

E

CESPE/STJ 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

A respeito dos principais mecanismos no planejamento e execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

103 O órgão público que realizar operação de crédito por antecipação da receita orçamentária deverá liquidar essa operação antes do final do exercício financeiro.

C

CESPE/STJ 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

A respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal e do novo regime fiscal, julgue os itens subsequentes.

118 Se determinado ente da Federação emitir títulos para pagamento do principal da dívida mobiliária acrescido de atualização monetária, o montante da emissão integrará obrigatoriamente a dívida consolidada do ente.

E

CESPE/STM 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens a seguir.

82 Se o prazo para pagamento de determinada operação de crédito for inferior a doze meses e se as respectivas receitas constarem do orçamento, a operação será incluída na dívida pública consolidada.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: PROCURADORIA

Com base nos dispositivos constitucionais de direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

85 A União pode realizar operações de crédito por meio da emissão de títulos, mas, nesse caso, deverá observar o limite da dívida mobiliária federal definido pelo Senado Federal.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 6: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: ADMINISTRATIVA - ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem, acerca de restos a pagar e escrituração e consolidação das contas.

86 Nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, o titular do Poder Executivo pode contrair obrigação de despesa com parcelas a serem pagas no exercício seguinte, desde que haja suficiente disponibilidade de caixa para pagá-las.

C

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO: AUDITOR

Considerando as regras e os princípios relacionados à receita pública, à despesa pública e à execução orçamentária no Brasil, julgue os seguintes itens.

64 No período de cento e oitenta dias que antecedem o final do mandato de um governador, é proibido a essa autoridade editar ato que gere aumento da despesa com pessoal. Nesse período, ele também estará impedido de contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do mandato que esteja em curso.

ANULADA

Gab. Preliminar → C

Justificativa da Banca: Não constou da redação do item a parte referente às parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 2: ANALISTA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A respeito de suprimento de fundos, restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, julgue os itens subsecutivos.

118 Se o dirigente de determinado órgão, durante o último ano de seu mandato, assumir compromissos financeiros que começarão a ser pagos no ano subsequente, tais obrigações contratuais deverão ser inscritas em restos a pagar, independentemente da existência ou da suficiência de disponibilidades financeiras.

E

CESPE/TCU 2015 - Auditor Federal de Controle Externo Área: Controle Externo Especialidade: Controle Externo Orientação: Auditoria Governamental

Julgue os itens subsequentes, que dizem respeito à estrutura e às características dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e da demonstração das variações patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320/1964.

168 Situação hipotética: No demonstrativo do resultado nominal do governo federal constante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária de maio de 2015, constavam as informações mostradas na tabela a seguir, e os restos a pagar processados apresentavam o valor de R\$ 45.446.936.

especificação	saldo (em R\$)
dívida consolidada	3.610.068.016
deduções	
ativo disponível	720.847.465
haveres financeiros	1.575.856.214

Assertiva: Nesse caso, a dívida consolidada líquida será de R\$ 1.358.811.273.

C

CESPE/TRE GO 2015 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

Julgue os próximos itens com base nas disposições e aplicações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

118 Caso o prefeito de determinado município, na metade do último ano de seu mandato, deseje renovar o contrato anual de coleta de lixo com empresa terceirizada, a administração municipal, para atender ao disposto na LRF relativamente ao impedimento de transferir dívida que não possa ser paga ao sucessor, deve lançar, em restos a pagar, todas as parcelas vincendas no exercício subsequente e certificar-se da existência de suficiente disponibilidade de caixa.

E

CESPE/CGE-PI 2015 - CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA TODOS OS CARGOS/ÁREAS

Acerca das disposições estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e das hipóteses de controle da execução orçamentária previstas na CF, julgue os itens a seguir.

55 Na hipótese de um estado da Federação apresentar insuficiência de caixa para a realização de inversão financeira prevista na lei orçamentária, o governador poderá realizar uma operação de antecipação da receita orçamentária em valor superior ao montante estabelecido para essa despesa de capital, desde que sua liquidação ocorra até o fim do exercício em que tenha sido contraída.

E

CESPE/MPU 2015 - Cargo 2: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Técnico-Especializado – Especialidade: Finanças e Controle

Julgue os itens a seguir, com base em dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

65 O titular do Poder não pode contrair obrigação de despesa, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, que não possa ser cumprida integralmente nesse período, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.

C

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA IV

Com relação às necessidades de financiamento do setor público e à dívida pública, julgue os itens subsequentes.

144 De acordo com a LRF, não se pode deixar dívidas para o mandato seguinte no âmbito da União, embora isso possa ser feito nas esferas dos estados e das prefeituras, desde que haja aprovação das respectivas casas legislativas.

E

CESPE/MDIC 2013 - Cargo 1: Analista Técnico-administrativo

Com referência à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os seguintes itens.

78 A concessão de garantias dadas pela União em operações de crédito realizadas por entes subnacionais da Federação integra os riscos a serem prevenidos pela gestão fiscal responsável.

C

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 1: Administração / Economia

QUESTÃO 50

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedado ao presidente do tribunal de contas do estado contrair obrigação de despesa

A quando houver risco de inscrição em restos a pagar por falta de inclusão do valor correspondente na programação financeira do exercício.

B com vencimento no período de mandato de seu sucessor.

C que ultrapasse o exercício financeiro.

D no último ano de seu mandato.

E nos dois últimos quadrimestres de seu mandato, quando não houver suficiente disponibilidade de caixa.

LETRA E

CESPE/MI 2013 - Cargo 1: Analista Técnico Administrativo

Com base na Lei n.º 4.320/1964 e na LRF, julgue os seguintes itens.

74 Uma instituição financeira estatal não pode obter empréstimos junto ao ente da Federação que a controla, mas poderá adquirir no mercado títulos da dívida pública para atender às necessidades de investimentos de seus clientes.

C

CESPE/MME 2013 - Cargo 2: Analista Financeiro

QUESTÃO 54

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece determinadas condições para as operações de crédito junto a organismo financeiro internacional ou a instituição federal de crédito e fomento para o repasse de recursos externos, envolvendo os entes da Federação. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

A A garantia da União não pode discriminar os entes que tenham pendências relativas a atrasos nas amortizações de empréstimos e financiamentos anteriormente concedidos a esses mesmos entes.

B Se um município não honrar a dívida com que o Estado tenha arcado em função da garantia prestada, a União poderá reter a parcela relativa ao FPM daquele município.

C As entidades não financeiras da administração indireta poderão conceder garantia a outro ente mediante a utilização de fundos específicos.

D A garantia oferecida pela União a outros entes estará condicionada à contragarantia, que não poderá ser inferior à garantia.

E A contragarantia em favor da União poderá estar vinculada às receitas próprias arrecadadas pelo ente, mas não às transferências constitucionais.

LETRA D

CESPE/SEGER ES 2012 - Cargo: Analista do Executivo – Área de Formação 2: Ciências Contábeis

QUESTÃO 59 - De acordo com a Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal (LRF), assinale a opção correta.

C De acordo com a LRF, é possível que a atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada supere a variação do índice de preços previsto na LDO.

E

CESPE/TJAL-2012 - Cargo 7: Analista Judiciário Especializado – Área: Contabilidade

43 - As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária

A estão incluídas no saldo devedor que comporá o limite de endividamento dos entes públicos.

B são ilimitadas, dentro de cada exercício financeiro, em quantidade de operações, até o limite do mandato do chefe do Poder Executivo.

C têm por objetivo suprir a necessidade de caixa no curto prazo durante o exercício.

D são proibidas no primeiro ano de mandato do presidente, do governador ou do prefeito.

E serão isentas de juros e outros encargos.

LETRA C

CESPE/TRE-RJ 2012 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Com relação a restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, julgue os itens subsequentes.

98 As despesas realizadas pelos municípios a partir de maio de 2012 poderão ser inscritas em restos a pagar no final do ano, desde que tenham sido liquidadas até o encerramento do exercício financeiro.

E

CESPE/TCU 2012 - Técnico Federal de Controle Externo

Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

73 O equilíbrio das contas públicas, preconizado na LRF, implica a obtenção de superávit primário nas contas governamentais, sendo, no entanto, vedada a contratação, por parte de estados, do Distrito Federal e de municípios, de operações de crédito para esse superávit, devido aos riscos envolvidos.

ERRADO

75 O TCU, atuando na fiscalização da gestão fiscal, deve acompanhar o cumprimento da proibição, imposta ao Tesouro Nacional, de adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil.

C

Acerca das despesas públicas, julgue os itens de 90 a 95.

95 É vedado ao presidente da República contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente nos últimos dois quadrimestres do seu mandato ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que haja disponibilidade de caixa para tanto.

CERTO

CESPE/TCE/RN/2009 - Cargo: Assessor Técnico de Controle e Administração

Em relação ao controle e pagamento de restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, julgue os itens seguintes.

107 Na disponibilidade de caixa, que permite ao governante a inscrição em restos a pagar de despesa contraída no último ano de seu mandato, são considerados os encargos e as despesas que devam ser pagos até o final do exercício.

ERRADO

CESPE/STF 2008 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

101 Se, na apreciação das contas do governo relativas ao exercício de 2006, o relator do TCU tiver ressaltado o fato de um tribunal regional ter ordenado ou autorizado a realização de despesas, nos últimos dois quadrimestres do mandato de seu presidente, que não podiam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tinham parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem que houvesse suficiente disponibilidade de caixa, nesse caso, pela LRF, a

inscrição, em restos a pagar, das despesas empenhadas e não-liquidadas estaria limitada ao saldo da disponibilidade de caixa.

C

CESPE/TCE-AC 2008 - Cargo 1: Analista de Controle Externo – Especialidade: Administração Pública e/ou de Empresas

O Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE/AC) afirmou que o prefeito de determinada cidade pode ser processado com base na LRF e até ser condenado à pena de reclusão, que varia de 1 a 4 anos. O parecer do TCE/AC fundamentou-se na análise das contas de 2004, quando ocorreram as eleições municipais, e afirma existir afronta ao art. 42 da LRF. Tal artigo veda ao titular do Poder Executivo contrair, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, obrigação de despesa

que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem disponibilidade de caixa para esse efeito. Esse fato ocorreu porque o prefeito, que foi reeleito, contraiu débitos junto ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município, cujas medidas regularizadoras adotadas nos exercícios posteriores não alteram o comprometimento das contas, conforme entendimento do TCE/AC. Dessa forma, o tribunal decidiu pelo encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público da comarca, uma vez configurada afronta às disposições do art. 42 da Lei Complementar n.º 101/2000, que pode ensejar sanção prevista na Lei de Crimes Fiscais (Lei n.º 10.028/2000).

Considerando a situação hipotética acima descrita e a LRF, assinale a opção correta.

Questão 31 - Alternativa A) O art. 42 da LRF tem por objetivo inibir a inscrição, em restos a pagar, de despesas sem disponibilidade financeira, pertencentes aos últimos oito meses do exercício da legislatura que se finda, pois tais despesas podem gerar, para o sucessor eleito, dificuldades na execução do orçamento e na implantação de seu plano de governo. Na disponibilidade de caixa, serão considerados os encargos e as despesas compromissados a pagar até o final do exercício.

CERTO

CESPE/MS/PS Nível IV 2008 - Área de Atuação 5: Planejamento Orçamentário; Execução Orçamentária; Finanças Públicas, Controle e Prestação de Contas

64 Considerando que um ente público tenha contratado operação de crédito por antecipação de receita (ARO), que não requer prévia e expressa autorização orçamentária, caso, no mês de dezembro, não se tenha realizado a arrecadação prevista, o ente em questão, coerentemente com a legislação, poderá quitar parte do débito mediante contratação de nova operação do gênero, a ser quitada até o final do exercício subsequente, com a recuperação esperada da arrecadação.

ERRADO

CESPE/TJCE 2008 - Cargo 5: Analista Judiciário – Área: Técnico-Administrativa – Especialidade: Economia

Com base nas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na sua aplicação, julgue os itens a seguir.

109 Devido à vedação para a realização de operações de crédito entre diferentes entes da Federação, os estados não podem aplicar suas disponibilidades em títulos do tesouro da União, e os municípios não podem aplicá-las em títulos dos estados e da União.

ERRADO

110 No exercício financeiro de 2008, ano eleitoral, os estados não poderão efetuar operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

ERRADO

112 As operações de antecipação de receitas orçamentárias serão computadas na apuração do cumprimento da chamada regra de ouro, desde que não sejam liquidadas no próprio exercício financeiro em que tenham sido contratadas.

CERTO

113 Considere que, em um ente público, tenha sido aprovado, ao final do primeiro exercício, crédito especial, mediante autorização de um novo empréstimo, no valor de R\$ 250.000.000,00, e que o crédito tenha sido reaberto no segundo exercício, quando os recursos foram efetivamente recebidos. Considere, ainda, que, no primeiro exercício, R\$ 200.000.000,00 tenham sido empenhados para a realização de investimentos, valor que foi inscrito em restos a pagar, para ser executado no segundo exercício. Nessa situação, no primeiro exercício, a regra de ouro não foi observada, do que decorreu um excesso de R\$ 50.000.000,00 em operação de crédito aprovada, comparativamente à autorização para a realização de investimento.

ERRADO

CESPE/SEPLAG-DFTRANS 2008 - Cargo 3: Analista de Transportes Urbanos – Especialidade: Contador

A operação de crédito por antecipação da receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, essa operação

92 não será autorizada se forem cobrados outros encargos além da taxa de juros, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira.

CERTO

93 será permitida ainda que exista operação anterior de mesma natureza e que não tenha sido integralmente resgatada.

ERRADO

CESPE/TST 2007 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa

Tendo como referência a Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal —, julgue os itens subseqüentes.

110 Para fins de cumprimento da chamada regra de ouro da Lei de Responsabilidade Fiscal, computam-se também as operações de crédito por antecipação de receitas, desde que liquidadas no mesmo exercício em que forem contratadas.

ERRADO

CESPE/PMV-NS 2007 Cargo 9: Analista em Gestão Pública – Área de Atuação: Ciências Contábeis

Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro. Com relação ao encerramento de mandato e à inscrição de restos a pagar, julgue o item a seguir, conforme o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

61 Ao titular de poder ou órgão público é vedado contrair, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente nesse período, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.

CERTO

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

Acerca do direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

82 É expressa a vedação legal à operação de crédito entre uma instituição financeira pública e o ente estatal, na qualidade de beneficiário do empréstimo, que a controle.

C

CESPE/PMV NS 2007 - Cargo 9: Analista em Gestão Pública – Área de Atuação: Ciências Contábeis

61 Ao titular de poder ou órgão público é vedado contrair, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente nesse período, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.

CERTO

CESPE/EMBRAPA 2005 - Cargo 1: Técnico de Nível Superior II – Área: Ciências Contábeis

Com base na Lei Complementar n.º 101/2000 — LRF —, julgue os itens seguintes.

57 A operação de crédito por antecipação de receita que não seja liquidada no próprio exercício em que tenha sido efetuada deverá ser paga à conta do orçamento do exercício subseqüente.

ERRADO

CESPE/TCU 2004 - Cargo: Analista de Controle Externo

Acerca das disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os itens a seguir.

43 Considere a seguinte situação hipotética.

No decorrer do segundo semestre do último exercício do mandato, determinado titular de poder realizou despesas que, por não terem sido pagas até o dia 31 de dezembro, foram inscritas em restos a pagar.

Nessa situação, considerando que não houvesse suficiente disponibilidade de caixa para essa finalidade, a inscrição em restos a pagar foi irregular.

C

45 A operação de crédito por antecipação da receita orçamentária, proibida no último ano de mandato do presidente, governador ou prefeito municipal, destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e deve cumprir, entre outras exigências, as seguintes: autorização em lei para a contratação; liquidação até o dia dez de dezembro de cada ano; previsão na receita orçamentária.

E

CESPE/MCT 2004 - Cargo: Analista em C&T Pleno 1 – Código E29

Item 105 A LRF, ao proibir que o chefe do Executivo, nos últimos doze meses de seu mandato, assumia obrigações que não possam ser integralmente cumpridas dentro desse mandato, ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa para tanto, proporcionou uma solução para uma questão que a Lei de Orçamento nunca havia abordado.

ERRADO

CESPE/CEEE/RS/2004 - Cargo 1: Administrador

107 Toda operação de crédito, por ente da Federação e empresas controladas, estará sujeita à verificação do cumprimento dos respectivos limites de endividamento, pelo Senado Federal, nos termos da LRF.

ERRADO

CESPE/SF 2002 - Cargo: Consultor Legislativo / Área 13 – Economia – Sistema Financeiro e Dívida Pública

Questão 76 - Item 2) O BACEN só poderá comprar diretamente títulos emitidos pela União para refinar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira.

CERTO

Questão 76 - Item 5) É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.

CERTO

DA GESTÃO PATRIMONIAL

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 25: ANALISTA JUDICIÁRIO ESPECIAL – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE: CONTADOR

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal e no disposto na Constituição Federal de 1988 acerca do orçamento, julgue os itens subsequentes.

88 A denominada regra de ouro das finanças públicas pode não ser seguida em duas situações: abertura de crédito suplementar ou especial, com finalidade prevista, aprovado por maioria absoluta do Poder Legislativo; e aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos do Estado nos regimes de previdência social, quando destinada por lei.

ANULADA

Gabarito Preliminar: CERTO

A redação do item prejudicou seu julgamento objetivo.

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 24: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: DIREITO

Considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

86 Para viabilizar empréstimos a segurados, admite-se a aplicação das disponibilidades de caixa tanto do regime geral de previdência social quanto do regime próprio de previdência dos servidores públicos.

E

CESPE/AL CE 2011 - Cargo 3: Analista Legislativo – Ciências Contábeis

Conforme o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue o item abaixo, no que se refere à preservação do patrimônio público.

80 A receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, que foi destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio, pode ser aplicada no financiamento de despesa corrente.

C

CESPE/ABIN 2010 - Cargo 1: Oficial Técnico de Inteligência – Área de Administração

A Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Considerando o que dispõe a LRF, julgue os itens subsequentes.

110 A LRF veda, em qualquer caso, a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público no financiamento de despesas correntes.

E

Transparência da Gestão Fiscal

CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - Á REA: ADMINISTRAÇÃO

Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011) e na Lei da Transparência (Lei Complementar n.º 131/2009), julgue os itens que se seguem.

80 No Brasil, as leis de diretrizes orçamentárias e os orçamentos são classificados como formas de assegurar a transparência na administração pública.

C

CEBRASPE/SECINT-ES 2022 – CARGO 1: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Julgue os itens seguintes, referentes a aspectos do governo eletrônico, transparência da administração pública, controle social e cidadania, e accountability.

95 A Lei de Responsabilidade Fiscal fortalece o atendimento ao princípio da transparência a ser observado na gestão pública, pois enfatiza a publicidade de atos públicos em meios eletrônicos acessíveis aos cidadãos.

C

CEBRASPE/DPDF-2022 – CARGO 2: ANALISTA DE APOIO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Julgue os próximos itens, com base no disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011) e na Lei da Transparência (Lei Complementar n.º 131/2009).

91 O incentivo à participação popular durante a elaboração e discussão da lei de diretrizes orçamentárias está previsto na Lei da Transparência.

C

94 A Lei da Transparência prevê a divulgação, em meios físicos, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do poder público, para pleno conhecimento da sociedade, a serem liberadas somente depois de finalizada essa execução.

E

CEBRASPE/SEFAZ-CE 2021 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL

Com base no disposto na Lei de Acesso à Informação e na Lei da Transparência, julgue os itens seguintes.

6 A Lei da Transparência prevê a liberação aos cidadãos, em tempo real, de informações detalhadas sobre execução financeira.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 1 – Administração

Julgue os próximos itens, à luz do disposto na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de acesso à informação) e na Lei Complementar n.º 131/2009 (Lei da Transparência).

100 Era abril de 2013 o fim do prazo para que todos os municípios brasileiros, independentemente de sua população, realizassem as implementações previstas na Lei Complementar n.º 131/2009.

E

CESPE/STJ 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

A respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal e do novo regime fiscal, julgue os itens subsequentes.

119 O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas da União sobre as contas prestadas anualmente pelo presidente da República está dispensado de divulgação nos meios eletrônicos de acesso público.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 20: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Com base nas normas legais relativas à gestão de recursos financeiros da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

82 São considerados instrumentos confidenciais da gestão fiscal os planos, os orçamentos e as leis de diretrizes orçamentárias.

E

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a Lei de Acesso à Informação, julgue os seguintes itens.

110 Os entes da Federação devem disponibilizar a qualquer pessoa física ou jurídica os dados resumidos da despesa pública realizada, dispensado o fornecimento de informações sobre o número dos processos que originaram as despesas, ao bem fornecido ou ao serviço prestado.

E

CESPE/ANTAQ 2014 - Cargo 4: ANALISTA ADMINISTRATIVO – ÁREA: QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO

Com base nas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsecutivos.

65 Informações relativas a empréstimos e financiamentos concedidos, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com recursos oriundos do orçamento fiscal, devem ficar disponíveis para todos os cidadãos e instituições da sociedade durante todo o exercício.

C

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA IV

Tendo em vista que fiscalizar as ações do Poder Executivo é uma das funções do Poder Legislativo, e que o orçamento é um instrumento auxiliar para o cumprimento dessa função, julgue os itens subsequentes, relativos ao planejamento, aos métodos, técnicas e instrumentos do orçamento público e às leis a ele relacionadas.

121 Além da imposição legal de dar ampla divulgação do orçamento público e do relatório resumido da execução orçamentária, cada ente da Federação deve disponibilizar, a qualquer pessoa física ou jurídica, dados acerca do lançamento e do recebimento das receitas das suas unidades gestoras, inclusive com relação a recursos extraordinários.

C

Com base no disposto na LRF, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que a sigla RCL, sempre que empregada, se refere a receita corrente líquida.

134 De acordo com a LRF, é dever da União, dos estados e dos municípios disponibilizar à sociedade, de modo pormenorizado e em tempo real, informações sobre execução orçamentária e financeira.

C

CESPE/DPF ADM 2014 - CARGO 1: ADMINISTRADOR – CLASSE A, PADRÃO I

No que tange à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens seguintes.

89 Quando solicitado, o órgão público responsável pela execução de determinada despesa é obrigado a fornecer as informações referentes ao número do processo, ao serviço prestado e,

quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado, independentemente da natureza da despesa.

E

JUSTIFICATIVA - Embora o fornecimento de informações seja a regra geral, nos termos do art. 48-A, inc. I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, os atos concernentes a despesas de caráter sigiloso não serão publicados, devendo-se, nesse caráter, ser examinados pelo Tribunal de Contas, em sessão secreta.

CESPE/STF 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com relação a dívida pública e endividamento público, transparência, controle e fiscalização, julgue os próximos itens, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar n.º 101/2000.

85 Os entes da Federação terão de disponibilizar a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, e, quando for o caso, disponibilizar minimamente os dados referentes ao procedimento licitatório realizado.

C

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 6: Direito

QUESTÃO 76

Em atendimento ao princípio da publicidade, conforme a LRF, o administrador público deve disponibilizar

- A a quem requerer os lançamentos da receita relativa a recursos ordinários, apenas.
- B a quem requerer os lançamentos da receita de recursos extraordinários, apenas.
- C os lançamentos da receita, independentemente de sua natureza, em tempo real, por meio da Internet.
- D os lançamentos da receita, excluídas aquelas relativas a matéria de segurança nacional, em tempo real, por meio da Internet.
- E a quem requerer os lançamentos da receita, independentemente de sua natureza.

LETRA E

CESPE/TRT 8ª Reg - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

QUESTÃO 39

Assinale a opção correta a respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- A São despesas discricionárias incrementais as despesas correntes derivadas de lei, de medida provisória ou de ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios.
- B O benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido, sem a indicação da fonte de custeio total.

C O ato que provoque aumento da despesa com pessoal e que não esteja de acordo com o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo será cancelado depois de transcorrido o processo administrativo contra o gestor da unidade administrativa.

D Os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias são instrumentos de transparência da gestão fiscal.

E Os balanços do Banco Central do Brasil devem conter notas explicativas com informações sobre os custos da emissão de papel moeda e da manutenção das reservas cambiais e sobre os índices de inadimplência dos títulos do Tesouro.

LETRA D

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 4: Analista Administrativo - Área: Ciências Contábeis

Julgue os próximos itens com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e na CF.

92 Conforme a LRF, os orçamentos são considerados instrumentos de transparência da gestão fiscal.

C

CESPE/MPOG 2013 - temp/Categoria Profissional 3: Técnico de Nível Superior – SPU/UCP

Com relação à lei de responsabilidade fiscal, julgue os itens a seguir.

99 Como forma de assegurar a transparência da gestão fiscal, a participação popular deve ser incentivada e audiências públicas devem ser realizadas durante o processo de elaboração e discussão do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentária e da lei orçamentária anual.

C

CESPE/ANS 2013/Cargo 3: Analista Administrativo

Julgue os itens subsecutivos, referentes à Lei de Responsabilidade Fiscal.

90 O acesso a informações referentes a empenhos, liquidações e pagamentos, bem como o lançamento e o recebimento das receitas, devem ser disponibilizados pelos entes da Federação a qualquer pessoa física ou jurídica.

C

CESPE/INPI 2012 - Cargo 9 - ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Classe A, Padrão I) – ÁREA: GESTÃO FINANCEIRA (A3)

De acordo com a LRF, a transparência na gestão fiscal é assegurada mediante

78 o incentivo à participação popular e a realização de audiências públicas durante a discussão e elaboração do plano plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

C

79 a liberação das informações sobre a execução da receita e da despesa ao conhecimento público.

C

CESPE/TCU 2012 - Técnico Federal de Controle Externo

Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

71 A transparência, um dos postulados da LRF, assegura o acesso às informações acerca da execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

C

CESPE/SECANT 2009 - CARGO 2: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Tendo como referência a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens subsequentes.

63 A Internet é um dos veículos que asseguram transparência, ao permitir o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos entes públicos. Os prazos que os municípios têm para divulgar essas informações variam em razão inversa à sua população.

C

CESPE/CEEE/RS/2004 - Cargo 1: Administrador

105 Para efeito da LRF, consideram-se instrumentos de transparências da gestão fiscal: os orçamentos, a LDO, as prestações de contas, o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal.

CERTO

Escrituração e Consolidação das Contas

CEBRASPE/TCE-PB 2022 – CARGO DE AUDITOR – CONSELHEIRO SUBSTITUTO

Julgue o item subsequente, relativo à Consolidação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) brasileiro.

109 Tanto no âmbito intragovernamental quanto no âmbito intergovernamental, a consolidação das DCASP é de competência da Secretaria do Tesouro Nacional.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO: PROCURADOR DE CONTAS

Em referência à disciplina de direito financeiro e tributário, julgue os itens que se seguem.

64 Em obediência ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, as normas gerais para a consolidação das contas públicas estão sob a responsabilidade do órgão central de contabilidade da União, uma vez que o conselho de gestão fiscal previsto naquela lei ainda não foi implantado.

C

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO

Considerando as regras relacionadas à consolidação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os próximos itens.

97 A consolidação nacional das contas é de competência da Secretaria do Tesouro Nacional e abrange todas as esferas de governo (União, estados, Distrito Federal e municípios).

C

98 A consolidação das demonstrações contábeis pode ser feita tanto no âmbito intragovernamental (em cada ente da Federação) quanto em âmbito intergovernamental (consolidação nacional).

C

CESPE/STM 2018 - Cargo 3: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Acerca do sistema de custos do governo federal, julgue os itens a seguir.

71 Voltada à responsabilidade fiscal, a manutenção de um sistema de custos que permita a avaliação da gestão orçamentária, financeira e patrimonial é uma exigência legal imposta aos gestores.

C

CESPE/TCE-PE 2017 - CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA OS CARGOS 1 E 2

Com referência aos dispositivos da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), julgue os próximos itens.

36 Em respeito ao princípio constitucional da autonomia federativa, é facultativo que o titular do Poder Executivo de cada ente federativo envie à União as informações relativas às respectivas dívidas públicas interna e externa.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 6: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: ADMINISTRATIVA - ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

Com base no disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem, acerca de restos a pagar e escrituração e consolidação das contas.

85 A origem e o destino dos recursos provenientes da alienação de ativos devem ser destacados na demonstração das variações patrimoniais.

C

87 Diferentemente de outros elementos que compõem as demonstrações contábeis, as receitas e as despesas previdenciárias devem ser apresentadas em demonstrativos financeiros específicos.

C

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 2: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

De acordo com as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem, relativos a escrituração e consolidação das contas.

89 Os estados ficarão impedidos de receber transferências voluntárias, caso não encaminhem suas contas ao Poder Executivo da União nos prazos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

ANULADA

(Gab. Preliminar: C)

Justificativa: Não há informações suficientes para o julgamento do item.

90 Enquanto não for implantado o Conselho de Gestão Fiscal, cabe ao Conselho Federal de Contabilidade editar normas gerais para a consolidação das contas públicas.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO 3: INSPETOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA

Com base nas normas fundamentais instituídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os próximos itens.

102 O resultado dos fluxos financeiros deve ser apurado pelo regime de caixa.

C

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO: AUDITOR

Julgue os seguintes itens, com base nos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal referentes a escrituração e consolidação das contas públicas.

187 Para fins de disponibilidade de caixa, os recursos vinculados a uma despesa obrigatória devem ser identificados e escriturados de forma individualizada.

C

188 Quando envolverem demonstrações conjuntas, as operações intergovernamentais devem ser excluídas para que não sejam computadas em duplicidade.

E

CESPE/TCU 2015 - Auditor Federal de Controle Externo Área: Controle Externo Especialidade: Controle Externo Orientação: Auditoria Governamental

De acordo com a Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os seguintes itens.

160 O governador de um estado brasileiro que não tenha submetido suas contas ao Poder Executivo da União no prazo estabelecido será impedido, até que a situação seja regularizada, de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito, inclusas aquelas destinadas ao refinanciamento do principal da dívida.

E

CESPE/ANCINE 2013 - Cargo 1: Analista Administrativo Área: I

Com relação à dívida pública e sua escrituração, julgue os itens seguintes.

84 As operações financeiras de captação ou a assunção de compromissos junto a terceiros deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando-se, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.

C

85 A dívida pública fundada de uma unidade da federação — o montante total das obrigações financeiras, apurado sem duplicidade — decorre de tratados e da assunção de compromisso financeiro originário da emissão de títulos derivados da realização de operações de crédito, desincorporadas dos títulos emitidos pelo Banco Central do Brasil, de modo que a amortização de tais títulos poderá ocorrer em prazo superior a doze meses.

C

CESPE/TCU 2013 - Auditor Federal de Controle Externo

Acerca das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas, relatório resumido da execução orçamentária e relatório de gestão fiscal, julgue os itens que se seguem.

151 Na consolidação das contas nacionais, a Secretaria do Tesouro Nacional excluirá as operações intergovernamentais, para evitar dupla contagem de despesas, receitas, ingressos e dispêndios do setor público.

E

CESPE/MPU 2013 - CARGO 8: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Tendo como referência a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

80 De acordo com a LRF, a administração pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

C

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO

A respeito da transparência, controle e fiscalização da gestão, julgue os itens a seguir.

104 Em obediência às normas vigentes, a assunção de obrigação deve ser registrada pelo regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, pelo regime de caixa, o resultado do fluxo financeiro.

C

CESPE/MPE-PI 2011- Cargo 7: Analista Ministerial – Área: Orçamento

Com base no que dispõe a legislação sobre direito financeiro e contabilidade pública, julgue os itens que se seguem.

69 A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que a contabilidade governamental, além de ser executada conforme as normas de contabilidade pública, deve observar e manter sistema orçamentário e financeiro que possibilite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

E

CESPE/SAD PE 2009 - Cargo 3.1: Analista de Controle Interno – Especialidade: Finanças Públicas

Com base nos aspectos contábeis contemplados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a opção correta.

Questão 41 - Alternativa A) As operações de crédito e a assunção de compromissos junto a terceiros devem ser escrituradas de modo a evidenciar o montante da dívida acumulado no período e, facultativamente, detalharem a natureza e o tipo de credor.

ERRADO

Questão 41 - Alternativa B) O governo federal deve manter um sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária e financeira dos entes nacionais e subnacionais.

ERRADO

Questão 41 - Alternativa E) A despesa e a assunção de compromisso devem ser registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa.

CERTO

CESPE/SECONT/ES 2009 - Cargo 2: Auditor do Estado – Especialidade: Ciências Contábeis

Julgue os itens a seguir quanto ao tratamento a ser dado à dívida pública e aos restos a pagar, segundo as normas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

97 As operações de crédito e as inscrições em restos a pagar deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.

CERTO

A respeito das regras de escrituração e consolidação das contas públicas previstas na LRF, julgue os seguintes itens.

99 A receita e a despesa serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa.

ERRADO

100 As demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e as operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, excetuando-se empresa estatal dependente.

ERRADO

CESPE/TJDFT 2008 - Cargo 10: Analista Judiciário – Área: Apoio Especializado – Especialidade: Controle Interno

Na administração pública brasileira, busca-se, mediante a adoção de um plano de contas único, padronizar o processo de registro e extração das informações concernentes à execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos e entidades contemplados na Lei Orçamentária Anual. Acerca das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal para a escrituração das contas públicas, julgue os itens que se seguem.

84 A disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.

CERTO

85 A edição de normas gerais para a consolidação das contas públicas caberá ao órgão de contabilidade de cada ente governamental, enquanto não for implantado o conselho de gestão fiscal.

ERRADO

CESPE/STF 2008 - Cargo 2: Analista Judiciário – Área: Administrativa – Especialidade: Contabilidade

Julgue os itens a seguir, quanto às normas que as contas públicas devem observar com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

124 A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa.

CERTO

125 A administração pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

CERTO

CESPE/INMETRO 2007 - Cargo 33: Analista Executivo em Metrologia e Qualidade – Área de Ciências Contábeis

A Lei n.º 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), fixou normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelecendo metas de resultados e obediência a limites de gastos. Com relação à escrituração e consolidação das contas, julgue os itens que se seguem.

115 A despesa e a assunção de compromisso devem ser registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.

ERRADO

116 A administração pública deve manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

CERTO

CESPE/PMV NS 2007 - Cargo 9: Analista em Gestão Pública – Área de Atuação: Ciências Contábeis

Na administração pública, a escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais deve ser efetuada pelo método das partidas dobradas. Acerca da escrituração das contas públicas, julgue os itens seguintes.

63 A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, pelo regime de caixa, o resultado dos fluxos financeiros.

CERTO

64 Enquanto não for implantado o conselho de gestão fiscal, a edição de normas gerais para consolidação das contas públicas cabe ao tribunal de contas.

ERRADO

65 Todas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, ainda que não estejam compreendidas na execução orçamentária, devem ser objeto de registro e controle contábil.

CERTO

CESPE/TCE/AC 2006 - Cargo 4: Analista de Controle Externo – Especialidade: Ciências Contábeis

35 Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará que a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada e que a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa.

C

CESPE/TCU 2004 - Cargo: Analista de Controle Externo

Acerca da escrituração contábil e da legislação que trata das despesas de exercícios anteriores, julgue os itens a seguir.

65 De acordo com a legislação em vigor, a contabilidade deverá apurar o custo dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão.

C

CESPE/TJBA 2003 - Nível Superior / Cargo: Supervisor

106 A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de caixa, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de competência.

ERRADO

108 As operações de crédito, as inscrições em restos a pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros devem ser escrituradas de modo a se evidenciarem o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando-se, pelo menos, a natureza e o tipo de credor.

CERTO

RREO e RGF

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 1: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Julgue os itens a seguir referentes à estrutura das demonstrações contábeis (DCASP) e a demonstrativos aplicados ao setor público.

60 Um dos objetivos do relatório resumido da execução orçamentária (RREO) é dar publicidade a limites de despesas com pessoal estabelecidos na lei de responsabilidade fiscal.

E

61 O relatório de gestão fiscal é uma publicação bimestral que apresenta as informações fiscais consolidadas de cada ente federado brasileiro.

E

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Julgue os itens subsecutivos, com relação ao relatório resumido de execução orçamentária e ao relatório de gestão fiscal.

140 A periodicidade do relatório resumido de execução orçamentária é bimestral.

C

141 O relatório de gestão fiscal, instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal, deve ser emitido obrigatoriamente a cada quadrimestre, exceto pelos municípios com menos de 50 mil habitantes.

C

142 O relatório resumido de execução orçamentária compõe o balanço orçamentário.

E

CEBRASPE/SECANT-ES 2022 – CARGO 2: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

À luz da Lei Complementar n.º 101/2000, julgue os itens a seguir.

118 O relatório de gestão fiscal deve conter o total de despesas com pessoal, segregadas em ativos, inativos e terceirizados.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 3: TÉCNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Julgue os seguintes itens, relativos ao processo de programação e execução orçamentária e financeira.

117 De periodicidade quadrimestral, o relatório de gestão fiscal deve conter, entre outros, comparativo dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária com seus respectivos limites.

C

CEBRASPE/MCOM-2022 – ATIVIDADE 3: ATIVIDADES TÉCNICAS DE SUPORTE

Julgue os itens subsecutivos, referentes à estrutura e ao fechamento dos demonstrativos e balanços públicos.

71 Qualquer dos três Poderes da Federação (Executivo, Legislativo ou Judiciário) que descumprir o prazo de publicação do relatório de gestão fiscal ficará impedido de receber transferências voluntárias até que a situação seja regularizada.

C

74 O relatório resumido da execução orçamentária deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

C

CESPE/TCDF 2021 – Auditor de Controle Externo

No que se refere às classificações de receitas e despesas públicas e às disposições da legislação aplicável às finanças públicas, julgue os itens subsequentes.

103 O relatório resumido da execução orçamentária pode ser utilizado para identificar se as operações de crédito por antecipação orçamentária, realizadas em determinado exercício, atendem aos limites previstos na LRF.

E

CESPE/CGM de João Pessoa – PB 2018 - CARGO 1

De acordo com a Lei Complementar n.º 101/2000, e suas alterações, e com a Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens subsecutivos.

102 O relatório resumido de execução orçamentária deve conter demonstrativo específico dedicado aos restos a pagar, evidenciando-se os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

C

103 O relatório de gestão fiscal, de periodicidade quadrimestral, deverá conter a avaliação do cumprimento do limite para a dívida consolidada e indicará as medidas a serem adotadas caso o limite seja descumprido.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: PROCURADORIA

Com base nos dispositivos constitucionais de direito financeiro, julgue os itens que se seguem.

86 Tanto os poderes como o Ministério Público devem ser incluídos no relatório resumido da execução orçamentária previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 6: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: ADMINISTRATIVA - ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

No que se refere à estrutura e à composição do relatório de gestão fiscal (RGF), julgue os itens que se seguem.

94 As operações de crédito por antecipação da receita orçamentária (ARO), classificadas como receita extraorçamentária, não integram o RGF.

E

95 Caso seja ultrapassado o limite da dívida consolidada, devem compor o RGF apenas as dívidas cujos valores não excedam esse limite.

E

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 23: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

No que diz respeito aos instrumentos de transparência, controle e fiscalização previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

88 A variação patrimonial decorrente das alienações de veículos de propriedade do estado do Pará deverá constar em demonstrativo que acompanhe o relatório resumido da execução orçamentária, referente aos meses de novembro e dezembro de cada exercício.

C

89 Os demonstrativos da receita corrente líquida e dos resultados nominal e primário devem constar do relatório de gestão fiscal.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO: AUDITOR

Relativamente à estrutura e composição do relatório de gestão fiscal (RGF) e às competências do Sistema de Contabilidade Federal, julgue os itens que se seguem.

194 Por serem, na prática, empréstimos que os entes públicos fazem para suprir necessidades momentâneas de caixa, as antecipações de receitas orçamentárias não compõem o RGF.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Com relação a conceitos e normas aplicáveis à despesa pública, julgue os itens a seguir.

114 De acordo com o relatório resumido de execução orçamentária divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, no balanço orçamentário do encerramento do exercício, consideram-se como executadas tanto as despesas liquidadas como as empenhadas e não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados.

C

Com fundamento nos princípios e nas normas emanados da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os seguintes itens.

120 O relatório resumido da execução orçamentária deverá contar, de acordo com as circunstâncias, com justificativas para a frustração de receitas, e especificar as providências adotadas em matéria de fiscalização e cobrança dos créditos da fazenda pública, assim como em matéria de combate à evasão e à sonegação.

C

CESPE/MP-ENAP 2015 - Cargo 1: ADMINISTRADOR

Com relação aos aspectos mais relevantes da Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os próximos itens.

91 O relatório de gestão fiscal deve conter demonstrativo das despesas e receitas previdenciárias efetivamente realizadas no quadrimestre de referência.

E

CESPE/TCU 2015 - Auditor Federal de Controle Externo Área: Controle Externo Especialidade: Controle Externo Orientação: Auditoria Governamental

De acordo com a Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os seguintes itens.

161 Os limites da LRF estabelecidos para despesas com pessoal, concessão de garantias e contratação de operações de crédito são definidos em percentuais da receita corrente líquida e devem ser divulgados no relatório de gestão fiscal.

C

CESPE/MPU 2015 - Cargo 2: Analista do MPU – Área de Atividade: Apoio Técnico-Especializado – Especialidade: Finanças e Controle

Julgue os itens a seguir, com base em dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

64 É facultado aos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por divulgar, semestralmente, o relatório de gestão fiscal. A divulgação do relatório e demonstrativos fiscais deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do semestre.

C

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Acerca do relatório resumido da execução orçamentária (RREO), da avaliação do cumprimento das metas fiscais e da forma de cálculo da receita corrente líquida, julgue os itens subsequentes.

190 Quando for ultrapassado o limite de concessão de garantias, as ações de fiscalização e cobrança devem ser especificadas no RREO.

E

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 1: Administração / Economia

QUESTÃO 49

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o tribunal de contas do estado devera emitir

A o demonstrativo das despesas com pessoal, incorporado ao da assembleia legislativa, a cada mês.

B o demonstrativo das despesas inscritas em restos a pagar a cada trimestre.

C o relatório da gestão fiscal a cada quadrimestre.

D o relatório resumido da execução orçamentária a cada bimestre.

E o anexo de metas e riscos fiscais a cada prestação de contas.

LETRA C

CESPE/TCU 2013 - Auditor Federal de Controle Externo

Acerca das disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas, relatório resumido da execução orçamentária e relatório de gestão fiscal, julgue os itens que se seguem.

150 Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público devem publicar o demonstrativo da disponibilidade de caixa e o demonstrativo da despesa com pessoal, no primeiro e no segundo quadrimestres de cada exercício.

E

152 O relatório resumido da execução orçamentária abrange os recursos das entidades da administração indireta que recebem recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, incluídos aqueles sob a forma de subvenções para pagamento de pessoal ou de outras despesas correntes e de capital.

E

No que diz respeito à prestações de contas e ao relatório de gestão, julgue os itens a seguir.

192 No relatório de gestão fiscal, um instrumento de transparência da gestão fiscal elaborado e divulgado ao final de cada quadrimestre, devem constar, em relação ao mês de dezembro, as despesas inscritas em restos a pagar empenhadas e liquidadas bem como as empenhadas e não liquidadas, estas até o limite das disponibilidades de caixa, pois, acima do saldo das disponibilidades, os empenhos serão cancelados.

C

CESPE/MPU 2013 - CARGO 8: ANALISTA DO MPU ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Tendo como referência a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

79 O relatório de gestão fiscal, instituído pelo artigo 54 da LRF, conterá a indicação de medidas corretivas quando os limites definidos na lei forem ultrapassados.

C

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO

A respeito da transparência, controle e fiscalização da gestão, julgue os itens a seguir.

103 O relatório resumido da execução orçamentária da receita exige que o demonstrativo discrimine o grupo de natureza, a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, a execução no bimestre e no exercício.

E

105 Relatório de gestão fiscal emitido a cada quadrimestre pelos titulares dos Poderes e dos órgãos conterá o montante das disponibilidades de caixa.

E

Julgue os itens que se seguem, relativos às disposições que disciplinam as situações temporárias, em decorrência dos preceitos contidos na Lei n.º 101/2000.

107 Aos municípios com população inferior a 50.000 habitantes, é facultado optar por divulgar semestralmente o relatório de gestão fiscal.

C

CESPE/ANTT 2013 - Cargo 4: Analista Administrativo - Área: Ciências Contábeis

A respeito dos demonstrativos contábeis e registros previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, na Lei n.º 4.320/1964 e na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

79 O Relatório Resumido da Execução Orçamentária deve ser elaborado pelos órgãos da administração direta e entidades da administração indireta, de todos os poderes, incluindo as empresas públicas e sociedades de economia mista que recebem recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social. Deve incluir, ainda, os recursos destinados ao aumento de participação acionária do ente federativo nas entidades da administração indireta.

E

80 Nos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, para o cálculo da despesa total com pessoal, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados pelo total inscrito, somente sendo excluídas do demonstrativo as parcelas pagas ou canceladas.

E

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 11: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

Julgue os itens que se seguem, relativos a lei de responsabilidade fiscal.

117 O demonstrativo da dívida pública consolidada é parte integrante do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, de periodicidade bimestral.

E

CESPE/SEGER ES 2012 - Cargo: Analista do Executivo – Área de Formação 2: Ciências Contábeis

QUESTÃO 59 - De acordo com a Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal (LRF), assinale a opção correta.

D O balanço orçamentário, que consta do relatório resumido da execução orçamentária, especifica, por categoria econômica, as receitas por fonte, apresentando as receitas realizadas e aquelas a realizar, com a previsão atualizada.

C

CESPE/INPI 2012 - Cargo 9 - ANALISTA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E INFRAESTRUTURA EM PROPRIEDADE INDUSTRIAL (Classe A, Padrão I) – ÁREA: GESTÃO FINANCEIRA (A3)

O relatório resumido de execução orçamentária de que trata a LRF

82 deve ser publicado em até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

C

83 não abrange as entidades da administração indireta.

E

84 deve indicar, obrigatoriamente, as justificativas para limitação de empenho e frustração de receitas.

E

85 é acompanhado do demonstrativo relativo aos resultados nominal e primário.

C

No que se refere ao PPA, a LOA e a LDO, julgue os itens consecutivos.

114 O acompanhamento da execução orçamentária é fundamental para o controle do gasto e avaliação da efetividade do planejamento. Nesse sentido, no Brasil, o Poder Executivo deve elaborar relatórios bimestrais resumidos da execução orçamentária.

C

CESPE/ANAC 2012 - Cargo 2: Analista Administrativo – Área 2

Em relação aos demonstrativos contábeis previstos na Lei n.º 4.320/1964 e na Lei Complementar n.º101/2000, julgue os itens a seguir.

99 O relatório de gestão fiscal, a ser apresentado trimestralmente, deve ser assinado pelos chefes dos três poderes da União.

E

CESPE/FNDE 2012 - Cargo 2: Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais

Com base na Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os próximos itens.

104 O balanço orçamentário discriminará as receitas por fonte e as despesas por grupo de natureza.

C

CESPE/CNPQ 2011 - Cargo 1: Analista em Ciência e Tecnologia Júnior

83 Se um ente federativo deixar de publicar, no prazo legal, relatório resumido de execução orçamentária, ficará impossibilitado de receber transferências voluntárias e de contratar operações de crédito, excetuando-se as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

CERTO

CESPE/CNPQ 2011 - Cargo 2: Assistente 1

92 De forma a se aprimorar a evidenciação das receitas e despesas públicas na divulgação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária devem constar em destaque nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

CERTO

Julgue o item abaixo, referente ao Relatório de Gestão Fiscal e às prestações de contas no âmbito da administração pública.

105 O Relatório de Gestão Fiscal divulga as dívidas consolidada e mobiliária, a concessão de garantias e as operações de crédito, exceto as advindas de antecipação de receita.

ERRADO

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem, relativos a transferências de recursos na administração pública.

115 O relatório de gestão fiscal deve conter os demonstrativos do último quadrimestre da inscrição de restos a pagar e das despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo de disponibilidade de caixa.

CERTO

CESPE/EBC/2011 - Cargo 9: Analista de Empresa de Comunicação Pública – Atividade: Contabilidade

A respeito de providências relacionadas com a tomada e prestação de contas, bem como acerca da transparência da gestão pública, julgue os itens seguintes.

96 Caso determinado estado pretenda publicar relatório resumido da execução orçamentária referente aos meses de maio e junho, ele não estará obrigado a incluir o demonstrativo da variação patrimonial com a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

CERTO

97 O relatório de gestão fiscal do Ministério Público da União bem como o do Ministério Público nos estados não integram o relatório apresentado pelos titulares do Poder Executivo de cada ente.

CERTO

98 A adoção de sistema integrado de administração financeira e de controle que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União é requisito essencial para se assegurar a transparência da gestão fiscal nos municípios.

CERTO

CESPE/TCDF/2011 - Analista de Controle Externo

122 O relatório de gestão fiscal deve estabelecer metas anuais, em valores correntes e constantes, para a receita e a despesa públicas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.

ERRADO

CESPE/ABIN 2010 - Cargo 1: Oficial Técnico de Inteligência – Área de Administração

A Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Considerando o que dispõe a LRF, julgue os itens subsequentes.

108 Incluem-se entre os instrumentos de transparência da gestão fiscal o relatório resumido da execução orçamentária, de periodicidade trimestral, e o relatório de gestão fiscal, de periodicidade semestral.

E

CESPE/MPU 2010 - Cargo 46: Técnico Administrativo

93 O relatório resumido da execução orçamentária é necessário para todos os órgãos da administração direta e indireta dos poderes da República.

ANULADA (Gab. preliminar C)

Justificativa: O item suscitou dúvidas nos candidatos, razão pela qual se opta pela sua anulação.

**CESPE/SECGE-PE 2010 - Cargo: Analista de Controle Interno – Finanças Públicas
Conhecimentos Específicos**

QUESTÃO 50

Segundo o disposto na LRF, assinale a opção correta com relação ao relatório de gestão fiscal (RGF).

A Quando for o caso, deverão acompanhar o RGF e as notas explicativas anexas às demonstrações contábeis as justificativas da frustração das receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal.

B Lei estadual ou municipal poderá fixar limites superiores aos previstos na LRF para os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias, contemplados no RGF.

C O RGF deverá ser assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada poder ou órgão.

D O RGF deverá ser publicado em até quatro meses após o encerramento do período a que corresponder, sendo parte das informações restritas a titulares dos poderes e órgãos respectivos.

E Cada esfera de governo definirá estrutura do seu próprio RGF, padronizando-o no âmbito dos órgãos e entidades que a integre.

Letra C

111 No último quadrimestre, o RGF será acompanhado de demonstrativo das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

ERRADO

112 A não divulgação do RGF, nos prazos e condições estabelecidos em lei, impedirá que o ente da federação receba transferências voluntárias até que a situação esteja regularizada.

CERTO

CESPE/IFB 2010 - CARGO 10: PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO - ÁREA DE CONHECIMENTO: GESTÃO FINANCEIRA

À luz da Lei Complementar n.º 101/2000, julgue os itens subsecutivos, que tratam dos aspectos legais vinculados à responsabilidade na gestão pública e na elaboração de controles orçamentários públicos.

116 A relação entre o montante da dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida será apurada a cada quadrimestre civil e consignada no relatório de gestão fiscal a que se refere a lei em questão. Entretanto, não existe a necessidade de discriminar as despesas de pessoal entre os ativos, inativos e pensionistas.

ERRADO

CESPE/ABIN 2010 - Cargo 1: Oficial Técnico de Inteligência – Área de Administração

A Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Considerando o que dispõe a LRF, julgue os itens subsequentes.

108 Incluem-se entre os instrumentos de transparência da gestão fiscal o relatório resumido da execução orçamentária, de periodicidade trimestral, e o relatório de gestão fiscal, de periodicidade semestral.

ERRADO

CESPE/SEFAZ-ES/2010 - Cargo: Consultor do Executivo – Formação 1: Ciências Contábeis

Julgue os itens a seguir, relativos ao disposto no manual de elaboração dos anexos de metas fiscais e de riscos fiscais.

109 O cumprimento das metas fiscais deve ser acompanhado com base nas informações divulgadas no relatório resumido da execução orçamentária e no relatório de gestão fiscal.

CERTO

CESPE/TCE RN 2009 - Cargo: Assessor Técnico de Controle e Administração

117 As justificativas para limitação de empenho e de frustração de receitas deverão acompanhar o relatório de gestão fiscal a ser publicado com a periodicidade quadrimestral.

ERRADO

CESPE/SAD PE 2009 - Cargo 3.1: Analista de Controle Interno – Especialidade: Finanças Públicas

Questão 46

Com relação ao relatório de gestão fiscal (RGF), assinale a opção correta.

A O demonstrativo das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos deve acompanhar o RGF referente ao último quadrimestre do exercício.

B O RGF deve conter o comparativo com os limites dos montantes de operações de crédito, excluindo-se as operações por antecipação de receita.

C O RGF deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, assegurando-se amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

D Quando for o caso, deverão ser apresentadas, no RGF, justificativas da frustração de receitas, especificando-se as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e de cobrança.

E É facultativa a divulgação ou não do RGF de municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes.

Letra C

Questão 15

A seção II do capítulo referente às finanças públicas, estabelecido na CF, regula os denominados orçamentos. Tendo por parâmetro as normas constantes dessa seção, assinale a opção correta.

Questão 15 - Alternativa A) O Poder Executivo deve publicar, até trinta dias após o encerramento de cada semestre, relatório resumido da execução orçamentária.

ERRADO

CESPE/MS ADMINISTRATIVO 2009 - Cargo 25: Técnico em Contabilidade

Acerca dos instrumentos de transparência da gestão fiscal previstos na LRF, julgue os itens subsequentes.

66 O relatório resumido da execução orçamentária é emitido ao final de cada quadrimestre pelos titulares dos poderes e órgãos.

ERRADO

SECONT/ES 2009 - Cargo 2: Auditor do Estado – Especialidade: Ciências Contábeis

Julgue os itens subsequentes, acerca da estrutura e composição do relatório resumido da execução orçamentária (RREO) e do relatório de gestão fiscal (RGF).

110 O RREO integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO), estabelecendo metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

ERRADO

CESPE/TCU 2008 - Cargo 2.1: Analista de Controle Externo – Área/Especialidade: Controle Externo – Orientação: Auditoria Governamental

206 O relatório de gestão fiscal de um ente público, no demonstrativo de restos a pagar, deve evidenciar as despesas liquidadas e as despesas empenhadas, mas não liquidadas. Destas, uma parte será inscrita até o limite do saldo da disponibilidade de caixa, e a outra parte não será inscrita, por insuficiência da disponibilidade de caixa, sendo cancelados os respectivos empenhos.

CERTO

207 O relatório de gestão fiscal de um ente público deve conter um demonstrativo da despesa com pessoal. Para verificação de cumprimento do limite, calculado em percentual da receita tributária líquida, são excluídas, entre outras, as despesas com pessoal terceirizado temporário e com horas extras.

ERRADO

CESPE/MTE 2008 - Cargo 1: Administrador – Caderno D

A respeito dos processos participativos de gestão pública, julgue os próximos itens.

80 Como forma de redução das despesas públicas dos municípios com menos de 50 mil habitantes, estão os mesmos desobrigados da divulgação dos relatórios de gestão fiscal resumidos da execução orçamentária.

ERRADO

CESPE/STJ 2008 - Cargo 1: Analista Judiciário – Área: Administrativa

O STJ faz questão de dar transparência às suas contas, em atendimento ao princípio constitucional da publicidade. Por isso, publica periodicamente na Internet os seus Relatórios de Gestão Fiscal. A prática segue o disposto na LRF — LC n.º 101/2000.

Assim, na Internet, é possível acessar os demonstrativos contábeis do STJ, bem como as resoluções internas que aprovam os respectivos relatórios de gestão.

Internet: <www.stj.gov.br> (com adaptações).

Tendo o fragmento de texto acima como referência inicial, julgue os itens a seguir.

87 Qualquer cidadão pode ter acesso aos dados orçamentários da União, do estado e do município, pois a LRF assegura ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, de planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; prestações de contas e respectivo parecer prévio; do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal.

CERTO

88 Ao final de cada quadrimestre, o presidente do STJ, em conjunto com o responsável pela administração financeira, tem de assinar o relatório de gestão fiscal, que deve conter, entre outras informações, o montante gasto com a despesa com pessoal. No último quadrimestre, o relatório de gestão fiscal tem de apresentar também o demonstrativo da inscrição em restos a pagar, das despesas liquidadas e das não-inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos tenham sido cancelados.

CERTO

CESPE/MCT 2008 - cargos de códigos B22; C4, E2, E6 e E9

109 Se o relatório de gestão fiscal de um município de 300 mil habitantes não for apresentado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, as transferências voluntárias da União devem ser imediatamente suspensas.

CERTO

CESPE/PMV NS 2007- Cargo 20: Controlador de Recursos Municipais – Área de Atuação: Administração

104 A LRF obriga prefeitos e governadores a emitirem, mensalmente, relatório de gestão fiscal, contendo a despesa total com pessoal de cada unidade administrativa vinculada ao respectivo poder público.

ERRADO

CESPE/TCE/AC 2006 - Cargo 4: Analista de Controle Externo – Especialidade: Ciências Contábeis

37 A resolução a seguir está em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois a autoridade que pratica o ato não é competente para aprovar o Relatório de Gestão Fiscal, mas, sim, apenas o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Órgão que presidia.

Resolução n.º 1, de 26 de janeiro de 2006

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal exigido pela Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno, ad referendum do

Conselho de Administração, em atendimento ao disposto no art. 54, da Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000, resolve:

Art. 1.º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3.º quadrimestre do exercício financeiro de 2005, na forma do anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da Internet, consoante previsto no § 2.º, art. 55 da referida lei.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

E

CESPE/CEE RS 2004 - Cargo 1: Administrador

105 Para efeito da LRF, consideram-se instrumentos de transparências da gestão fiscal: os orçamentos, a LDO, as prestações de contas, o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal.

CERTO

CESPE/MCT 2004 - Cargo: Analista em C&T Pleno 1 – Código E29

104 O relatório da gestão fiscal do governante deve ser publicado a cada seis meses. Já os balanços simplificados das finanças públicas devem ser publicados a cada três meses, conforme determina a LRF.

ERRADO

CESPE/TCE/PE 2004 – Cargo: Cargo 3: Auditor das Contas Públicas

A Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — determina a elaboração do relatório resumido da execução orçamentária e do relatório de gestão fiscal. Quanto a esses relatórios, julgue os seguintes itens.

107 Nos estados, o demonstrativo da receita corrente líquida, que acompanha o relatório resumido da execução orçamentária, deve apresentar as receitas tributárias detalhadas em ICMS, IPVA e outras receitas tributárias de competência dos estados.

CERTO

108 No demonstrativo da despesa com pessoal, que acompanha o relatório de gestão fiscal, devem ser evidenciados como outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização os valores liquidados referentes aos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos.

CERTO

CESPE/CD 2003 - Cargo: Analista Legislativo / Assistente Técnico – FC de Consultor Legislativo – Área VIII

Acerca da situação acima descrita e das normas pertinentes,

julgue os itens seguintes.

Questão 45 - Item I) Constitui crime de responsabilidade deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal.

ERRADO

Questão 45 - Item II) Conforme as leis de finanças públicas, é admissível que, em algumas hipóteses, determinados órgãos públicos possam deixar de enviar ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal.

ERRADO

CESPE/CD 2003 - Cargo: Analista Legislativo / Assistente Técnico – FC de Consultor Legislativo – Área IV

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo das operações de crédito
Orçamento fiscal e da seguridade social

LRF, art. 54 – Anexo VIII

R\$ milhares

despesas com pessoal	valor	% sobre a RCL
total da despesa líquida com pessoal nos 12 últimos meses	392.780,00	45,81
limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	399.113,65	46,55
limite permitido (art. 71 da LRF)	15.261,49	1,78
limite legal (incisos, I, II e III, art. 20 da LRF)	420.119,63	49,00
dívida	valor	% sobre a RCL
dívida consolidada	710.405,00	82,86
dívida consolidada líquida	598.270,00	69,78
limite definido por resolução do Senado Federal	1.714.774,00	200,00
garantias de valores	valor	% sobre a RCL
total das garantias	58.082,00	6,77
limite definido por resolução do Senado Federal	188.625,14	22,00
operações de crédito	valor	% sobre a RCL
operações de crédito internas e externas	3.929,00	0,46
operações de crédito por antecipação da receita	-	-
limite definido pelo Senado Federal para operações de crédito internas e externas	137.181,92	16,00
limite definido pelo Senado Federal para operações por antecipação da receita	60.017,09	7,00
restos a pagar	valor	disponibilidade financeira
total dos restos a pagar		
serviços de terceiros	valor	% sobre a RCL
total das despesas com serviços de terceiros		
limite, calculado com base no exercício de 1999, do total da despesa com serviços de terceiros (art. 72 da LRF)		

Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil do estado do Acre

Questão 56

Considerando os dados do relatório acima apresentado, relativo ao período de maio de 2001 a abril de 2002, julgue os itens que se seguem.

Item 1) Os cálculos de despesa com operações de crédito por antecipação de receita estão de acordo com a legislação vigente.

CERTO

Item 2) Os cálculos da dívida consolidada estão de acordo com a legislação vigente.

CERTO

Item 3) Os cálculos das garantias estão de acordo com a legislação vigente.

CERTO

Item 4) Os cálculos de despesa com pessoal estão em desacordo com a legislação vigente.

ERRADO

Item 5) O relatório está incompleto.

CERTO

Prestações de Contas e Fiscalização da Gestão Fiscal

CESPE/STM 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens a seguir.

83 Se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social efetuar empréstimos e financiamentos com recursos oriundos do orçamento fiscal, então a prestação de contas das referidas operações deverá ficar disponível para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

C

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO: AUDITOR

Com base nas normas instituídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens subsequentes.

156 O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas da União deve restringir-se às contas prestadas pelo presidente de República.

E

CESPE/TRE GO 2015 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

Julgue os próximos itens com base nas disposições e aplicações da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

120 As prestações de contas dos dirigentes dos poderes da União, como instrumentos de transparência, controle e fiscalização, são objeto de um único parecer prévio do Tribunal de Contas da União, embora este contemple a gestão e o desempenho dos três poderes da União e do Ministério Público da União.

C

CESPE/CADE 2014 - Cargo 1: Analista Técnico-Administrativo

Acerca das receitas e das despesas públicas, julgue os próximos itens.

68 De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) contrair um empréstimo com instituição financeira internacional, ele deverá demonstrar as condições e os critérios de realização da referida operação na prestação de contas que o presidente da República disponibilizará para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

E

CESPE/MDIC 2013 - Cargo 1: Analista Técnico-administrativo

Com referência à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os seguintes itens.

77 O impacto fiscal das atividades das agências financeiras oficiais de fomento deverá ser objeto de avaliação circunstanciada, que, por sua vez, será incluída na prestação de contas da União.

C

CESPE/TCE-ES 2013 - Cargo: Analista Administrativo – Área 5: Ciências Contábeis

QUESTÃO 73

O Poder Legislativo e o sistema de controle interno de cada poder e do Ministério Público devem fiscalizar o cumprimento das normas estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com ênfase no que se refere a (ao)

A alcance das metas estabelecidas na LDO, ao cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver, e aos limites e as condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar.

B estudo e pesquisa concernente ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento do processo orçamentário federal e as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite.

C destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, haja vista as restrições constitucionais e aquelas previstas na LRF, e ao estabelecimento de normas necessárias a elaboração e a implementação dos orçamentos federais.

D medida de aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e aos limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar.

E coordenação, consolidação, supervisão e elaboração da LDO e da proposta orçamentária da União, em articulação com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

LETRA A

CESPE/CPRM 2013 - CARGO 11: ANALISTA EM GEOCIÊNCIAS – ÁREA DE CONHECIMENTO: ECONOMIA

Julgue os itens que se seguem, relativos a lei de responsabilidade fiscal.

116 A prestação de contas da União deve conter demonstrativos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, como agência financeira oficial de fomento, com a avaliação do impacto fiscal de suas atividades no exercício.

C

CESPE/TCE-ES 2012 - Cargo 1: Auditor de Controle Externo – Área: Auditoria Governamental

A respeito de receita pública, dívida ativa e da conta única do Tesouro, julgue os itens seguintes.

152 A destinação de recursos obtidos com a receita de capital oriunda da alienação de ativos é um dos objetos de fiscalização dos tribunais de contas.

C

CESPE/TJRO 2012 - Cargo 8: Analista Judiciário – Especialidade: Contador

53 Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), as contas prestadas pelos chefes do Poder Executivo incluem as suas próprias contas e as contas

A dos presidentes de empresas públicas ligadas ao Poder Executivo.

B dos presidentes dos Poderes Legislativo e Judiciário.

C da primeira-dama.

D dos membros dos Poderes Legislativo e Judiciário.

E de seus secretários.

LETRA B

CESPE/MPU/2010 - Cargo 47: Técnico de Apoio Especializado/Controle Interno

113 A LRF estabelece prazos para estados e municípios encaminharem suas contas ao Poder Executivo da União, para efeito de consolidação das contas dos entes da Federação, mas não estabelece punição em caso de descumprimento dos prazos determinados.

ERRADO

CESPE/MTE/2008 - Cargo 1: Administrador – Caderno D

81 A adoção de normas e padrões simplificados para prestação e consolidação de contas para os pequenos municípios, prevista na LRF, sem prejuízo do acompanhamento e avaliação da

atuação das respectivas administrações públicas, constitui atribuição específica do recém implementado CGF.

ERRADO

CESPE/TCU 2008 - Cargo 2.1: ACE – Orientação: Auditoria Governamental

Considerando os limites de apuração com gastos de pessoal constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens seguintes.

175 O TCU deve alertar imediatamente o Poder Executivo, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público da União, sempre que as despesas de pessoal excederem 95% do limite autorizado na LRF.

C

CESPE/STF 2008 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA

Com base na doutrina e nas legislações orçamentária e financeira públicas, julgue os itens de 86 a 103.

103 As contas do Poder Judiciário serão apresentadas, no âmbito da União, pelos presidentes do STF e dos tribunais superiores, que, por sua vez, consolidarão as contas dos respectivos tribunais.

C

CESPE/TCU 2007 - Cargo: Auditor

75 Segundo dispositivos da LRF, a falta de prestação de contas sujeita o município à sanção de suspensão pela União de quaisquer transferências voluntárias ao ente da federação inadimplente. Tal sanção não atinge, portanto, os recursos recebidos do FPM.

E

CESPE/TCU 2004 - Cargo: Analista de Controle Externo

Acerca das disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) —, julgue os itens a seguir.

44 Os tribunais de contas devem emitir parecer prévio, separadamente, sobre as contas prestadas pelos chefes do Poder Executivo, pelos presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e pelo chefe do Ministério Público. Já sobre as contas dos tribunais de contas, o parecer deve ser proferido pela comissão mista de orçamento ou equivalente das casas legislativas estaduais e municipais.

C

Disposições Finais e Transitórias

CEBRASPE/TJ-ES 2023 – CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA

Com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.

89 Compete ao conselho de gestão fiscal fiscalizar o cumprimento dos limites e das condições estabelecidos na LRF para a realização de operações de crédito.

E

CEBRASPE/MPC-SC-2022 – CARGO 1: ANALISTA DE CONTAS PÚBLICAS – ESPECIALIDADE: DIREITO

Um município catarinense reduziu a alíquota do IPTU e anistiou multas tributárias decorrentes de atraso no pagamento do IPTU de imóveis comerciais no período da pandemia de covid-19, desde que atendessem aos critérios previstos em lei. Em decorrência dessas medidas, a câmara municipal realizou a reestimativa da previsão da receita orçamentária anteriormente prevista em lei.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir, de acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000).

84 Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, nos termos de decreto legislativo, em parte ou na integralidade do território nacional e enquanto perdurar a referida situação, as medidas adotadas pelo referido município não precisam estar acompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, desde que se destinem ao combate à calamidade pública.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 7: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: ADMINISTRATIVA - ESPECIALIDADE: DIREITO

Tendo por base o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

85 É facultada a divulgação de relatório de gestão fiscal em periodicidade semestral por municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 20: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Com base nas normas legais relativas à gestão de recursos financeiros da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

84 Cidadãos, partidos políticos, associações e sindicatos, por não serem considerados partes legítimas da administração pública, não podem realizar denúncias a respeito do descumprimento das prescrições estabelecidas na LRF ao respectivo tribunal de contas e ao órgão competente do Ministério Público.

E

CESPE/TCE RO 2013 - CARGO 9: AGENTE ADMINISTRATIVO

Julgue os itens que se seguem, relativos às disposições que disciplinam as situações temporárias, em decorrência dos preceitos contidos na Lei n.o 101/2000.

107 Aos municípios com população inferior a 50.000 habitantes, é facultado optar por divulgar semestralmente o relatório de gestão fiscal.

C

108 O fundo do regime geral de previdência social, vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, é gerido pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, na forma da lei.

E

109 Na forma da lei e diferentemente daqueles previstos na Lei n.o 101/2000, admite-se, aos estados ou municípios, fixarem limites inferiores para as dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

C

110 A qualquer município é permitido contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, desde que satisfeitas às condições especiais.

C

18.FINANÇAS PÚBLICAS – Resultados Primário e Nominal

CEBRASPE/SEPLAN-RR 2023 – CARGO 1: ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – ESPECIALIDADE: PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Julgue os itens a seguir, relativos a conceitos básicos de contabilidade fiscal e sustentabilidade do endividamento público.

118 A dívida bruta do governo geral não considera, em seu cálculo, as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central.

C

119 O resultado fiscal denominado acima da linha mensura a variação da dívida líquida total, interna ou externa.

E

120 O lucro dos bancos públicos federais entra no resultado fiscal do setor público.

E

CEBRASPE/SECONT-ES 2022 – CARGO 2: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Julgue os itens que seguem, referentes ao resultado fiscal do governo.

113 Ocorre superávit nominal quando os resultados primários superam os juros nominais líquidos.

C

114 O resultado primário varia de forma diretamente proporcional ao montante de despesas de juros nominais.

E

CEBRASPE/SECONT-ES 2022 – CARGO 1: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Considerando a estrutura orçamentária brasileira e a evolução da dívida pública, julgue os itens a seguir.

102 A parcela do pagamento de juros da dívida pública integra a fórmula de cálculo da apuração do resultado primário.

E

103 Quando o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal aumentam o seu lucro, evidencia-se melhoria do resultado primário do setor público.

E

104 O resultado operacional é a diferença entre o resultado nominal e a parcela de atualização monetária da dívida líquida.

C

CEBRASPE/SECONT-ES 2022 – CARGO 1: AUDITOR DO ESTADO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO

Julgue os itens seguintes, acerca de finanças públicas.

61 O déficit nominal estimado para o período orçamentário seguinte é o melhor indicador da política fiscal a ser executada.

E

CESPE/SEFAZ-AL 2020 - Cargo 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

Com relação a déficit público, reforma administrativa, reforma previdenciária, responsabilidade fiscal, regra de ouro e ordenação de despesa, julgue os itens a seguir.

120 Para avaliar a dinâmica da dívida líquida do setor público, é necessário considerar a diferença entre as despesas primárias e as receitas primárias, bem como o déficit nominal dos ajustes patrimoniais.

C

CESPE/STJ 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

A respeito dos principais mecanismos no planejamento e execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

104 A classificação da receita para apuração do resultado primário é obrigatória para todos os entes da Federação.

E

CESPE/STJ 2018 - Cargo 1: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

A respeito da Lei de Responsabilidade Fiscal e do novo regime fiscal, julgue os itens subsequentes.

120 Se o Senado Federal ultrapassar o limite individualizado de despesas definido pelo novo regime fiscal, a Câmara dos Deputados ficará proibida de promover alteração na estrutura de

suas carreiras que implique aumento de despesa até o final do exercício em que as despesas do Senado Federal retornarem aos respectivos limites.

C

CESPE/STJ 2018 - Cargo 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Acerca do plano plurianual, das classificações orçamentárias e da estrutura programática, julgue os itens a seguir.

116 Conforme a classificação da receita orçamentária por indicador de resultado primário, receitas financeiras são aquelas que não alteram o endividamento líquido do governo no exercício financeiro correspondente.

C

CESPE/ABIN 2018 - CARGO 2 –CARGO 2: OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA - ÁREA 1

Acerca da economia do setor público e da estrutura tributária e orçamentária no Brasil, julgue os itens a seguir.

144 O Congresso Nacional aprovou emenda constitucional que estabelece limites ao crescimento das despesas públicas como forma de conter os sucessivos e crescentes déficits primários do setor público.

C

CESPE/TCE-PA 2016 – Cargo 27: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: FISCALIZAÇÃO - ESPECIALIDADE: ECONOMIA

discriminação	2013		2015	
	RS milhões	% PIB	RS milhões	% PIB
I receita total	1.178.983	22,2%	1.247.789	21,0%
II transferência a estados e municípios	183.395	3,4%	204.684	3,4%
III receita líquida (I-II)	995.588	18,8%	1.043.105	17,6%
IV despesas	918.595	17,3%	1.158.700	19,5%
V fundo soberano do Brasil	0	0,0%	855	0,0%
VI primário governo central	76.993	1,5%	-114.741	-1,9%
VII ajuste metodológico 11/	858	0,0%	3.888	0,0%
VIII discrepância estatística	-2.561	0,0%	-5.803	-0,1%
IX resultado primário do governo central (VI + VII + VIII) 12/	75.290	1,5%	-116.656	-2,0%
X juros nominais 12/	-185.845	-3,5%	-397.240	-6,7%
XI resultado nominal do governo central (IX + X) 12/	-110.555	-2,0%	-513.896	-8,7%

Com base nos resultados primários do governo central nos anos de 2013 e 2015, conforme apresentado nessa tabela, cujos dados foram obtidos pelo Tesouro Nacional, julgue os itens a seguir, referentes a conceitos de contabilidade fiscal.

84 A piora do resultado primário do governo central em 2015 justifica-se, parcialmente, pelo aumento de despesas com os juros da dívida pública, devido à política monetária restritiva adotada nesse período.

E

85 O resultado nominal negativo em 8,7% do PIB foi apurado pelo Tesouro Nacional a partir da metodologia de apuração conhecida como “acima da linha”.

C

CESPE/TCE-SC 2016 - Cargo 2: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA: CONTROLE EXTERNO - ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a Lei de Acesso à Informação, julgue os seguintes itens.

49 No âmbito fiscal do setor público, o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas e as despesas, incluídas as operações de crédito ativas e passivas destinadas ao refinanciamento da dívida pública.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO 3: INSPETOR DE CONTROLE EXTERNO – ESPECIALIDADE: ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE, DIREITO OU ECONOMIA

Em relação aos mecanismos de acompanhamento e execução do orçamento público, julgue os itens que se seguem.

101 As despesas com juros e encargos da dívida pública estão incluídas nas metas de resultado que servirão de base para o acompanhamento da execução orçamentária; já as despesas com amortização da dívida pública estão excluídas dessas mesmas metas.

E

CESPE/TCE-RN 2015 - CARGO: AUDITOR

Tendo em vista que o resultado fiscal do governo avalia o desempenho fiscal da administração pública em um determinado período de tempo, geralmente dentro de um exercício financeiro, ou seja, de 1.º de janeiro a 31 de dezembro, julgue o item que se segue, relacionado a necessidades de financiamento do setor público (NFSP).

136 O critério de apuração do resultado “abaixo da linha” leva em consideração o desempenho fiscal do governo mediante a apuração dos fluxos de receitas e despesas orçamentárias em determinado período.

E

CESPE/STJ 2015 - CARGO 15: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: ADMINISTRATIVA

Acerca de técnicas e princípios relacionados com o orçamento público, julgue os itens a seguir.

95 Após a análise e o ajuste das propostas orçamentárias setoriais, deve-se realizar a avaliação das necessidades de financiamento do governo central a partir das estimativas de receitas.

E

CESPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 - CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – ATRIBUIÇÃO: CONSULTOR LEGISLATIVO – ÁREA IV

Com relação às necessidades de financiamento do setor público e à dívida pública, julgue os itens subsequentes.

139 O governo federal autorizou o BNDES a comprar as ações da PETROBRAS que faziam parte das aplicações do Fundo Soberano, as quais foram repassadas ao Tesouro Nacional, que se desfez dessas ações para aumentar o superávit.

C

140 O resultado dos orçamentos fiscal e da seguridade social é denominado comumente de necessidades de financiamento do governo central, enquanto o resultado do orçamento de investimentos, de necessidades de financiamento das empresas estatais.

C

141 O resultado primário, que corresponde ao resultado nominal excluía a parcela referente aos juros nominais incidentes sobre a dívida líquida, indica, efetivamente, o esforço fiscal do setor público sem os efeitos dos déficits incorridos no passado.

C

142 O conceito de resultado operacional consiste em indicador de ampla relevância em países de inflação alta, como o Brasil antes do Plano Real, uma vez que exclui o impacto da inflação sobre a necessidade de financiamento do setor público.

C

143 A apuração dos resultados fiscais pode ser realizada por dois critérios: abaixo da linha e acima da linha. O primeiro critério é calculado pela Secretaria de Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, enquanto o segundo é acompanhado somente pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, órgão que apura o desempenho fiscal do governo.

E

CESPE/TRT 17ª Região 2013 - CARGO 1: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA

Acerca do processo orçamentário e das normas para execução do orçamento, julgue os itens que se seguem.

101 O resultado primário utilizado como base para o acompanhamento da execução orçamentária deve incluir os recursos provenientes de impostos, taxas, contribuições e de operações de crédito realizadas com instituições financeiras oficiais.

E

19. Lei 4.320/64

CEBRASPE/TCE-RJ 2022 – CARGO DE TÉCNICO DA CARREIRA DE TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Considerando as disposições da Lei n.º 4.320/1964, julgue os itens subsequentes.

86 Melhorar a gestão das finanças públicas, ao estabelecer competências e responsabilidades para os gestores, é o principal objetivo da Lei n.º 4.320/1964.

E

87 Além de normas de direito financeiro, a Lei n.º 4.320/1964 contempla também norma de direito tributário.

C

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 10: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: CONTADOR

Julgue os seguintes itens no que concerne a fundamentos, princípios e técnicas relacionados ao orçamento público e ao orçamento-programa.

105 O produto estimado de alienação de bens imóveis pode ser incluído na Lei de Orçamento somente se a operação for especificamente autorizada e em forma que juridicamente possa ser realizada no exercício.

C

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 3 – Direito

Ainda acerca de aspectos do direito financeiro, julgue os próximos itens.

163 A Lei n.º 4.320/1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços do poder público em geral, foi recepcionada com status de lei complementar pela Constituição Federal de 1988.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Todos os cargos – Conhecimentos Básicos

No que se refere à receita e à despesa públicas, julgue os itens que se seguem.

33 Os restos a pagar, assim como os depósitos e os débitos de tesouraria, constituem a dívida flutuante, enquanto os passivos financeiros, inclusive os serviços da dívida a pagar, constituem a dívida fundada.

E

CESPE/SEFAZ-RS 2018 - Auditor do Estado - Bloco II

A respeito dos fundos especiais de natureza contábil, assinale a opção correta.

A O fundo especial deve vincular-se à realização de interesses gerais da administração.

B A aplicação de recursos do fundo deve obedecer apenas às normas aplicáveis aos órgãos públicos em geral.

C As condições para a instituição e o funcionamento dos fundos devem ser previstas em legislação ordinária.

D Os fundos especiais e as fundações públicas têm personalidade jurídica distinta.

E As receitas do fundo devem restringir-se ao produto da arrecadação de impostos.

LETRA D

CESPE/ANCINE 2013 - Analista Administrativo - Área 1

Julgue os itens subsequentes, conforme o disposto na Lei n.º 4.320/1964.

O quadro que se baseia em dados orçamentários, de responsabilidade do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda deve ser publicado até o último dia do primeiro semestre do próprio exercício, ao passo que o quadro que se baseia nos balanços deve ser publicado até o último dia do segundo semestre do exercício imediato àquele a que se referirem.

CERTO

CESPE/CEHAP-PB 2009 - Contador

Acerca dos fundos especiais, assinale a opção correta.

A Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei, vinculam-se à realização de determinados objetivos ou serviços.

B Não há necessidade de aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais ser feita por meio de dotação consignada na lei de orçamento ou em créditos adicionais.

C O saldo positivo do fundo especial apurado em balanço não poderá ser transferido para o exercício seguinte a crédito do mesmo fundo.

D A lei que instituir o fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle e prestação de contas, substituindo a competência específica do tribunal de contas.

LETRA A

CESPE/CEHAP-PB 2009 - Contador

De acordo com o disposto na Lei n.º 4.320/1964 acerca do controle externo, julgue os itens a seguir.

- I O controle da execução orçamentária pelo Poder Legislativo terá por objetivo verificar, entre outros, o cumprimento da Lei de Orçamento.
II O Poder Executivo prestará contas ao Poder Legislativo anualmente, no prazo estabelecido nas respectivas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos municípios.
III As contas do Poder Judiciário serão submetidas ao Poder Legislativo, com parecer prévio do tribunal de contas ou órgão equivalente.
IV Quando não houver tribunal de contas ou órgão equivalente no município, a câmara de vereadores poderá designar peritos contadores para verificarem as contas do prefeito e a respeito delas emitirem parecer.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.

LETRA C

De acordo com a lei 4320/64

Alternativa I - Correta:

Art. 81. O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.

Alternativa II - Correta:

Art. 82. O Poder Executivo, anualmente, prestará contas ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios.

Alternativa III - Errada:

§ 1º As contas do Poder Executivo serão submetidas ao Poder Legislativo, com Parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

Alternativa IV - Correta:

§ 2º Quando, no Município não houver Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a Câmara de Vereadores poderá designar peritos contadores para verificarem as contas do prefeito e sobre elas emitirem parecer.

CESPE/TJDFT 2007

Segundo a Lei n.º 4.320/1964, constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculem à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação. No que se refere aos procedimentos aplicáveis a fundos especiais, julgue o item a seguir.

Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

CERTO

A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais será feita por meio de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

CERTO

20.Lei 10.028/2000 (Crimes Fiscais)

CEBRASPE/TCE-PB 2022 – CARGO DE AUDITOR – CONSELHEIRO SUBSTITUTO

À luz da legislação vigente e do entendimento dos tribunais superiores, julgue os próximos itens, relativos a crimes contra a administração pública.

95 Cometerá crime contra as finanças públicas o agente que autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.

C

CEBRASPE/PGE-RJ 2022 – CARGO 1: ANALISTA CONTÁBIL

Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Lei n. 10.028/2000, julgue os itens a seguir.

113 Autorizar ou ordenar despesa pública por meio de inscrição em restos a pagar para o exercício seguinte sem a contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato, constitui crime contra a administração pública.

C

CESPE/SEFAZ-RS 2019 - Auditor Fiscal da Receita Estadual - Bloco I

De acordo com o Código Penal no que diz respeito às finanças públicas, caracteriza crime

A autorizar a assunção de obrigação no último ano do mandato ou da legislatura.

B prestar garantia em operação de crédito, ainda que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ao prestado.

C executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal nos dois últimos quadrimestres anteriores ao final do mandato.

D realizar operação de crédito com inobservância de limite estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal.

E ordenar a inscrição de despesa previamente empenhada em restos a pagar para o próximo exercício financeiro.

LETRA D

CESPE/TCE-PB 2018 - Auditor de Contas Públicas - Demais Áreas

Será configurada como conduta atípica a de um funcionário público que ordene

A a inscrição, em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.

B a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que estes tenham sido criados por lei.

C uma operação de crédito interno sem a prévia autorização legislativa.

D o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior permitido em lei.

E uma operação de crédito interno sem observar resolução do Senado Federal a respeito.

LETRA D

CESPE/TCE-SC 2016 - Auditor Fiscal de Controle Externo – Direito

Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue o item subsecutivo.

Situação hipotética: Determinado indivíduo autorizou a assunção de obrigação, no último quadrimestre do mandato, mesmo sabendo que não haveria contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa para o pagamento de parcela que venceria no exercício seguinte. **Assertiva:** Nessa situação, o referido indivíduo praticou crime contra as finanças públicas, estando sujeito a pena de reclusão.

CERTO

CESPE/TCE-SC 2016 - Auditor Fiscal de Controle Externo – Direito

Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue o item subsecutivo.

É crime a conduta de autorizar ou realizar operação de crédito, sem prévia autorização legislativa, constituindo causa de aumento de pena a inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal.

ERRADO

CESPE/ TCDF 2014 - Auditor de Controle Externo

Com base na Lei de Improbidade Administrativa, bem como nos crimes previstos na Lei de Licitações e nos crimes contra as finanças públicas, julgue os itens que se seguem.

O agente que autorizar a inscrição, em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda o limite estabelecido em lei pratica crime contra as finanças públicas, e, não, mera infração administrativa.

Certo

CESPE/Câmara dos Deputados 2014- Analista Legislativo - Consultor Legislativo Área IV

Acerca dos crimes contra a administração pública e dos crimes contra as finanças públicas, julgue o item subsequente.

A conduta de prefeito que ordene ou autorize a assunção, no último quadrimestre do último ano de seu mandato, de obrigação cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro tipifica crime contra as finanças públicas.

CERTO

CESPE/TCE-RO 2013 - Auditor de Controle Externo - Direito

Com base nas normas de direito penal vigentes, julgue os próximos itens.

O agente público que deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos legais, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição, por Poder, do limite máximo pratica infração administrativa contra as leis de finanças públicas, devendo ser processado e julgado pelo tribunal de contas.

Certo

CESPE/TCE-RO 2013 - Auditor de Controle Externo – Direito

Com base nas normas de direito penal vigentes, julgue os próximos itens.

O ordenador de despesas que determinar a inscrição em restos a pagar de despesa que não tenha sido previamente empenhada pratica conduta descrita apenas como ilícito administrativo, estando sujeito a processo administrativo a ser julgado perante o tribunal de contas.

ERRADO

CESPE/TCDF 2013 – Procurador

No que tange aos crimes contra as finanças públicas, julgue os itens seguintes.

Por força de dispositivo expresso constante no CP, a caracterização dos crimes contra as finanças públicas depende de pronunciamento definitivo da corte de contas.

ERRADO

CESPE/AGU 2004 - Advogado da União

Quando a dívida pública atinge patamares incompatíveis com a capacidade de pagamento do Estado, é razoável se admitir que a gestão das finanças não está centrada no equilíbrio entre as receitas e despesas, gerando expectativas negativas quanto à solvência dos compromissos assumidos pelo setor público, fato que compromete os investimentos privados e o próprio crescimento da economia.

Em relação aos aspectos constitucionais ou legais do endividamento estatal, julgue os itens subseqüentes.

Comete crime contra as finanças públicas um governador de estado que determina a realização de operação de crédito interno sem prévia autorização legislativa.

Certo

CESPE/TRE-MT 2005 - Analista Judiciário - Área Judiciária

Determinado prefeito, nos dois últimos quadrimestres do último ano de seu mandato, autorizou a prefeitura a assumir obrigação cuja despesa não podia ser paga no mesmo exercício financeiro, restando parcela a ser paga no exercício seguinte, para a qual não existia contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.

Com relação à situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A** O prefeito poderá ser responsabilizado, na esfera penal, pela prática do crime de peculato.
- B** O sucessor do prefeito deverá pagar a obrigação assumida pelo seu antecessor, sob pena de também ser responsabilizado penalmente.
- C** O prefeito poderá ser responsabilizado, na esfera penal, pela prática do crime de emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- D** O prefeito poderá ser responsabilizado, na esfera penal, pela prática de crime contra as finanças públicas.
- E** O prefeito poderá ser responsabilizado, na esfera penal, pela prática do crime de prevaricação.

LETRA D

CESPE/TCE-RN 2009 - Assessor Técnico Jurídico

julgue os itens seguintes, acerca dos crimes de responsabilidade fiscal e delitos previstos no Decreto-lei n.º 201/1967.

Constitui crime contra as finanças públicas ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública que não tenham sido criados por lei ou que não estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia.

Certo

CESPE/TCE-RN 2009 - Assessor Técnico Jurídico

julgue os itens seguintes, acerca dos crimes de responsabilidade fiscal e delitos previstos no Decreto-lei n.º 201/1967.

Constitui crime contra as finanças públicas ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, ainda que a despesa possa ser paga no mesmo exercício financeiro.

Errado

FCC/Prefeitura de São Luís - MA 2018 - Auditor Fiscal de Tributos I - Geral

São crimes contra as finanças públicas previstos no Código Penal:

- A** contratação de operação de crédito; violência ou fraude em arrematação judicial e favorecimento real.
- B** ordenação de despesa não autorizada; não cancelamento de restos a pagar e prestação de garantia graciosa.

C inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar; corrupção ativa e excesso de exação.

D aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura; emprego irregular de verbas ou rendas públicas e concussão.

E oferta pública ou colocação de títulos no mercado; falso testemunho ou falsa perícia e favorecimento pessoal.

LETRA B

FCC/TCE-AM 2015 - Auditor

O agente público que, possuindo atribuição legal, presta garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, pratica crime denominado

A prestação de garantia não onerosa.

B prestação de garantia graciosa.

C contraprestação em operação de crédito.

D inscrição de garantia não empenhada em restos a pagar.

E assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura.

LETRA B

FCC/SEFAZ-PI 2015 - Auditor Fiscal da Fazenda Estadual - Conhecimentos Gerais

Com relação ao crime de contratação de operação de crédito (art. 359-A do CP), é correto afirmar:

A Incide na mesma pena do referido crime aquele que ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, quando o montante da dívida consolidada excede o limite mínimo autorizado por lei.

B Incide na mesma pena do referido crime aquele que ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal.

C Comete o crime aquele que ordena, autoriza ou realiza operação de crédito, interno ou externo, ainda que com prévia autorização legislativa.

D Comete o crime aquele que ordena ou autoriza operação de crédito, interno ou externo, ainda que com prévia autorização legislativa. o

E A pena é de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos.

LETRA B

FCC/TCE-RO 2010 - Auditor

Constitui crime contra as finanças públicas

A ordenar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização judiciária.

B autorizar operação de crédito, interno ou externo, com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução da Câmara Federal.

C executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos 360 (trezentos e sessenta) dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.

D realizar operação de crédito, interno ou externo, quando o montante da dívida consolidada ultrapassa o limite máximo autorizado por lei.

E autorizar a assunção de obrigação cuja despesa não possa ser paga no exercício financeiro nos três últimos trimestres do último ano do mandato.

LETRA D

CESPE/SEFAZ-DF 2020 - Auditor-Fiscal da Receita do DF

À luz da legislação penal brasileira, julgue os itens a seguir.

52 Para a caracterização do crime de ordenação de despesa não autorizada, é necessário o efetivo prejuízo financeiro ao ente público.

JUSTIFICATIVA: ERRADO.

O tipo penal não exige o efetivo prejuízo; é crime de mera conduta (Lei n.º 10.028/2000, art. 359-D).

CESPE/SEFAZ-DF 2020 - Cargo 1: AUDITOR DE FINANÇAS E CONTROLE DE ARRECADAÇÃO DA FAZENDA ESTADUAL

Com relação a aspectos do direito penal, julgue os itens a seguir.

40 Autorizar a inscrição em restos a pagar de despesa que tenha sido previamente empenhada não é uma conduta tipificada como crime contra as finanças públicas.

C

CESPE/TCU 2015- Procurador do Ministério Público

Acerca de crimes contra as finanças públicas, assinale a opção correta.

A Na inclusão dos crimes contra as finanças públicas, o legislador não repetiu a redação da legislação esparsa revogada que permitia a aplicação da pena acessória no que diz respeito à inabilitação para o exercício do cargo. Desse modo, fica o juiz impossibilitado de determinar a perda do cargo.

B As figuras descritas no capítulo do CP que diz respeito aos crimes contra as finanças públicas têm como escopo a proteção das finanças contra condutas fraudulentas ao erário.

C O crime existente na prestação de garantia graciosa por agente público independe, para a sua consumação, da ocorrência de qualquer prejuízo para a administração, bem como não há necessidade de chamamento do Estado para suprir a prestação do devedor original.

D O tipo penal consistente em ordenar despesa não autorizada por lei configura crime material, o qual vem a consumir-se com o efetivo pagamento da despesa ordenada.

E A ordenação de aumento de despesa total com pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou legislatura não alcança o regime celetista, de modo que tal controle se volta somente aos servidores estatutários.

LETRA C

B → não necessariamente há ação fraudulenta. O bem jurídico tutelado nos crimes contra a administração pública é a MORALIDADE E RESPONSABILIDADE NA GESTÃO PÚBLICA!!!

FCC/MPC-MS 2013 - Analista de Contas

O crime, previsto no art. 359-D do Código Penal, com a redação que lhe foi dada pela Lei no 10.028/2000, “ordenar despesa não autorizada por lei: Pena: reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos”

A admite a forma culposa, quando houver imprudência, imperícia ou negligência.

B inclui-se dentre os crimes de mera conduta.

C não admite a participação de particular.

D só pode ser cometido por administrador federal.

E exige a ocorrência de efetivo prejuízo para o Estado.

LETRA B

CESPE/TCDF 2013 – Procurador

No que tange aos crimes contra as finanças públicas, julgue os itens seguintes.

O crime consistente em ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura, é delito material e não se caracteriza quando o aumento de despesa estiver dentro dos percentuais da receita corrente líquida estabelecidos em legislação própria.

CERTO

CESPE/DPE-CE 2008 - Defensor Público

No que concerne às leis penais especiais, julgue os itens a seguir.

Os crimes contra as finanças públicas admitem modalidade culposa e requerem o resultado naturalístico para a sua consumação.

Errado

IBADE/Prefeitura de Ji-Paraná - RO 2018 - Contador

A Lei nº 10.028/2000 apresenta, em seu capítulo IV, as penalidades atribuídas aos diversos crimes contra as finanças públicas. Identifique, nas alternativas disponibilizadas a seguir, a penalidade a qual está submetida o crime de “ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro”.

A Detenção de 1 (um) ano a 2 (dois) anos

B Detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano

C Reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos

D Reclusão de 1 (um) ano

E Detenção de 1 (um) ano

Letra C

VUNESP/TJ-SP 2015 - Contador Judiciário

Segundo a Lei no 10.028/2000, deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei,

A ensinará a cassação dos direitos políticos do infrator.

B constitui ilícito cível, respondendo o servidor pelos danos causados.

C sujeita o infrator à pena de reclusão.

D enseja a aplicação das penas cíveis, administrativas, eleitorais e criminais ao responsável.

E constitui uma infração administrativa.

LETRA E

FEPESSE/MPE-SC 2014 - Procurador do Estado

Acerca da Lei Federal nº 10.028/2000, que dispõe sobre temas relativos aos crimes contra as finanças públicas, assinale a alternativa **incorreta**

A A infração administrativa contra as leis de finanças públicas será processada e julgada pelo Tribunal de Contas a que competir a fiscalização contábil, financeira e orçamentária da pessoa jurídica de direito público envolvida

B Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por Poder do limite máximo

C Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e nas condições estabelecidos em lei.

D A infração administrativa contra as leis de finanças públicas é punida com multa de vinte por cento dos vencimentos mensais do agente que lhe der causa, sendo o pagamento da multa de sua responsabilidade pessoal

E Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e nas condições estabelecidos em lei.

LETRA D

COSEAC/ANCINE 2009 - Especialista em Regulação - Atividade Cinematográfica e Audiovisual E55

Lei nº 10.028/00 em seu Art. 4º diz que é crime de responsabilidade:

A promover ou ordenar o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei;

B promover ou ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro;

C deixar de captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido;

D ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou;
E deixar de realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei.

LETRA D

FUNCAB/MPE-RO 2012 - Analista – Administração

Constituem infrações administrativas contra as leis de finanças públicas:

I. Deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, em prazos e condições estabelecidos em lei.

II. Propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei.

III. Expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, em casos e condições estabelecidos em lei.

IV. Deixar de ordenar ou de promover, na forma e nos prazos da lei, a execução de medida para a redução do montante da despesa total com pessoal que houver excedido a repartição por poder do limite máximo.

São corretas apenas as afirmativas:

A I e III.

B I e IV.

C II e III.

D I, II e IV.

E II, III e IV.

LETRA D

FUNCAB/Prefeitura de Várzea Grande - MT 2011- Auditor de Controle Interno

Assinale a alternativa que apresenta um crime contra as finanças públicas, conforme estabelecido pela Lei nº 10.028/2000.

A Descumprir os prazos previstos para realização de licitação.

B Convidar um número de participantes inferior ao previsto para o procedimento de carta-convite.

C Adquirir com recursos públicos um bem inservível para suas finalidades.

D Ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.

E Ordenar despesas superiores ao orçamento inicialmente fixado.

LETRA D

FCC/MPU 2007 - Analista - Orçamento

Constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas, sujeitando o agente responsável à multa de 30% de seus vencimentos anuais,

A propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei.

B realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei.

C captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido.

D deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal.

E deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária até o encerramento do exercício financeiro.

LETRA A

FCC/Prefeitura de Campinas - SP 2016 - Procurador

A contratação, em nome do Município, de operação de crédito sem autorização legislativa constitui crime contra

A) a ordem tributária.

B) a ordem econômica.

C) as finanças públicas.

D) a economia popular.

E) o patrimônio público.

LETRA C

21.Precatórios

CEBRASPE/TCE-SC 2022 – CARGO 1: AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO - Á REA: ADMINISTRAÇÃO

A respeito da despesa pública e de sua classificação, julgue os itens a seguir.

28 Os precatórios oriundos de créditos alimentares de idosos (pessoas com 60 anos ou mais de idade), portadores de doenças graves e pessoas com deficiência são pagos com preferência sobre os demais créditos alimentares e sobre os créditos não alimentares ou comuns.

C

CEBRASPE/TCE-PB 2022 – CARGO DE AUDITOR – CONSELHEIRO SUBSTITUTO

Julgue os itens que se seguem, relativos à disciplina constitucional dos precatórios.

83 Na ordem dos pagamentos em virtude de sentença judicial, os precatórios de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham, no mínimo, sessenta anos de idade terão prioridade sobre os pagamentos considerados de pequeno valor.

E

84 Os precatórios a serem pagos pela União em determinado exercício financeiro estão submetidos a teto de gasto específico para essa finalidade.

C

CEBRASPE/TCDF-2021 – CARGO: AUDITOR (CONSELHEIRO-SUBSTITUTO) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

No que se refere às normas constitucionais sobre controle dos orçamentos e sobre precatórios, julgue os itens que se seguem.

43 Se uma pessoa for credora de um precatório, ela poderá, em conformidade com o que for estabelecido em lei da entidade federativa devedora, comprar imóveis públicos do respectivo ente federado, por meio da entrega de créditos em precatórios.

C

CESPE/TCE/RJ 2021 – Cargo 3 – Direito

Com relação a aspectos constitucionais, legais, doutrinários e jurisprudenciais do direito financeiro, julgue os itens subsequentes.

157 A Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos de saneamento em caráter não concorrencial no estado do Rio de Janeiro, é submetida ao regime de precatórios.

C

CESPE/CODEVASF 2021 – Cargo 15 – Direito

Considerando as normas de direito financeiro, julgue os itens a seguir.

95 Quanto à ordem cronológica do pagamento de precatório, na hipótese de falecimento do beneficiário original, a preferência dada aos maiores de 60 anos de idade deve ser verificada em relação à idade do titular original do precatório, sendo irrelevante, para esse fim, a idade dos sucessores.

E

CESPE/TCE-RO 2019 - Auditor de Controle Externo - Direito

De acordo com as normas constitucionais, tem prioridade de recebimento de seus créditos por sentença judicial transitada em julgado

A beneficiário de precatório alimentar sobre beneficiário de requisição de pequeno valor.

B beneficiário de requisição de pequeno valor sobre beneficiário de precatório portador de doença grave.

C beneficiário de precatório, que tenha deficiência, sobre beneficiário de requisição de pequeno valor.

D beneficiário de precatório alimentar sobre beneficiário de precatório que tenha mais de sessenta anos de idade.

E beneficiário de precatório alimentar sobre beneficiário de precatório portador de doença grave.

LETRA B

CESPE/MPE-PI 2019 - Promotor de Justiça Substituto

De acordo com as normas constitucionais para os pagamentos devidos em decorrência de sentença judiciária, deve a administração pública pagar seus débitos da seguinte forma: inicialmente os créditos

A destinados às pessoas físicas e, depois, às pessoas jurídicas.

B equivalentes a requisições de pequeno valor e, depois, os demais.

C relativos à reforma agrária e, depois, os demais.

D destinados aos idosos e, depois, aos deficientes.

E advindos de processos sobre salários e, depois, de processos de benefícios previdenciários.

Letra B

CESPE/PGM - Manaus - AM 2018 - Procurador do Município

Conforme a disciplina constitucional dos precatórios e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item subsequente.

Não incidem juros de mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos de liquidação e a da expedição do precatório.

ERRADO

CESPE/PGM - Manaus - AM 2018 - Procurador do Município

Conforme a disciplina constitucional dos precatórios e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item subsequente.

Será inconstitucional lei municipal que fixar o valor máximo das suas obrigações de pequeno valor em patamar superior ao valor máximo definido em lei do respectivo estado-membro para essa mesma classe de obrigações decorrentes de condenação judicial.

ERRADO

CESPE/STJ 2018 - Analista Judiciário - Judiciária

À luz da legislação e da jurisprudência dos tribunais superiores, julgue o item que se segue, acerca do Poder Judiciário e do controle de constitucionalidade.

Situação hipotética: João, José e Maria ingressaram, em litisconsorte facultativo simples, com ação de cobrança contra a União. A demanda foi julgada procedente e a decisão transitou em julgado, tendo a União sido condenada a pagar quarenta salários mínimos a cada uma das partes, de modo que o valor da condenação totalizou cento e vinte salários mínimos. **Assertiva:** Nessa situação, o pagamento poderá ser realizado via requisição de pequeno valor (RPV).

Certo

CESPE - 2018 - TCM-BA 2018 - Auditor Estadual de Infraestrutura

Acerca dos pagamentos devidos pelas fazendas públicas em razão de sentenças com trânsito em julgado, é correto afirmar que

A esses pagamentos serão feitos em ordem cronológica de apresentação dos precatórios com a designação dos respectivos casos ou das pessoas nas dotações orçamentárias.

B as obrigações das fazendas públicas definidas por lei como de pequeno valor dispensam a expedição de precatório.

C faz-se necessária, para transferência do crédito de precatórios a terceiro, a anuência expressa do devedor.

D o comprometimento das receitas líquidas com o pagamento de precatórios será auferido semestralmente na base anual da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

E as entidades de direito público ficam dispensadas de incluir em seus orçamentos a verba necessária ao pagamento dos precatórios judiciais desde que estes sejam apresentados até 1.º de julho.

LETRA B

CESPE/PGM - João Pessoa - PB 2018 - Procurador do Município

Considerando-se o entendimento do STF quanto à fixação de valores para pagamento de débitos judiciais pelos municípios por meio de requisição de pequeno valor (RPV), é correto afirmar que ao município é

A lícito fixar o valor, desde que estabelecido em lei complementar.

B lícito fixar o valor, desde que atendidos o princípio da proporcionalidade e a capacidade econômica do ente federado.

C lícito fixar o valor, podendo este ser menor que o valor correspondente ao maior benefício do regime geral de previdência social.

D ilícito fixar o valor, devendo o débito municipal ser pago apenas por meio de precatório.

E ilícito fixar o valor por meio de lei ordinária, devendo tal fixação ser prevista na lei orgânica municipal.

LETRA B

CESPE/TCM-BA 2018 - Auditor Estadual de Controle Externo

No regime geral de precatórios, têm preferência sobre os demais débitos

A as indenizações por invalidez.

B as requisições de pequeno valor.

C os débitos referentes à indenização patrimonial.

D as indenizações por desapropriação.

E os débitos falimentares.

LETRA A

CESPE/STM 2018 - Analista Judiciário - Área Judiciária

Com relação à organização dos poderes e às funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

Será constitucional lei estadual que permita que o credor da fazenda estadual utilize crédito em precatório para a aquisição de imóvel público do respectivo ente federado.

Certo

CESPE/TRF - 1ª REGIÃO 2017 - Técnico Judiciário - Área Administrativa

Acerca do Poder Judiciário, julgue o item a seguir.

O presidente do tribunal competente que, por ação ou omissão, retardar a regular liquidação de precatório cometerá crime de responsabilidade.

CERTO

CESPE/TRF - 1ª REGIÃO 2017 - Analista Judiciário - Área Administrativa

A respeito do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue o item que se segue.

Os pagamentos devidos pelas fazendas públicas dos entes federados, em virtude de sentença judiciária, deverão ser efetuados exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios; são de natureza administrativa as decisões dos tribunais proferidas no cumprimento dos precatórios judiciais.

Certo

CESPE/FUNPRESP-EXE 2016 - Especialista - Área Jurídica

À luz das normas constitucionais e da jurisprudência majoritária e atual do STF concernentes ao Sistema Tributário Nacional, aos servidores públicos, ao controle de constitucionalidade e ao regime de precatórios, julgue o item a seguir.

O pagamento dos valores devidos pela fazenda pública em decorrência de concessão de mandado de segurança impetrado por pessoa física não se submete ao regime constitucional de precatório, desde que esses valores se refiram a período posterior à data da impetração do mandado de segurança e anterior à efetiva implementação da ordem concessiva.

ERRADO

CESPE/DPU 2016 - Técnico em Assuntos Educacionais

A respeito do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

Os pagamentos devidos pelas fazendas públicas federal, estadual e municipal, em virtude de sentença judicial, são feitos por meio de precatórios.

Certo

CESPE/TJDFT 2014 - Juiz de Direito Substituto

À luz da jurisprudência prevaiente no STF, assinale a opção correta.

A Não incidem juros de mora sobre os precatórios que sejam pagos até o final do exercício seguinte ao da apresentação, desde que esta ocorra até o dia 1.º de julho do exercício.

B É inconstitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, por violação direta de determinação

constitucional, segundo a qual as taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

C A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor de seus associados exige a autorização por escrito de número que constitua maioria absoluta dos associados.

D É possível a fixação de vencimentos dos servidores públicos por meio de convenção coletiva do diretor do órgão público com os representantes da classe, desde que mediante autorização de lei ordinária.

E É constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial para a discussão de exigibilidade de crédito tributário, visto que a inafastabilidade de jurisdição não é princípio absoluto.

LETRA A

CESPE/AGU 2012 - Advogado da União

Julgue os próximos itens, relativos aos precatórios.

Incorrerá em crime de responsabilidade e responderá perante o Conselho Nacional de Justiça o presidente do tribunal competente que retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios.

Certo

CESPE/TRE-ES 2011 - Analista Judiciário - Área Administrativa - Específicos

Em relação ao Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

É expressamente vedado à União assumir débitos oriundos de precatórios de estado, do Distrito Federal ou de municípios para refinanciá-los diretamente.

ERRADO

CESPE/DPU 2010 - Defensor Público Federal

O credor pode ceder a terceiros, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios, de qualquer valor e natureza, independentemente da concordância do devedor.

Certo

CESPE/TRF - 1ª REGIÃO 2009 - Juiz Federal

Considerando que um cidadão tenha obtido na justiça, em virtude de sentença transitada em julgado, o reconhecimento do direito de receber de ente público valores a título de vencimentos, assinale a opção correta.

A Por se tratar de crédito alimentar, não será necessária a expedição de precatório.

B Trata-se de crédito que, por sua natureza, deve observar a ordem cronológica dos precatórios.

C O crédito previsto impõe preferência ao pagamento com relação aos créditos de outra natureza.

D Não serão devidos juros de mora para o crédito, independentemente de quando for efetuado o pagamento.

E O crédito dispensa a inclusão de verba necessária ao pagamento de seus débitos no orçamento das entidades de direito público.

LETRA C

CESPE/ANCINE 2013 - Analista Administrativo - Área 1

Em relação ao processo orçamentário no âmbito da administração pública do Brasil, julgue os itens que se seguem.

Os precatórios judiciais, após seu reconhecimento e quantificação, passam a constituir os riscos fiscais, sendo incluídos no Anexo de Riscos Fiscais, que integra a estrutura da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Errado

CESPE - MS 2010 - Técnico de Contabilidade

O processo orçamentário é formado por diversas etapas e leis de natureza distinta. Acerca dessa matéria, julgue os itens que se seguem.

O anexo de riscos fiscais que integra a lei de diretrizes orçamentárias deve conter o montante de recursos destinados aos pagamentos dos precatórios judiciais.

Errado

CESPE/MPU 2010 - Técnico de Apoio Especializado - Controle Interno

Acerca da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) no âmbito da União, julgue os itens a seguir.

Os valores correspondentes ao pagamento de precatórios judiciais não devem ser incluídos no anexo de riscos fiscais, mesmo que se refiram ao exercício de que trata a LDO.

Certo

CESPE/MDIC 2014 - Analista Técnico - Administrativo

Acerca da programação orçamentária, da receita e da despesa públicas, julgue os itens de 72 a 76.

Caso a União seja condenada em ação judicial a pagar indenização a determinado cidadão que se feriu em acidente ocorrido em prédio público, o precatório emitido deverá ser pago na ordem cronológica de apresentação, não sendo admitido direito de preferência.

Errado

CESPE/TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO) 2013 - Analista Judiciário - Contabilidade

Julgue os itens que se seguem, referentes a receita e despesa orçamentária.

Os pagamentos devidos pela fazenda pública em virtude de sentença judiciária ocorrerão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, devendo ser designado o beneficiário, pessoa física ou jurídica, nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para tal finalidade.

Errado

22.Retenção de Tributos e Contribuições Federais – IN 1.234/12

CEBRASPE/TELEBRAS 2022 – CARGO 10: ESPECIALISTA EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES – OCUPAÇÃO: CONTADOR

Acerca da retenção de tributos nos pagamentos efetuados pela administração pública federal direta e indireta estabelecida pela Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 e alterações, julgue os itens que se seguem.

75 As retenções deverão ser efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

C

76 Em caso de pagamentos com glosa de valores constantes da nota fiscal, sem emissão de nova nota fiscal, a retenção deverá incidir sobre o valor original da nota.

C

77 A TELEBRAS, sociedade de economia mista, deve recolher os valores retidos ao Tesouro Nacional até o terceiro dia útil da semana subsequente àquela em que tiver ocorrido o pagamento à prestadora de serviço.

E

78 A pessoa jurídica prestadora do serviço deverá informar no documento fiscal os valores do imposto de renda e das contribuições a serem retidos na operação.

C

CEBRASPE/SEE-PE 2022 – CARGO 3: ANALISTA DE GESTÃO EDUCACIONAL – ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Julgue os itens subsequentes, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 971/2009.

97 Na ocorrência de situação que constitua fato gerador de obrigação previdenciária principal, as pessoas que tenham interesse comum nessa situação serão solidariamente obrigadas, estando excluídas da responsabilidade solidária as contribuições destinadas a outras entidades.

C

98 Os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, não integram a base de cálculo para fins de incidência de contribuições, com exceção do salário-maternidade.

C

99 No caso de um segurado contribuinte individual que presta serviço por conta própria a missão diplomática, cabe a esta o recolhimento da contribuição social previdenciária correspondente.

E

Julgue os próximos itens, considerando a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.234/2012.

100 As sociedades de economia mista são dispensadas de efetuar retenções na fonte de contribuição para o PIS sobre pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de serviços em geral.

E

101 As entidades da administração pública federal não retêm valores relativos ao imposto de renda e à contribuição social sobre lucro líquido dos pagamentos que realizam a serviços sociais autônomos autorizados por lei.

C

Considerando o disposto na Lei Complementar n.º 116/2003, julgue os itens a seguir.

102 A autonomia federativa confere aos municípios a possibilidade de estabelecerem alíquota do imposto sobre serviços de qualquer natureza inferior ao mínimo estabelecido na referida lei complementar no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

E

103 Na lista de serviços contida nessa lei complementar, a psicologia enquadra-se como congêneres do serviço de medicina.

E

104 Independentemente da denominação dada ao serviço prestado, haverá a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza.

C

105 Para o pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza, a base de cálculo será o preço do serviço.

C

CEBRASPE/FUB-2022 – CARGO 5: CONTADOR

Com base na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.234/2012, julgue os itens a seguir.

105 Os valores retidos na fonte a título de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), contribuição para o PIS/PASEP e contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) que excederem ao valor da respectiva contribuição a pagar no mesmo mês de apuração poderão ser restituídos ou compensados com débitos relativos a outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

C

106 No âmbito da administração pública federal, as fundações federais estão entre os obrigados a efetuar as retenções na fonte do imposto sobre a renda (IR), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) e da contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

C

107 Nos pagamentos efetuados às instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, serão retidos os valores correspondentes ao imposto sobre a renda (IR) e as contribuições de que trata a referida instrução normativa.

E

108 Os valores retidos na fonte relativos a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), PIS/PASEP e contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) só poderão ser deduzidos com o que for devido em relação à mesma espécie de contribuição e no mês de apuração a que se refere a retenção.

C

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 971/2009, julgue o próximo item.

109 A base de cálculo da contribuição social previdenciária dos segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é o valor sobre o qual incide uma alíquota definida em lei para determinar o montante da contribuição devida, ou seja, é o salário de contribuição, observados os limites mínimo e máximo.

C

Em relação ao imposto de renda, julgue o item subsequente.

110 De acordo com o MCASP, o imposto de renda não se inclui entre as obrigações tributárias e contributivas, que são despesas orçamentárias decorrentes do pagamento de tributos e contribuições sociais e econômicas.

E

Com base na Lei Complementar n.º 116/2003, referente ao imposto sobre serviços (ISS), julgue o item que se segue.

111 O ISS, de competência dos municípios e do Distrito Federal, não incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.

C

De acordo com a legislação aplicada ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), julgue o próximo item.

112 O exercício financeiro do Fundo PIS-PASEP corresponde ao período de 1.º de janeiro de cada ano a 31 de dezembro do ano subsequente.

E

CESPE / CEBRASPE - 2022 - Telebras - Especialista em Gestão de Telecomunicações – Contador

Acerca da retenção de tributos nos pagamentos efetuados pela administração pública federal direta e indireta estabelecida pela Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 e alterações, julgue o item que se segue.

As retenções deverão ser efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

Certo

CESPE / CEBRASPE - 2022 - Telebras - Especialista em Gestão de Telecomunicações – Contador

No âmbito da administração pública federal, as fundações federais estão entre os obrigados a efetuar as retenções na fonte do imposto sobre a renda (IR), da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) e da contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

Certo

CESPE / CEBRASPE - 2022 - Telebras - Especialista em Gestão de Telecomunicações – Contador

A pessoa jurídica prestadora do serviço deverá informar no documento fiscal os valores do imposto de renda e das contribuições a serem retidos na operação.

Certo

CESPE / CEBRASPE - 2022 - Telebras - Especialista em Gestão de Telecomunicações – Contador

Em caso de pagamentos com glosa de valores constantes da nota fiscal, sem emissão de nova nota fiscal, a retenção deverá incidir sobre o valor original da nota.

Certo

A TELEBRAS, sociedade de economia mista, deve recolher os valores retidos ao Tesouro Nacional até o terceiro dia útil da semana subsequente àquela em que tiver ocorrido o pagamento à prestadora de serviço.

Errado

CESPE - 2018 - STM - Analista Judiciário - Contabilidade

De acordo com a legislação tributária básica e suas atualizações, julgue o próximo item.

Situação hipotética: Uma autarquia federal efetuou a compra de toners para impressora, e, após a empresa vendedora emitir a nota fiscal, realizou o pagamento em 18/1/2018 (quinta-feira), relativo à aquisição. **Assertiva:** Nessa situação, a autarquia deverá recolher os valores retidos ao tesouro nacional por meio de DARF até 24/1/2018.

Certo

CESPE - 2018 - STM - Analista Judiciário – Contabilidade

De acordo com a legislação tributária básica e suas atualizações, julgue o próximo item.

Situação hipotética: A empresa pública federal X contratou a fundação de direito privado Y, mantida pelo poder público, para a prestação de serviços educacionais. **Assertiva:** Nessa situação, a empresa X terá de reter na fonte os valores correspondentes ao imposto de renda e às contribuições devidas pela empresa Y, sempre que fizer pagamentos a esta.

Errado

CESPE - 2018 - STM - Analista Judiciário – Contabilidade

De acordo com a legislação tributária básica e suas atualizações, julgue o próximo item.

Situação hipotética: Um órgão da União deve efetuar o pagamento do prêmio do seguro do imóvel onde realiza suas atividades, por intermédio de uma empresa corretora de seguros. **Assertiva:** Nesse caso, a retenção terá de ser feita sobre o valor do prêmio que estiver sendo pago à seguradora, não deduzida qualquer parcela correspondente a corretagem.

Certo

CESPE - 2018 - ABIN - Oficial Técnico de Inteligência - Área 1

A respeito da retenção e do recolhimento de tributos incidentes sobre bens e serviços, julgue o próximo item.

Os órgãos públicos estão obrigados a efetuar a retenção na fonte do imposto de renda, ainda que o pagamento seja feito por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

Certo

CESPE - 2018 - EBSEH - Analista Administrativo - Contabilidade

Julgue o item subsecutivo, relativo à Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 971/2009 e n.º 1.234/2012 e à Lei Complementar n.º 116/2003.

Os valores retidos pelas empresas públicas federais deverão ser recolhidos ao Tesouro Nacional até o último dia útil do segundo decêndio do mês subsequente ao mês em que tiver ocorrido o pagamento à pessoa jurídica.

Certo

CESPE - 2018 - EBSEH - Analista Administrativo - Contabilidade

Julgue o item subsecutivo, relativo à Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 971/2009 e n.º 1.234/2012 e à Lei Complementar n.º 116/2003.

Os prestadores de serviços de limpeza deverão informar nos boletos bancários o valor bruto do preço do bem ou do serviço e os valores do IR e das contribuições a serem retidos na operação, devendo o seu pagamento ser efetuado pelo valor líquido.

Certo

CESPE - 2015 - MPOG - Contador - Cargo 4

Como forma de garantir a efetividade na arrecadação dos tributos, o fisco utiliza o mecanismo de retenção na fonte, na qual a entidade pagadora fica responsável pela retenção e pelo recolhimento dos tributos devidos. Com base nas disposições contidas na IN n.º 1.234/2012, da Receita Federal do Brasil, e na Lei n.º 9.430/1996, julgue os itens a seguir, relativos às retenções de tributos na fonte.

A referida IN prevê a retenção na fonte do IR e da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), mas é silente com relação ao imposto sobre produtos industrializados (IPI).

Certo

CESPE - 2015 - MPOG - Contador - Cargo 4

Como forma de garantir a efetividade na arrecadação dos tributos, o fisco utiliza o mecanismo de retenção na fonte, na qual a entidade pagadora fica responsável pela retenção e pelo recolhimento dos tributos devidos. Com base nas disposições contidas na IN n.º 1.234/2012, da Receita Federal do Brasil, e na Lei n.º 9.430/1996, julgue os itens a seguir, relativos às retenções de tributos na fonte.

Caso a retenção do tributo se refira a contratos distintos celebrados com a mesma pessoa jurídica pela prestação de serviços a que se aplicam percentuais diferenciados, o valor a ser retido deve ser calculado com base no contrato de maior valor agregado.

ERRADO

CESPE - 2015 - MPOG - Contador - Cargo 4

Como forma de garantir a efetividade na arrecadação dos tributos, o fisco utiliza o mecanismo de retenção na fonte, na qual a entidade pagadora fica responsável pela retenção e pelo recolhimento dos tributos devidos. Com base nas disposições contidas na IN n.º 1.234/2012, da Receita Federal do Brasil, e na Lei n.º 9.430/1996, julgue os itens a seguir, relativos às retenções de tributos na fonte.

A retenção do tributo deve ser efetuada aplicando-se, sobre o valor a ser pago, o percentual correspondente ao somatório das alíquotas das contribuições devidas e da alíquota de imposto de renda, determinada mediante a aplicação de 15% sobre o faturamento da empresa.

Errado

N n.º 1.234/2012

Art. 3º A retenção será efetuada aplicando coluna 06 do Anexo I a esta Instrução Normativa, que corresponde à soma das alíquotas das contribuições devidas e da alíquota do IR, determinada mediante a aplicação de 15% (quinze por cento) sobre a base de cálculo estabelecida no art. 15 da Lei n 1995, conforme a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado.

Sobre a base de calculo e não sobre o faturamento da empresa.

CESPE - 2013 - MS - Contador

Com relação à apuração e controle da retenção de tributos e contribuições federais, de acordo com a Instrução Normativa n.º 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, julgue os itens seguintes.

A retenção de tributos, prevista na Instrução Normativa n.º 1.234/2012, não será aplicada aos pagamentos efetuados ao Conselho Federal de Medicina (CFM).

Certo

CESPE - 2013 - TRT - 10ª REGIÃO (DF e TO) - Analista Judiciário - Contabilidade

Julgue os itens que se seguem, acerca das Instruções Normativas n. o 971/2009 e n. o 1.234/2012, ambas da Receita Federal do Brasil.

Os valores correspondentes ao imposto sobre a renda não serão retidos na fonte em pagamentos efetuados a partidos políticos, sindicatos de empregados e pessoas jurídicas exclusivamente distribuidoras de jornais e revistas.

Certo

23.Sistemas de Informação (SIAFI, SIASG, SICONV)

CEBRASPE/IBAMA-2022 – CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO

No que se refere à gestão de redes organizacionais, ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), à intermediação de interesses e a organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), julgue os itens que se seguem.

73 Para promover a divulgação eletrônica de compras, englobando o cadastramento dos processos de compras e contratações da administração pública, o SIASG possui um módulo específico, denominado Subsistema de Gestão de Contratos (SICON).

E